

Júlio César Suzuki
Maria Margarida Cintra Nepomuceno
Gilvan Charles Cerqueira de Araújo
[organizadores]

A DIMENSÃO
CULTURAL

NOS PROCESSOS
DE INTEGRAÇÃO
ENTRE PAÍSES DA
AMÉRICA LATINA

série:

DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES



FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ISBN 978-65-87621-92-0
DOI 10.11606/9786587621920

A dimensão cultural nos processos de integração entre países da América Latina

Júlio César Suzuki
Maria Margarida Cintra Nepomuceno
Gilvan Charles Cerqueira de Araújo
(Organizadores)

[SÉRIE: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES]

 **fflch**
FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP

Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Vice-reitor: Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS – FFLCH

Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

Vice-diretora: Prof^a. Dr^a. Ana Paula Torres Megiani

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

Presidente da CPG: Prof. Dr. Júlio César Suzuki

Vice-presidente da CPG: Profa. Dra. Marilene Proença Rebello de Souza

COMITÊ EDITORIAL

Prof. Dr. Adebaro Alves dos Reis (IFPA)

Prof^a. Dr^a. Adriana Carvalho Silva (UFRRJ)

Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (UFG)

Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa (UNESP)

Prof. Dr. Alécio Rodrigues de Oliveira (IFSP)

Prof^a. Dr^a. Ana Regina M. Dantas Barboza da Rocha Serafim (UPE)

Prof. Dr. Cesar de David (UFSM)

Prof. Dr. José Elias Pinheiro Neto (UEG)

Prof^a. Dr^a. Maria Jaqueline Elicher (UNIRIO)

Prof. Dr. Ricardo Júnior de Assis Fernandes (UEG)

Prof. Dr. Roni Mayer Lomba (UNIFAP)

Prof^a. Dr^a. Telma Mara Bittencourt Bassetti (UNIRIO)

Prof^a. Dr^a. Valéria Cristina Pereira da Silva (UFG)

Catálogo na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
Maria Imaculada da Conceição - CRB - 8/6409

D582 A dimensão cultural nos processos de integração entre países da América Latina [recurso eletrônico] / Organizadores: Júlio César Suzuki, Maria Margarida Cintra Nepomuceno, Gilvan Charles Cerqueira Araújo de. -- São Paulo : FFLCH/USP, PROLAM/USP, 2021.
4.577 Kb ; PDF. -- (Diálogos interdisciplinares)

ISBN 978-65-87621-92-0
DOI 10.11606/9786587621920

1. América Latina – Estudo e pesquisa. 2. Integração. 3. Cultura. 4. Intelectuais. 5. Cooperação internacional. I. Suzuki, Júlio César. II. Nepomuceno, Maria Margarida Cintra. III. Araújo, Gilvan Charles Cerqueira de.

CDD 980

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria, proibindo qualquer uso para fins comerciais.

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores, os quais também se responsabilizam pelas imagens utilizadas.

Capa: Trabalho gráfico e técnico de Fábio Molinari Bitelli.



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.

SUMÁRIO

POLÍTICAS CULTURAIS E ESPAÇOS DE TROCAS.....	1
<i>Júlio César Suzuki; Maria Margarida Cintra Nepomuceno; Gilvan Charles Cerqueira de Araújo</i>	
O CULTURAL E O POLÍTICO DA VIOLÊNCIA NA AMÉRICA LATINA	6
<i>Adalberto de Salles-Lima</i>	
IDEIAS ALEMÃS NA ARGENTINA: O COMÉRCIO DE SABERES E O COMÉRCIO DE PRESTÍGIO (1890- 1930).....	22
<i>Alexandra Dias Ferraz Tedesco</i>	
PRÁTICAS ENTRE PLANETÁRIOS E LABORATÓRIOS DE ARTE E TECNOLOGIA COM PROJEÇÕES FULLDOME: PROJETOS COLABORATIVOS E REDES DE SOCIABILIDADE ENTRE BRASIL E ARGENTINA	50
<i>Andréia Machado Oliveira; Ricardo Dal Farra; Matheus Moreno dos Santos Camargo</i>	
INTEGRAÇÃO CULTURAL NA AMÉRICA LATINA	75
<i>Bárbara Heliodora Andrade Ramos</i>	
A DIMENSÃO CULTURAL NA FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO ENTRE BRASIL E URUGUAI.....	92
<i>Nicolás Edgardo Balado Gonçalves; Sérgio Botton Barcellos</i>	
POLÍTICAS SOCIOCULTURAIS: UM OLHAR SOBRE AS MIGRAÇÕES E AS REDES INSTITUCIONAIS DE ACOLHIMENTO	112
<i>Denise Figueiró Mendes</i>	
A DIMENSÃO CULTURAL NA FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO ENTRE PAÍSES DA AMÉRICA LATINA	140
<i>Dimas Floriani; Nicolas Floriani; Nadia Floriani</i>	

REDES DE VINCULACIÓN ACADÉMICA: EL CASO DE LA RED IBERO-AMERICANA DE ESTUDIOS DEL DESARROLLO	162
<i>Patricia Gutti; Luis Enrique Gutiérrez Casas; Rafael Trueba Regalado</i>	
MULHER E MIGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS ATUAÇÕES DAS AGÊNCIAS INTERNACIONAIS DO MERCOSUL	184
<i>Gislene Santos; Thainá Guerra Lins</i>	
ISABEL LARGUÍA SUA MILITÂNCIA E REFLEXÕES SOBRE AS MULHERES NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	205
<i>Cleonice Elias da Silva</i>	
O ÚLTIMO DIPLOMATA CASTRISTA NO BRASIL: A MISSÃO DE RAÚL ROA KOURI (1963-1964)	226
<i>Luccas Eduardo Castilho Maldonado</i>	
O “EFEITO CUBA”: NARRATIVAS DIDÁTICAS E DEBATES ACADÊMICOS SOBRE A HISTÓRIA DAS AMÉRICAS (1951-1963).....	253
<i>Hevelly Ferreira Acruche; André Furtado</i>	
EL PALEOTEXTO IMPRESO ELECTRODIGITAL. ¿UN NUEVO GABINETISMO EN LAS CIENCIAS HUMANAS FRENTE LA INTEGRACIÓN CULTURAL LATINOAMERICANA DEL SIGLO XXI? EJEMPLIFICACIÓN CON LA PRENSA ILUSTRADA ESPAÑOLA	281
<i>Rómulo Pardo Urías</i>	
AMÉRICA LATINA NAS EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS E O CASO DA EXPOSIÇÃO MUNDIAL E CENTENÁRIA DO ALGODÃO EM NEW ORLEANS	307
<i>Mônica de Souza Nunes Martins</i>	
DIPLOMACIA CULTURAL E REPRESENTAÇÕES NA AMÉRICA LATINA: DISNEY, A POLÍTICA DA BOA VIZINHANÇA E SUAS REPERCUSSÕES NA IMPRENSA DO BRASIL	333
<i>Ivan Lima Gomes; Livia Borges de Sousa</i>	

PENSAMENTO CRÍTICO E QUESTÃO NACIONAL NA AMÉRICA LATINA DO ENTRE-GUERRAS.....	348
<i>Paulo Alves Junior; Yuri Martins-Fontes; Solange Struwka</i>	
O AUTORITARISMO BRASILEIRO DOS ANOS 1930 E 1940 - OS CASOS DA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL E DA REVISTA CULTURA POLÍTICA	367
<i>Thiago Cavaliere Mourelle</i>	
OS DIREITOS CULTURAIS E A INTEGRAÇÃO CULTURAL DOS POVOS DA AMÉRICA LATINA: REFLEXÕES A PARTIR DO MERCOSUL.....	392
<i>Juliane Caravieri Martins; Cicília Araújo Nunes</i>	
CIDADES MIL: PERSPECTIVAS PARA O PLANEJAMENTO URBANO NA AMÉRICA LATINA.....	421
<i>Júlio César Suzuki; Felipe Chibás Ortiz; Ana Paula Dias</i>	
SOBRE OS AUTORES.....	446
SOBRE OS ORGANIZADORES	460

POLÍTICAS CULTURAIS E ESPAÇOS DE TROCAS

Em continuidade à série *Diálogos Interdisciplinares*, temos a satisfação de apresentar três novas publicações que respondem ao desafio de analisar, dentro do campo cultural, sob diversas perspectivas a formação de redes colaborativas entre inúmeros atores sociais, intelectuais, literatos, artistas e pensadores que estiveram e/ou ainda permanecem atuando em distintas frentes nos países da América Latina : **A dimensão cultural nos processos de integração entre países da América Latina, Intelectuais em Circulação na América Latina: diálogos, intercâmbios, redes de sociabilidade, e Organismos Internacionais nas políticas para a América Latina. Arte e Cultura de resistência às Hegemonias.** As presentes coletâneas são resultado de uma parceria entre o Programa de Pós-graduação Integração da América Latina (PROLAM/USP) e a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo.

Nesta, e nas demais publicações da série são apresentados debates de pesquisadores e pesquisadoras, de universidades do Brasil e América Latina, que visam refletir as experiências desenvolvidas no campo sociocultural a respeito da importância da dimensão cultural nas políticas de cooperação entre os países, na formação de redes de sociabilidade entre intelectuais e demais sujeitos sociais e políticos, que circularam em diferentes momentos históricos na região, contribuindo assim para o fortalecimento, reformulação ou redefinição de novos sentidos de integração entre as sociedades latino-americanas.

Os capítulos trazem ainda reflexões sobre as políticas das instituições governamentais e de organismos internacionais que exerceram e ainda exercem protagonismo na cena cultural da América Latina além de nos apresentar momentos históricos importantes que contribuíram para enriquecer nosso conhecimento sobre os fazeres artísticos e o pensamento da América Latina.

Os autores e as autoras trabalham a partir de perspectivas próprias, com abordagens pluralistas, no âmbito de cenários específicos, uma vez que são oriundos de campos de conhecimento diferentes, mas todos confluem para o mesmo propósito, que é o de promover, difundir, desvelar experiências culturais, e sobretudo humanas, de sujeitos sociais que valorizam a cooperação entre saberes, as possibilidades de intercâmbio de diferentes vivências e a aceitação/reafirmação de uma complexidade cultural próprias da América Latina.

Do ponto de vista da formulação conceitual, as contribuições de cada um dos autores e das autoras compuseram um original e colorido *ñanduti* capaz de fazer frente, como diria o peruano Juan Acha em *Definición Latinoamericana de las Artes* (Revista CESA, 2004), aos velhos e anacrônicos paradigmas eurocentristas que até bem pouco tempo tentavam definir nossa arte, nossa cultura, *Nuestra América*. Essa é nossa tarefa!

Esta primeira coletânea inicia-se com o capítulo de Adalberto de Salles Lima, da UnB, que desenvolve o tema *O Cultural e o Político da Violência na América Latina* e nos apresenta dois ângulos interpretativos de como realidades sociais perpassam pelos jogos de poder. O autor demonstra, especialmente, a natureza cultural da violência e a questão latino-americana, além de estimular a refletir sobre o universal e o político da violência com foco no Brasil.

No artigo *Ideias alemãs na Argentina: o comércio de saberes e o comércio de prestígio (1890-1930)*, Alexandra Dias Ferraz Tedesco discute que, na transição para o século XX, intelectuais argentinos frequentaram os círculos acadêmicos da Alemanha que teria fundamental importância para a formação da vida acadêmica da Argentina.

No texto de Andréia Machado Oliveira, Ricardo Dal Farra e Matheus Moreno dos Santos Camargo, *Práticas entre planetários e laboratórios de arte e tecnologia com projeções fulldome: projetos colaborativos e redes de sociabilidade entre Brasil e Argentina*, discutem-se projetos colaborativos dirigidos pelos próprios autores entre os laboratórios de arte e tecnologia do Brasil e Argentina, ressaltando aspectos da cultura técnica, da música visual e de topologias generativas voltadas às projeções fulldome.

A pesquisadora Bárbara Ramos, em *Integração Cultural na América Latina*, é apresentada reflexões acerca da importância da Integração cultural na América Latina fazendo aproximações aos conceitos de poder, identidade e desenvolvimento, apresentados em Anibal Quijano e Theotônio dos Santos.

Em *A Dimensão Cultural na formulação das políticas de Integração entre Brasil e Uruguai*, Nicolás Edgardo Balado Gonçalves e Sergio Botton Barcellos expressam a relevância do debate da integração a partir do conceito de “corredor cultural”. Suas reflexões giram em torno de artistas que atuaram conjuntamente nas últimas duas décadas próximo às fronteiras dos dois países: Brasil e Uruguai.

No capítulo *Políticas Socioculturais: um olhar sobre as migrações e redes institucionais de acolhimento*, Denise Figueiró Mendes propõe-se a examinar as estratégias de instituições internacionais e nacionais, públicas e privadas, para o

acolhimento de imigrantes e refugiados na América Latina, bem como os esforços empreendidos para a inserção dessa população.

Nessa mesma linha, pensando na importância da cultura nos projetos de aproximação dos países da Região, Dimas Floriani, Nicolas Floriani e Nadia Floriani apresentam significativas motivações para refletirmos sobre a *Dimensão Cultural na formulação das políticas de Integração da América Latina*.

Patricia Gutti, Luis Enrique Gutiérrez Casas e Rafael Trueba Regalado apresentam, em *Redes de vinculación académica: el caso de la red ibero-americana de estudios del desarrollo*, em 2005, por iniciativa de um grupo de estudantes de diferentes países de América Latina e Espanha na Universidade de Madri, redes colaborativas internacionais.

Em *Mulher e Migração na América Latina, uma análise a partir da atuação das agências Internacionais no MERCOSUL*, Gislene Santos e Thainá Guerra Lins discutem o papel reservado às mulheres nos processos migratórios registrados pelas agências internacionais e pelo Mercado do Sul.

No texto *Isabel Larguía sua militância e reflexões sobre as mulheres na sociedade capitalista*, Cleonice Elias da Silva apresenta importantes reflexões sobre a obra, protagonismo e importância de Isabel Larguía na América Latina, acompanhando seus posicionamentos, influência, escritos e proposições de como suas contribuições podem obter uma maior infiltração no meio acadêmico, social e cultural latino-americano.

Interessantes relações que as elites intelectuais brasileiras estabeleceram com o diplomata cubano Raul Roa Kouri, de 1964 até o advento da ditadura militar, são o foco da análise de Luccas Eduardo Castilho Maldonado, no texto *O último diplomata castrista no Brasil: a missão de Raúl Roa Kouri (1963-1964)*.

No capítulo intitulado *O “Efeito Cuba”*: narrativas didáticas e debates acadêmicos sobre a História das Américas (1951-1963), de Hevelly Ferreira Acruche e André Furtado, é apresentado um rico estudo comparativo, histórico e de entrelaçamento de temáticas políticas e ideológicas envolvendo a América Latina a partir dos eventos políticos, sociais e econômicos a partir de Cuba em meados do século XX, no momento pós-Segunda Guerra Mundial.

Como devem se pautar as novas políticas de integração cultural entre os países da América Latina nesse século? Rómulo Pardo Urias apresenta reflexões fundamentais para refletir acerca das mediações entre Política, Cultura e Integração em *El paleotexto*

impreso electrodigital. ¿Un nuevo gabinetismo en las ciencias humanas frente a la integración cultural latinoamericana del siglo XXI? ejemplificación con la prensa ilustrada española.

Mônica de Souza Nunes Martins, em *América Latina nas Exposições Universais e o caso da Exposição Mundial e Centenária do Algodão em New Orleans*, trata do tema da participação dos países da América Latina nas grandes exposições universais do século XIX, destacando a Exposição Internacional do Algodão, ocorrida em 1884, em New Orleans, que marcou a corrida do expansionismo comercial dos EUA nesse continente.

Em seguida, há o texto intitulado *Diplomacia Cultural e representações na América Latina: Disney, a Política da Boa Vizinhança e suas repercussões na imprensa do Brasil*, no qual Ivan Lima Gomes e Lívia Borges de Sousa questionam os objetivos do expansionismo cultural dos EUA no Brasil e o relacionam com a política de boa vizinhança daquele país, em torno dos anos 1940.

Em *Pensamento Crítico e Questão Nacional na América Latina no Entreguerras*, Yuri Martins Fontes demonstra as contribuições de pensadores da América Latina sobre as realidades nacionais e os embates contra os dogmas positivistas. Martins Fontes apresenta o pensamento de Julio Antonio Mella, Mariátegui, Gustavo Navarra e Caio Prado Junior.

No texto intitulado *O autoritarismo brasileiro dos anos 1930 e 1940 - os casos da Lei de Segurança Nacional e da Revista Cultura Política*, Thiago Cavaliere Mourelle retoma importantes temáticas voltadas a questões jurídicas, sociais e culturais do Brasil, em uma perspectiva de abertura dialógica de seus apontamentos para a América Latina, estabelecendo relações entre questões epistemológicas e análises de recortes histórico-situacionais da Lei de Segurança Nacional do Brasil no período dos anos 1930.

Em *Os direitos culturais e a integração cultural dos povos da América Latina: reflexões a partir do MERCOSUL*, Juliane Caravieri Martins e Cecília Araújo Nunes refletem sobre a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural e Plano de Ação”, de 2001, como marco para se pensar as relações entre o Direito e a Cultura no marco dos pactos entre países.

“Cidades MIL” é um conceito defendido pela ONU para prospectar de modo satisfatório às demandas das grandes cidades. Viver com qualidade nos grandes centros superpopulosos é um desafio que Júlio César Suzuki, Felipe Chibás Ortiz e Ana Paula

Dias discutem em *Cidades MIL: perspectivas para o planejamento urbano na América Latina*.

Desejamos aos leitores uma ótima experiência de leitura a todos os leitores dos trabalhos aqui reunidos, tendo no horizonte as reflexões, experiências e partilhas sobre a América Latina.

Júlio César Suzuki
Maria Margarida Cintra Nepomuceno
Gilvan Charles Cerqueira de Araújo
[Organizadores]

O CULTURAL E O POLÍTICO DA VIOLÊNCIA NA AMÉRICA LATINA

Adalberto de Salles-Lima¹

INTRODUÇÃO

As reflexões neste texto são baseadas em análises desenvolvidas em minha tese de doutorado. A pesquisa tratou de contextos de violências na América Latina, com olhar para homicídios policiais no Brasil e desaparecimentos forçados no México. Os eixos analíticos foram: as estatísticas oficiais e seu uso social, produção de mortes violentas pelo Estado através da segurança pública, organização política de famílias vitimadas, prolongamento da violência, colonialidade e estrutura de poder.

A violência é uma categoria em disputa na academia e não há uma única definição teórica e hegemônica. Sua natureza interdisciplinar não exclui o cuidado de situá-la em determinado conjunto de argumentos teórico-metodológicos, assim como estar atento/a aos agentes sociais que se apropriam da sistematização desse objeto analítico cuja natureza abstrata e concreta ainda nos revela potencialidades científicas. Enquanto a apropriação desse envolve o *aspecto categórico* (instrumentalizado e aplicável na realidade aparente) no campo do vivido pelos sujeitos, o *aspecto fenômeno social* visibiliza processos históricos e problemáticas difíceis de mensuração ou qualquer outra tentativa superficial/aparente de medição.

O conjunto de argumentos apresentados aqui considera a violência significar um fenômeno social, polissêmico e na literatura em Ciências Sociais e Humanas já não paira incertezas de sua multidimensionalidade. Pensar a violência no contemporâneo para além da racionalidade das estatísticas e da literatura clássica² permite visualizar outras perspectivas críticas e complementares as produções existentes no campo de estudo. Consoante essas afirmativas, os propósitos desse artigo buscam compreender o *cultural* e o *político* da violência como dois ângulos interpretativos acerca de como determinadas produções de realidades sociais perpassam pelo jogo de poder, no âmbito

¹ Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECsA) do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: sallesvitoria@hotmail.com

² A bibliografia considerada clássica, em especial na Sociologia da Violência é importante para o campo de estudo, mas, a depender da perspectiva da pesquisa e de determinadas complexidades atuais, podem não ser suficientes, como foi o caso da referida pesquisa de doutorado realizada pelo autor desse artigo.

de redes institucionais na região. Os propósitos principais desse trabalho estão organizados em dois conjuntos e reflexões: 1. a natureza cultural da violência e a questão Latino-americana; 2. O universal e o político da violência com recorte para o homicídio no Brasil.

O CULTURAL DA VIOLÊNCIA LATINO-AMERICANA

O que entendemos por violência nesse século, nos países ocidentalizados, pode não ser o mesmo do século XV, por exemplo e, quanto mais avançamos ao passado e propor arriscadas comparações, mais impreciso o será. No contemporâneo, a forma como sentimos em nossos corpos e como as instituições públicas especializadas transformam violações em estatísticas, demonstram noções e definições acerca do próprio fenômeno nesta época. Há uma tendência em interpretá-la no campo das relações de forças, de dominação e tratadas metodologicamente pelas políticas públicas.

As diferentes abordagens acadêmicas, historicamente deslocadas de pressupostos do racismo científico para um fenômeno social explicado no interior das dinâmicas sociais e suas contradições, levam em consideração um conjunto de elementos interligados cuja complexidade e transversalidade reafirma o campo de estudo nas Ciências Sociais no Brasil e na América Latina aos eixos da: criminalidade, sociabilidade violenta, polícias, desigualdades sociais, justiça criminal, segurança pública e mercado das drogas (IMBUSCH; MISSE, 2011; VASCONCELOS, 2014; NÓBREGA JÚNIOR, 2015; CARUSO; FREITAS; MUNIZ, 2018; AQUINO; HIRATA, 2018). Há um esforço multisetorial advindo da academia, outras instituições públicas de pesquisas especializadas, de movimentos sociais e organizações independentes em diferentes contextos nacionais.

Este fenômeno social é interpretado como mecanismo de poder sob diferentes ângulos: na etimologia da palavra, nas teorias (em especial ciências sociais), em políticas públicas, organismos internacionais e no cotidiano dos sujeitos. A transversalidade do fenômeno entre diferentes fontes de análise está em compreendê-la enquanto fenômeno social, onde sua natureza cultural é percebida na forma e conteúdo, tempo e espaço. É um produto da compreensão humana para explicar determinadas relações de poder.

No caso do dicionário etimológico³, a palavra violência tem origem europeia (Europa Latina), vem de *violare* (violação, agredir e violar), deriva de *violentia* (veemência, impetuosidade) e tem ligação com *virtus* (força) (JUNIOR; CINTRA, 1956; BLACKBURN, 1997). Essa noção situa a palavra mais para o aspecto concreto/físico, constituída pela noção de imposição ou rompimento, algo que se sobressai sobre o outro numa intensidade maior. A relação entre *violare* e *violentia* expressa o exercício de violação, não havendo conexão com algo negociável, pelo contrário, impõe-se pelo predomínio de uma qualidade de força (física) sobre outra.

Por volta do século VI a V d.C., România Antiga (parte da Europa Latina) elaborou a palavra *violência* para interpretar o uso da força para fins de dominação territorial e cultural naquela conjuntura histórica (CASTILHO, 1992). A *palavra*, por ser uma forma simbólica para evidenciar um evento histórico é fruto de contextos socioculturais e políticos que adentram relações de poder. A etimologia da violência, nesse sentido, demonstra uma produção cultural de origem específica. No entanto, apesar de o dicionário evidenciar a origem (*latin*) da palavra ser culturalmente específica, os sentidos atribuídos a ela para interpretar relações de poder podem não ser restritos aquele contexto histórico analisado.

Com base no autor, naquela época histórica a Europa Latina atribuiu ao termo o uso da força para interpretar parte das condições de poder e dominação. Isso pressupõe a ideia de força também ter sentido político. É político por conta de a *totalidade da dominação* não ser restrita a natureza física e nada tem a ver com aspectos biologizantes. No contexto da colonialidade latino-americana, *totalidade da dominação* pela violência colonial reflete o domínio de uma cultura sobre outra(s), a instalação de um *modus operandi* europeu permanente.

Do ponto de vista ideológico, o dicionário etimológico não é uma fonte de consulta neutra, assim como qualquer outra fonte bibliográfica e os pesquisadores/as latino-americanos/as precisam estar atentos/as aos falsos discursos da neutralidade científica (BORÓN, 2006). As informações apresentadas, longe de envolverem debates teóricos, não necessariamente constituem uma perspectiva a-histórica. Tal fonte consultada é um olhar cultural sobre a referida origem etimológica e pode não possuir sentidos em localidades não-ocidentalizadas. Quando aplicadas de modo eurocêntrico

³ Não será aprofundado com rigor as questões das etimologias, processos históricos e culturais, pois, seria necessário mergulhar seriamente nos estudos sociolinguísticos. Mas isso não impede de analisar alguns aspectos conforme os propósitos do artigo.

são passíveis de questionamentos locais e de argumentos contra-hegemônicos, incluindo a histórica situação de importação do conhecimento do Norte para o Sul global que reverberou na reprodução do eurocentrismo na análise de problemáticas locais (SEGRERA, 2005; TEODORO, 2012). O olhar em Ciências Sociais sobre o referido material considera a etimologia da palavra ser fruto de produções históricas e com o eurocentrismo se fez universalista.

Sendo a América Latina construção de uma Europa na modernidade, a hipótese nesse trabalho é que durante o processo de colonização, parte da lógica do exercício de poder pelo uso da força para fins de dominação territorial e cultural dos latinos europeus foram utilizadas na escravidão, considerando também a institucionalização da violência pelo Estado Moderno. O universalismo da violência, agora não mais restrito a etimologia (*violare* e *violentia*), considerando a condição de fenômeno social presente no seio da sociedade, faz sentido fora de suas origens culturais, ao ser replicado nos países e outros territórios do sistema internacional.

A globalização, ao estabelecer novas dinâmicas culturais e de mercado no engendramento de fronteiras e fluxos de capital, edificou um campo simbólico e concreto comum. Isso posto, o mundo racionalizado pelo capital se organizou na linguagem universalista onde a palavra e o fenômeno conseguiram tornar-se padrão no ocidente e a percebemos na vida prática, aquela apropriada pelas estatísticas oficiais e vivida pelos sujeitos, onde o uso da violência é monopolizado pelo Estado Moderno (WEBER, 2000; 2002) como um recurso para manter a ordem social vigente revestida de ideologias predominantes.

Ao sair do *cultural* etimológico da palavra violência para o *cultural* desse mesmo fenômeno social nos pressupostos antropológicos, a narrativa eurocêntrica foi um recurso ideológico de dominação sobre os povos conquistados nas Américas. Assim como o entendimento de violência é multidisciplinar e dinâmico, a definição de cultura nunca foi estática e também transita entre diferentes áreas de conhecimento, compreendida aqui como um sistema de representações cuja dimensão política produz tensões e disputas na sociedade.

Por muitos séculos, o sentido de cultura voltado a dominação cultural foi utilizado para fincar hierarquias entre o *bárbaro* e o *civilizado*. O determinismo biológico e geográfico foi importante na justificativa da escravidão europeia nas Américas e corroborou na dualidade entre cultura (ação humana) e natureza. O eurocentrismo se colocaria como responsável por conduzir o progresso econômico e

civilizatório em escala planetária e as diferenças entre o “Eu” (europeu), possuidor de cultura e, o “Outro” (colonizado), desprovido de cultura, produziria barreiras civilizatórias demarcadas pelo projeto colonial. A ausência de cultura, de espírito e de humanidade dos povos colonizados representou um conjunto de ideologias e práticas para justificar a escravidão e, conseqüentemente, a aplicação de violências pelo sistema dominante jamais vistas nos corpos e nas mentes dos povos autóctones e de África.

A violência como recurso de dominação na região foi naturalmente institucionalizada. O Estado escravocrata utilizou desse mecanismo para consolidar um sistema rígido entre colono e colonizado baseado na *raça e trabalho* como pilares num novo padrão de poder mundial que possibilitou a articulação entre condições históricas de controle do trabalho, dos recursos e produtos em torno do sistema capitalista (QUIJANO, 2005). A aplicação da violência colonial representou, de um lado, o pior da natureza humana do colono e, do outro, o pior das condições desumanas impostas ao colonizado.

Na perspectiva crítica latino-americana ao eurocentrismo, na história oficial da conquista registrada nos livros didáticos, o colono nunca assumiu sua incivilidade latentemente exposta no cotidiano colonial. A história real da dominação, aquela contada pelas epistemologias não-eurocêntricas revela a *barbárie* não ser advinha dos povos autóctones e de África e sim, constitutiva do latino-europeu que naturalizou a desumanização dos oprimidos alicerçado no objetivo do progresso econômico moderno.

Na antropologia cultural, Taylor foi o primeiro a elaborar uma definição universal de cultura, baseado nos princípios do evolucionismo entre sociedade primitiva x sociedade civilizada. Taylor, antropólogo britânico, via no significado etnográfico, a cultura como um “[...] todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.” (*apud* LARAIA, 2001, p. 25). Essa interpretação está inserida num contexto de plena expansão do capitalismo colonial e de pressupostos ideológicos dominantes da época.

Diferente do racismo científico que ainda aproxima a noção de cultura a evolução da espécie humana, Clastres (1982), Laraia (2001) e Boas (2004) a compreendem não ter relação com o evolucionismo imposto pelo eurocentrismo para justificar as supostas superioridades da raça branca sobre a raça negra e demais grupos étnicos. Consoante os autores, a cultura representa um fenômeno particular de cada civilização acerca de como se organiza, compreende e interpreta o mundo. Enquanto

sistema, compartilhado entre aqueles que a validam, reverbera no modo como se apreende o outro, constituindo assim, em sua totalidade, um modo de ver o mundo onde cada sistema cultural é, em si, seu próprio centro.

Sendo fruto de resultados desencadeados pelas condições históricas, a violência chega nas Américas, via dualidade colonizador x colonizado. As sociedades locais passaram por profundas transformações e em nome da irrealizada utopia cristã, destruíram sociedades de homens livres através de formas violentas (DARCY, 1982). Desde então, vivemos num mundo compartimentado e racialmente dividido (FANON, 1979), dependência econômica (CARDOSO; FALLETO, 2000) e fragmentação dos territórios (HARVEY, 2005; SANTOS, 2010).

Numa perspectiva crítica aos axiomas hegemônicos presentes na construção do conhecimento latino-americano, os/as autores/as trazidos nesse artigo e outros ausentes compõem um conjunto de reflexões que ressaltam a modernidade na América Latina ser uma estrutura de poder baseada em violências de todas as ordens e contribuem para analisar que lógicas de violações macroestrutural são replicadas em graus distintos no Sul global. A dialética da violência permite compreender a presença do fenômeno na escala macro e micro, do estrutural da economia colonial/moderna ao cotidiano dos sujeitos e como estes reproduzem padrões de dominação baseados em marcadores sociais da diferença, como raça, classe, gênero (SEGATTO, 2003) e sexualidade.

A violência materializada entre os sujeitos não pode ser vista de forma biológica e natural como se os impulsos humanos fossem os responsáveis pelas agressões físicas, morais e psicológicas, por exemplo. As estatísticas da violência mostram que determinados grupos sociais estão mais expostos as condições de violações humanas e civil por parte das desigualdades sociais, pelo tratamento desigual do Estado e pelas supostas hierarquias construídas numa sociedade de profundas contradições sociais. As dualidades percebidas em diferentes ordens na vida revelam relações de poder históricas e em curso de caráter colonialista.

Os marcadores sociais da diferença cumpririam o papel colonial de produzirem desigualdades, mantendo condições lógicas de opressão verticalizadas entre negros x brancos, ricos x pobres, homens x mulheres, heterossexual x outras identidades sexuais e outros maniqueísmos. A violência é produzida pela estrutura vigente: está na atuação do Estado Moderno, em sua interação com os grupos sociais e nas relações interpessoais. Os marcadores sociais da diferença possuem certo grau de autonomia,

porém são mais interseccionais (CRENSHAW, 1989; 1991) porque as violações nem sempre são explicadas por uma causa socialmente construída.

Independente das distâncias teórico-metodológicas entre o *cultural da violência* no dicionário etimológico e no conjunto de estudos sobre esse fenômeno na América Latina, apropriado, em especial pelas Ciências Sociais e Humanas, visto aqui com alguns conceitos/categorias e reflexões, o universalismo da violência que conhecemos é um ponto transversal. Dito isso, as modalidades de violações conhecidas, assim como as definições jurídicas e sanitárias, as metodologias quantitativas e as formas como sentimos as violências nos corpos constituem uma linguagem comum do fenômeno consensualmente entre os países ocidentalizados.

O POLÍTICO E O UNIVERSALISMO DA VIOLÊNCIA

O *político* da violência na região tem fundamento em processos históricos alicerçados no Estado Moderno. É político no sentido de ser uma produção sustentada por intenções e propósitos ideológicos com desdobramentos na sociedade. A violência é uma produção histórica e, por isso, uma elaboração social, evidenciando parte das relações de poder e dominação percebidas na vida prática (sujeitos/grupos sociais, grupos sociais-Estado) e nas dimensões do fenômeno (local-global e concreto-simbólico). A produção política da violência reflete, em primeira instância, como a sociedade apreende: 1. No conjunto de definições e perspectivas teóricas; 2. Em definições institucionais e metodologias quantitativas; 3. No *sentir* a violência.

O item 2 chama mais atenção nesse momento por descortinar o político-cultural da violência com recorte para a categoria *homicídio*. A relação entre o conceito jurídico de homicídio no Brasil e a definição sanitária internacional de violência pela Organização Mundial de Saúde (OMS) compreende o *universal da violência e o político do homicídio* e reverbera, de algum modo, na manutenção de padrões de dominação. Em 2002, a OMS por meio do Relatório Mundial sobre Violência e Saúde publicou uma definição global atualizada do termo:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG, *et al.* 2002, p. 05).

As características atribuídas na definição de violência estão situadas no campo das relações de força física e exercício de poder, uma interação entre aspectos concretos e simbólicos presente no universo de investigação dos direitos humanos, grupos sociais, aparelhos de Estado e desigualdades sociais. As características do conceito sanitário expressam as facetas desse fenômeno social no cotidiano, captadas pelas metodologias quantitativas e apropriadas pelas instituições públicas, agências e organismos especializados.

Essa definição universalista da OMS também é um produto de compreensões históricas que culminaram nessa acepção mais contemporânea e considerada a mais adequada para a própria atuação da saúde pública e sistema jurídico. A apropriação deste pelo campo da saúde, em especial, considera o corpo ser o local imediato da violência. As formas de violências reproduzidas pelos sujeitos e instituições reverberam nos corpos vivos ou mortos. A realidade superficial do fenômeno encontra nos corpos a dimensão social do *sentir a violência*. Essa realidade imediata possui o caráter mais concreto do fenômeno no cotidiano humano e oferece condições para transformar o *sentir* em *traduzir*: da vivência no corpo a estatísticas oficiais.

Os países-membros da OMS ao adotarem consensualmente o referido conceito em articulação com as diretrizes legais jurídicas e sanitárias nacionais e internacionais permitem que as modalidades de violências também transitem entre o local e o global, numa rede institucional pactuada e validada por uma suposta neutralidade científica via os critérios metodológicos de pesquisas. Não haveria sentido se cada país adotasse para si um significado próprio de violência e seus agravantes e estabelecesse parâmetros metodológicos distintos, ao mesmo tempo apoiados num único sistema jurídico e sanitário internacional.

A OMS define os critérios metodológicos, conceituais e realização de pesquisas, incluindo sua responsabilidade no gerenciamento dos dados internacionais levantados em cada realidade nacional (Estados-membros). Cabe aos países definir e classificar as modalidades de violências e suas penalidades juridicamente conforme suas próprias realidades, mas, respeitando as definições sanitárias internacionais e o direito internacional. A categoria homicídio é um caso representativo para observar essa rede institucional na América Latina, de caráter político e não dissociada de uma conjuntura histórica.

Os documentos Global Study on Homicide 2013 (2014), World Health Statistics (2018) e Global Homicide (2018) identificaram em suas pesquisas realizadas em

diferentes temporalidades uma matriz em comum: a utilização de uma definição internacional de homicídio como instrumento estatístico aplicável e comparável entre diferentes contextos nacionais. Segundo os documentos, a utilização de um modelo conceitual para fins estatísticos possibilita garantir certa consistência entre as inferências, uma vez que os diferentes aspectos que compõem a definição deste conceito podem incluir fenômenos sociais e políticos variados como feminicídio, infanticídio e mortes devido ao terrorismo.

A definição nacional de homicídio está afinada as orientações jurídicas internacionais, representando uma categoria (sentido aplicado) e fenômeno social (interpretado pelo senso comum) homogeneizante, a-cultural, a-política e a-histórica. O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC) é vinculado a Organização das Nações Unidas e fornece um conjunto sistematizado sobre estatísticas de homicídio nacionais e internacionais de 219 países e territórios provenientes de sistema de justiça criminal e saúde pública⁴. Acredita-se que esse grupo de 219 países consegue organizar e manter um sistema de coleta e/ou de vigilância em saúde suficiente para atingir padrões metodológicos propostos pela OMS.

A categoria homicídio aplicado na saúde é utilizado para classificar/denominar produções de mortes violentas e reforça o conjunto de argumentos elaborados nesse artigo que somente é possível detectar a materialidade de alguma modalidade de violência através do corpo morto. Este representa a evidencia de um crime, a condição socialmente produzida para o luto familiar, surgimento de sequelas e se transforma num dado apropriado pela saúde e sistema de justiça.

De modo geral, a relação de força entre o vitimado e o sujeito criminoso expressa condição de poder com sentido de legitimar um exercício de autoridade onde, o reconhecimento máximo desse estágio, se dará pela morte daquele que possui uma condição menor de poder. Quando tratamos do sentido social do homicídio e de uma forma mais abstrata, na relação entre quem mata e quem morre, não existe negociação, mesmo que desproporcional, como pode ocorrer em outras modalidades de violências. O homicídio revela a existência de um espírito impositivo sobre outro e ausente de negociação. O resultado é a concretização da vontade de silenciamento completo em uma das partes.

⁴ Mais informações estão disponíveis em: <https://www.unodc.org/unodc/index.html?ref=menutop>

A violência como instrumento de dominação não é restrita a perspectiva macro muito ressaltada pelo marxismo econômico. Ao passo de o fenômeno se diluir na sociedade percebemos que violações locais estão conectadas a processos históricos em curso. A violação aos direitos humanos e civil ocorre de forma indiscriminada e como algumas instituições públicas interagem com diferentes grupos sociais, sobretudo pelo prisma do racismo institucional (CARMICHAEL; HAMILTON, 1967).

Em 2014, a OMS publicou o Relatório Mundial Sobre a Prevenção da Violência, informando a categoria violência possui caráter interpessoal, por acontecer com qualquer pessoa próxima do ambiente familiar ou desconhecida, cabendo as políticas públicas de prevenção e combate a principal responsabilidade. Nesse sentido, é: “[...] aquela que ocorre entre membros de uma família, parceiros íntimos, amigos, conhecidos e estranhos –, que inclui maus-tratos à criança, violência juvenil, violência praticada por parceiro íntimo, violência sexual e abuso de idosos” (2014, p. 02).

Nesse momento de escrita do artigo há receio em comparar com mais rigor a etimologia da palavra (dicionário) x conceito sanitário (OMS). De forma cautelosa, seria necessário outro estudo mais aprofundado e apoiado na sociolinguística. No entanto, em ambos (dicionário e OMS) a violência é marcada no campo da disputa e da interação via força física, ratificando a utilização deste como instrumento para se chegar ao um objetivo caracterizado pelo viés de imposição, demonstrando aspecto comum entre elas. Essa *noção* atribuída no dicionário etimológico e o *conceito* no âmbito da saúde, por serem frutos de processos culturais distintos, com diferentes intencionalidades e áreas de atuação, tal compreensão somente faz sentido em sistemas institucionais e senso comum que a reconhecem comumente.

O homicídio é uma das modalidades de violências e seu significado e aplicação sanitária e jurídica entre os países-membros da OMS e ONU está subordinado ao conjunto de normas internacionais. Isso permite as circunstâncias geradoras de mortes locais que caracteriza o agravante se enquadrem em uma das tipologias de violência propostas pelos organismos internacionais e aceitas em consenso internacional. O fluxo de informações geradas pelas mortes locais até o tratamento estatístico nacional e internacional é possibilitado por meio da busca de uniformizações teórico-metodológicas.

Os critérios de homicídio no Brasil no âmbito sanitário e justiça criminal estão afinados com a Classificação Internacional de Crimes para fins Estatísticos. As causas imediatas do homicídio estão descritas no Código Penal Brasileiro em suas tipologias

nos artigos 121 a 128: homicídio simples, homicídio qualificado, feminicídio, homicídio culposo, induzimento, instigação ou auxílio a suicídio, infanticídio, aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento ou aborto provocado por terceiro.

Apesar de o Código Penal Brasileiro ser referência jurídica na aplicação da pena de crimes, optou-se pela Portaria Nº 229 de 10 de dezembro de 2018 como documento mais atualizado acerca dos tipos de mortes e homicídios, com base nas orientações da Classificação Internacional de Crimes para fins Estatísticos do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes. O objetivo da Portaria é unificar e padronizar os dados no país, implementado e fornecido pelo Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas - Sinesp⁵.

Os instrumentos utilizados para a comunicação de morte é o boletim de ocorrência policial ou congênere, por meio da plataforma de tecnologia da informação e comunicação do Sinesp, devendo ser orientado pelos critérios de classificação de mortes vistos no artigo 3º. O homicídio é definido como: a) Morte de alguém em que há indício de crime ou sinal de agressão externa, exceto "Feminicídio", "Lesão Corporal Seguida de Morte", "Roubo Seguido de Morte (Latrocínio)" e crimes culposos; b) Morte violenta provocada por acidente de trânsito, desde que haja dolo⁶; c) Morte com indício de crime ou sinal de agressão externa qualificada como "encontro de ossada", "encontro de cadáver", "morte a esclarecer", "morte suspeita", "morte por causa desconhecida" e congêneres deverá ser classificada como Homicídio. Dentre os tipos de mortes e homicídios verificados na Portaria Nº 229 de 10 de dezembro de 2018, chama mais atenção o item:

V - Morte por intervenção de agente do Estado: Morte por intervenção de agente de segurança pública, do sistema prisional ou de outros órgãos públicos no exercício da função policial, em serviço ou em razão dele, desde que a ação tenha sido praticada sob quaisquer das hipóteses de exclusão de ilicitude.

⁵ Mais informações disponíveis em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/54520504

⁶ A Lei Nº 7.209, de 11 de Julho d 1984 altera os dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 do Código Penal e dá outras providencias, define crime doloso “quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.”. Mais informações disponíveis em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1980-1988/L7209.htm#art18

O *excludente de ilicitude* é um mecanismo previsto no Código Penal e estabelece a possibilidade de uma pessoa praticar uma ação condenada pela lei (ilícito), sem ser considerada uma atividade criminosa, como consta no referido documento jurídico: “Exclusão de ilicitude Art. 23. Não há crime quando o agente pratica o fato: I – em estado de necessidade; II – em legítima defesa; III – em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.” (p. 17).

O homicídio policial está amparado no excludente de ilicitude. Essa relação entre a morte por intervenção do agente de Estado e permissão legal para matar é uma relação jurídica que possibilita a materialização do *homicídio decorrente de oposição à ação policial*. Esse termo substituiu o *auto-de-resistência* (GAYA, 2007; BONFIM, 2010) em 2015 no país, decorrente de questionamentos por diferentes setores da sociedade civil e pela resolução da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Os pedidos de exclusão do antigo termo pautaram na convicção deste permitir por vias legais a produção seletiva de homicídio policial, a conhecida execução extrajudicial.

Em 2016 uma resolução⁷ conjunta do Conselho Superior de Polícia e do Conselho Nacional dos Chefes da Polícia Civil tornou obrigatório a investigação de todas as mortes decorrentes de ação policial⁸. Segundo orientações obrigatórias, um inquérito policial com tramitação prioritária deverá ser aberto sempre que o uso da força por um agente de Estado resultar em lesão corporal ou morte. O processo deverá ser enviado ao Ministério Público independentemente de outros procedimentos internos das polícias. Caberá ao delegado responsável pelo caso avaliar a conduta dos agentes envolvidos.

O campo de estudo no Brasil sobre criminalidade, violência, segurança pública, justiça criminal e racismo institucional (AQUINO; HIRATA, 2018; ADORNO, 2002; MISSE, 2010; MUSUMECI; RAMOS, 2004; SALLES-LIMA; NOGUEIRA; SANTOS, 2019) possui uma produção bibliográfica ampla e consolidada nesse assunto e, por isso, não será discorrido de forma aprofundada agora. A partir dessa literatura, compreende-se o homicídio policial ser um caso representativo na afirmativa do Estado, através da segurança pública, utilizar mecanismos institucionais para produzir violações humanas sem que possa ser criminalmente acusado. Essa contradição propositalmente

⁷ Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=8&data=04/01/2016>

⁸ Revista Consultor Jurídico. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-jan-05/anistia-internacional-critica-definicao-autos-resistencia>

elaborada entre os limites do legal e do ilegal (DAS; POOLE 2004; TELLES, 2010) constitui uma das questões centrais desse artigo.

O político da violência, com recorte de análise para o homicídio (policial) no Brasil, mostra que essa modalidade de violação aos direitos humanos e civil não é restrita ao maniqueísmo entre polícia e vitimado, em sua maioria negros e pobres, numa sociedade profundamente desigual. A falsa neutralidade das estatísticas, os mecanismos burocráticos de autoridade (homicídio decorrente de oposição a intervenção policial) e a definição oficial de homicídio que não criminaliza o Estado por conta do *excludente de ilicitude* compõem um conjunto de aspectos complexos e históricos do fazer político da produção de mortes violentas decorrente do homicídio policial.

O viés político desse fenômeno social percebido pela sua condição de “categoria racionalizada” nos documentos estatísticos envolve também as intencionalidades do Estado, através de seus aparelhos repressivos, e estão pautados numa trajetória de elaboração de documentos legais discriminatórios, valores sociais excludentes e estrutura institucional restritiva que reforçam um campo de poder sistêmico necessários para a manutenção das lógicas de dominação vigentes materializadas na forma como a segurança pública interage desproporcionalmente com grupos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo é uma reflexão acerca do *cultural* e do *político* da violência, a partir de argumentos desenvolvidos na tese de doutorado acerca de produções de mortes violentas no Brasil. A primeira questão ressaltada pelo conjunto de argumentos nesse trabalho considerar a violência ser um fenômeno social e fruto de construções históricas que adentram relações de poder, a partir da experiência moderna na América Latina.

O *cultural* da violência demonstra o fenômeno transitar entre as escalas de análise macro e a micro e, por isso, violações locais estão conectadas a processos históricos em curso. Possivelmente distintas modalidades de violências, apesar de suas causalidades locais, podem estar conectadas a estrutura de dominação (transnacional) marcadas pelas condições de cidadanias fragilizadas e na manutenção das relações de opressão institucional sobre os mais pobres, indígenas, negros e outros marcadores sociais da diferença considerados historicamente mais vulneráveis.

A dimensão cultural do fenômeno tem como pilar o modo como a interpretamos, configurando um produto histórico, seja entre os sujeitos e estes com as instituições

públicas. Independente da suposta neutralidade ideológica do dicionário etimológico, das teorias em Ciências Sociais ou da apropriação das metodologias quantitativas sobre os dados e categorias de agravantes de violações, a violência em perspectiva sócio-histórico, serve para interpretar relações de poder e dominação.

O ângulo *político*, com olhar para o homicídio (policial) no Brasil explicita que os instrumentos legais e a forma como se produzem documentos oficiais baseados em supostas metodologias a-políticas fazem parte de um jogo de poder que serve somente a estrutura de dominação. No caso do homicídio policial no Brasil, as execuções extrajudiciais baseadas no racismo e pobreza, a relação entre o universalismo teórico-metodológico dos organismos internacionais e o sistema jurídico brasileiro não contribuem para romper com a lógica de poder existente, percebido no *universal da violência e o político do homicídio*.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S.. Monopólio Estatal da Violência na Sociedade Brasileira Contemporânea. In S. Micelli. (Org.). *O que ler nas Ciências Sociais brasileiras. 1970-2002*. São Paulo: ANPOCS, 2002.

AQUINO, Jânia Perla D. de; HIRATA, Daniel. Inserções etnográficas ao universo do crime: algumas considerações sobre pesquisas realizadas no Brasil entre 2000 e 2017. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. n. 84, 2018, p. 107-147. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-84/11102-insercoes-etnograficas-ao-universo-do-crime-algumas-consideracoes-sobre-pesquisas-realizadas-no-brasil-entre-2000-e-2017/file> Acesso em 20 de nov. 2020.

ARENDT, H.. *On violence*. Orlando: Harcourt Brace Jovanovich, 1970.

BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de Filosofia*. Tradução: Danilo Desidério Murcho et. al. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOAS, Franz. *Antropologia cultural*. Tradução Celso de Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BORÓN, Atilio A. *As ciências sociais na era neoliberal entre a academia e a crítica*. Pensmaiento. Publicado em: tarefas não. 122. CELA, Centro de Estudos Latino-Americanos "Justo Arosemena.". 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/panama/cela/tareas/tar122/03boron.pdf> Acesso em 20 de nov. 2020.

CASTILHO, Ataliba T. de. O português do Brasil. In: ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. São Paulo: Ática, 1992.

CARDOSO, F.H. e FALETTO, E.. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Ed. Record. SP/SP (2000), p. 497-519.

CARMICHAEL, S.; HAMILTON, C.. *Black Power: the politics of liberation in America*. New York: Vintage, 1967.

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência*. Ensaios de antropologia política. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CÓDIGO PENAL. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529748/codigo_penal_1ed.pdf Acesso em 20 de nov. 2020.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*. Chicago, V. 1, N° 1, 1989, p. 139-167. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf> Acesso em 20 de nov. 2020.

CRENSHAW, K. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics and Violence Against Women of Color. *Stanford Law Review*. Stanford, V. 43, 1991, p. 1241-1299. Disponível em: <https://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/stflr47&collection=journals&index=3&id=1257> Acesso em 20 de nov. 2020.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. *Cuadernos de Antropología Social*. Buenos Aires, N° 27, 2008, p. 19-52. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1809/180913917002.pdf> Acesso em 20 de nov. 2020.

ENGELS, F. *Anti-Dühring*. Vorwärts. 1877. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1877/antiduhring/index.htm> Acesso em 20 de nov. 2020.

FANON, Frantz. *Condenados da terra*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

IMBUSCH, Peter, MISSE, Michel, CARRIÓN, Fernando. Violence Research in Latin America and the Caribbean: A Literature Review. *IJCIV*: V. 5, N° 1, 2011, p. 87-154. Disponível em: https://flacsoandes.edu.ec/web/imagesFTP/1351010264.Violence_Research_in_Latin_America_and_the.pdf Acesso em 20 de nov. 2020.

JUNIOR, José Cretella; CINTRA, Geraldo de Ulhôa. *Dicionário Latino-Português*. 7º Ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1956.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LIMA, A. S.; NOGUEIRA, G. D.; Gonçalves, Conceição Santos. Racismo e suspeição policial no Brasil: narrativas de policiais e sujeitos marginalizados. In: Ana Carolina Cerqueira Medrado; Adalberto de Salles-Lima; Rita Silvana Santana dos Santos; Rodrigo Matos-de-Souza. (Org.). *Em busca de um Horizonte: narrativas sobre educação, arte e resistência*. 1ª ed. Brasília: Edições REDEXP, 2019, p. 41-53.

LOMBARDI, José Claudinei. *Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels*. Faculdade de Educação da Unicamp. Tese. 2010. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=40989> Acesso em 20 de nov. 2020.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro Primeiro. O processo de produção do capital. Tradução: Regis B. e Flávio R. K.. 3ª ed. Tomo II. (Os economistas). São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica seguido sobre el governo privado indirecto*. Traducción y edición: Elisabeth F. A.. Espanha: Melusina, 2011. Disponível em: <https://aphuuruaguay.files.wordpress.com/2014/08/achille-mbembe-necropole3adtica-seguido-de-sobre-el-gobierno-privado-indirecto.pdf> Acesso em 20 de nov. 2020.

MISSE, M.. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Lua Nova*. V. 79, 2010, p. 15-38.

MOORE, Carlos. O Marxismo e a questão racial: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e à escravidão. *Coleção Repensando África*, v. 5. Belo Horizonte: Nandyala; Uberlândia: Cenafro, 2010.

MUNIZ, Jacqueline; CARUSO, Haydée; FREITAS, Felipe. Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. São Paulo, n. 84, p. 148-187. Disponível em: <http://www.ineac.uff.br/images/artigos/artigo1.pdf> Acesso em 20 de nov. 2020.

MUSUMECI, L., & RAMOS, S.. Elemento Suspeito. Abordagem Policial e Discriminação na Cidade do Rio de Janeiro. *Boletim Segurança e Cidadania*. 2004.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria P. da. Teorias do crime e da violência: uma revisão da literatura. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, N°77, 2015, p.69-89. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-77/9984-teorias-do-crime-e-da-violencia-uma-revisao-da-literatura/file> Acesso em 20 de nov. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: CLACSO. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_ Quijano.pdf Acesso em 20 de nov. 2020.

RIBEIRO, Darcy. La nación latinoamericana. (Nueva Sociedad N° 62 Septiembre/Octubre, 1982). In: *30 Años de Nueva Sociedad*. Nueva Sociedad N°180-181. Disponível em: <https://nuso.org/autor/darcy-ribeiro/> Acesso em 20 de nov. 2020.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal*. SANTOS, M. 19ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SEGATTO, Rita Laura. *Las estructuras elementares de la violencia*. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Bernal, Universidad de Quilmes, 2003.

SEGRERA, Francisco López. “Abrir, ‘impensar’ e redimensionar as ciências sociais na América Latina e Caribe – É possível uma ciência social não eurocêntrica em nossa região?”. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

TELLES, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2010.

TEODORO, António. et al. *Redes institucionais na América Latina: construindo as Ciências Sociais Contemporâneas e a Educação*. Revista Lusófona de Educação, 21, ano 2012, p.13-32.

VASCONCELOS, F. *Esboço de uma sociologia política das ciências sociais contemporâneas (1968-2010): a formação do campo da segurança pública e o debate criminológico no Brasil*. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

WEBER, Marx. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

WEBER, Max. A Política como vocação. In: WEBER, Max. *Ciência e política. Duas vocações*. 16ª ed. tradução de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Editora Cultrix, 2000.

IDEIAS ALEMÃS NA ARGENTINA: O COMÉRCIO DE SABERES E O COMÉRCIO DE PRESTÍGIO (1890- 1930)¹

Alexandra Dias Ferraz Tedesco²

INTRODUÇÃO

Mas não são apenas os governos totalitários que temem a leitura. Os leitores são maltratados em pátios de escolas e em vestiários tanto quanto nas repartições do governo e nas prisões. Em quase toda parte, a comunidade dos leitores tem uma reputação ambígua que advém de sua autoridade adquirida e de seu poder percebido. Algo na relação entre um leitor e um livro é reconhecido como sábio e frutífero, mas é também visto como desdenhosamente exclusivo e excludente, talvez porque a imagem de um indivíduo enroscado num canto, aparentemente esquecido dos grunhidos do mundo, sugerisse privacidade impenetrável, olhos egoístas e ação dissimulada singular. “Saia e vá viver!” dizia minha mãe quando me via lendo, como se minha atividade silenciosa contradissesse seu sentido do que significava estar vivo. O medo popular do que um leitor possa fazer entre as páginas de um livro é semelhante ao medo intemporal que os homens têm do que as mulheres possam fazer em lugares secretos dos seus corpos, e do que as bruxas e os alquimistas possam fazer em segredo, atrás de portas trancadas. A leitura deu-me uma desculpa para a privacidade, ou talvez tenha dado um sentido à privacidade que me foi imposta.

Alberto Manguel.

Há uma crise de nosso tempo. Uma crise total, que se estende a todos os aspectos da vida, na esfera pessoal e na ordem coletiva. Caberia acrescentar muito pouco a essa categórica afirmação, um lugar comum que ninguém mais

¹ Este texto faz parte da introdução da tese de doutorado “A Argentina na periferia do tempo: os combates da sociologia científica e um mundo novo para os intelectuais”, defendida no Programa de Pós Graduação em História da UNICAMP, sob orientação da profa. Dra. Silvana Barbosa Rubino e com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Essa pesquisa contou com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

²Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, 2018), atualmente é professora adjunta do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), atuando na área de História Moderna e Contemporânea. E-mail: alexandra.tedesco@gmail.com.

discute. A discrepância começa quando se trata de atribuir-lhe um significado. Sem entrar na polêmica, digamos antes de tudo que (...) a palavra crise não deve ser entendida em um sentido necessariamente pessimista.

Gino Germani.

Poucas narrativas parecem ter sido tão resilientes na história do tempo recente como aquela que se organizou em torno da ideia de *crise*. Acionada desde diversos pontos de vista – econômico, político, simbólico – essa ideia foi um componente importante dos discursos mobilizados pelo universo intelectual para entender as mudanças pelas quais as sociedades ocidentais passaram nos últimos 100 ou 150 anos. Algumas perguntas, contudo, podem ser feitas ao significado da permanência dessa narrativa. A *crise* – se entendida enquanto um ponto de tensão entre espaço de experiência e horizonte de expectativa³ - é uma posição privilegiada, ou mesmo possível, de reflexão sobre ela mesma? É possível equacionar a dimensão trágica de um projeto de mundo a partir do diagnóstico negativo que dele se faz no entretempo de sua vigência? Falar da crise é um modo de solucioná-la pela compreensão de suas causas ou um modo de reiterar a vigência de uma lente de observação? Menos do que responder de forma categórica a qualquer dessas perguntas, este texto pretende questionar-se acerca da permanência da narrativa de crise e da pertinência de validar esse debate enquanto nota de fundo de uma série de projetos intelectuais que se desenvolveram a partir dela, para resolvê-la ou reiterá-la. Parto do aporte de Bourdieu (2001) para considerar o discurso sobre a crise como um tipo de arbitrário constitutivo, tácito, que só se anuncia como tautologia, tornando-se a própria condição histórica do discutível. Essa constante possui, ainda, permeabilidade cotidiana, de modo que os discursos sobre a crise puderam tornar-se,

³ Reinhardt Koselleck, em *Crítica e Crise*, elabora a seguinte definição: “Pertence à natureza da crise que uma decisão esteja pendente mas ainda não tenha sido tomada. Também reside em sua natureza que a decisão a ser tomada permaneça em aberto. Portanto, a insegurança geral de uma situação crítica é atravessada pela certeza de que, sem que se saiba ao certo quando ou como, o fim do estado crítico se aproxima. A solução possível permanece incerta, mas o próprio fim, a transformação das circunstâncias vigentes – ameaçadora, temida ou desejada – é certo. A crise invoca a pergunta ao futuro histórico” (KOSELLECK, 2006, p. 111). Parto, em consonância com Koselleck, da ideia de que a crise possui tanto uma dimensão cotidiana, que se projeta na vida das pessoas a partir da tensão entre espaço de experiência e horizonte de expectativa enquanto uma *experiência histórica* (KOSELLECK, R. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro. UFRJ/Contraponto, 2006) quanto uma dimensão narrativa, ou historiográfica, a partir da qual se elaboram as “perguntas ao futuro histórico”, dimensão de interesse dessa investigação.

para além de diagnósticos técnicos ou restritos ao âmbito intelectual, narrativas publicamente inflacionadas. Conforme propõe Koselleck, essa hipertrofia de significados possíveis deve-se à própria natureza polissêmica de um conceito que “indica insegurança, infortúnio (...) e se refere a um futuro desconhecido cujas condições não podem ser suficientemente elucidadas” (2002, p. 236)⁴. Trata-se, nessa perspectiva, de compreender de que modo a ideia de crise foi capaz de tornar-se uma concordância suficientemente polifônica e abrangente a ponto de delimitar o universo dos problemas possíveis durante longas décadas do século XX (BOURDIEU, 1996, 2001). Essa capacidade de legitimar as pautas em torno das quais se organizam as desavenças, especialmente operante no mundo intelectual, ajudou a promover os espaços de discordância na concordância nos quais se deram os debates teóricos sobre a crise, amplamente heterogêneos. Os adversários teóricos sobre o tema da crise foram, enfim, cúmplices na validação narrativa que viabilizava o debate, além de protagonistas de sua circulação. Nos termos de Bourdieu, “o desacordo pressupõe um acordo, e o conflito entre tendências e doutrinas oculta, aos olhos daqueles que nele participam, a cumplicidade que supostamente têm e que atinge o observador alheio ao sistema” (BOURDIEU, 1967, p. 370)⁵. Para compreender esse “dissenso no consenso”, aceitando a centralidade do sistema de ensino na reprodução dessas disposições, esta investigação procura considerar dois modos de aquisição cultural: o universitário e o extra-universitário (o dos cafés, das editoras e dos salões), de modo a observar tanto a relação diacrônica que os fenômenos intelectuais mantêm com discursos anteriores a eles mas, também, de modo sincrônico, sua interação conflituosa com um universo de manifestações culturais que não se esgota, no caso argentino, na educação formal⁶.

⁴ As traduções são minhas daqui por diante. Os originais constam em notas de rodapé. “The concept indicates insecurity, misfortune (...) and refers to an unknown future whose conditions cannot be sufficiently elucidated” (2002, p. 236)

⁵ “le désaccord suppose un accord, et les conflits manifestés entre les tendances et les doctrines dissimulent, aux yeux même de ceux qui y participent, la complicité qu’ils supposent et qui frappé l’observateur étranger au système” (BOURDIEU, 1967, p. 370).

⁶ Conforme Bourdieu, “pode-se supor, de fato, que cada sujeito deve ao tipo de aprendizado escolar que recebeu um conjunto de esquemas fundamentais e profundamente internalizados que servem como um princípio de seleção para a posterior aquisição de esquemas, de modo que o sistema dos esquemas segundo os quais se organiza o pensamento desse sujeito deve sua especificidade não apenas à natureza dos padrões constitutivos, mas também à frequência com que são usados e ao nível de consciência com o qual operam - essas propriedades sendo presumivelmente relacionadas a condições de aquisição dos esquemas intelectuais mais fundamentais” (BOURDIEU, 1967, p. 372). [“on peut supposer, en effet, que chaque sujet doit au type d’apprentissage scolaire qu’il a reçu un ensemble de schémas fondamentaux, profondément intériorisés, qui servent de principe de sélection aux acquisitions ultérieures de schémas, en

Levando em conta esse duplo olhar, sincrônico e diacrônico, proponho que a emergência do projeto da *sociologia científica*⁷ na Argentina da década de 1950, encabeçada por Gino Germani, bem como os combates travados com as referências anteriores (a saber, a predominância de uma sociologia histórica permeada por referências do pensamento alemão) e, notadamente, a própria crise desse projeto “científico”, funcionam exemplarmente enquanto pontos de observação de um conflito intelectual que extrapola a esfera estritamente teórica. Proponho que, ao dedicar-se à inserção de referências norte-americanas no debate da sociologia argentina, o projeto desses intelectuais incidiu tanto sobre a estrutura institucional da produção do conhecimento quanto, paralelamente, sobre a preponderância de determinados tipos de atitude intelectual⁸. Importa observar, de acordo com a tradição que se dedica a analisar as sociologias nacionais a partir de um marco transnacional, que a mudança do centro gravitacional das ciências sociais da Europa para os Estados Unidos que se acentua anos 1950 é um dado importante para a análise da assimetria que a sociologia americana estabeleceu com os atores de países periféricos (ALGER e LYONS, 2001), notadamente no que diz respeito às agendas de pesquisa (ALATAS, 2003). Tais vinculações, sugerem Heilbron e Guilhot, exigem uma atenção para o fato de que “as ciências sociais se desenvolveram em uma tensão permanente entre a aspiração a um conhecimento universalmente válido das sociedades humanas e a dependência em relação aos estados-

sorte que le système des schémas selon lesquels s'organise la pensée de ce sujet doit sa spécificité non seulement à la nature des schémas constitutifs, mais aussi à la fréquence avec laquelle ceux-ci sont utilisés et au niveau de conscience où ils opèrent — ces propriétés étant vraisemblablement liées aux conditions d'acquisition des schémas intellectuels les plus fondamentaux (BOURDIEU, 1967, p. 372)].

⁷ A denominação “sociologia científica” é alvo de revisões e relativizações no debate historiográfico sobre o tema. Esse debate foi oportunamente considerado na tese “A Argentina na Periferia do Tempo” (TEDESCO, A, UNICAMP, 2018), de modo que a adesão ao termo figura não apenas como um modo de diferenciar esse projeto de “outras sociologias” mas, também, como um modo de aceitar a designação que o próprio Gino Germani deu ao empreendimento (BLANCO, 2006). Assim, sem desconsiderar que o sentido científico do projeto não pode ser compreendido de modo estanque, mas apenas relacional, a opção é por manter essa designação clássica na literatura sobre o tema.

⁸ Um dos pontos centrais do debate acerca do projeto da “sociologia científica” é sua relação heterodoxa com as referências teóricas que mobiliza. Conforme já expuseram Blanco (2006) e Pereyra (2005), não é possível reduzir o projeto de Germani à mera substituição de um *corpus* teórico por outro, tampouco faz jus à complexidade de seu projeto assumi-lo enquanto discípulo de Parsons (algo inclusive cronologicamente impossível). Trata-se, então, de pensar seu esforço de ampliação das referências teóricas dentro dos marcos de uma tendência mais ampla, em cuja proa estão as análises da sociologia norte-americana mas que não exclui, evidentemente, o diálogo constante com outras tradições. Trabalho com a hipótese de que as práticas institucionais e os modos de conceber a pesquisa intelectual levadas a cabo por Germani podem, elas sim, vincular o autor à tradição norte-americana, não o apego irrestrito à uma aposta teórica.

nação” (2009, p. 121)⁹. Assim, ainda que as sociologias apareçam frequentemente como unidades nacionais, importa considerar que esse enquadramento nacional da análise não é auto-evidente e pode ser pensado, como esta pesquisa reivindica, como um momento específico da história do campo (SAPIRO, 2013).

Se, então, a dimensão da circulação internacional das ideias é o pano de fundo das tensões nacionais (SAPIRO, 2013), proponho que a recepção e a ressignificação das tradições francesas, alemã e estadunidense na sociologia argentina sejam observadas a partir de três olhares concomitantes: a atenção aos enfrentamentos especificamente teóricos, as tensões institucionais e, finalmente, as mudanças na concepção de “intelectual” e de “sociólogo” que acompanham esse processo. Importa apontar, ainda, para o fato de que este trabalho não tem pretensões biográficas sobre a trajetória de Germani¹⁰ nem, em última instância, pretende refazer a síntese teórica do projeto do sociólogo¹¹. Trata-se de uma história da intersecção entre esfera pública e privada no universo intelectual argentino, através da qual se supõe possível trazer à tona as dinâmicas de circulação intelectual e a tradução, para o contexto argentino, das disputas globais acerca do lugar da sociologia nos enfrentamentos disciplinares e na relação com os espaços extrauniversitários. Trata-se, recuperando a inspiração de Carl Schorske em *Vienna Fin de Siècle* (1981), de somar à análise diacrônica de cotejamento das teses um corte sincrônico no mundo cultural: a *sociologia científica*, afinal, não dialoga apenas com outras *sociologias* mas, também, com outras manifestações simbólicas de época, que definem seus limites e sua pretensão. Sustento, por fim, que o período entre 1955 e 1957, momento de reorganização do campo intelectual argentino e, especificamente, da organização do curso de Sociologia na Universidade de Buenos Aires, marca o início de um inédito projeto de revisão das fontes que até então informavam os debates sociológicos naquele país, notadamente aquelas oriundas do clássico debate alemão acerca da “crise dos tempos”, orientada pela divisão entre ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*) e ciências naturais (*Naturwissenschaften*) e que essa revisão é, também, uma mudança na própria definição de “intelectual”. É esse

⁹ “les sciences sociales se sont développées dans une tension permanente entre l’aspiration à une connaissance universellement valide des sociétés humaines et la dépendance vis-a-vis des états-nations” (2009, p. 121).

¹⁰ Para tanto é possível consultar a biografia intelectual escrita por Ana Germani intitulada *Del Antifascismo a la Sociología*, publicada em 2004.

¹¹ Nessa direção vão alguns dos trabalhos seminais de Alejandro Blanco (2005, 2006, 2009), Diego Ezequiel Pereyra (2005) e González (2000), de cujas análises este trabalho é reiteradamente tributário.

ponto de partida que essa introdução pretende detalhar a partir da composição de um panorama da circulação do debate sobre a *crise*.

A CRISE ARGENTINA ATRAVÉS DOS ALEMÃES

Para compreender a chamada “sociologia científica” dos anos 1950 é fundamental, antes, entender os espaços dos possíveis do campo intelectual argentino, sobretudo suas relações com a tradição alemã.

Quando Simmel (2005) diagnosticou em *As grandes cidades e a vida do espírito* – publicado em 1903 - que a autonomia do indivíduo na modernidade está, frente aos imperativos sociais, fadada ao fracasso, repercutia uma série de reflexões que circulavam na comunidade alemã e europeia a respeito de uma ideia-chave da virada do século XIX: a de *crise*. Descrevendo a “vida nervosa”, típica das grandes cidades, Simmel pontua que o habitante citadino já não reagia com o *ânimo*, mas com o entendimento, relegando a um segundo plano, portanto, os sentidos como via de acesso ao mundo. O espírito moderno, sentenciava o ensaísta alemão, tornara-se contábil. A essa circunstância, que Simmel qualifica como embotamento subjetivo advindo da hipertrofia da cultura objetiva, não faltaram adjetivos e explicações na virada do século XIX para o XX. As discussões acerca das mudanças culturais desse contexto tinham, em Simmel como em amplos setores do campo intelectual europeu, uma pauta compartilhada: a reflexão sobre a crise e sobre a “decadência”.¹²

Horst Möller, em *Crises et Conscience de crise en Allemagne* (in PELLETIER, 2008) diagnostica que a reflexão sobre a crise que perpassa a comunidade intelectual alemã dos anos 1920 e 1930 – protagonizada por Jaspers, Plessner, Simmel, Mannheim, etc – é anterior à própria consciência de seus efeitos concretos, que se delinearão apenas após a Primeira Guerra. Para o autor, os fundadores dessa pauta são Nietzsche,

¹² Nos termos de Pelletier (2008), o mote dessa crítica que informava diagnósticos tão dissimiles pode ser condensado na sensação de que “assim, a sociedade entra em um estado entrópico (a entropia é a segunda lei da termodinâmica, que mostra que a energia é degradante e homogênea), cujas revoltas anárquicas não escondem a profundidade da conformidade e a abstenção da vontade de aceitar que a liberdade anda de mãos dadas com o declínio das autoridades religiosas, políticas, sociais, morais e com o hedonismo individualista cínico de uma sociedade permissiva (PELLETIER, 2008, p. 81)” [“la société entre ainsi dans un état entropique (l’entropie est la deuxième loi de la thermodynamique, qui montre que l’énergie se dégrade en s’homogénéisant) dont les révoltes anarchiques ne cachent pas l’inertie profonde, dont le conformisme et l’absence de volonté d’assumer sa liberté vont de pair avec le déclin des autorités religieuses, politiques, sociales, morales et l’hedonisme individualiste cynique d’une société permissive” (in PELLETIER, 2008, p. 81)]

Freud, Marx, os “mestres da suspeita” ainda no século XIX. Em diálogo com Möller, Gilbert Mellio (in PELLETIER, 2008) propõe, ainda, que essa “atmosfera” que remete ao XIX se radicaliza no contexto das primeiras décadas do século XX graças a crítica da sociedade técnica, tão antiga, vale mencionar, quanto a própria técnica. Subscrevendo a possibilidade de recuar ainda mais o início desses diagnósticos, contudo, à essa tese interessa capturar especificamente o momento em que esse repertório se torna a “condição do discutível” ao generalizar-se pelo campo intelectual.

É dentro dessa tradição que Simmel - atrelado ao cargo de *privatdozent* em um sistema universitário que, no começo do século XX, vivia o ápice de sua verticalização¹³ - formula sua análise. É também a partir da inteligibilidade dessa filiação que se pode compreender, por exemplo, a continuidade temática entre os alertas simmelianos e outras discussões fundadoras da sociologia alemã, como as de Ferdinand Tönnies e aos dificilmente superestimados ecos de sua *Comunidade e Sociedade* publicado em 1887. A aposta de Tönnies de que a “sociedade” consistia numa representação virtual e mecânica e, por isso, degradada em relação a “tudo o que é confiante, íntimo, que vive exclusivamente junto [e que] é compreendido como vida em comunidade” (TÖNNIES, 1995, p. 97) pode ser inserida num debate ainda mais exaustivo que fissurou a comunidade intelectual alemã e europeia, na virada do século (GAY, 1978; RINGER, 1999). Trata-se de uma *atitude intelectual* que foi capaz de congrega nomes tão distintos como Max Weber, Sigmund Freud, Oswald Spengler, Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto, Paul Valéry e Edmund Husserl e que chegou, de modo matizado, à primeira geração da Escola de Frankfurt¹⁴ (a leitura de Benjamin, por

¹³ Sobre o sistema de cátedras alemão, bem como sobre a categoria *privatdozent* (professor habilitado a dar cursos na universidade sem vínculo empregatício com ela, ou seja, sujeito ao pagamento dos frequentadores do curso) é possível consultar: RINGER, F. *Fields of knowledge: french academic culture in comparative perspective. 1890-1920*. Cambridge. Un. Press, NY, 1992, BEM-DAVID, Joseph. *O papel do cientista na sociedade, um estudo comparado*. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo. EDUSP, 1974 e LEPENIES, W. *Between literature and Science: the rise of sociology*. Translated by R. J. Hollingdale. Cambridge Un. Press, 1988. Reprinted in 1992.

¹⁴ Como pontua Fabiani (2005), pensar em termos de recepção de uma “escola” é um ponto de complexidade em si mesmo, já que uma boa parte da definição sobre ou que é um grupo intelectual vem de outros grupos intelectuais, sendo portanto, em larga medida, autoreferencial. Dessa forma, é preciso levar em conta que os grupos costumam ser identificados por fatores como confluência de ideias, de trajetórias individuais e de procedimentos, que envolvem também cerimoniais diversos, passíveis de interpretação e de operações de traduções as mais distintas. Na pista de Collins, caberia questionarmos sobre as condições institucionais que favorecem o aparecimento desses grupos enquanto coletivos nomeáveis e, principalmente, que viabilizam sua identificação póstuma, já que “uma tradição intelectual não é definida por seu conteúdo (nem por um cânone) mas por um tipo estabelecido de relações sociais dentro de um coletivo intelectual” (COLLINS in FABIANI, 2005, p. 195) [une tradition intellectuelle n’est pas définie par un contenu (ni par un canon) mais par un type d’établi de relations

exemplo, parte, como a de Freud, de uma pauperização da experiência)¹⁵. Muito embora não se possa identificar uma coincidência de prescrições, interessa sobretudo o diagnóstico compartilhado, na medida em que através dele se torna possível circunscrever o vocabulário comum entre projetos intelectuais tão distintos, capturando o consenso que circunscreve os distintos posicionamentos teóricos (BOURDIEU, 1996, 2001). Na análise de D'Agostini, essa possibilidade de concordância temática sintetiza o *aggiornamento* das ciências humanas em fins do século XIX, forçadas, frente à predominância da cultura científica, a se acomodarem a novos critérios. Nos termos da autora, “a expressão ‘a ciência não pensa’ manifesta o ponto de vista em comum que se difunde no pensamento continental daqueles anos, endereçado a defender a filosofia daquilo que Ortega y Gasset chama de ‘imperialismo da ciência’” (2003, p. 58-59)

O sistema universitário alemão era mundialmente dominante na virada do XIX para o XX¹⁶ (CASANOVA, 2002; LEPENIES, 1994; ESPAGNE, 2004). Tal proeminência pôs em circulação por toda Europa, através das dinâmicas de tradução e das viagens de formação, o tema da *crise*, que paulatinamente se espraiava também para os debates latino-americanos, nos quais a ‘literatura de catástrofe’ ganharia contornos específicos. Pela extensão do debate, mesmo as dinâmicas de circulação precisam passar por um recorte. Desse modo, considero aqui, prioritariamente, aqueles autores que, de um modo ou de outro, reverberaram nos debates argentinos que me proponho a observar (tanto pelo impacto de suas obras, como é o caso de Spengler, quanto pelo contato efetivo com o campo intelectual bonaerense, exemplarmente José de Ortega y Gasset). Subscrevo, para basear essa escolha de autores, a afirmação de Louis Pinto de que “a importação não é possível senão sob a condição de encontrar os interesses e a disponibilidade de uma população de intérpretes e intermediadores” (2009, p.10)¹⁷.

sociales au sein d'un collectif intellectuel” (Collins in Fabiani, 2005, p. 195)]. No caso de Frankfurt, especificamente, para além da ponderação acerca da validade da ideia de escola soma-se o alerta de Martin Jay (2008), subscrito por Vandenberghe (1998), para quem a teoria crítica da escola de Frankfurt é um mito acadêmico: são teóricos falando de objetos similares a partir de uma tradição coletivamente compartilhada, o marxismo ocidental, “um círculo de intelectuais paramarxistas e uma teoria radical e totalizante da sociedade” (1998, p. 7) [un cercle d'intellectuels paramarxistes et une théorie radicale et totalizante de la société” (1998, p. 7)]. Discussão elaborada em artigo para a Revista de História Intelectual Intelligere. USP, 2018. Em edição.

¹⁵ Para uma análise específica acerca da relação de Walter Benjamin com a tradição alemã é possível consultar Vandenberghe (1998), Jay (2008), Rouanet (1998) e Touraine (1992), conforme bibliografia.

¹⁶ Além dos autores citados na nota 3, a obra TOURAINE, A. *The academic system in American society*. Mc Graw-Hill Book Company. New Jersey, 1997 recupera, a partir de uma perspectiva comparada, os principais pontos acerca do sistema de cátedras vigente na Alemanha.

¹⁷ “l'importation n'est pas possible qu'à condition de rencontrer les intérêts et la disponibilité d'une population d'interpretes et a intermediaries” (PINTO, 2009, p. 10).

Conforme Schnädelbach, “nos anos que compreendem o período entre 1831 e 1933 se desenvolveu, basicamente no âmbito da universidade, a ciência em língua alemã, que teve uma indiscutível aceitação mundial” (1991, p. 33)¹⁸. Como corolário dessa consagração em termos continentais, também um tipo de atitude intelectual dominante se espalhou pelos campos nacionais sob os auspícios do modelo alemão, adaptando-se às distintas conjunturas nacionais (RINGER, 1999; ESPAGNE, 2004, VANPAEMEL, 2015)¹⁹. Tendo em vista que os textos circulam descolados de seus contextos de produção²⁰, essa proeminência é um dado importante no caso do debate argentino da primeira metade do século XX já que, conforme será detalhado, o momento de hegemonia da Alemanha no mercado simbólico internacional coincide com o contexto de profissionalização do mundo intelectual argentino e, paralelamente, de consolidação de uma ampla rede de revistas e periódicos colocaram em circulação essas referências, em relação não sempre harmoniosa com a esfera de ensino oficial.

Conforme Mucchielli, se “durante longo tempo a lógica do objeto (ou lógica de aproximação do objeto) prevaleceu sobre a lógica disciplinar (ou lógica da especialidade)” (2001, p. 40), uma história intelectual que procura questionar a rigidez das fronteiras disciplinares em nome de uma abordagem que leva em conta suas

¹⁸ “en los años que median entre 1831 y 1933 se desarrolló, basicamente en el ámbito de la universidad, la ciencia en lengua alemana, que tuvo una indiscutible aceptación mundial” (1991, p.33)

¹⁹ Christophe Charle rastreia em *La République des Universitaires* (1994) o interesse de uma série de intelectuais franceses pelo sistema universitário alemão, interesse que envolveu, inclusive, frequentes viagens de formação. Dentre esses intelectuais estão nomes de proa no campo francês, como Charles Seignobos, Maxime Collingnon, Georges Blondel, Emile Durkheim, Abel Lefranc, Célestin Bouglé e Jean Brunhes. Para Charle esse interesse revela o fato de que “o modelo alemão aparece, nesse momento, como a única alternativa ao esclerosado sistema napoleônico” (1994, p. 22) [“le modele allemande appairasait en effet, a cette époque, comme la seule alternative possible au système napoléonien sclérosé” (1994, p. 22)].

²⁰ Bourdieu localiza, nas operações de circulação internacional das ideias, um mecanismo de *import-export* intelectual. Para ele, pressupor uma internacionalização previa no campo intelectual é ignorar o fato de que os embates se dão nos planos da nação, com as vicissitudes correlatas do campo que recebe a circulação. Os textos, dessa forma, circulam sem seus contextos. Sendo assim, torna-se necessário pensar a intencionalidade e a funcionalidade do que se traduz, do que se prefacia a partir de duas lógicas: afinidades eletivas por um lado, e adesões tácitas a clubes, de outro. Alguns autores estrangeiros são tornados, dessa forma, elásticos, adaptáveis, propícios a um “efeito de prisma deformante” (...) “que exercem, tanto sobre a produção como sobre a recepção, os campos intelectuais nacionais e as categorias de percepção e de pensamento que eles impõem ou inculcam” (2002, p. 8). Assim, é pensando sobre os campos nacionais que se pode entender a circulação, via “estruturas do inconsciente cultural nacional” (idem, p. 9), a saber, o “pensamento impensado” de uma época. BOURDIEU, Pierre. *Les conditions sociales de la circulation internationale des idées*. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. 2002/5 n.145, p. 3-8. Utilizamos, aqui, a tradução de Fernanda Abreu *As condições sociais da circulação internacional das ideias*. para Enfoques – Revista Eletrônica | Rio de Janeiro | v.1 | n. 01 | p. IV– 117 | 2002.

intersecções deve concentrar-se, sobretudo, em capturar o processo de constituição das disciplinas, em detrimento da eleição de marcos genealógicos que são, na maior parte das vezes, construções tributárias das próprias tensões intelectuais às quais se quer tomar por objeto. Tendo isso em mente, esta tese busca alinhar-se à proposta de Pascale Casanova (2002), qual seja, a de sair da órbita da busca pelos segredos da obra – e, no mesmo sentido, da “abstração dos textos”, nos termos de Chartier (2002) - em direção aos questionamentos baseados em: porque, em certos contextos, se fazem certas perguntas a certos textos. É também a partir do diagnóstico de Casanova de que, ao longo do século XIX, o nacionalismo alemão (componente de fundo de uma enormidade de versões sobre a crise, atribuída então ao “excesso de civilização anglo-francesa”) tomou o lugar, em termos de pauta intelectual, do internacionalismo francês até então dominante, que será desenvolvida a ideia de que essa disputa teórica é acompanhada de uma mudança prática na circulação do saber no continente - já que a Alemanha com sua rede de universidades prestigiosas como Berlim e Heidelberg, havia se tornado, no fim do século XIX, a Meca da juventude estudiosa da Europa. Sendo assim, as referências francesas e espanholas que compõem o debate tal como é recepcionado na Argentina estão também permeados por esse “suposto de germanização da Europa” vigente na transição para o século XX. Conforme destaca Espagne (2004), desde meados do século XIX a língua da filosofia era o alemão e, mesmo na França, que podia considerar-se dominante em todas as outras áreas da cultura humanística, eram frequentes as viagens de formação dirigidas àquele país. Nos termos do autor, “a Alemanha é um espaço que os filósofos franceses do século XIX frequentam, cuja língua eles se esforçam para aprender, da qual importam, traduzem, resumem e comentam as obras marcantes que usam para justificar suas carreiras” (2004, p. 389)²¹.

Pierre Chaunu (1981), em seu comentário acerca da vigência da ideia de “decadência” na historiografia do ocidente, sugere que a noção moderna de decadência – tão acionada pelos debates que compõem o escopo dessa pesquisa - é indissociável da ideia de progresso pois este não existe, conceitualmente, senão no risco daquela²². O alerta de Chaunu é importante pois embora o tema da “crise”, da decadência e do

²¹ “L’Allemagne est un espace que les philosophes français du XIX siècle traversent, dont ils s’efforcent d’apprendre la langue, dont ils importent, traduisent, résumet et commentent les oeuvres, marquantes, dont ils se servent pour justifier leur carrière” (2004, p. 389).

²² Koselleck, em *The practice of Conceptual History* (2002), insiste no fato de que o conceito é usado, coloquialmente, cientificamente e politicamente. A tese é: ao contrário da ideia de declínio e decadência, a ideia de progresso se emancipou de suas conotações antigas com mais rapidez. Se torna um conceito maduro, de fim do mundo medieval à ideia de ‘mundo aberto’ moderno.

questionamento do progresso não seja exclusividade de certa vertente do pensamento alemão, é ali, no fim do XIX e no começo do século XX, onde ele é levado ao limite de suas possibilidades enquanto chave explicativa do mundo.²³ Após um longo período de irrestrita confiança no potencial emancipatório da ciência, a virada do século marca o surgimento e a circulação de um discurso pessimista sobre os custos humanos e existenciais de tal confiança. Trata-se, também, do contexto que marca o amadurecimento de leituras sociológicas no debate europeu, fato que ajuda a ilustrar o enfrentamento do campo intelectual não somente em termos teóricos (a discussão conceitual sobre a crise) mas também institucionais e disciplinares: a sociologia aparece, para o setor mais tradicional da universidade alemã, como sintoma desse ‘desencantamento do mundo’ que informa os diagnósticos de crise.

Conforme Norbert Elias (1997) e Merlio (1996), ao conceito de *Civilisation*, das boas maneiras francesas, opunha-se, em amplos setores do mundo letrado de fala germânica, o conceito de *Kultur*, vinculado à ideia de um conhecimento orgânico, conectado ao indivíduo profundo e espiritual. A definição da comunidade intelectual alemã em oposição às referências francesas é, no diagnóstico de Elias, fundacional para o romantismo e para o historicismo alemão. Sintetizando essa disputa, Schnädelbach aponta que “esse tipo de historicismo surgiu na Alemanha em fins do século XIX contra a filosofia racionalista ilustrada e sua pretensão de permanecer à margem da história” (1991, p. 51)²⁴.

Wolf Lepenies salienta, ainda, que a ideia da política em oposição à cultura, estruturante do debate alemão ao longo de todo o XIX, relegou a ideia de *civilization* a

²³ Conforme Marramao (1995) sobre o nascimento da *história processo*: “foi obra daquelas *gens de lettres* do século XVIII que, mesmo não possuindo ainda o termo, tinham todavia clara a função do intelectual moderno: mais que produto mecânico ou emanção direta da divisão disciplinar, ela é a resultante global e complexa do entrelaçamento entre topologia especialista e saber histórico prospectivo ou strictu sensu projetual” (1995, p. 104). Se acionamos Koselleck à essa meditação, podemos localizar as duas operações conceituais constitutivas do termo progresso: a desnaturalização da metáfora do crescimento e a temporalização da história. Na antiguidade, a ideia de decadência que necessariamente sucede a idade do ouro impede o desenvolvimento de uma autêntica ideia de progresso (Marramao). O contexto da formação da ideia específica de progresso, no que concorda com o medievalista Jacques le Goff, é entre o século XV e 1789, momento de transposição da escatologia em história progressiva. A delimitação do horizonte de sentido da história tem menos a ver, nessa perspectiva, com a postulação de uma conclusão predeterminada “mas antes em fornecer um esquema de ordenamento progressivo e de significação capaz de afastar o antigo temor do fatum e da fortuna” (1995, p. 109), o progresso, enfim, preenche de conteúdo a história e assim lhe confere um sentido. “Deste modo, a planificação do porvir adquire a pleno título as funções da providência” (idem, p. 110).

²⁴ “este tipo de historicismo surgiu en Alemania hacia finales del siglo XIX contra la filosofía racionalista ilustrada y su pretensión de permanecer al margen de la historia” (1991, p. 51).

um valor de segunda ordem “que afeta somente a aparência, a superfície da existência humana” (2006, p. 11)²⁵, e alçou a *kultur* à categoria de valor especialmente intelectual. A cultura como auto cultivo aparece, nessa leitura, como antídoto para a anarquia individualista, imputada à tradição iluminista francesa. Do ponto de vista da *kultur*, quem progride é o indivíduo, não o corpo social de maneira ampla, de modo que “o carisma da nação fornece uma religião política, isto é, recria a ligação derrotada pelo desencanto e atomização do mundo, ao devolver ao indivíduo, no nível coletivo, um status que ele havia perdido em um nível pessoal” (MERLIO, 1996, p. 65)²⁶. Ainda nos termos de Merlio, referindo-se a outro aspecto da tensão comparativa com o caso francês, “o século XIX confirma que a ‘crise da civilização’ moderna é, na Alemanha, mais fortemente ligada a uma reivindicação identitária” (1966, p. 44)²⁷. Essa recusa do universalismo – premissa fundadora do corpo teórico que emerge com a Revolução de 1789 – que se encontra implicada em ou outro modo de produzir e divulgar a cultura é um aspecto que singulariza o debate intelectual do romantismo alemão e será uma das premissas cuja circulação importa rastrear para o entendimento do contexto argentino.

É importante ter em vista que essas questões, apesar de informadas pelo repertório popular e em alguma medida tomando esse repertório como objeto, davam-se, principalmente, dentro da universidade alemã. No fim do século XIX, algumas mudanças na composição social da Alemanha incidiam na organização dessa instituição, processo que foi percebido como crise, principalmente pelos setores mais bem posicionados, como os professores catedráticos, formuladores da ideia de *Bildung* (RINGER, 1999). Na virada do século, a comunidade universitária alemã, historicamente hermética, assistia a um processo de ampliação e fragmentação dos cursos, bem como ao fato de que alguns institutos técnicos ganhavam estatuto de Faculdades. O aparecimento de novas especialidades como Psicologia e Sociologia tornava ainda mais obsoleto o sistema catedrático alemão pois “de fato, a resposta integradora dessas disciplinas, frente à investigação metodológica dual ‘ciências do

²⁵ “que afecta solo la apariencia, a la superficie de la existencia humana” (2006, p. 11)

²⁶ “Le charisme de la nation fournit une religion politique, c'est-à-dire recrée le lien défait par le désenchantement et l'atomisation du monde, tout en redonnant à l'individu, au niveau collectif, un statut qu'il a perdu au plan personnel” (MERLIO, 1996, p. 65).

²⁷ “le XIX siècle confirme que le ‘malaise dans la civilisation’ moderne est le plus souvent lié en Allemagne à une revendication identitaire” (1996, p. 44).

espírito/ciências naturais’, fazia com que [elas] não se encaixassem na divisão por departamentos” (SCHNÄDELBACH, 1991, p. 95)²⁸.

Esses matizes institucionais de onde se projetam as discussões sobre a crise são importantes para a perspectiva teórica que sustenta esse argumento, a saber, o suposto de que o desenvolvimento das ideias e sua circulação não obedecem exclusivamente a uma lógica imanente a elas²⁹. Nesse sentido, conforme Fritz Ringer (1999), é o contexto de ameaça do papel do *intelectual mandarim*³⁰ que dá forma ao discurso de crise, posto que os acadêmicos alemães passaram a se ver enquanto parte de uma cultura ameaçada, da qual seriam eles mesmos as vigas mestras³¹. Ringer diagnostica que é no recorte temporal da primeira industrialização alemã, a saber 1880 – 1914, momento em que os filhos dos empresários passam a pressionar o sistema de ingresso universitário, que o setor mais ortodoxo da universidade alemã se levanta em defesa de uma *Bildung*: o conhecimento entendido como algo mais que erudição, se relacionando com a própria existência autoconsciente e concreta do indivíduo. Nos termos de Mannheim, “enquanto pensar o indivíduo nos moldes do Iluminismo significa precisamente *in-dividuum*,

²⁸ “de hecho, la respuesta integradora de estas disciplinas, frente a la investigación metodológica propia de la estrutura dual: ciencias del espíritu/ciencias naturales, hacía que no encarajan en la división por departamentos” (SCHNÄDELBACH, 1991, p. 95).

²⁹ A opção por uma abordagem que leva em conta as mediações práticas da vida intelectual pode ser rastreada por um debate exaustivo. Cito, a título de exemplo, as discussões de Roger Chartier, Carlos Altamirano e Alejandro Blanco, conforme bibliografia. Em livro recente, Jorge Myers (2016) apontou para a necessidade de que cogitar a dimensão de circulação é, ainda, uma aposta no foco na mediação entre os textos e o mundo social. À ideia de que os homens pensam de maneira isolada e que a historiar as ideias é partir de um ponto de vista sempre imanente a elas mesmas, opõe-se aqui a observação das práticas. Suponho, nesse sentido, que uma análise que desconsidere as dimensões institucionais e de atitude (ou auto-percepção) intelectual dificilmente se desvincula da ideia de que bastaria, ao historiador, calibrar as lentes de observação, uma vez que o movimento imanente das ideias carregaria um sentido prévio, analisável de um ponto essencialista, que toma as ideias como um *élan* desencarnado cujo sentido é dado por leis.

³⁰ O termo “mandarim” usado por Ringer para descrever a comunidade científica alemã é creditado ao estudo de Max Weber sobre Os Letrados Chineses. No ensaio, Weber descreve os letrados da China imperial enquanto os “portadores do progresso no sentido de uma administração racional e de toda inteligência” (WEBER, 1951, p. 471), únicos autorizados a aconselhar politicamente o imperador e, notadamente dedicados à formação literária. Analogamente ao caso alemão, contudo, é reveladora a ponderação de que, na China, “os letrados submeteram-se ao governante desde que esse, por sua vez, se sujeitasse às suas exigências ritualísticas e cerimoniais; somente então, na linguagem moderna, eles se acomodaram e adotaram uma posição realista” (idem, 1951, p. 501).

³¹ Referindo-se ao caráter conservador da universidade alemã neste período, Francisco Carlos Teixeira da Silva aponta que, correlato ao sistema de recrutamento “quase feudal”: “a historiografia alemã, no século XIX e até os anos 1930 do século XX, era marcadamente orientada ora pelo kantismo – com forte viés idealista, buscando um sentido geral de aperfeiçoamento da condição humana na sucessão, aparentemente sem sentido, de fatos e datas – ora pelo hegelianismo, autoritário e de direita. O marxismo e outros hegelianismos de esquerda eram simplesmente ignorado” (DA SILVA in LIMONIC e MARTINHO, 2010, P. 380).

aquele que não pode ser dividido, para o pensamento romântico ele denota a posse de uma essência específica, incomparável e central” (1986, p. 166)³². Essa *Bildung*, pois, aparece ligada à ideia de *Kultur* num sentido pleno de cultivo pessoal, em oposição à ideia de civilização, creditada aos franceses enquanto *perfumaria*, boas maneiras, etiqueta. Dados esses atributos nos quais se funda a oposição entre *Kultur* e *Civilisation*, conclui Ringer, as duas visões de mundo que se chocam no campo intelectual alemão da virada do século XIX para o XX condensam-se em “atitudes, e não teorias, e manifestavam-se num conjunto característico de hábitos mentais e preferências semânticas” (RINGER, 1999, p. 122)

É importante considerar, nesse contexto, a já mencionada emergência de uma terceira perspectiva analítica, situada no fogo cruzado entre literatos e cientistas: a sociologia (SNOW, 1998; LEPENIES, 1985). Nos termos de Lepenies “em meados do século XIX, literatura e sociologia confrontaram uma a outra pela prerrogativa de oferecer a chave orientadora da civilização moderna e de se constituir em guia apropriado para a vida na sociedade industrial” (1985, p. 01)³³. Além dessa dicotomia fundadora, a sociologia foi confrontada também pela literatura de pretensões científicas, nesse sentido, “a sociologia se defrontou com ascendentes e perigosos rivais e as ciências sociais estavam plenamente conscientes dessa competição, que atingia no âmago sua identidade disciplinar” (idem, p. 7)³⁴. A nova disciplina, contudo, pôde apoiar-se no marketing da síntese entre as tradições das ciências naturais e as ciências da cultura, caminho através do qual a Sociologia se projetaria no debate intelectual, opondo à insistência na “crise do espírito” que pautava as discussões históricas e filosóficas, uma abordagem progressista, calcada na reivindicação da aproximação com as ciências naturais (LEPENIES, 1985).

A resistência que a nova disciplina encontra na Alemanha é proporcional à já mencionada circulação de referências românticas e historicistas. Remeto-me neste ponto à canônica pontuação de Dilthey, para quem só uma ciência da vida poderia ser efetivamente chamada de ciência. A partir de seu esforço por delimitar as

³² “while individual for thinking in the manner of Enlightenment mostly means in-dividuum, that which cannot be further subdivided, for romantic thinking it denotes the possession of a specific, incomparable, central essence” (1986, p. 166)

³³ “from the middle of the nineteenth century onwards literature and sociology contested one another the claim to offer the key orientation for modern civilization and to constitute the guide to livign appropriate to industrial society” (1992, p. 01).

³⁴ “sociology was thus faced with growing and dangerous rivals, and the social sciences were well aware of this competition, which threatened their disciplines identity at this core” (idem, p. 7)

especificidades das “ciências do espírito” e por emancipa-las da metodologia das ciências naturais, Dilthey informou uma série de debates que tiveram ampla reverberação em dois sentidos: a desconfiança diante da sociologia, entendida enquanto parte do processo de racionalização do mundo e, paralelamente, a composição do “discurso de crise” formulada como resposta a um suposto ataque à substância da *vida*, termo que

Com efeito, foi uma palavra própria da discussão cultural, uma consígneia que pretendia abrir caminho em direção a novos horizontes, contra tudo aquilo que parecia petrificado ou morto em uma civilização fundamentalmente intelectualista e antivital, em uma cultura escravizada pelos convencionalismos e pela hostilidade em direção ao vivo. Se buscava um sentido novo que fizesse da vida uma autêntica experiência, entendido por autêntico o dinâmico, criativo, imediato e jovem (SCHNÄDELBACH, 1991, p. 173).³⁵

É, portanto, a partir dessa tensão fundamental que suponho possível compreender a emergência e a substância dos diagnósticos de crise que circularam, a partir da Alemanha, por toda a Europa e, através de uma poderosa rede intelectual, pela Argentina. A emergência de novos grupos sociais na cena política, a pressão por acesso à universidade e, notadamente, o amadurecimento de perspectivas como a sociologia, compõem o pano de fundo desses diagnósticos sobre a crise.

O impacto da *Decadência do Ocidente*, por exemplo, publicado por Spengler na Alemanha em 1919, é sintomático dessa circulação. A partir de sua morfologia histórica, Spengler elabora uma filosofia cultural organicista - em oposição ao mecanicismo - que estabelece uma comparação direta entre vida e morte das culturas com vida e morte dos organismos ³⁶: em seus termos “o homem culto vive para dentro.

³⁵ “en efecto, fue una palabra propia de la discusión cultural, una consigna que pretendia abrir camino hacia nuevos horizontes, contra todo aquello que parecia petrificado o muerto en una civilización fundamentalmente intelectualista y antivital, en una cultura esclavizada por los convencionalismos y por la hostilidad hacia lo vivo. Se buscaba un sentido nuevo que hiciera de la vida una auténtica experiencia, entendiendo por auténtico lo dinámico, creativo, inmediato y joven” (SCHNÄDELBACH, 1991, p. 173).

³⁶ Spengler parte do pressuposto de que o fundamento da história é a cultura, não havendo verdades em si, apenas para si. O autor defende, então, que o objetivo de sua morfologia histórica é perseguir os estágios de desenvolvimento histórico do ocidente a partir do suposto de que a história é composta por ciclos vitais dotados de personalidade específica. Viver historicamente, nesse sentido, nada mais é do que perceber-se parte do todo. A tese basilar é simples: as culturas florescem em dado tempo e dado lugar, cada uma delas imprimindo aos homens que a habitam seus contornos típicos. Cada uma delas se desenvolve, pois, de modo autônomo: nascem, vivem e morrem a seu modo, se constituindo, pois, numa eterna formação-deformação de formas orgânicas. Nesse sentido, a inevitabilidade da crise (entendida enquanto um fenômeno inscrito no próprio estágio civilizatório do ocidente) merece de Spengler nada além de uma sentença realista: que sucumbam as formas esgotadas. A crise, nessa visão, coincide com o ápice: a

O civilizado para fora, no espaço, entre corpos e fatos” (SPENGLER, 1952, p. 493)³⁷. A partir dessa relação dicotômica, a conclusão a que o autor chega é que “os mundos científicos são mundos superficiais, mundos práticos, imóveis, puramente extensivos” (idem, p. 494)³⁸. Retomando, pois, a antiga discussão *kultur vs civilisation*, Spengler imprime a ela uma teodiceia particular, fincada em sua ideia de progresso: cultura e civilização não são opostas, mas realidades concatenadas, sequenciais.

Além de Spengler, o nome de Ortega y Gasset é sismógrafo do alcance do debate sobre a “crise do ocidente” que se projeta a partir das discussões alemãs. Como destaca Gil Villegas, o próprio Simmel foi professor de Ortega e, assim como outros de sua geração que frequentaram as universidades alemãs naquele contexto, inseriu-se no empreendimento de dar uma resposta ao recorrente “imperativo da modernidade”. Villegas sintetiza esse “espírito”:

A aparente perda do significado último da existência, da vida e da morte, se conectava com um problema muito mais amplo constituído pela aparente perda do sentido da cultura da modernidade, uma vez que o crescente desencantamento do mundo (Max Weber) originado no desenvolvimento moderno da ciência e da tecnologia, havia provocado uma tragédia da cultura (Simmel) ao tergiversar meios em fins (VILLEGAS, 1998, p. 25)³⁹

A resposta de Ortega a esse imperativo é, em consonância com os debates de maior fôlego nas universidades alemãs de então, uma revitalização radical com vistas a uma nova sensibilidade espontânea, capaz atualizar a geração *fin du siècle* no espírito de seu próprio tempo. O apelo geracional de Ortega encontra-se alinhado aos vínculos identitários que informavam o debate alemão, na medida em que, neste cenário, nos

civilização tem um sentido duplo: culminação inevitável e enfermidade terminal, qual seja, presentemente, o fim da cultura do espírito (SPENGLER, 1952).

³⁷ “el hombre culto vive hacia dentro. El civilizado hacia fuera, en el espacio, entre cuerpos y hechos” (SPENGLER, 1952, p. 493).

³⁸ “los mundos científicos son mundos superficiales, mundos prácticos, inânimes, puramente extensivos” (idem, p. 494).

³⁹ “la aparente pérdida del significado último de la existencia, de la vida y de la muerte se conectaba con un problema mucho más amplio constituído pela aparente pérdida de sentido de la cultura de la modernidade, una vez que el creciente desencantamento del mundo (Max Weber) originado en el desarrollo moderno de la ciencia y de la tecnología, había provocado una tragédia de la cultura (Simmel) al tergiversar médios en fines (VILLEGAS, 1998, p. 25).

termos de Merlio, “o povo é uma entidade histórica vital, orgânica, quase mística, um destino, uma ideia que portamos” (1996, p. 55)⁴⁰.

Ortega, inclusive, foi defensor conhecido do que ficou conhecido como “germanização da Europa”. Espanhol, ele atuou como grande divulgador da necessidade de superar o “frívolo espírito” de seu país, amparando-o na “robusta” filosofia alemã. Para o filósofo, conforme o clássico *La Rebelión de las Masas*, publicado em 1929, acionar esse suposto de germanização continental era o modo de salvar a Europa de sua crise mais profunda, a saber, o triunfo de uma democracia trágica onde não haveria protagonistas, só coro. Em *Meditaciones del Quijote*, de 1914, que consiste num diagnóstico acerca da realidade espanhola, Ortega já sugeria que a cultura germânica é aquela do acesso a realidades profundas, enquanto a latina diz respeito às realidades superficiais. Tratava-se, pois, do diagnóstico de um atraso.⁴¹

Não foram poucas as versões argentinas sobre a crise informadas pelas análises de Ortega. À repercussão do pensador espanhol somavam-se ademais discussões acerca do *criollismo*, sobre a posição da Argentina frente ao imperialismo norte-americano e, ainda, a respeito de uma saída espiritualista, em que a criatividade da barbárie funcionasse como o próprio antídoto para a decadência. Em graus distintos, contudo, todas elas contribuíram para a recepção dos debates sobre a crise que povoaram o cenário europeu no começo do século XX. Tenho em vista que pensar a Argentina na condição de receptora dos debates europeus não significa colocá-la na posição de *imitadora* de modas intelectuais forâneas: o *gap* temporal entre a institucionalização da disciplina Sociologia dos dois lados do Atlântico é, exemplarmente, muito pequeno, por vezes inexistente.⁴² Não se pode negar, contudo, que as disputas internas estão inseridas

⁴⁰ “Le peuple est pour elle une entité historique vitale, organique, voire mystique (un destin, une idée que nous porte” (1996, p. 55).

⁴¹ Contemporâneo de Ortega, Husserl em *A crise da humanidade europeia e a filosofia*, após longa digressão acerca do caráter eminentemente filosófico do modo de vida europeu, sintetiza que a “crise europeia radica num racionalismo extraviado”, não na razão em si, ou seja, o mal não é a racionalidade em si, mas a ingenuidade do objetivismo. “A hoje em dia tão falada crise da existência europeia documentando-se em inumeráveis sintomas de desaparecimento da vida, não é nenhum destino obscuro, nenhuma fatalidade impenetrável, mas torna-se compreensível a partir do plano de fundo da teleologia da história europeia que pode ser filosoficamente descoberta”. Convoca então o heroísmo da razão, que supere o naturalismo e o objetivismo: “o maior perigo para a Europa é o cansaço”. A similaridade de diagnósticos, pois, mais que a identificação a uma filiação teórica específica, ilustra a adesão ao *nomos* que pretendo destacar. (HUSSERL, 2008, p. 50).

⁴² Jaap Bos em *Les types de marginalisation dans leur relations constitutive au discours* salienta que a “margem”, nesse sentido, não é uma posição heterônoma. Ao contrário, possui potencial normativo na medida em que reconhece um centro e valida, assim, a própria dinâmica de circulação. Em seus termos, a relação entre marginal e marginalização não é de oposição, já que “uma e outra são ligadas por uma

numa hierarquização que extrapola as fronteiras nacionais: há tradições mais bem posicionadas na “republica mundial das letras”, nos termos de Casanova (2002), e a mobilização de tal ou qual repertório no campo nacional pode ser observada, nesse sentido, como uma criativa e estratégica mobilização de prestígio (HEILBRON, 1999; PINTO, 2009; SAPIRO, 2015). Assim, acompanhando a indagação de Vanpaemel, este argumento considera que

centro e periferia participam como forças complementares na produção de valores comunitários compartilhados. O próprio uso do vocabulário central e periférico pode ajudar a entender como uma identidade comum dentro da comunidade está sendo criada e compartilhada (2015, p. 215)⁴³.

A própria reverberação de Ortega na Argentina é sintomática desse caráter transnacional que pretendo destacar. Suas primeiras conferências em Buenos Aires, em 1916, atraíram um enorme público, principalmente entre os universitários. O grande interesse pela fala de Ortega é revelador da afinidade entre o defensor da “germanização da Europa” e as demandas mais candentes de um amplo setor do campo intelectual argentino, afinal, o pensamento perspectivista-circunstancialista de Ortega supria a necessidade de um referencial anti-positivista que reiterasse a autenticidade da cultura latino-americana e, assim, sustentasse a reivindicação de amplos setores do mundo universitário: frente as oscilações políticas e sociais, impor à inteligência uma retirada nas alturas sociais, um recolhimento sobre si mesma, um imperativo de não-engajamento.

Para além das conferências de Ortega, uma ampla rede extrauniversitária, notadamente periodística, contribuiu para a divulgação dos “pensadores da crise” nas primeiras décadas do século XX argentino. A própria Revista de Occidente, publicação madrilenha de Ortega, circulava amplamente pela Argentina a partir de uma mediação fundamental no campo intelectual da primeira metade do século XX: a revista Sur, fundada em 1931 por Victoria Ocampo. O diálogo entre a publicação argentina e a espanhola era frequente. Ademais, vale notar que as colaborações de argentinos como

compreensão comum das práticas dominantes” (BOS, 2008, p. 18) [“l’une et l’autre sont liés par une compréhension commune des pratiques dominantes” (BOS, 2008, p. 18)].

⁴³ “Center and periphery participate as complementary forces in the production of shared community values. The very use of the central and peripheral vocabulary can help to understand how a common identity within the community is being created and shared” (2015, 215).

Borges e Gironde sequer eram mencionadas como ‘estrangeiras’ (VÁZQUEZ, 2003). Uma série de publicações compartilhadas denotam esse trânsito. Em 1925, por exemplo, aparece na Revista de Occidente um texto de Waldo Frank – que será posteriormente grande colaborador da Sur – intitulado *El Español* e, em 1929 aparece, ao lado de Simmel, um relato auto-biográfico da própria Victoria Ocampo *De Francesca a Beatrice*.⁴⁴ A rede de intelectuais que conectava a Argentina ao país germânico era, para todos efeitos, tanto na esfera universitária quanto periodística, estreita e heterogênea. Os aportes teóricos do pensamento alemão confluíam, dessa forma, não apenas com as demandas epistemológicas do campo intelectual argentino mas, também, davam suporte a um amplo trânsito de modelos institucionais, graças às periódicas excursões de grandes gestores das universidades argentinas às então consagradas universidades alemãs. Coroliano Alberini, decano da Facultad de Filosofía y Letras da UBA (1925-1940, com interrupções), por exemplo, mantinha relações pessoais com Martin Heidegger e Edmund Husserl e foi recebido por Spengler, em Munique, por intermédio de Ernesto Quesada⁴⁵, por sua vez também ocupante de cargos fundamentais no sistema universitário portenho e, por três vezes, designado pelos gestores das universidades de La Plata e Buenos Aires para avaliar as universidades europeias. Não se pode deixar de notar, igualmente, a resiliência dessa rede: em 1949, quando o governo peronista patrocina o *Primero Congreso de Filosofía de Mendoza*, as comunicações apresentadas por autores alemães, franceses, americanos, argentinos, entre outros, são majoritariamente tributárias desse repertório germânico, especialmente do existencialismo (RUVITUSO, 2015).

É importante notar que os discursos sobre a crise e a decadência traziam, em seu bojo, uma narrativa sobre a crise dos próprios intelectuais enunciadorees da crise. Esse diagnóstico – fincado no “medo das massas” e compartilhado pelas correntes mais

⁴⁴ Exemplarmente, para destacar a circulação das referências alemãs a que me ateno, em 1932 há um texto de Ortega em homenagem ao centenário de Goethe intitulada “carta a um alemán” onde o mundo de 1932 parece mais caótico que o 1832 sendo necessário, pois “reivindicar Goethe por dentro”, o fracasso dos clássicos, diz ele, só mostra que devemos seguir a marcha de nossa vocação espiritual. Nesse mesmo texto, Ortega é taxativo: “Devo enormemente à filosofia alemã e espero que ninguém me escamotearia o reconhecido de ter dedicado meu trabalho, como uma de suas funções principais, à aumentar a mente espanhola com a torrente do tesouro intelectual germânico” (ORTEGA, 1983, p. 16) [“Debo enormemente a la filosofía alemana y espero que nadie me escatimaria el reconocimiento de haber dado a mi labor, como una de sus facciones principales, la de aumentar la mente española con el torrente del tesoro intelectual germánico” (ORTEGA, 1983, p. 16)].

⁴⁵ Em 1920, Ernesto Quesada dedica, na Universidade de Buenos Aires, um semestre do curso de sociologia à obra “A decadência do Ocidente”, de Spengler, conforme consta em seu plano de curso. O tema será desdobrado no capítulo 2.

divergentes no campo – viabiliza uma unidade heurística, qual seja, a de que há uma concordância na discordância entre esses diversos modos de interpretar a *falência do ocidente*, baseada na inviabilização do sábio diante de uma sociedade massificada. Esse ponto é capaz de unir, numa filiação identificável, os reclamos de um Ortega, um Spengler e, até mesmo, um Adorno, francamente hostil, ainda que a partir de um suposto teórico distinto, aos efeitos da *standartização* da vida que diagnosticava quando de sua estadia nos Estados Unidos.

A célebre ponderação de Paul Valéry em seu diagnóstico sobre a bancarrota do espírito ajuda a dimensionar essa proximidade de temas que pretendo destacar. Para o francês, também escrevendo a partir do contexto de hegemonia do modelo alemão em toda Europa, o espírito é um valor como qualquer outro

digo que o capital de nossa cultura está em perigo. O está sob vários aspectos. O está de diversas maneiras. Brutalmente. Insidiosamente. Está atacado de mais de um modo. Dissipado, descuidado, envilecido por todos nós. Os progressos dessa desintegração são evidentes” (VALÉRY, 2000, p. 27)⁴⁶.

O homem de gosto, assim, é tomado como burla por sua raridade. Parece viável o diálogo com o desabafo de Adorno em seu livro de aforismos já que, em ambos os casos, “nenhum indivíduo pode, quanto a isso, seja o que for”. Diante da impossibilidade de ação, a defesa de um modelo de intelectual que guarda semelhanças com o sábio pode também ser sintetizada a partir de Julien Benda observando o que qualificava, na década de 1930, como uma traição dos intelectuais: “devo insistir em que o papel do clérigo não é o de mudar o mundo, mas de permanecer fiel a um ideal” (BENDA, 2003, p. 27)⁴⁷.

A intenção desse recorte não é igualar pensadores tão dissimiles, tampouco supor que *estilos de pensamento*, nos termos de Karl Mannheim, tão francamente contraditórios possam ser analisados como bloco. Ao contrário, a proposta é que o contraste entre tomadas de posição teórica evidencie uma concordância temática de fundo, concordância que permite, ainda que de modo esquemático, circunscrever o

⁴⁶ “digo que el capital de nuestra cultura está en peligro. Lo está sob vários aspectos. Lo está de diversas maneras. Brutalmente. Insidiosamente. Está atacado por más de uno. Disipado, descuidado, envilecido por todos nosotros. Los progresos de esa desintegración son evidentes” (VALÉRY, 2000, p. 27).

⁴⁷ “Dois-je redire que le rôle du clerc n’est pas de changer le monde, mais de rester fidèle à un idéal” (BENDA, 2003, p. 89)

alcance da circulação desse discurso de crise.⁴⁸ Cada universo erudito possui sua *doxa* específica (PINTO, 2009), “conjunto de pressupostos inseparavelmente cognitivos e avaliativos cuja aceitação é inerente à própria pertinência” (BOURDIEU, 2001, p. 122). Segue-se daí que é possível pensar os adversários teóricos como cúmplices no interior de um campo⁴⁹. Conforme Bourdieu

As oposições consagradas acabam parecendo inscritas na natureza das coisas, ainda mais quando um exame crítico rudimentar, sobretudo se estiver munido do conhecimento do campo (construído como tal), obriga muitas vezes a descobrir que cada uma das posições opostas não possui nenhum conteúdo fora da relação com a posição antagonista da qual ela não é outra coisa senão a inversão racionalizada (2001, p. 122).

Retomo a análise de Federico Neiburg, nesse ponto, para recolocar algumas perguntas que, carregadas de projeto político, balizaram as discussões intelectuais das primeiras décadas do século XX argentino até o peronismo. Afinal,

a Argentina era uma nação inacabada. Ao mesmo tempo um diagnóstico do presente e uma construção do passado, um relato da história: como provar a permanência da crise senão construindo cada acontecimento como mais uma de suas manifestações? (NEIBURG, 1997, p. 99).

Esse reiterado recuo ao passado informa um modo de lidar com a crise sem sair de sua órbita, bem como de acionar a filiação a um determinado modo de se relacionar com a história, de modo que

Os relatos que tomam a nação como referente parecem manter esse mesmo tipo de relação paradoxal com o tempo: afirmam que as chaves para compreender cada novo capítulo da história

⁴⁸ Conforme Fritz Ringer em *Fields of knowledge*, o diagnóstico dessa tradição em que civilização vira decadência aproxima estilos de vida, para além de trincheiras teóricas e, inclusive, “o trabalho inicial da Escola de Frankfurt pode ser entendido como uma variação mais complexa deste mesmo tema” (1992, p. 205). [“the early work of the Frankfurt School may be understood as a more complex variation upon the same time” (1992, p. 205)].

⁴⁹ “Todos aqueles engajados no campo, defensores da ortodoxia ou da heterodoxia, partilham a adesão tácita a mesma *doxa* que torna possível a concorrência entre eles e lhes impõe seu limite (o herético continua sendo um crente que prega o retorno às formas mais puras de fé): ela impede de fato o questionamento dos princípios da crença, que ameaçaria a própria existência do campo” (BOURDIEU, 2001, p. 124).

nacional devem ser procuradas no passado e, ao mesmo tempo, proclamam que a novidade de cada momento presente exige que se formulem projetos para a nação, ideais de boa sociedade. Essa combinação entre passado, presente e futuro, entre tradição e modernidade, é responsável pela pretensão normativa de toda formulação sobre a nação e pela naturalização do país como uma entidade ao mesmo tempo nova e ancestral (NEIBURG, 1997, p. 86).

Adiciono, nesse sentido, uma outra questão à indagação de Neiburg: afinal, lidando com uma tradição orientada a procurar sempre no passado a explicação para os fatos do presente, como descobrir o destino, se esse é o que havia antes da crise, se não olhando para trás? Em outras palavras, como superar a aporia de Eduardo Mallea segundo a qual “o conhecimento anterior da origem do nosso destino” (MALLEA, 1961, p. 18) é a terapia mais indicada para a perda do “sentido da argentinidade”?

Interessa, nesse ponto, para que se possa dimensionar o impacto dos discursos sobre a crise no campo intelectual argentino, destacar que, graças às especificidades do contexto nacional, a recepção da constelação de debates que temos tentado descrever é amplamente seletiva, e ajuda a construir um dos referenciais prioritários do que Patrícia Funes (2006) chama de “hermenêutica da crise”. Específico dos aportes argentinos acerca da crise, o elemento de novidade que aparece enquanto solucionador da crise é, ele mesmo, um composto de elementos do passado que, obliterados por uma suposta artificialidade, estariam inscritos, em potência, na essência mesma do “ser” argentino. O famoso debate sobre as “duas argentinas” e o reiterado recurso a uma “autenticidade” histórica funcionam como exemplos desse “novo” que emerge, informado pela tradição alemã, já carregado de destino histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parti da hipótese de que é possível localizar, nas disputas do campo intelectual argentino do começo do século XX, um conflito de *projetos intelectuais*, para além das desavenças teóricas pontuais. Por projetos intelectuais almejei circunscrever um recorte que leva em conta três dimensões concomitantes: a. uma dimensão propriamente teórica, cognitiva, referente aos conteúdos e dispositivos valorativos de determinada corrente de pensamento, b. uma dimensão institucional das disputas, que envolve a relação de autonomia variável do mundo intelectual com relação a política e,

internamente, as tensões disciplinares no campo universitário⁵⁰ e c. uma dimensão que chamei de “atitude”, ou seja, relativa aos combates pelo significado e alcance do papel do intelectual que emerge das duas dimensões iniciais e que incide, diretamente, sobre um tipo de autoimagem intelectual e sobre os contornos desejáveis da função de “intelectual” que advém de uma ou outra aposta teórica. O projeto intelectual vem a ser, portanto, um espaço de discordância na concordância, um compartilhamento de premissas básicas. Em outras palavras, trata-se de matizar, a partir do recorte argentino, a asserção de Florestan Fernandes de que “ao importar novos padrões de produção e de avaliação do saber, importamos também novos padrões de organização da personalidade do sábio” (1979, p. 32), processo que não pode ser dissociado da estruturação institucional das universidades e da relação de heteronomia variável que essas mantêm com a esfera privada de produção da cultura. Em *Competititon as a Cultural Phenomenon* (1971), Mannheim propõe que a competição entre as ideias pode ser entendida como fator estrutural, não de forma imanente, mas observável nas estratégias de ataque ou aliança. Competir, no caso das ciências humanas e sociais, pelo diagnóstico mais acertado sobre o mundo social é competir, também, pelo prestígio de tê-lo encontrado. Sendo assim, não se chocam simplesmente teses, se chocam visões da realidade que estão prenhes, por definição, de uma pretensão normativa sobre o mundo.

Proponho, enfim, que há um questionamento de base no projeto da sociologia científica argentina, que diz respeito, de forma inédita, ao enfrentamento em relação a um modo de observar as relações do presente com o passado e com o futuro, em relação a um regime de historicidade, retomando Hartog (2014), que se fundamentava na busca de explicações ontológicas-nacionais muito mais do que em soluções de feitio universal. O retorno das referências alemãs, espiritualistas e de apelo ontológico que se observa quando da instalação das “Cátedras Nacionais”, em 1966, deixa entrever a persistência de uma relação passadista com o mundo, permeada por um constante diagnóstico pessimista da crise e por uma radical divisão entre ciências naturais e ciências do espírito. Analogamente, em detrimento das apostas universalistas e, com elas, da aposta

⁵⁰ Embora saliente a questão tensional do conhecimento extra-acadêmico, Norbert Elias aponta para o fato de que é na Universidade onde as características sociais dos estabelecimentos científicos são melhor observáveis. Tal abordagem, pois, leva em conta que há agentes no campo que extrapolam a análise dos intelectuais inscritos no mundo científico formal mas que são eles, ainda assim, os responsáveis pela circulação de teorias e modelos de conhecimento. Para aprofundamento dessa discussão é possível consultar ELIAS, N. MARTINS, H. WHITLEY, R. *Scientific Establishments and Hierarchies*. Holland. D. Reidel Publishing Company, 1982 e MERTON, R. *The Matthew Effect in Science*. Science, v 159, 1968, p. 56-63.

na *civilisation*, 1966 marca não só o fim do projeto da sociologia científica em termos teóricos ou metodológicos mas, notadamente, a recuperação da associação entre auto cultivo intelectual e essência nacional: uma modulação da *kultur*.

É importante notar, ainda, uma concomitância temporal: o momento de crise do projeto da sociologia científica na Argentina, meados de 1960, é aquele em que a ideia de uma ciência, inclusive de uma sociologia, entendida enquanto técnica de bem estar, e mais ainda, do sociólogo como prestador de serviço, é mundialmente criticada. Há, globalmente, um novo sentido para a ideia de crise e para a ideia de “novo”. Destaco que essa é a atmosfera que repercute na fala de Sartre, por exemplo, afirmando, nas conferências do Japão, que o intelectual é um técnico quando se rebela, e somente quando se rebela, e é também aquela que informa a posição de Marcuse e de sua crítica aos efeitos descivilizacionais da técnica, tão amplamente divulgada e eventualmente aclamada pelo movimento dos jovens de maio de 1968.

Para Hartog se, no imediato pós-Segunda Guerra “toda uma série de fatores, retomados muitas vezes em *slogans*, concorreu finalmente para relançar os hinos do progresso e não somente para manter operatório o regime moderno de historicidade, mas para fazer dele o único horizonte temporal” (2014, p. 142), no contexto ocidental da transição dos *sixties* para a década de 1970, o domínio do presenteísmo passa a pender para um elemento futurista: do *Tudo, Rápido!* dos muros de Paris ao *No Future* em menos de uma década. Tudo se passa como se, abrindo mão dos grandes universais em prol de uma ciência nacional e socialmente determinada, fosse possível reacionar a dimensão do passado enquanto chave explicativa do mundo: terreno inóspito, de antemão, às tentativas sociológicas de planificação. Foi, pois, a ascensão e queda de um projeto intelectual historicamente determinado por suas relações com a esfera privada de produção cultural – nos termos de Sorokin (1941), aquele que se fundamenta no slogan positivista *savoir pour prévoir, prévoir pour pouvoir* -, pensada a partir de um cotejamento que leva em conta a dimensão teórica, institucional e de atitude intelectual, o objeto prioritário desta investigação.

REFERÊNCIAS

ALATAS, s. f. *Academic Dependency and the global division labour in the social sciences. Current Sociology*. Vol. 51. N. 6, 2003, p. 599-613.

ALGER, C. F. LYONS, G. *Social Science as a transnational system. Social Science Journal*, 1974, v. 26, 137–149.

BEM-DAVID, J. *O papel do cientista na sociedade, um estudo comparado*. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo. EDUSP, 1974.

BEM-DAVID, J. *Social factors in the origins of a new science. The case of psychology*. American Sociological Review. Vol 3. N 4, 1996, p. 451-465.

BENDA, J. *La trahison des clercs*. Collaborateur bénévole a partir de collections de cahiers rouges. Ed. Grasset. Paris, 2003

BLANCO, A. *La Asociación Latinoamericana de Sociología: una historia de sus primeros congresos*. Sociologias. Porto Alegre, ano 7, n 14, jul-dez 2005, p. 22-49.

BLANCO, A. (org) GERMANI, G. *La renovación intelectual de la sociología*. Buenos Aires. Universidad Nacional de Quilmes, 2006a

BLANCO, A. *Razón y Modernidad. Gino Germani y la Sociología en la Argentina*. Buenos Aires. Siglo XXI Ed., 2006b.

BLANCO, A. Karl Mannheim em la formación de la sociología moderna em América Latina. *Revista de Estudos Sociológicos*. XXVII: 80, 2009, p. 393-431.

BOS, J. *Les Types de marginalisation dans leur relation constitutive au discours*. In L'Homme et la Société, 2008, n 167, p. 168.

BOURDIEU, P. *Systèmes d'Enseignement et Systèmes de Pensée. Revue internationale des sciences sociales*. - Volume XIX, n° 3, 1967. In: *L'Homme et la société*, N. 6, 1967. pp. 209-210.

BOURDIEU, P. *As condições sociais da circulação internacional das ideias*. Trad. Fernanda Abreu. Revista Enfoques. Rio de Janeiro. V. 1. N 1. 2002. P. IV-117.

BOURDIEU, P. *Meditações Pascalianas*. Trad. Sergio Miceli. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, P. *Homo Academicus*. Buenos Aires. Ed. Siglo XXI, 2008.

CASANOVA, P. *A republica mundial das letras*. Trad. Marcia Appenzeller. São Paulo. Estação Liberdade, 2002a

CASANOVA, P. *Consécration et accumulation de capital littéraire (la traduction comme échange inégal)*. Actes de la Recherche em Sciences Sociales. V. 144. Sep 2002b. P. 7-20;

CHARLE, C. *La République des Universitaires. 1870-1940*. L'Universe Historique. Paris: Éditions du Seuil, 1994.

CHARLE, C. *Les Intellectuels en Europe au XIX Siècle. Essai d'histoire comparée*. Paris. Ed. Seuil. L'Universe Historique, 1996.

CHARTIER, R. *Os desafios da escrita*. Trad, Fulvia Moretto. São Paulo. Ed. UNESP, 2002.

CHAUNU, P. *Histoire et Décadence*. Paris. Librairie Académique Perrin, 1981.

COLLINS, R. *A global theory of intellectual change. The sociology of philosophy*. EUA. Harvard Un. Press, 2001.

ELIAS, N. MARTINS, H. WHITLEY, R. *Scientific Establishments and Hierarchies*. Holland. D. Reidel Publishing Company, 1982.

FUNES, P. *Salvar la Nación*. Buenos Aires. Prometeo Libros, 2006.

GAY, P. *A cultura de Weimar*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1978.

GERMANI, G. *Prólogo a La imaginación sociológica* [(1961)] in Gino Germani, la sociedad en cuestión : antología comentada . - 1a ed. - Buenos Aires : Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2010.

GERMANI, G. *La Sociologia científica. Apuntes para su fundamentación*. Cuadernos de Sociologia. 2ed. Biblioteca de Ensayos sociológicos. UNAM, México: 1962.

GONZÁLEZ, H. (org) *História Crítica de la Sociología Argentina. Los raros, los clásicos, los científicos, los discrepantes*. Buenos Aires. Ed. Colihue, 2000

HARTOG, F. *Regimes de Historicidade. Presentismo e experiências do tempo*. 1. Ed. Belo Horizonte. Ed. Autêntica, 2014.

HEILBRON, J. *The rise of social theory. Contradictions of modernity*. Great Britain. University of Minnesota Press, 1995.

HUSSERL, E. *A crise da humanidade europeia e a filosofia*. Int. e trad. Urbano Zilles. - 2 ed. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2008.

KOSELLECK, R. *The practice of conceptual history. Timing History, Spacing concepts*. Stanford. Un. Press, 2002.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro. UFRJ/Contraponto, 2006.

LEPENIES, W. *Las tres culturas. La sociologia entre la literatura y la ciencia*. Mexico. Fondo de Cultura Económica, 1985.

LEPENIES, Wolf. *La seduction de la cultur en la historia Alemana*. Trad. J. Castiñeyra. Madrid, Ediciones Akal, 2006.

LIMONIC, F e MARTINHO, F.C. (org) *Os intelectuais do antiliberalismo. Projetos e políticas para outras modernidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010

MALLEA, E. *Historia de una pasión Argentina*. Buenos Aires. Ed. Sudamericana, 1961.

MANNHEIM, K. “*Competition as a cultural phenomenon*” en Wolff, Kurt H., *From Karl Mannheim*, Oxford University Press, New York, 1971, pp. 223-261)

MARRAMAIO, G. *Poder e Secularização. As categorias do tempo*. Trad. Guilherme Gomes de Andrade. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.

MERLIO, G. *Le pessimisme culturel entre la France et l'Allemagne*. In: *Mil neuf cent*, n°14, 1996. Progrès et décadence. pp. 41-67.

NEIBURG, F. *Os intelectuais e a invenção do peronismo*. Trad. Vera Pereira. São Paulo. EDUSP, 1997

ORTEGA y GASSET, J. *Obras Completas. Vol. 4*. Madrid. Alianza Editorial. Revista de occidente, 1983

PELLETIER, N. *Crises et conscience de crise dans les pays de langue allemande (années 20 et 30)*. Presse Universitaire Bordeaux, 2008.

PEREYRA, D. *Dilemmas, challenges and uncertain boundaries of Argentinian sociology*. Tese de doutorado. Un. Sussex at Brighton, 2005.

PINTO, L. *L'inconscient scolaire des philosophes*. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 135, décembre 2000. Inconscients de l'école. pp. 48-57

PINTO, Louis. *Le commerce des idées philosophiques*. Paris. Éditions du Croquant, 2009.

RINGER, F. *Fields of knowledge: french academic culture in comparative perspective. 1890-1920*. Cambridge. Un. Press, NY, 1992.

RINGER, F. *O Declínio dos Mandarins Alemães*. São Paulo. EDUSP, 1999.

RUVITUSO, C. *Diálogos existenciales. La filosofía alemana em la Argentina Peronista (1946-1955)*. Madrid. Iberoamericano, IAI, Vervuet, 2015.

SAPIRO, G. *Le champ est-il national ? La théorie de la différenciation sociale au prisme de l'histoire globale* », *Actes de la recherche en sciences sociales*, 2013/5 (N° 200), p. 70-85.

SAPIRO, G. (dir). *Sciences humaines en traduction. Les livres français aux États-Unis, Royaume-Uni et en Argentine*. Paris, Institut Française, 2014.

SCHNÄDELBACH, H. *Filosofía en Alemania, 1831-1933*. Madrid. Ediciones Cátedra, 1991.

SCHORSKE, C. *Fin de SiÈcle Vienna: Politics and Culture*. Vintage Books. New York, 1981

SIMMEL, G. *As grandes cidades e a vida do espírito*. Revista Maná. Vol 11. N 2. Rio de Janeiro, 2005, p. 577-591.

SNOW, C. P. *The two Cultures*. Cambridge. Cambridge University Press, 1998.

SOROKIN, P. *The crisis of our age. The social and the cultural outlook*. New York. E. P. Dutton & Co, 1941. Cap. 1, 3, 8 e 9.

SPENGLER, O. *La decadência de Occidente. Bosquejo de uma morfologia de la historia universal*. Trad. Do alemão: Manuel G. Morente. Buenos Aires. Ed. Espasa Calpe, 1952

TEDESCO, A. D. F. *A Argentina na periferia do tempo: a sociologia científica e um mundo novo para os intelectuais*. Tese de Doutorado. PPGH Unicamp, 2018.

TONNIES, F. *Comunidade e Sociedade (org. por Florestan Fernandes)*. São Paulo. EDUSP, 1995.

TOURAINÉ, A. *The academic system in American society*. Mc Graw Hill Book Company, New Jersey, 1997.

TOURAINÉ, A. *Crítica da Modernidade*. Lisboa. Ins. Piaget, 1992.

VALÉRY, P. *La libertad del espíritu*. www.elaleph.com, 2000. Acessado em 7 de junho de 2016.

VANDENBERGHE, F. *Une histoire critique de la sociologie allemande. Aliénation et réification*. Tomo II. Colection Recherches. Bibliothèque du Mauss. Paris. La découverte, 1998.

VANPAEMEL, G. *The german modelo f laboratory Science and the european pheriphery (1860 – 1914)* in SIMÕES, A; DIOGO, M. P.; GAVROGLU, K. (org) *Sciences in the universities of Europe. Nineteenth and Twentieth Centuries. Academic Landscapes*. Springer, 2005.

VILLEGAS, G. *Los Profetas y el Mesias: Lukács y Ortega como precursores de Heidegger em el Zeitgeist de la Modernidad (1900-1929)*. Mexico. Fondo de Cultura Económica, 1998.

WEBER, M. *Metodologia das Ciências Sociais*. Campinas. Ed. UNICAMP, 2017.

**PRÁTICAS ENTRE PLANETÁRIOS E LABORATÓRIOS DE ARTE E
TECNOLOGIA COM PROJEÇÕES *FULLDOME*: PROJETOS
COLABORATIVOS E REDES DE SOCIABILIDADE ENTRE BRASIL E
ARGENTINA¹**

Andreia Machado Oliveira²

Ricardo Dal Farra³

Matheus Moreno dos Santos Camargo⁴

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda algumas práticas culturais compartilhadas entre Brasil e Argentina, voltadas ao desenvolvimento de parcerias entre países da América Latina. Na perspectiva de trocas de conhecimento, intercâmbios e redes de sociabilidade, surgem projetos colaborativos envolvendo laboratórios de arte e tecnologia de duas universidades latino-americanas: o Laboratório Interdisciplinar Interativo - LabInter⁵ da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM, e o *Centro de Experimentación e Investigación en Artes Electrónicas* - CEIARTE⁶ da *Universidad Nacional de Tres de Febrero/UNTREF*; bem como os respectivos planetários das cidades participantes: o Planetário da Universidade Federal de Santa Maria e o Planetário Galileu Galilei da

¹ Apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq e da Fundação de Amparo à Pesquisa do RGS/FAPERGS.

² Doutora pelo Programa de Informática na Educação/UFRGS e pela Université de Montréal/Canada. Pesquisadora do CNPq/PQ2 (bolsista de Produtividade em Pesquisa). Líder do grupo de pesquisa InterArtec/CNPq e coordenadora do LabInter/UFSM. Professora Associada no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais/UFSM e no Curso de Graduação em Artes Visuais/UFSM. Artista multimídia e pesquisadora com experiência nas áreas de arte e tecnologia. E-mail: andreaoliveira.br@gmail.com

³ Doutor em Artes pela Université du Québec à Montréal - UQAM, Canadá. Professor de música e midiarte na Concordia University, Canadá e diretor do Centro de Experimentación e Investigación en Artes Electrónicas (CEIARTE) da UNTREF, Argentina. Membro do conselho editorial do Leonardo (MIT Press, USA) e do Organised Sound (Cambridge Press, UK). Membro do conselho diretivo do ISEA International. Criou e dirige o Simpósio *Understanding Visual Music* (UVM) e a Conferência Internacional Balance-Unbalance (BunB). E-mail: ricardo.dalfarra@concordia.ca

⁴ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais/UFSM. Arquiteto Urbanista pela Universidade Franciscana/UFN de Santa Maria. Membro do Grupo de Pesquisa InterArtec/CNPq e do LabInter. E-mail: msc.inspire@gmail.com

⁵ LabInter - Laboratório Interdisciplinar Interativo da UFSM. Site do LabInter: <https://www.ufsm.br/laboratorios/labinter/>. E-mail: labinter.ufsm@gmail.com

⁶ CeiArt - Centro de Experimentação e Pesquisa em Arte Eletrônica. Site do CEIARTE/UNTREF: <https://www.ceiarteuntref.edu.ar/>. E-mail: ceiararte@untref.edu.ar

cidade de Buenos Aires. Tais projetos visam o avanço de pesquisas e produções artísticas com projeções em formato *fulldome*⁷ ao explorarem diversidades de espaços e superfícies de projeção, como os planetários que, tradicionalmente, configuram-se como espaços exclusivamente direcionados à ciência.

Inicialmente, esta parceria ocorre a partir do evento *Understanding Visual Music* (UVM), coordenado pelo Prof. Dr. Ricardo Dal Farra, e, posteriormente, se desdobra com o evento EFEMERA Imagem e os projetos *Monumentos Virtuais* e *ContraMonumentos/CounterMonuments*, coordenado pela Profa. Dra. Andreia Machado Oliveira e pelo doutorando Matheus M. dos S. Camargo, envolvendo demais membros do LabInter. Salienta-se como um projeto realizado na cidade de Buenos Aires, capital da Argentina, pode ampliar possibilidades de pesquisa, produções e ações na cidade de Santa Maria, interior do Sul do Brasil, promovendo cooperação cultural interinstitucional. Neste sentido, pretendemos dar visibilidade a tais eventos e seus projetos, bem como mostrar suas redes de sociabilidade de conhecimentos artísticos e tecnológicos, favorecendo desdobramentos de ambos eventos. Tais projetos têm em comum uma abordagem da cultura técnica que não dissocia cultura e tecnologia, ao contrário, compreende as produções tecnológicas como produtoras de saberes e fazeres culturais locais e globais.

UVM - COMPREENDENDO A MÚSICA VISUAL

Sobre o projeto internacional *Understanding Visual Music* – UVM, desde 2011, ele decorre de pesquisas, produções e do crescente interesse do compositor argentino Ricardo Dal Farra, ao longo dos anos, sobre a relação entre imagens e sons. Tal interesse pela chamada musical-visual levou Dal Farra a criar obras que unissem a música eletroacústica, ao vivo, com a projeção de slides mostrando pinturas do pintor Victor Magariños (*Para Todos Eles*, 1987), bem como experimentar mídias digitais interativas que geravam músicas e imagens abstratas em tempo real (*Interacciones*, 1990, a primeira obra do gênero realizada na Argentina).

A primeira edição do evento foi realizada em Montreal, Canadá, e contou com apresentações de grandes especialistas no assunto, como Jean Piché, Joseph Hyde, Jean Gagnon, Laurie Radford e Bill Alves, entre outros, além da exibição de um número

⁷ Ambientes *fulldome*, são ambientes arquitetônicos de projeção imersiva de vídeo ou animações em cúpula ou domos côncavos, como de planetários e cinemas multi-projetores

significativo de trabalhos, com curadoria dos organizadores do UVM e de curadores convidados, como *Iota Center* e Dennis Miller (diretor de *VM Marathon*). Assim, *Understanding Visual Music* culminou em 2011 com um concerto, onde foram programadas peças com formatos não tradicionais, todas apresentadas ao vivo (total ou parcialmente). O programa incluiu peças de Julien-Robert Legault Salvail, Jaroslaw Kapuscinski, Bruno Degazio, Donna Hewitt, Patrick Saint-Denis, Terry Gambarotto, Mark e Laura Cetilia e, finalmente, o trio Lumínico, formado pelos mexicanos Rodrigo Sigal, Alejandro Escuer, e José Luis García Nava.

Em 2013, o segundo simpósio de *Understanding Visual Music* foi realizado em Buenos Aires, Argentina, e em 2015, em Brasília, Brasil. Em ambas as ocasiões, participaram acadêmicos de vários países, como Mike Phillips, Jônatas Manzolli, Katherine Guillen, Andrew Blanton, Dennis Adderton e Massimiliano Viel, entre muitos outros; e obras de criadores como Claudia Robles, Roberto Zanata, Félix Lazo, Edgar Barroso, Omar Lavalle, Stephen Pope, James Andino, João Pedro Oliveira, Marco Ciciliani, Dave Payling, Jean Detheux, Terry Trickett, Yan Breleux, Fernando Falci de Souza e Takagi Masakatsu.

Figura 1 – Planetario Galileu Galilei de la Ciudad de Buenos Aires. *Understanding Visual Music* 2013.



Fonte: Ricardo Dal Farra.

O simpósio, em 2013, incluiu outro evento especial, desta vez, um concerto musical-visual no Planetário da Cidade de Buenos Aires, com uma programação que incluiu obras de Larry Cuba, Matthew Biederman e Alain Thibault, Bill Alves e o Coletivo Jutojo, entre outros artistas renomados. Este evento inédito cruzou arte, ciência e tecnologias emergentes de forma inusitada e atraiu centenas de pessoas (cerca de 250 lugares e pessoas na fila de espera). No Planetário de Buenos Aires, o evento⁸ ocorre em conjunto com o festival eletrônico anual *Noviembre Electrónico*, organizado pelo Governo da Cidade de Buenos Aires e do *Centro de Experimentación e Investigación en Artes Electrónicas* (CEIARTE) da *Universidad Nacional de Tres de Febrero* (UNTREF).

Este notável interesse por obras para projeção em formato *fulldome*, disponíveis em planetários de todo o mundo, tem levado o evento *Understanding Visual Music* a voltar cada vez mais os seus esforços para esse meio envolvente, onde os participantes podem viver coletivamente uma experiência estética diferente, que converge na possibilidade de finalmente oferecer uma narrativa audiovisual que não siga os moldes mais conhecidos, mas que explore os limites da percepção humana, em um contexto tradicional atraente - como pode ser um planetário - contudo com uma proposta artística inovadora como a música visual. Além do Planetário Galileu Galilei da cidade de Buenos Aires, o evento ocorreu nos planetários de Bogotá, Maloka y Medellín na Colômbia, e de Jena na Alemanha. Deste modo, os planetários têm se tornando ambientes que abrigam experiências fascinantes, tanto visuais quanto sonoras.

Em um breve contexto, a relação entre som e imagem tem uma longa e rica história. Foi explorada por muitos artistas e pesquisadores, notadamente, vários deles músicos. Um exemplo evidente é o renomado trabalho de Alexander Nikolayevich Scriabin (1872-1915) com música microtonal ultracromática, sinestesia (considerada do ponto de vista artístico) e a chamada “escuta às cores”. Em 1928, Sergei Eisenstein, Vsevolod Pudovkin e Grigory Alexandrov publicaram um documento focado no futuro do som no cinema. Aí surge uma proposta diferente daquela que muitas vezes tomamos como norma, a indissolúvel ação-reação sincronizada entre sons e imagens. Afirma-se

⁸ Entre muitos outros, nos últimos anos, foram apresentadas no planetário de Buenos Aires obras de Carmen Gil Vrolijk e Camilo Giraldo, Michael Gandham, Benjamin Vedrenne, Marina Vila, Nahuel Morón Diperna e Elena Laplana, Jeremy Oury e Antoine Briot, Pablo Montero., e uma seleção de trabalhos realizados na Bauhaus-Universität em Weimar, Alemanha, por Sarah Alvim, Pedro Rodolpho Ramos Camargo e Acácio Piedade, Juan Pedraza e Alejandro Weyler, e Maximiliane Nirschl, sob a supervisão de Micky Remman, Liese Endler, e Mohammad Jaradat.

na referida escrita que “somente um uso contrapontístico do som em relação à montagem visual” (SMIRNOV, 2013, p. 165), nos permite atingir um novo patamar no desenvolvimento da montagem. Diz-se mesmo que o primeiro trabalho experimental com som deve ser dirigido de forma que não fique sincronizado com as imagens visuais. Essa proposta buscou levar à criação do contraponto orquestral entre as imagens visuais e sonoras.

Posteriormente, entre 1938 e 1939, também na Rússia, Boris Yankovsky e Evgeny Murzin conceituaram o sintetizador ANS⁹, utilizado pelo compositor Edward Artemiev para criação das trilhas sonoras de alguns filmes do renomado cineasta Andrei Tarkovsky, como *Solaris* e *Stalker*. Princípios semelhantes aos propostos com o ANS, na relação entre imagens e sons, foram utilizados por Fernando von Reichenbach na década de 1960 para projetar e construir o Conversor Gráfico-Analógico na Argentina, e para o desenvolvimento do UPIC¹⁰, dispositivo idealizado por Iannis Xenakis na década de 1970 na França, e desenvolvido pelo CEMAMu¹¹. Enquanto o conversor de von Reichenbach empregava eletrônica analógica, o UPIC já estava entrando na era digital, e foi usado por compositores musicais experimentais, bem como para fins educacionais com crianças, durante várias décadas. Assim como Scriabin, e outros compositores e pesquisadores, Jorge Antunes, no Brasil, também desenvolveu uma teoria sobre a relação entre sons e cores, publicando o livro *A correspondência entre os Sons e as Cores (Bases teóricas para uma “música cromofônica”)*, em 1982, sobre suas ideias a esse respeito (correspondência entre os sons e as cores).

Tal trajetória que parte desde a música visual com suas imagens projetadas em formatos retangulares, de eventos interativos utilizando múltiplas telas paralelas de diversos materiais que permitem a simulação de profundidade a partir de dispositivos físicos, até da projeção em formato *fulldome* ou outros ambientes imersivos como os propostos pela realidade virtual através de capacetes individuais.

Enquanto a projeção em cúpulas com projetores de alta definição, *High Definition* (HD), tende a receber muita atenção, a imersividade sônica também desempenha um papel crítico na produção final. Alguns planetários possuem 32 canais de áudio distribuídos por 64 alto-falantes que circundam o público, mas estes não são os

⁹ ANS – Sintetizador de som que leva as iniciais do nome do compositor Alexander Nikolayevich Scriabin. Aparelho que usa uma partitura gráfica especial como controlador para geração sonora.

¹⁰ UPIC - *Unité Polyagogique Informatique* CEMAMu, é uma ferramenta computadorizada de composição musical.

¹¹ CEMAMu - *Centre d'Etudes de Mathématique et Automatique Musicales*.

mais comuns. Sem dúvida, isso abre a possibilidade de projetar paisagens sonoras e musicais, e rotas de sinais sonoros em um espaço físico ou virtual que permitem a construção de realidades alternativas, em conjunto com projeções visuais. Aqui, novamente, pensando em Norman McLaren e Sergei Eisenstein, surge a riqueza de explorar a sincronização, mas também o contraponto entre mundos que podem coincidir, mas nem sempre precisam. A narrativa audiovisual se expande e se enriquece quando a criação abstrata de imagens encontra a música experimental, como a eletroacústica, e esta explora o espaço tridimensional de uma cúpula, podendo abranger diversos aspectos, até mesmo a mística dos planetários que costumam ser uma ponte entre o universo e nosso próprio mundo.

Neste sentido, faz-se importante mencionar outra experiência excepcional realizada no âmbito do projeto *Understanding Visual Music*, em conjunto com o Planetário de Buenos Aires e CEIARTE/UNTREF, mais uma vez sob a coordenação de Dal Farra: a realização do *Taller Fulldome UVM 2015 / 2016 - Música-Visual: Experimentación, Investigación y Creación*. Com o intuito de compartilhar experiências e conhecimentos anteriores, este evento configura-se como uma convocatória aberta para aprender, experimentar, criar e mostrar produções originais de música visual para *fulldome*, realizado em Buenos Aires entre novembro de 2015 e novembro de 2016. Os objetivos deste *workshop* incluíram: (a) analisar os desafios e possibilidades gerais que apresenta a produção e criação de obras para o formato *fulldome*; (b) adquirir conhecimentos sobre as possibilidades técnicas necessárias à realização de peças audiovisuais destinadas à apresentação em cúpulas arquitetônicas; (c) experimentar diferentes níveis de complexidade na criação de trabalhos imersivos para *fulldome*; (d) explicar fenômenos de percepção visual envolvidos na projeção em cúpulas; (e) identificar ligações entre a composição das imagens -2D e 3D- e o formato *fulldome*; (f) desenvolver critérios estéticos específicos para sua aplicação na criação de peças artísticas audiovisuais concebidas para *fulldome*; (g) integrar o trabalho sonoro e a composição musical na produção para o *fulldome*.

Figura 2 – Facebook do *Planetario Galileo Galilei de la Ciudad de Buenos Aires*.
Convocatória ao *Taller Fulldome UVM 2015/2016*.



Fonte: Ricardo Dal Farra.

A resposta à chamada trouxe 45 propostas de grupos de trabalho multidisciplinares. A maioria era de artistas argentinos, contudo também foi recebido um projeto de artistas brasileiros. Cerca de 15 projetos foram selecionados para participar do *workshop*, que consistiu em encontros bimestrais no Planetário da cidade de Buenos Aires, onde os participantes receberam treinamento, puderam consultar o que precisavam ou consideravam pertinente, e tiveram a excepcional oportunidade de testar *in loco* o que cada grupo vinha desenvolvendo no período entre os encontros. Isso implicou o trabalho de conceituação, realização e entrega do material no prazo e formato adequado por cada equipe, com antecipação suficiente para permitir que os técnicos do Planetário processassem e preparassem os materiais audiovisuais para exibição no próximo encontro. Foi realizada uma obra complexa, com tempos precisos e que exigia considerável planejamento e logística. Salienta-se que todo o processo decorreu da colaboração entre instituições e foi totalmente gratuito para os participantes. Alguns dos instrutores foram Mike Phillips, Ignacio Dimattía e Ricardo Dal Farra, além dos técnicos do Planetário Claudio Creta, Pablo España e Alberto Rusomando, que

contribuíram com sua experiência e conhecimento, além de trabalhar na adaptação de materiais audiovisuais recebidos por cada grupo.

Figura 3 – *Planetario Galileu Galilei de la Ciudad de Buenos Aires. Understanding Visual Music 2013*



Fonte: Ricardo Dal Farra.

O concerto público de encerramento do *workshop* foi realizado durante o festival *Noviembre Electrónico* de 2016, incluindo uma seleção das obras produzidas ao longo do ano de trabalho no projeto: *Temazcalli Dome* de Agustín Ramos Anzorena, Mario Guzmán, Joaquín Gómez e Paloma Marquez; *L.H.C.V.M.M* de Matías Zabaljáuregui, Leonardo Zimmerman, Diego Dorado e Lucas Samaruga; *Tiempo Curvo* de Elena Laplana e Andrés Venturino; *Astrolabe* de Laura Palavecino e Ivan Galiussi; *Bio Emerging Cosmogony* de Paulino Estela e Franco Matías Robles; *Asterismo IDIS* de Carlos Trilnick, Gabriel Rud e Mariano Ramis; *Estados Híbridos* de Agustín Genoud e Paula Coton; e *Cosmografias Sonoras*¹² de Andreia Machado Oliveira, Matheus Moreno dos S. Camargo, Muriel Paraboni, Alexandre Montibeller, Evaristo do Nascimento, Fábio Gomes de Almeida e Cristiano Figueiró. Este último trabalho foi elaborado por membros do LabInter da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no Brasil, que se deslocaram, alternadamente, a cada um dos encontros do *workshop*,

¹² A proposta *Cosmografias Sonoras* foi exibida novamente no evento *Understanding Visual Music – UVM 2017*, no Planetário Galileu Galilei da Cidade de Buenos Aires, integrando a programação do *Noviembre Electrónico* e da *BIENALSUR* de 2017.

realizados durante 2015 e 2016, capacitando-os em produção de propostas para projeção *fulldome*.

EFEMERA - TOPOLOGIAS EM MÚLTIPLAS SUPERFÍCIES

Assim, a realização do *Taller UVM 2015-2016* em Buenos Aires, Argentina, foi uma iniciativa que teve como um de seus resultados a agregação de eventos com organização do LabInter, como evento EFEMERA Imagem¹³, que conta com o apoio, colaboração e parceria do Planetário da UFSM, em Santa Maria, Brasil. O Planetário consiste em um espaço fundamental para experiências com projeções e os processos de criação em Arte e Tecnologia, visa contribuir com a ampliação das investigações sobre a processos criativos de imagem, na emergência de questionamentos, possibilidades e proposições poéticas, bem como na própria realização do evento, estendendo as parcerias entre instituições latino-americanas para uma abrangência global. Fomentando parcerias, promove cooperações em redes de pesquisa e criação entre instituições e grupos de pesquisa em arte e tecnologia latino-americanos.

Paralelamente às oficinas e aos encontros no Planetário Galileu Galilei, em Buenos Aires, resultando na apresentação na cúpula do referido planetário, o LabInter realiza, no PPGART/UFSM, alguns laboratórios de criação, *workshops*, apresentações e debates sobre imagem e som digital, voltados para a concepção de obras em *fulldome*. Entre estes *workshops*: Imagem para *fulldome* com Otávio Feldens; Áudio para *fulldome* com Cristiano Figueiró¹⁴. Retomando a atenção para os arquivos de escaneamentos realizados nesta proposta, explorou-se novas configurações de exportação de imagens em alta resolução para a projeção no domo, no formato 4K - 4098x4098 pixels, em PNG, para gerar animações de 30 frames por segundo.

Decorrendo do *Taller UVM 2015-2016*, a proposta *Cosmografias Sonoras*¹⁵, para projeção *fulldome*, primeiramente, realizou a geração de imagens audiovisuais

¹³ “EFEMERA Imagem: Exibição AudioVisual Internacional FullDome” é uma mostra anual organizada pelo LabInter. Acontece inicialmente com o nome “Topologia FullDome” (em 2016), ResSonância FullDome” (em 2017), e a partir de 2018 passa a se chamar “EFEMERA Imagem”. Esta mostra integra o Projeto de Pesquisa e Extensão da UFSM “Imagem EFEMERA: Exibições FullDome e Experiências com Mídias Emergentes e Realidade Aumentada”, de autoria de Matheus Moreno dos Santos Camargo e coordenação compartilhada com Andreia Machado Oliveira.

¹⁴ Cristiano Figueiró: Prof. Dr. Do IHA/UFBA, Brasil.

¹⁵ *Cosmografias*, também foi exibido durante a conferência Balance Unbalance / BunB17, (no Teatro Immersive Vision - IVT, Plymouth, Reino Unido. Em agosto de 2017.), evento produzido pela i-DAT em colaboração com o Sustainable Earth Institute e Art and Sound na Universidade de Plymouth.

individuais, logo, estas foram tratadas coletivamente no LabInter, e, posteriormente, foram dispostas para trocas *online*, como o desenvolvimento da trilha sonora por Cristiano Figueiró. Esta proposta, além de resultar da oportunidade de participar do *Taller Fulldome / UVM 2015 / 2016*, também abre oportunidades para novos projetos colaborativos internacionais. Numa ação de parceria e cooperação, as obras produzidas e apresentadas no *Concierto de Música Visual en Fulldome – UVM 2016*¹⁶, Buenos Aires, foram disponibilizadas para apresentação na *Mostra Topologia FullDome*, organizada pelo LabInter, em Santa Maria, 2016.

Figura 4 – Divulgação dos eventos, 2016. Planetário Galileu Galilei e Planetário da UFSM.



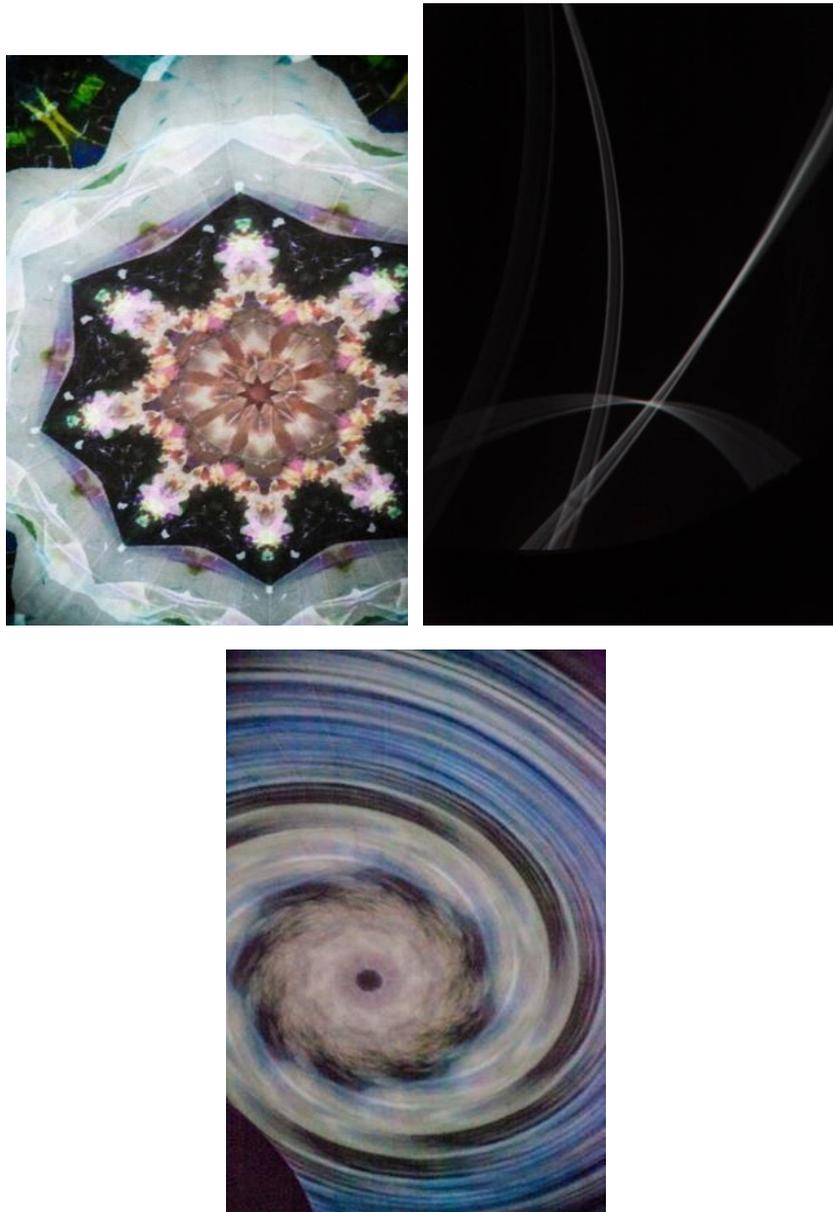
Fonte: Ricardo Dal Farra e LabInter.

A associação de imagens visuais e sonoras, em espaços expositivos, através de diversas mídias, proporcionam ampla liberdade aos processos criativos, permitindo sobrepor diversas camadas de linguagens, integrando percepções na renovação das tecnologias e de suas possibilidades de interação e imersão. Em *Cosmografias*, visamos o conectar público com a imagem e o som, suscitar outras relações entre corpo e ambiente. A cúpula, ainda, oferece uma acústica que permite fortes experiências imersivas e a sensação de um espaço infinito ao redor.

Cosmografias também foi apresentado no festival Immersphere, (no Planetário de Brasília, Brasil. Em outubro de 2017). Programação do evento: <http://immersphere.com.br/pt/programacao/>. Ambos eventos coordenados pelo Dr. Ricardo Da Farra.

¹⁶ *Concierto de Música Visual en Fulldome – UVM 2016*. Link: <http://www.ceiarteuntref.edu.ar/concierto-taller-fulldome2016>

Figura 5 – Registros fotográficos de *Cosmografias*, exibida nas mostras *Topologia 2016* e *ResSonancia 2017*, Planetário da UFSM.



Fonte: Rafael Happke, Matheus Moreno e Cássio Lemos.

Através destas propostas para projeção em *fulldome*, que culminaram em trabalhos colaborativos, exploramos formas transdisciplinares de expressão artística, com experiências entre *performances* audiovisuais que problematizam os limites das camadas físicas, peles, tecidos e ambientes, mas também das camadas imateriais, como as imagens e os sons. Propõem relações permeáveis entre os limites espaciais e a potencialização de suas estruturas através de experiências imersivas e interativas, possibilitando a expansão de seus limites e buscando conexões entre elementos heterogêneos.

Com o fomento da experimentação de outros métodos de produção e exibição de imagens, questionamos as tecnologias emergentes e os formatos consagrados do audiovisual, realizando criações em *projection art*, com propostas *fulldome* nas cúpulas de planetários, telas panorâmicas 360° e *video mapping* em fachadas arquitetônicas. (OLIVEIRA et al., 2020, p. 96). Como Mondloch pondera:

A introdução de telas midiáticas em instalações esculturais no final da década de 1960 implicitamente reintroduziu o espaço ilusionista e virtual em um tipo de prática artística que, com base nas ambições críticas do minimalismo, tinha como objetivo eliminar o transcendentalismo modernista em favor de um encontro perceptivo no tempo presente entre o espectador e o objeto de arte (MONDLOCH, 2010, p. 62, tradução nossa).

Neste sentido, Marshal McLuhan (1967) expõe que as tecnologias são ampliações dos sentidos humanos, alteram nossas percepções e noções espaço-temporais. Assim, a imersão enquanto uma das características dos ambientes para projeção *fulldome*, possibilita uma abertura na comunicação entre elementos, motivando a quebra da hierarquia entre indivíduos, mídias e meios. Um espaço ativado pela sinestesia, pela sincronização dos sentidos através da imersão, destacando a conexão dos espaços físicos e virtuais, fazendo emergir sensações que ampliam a visualidade e a sonoridade.

Peter Anders (1997) reflete que a associação entre o espaço físico e o ciberespaço gera uma espacialidade híbrida de conexão recíproca, o que produz fluxos comunicativos constantes de contaminação e auto regulação, compondo ambientes transmidiáticos de interação comum. Sendo assim, o espaço híbrido pode ser entendido como a fusão de atualidade e virtualidade. Isso pode ser percebido nas imagens presenciadas em projeções imersivas e interativas, onde o evento transforma a arquitetura em fenômeno. A arquitetura em cúpula dos planetários apresenta-se como uma hipersuperfície, onde visualiza-se as associações sensíveis e efêmeras do ciberespaço com o espaço físico, em imagens audiovisuais imersivas.

Na perspectiva de conjugar projeção e espaço, visando a reformulação das teorias arquitetônicas, Perrella (1998) insere os conceitos de complexidade e velocidade à superfície, buscando superar as dicotomias existentes entre estrutura e ornamento, imagem e forma, dentro e fora. Assim, a “hiperarquitetura seria a união da arquitetura da topologia com a do pixel” (SPERLING, 2003, p. 58), conectando forma tridimensional e imagem digital. Por esse viés, o elemento arquitetônico tem sua

materialidade testada e sua mutação ativada pela presença do público, imerso ou interagindo com as imagens, diferentemente da experiência da projeção sobre tela plana, na altura dos olhos e à frente do espectador, potencializando as relações simbióticas e sinestésicas, que ampliam os modos de comunicação do corpo com as tecnologias. Acessam fluxos interativos recíprocos, que fazem surgir uma espacialidade informativa, sem dentro ou fora, mas habitável em imagens. Isso faz refletir o hábitat imersivo que surge do encontro entre meios, espaços, condições e estados. Potencializa o transitório e indeterminado destas camadas de eventos, de comunicações interativas entre imagens, sons e movimentos (CAMARGO, 2016).

Massimo Di Felice destaca, que “as pós-geografias e as redes digitais não são espacialidades na nossa frente, mas experiências imersivas que nos convidam a ir além da nossa vista” (DI FELICE, 2009, p. 226). Com isto, o elemento arquitetônico tem sua materialidade posta à prova ao ter sua superfície envolvida por imagens e sons, ou tem sua mutação ativada pela presença de um interator, potencializando as relações simbióticas e a ampliação dos modos de comunicação do corpo com a natureza e as tecnologias.

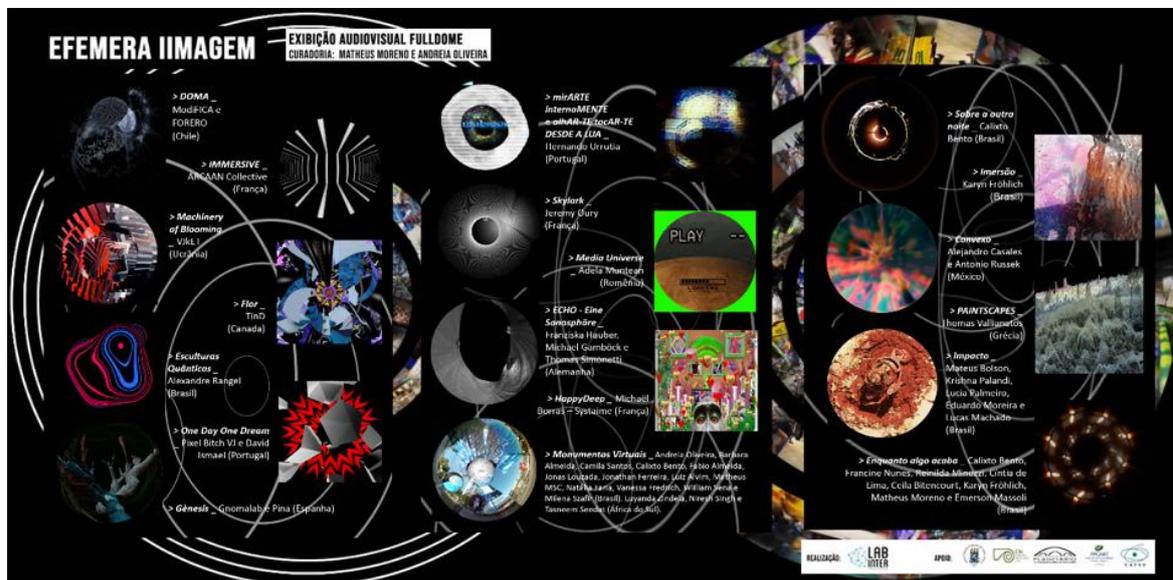
Dando continuidade à pesquisa sobre imagens para formato *fulldome* e às parcerias institucionais, o LabInter organiza os laboratórios de criação: Imagem Corporificada com Calixto Bento (*Cinelante*) e Marluz Araujo (*Alucinestesia*); Imagem Generativa, com Matheus Camargo e Alexandre Montibeller, mediando um debate sobre as relações da imagem projetada em suportes arquitetônicos dos domos e planetários. E através projeto Imagem EFEMERA, realiza a exibição *ResSonância FullDome*¹⁷ em 2017, reunindo participação proposta de artistas nacionais e internacionais de artistas de diversos países. Com trajetória na produção de trabalhos audiovisuais em formato *fulldome*, realizou-se o evento *EFEMERA Imagem 2018*¹⁸ e

¹⁷ ResSonância *FullDome* 2017, com curadoria de Matheus Moreno e Andreia Oliveira; integra a mostra Arte – Deslocamento - Tecnologia - LabInter 2017. Entre as obras apresentadas, agregando as obras de UVM 2015-2016, estavam: *A matter of sound*, de Mateus Bolson (Brasil); *Ordem e Plexus*, de Calixto Bento (Brasil); *Ausculata fulldome*, de Fernando Codevilla, Leonardo Arzeno e Moisés Canabarro (Brasil); *R.O.I.*, de Carlos Donaduzzi (Brasil); *Kimun, Saberse parte de um total E Arriba y abajo e El cuerpo mayor*, de Andrea Varela, Bernardo Piñero, Facundo Suárez, Yanina Viegas; *Paradigme Shift e Polyedra*, de TIND: *This is not design e Creation Ex Nihilo* (Canadá); *Samskara*, de Android Jones (Tailândia); *Art Universe*, de David Booth (Estados Unidos da América); *Chiang Mai Deep Trip*, de Geoge Aistov (Rússia) e *Luminokaya*, de Geoge Aistov e Keerych Luminokaya (Rússia). Registros fotográficos na página do LabInter no FaceBook, disponível em: <https://www.facebook.com/media/set/?vanity=labinterartec&set=a.693648697472025>.

¹⁸ *EFEMERA Imagem 2018*, acontece no Planetário da UFSM, nos dias 10 e 11 de outubro de 2018. Integra a mostra Arte - Colaboração - Tecnologia - LabInter 2018. Conta com as obras: *EFEMERA.I*, de Matheus Moreno (Brasil); *SoundscapeTimelapse*, de Matt Bolson (Brasil); *PLC360.v2*, de Raul Dotto

EFEMERA Imagem 2019¹⁹, com a participação de artistas internacionais e locais, com obras inéditas neste formato.

Figura 6 – Divulgação do evento *EFEMERA Imagem* 2019. Planetário da UFSM.



Fonte: Matheus Camargo.

Rosa e Walesca Timmen (Brasil); *Helio*, de TIND - The Is Not Design (Canada); *ADSEM*, de Alejandro Casales (México); *SONOLUMIN*, de Diana (Estados Unidos) (5 min.); *Demarcar Resistir*, de Vitor Valentim (Brasil); *ReflexosDeSi*, de Vanessa Fredrich (Brasil); *Alice_workinprogress*, de Milena Szafir (Brasil); *Sensações*, de Barbara Almeida (Brasil); *Mapz*, de Cássio Machado e Calixto Bento (Brasil); *ReMixRor*, de Matheus Moreno (remix das obras: *Helicoidal* e *Deriva*, de Cássio F. Lemos, Indira Z. Richter, Camila Matzenauer; *Solstício* e *Transhabitat* de Matheus Moreno; *Permanência Do Gesto*, de Andreia Oliveira, Vanessa Fredrich, Matheus Moreno, Fabio Almeida, Cássio F. Lemos, Indira Z. Richter e Evaristo J. Nascimento; 19, de Calixto Bento; com a trilha sonora: *Cinza_NegativeCluster*, de Cristiano Figueiró, Maxx Chami, Kauê Gindri, Daniel Piá e Ana Luisa. (Brasil); e ainda, a *live performance AntologiaDeFormasImprovisadas*, de Marcelo Birck. (Brasil). Registros fotográficos da mostra: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.912992405537652&type=1&l=2153c0fda8>

¹⁹ EFEMERA Imagem 2019. Integra a exposição Arte - Memória - Tecnologia - LabInter 2019. *Media Universe*, de Adela Muntean (Romênia); *DOMA*, de ModIFICA e FORERO (Chile); *Machinery of Blooming*, de VJKET (Ucrânia); *Flor*, de TinD (Canada); *ECHO*, de Eine Sonosphäre, Franziska Hauber, Michael Gamböck e Thomas Simonetti (Alemanha); *mirARTE internaMENTE* e *olhAR-TE tocAR-TE DESDE A LUA*, de Hernando Urrutia (Portugal); *One Day One Dream*, de Pixel Bitch VJ e David Ismael (Portugal); *Sobre a outra noite*, de Calixto Bento (Brasil); *Esculturas Quânticas*, de Alexandre Rangel (Brasil); *Skylark*, de Jeremy Oury (França); *HappyDeep*, de Michaël Borrás (França); *Enquanto algo acaba*, de Calixto Bento, Francine, Reinilda Minuzzi, Cintia, Ceila, Karyn Fröhlich, Matheus Moreno e Evertom (Brasil); *IMMERSIVE*, de ARCAAN Collective (França); *Monumentos Virtuais* de Andreia Oliveira, Barbara Almeida, Camila dos Santos, Calixto Bento, Fabio Almeida, Jonas Louzada, Jonathan Ferreira, Luiz Augusto Alvim, Matheus Moreno, Natália Faria, Vanessa Fredrich, William Santana, Milena Szafir (Brasil), Luyanda Zindela, Nireesh Singh e Tasneem Seedat (África do Sul); *Impacto*, de Mateus Bolson, Krishna Palandi, Lucia Palmeiro, Eduardo Moreira e Lucas Machado (Brasil); *PAINTSCAPES*, de Thomas Vallianatos (Grécia); *Gênese*, de Gnomalab e Pina (Espanha); *Imersão*, de Karyn Fröhlich (Brasil); *Convexo*, de Alejandro Casales e Antonio Russek (México); e a *live performance AntiRemix2*, de Marcelo Birck (Brasil).

Como desdobramento dessa parceria entre laboratórios e pesquisas realizadas no LabInter, desenvolvemos o projeto *Monumentos Virtuais*²⁰, em 2019, que busca desconstruir narrativas tradicionais e questiona o que entendemos por memória e poder, suas estruturas, significações e estetizações. Este projeto é desenvolvido de maneira interdisciplinar e colaborativa, numa parceria entre o LabInter da UFSM, o *Interdisciplinary Lab*, da Durban University of Technology (DUT), Durban, África do Sul, e o *Projet'ares Audiovisuais* da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Brasil. Partimos da captação, por meio de diferentes dispositivos tecnológicos, de imagens visuais e sonoras do cotidiano das cidades de Santa Maria, Durban e Fortaleza. Registros a partir dos quais são feitas poéticas imagéticas que problematizam por onde transpassam as memórias e os monumentos desses espaços, com suas particularidades e universalidades.

Em sua produção coletiva e colaborativa, os compartilhamentos de tais registros, ideias e conhecimentos ocorrem via plataformas *online*, produzindo coletivamente memórias e monumentos virtuais, enquanto experimentos de dissolução de hierarquias e estruturas de poder institucionalizadas. A edição da narrativa audiovisual, por sua vez, faz-se presente em todo o processo criativo, agregando elementos inerentes ao conceito do projeto.

O relato audiovisual, criado por meio de diversos olhares e discursos, em diferentes suportes, confere à montagem uma poética instigante, que fala simbolicamente sobre as ligações entre as referidas cidades. O desenho sonoro é realizado para o espaço imersivo de planetário, utilizando uma DAW (*Digital Audio Workstation*). Buscamos explorar, com ferramentas de espacialização do som, através de sintetizadores e diversas gravações de áudios das cidades e de narrações, a composição da trilha sonora, com uma abordagem híbrida e dinâmica. A criação de um campo sonoro que amplie o senso de imersão (por meio do *software Ambisonic*), pois os áudios são manipulados não só quanto às suas características tímbricas, mas também quanto às suas qualidades espaciais, permitindo que o espectador perceba a localização das fontes sonoras no ambiente de exibição.

²⁰ Sobre os artistas/pesquisadores diretamente envolvidos nesta proposta específica, estão as equipes do LabInter/ UFSM/Brasil, com Andreia Machado Oliveira, Barbara Almeida, Camila dos Santos, Calixto Bento, Evaristo do Nascimento, Fabio Almeida, Jonas Louzada, Jonathan Ferreira, Luiz Augusto Alvim, Matheus Moreno Camargo, Natália Faria, Vanessa Fredrich e William Sena Santana. Da UFC (Brasil), com Milena Szafir. E do *Interdisciplinary Lab / DUT* (África do Sul), Luyanda Zindela, Nireesh Singh e Tasneem Seedat. Site: https://www.ufsm.br/laboratorios/labinter/?page_id=168

Este projeto, também, apresenta-se como uma espécie de usina coletiva de poéticas audiovisuais, com o intuito de conhecer, debater, experimentar, compartilhar e contribuir para as realizações artísticas e tecnológicas e o debate acadêmico transnacional sobre concepção, produção, participação, recepção e exposição de propostas artísticas audiovisuais. Especialmente, no que tange à ampliação dos formatos e suportes projetivos para além dos mais comumente difundidos.

A produção dos vídeos leva em consideração as estruturas arquitetônicas dos locais de projeção e passa por constantes testes em diferentes ambientes, simulações virtuais de domos e cúpulas, até os audiovisuais serem exibidos tanto nas suas cidades de origem quanto em outros espaços expositivos: no evento *DIGIFEST 2019*²¹, na *Durban University of Technology (DUT)*, África do Sul, para uma tela panorâmica em 360°; no evento *EFEMERA Imagem 2019*, no Planetário da UFSM, em formato *fulldome*; e no festival *Campus Open Mapping*²², na UFSM, organizado por Calixto Bento, em formato de *video mapping*.

Nossas proposições audiovisuais imersivas buscam explorar as possibilidades de produção e criação dentro do formato *fulldome*. Imagens visuais e sonoras integram camadas de informações de ambientes de natureza diversas que se hibridizam, compondo hiper superfícies, de topologias generativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste modo, apontamos que o compartilhamento de projetos e pesquisas realizadas entre laboratórios de arte e tecnologia, LabInter/UFSM e CEIART/UNTREF, e planetários, Planetário da UFSM e Planetário Galileu Galilei, respectivamente em Santa Maria e Buenos Aires, tem contribuído para o avanço de produções artísticas para projeções em formato *fulldome* e divulgações em eventos internacionais.

Primeiramente, entendemos que a relação entre imagens visuais e sonoras é construída de várias maneiras na música visual. Embora às vezes funcione como

²¹ *Shared Virtual Monuments*, Na *DIGIFEST 2019*, em Durban, África do Sul. Instituição promotora: *University's City Campus*. Tem autoria de LabInter/UFSM/Brasil - Andreia Machado Oliveira, Barbara Almeida, Camila Santos, Calixto Bento, Evaristo do Nascimento, Fabio Almeida, Jonas Louzada de Carvalho, Jonathan Ferreira, Luiz Augusto Turella Ferraz Alvim, Matheus Moreno dos Santos Camargo, Natália Faria, Vanessa Fredrich, William Sena Santana. #IR/UFC/Brasil - Milena Szafir. ATL/DUT/África do Sul - Luyanda Zindela, Nireesh Singh, Tasneem Seedat.

²² *Campus Open Mapping V.1*. Evento organizado por Wagner de Souza Antonio (Calixto Bento) doutorando do PPGART/UFSM. 13 de dezembro de 2019. na fachada da biblioteca do Central da UFSM

"música visualizada", em que o visual é consequência da amplitude, do espectro, da altura ou do ritmo do som, muitas vezes na forma de espetáculos de luz ou também em animações geradas por computador, em outros casos referem-se a "sonificação de imagem" em que o áudio é derivado de algum tipo de análise de imagem. Uma possibilidade notável da criação de música visual, consiste na elaboração de uma correlação não hierárquica entre som e imagem, em que ambos são gerados a partir de um mesmo processo algorítmico. Da mesma forma, também há exemplos em que as obras são gestadas a partir de uma sobreposição sem hierarquia ou correlação de forma alguma. Em todos os casos, tanto o som quanto a imagem podem ser apresentados como elementos pré-gravados, em tempo real, ou mesmo como parte de uma instalação multimídia interativa.

Sem dúvida, entre os desafios da produção de obras de música visual para *fulldome* estão os limitados recursos tecnológicos disponíveis que muitas dessas obras exigem. Contudo, uma vez que os trabalhos estejam criados, estes podem ser adaptados e gerarem arquivos nos formatos necessários para os diferentes planetários. Embora normas estejam sendo desenvolvidas para facilitar a circulação dos materiais, ainda é difícil conseguir uma ampla divulgação dos trabalhos. Em relação a essas normas, IMERSA²³ e AFDI²⁴ publicaram especificações sobre a geometria do *template* visual (*Dome Master*) a ser utilizado, bem como considerações sobre o projeto em termos da parte visual. Eles também detalham formatos de arquivo, sequências numeradas de quadros sem perda de qualidade (*sequentially numbered lossless files*), número de quadros por segundo (*frame rates*) e formatos de áudio.

Dal Farra resume, com uma metáfora, o elemento desencadeador da série de eventos internacionais que a UVM engloba, dizendo: "Onde está o McLaren do século 21?" Norman McLaren, o animador, diretor, produtor e compositor escocês-canadense, criou obras interessantes a partir de um encontro entre imagens abstratas e a exploração de diferentes modos de produção sonora. Alcançou uma qualidade notável na elaboração de imagens animadas, contemplando claramente a concepção e produção musical. Sua destacada produção audiovisual, e seu trabalho pioneiro com limitados meios mecânicos e manuais, nos levam a pensar nas novas possibilidades que as tecnologias atuais nos abrem, pensando no universo da música visual. Hoje, o trabalho

²³ IMERSA Inc. é uma liga empresarial sem fins lucrativos que visa a ascensão do planetário digital *fulldome*. Link: <https://www.imersa.org/>.

²⁴ AFDI - Association of Fulldome Innovators.

solitário de muitos criadores audiovisuais pioneiros, que produzem música visual, continua, mas as tecnologias emergentes, como uma nova forma de fazer e, em alguns casos, de pensar, nos levam a gerar redes de colaboração onde a pesquisa se cruza com a produção e a difusão.

Portanto, *Understanding Visual Music* tem ajudado a criar uma rede internacional de artistas e acadêmicos interessados em música visual, e também tem inspirado diversos projetos de criação e divulgação, incluindo festivais e simpósios em outros países da América Latina. Facilitou a troca de informações e a transferência de conhecimento, e permitiu a apresentação de um número significativo de trabalhos em diferentes países e eventos de destaque internacional, incluindo o sétimo simpósio *Balance-Unbalance*, realizado em Plymouth, Inglaterra, o festival *FullDome* realizado em Bogotá e Medellín, Colômbia, e o Festival *FullDome* em Jena, Alemanha.

O desenvolvimento de redes decorre da construção de uma sequência de ações que facilita a colaboração e o intercâmbio entre laboratórios e artistas, por exemplo, a Rede de Ciência, Arte e Tecnologia do Sul (REDCATSUR). Outras vezes, surge como consequência de um conjunto de ações e atividades realizadas com um objetivo específico. Foi assim que surgiu o *Understanding Visual Music*, sendo sua atuação, ao longo dos anos, que motivou novos projetos criativos, bem como a divulgação da música visual, em planetários de várias cidades da América Latina. Nem todos os projetos UVM propostos em diferentes países puderam se materializar, porém em muitos casos eles ajudaram a iniciar ou alimentar a discussão em um campo de pesquisa-criação que tem cada vez mais partes interessadas, tanto especialistas quanto o público em geral.

Observamos um avanço na realização de projetos baseados na proposta do UVM em planetários icônicos da América Latina, alguns onde nunca se cogitou a possibilidade de utilizar o formato *fulldome* para experiências que extrapolassem o campo da ciência e da ciência. Planetários de pequeno e grande porte, com múltiplos projetores em resolução 8K ou com um único dispositivo, alguns com disposição concêntrica das poltronas e outros que seguem uma distribuição que não facilita a apreciação da cúpula como um todo. Há projetos em cidades distantes das capitais nacionais, no interior dos países, bem como eventos simultâneos em dezenas de planetários em toda a América Latina.

As redes, com mais ou menos formalidade, foram construídas de tal forma que hoje permitem um intercâmbio entre promotores e gestores culturais que veem na

música visual apresentada nos planetários, um caminho para atingir públicos de todas as classes sociais, idades e condições, com uma experiência que de outra forma estaria restrita a grupos minoritários de artistas e especialistas. *Understanding Visual Music* propõe assim um encontro entre arte, ciência e tecnologias em espaços de imersão coletiva, como forma de tecer redes que não só ligam artistas ou cientistas, mas também estão ao alcance de todos. A compreensão da música visual pode ser considerada hoje como uma forma de educar, crescer juntos e propor perspectivas que promovam o pensamento crítico.

Na mesma perspectiva, o evento *EFEMERA Imagem* e os projetos *Monumentos Virtuais* e *ContraMonumentos* buscam transformar os ambientes imersivos, como planetários e cúpulas, das cidades participantes em monumentos virtuais ou memórias compartilhadas. Enquanto os monumentos públicos (físicos) tradicionais e os locais memoriais buscam fixar permanentemente a memória por meio do poder e são imponentes, os monumentos e memoriais digitais criados por meio desses projetos visam ser fluidos, maleáveis e inclusivos. Esses trabalhos são compostos em camadas sobrepostas: a camada de base desfaz a relação *form-background* com o *fulldome*, através de um campo de profundidade espacial infinita, dentro do qual a transformação da narrativa se desenrola.

Nas cúpulas *fulldome*, figuras de luz imersas nesse volume ilimitado, interagem entre si, como variações de cor e intensidade, em movimentos rotacionais que geram uma composição dinâmica de imagens efêmeras. Tais movimentos buscam retirar visões centralizadas dos espaços culturais, criando espaços imersivos e sensíveis, onde figuras, eventos, costumes e símbolos estão deslocados do cotidiano e questionam os monumentos oficiais como estruturas físicas que ocupam espaços públicos, impondo seu poder como símbolos coletivos de figuras legitimadas, eventos ou elementos do patrimônio de uma cultura. Assim, vislumbramos que, através deste projeto, possamos problematizar esses locais, contestando seu poder e reescrevendo suas memórias constantemente.

Durante o ano de 2020, a pandemia do COVID 19 mudou os planos usuais e a experiência imersiva coletiva, face a face, teve que ser modificada como tantos eventos e atividades e situações ao redor o mundo. Os concertos UVM 2020, realizados em conjunto com o Planetário Galileu Galilei da Cidade de Buenos Aires, foram apresentados em uma edição em que cada obra ficava *online* e podia ser apreciada, percorrida e explorada através de uma simulação que oferecia a possibilidade de

navegar no espaço de forma interativa. Estes concertos *online* trouxeram uma experiência diferenciada, não a desejada, mais próxima de um grande público, mas uma conquista considerável, ponderando as limitações de exibir trabalhos criados para o formato *fulldome* de modo online. O projeto *ContraMonumentos 2020* também desdobra-se para o formato *online*, participando do evento DIGIFEST 2020 e, deste modo, continuando a reforçar iniciativas de colaboração artística e interdisciplinar entre países em desenvolvimento do Hemisfério Sul (Brasil e África do Sul) que apesar de estarem localizados em continentes distantes, enfrentam desafios culturais e socioeconômicos semelhantes. Em 2021, de modo *online*, o projeto *ContraMonumentos* implementa o uso de Inteligência Artificial na proposta, investigando emoções conectadas/desconectadas da vida em um mundo COVID 19, entrando também no projeto o CSGames/PUCSP/UNICAMP. As emoções tornam-se monumentos virtuais, sendo analisadas e classificadas por uma IA que fornece dados para os *softwares Touch Designer* e *Processing*, alterando imagens e áudios, relacionados com cada emoção.

Figura 7 – *Cosmografias* no UVM 2020²⁵ e *ContraMonumentos/CounterMonuments* no DIGIFEST 2020²⁶.



Fonte: YouTube do Planetário da Cidade de Buenos Aires e do projeto *CounterMonuments 2020*, do Labinter.

Ainda, problematizamos os processos criativos de imagens contemporâneas e música visual através de experiências com processos generativos, em uma representação audiovisual *fulldome* que atualiza constantemente o espaço arquitetônico, intermediados pelas interfaces tecnológicas. Através de eventos e reconexões do espaço-tempo, permite a readaptação constante também dos indivíduos, imersos nas imagens e sons

²⁵ *Cosmografías* no UVM, *Noviembre ELETRONIC* 2020. Link da obra: https://www.youtube.com/watch?v=vcX8aSs-F_c

²⁶ *ContraMonumentos/ConterMonuments* no *DIGIFEST* 2020. Link da obra: <http://digifest.dut.ac.za/portfolio-item/contra-monumentos-counter-monuments/>

nesses ambientes. Assim, as topologias audiovisuais, nas quais as imagens exploram a visualidade do som e a musicalidade do que se vê, em relações sincronizadas na mutação dos padrões que geram novas possibilidades de visualizações e percepções espaço temporais, associando elementos imateriais (como o som e a luz das imagens projetadas) a estrutura material arquitetônica.

A partir de pesquisa artística no campo da imersão, estes trabalhos destacam a conexão dos espaços físicos e virtuais, o local, a presença das imagens e sons entre as camadas dessas múltiplas dimensões. Gera-se transformações recíprocas por meio deste espaço experimental, onde a imagem não é apenas visualizada e o som não é apenas audível, mas também são vivenciados, interconectando de modo generativo o corpo do indivíduo aos fluxos de informações dos ambientes imersivos (CAMARGO, 2016).

A imersão, como elemento estético explorado em projeções *fulldome*, é um tema amplamente discutido pelo teórico Oliver Grau (2007), que a reconstrói historicamente e explicita a tendência da arte de proporcionar a máxima experiência de realidade no sujeito. Para isso, o autor analisa desde os murais pictóricos do século XIX, os chamados panoramas, até o cinema em sua sala escura no século XX e as videoinstalações da arte contemporânea (OLIVEIRA et al., 2016, p. 80). Para Murray (2003), imersão é um termo metafórico derivado da experiência física de estar submerso na água. Quando estamos submersos, experimentamos um ambiente novo, algo fora de nossa vida cotidiana, e a sensação provocada por ele também. Em ambientes imersivos, somos envolvidos por uma realidade completamente estranha que nos possibilita experiências que muitas vezes não são possíveis na vida real (OLIVEIRA et al., 2016, p. 81). Isto é, com as tecnologias digitais, “o trabalho com o computador pode nos proporcionar acesso irrestrito às emoções, aos pensamentos e às condutas que nos são vedados na vida real” (MURRAY, 2003, p. 102).

Neste contexto, podemos dizer que na imersão os ambientes transformam-se, pluralizam-se, liquefazem-se, ampliam-se, possibilitando formas inéditas de perceber e imaginar. Espaços com arquiteturas em domos, por si só, já apresentam propriedades imersivas. Contudo as práticas em projeção buscam a visualização em formatos ampliados, aumentando, assim, a imersão nele, pois “quanto mais bem resolvido o ambiente de imersão, mais ativos desejamos ser dentro dele” (MURRAY, 2003, p. 127). Nesses ambientes, têm-se a possibilidade de colocar o observador, não diante da tela, mas dentro dela (OLIVEIRA et al., 2016, p. 84). Nestes projetos, a projeção para domo, por exemplo, que é uma geometria hemisférica de superfície côncava, na qual o público

pode se conectar de outra maneira com a imagem e o som a partir de outras relações entre o corpo e o ambiente. A cúpula, ainda, oferece uma acústica que permite fortes experiências imersivas e a sensação de um espaço infinito ao redor.

Portanto, os projetos apresentados, aqui, buscam ampliar as possibilidades de produção, criação e desdobramento audiovisuais a partir do formato imersivo *fulldome*. Produções com imagens e sons que permeiam as áreas de arte/tecnologia/ciência, utilizam procedimentos generativos variados buscando múltiplas expressões, no lugar de um resultado estético único e determinado. Segundo Angus McWilliam, o meio utilizado para transmitir a sensação de empatia gerada por todos os elementos vinculados à linguagem utilizada é a própria estética. Então, o prazer estético está relacionado com a percepção, com o resultado comunicativo entre um indivíduo e uma mídia, sendo isso, definido como “experiência” (MCWILLIAM, 2008, p. 32).

Enfim, os projetos e eventos mencionados servem como ambientes para produção e debate sobre modos de apresentação de imagens audiovisuais animadas nas superfícies em domos na arquitetura dos planetários, bem como diversas outras superfícies. A prática da música visual, exercita considerações criativas e perceptivas relacionadas a tendências atuais, à inovação tecnológica e a possíveis direções futuras. Tais projetos e eventos visam criar oportunidades para que artistas e acadêmicos envolvidos com a música visual, possam compartilhar e discutir aspectos artísticos, estéticos, perceptuais, tecnológicos, educacionais e socioculturais. Relevantes para este campo de colaboração interdisciplinar, inovação e fertilização cruzada entre criadores, pesquisadores e educadores envolvidos em música visual e áreas afins, incluindo eletroacústica, animação, artes computacionais, artes midiáticas, música, cinema e demais áreas. Destacamos a importância de projetos colaborativos e redes de sociabilidade na América Latina a fim de ampliar pesquisas e produções que abordam as múltiplas definições da música visual, questões sobre a estética, a hierarquia e correlação de som e imagem neste contexto, as múltiplas topologias e superfícies de projeção e a percepção do público.

REFERÊNCIAS

ANDERS, Peter. *Cybrids: Integrating Cognitive and Physical Space in Architecture*. Design and Representation. In: ACADIA 97 Conference Proceedings, p.17-34, 1997.

ANTUNES, J. *A correspondência entre os Sons e as Cores (Bases teóricas para uma “música cromofônica”*. Sistrum Edições Musicais. Brasil. 1982.

CAMARGO, Matheus Moreno dos Santos. *Transhabitat: topologias transorgânicas em arte e tecnologia*. Dissertação de Mestrado. UFSM, Santa Maria, 2016.

DAL FARRA, Ricardo. *Para Todos Ellos para guitarra MIDI, sintetizador digital, y procesamiento electroacústico en tiempo real. Con diapositivas de pinturas del artista Víctor Magariños (1987)*. Disponível em: <http://www.fondation-langlois.org/html/e/oeu.php?NumEnregOeu=o00002067>

MONDLOCH, Kate. *Screens: viewing media installation art*. Londres: University of Minnesota Press, 2010.

OLIVEIRA, Andréia Machado; SOUZA, Bárbara Almeida de; SANTOS, Camila dos; ALVIM, Luiz Augusto; ZINDELA, Luyanda; CAMARGO, Matheus Moreno; SINGH, Niresh; SEEDAT, Tasneem. Monumentos Virtuais e Memória: uma experiência interdisciplinar e colaborativa transnacional em *projection art*. In: *Revista Vazantes*, v. 04, n. 02. 2020, p. 93 - 113.

OLIVEIRA, Andréia Machado; MONTIBELLER, Alexandre; PEREIRA, Bárbara Maciel; NASCIMENTO, Evaristo José do; ALMEIDA, Fabio Gomes de; CICHELERO, Marcos; CAMARGO, Matheus Moreno dos Santos; PARABONI, Muriel. Ai3: ambientes interdisciplinares imersivos interativos em realidade mista. In: ROCHA, Cleomar (Org). *Anais do IV Simpósio Internacional de Inovação em Mídias Interativas*. Goiânia: Media Lab / UFG, 2016.

SMIRNOV, A. *Sound in Z. Experiments in Sound and Electronic Music in Early 20th Century Russia*. Koenig Books. Inglaterra, 2013.

PERRELLA, Stephen. *Hypersurface Theory: architecture Culture. Architectural Design – Hypersurface Architecture*. London: AD, vol. 68, p.07-17, 1998.

Links

Taller *Fulldome* - UVM 2015/2016. Convocatória:
<https://ceiarteuntref.edu.ar/2015/09/convocatoria-taller-fulldome-uvm-2015-2016>

Taller *Fulldome* - UVM 2015/2016. Propostas iniciais selecionadas:
<http://ceiarteuntref.edu.ar/2015/04/taller-fulldome-uvm-2015-2016>

Taller *Fulldome* - UVM 2015/2016. Concerto:
<http://ceiarteuntref.edu.ar/2016/11/concierto-del-taller-fulldome-uvm-2015-2016>

Understanding Visual Music - UVM. Facebook:
<https://www.facebook.com/UVMvisualmusic>

Understanding Visual Music - UVM 2011: <http://uvm2011.hexagram.ca/agenda.html>

Understanding Visual Music - UVM 2013.
<https://ceiarteuntref.edu.ar/2013/08/simposio-understanding-visual-music-uvm>

Understanding Visual Music - UVM 2015.
http://uvm2015.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&layout=kallyas:hiddentop&id=5&Itemid=247

Understanding Visual Music. CEIARTE-UNTREF. *Concierto de Música Visual en Fulldome* - UVM 2017. <https://ceiaruntef.edu.ar/2017/11/concierto-de-musica-visual-en-fulldome-uvm-2017>

Understanding Visual Music. CEIARTE- UNTREF. *Concierto de Música Visual en Fulldome* - UVM 2018. <https://ceiaruntef.edu.ar/2018/10/conciertos-de-musica-visual-en-fulldome-uvm-2018>

Understanding Visual Music. CEIARTE- UNTREF. *Concierto de Música Visual en Fulldome* - UVM 2019. <https://ceiaruntef.edu.ar/2019/10/conciertos-de-musica-visual-en-fulldome-uvm-2019>

Understanding Visual Music. CEIARTE- UNTREF. *Concierto de Música Visual en Fulldome* - UVM 2020. <https://ceiaruntef.edu.ar/2020/11/conciertos-de-musica-visual-para-fulldome-uvm-2020>

Understanding Visual Music. CEIARTE- UNTREF. *Concierto de Música Visual en Fulldome* - UVM 2021. <https://ceiaruntef.edu.ar/2021/10/conciertos-de-musica-visual-para-fulldome-uvm-2021>

National Film Board. Norman McLaren. <https://www.nfb.ca/directors/norman-mclaren/>

Mostra Labinter Arte – Topologia - Tecnologia 2016:
<https://www.facebook.com/events/602522226575742>

Exibição Topologia *FullDome* 2016:
<https://www.facebook.com/labinterartec/posts/493559550814275>

Programação do evento *Balance-Unbalance* 2017: <http://balance-unbalance2017.org/schedule/>.

Informações sobre *Cosmografias* no evento *Balance-Unbalance* 2017: <http://balance-unbalance2017.org/events/cosmografias/>.

Mostra LabInter Arte – Deslocamento – Tecnologia 2017:
<https://www.facebook.com/events/789885784549414>

Exibição ResSonância FullDome 2017:
<https://www.facebook.com/media/set/?vanity=labinterartec&set=a.693648697472025>

EFEMERA Imagem 2018 – Exibição AudioVisual Internacional *FullDome*:
<https://www.facebook.com/media/set/?vanity=labinterartec&set=a.912992405537652>

Mostra Arte – Memória – Tecnologia 2019:
<https://www.facebook.com/events/717176738782391/>

EFEMERA Imagem 2019 - – Exibição AudioVisual Internacional *FullDome*:
<https://www.facebook.com/media/set/?vanity=100010403887218&set=a.971659696524151>

Monumentos Virtuais 2019: <https://vimeo.com/labinterufsm>

ContraMonumentos 2020: <http://digifest.dut.ac.za/portfolio-item/contra-monumentos-counter-monuments/>

INTEGRAÇÃO CULTURAL NA AMÉRICA LATINA

Bárbara Heliadora Andrade Ramos¹

INTRODUÇÃO

A integração cultural na América Latina é um tema sociopolítico complexo que se concretiza, como fenômeno histórico, na prática social. Nesta região existe uma ampla dominação ideológica, política e econômica que tem consequências sociais drásticas.

Neste contexto, somente através de mudanças radicais, via elevação da consciência política, da ampliação dos movimentos sociais e do fortalecimento das instituições democráticas será possível construir o futuro numa estrutura mundial baseada em profundo avanço econômico, social e cultural, através de políticas de paz, cooperação e de respeito aos direitos humanos.

Cada grupo social tem processos de territorialização específicos que devem ser considerados em sua totalidade. Busca-se responder aos seguintes questionamentos: Quais foram os motivos que levaram os países a buscar a integração econômica? Por que eles adotaram estratégias diferentes de integração?

O objetivo deste artigo é apresentar algumas reflexões acerca da importância da integração cultural, vez que há muita discussão sobre integração quanto aos aspectos econômicos, jurídicos e comerciais, ficando em geral o aspecto cultural relegado a segundo plano.

Por causa das desigualdades socioespaciais e regionais, e do processo de integração econômica, no contexto do Mercosul, o Brasil e a Argentina constituem-se em países de forte convergência de imigrantes. Por exemplo, só em São Paulo (maior metrópole regional) estima-se que vivem muitos imigrantes bolivianos, boa parte destes submetida a condições de trabalho análogas ao trabalho escravo. Somam-se a esses, milhares de imigrantes peruanos, colombianos, venezuelanos, equatorianos, entre outros, todos praticamente submetidos a uma mesma lógica de expropriação e

¹ Administradora e Mestre em Administração (UFF). Pesquisadora em Gestão Cultural, membro do grupo de pesquisa Política e Gestão Cultural (UFF/CNPQ) e da Rede Latino-Americana de Gestão Cultural. E-mail. ramosbarbara07@gmail.com

exploração do trabalho, bem como vivendo nas mesmas condições de vida, isto é, sujeitos a precárias condições alimentares, de moradia, de saúde, de educação e segurança.

Vale ressaltar que há divergências e fortes desigualdades entre os países da América Latina pois nem todos apresentam o mesmo nível de desenvolvimento ou a mesma força política e econômica. Pelo contrário, há países em situação socioeconômica de acentuada fragilidade. Os níveis regionais de pobreza e de indigência diferenciam-se, visto que são as áreas que apresentam maior gravidade e complexidade. Tais áreas, comparadas ao Brasil e à Argentina, evidenciam maior dependência, sobretudo econômica e tecnológica.

Para Ianni (1996) “as corporações transnacionais desempenham um papel básico, que pode ser decisivo na criação, institucionalização e dinamização dos sistemas econômicos regionais” (IANNI, 1996, p. 134). Elas correspondem, em força econômica, a um conjunto de países integrados, o que aumenta sua força e representatividade, pois suas influências têm um maior alcance espacial, de modo que seus interesses serão mais facilmente garantidos, ampliando seu mercado consumidor e sua produção.

Harvey (1999) afirma que “os novos métodos de trabalho são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida”. (HARVEY, 1999, p. 121). Assim, as transformações tecnológicas em grande expansão promovem mudanças no mundo do trabalho, do consumo, no sistema econômico, nas estruturas econômicas e políticas dos países que detêm maiores níveis de riqueza. Atendem assim à lógica neoliberal de produção e acumulação de riqueza.

Neste sentido a interligação global do sistema econômico, isto é, componentes como: os mercados financeiros, o comércio internacional, produção transnacional, ciência e tecnologia - a economia global pode ser entendida, na visão de Castells (2007), como “uma economia cujos componentes centrais têm a capacidade institucional, organizacional e tecnológica de trabalhar em unidade e em tempo real, ou em tempo escolhido, em escala planetária” (CASTELLS, 2007, p. 143.)

Os conflitos territoriais historicamente são negligenciados e se apresentam de modo especial nas questões ambientais, étnicas, culturais, de violência, tráfico de pessoas, de mercadorias e de drogas, etc., a exemplo dos sucessivos e frequentes eventos que ocorrem na fronteira do Brasil com os países limítrofes. Problemas relacionados a essas e outras questões socioambientais ainda presentes nos países

“integrados”. Normalmente desconsidera-se ou pouco se atenta para a complexa questão das fronteiras nacionais, para os recursos e os interesses em jogo.

O artigo visa a recuperar e analisar os processos teóricos propostos por Aníbal Quijano e Theotonio dos Santos. A integração cultural na América Latina, sua história e memória coletiva devem compreender o imaginário (consciente e inconsciente) de pessoas comuns e até dos pesquisadores. A pesquisa tem caráter exploratório, base bibliográfica, discute as relações entre poder e desenvolvimento, além de reexaminar as novas regras e práticas adotadas pela América Latina no plano internacional.

A identificação dos traços comuns poderá contribuir para a descoberta de soluções. A situação atual não é a ideal. A inquietude intelectual, no entanto, pressiona por mudanças de atitude e adoção de medidas que permitam aumentar a capacidade de políticas comuns. Admitir as diversidades não significa a negação da importância de caracterizações comuns à integração cultural latino-americana.

O artigo está dividido em duas seções, além da introdução e das considerações finais: a primeira contextualiza a situação política da América Latina e as estratégias de integração cultural; a segunda realiza aproximações aos conceitos de poder, identidade e desenvolvimento.

AMÉRICA LATINA: CONTEXTO DA CRIAÇÃO

Deve-se considerar o termo América Latina como um elemento de entendimento da realidade social em processos históricos e contextos geopolíticos, cujo início remonta aos primórdios do Século XIX. O conceito América Latina se tornou polissêmico ao longo da História. Mignolo (2003) destaca que tal conceito não se refere a uma realidade fixa e preexistente, onde os fatos e acontecimentos se dão. Para este autor, o surgimento deste conceito efetiva-se como um componente geopolítico de reorganização da colonialidade do poder no sistema mundo e da própria construção da ideia de modernidade.

Numa breve contextualização histórica e teórica, demarcaram-se inicialmente as relações entre concepções sobre América Latina e processos históricos e geopolíticos, indicando-se as principais iniciativas intergovernamentais na região, voltadas para a união e a integração. Exploraram-se os desdobramentos de iniciativas que conformaram distintos “latino-americanismos”.

A ambiguidade política como fenômeno fundamental no contexto da história americana ocorre num momento marcado pela decisiva presença do mercado mundial, constituído no processo de mundialização da economia. Destacam-se dois períodos distintos: o da crise do escravismo colonial (meados do sec. XVIII até do final da primeira metade do sec. XIX), que coincide com a derrocada do colonialismo absolutista, quando ocorrem os processos de independência das antigas colônias da Inglaterra (Estados Unidos da América-1776) e das colônias da América portuguesa e da América espanhola (Brasil 1822; México, Colômbia, Venezuela, Argentina, 1810). (RAMOS, 2005).

A crise final do escravismo ocorreu após a derrocada do colonialismo absolutista, (segunda metade do século XIX). Destacam-se os episódios da guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861-1865), depois da guerra do Paraguai (1870), no caso brasileiro (nas duas últimas décadas do século XIX) e no caso de Cuba (na última década do século XIX). Mesmo em países independentes, ainda havia a persistência do escravismo.

Como particularidade Ramos (2005) destaca que, em alguns países, o instituto da escravidão permaneceu presente, seja porque houve uma reintrodução do escravismo, como no caso do Haiti; seja por uma revitalização das relações escravistas, como no caso de Cuba, na indústria do açúcar, e no sul dos Estados Unidos, nas lavouras algodoeiras; e ainda no caso das lavouras canavieira e cafeeira, no Brasil imperial, principalmente no Vale do Paraíba. Como uma característica registra-se a predominância de soluções conservadoras nos desfechos das conjunturas de crise, tanto do escravismo colonial quanto da crise final do escravismo.

Momentos de Insurgências e Rebeliões

Os levantes “locais”, que fogem da órbita da ordem europeia e tentam estabelecer uma organização distinta, não são novas na América Latina. Alguns eventos são estudados por Ramos (2005) que traz como exemplo a revolução dos negros haitianos, única revolução de escravos vitoriosa da história, iniciada em 1791 e que culminou com a independência do Haiti.

Podemos agregar as rebeliões índias lideradas por Túpac Amaru (Peru, 1780) e Túpac Katari (Bolívia, 1781); e o levante negro e mulato de Coro (Venezuela, 1795). Naquela época, as elites crioulas perceberam-se cada vez mais ameaçadas pelas

maiorias não crioulas. Todas essas iniciativas, inadmissíveis nos quadros cognitivos da Europa, foram violentamente sufocadas. Hoje em dia, é o fundamentalismo de mercado que pode estar em jogo perante os novos movimentos.

A Integração Cultural na América Latina

Refletir sobre a integração cultural na América Latina, sua história e a memória coletiva leva-nos a compreender o imaginário consciente e inconsciente de pessoas comuns, até de pesquisadores. Reforça-se essa compreensão em Nepomuceno (2016), com uma diplomacia cultural voltada para a América Latina de 1930 a 1945, de forma sistemática, onde intercâmbios culturais, ou os chamados tratados de cooperação cultural internacional, em países da América Latina, eram realizados com o Brasil a partir do Uruguai.

Identificam-se no mundo do Poder, Identidade, Modernidade, Desenvolvimento, Democracia e Unidade, todos como espectros para análise da América Latina. Estes seriam, portanto, elementos do poder e do saber impostos pelo lado mais potente da colonização e abraçados pelos latino-americanos, para seu próprio infortúnio. Para que possamos andar com as próprias pernas precisaríamos deles nos livrar.

O autor Aníbal Quijano há algum tempo identificara conflitos em torno dos mesmos e novos rearranjos. Primeiramente, nas lutas antirracismo e no intercâmbio entre “cor” e “raça”. Em segundo lugar, a tomada de consciência de que “modernização” quis significar nada mais do que “ocidentalização”, numa chave de leitura em que indígenas e africanos foram vistos como pré-modernos ou primitivos. Em terceiro lugar, a resistência dos sobreviventes ao defenderem o legado aborígine. Em quarto lugar, o atrito relacional entre as várias versões do europeu: latinidade, pragmatismo, espiritualismo, etc. E em quinto e último, movimentos indígenas e afro-latino-americanos colocando em questão a versão europeia de modernidade e de racionalidade para afirmarem suas próprias, bem como apresentando valores civilizatórios (por ex., reciprocidade, ética da solidariedade, etc.) enquanto alternativas às tendências predatórias do capitalismo atual.

APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS

O Papel da Colonialidade do Poder

A colonialidade do poder significa uma “matriz de poder colonial”, que consiste em um conjunto de práticas que, alicerçadas sobre hierarquias baseadas em critérios étnicos e geográficos, serve para definir o lugar de cada povo ou região na divisão internacional do trabalho e justificar práticas de dominação/subordinação (QUIJANO, 2005).

Dentro da estrutura de dominação erigida pela colonialidade, as classificações raciais sempre exerceram papel primordial. Ou seja, classificar seres humanos em diferentes hierarquias conforme a cor da sua pele foi uma prática muito difundida em toda a história da modernidade europeia, como forma de controlar aqueles que foram classificados em posições hierárquicas inferiores.

Ao longo da história, esse padrão de continuidade dos efeitos da colonização foram efetivados através de diferentes paradigmas socioeconômicos, todos eles eurocêntricos, e cada outorgando-se para si o status de superior aos demais: o catolicismo na fase ibérica de colonização; o progresso e a civilização no auge do Império Britânico; o desenvolvimento, após a Segunda Guerra Mundial, já na fase de hegemonia estadunidense; e o livre-mercado, nos dias atuais, pretensamente refletindo o triunfo do “pensamento único”. Este, no entanto, sofre abalos exatamente a partir dos movimentos decoloniais vindos da periferia.

A colonialidade do poder foi o primeiro dos padrões de domínio com caráter e vocação global. O fenômeno que identificamos como globalização constitui um momento de desenvolvimento histórico do padrão de colonialidade do poder. Para Aníbal Quijano (2005), “é necessário indagar pelo que tem ocorrido nas relações entre o padrão de exploração capitalista e os dois níveis do padrão de dominação, o Estado e a colonialidade do poder” (QUIJANO, 2005, p.4).

É necessário, ainda, refletir sobre a questão das relações entre dominação e exploração, no atual padrão de poder, pois ninguém explora ninguém senão quando antes o domina. Assim, dois desafios se colocam como pertinentes: evidenciar as tendências mais dinâmicas que estão em desenvolvimento nas mudanças de configuração do capitalismo e demonstrar as configurações que ocorrem nas estruturas de autoridade coletiva e de dominação política. Todavia, deve-se ter clareza de que,

num padrão de poder, as relações entre dominação e exploração não são sempre claras, sistemáticas e orgânicas.

Do ponto de vista conceitual, é preciso diferenciar colonialismo de colonialidade. Colonialismo se refere à dominação de uma classe político-econômica sobre alguns povos, e é anterior à colonialidade. Segundo Quijano Colonialidade se refere à classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça. É uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que, desde então, permeia as dimensões mais importantes do poder mundial.

Apreende-se da sua tese norteadora de que foi na América Latina que, pela primeira vez, se produziu e se estabeleceu o padrão de poder, hoje globalmente hegemônico, no qual o caráter constitutivo peculiar é a associação entre colonialismo, modernidade e capitalismo. Para ele, a América Latina foi a primeira entidade/identidade histórica do atual sistema mundo colonial moderno e de todo o período da modernidade.

Na obra *Os Fantasmas da América Latina* (QUIJANO,2006), afirma que a produção histórica da ideia de América Latina, por parte de nossos colonizadores, teve início com a ação perversa de destruição de todo um mundo histórico, ou seja, das cosmologias ameríndias e de seus produtores. Para ele, talvez a invenção da América Latina se constitua na maior destruição sociocultural e demográfica da história por tratar: 1 – da desintegração dos padrões de poder e de civilização de algumas das mais avançadas experiências históricas da espécie; 2 – do extermínio físico, em pouco mais de três décadas, as primeiras do século XVI, de mais da metade da população dessas sociedades, cujo total, imediatamente antes da sua destruição, era estimado em milhões de pessoas; 3 – da eliminação deliberada de muitos dos mais importantes produtores, não apenas portadores, daquelas experiências: dirigentes, intelectuais, engenheiros, cientistas, artistas; 4 – da continuada repressão material e subjetiva dos sobreviventes, durante os séculos seguintes, até submetê-los à condição de camponeses iletrados, explorados e culturalmente colonizados e dependentes, ou seja, até o desaparecimento de qualquer padrão livre e autônomo da objetivação de ideais, imagens, símbolos em outras palavras, alfabeto, escrita, artes visuais, sonoras e audiovisuais.

O mesmo movimento histórico que forjou a ideia de América Latina criou um sistema de dominação, padrão de conflito e exploração social que teve como elemento fundante a ideia de raça. Para Quijano, raça foi a primeira categoria social de modernidade: foi um produto mental e social específico daquele processo de destruição

de um mundo histórico e de estabelecimento de uma nova ordem, de um novo padrão de poder, e emergiu como um modo de naturalização das novas relações de poder impostas aos sobreviventes desse mundo em destruição: a ideia de que os dominados são o que são, não como vítimas de um conflito de poder, mas sim como inferiores em sua natureza material e, por isso, em sua capacidade de produção histórico-cultural. Essa ideia de raça foi tão profunda e continuamente imposta nos séculos seguintes sobre o conjunto da espécie, que para muitos, lamentavelmente muitos mesmos, ficou associada não só à materialidade das relações sociais, mas à materialidade das próprias pessoas.

Para Quijano, o poder é constituído pela co-presença permanente de dominação, exploração e conflito. Trata-se de um tipo de relação social que se expressa na disputa pelo controle dos recursos e dos produtos de quatro áreas básicas da existência social: o trabalho, o sexo, a autoridade coletiva ou pública e a subjetividade/intersubjetividade. Essas formas de existência social não nascem umas das outras, mas também não existem e nem operam de forma independente entre si, uma vez que formam um complexo estrutural histórico e específico ou um padrão histórico de poder. Segundo ele o atual padrão mundial de poder consiste: 1 – na Colonialidade do poder, isto é, na ideia de raça como fundamento do padrão universal de classificação social básica e de dominação social; 2 – no capitalismo, como padrão universal de exploração social; 3 – no Estado, como forma central e universal de controle da autoridade coletiva, e no moderno Estado-Nação como sua variante hegemônica; 4 – no eurocentrismo, como forma hegemônica de controle da subjetividade/intersubjetividade, e, em particular, no modo de produzir conhecimento.

Mesmo com o fim do período colonial na América Latina, ocorrido com a independência dos países no século XIX, a “colonialidade” não deixou de prevalecer nas sociedades dirigidas pelas elites crioulas. Embora formalmente independentes das ex-metrópoles, as novas nações foram construídas tendo como paradigmas os modelos sociais, políticos e econômicos da modernidade europeia. Esse padrão prevaleceu a partir da adoção de conceitos como “progresso” e “civilização”, no século XIX; “desenvolvimento”, a partir de meados do século XX; e adequação ao “livre-mercado”, a partir dos anos 1980. Nesse caminho, o critério racial/geográfico de exclusão das minorias – principalmente dos africanos e dos povos originários – nunca foi superado, o que significa que as suas vozes continuaram apagadas. Em uma sociedade construída diante do espelho da modernidade eurocêntrica, a colonialidade apenas deixou de ser externa e passou a ser praticada internamente.

O desenvolvimento associado a ideia da integração cultural dos países Latino-Americanos e do Caribe voltou a ocupar papel privilegiado no debate social e econômico no início do século XXI, com impacto na agenda dos governos, na formulação de políticas públicas e na condução da política econômica. Nota-se que após vinte anos de reduzido crescimento, e elevado e duradouro do desemprego, os desequilíbrios estruturais e desigualdades econômicas e sociais foram agravados.

O debate político sobre o desenvolvimento dos países da América Latina e do Caribe está apontando para a recuperação da sua condição de caminho obrigatório para superar essa situação e propiciar um futuro mais próspero, distributivo, justo e inclusivo socialmente. Essa compreensão não é nova. Nos anos 1950 e 1960, pensadores de diversas formações dos países da região construíram um corpo teórico original e consistente voltado para a compreensão da dinâmica da realidade latino-americana e do Caribe, e a visualização dos caminhos necessários para viabilizar seu desenvolvimento. Suas concepções lançaram um olhar latino-americano sobre a América Latina e Caribe, capaz de abranger sua realidade e propor alternativas para ultrapassar os obstáculos estruturais ao seu desenvolvimento.

A Identidade cultural em construção

O conceito de identidade tem sido muito discutido ao longo do tempo e, portanto, abriga diversas versões de cunho psicológico, filosófico, antropológico ou sociológico. O Estado-Nação consolidou-se com a difusão de uma única cultura gerenciada como modelo de identidade nacional. Atualmente convive com a fala reivindicatória daqueles grupos por ele silenciados. Eles exigem a reapropriação dos meios de definição de suas identidades. A globalização, através principalmente da compressão de distâncias e escalas temporais, tem contribuído para a contestação da centralidade das identidades nacionais.

Há, no entanto, um movimento de reforço destas e das identidades locais. Neste contexto de negociação surgem identidades culturais em transição, resultantes do diálogo entre diferentes tradições culturais e misturas do mundo globalizado: essas são as novas identidades ou identidades híbridas. (HALL, 2005). Perceber a sociedade multicultural como a justaposição e convivência de etnias ou grupos em determinados espaços urbanos resulta em uma identidade construída socialmente e que desenha escolhas políticas de grupos humanos. (CANCLINI, 2004).

A Declaração universal sobre diversidade cultural (2001) destaca a diversidade como patrimônio comum da humanidade; o pluralismo cultural apresenta-se como dimensão de reconhecimento da diversidade, visto que compreende respostas políticas que possibilitam “a inclusão e a participação de todos os cidadãos [e] garantem a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz” (art. 2).

A diversidade cultural seria fonte de desenvolvimento porque entendida não somente como crescimento econômico, mas também como meio de acesso à existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória. O documento destaca a questão dos “bens e serviços culturais”, esses pensados como mercadorias distintas de outras, uma vez que seriam portadoras de identidade, valores e sentido.

Do ponto de vista histórico, as diferenças entre identidade, diversidade e desigualdade estão intimamente ligadas. Por quê? Permite entender o papel da América Latina no contexto dos blocos econômicos de poder e analisar o processo de integração regional mostra o conjunto de ações que se refletem na dinâmica da sociedade e na reorganização dos territórios nacionais e regionais.

O Desenvolvimento como Processo Evolutivo

Armatya Sen (2000) construiu sua visão alternativa apoiado na convicção de que a promoção do bem-estar (o que se quer afinal com o desenvolvimento) deve orientar-se por uma resposta adequada à pergunta ética por excelência: onde está o valor próprio da vida humana? Na vida de qualquer pessoa, certas coisas são valiosas por si mesmas, como, por exemplo, estar livre de doenças evitáveis, escapar da morte prematura, estar bem alimentado, ser capaz de agir como membro de uma comunidade, agir livremente e não ser dominado pelas circunstâncias, ter oportunidade para desenvolver suas potencialidades.

Para a Unesco colocar a cultura no centro das políticas de desenvolvimento sustentável constitui um investimento essencial ao futuro do mundo e é uma pré-condição para processos de globalização bem-sucedidos que levem em consideração o princípio da diversidade cultural. É imperativo integrar sistematicamente as especificidades culturais na concepção, na medida e na prática do desenvolvimento, já que isso garante o envolvimento de populações locais e o resultado satisfatório dos esforços para se atingir o desenvolvimento.

A educação, as cidades sustentáveis, a segurança alimentar, o meio ambiente equilibrado, o crescimento econômico, os padrões sustentáveis de produção e consumo, bem como as sociedades pacíficas e inclusivas, como elementos relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) afiguram-se essenciais para atender não apenas à solicitação da Assembleia Geral da ONU e aos órgãos administrativos da UNESCO, mas também à demanda dos Estados-membros em escala nacional.

Situando o problema: elementos da trajetória histórica

No pós Segunda Guerra Mundial, surgiram na América Latina algumas teorias que se propunham a analisar o quadro da economia local e as relações da região com o resto do mundo. Uma dessas teorias foi a Teoria do Desenvolvimento, que tinha como principal objetivo a identificação dos obstáculos que se impunha à plena implantação da modernidade. É dentro da perspectiva dessa teoria que surge a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. A Agência, que nasceu com o intuito de fundar uma base institucional que criasse condições de desenvolvimento para os países da região, defendia que os países latino-americanos só se desenvolveriam a partir da montagem de um aparato industrial orientado pela ação do Estado.

A Cepal não chegou a estabelecer um projeto de desenvolvimento, limitando-se a examinar as razões do desenvolvimento/subdesenvolvimento, a economia de substituição de importação, o modelo associado de desenvolvimento e a sua transição para o capitalismo financeiro. Chegou, no entanto, a acreditar, em dado momento, que alguns países mais desenvolvidos da América Latina, como o Brasil, a Argentina, o México e o Chile ostentavam condições de fechar o ciclo da industrialização com a participação do capital estrangeiro, para transitarem da economia de substituição de importações para a de produção de bens de capital e de materiais estratégicos.

As estratégias de integração econômica dos países da América Latina e do Caribe apresenta um estudo comparado que revela a maior importância para a afirmação, da cooperação entre os países, das instituições, das empresas e dos cidadãos, na sua indispensável participação no desenvolvimento social, econômico e cultural das regiões numa perspectiva pluricultural.

Assim, é mandatório analisar com mais profundidade as variáveis que efetivamente determinam o ambiente no qual as economias periféricas estão inseridas. E diante das limitações adotadas pela corrente weberiana, tem-se que a corrente marxista

se apresenta mais apta à análise do desenvolvimento do capitalismo na periferia, bem como das possíveis alternativas que se apresentam para a superação dessa condição historicamente imposta.

Para este trabalho impõe-se analisar as estratégias desenvolvidas pelos países da América Latina na busca pela integração cultural e econômica regional. Diante do ressurgimento do regionalismo no cenário internacional na década de 90, e particularmente na América Latina sob a ótica do regionalismo aberto, é preciso entender e identificar os motivos que levaram estes países a buscarem a integração econômica e a adotar diferentes estratégias de integração. Por um lado, o Brasil buscou um esquema de integração com características mais amplas e optou pela formação e consolidação do Mercosul. Por outro, alguns adotaram uma estratégia de acordos bilaterais, que foram firmados com os países da região e de fora deste.

Ao se realizar uma análise do que poderia considerar como elemento essencial do processo de identidade latino-americana, comprovaremos que o mesmo se dá sob forma muito mais espontânea do que planejada, de modo que pode ser direcionado. Uma observação objetiva da reaparição desta identidade faz surgir manifestações não-previstas, resultado de uma nova situação mundial e de peculiaridades próprias à região, que a diferenciam de outras regiões e podem no futuro facilitar um outro comportamento social, na busca de transformações.

Mesmo os países latino-americanos, que apresentavam taxas de crescimento bastante elevadas, estavam limitados pela sua dependência econômica e política à economia internacional. Seu crescimento econômico parecia fadado a acumular miséria e uma péssima distribuição de renda.

É da necessidade de se buscar novos rumos teóricos que nasce a Teoria da Dependência enquanto um corpo teórico que estabeleceu uma contundente crítica aos pressupostos do desenvolvimentismo, dentro do entendimento do processo de integração da economia mundial.

Neste sentido para Theotonio Dos Santos (2000) busca em sua análise:

“compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado em um período em que a economia mundial já estava constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas” (DOS SANTOS, 2000, p. 26).

Diferentemente do desenvolvimentismo, a Teoria da Dependência não enxerga subdesenvolvimento e desenvolvimento como etapas de um processo evolutivo, mas sim como realidades que, ainda que estruturalmente vinculadas, são distintas e contrapostas. Dessa forma, o subdesenvolvimento passava a ser visto como um produto do desenvolvimento capitalista mundial sendo, por isso, uma forma específica de capitalismo.

Do ponto de vista estritamente econômico, essa nova teoria entendia que as relações estruturais de dependência estavam para além do campo das relações mercantis – como acreditavam os teóricos desenvolvimentistas – se configurando também no movimento internacional de capitais, em especial na figura dos investimentos direto estrangeiros e na dependência tecnológica. A esses fatores, somava-se o imperialismo, que na medida em que permeava toda a economia e sociedade dependentes, representava um fator constitutivo de suas estruturas socioeconômicas. Era a conjunção desses distintos mecanismos que integravam, de forma subordinada, a economia latino-americana à economia internacional.

Desenvolvimento é um conceito dos meados do século passado, que surgiu com um significado estritamente econômico (era desenvolvimento econômico), ligado ao crescimento da produtividade das economias e ao conseqüente aumento das rendas e dos produtos nacionais, e evoluiu posteriormente com a consideração de outras importantes dimensões de natureza social, cultural e política, até encontrar os derradeiros condicionamentos de natureza ambiental.

O autor Theotônio dos Santos (2015), trata de tudo isto no seu livro, e transcende todos esses aspectos numa abrangência maior, de natureza histórica, que é a do processo de evolução da própria humanidade, que aponta para um estágio mais elevado, já visível para ele, que chama de Civilização Planetária.

Nesse contexto os investimentos necessários para promover o desenvolvimento não foram suficientes para garantir seu dinamismo e sua sustentabilidade. O desenvolvimento latino-americano e do Caribe, pelo caminho obrigatório da industrialização substitutiva, não logrou eliminar seus profundos desequilíbrios estruturais, não obstante a diversificação, modernização e maior eficiência de seu sistema econômico, e a melhora das condições sociais de sua população, devido à absorção produtiva de uma parcela considerável de sua força de trabalho.

A persistência dos obstáculos estruturais ao desenvolvimento da América Latina foi sempre preocupação dos pensadores Cepalinos. Visando sua superação, eles

identificaram potenciais existentes nas sociedades latino-americanas e propuseram maior cooperação entre os países seguindo um processo de integração regional direcionado para seu desenvolvimento. A superação dos obstáculos ao desenvolvimento requer uma opção política determinada, restrita e prejudicada pela concentração do poder econômico. As relações do Brasil com seus vizinhos apresentam elementos paradoxais de uma integração notadamente assimétrica.

Outro tema importante que Dos Santos já tinha advertido na década de 1990, foi a presença de condições políticas para a integração regional da América Latina, devido à revolução científico-técnica e à nova divisão do trabalho, que gerava uma tendência para a regionalização da economia mundial. A criação de organismos de integração (Unasul, Mercosul, etc.) pode constituir uma plataforma de desenvolvimento conjunto para uma inserção internacional, de forma mais equitativa e e que amplie as possibilidades de negociação com o mundo. É preciso situar a contribuição teórica do autor para o entendimento do tema da integração cultural na América Latina.

A compreensão da divisão internacional do trabalho e da relação direta entre a riqueza dos países centrais e a miséria dos países dependentes; a formulação do subdesenvolvimento não como uma etapa para o desenvolvimento, mas como condição do desenvolvimento do centro; a concepção da fraqueza da burguesia brasileira e a impossibilidade de rompimento com a dependência senão pela via revolucionária do povo organizado; a necessidade de cessar a transferência de valor por compra de tecnologia, dívida pública e diferença nos preços de produção, que se compensa na superexploração do trabalho (maior jornada, maior intensidade e salários abaixo do valor de reprodução) como forma estruturante do mundo do trabalho no capitalismo brasileiro; a permanência da dependência tecnológica e impossibilidade de competir com o mais-valor extraordinário dos países centrais; o arranjado lugar de agroexportador, inclusive com desindustrialização e reprimarização da economia nacional; o estudo das crises econômicas em ondas, do capitalismo em diversas nações e da revolução técnico científica no cenário da dependência foram contribuições ainda determinantes para um programa real para a esquerda brasileira, fundado nas relações sociais singulares do Brasil e da América Latina no plano internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os séculos de colonialismo e escravismo produziram processos muito além das desigualdades e hierarquias sociais, econômicas e políticas: desenvolveram-se as diversidades culturais _língua, religião, família, padrões e valores culturais, modalidades de consciência, visões do mundo _que mostram a formação da Nação burguesa como pouco ou nada refletindo a cara do povo. (IANNI, 1966).

Para entender melhor o referido acima, deve-se analisar o fenômeno como um processo que está em reconstrução permanente, se apresenta na configuração da produção cultural e retoma noções sobre cultura e políticas públicas, em diversos momentos históricos, articulados e contextualizados nas diferentes experiências dos países da região.

A integração cultural latino-americana é singular, não só pela sua intensidade e crescente consolidação ao longo dos anos, mas também por seu caráter único. A motivação estratégico-ideológica inicial e as explícitas metas políticas e de defesa conferem características absolutamente particulares, de forma única; as relações comerciais e econômicas, condicionadas por acordos regionais, com implicações significativas nas oscilações políticas e econômicas, se apresentam nas dificuldades criadas pelas crises internacionais desde o final do século XX.

Há formas de integração cultural na literatura, nas artes, na arquitetura, na música e nas ideias. Em todos esses campos se pode observar a permanência de variáveis que diferenciam a produção latino-americana da de outras regiões do mundo. Desde os tempos de Gustavo Le Bon tratou-se de estudar esse fenômeno; mais adiante, os sociólogos tentaram aglutinar o pensamento latino-americano no chamado caráter nacional. Agora se enfatiza fundamentalmente a tentativa comum de encontrar-se uma identidade cultural que leve em conta não só o passado histórico, como também as influências geográficas, a composição das populações, os sistemas de produção, o habitat e as distintas maneiras de enfrentar as relações com outras partes do mundo.

Do mesmo modo, não se pode deixar de destacar a necessidade de superar a etapa do latino-americanismo romântico e literário, para assinalar que se deve criar uma consciência madura e com capacidade operativa.

No mesmo sentido, deve-se considerar as especificidades de países e regiões que compõem a área da América Latina, na busca de traços comuns que permitam maior

proximidade e cooperação, e no conjunto de fatores externos que influem sobre ela e sobre outras regiões do mundo.

É necessário comentar que esta pesquisa tem despertado várias questões alusivas à ideia de integração cultural na América Latina através da realização humana em sua dignidade, em sua potencialidade criadora, o que possibilitará reconstruir nossa sensibilidade estética e ética diante do “secreto e ignorado”.

Além disso, são de pouco conhecimento as modalidades de integração cultural e, sobretudo, seus objetivos devem ser definidos como sendo dotados de sentido e propósitos para influenciar o estado de coisas.

Neste contexto a integração cultural na América Latina pode contribuir para a construção e fortalecimento da identidade a partir da diversidade, num processo muito mais amplo, voltado para a emancipação, capaz de criar misturas e hibridizações com grande capacidade criativa.

REFERÊNCIAS

CANCLINI, Nestor. *Diferentes, Desiguales y Desconectados: Mapas de La Interculturalidad*. Ed. Gedisa ,Barcelona, 2004.

CASTELLS, Manuel. *A Galáxia Internet: Reflexões sobre internet, negócios e sociedade*. 2ª,Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2007.

DOS SANTOS, Theotonio. *Teoria da Dependência. Balanço e Perspectivas*. Florianópolis, Insular, V.1. Obras Escolhidas. 2015.

DOS SANTOS, Theotonio. “A CEPAL e a substituição de importações”. In: *Teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HALL, Stuart. *Identidade Cultural na pós-modernidade*. Ed. DP&A, São Paulo, 2005

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. 8ª, Ed.Loyola, São Paulo: 1999.

IANNI, Octavio. *A Era do Globalismo*. Ed.Civilização Brasileira Rio de Janeiro, 1996.

MIGNOLO, W. D. *La Idea de América Latina: La herida colonial y la opción decolonial*, Gedisa, Barcelona.2007.

NEPOMUCENO, Maria Margarida C. A construção de uma diplomacia cultural na América Latina no período Vargas (1930-1945). *Entre o local e o global: Anais do XVII Encontro de História da AnpuhRio*, 2016.

QUIJANO, Aníbal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires Lugar CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor, 2005

QUIJANO, Aníbal. *Os fantasmas da América Latina*. In: NOVAES, Adauto (org.). Oito visões da América Latina. São Paulo: SENAC, 2006.

RAMOS, José. Alberto. Bandeira. “Heranças Escravistas e Ambiguidade Política na América Latina”. In *Cadernos PROLAM/USP*, v. 7, ano IV, v. 02, 2005.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento com Liberdade*. Trad: Laura Teixeira Motta. Revista técnica Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo. Companhia das Letras, 2000.

UNESCO. *Declaração universal sobre diversidade cultural*. 2001. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>. Acesso em 6/11/2020.

A DIMENSÃO CULTURAL NA FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO ENTRE BRASIL E URUGUAI

Nicolás Balado Gonçalves¹

Sérgio Botton Barcellos²

INTRODUÇÃO

Há no universo musical configurado nas fronteiras nacionais compositores que se reconhecem com elementos resultantes do hibridismo entre as culturas de dois países, somam-se a isso os avanços informacionais ocorridos nas últimas décadas. Pensando os atores sob a égide de tais condições, a questão de compositores e compositoras em uma fronteira específica, perpassa também por aspectos da ausência de ações estatais que atendam ao caráter binacional de suas obras, sendo ao mesmo tempo e a todo instante tensionados por processos de globalização que atingem os fazeres culturais. Os compositores e compositoras que serão abordados nesse ensaio vivem na fronteira entre Jaguarão, Brasil e Rio Branco, Uruguai e cantam ritmos fortemente ligados à região do Pampa, como a *Milonga*, a *Zamba*, a *Chacarera*, a *chamarrita*, dentre outros.

No entremeio destas relações em que se encontram forças desproporcionais os atores sociais têm em alguns meios atingido uma visibilidade que em diversos pontos caracteriza-se como vanguardista. Considera-se, que há em seu resgate de ritmos tradicionais, uma mirada a uma memória cultural que de algum modo perdeu impacto sobre o campo popular em que estão inseridos nas últimas décadas – com o fortalecimento dos processos de globalização também no campo da música - ainda que, paradoxalmente, emanem esses ritmos historicamente do povo da região pampeana. Como apontado por Gelado (2006) a segunda década do século XX foi considerada como o momento do início do imbricamento do Erudito com o Popular na América Latina. Assim, com o passar das décadas esse imbricamento acabou por resultar em um posicionamento de alguns compositores como salvaguardistas de sua cultura regional.

¹ Bacharel em Produção e Política Cultural. Mestre em Sociologia – PPGS/UFPEL. Doutorando em Sociologia Política PPGSP /UFSC. E-mail: nicolas.bg20@gmail.com .

² Doutor em Ciências Sociais – CPDA/UFRRJ. Docente do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFPB. E-mail: sergiobbarcellos.ufpb@gmail.com .

No ano de 2009, por exemplo, a Lei nº5662, instituiu no âmbito do município de Pelotas no estado do Rio Grande do Sul (RS), o Programa de Incentivo à Cultura, ProCultura. Alguns dos autores aqui analisados tiveram algumas de suas obras lançadas através de editais de apoio a projetos culturais promovidos através dessa lei, contudo, sua participação se dá como partícipe e não como proponente, pois a lei municipal se dedica a proponentes que de fato residam no município de Pelotas.

Neste período mais recente em que o ProCultura esteve presente enquanto política pública na vida desses artistas, alguns acordos de ordem binacional foram assinados entre os ministérios responsáveis pela pasta da Cultura tanto em solo Brasileiro, quanto em solo Uruguaio. Uma das políticas públicas que de algum modo admite certo nível de representatividade dos atores sociais de ambos os lados da fronteira proposta pelo, hoje extinto, Ministério da Cultura (MINC), são os Conselhos Municipais de Cultura, que detém a prerrogativa de permitir em seus regimentos membros estrangeiros, neste caso, Uruguaios, não podem acessar os editais confeccionados a partir das deliberações do conselho.

Sob essa perspectiva, o objetivo nesse ensaio é analisar qual a compreensão dos compositores fronteiriços sobre as políticas públicas binacionais para a cultura entre os anos de 2011 e 2016. De modo mais específico, os compositores que entraram no universo desta pesquisa, produziram suas obras ao menos nos últimos quarenta anos. Mesmo, que muitos deles, estejam situados em Jaguarão e Rio Branco, acessaram o ProCultura no município de Pelotas e vivenciaram certa notoriedade nesse município.

A ausência de políticas públicas capazes de abarcar esse grupo de compositores específicos que transitam pelas fronteiras como se a binacionalidade, no mais das vezes, fosse-lhes uma condição natural, é também a afirmação de uma vontade política. Para que se possa desenvolver essa hipótese faz-se necessária uma exposição a respeito do que são políticas públicas e de como as políticas públicas na área da cultura se desenvolveram no Brasil e no Uruguai nas últimas décadas.

Para que essa análise possa ser feita lançou-se mão de uma contextualização a respeito do que são políticas públicas e de que forma elas se manifestaram no campo da cultura nas últimas décadas, com destaque para as autoras Celina Souza (2006) como aporte conceitual para a discussão de políticas públicas, articulando conceitos centrais à compreensão do desenvolvimento temporal do fazer política, Eveline Dagnino para discutir a transformação do Estado no esteio das agendas neoliberais, o sociólogo José Carlos Garcia Durand (2001) dentre outros compõem a análise das políticas de cultura

em ambos os países. Estas políticas públicas culturais serão analisadas a partir dos conceitos de configuração e processos de longa duração em Norbert Elias. Além disso, a base de pesquisa empírica foi aprofundada e realizada no município de Jaguarão - RS em Gonçalves (2021).

A partir disso, busca-se observar as demandas e posições desses atores, pode-se analisar sobre as motivações políticas existentes em acordos binacionais que os possam atingir nas agendas dos estados. Assim, de algum modo, ao problematizar a respeito das ações estatais referentes a esses atores, procede-se à problematização da complexa relação entre Estado e fronteira.

Este trabalho foi elaborado a partir de uma metodologia qualitativa. Foi realizada uma análise documental em fontes do extinto Ministério da Cultura do Brasil, do Ministério de Educação e Cultura (MEC) do Uruguai, bem como sites governamentais que abordam a temática da pesquisa. As entrevistas foram realizadas com roteiro semiestruturado tratando de relacionar as perguntas feitas com o problema que norteou esta pesquisa e aos objetivos – geral e específicos – tratando de tornar mais profícuo o diálogo entre pesquisador e entrevistados.

Diante disso, os compositores aqui analisados vivem em uma das fronteiras entre Brasil e Uruguai (Jaguarão e Rio Branco) e configuram suas redes de encontro nesse espaço específico do mundo, encontrando-se em mostras culturais, bares, saraus e acessando políticas públicas de cultura nesse espaço social. Isto é, o principal critério de escolha foi que esses atores construíssem suas obras e suas relações vivendo na região de fronteira. Nesse caso tivemos acesso a artistas que participaram da pesquisa em Gonçalves (2021) os quais compõem e cantam ritmos conectados historicamente à região do Pampa como, por exemplo, no caso deles, Milongas, Chacareras, Vidalas e Chimarritas.

Inicialmente, serão conceituadas as políticas públicas na sociedade contemporânea em relação às políticas específicas na área da cultura nos dois países. Após, serão analisadas as políticas públicas, tanto de Brasil quanto do Uruguai, em relação ao grupo de artistas musicais da fronteira Jaguarão – Rio Branco e como os seus limites na execução restringiram as possibilidades de acesso e de atuação artística dos atores sociais supramencionados.

PANORAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTEXTO BRASIL- URUGUAI NO CAMPO DA CULTURA

Breve contextualização

O campo das políticas públicas passou a ser mais desenvolvido nas últimas quatro décadas a partir dos EUA até o Brasil. As políticas públicas são formuladas mais fortemente em meio a um cenário de welfare state e por ações estatutárias de um conjunto de países no ocidente e no mundo todo. As hierarquizações assumidas pelos governos se baseiam nos significados expressos relacionalmente entre os atores sociais e os agentes políticos, estando baseadas nas plataformas políticas assumidas pelos governos.

Celina Souza (2006), aponta a existência atual de processos sociais que ao encontrar-se deram uma visibilidade maior a área das políticas públicas. O primeiro foi à tentativa de superação do modelo Keynesiano até então adotado pelos Estados a partir do final da década de 1970. A ótica do livre mercado, a partir daquele momento, deveria regular as relações, inicialmente sob um viés mercantil e econômico, mas inevitavelmente alcançando o nível da sociedade (Souza, 2006). Esse processo foi configurado pelos Estados Nacionais, na nova ordem capitalista surgida, em específico na América Latina, após o fim das ditaduras militares. Ocorreu também nesse período, em muitos casos, a adoção de medidas restritivas nas políticas de gastos, fato que ocorreu com ainda mais veemência nos países “subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento” nos anos 1980 após o Consenso de Washington. Ademais, há uma questão importante no termo política pública levantada por Melo (1999), uma engenhosidade que classifica política pública como o imbricamento flexível dos governos liberais e as sociedades civis organizadas, como se as possibilidades de reciprocidade fossem maiores do que o possível.

Conforme Dagnino (2004) a possibilidade de imbricamento emergida durante o processo de redemocratização é apontada pela autora como o lado benigno desse encontro, permitindo um alargamento da democracia com a criação de espaços públicos de participação popular como, por exemplo, a experiência dos orçamentos participativos, em cidades como Porto Alegre, ou o estabelecimento de alguns conselhos gestores de políticas públicas. De outro modo, corroborando com Souza, aponta que os governos eleitos no Brasil desde a redemocratização seguiram o caminho

apontado pelo Consenso de Washington e foram tratando da redução da atuação do Estado na promoção de políticas sociais e das suas intuições.

Para Dagnino (2004), tal imbricamento acabou por ressaltar, vindo em retrospectiva, relevante aspecto do encontro entre Estado e Sociedade Civil, a dificuldade existente nesse processo, suas nuances e complexidades que não podem ser pensadas como resolvidas apenas por existir. A política pública apresentará resultados, e deverá ser modulada de modo que possa atingir seus objetivos, segundo as condições que a prática revela. Para Souza (2003, p.12):

Embora as políticas públicas não tenham, obviamente, capacidade para enfrentar sozinhas os desafios acima referidos, seu desenho e regras, assim como os mecanismos de gestão, contribuem para o enfrentamento ou agravamento dos problemas para os quais a política pública é dirigida.

Souza (2006), ao tratar da autonomia do Estado, remete o quão é relativa a autonomia estatal e como certa configuração específica torna-se extremamente influenciável por circunstâncias históricas e sociais. Ao proceder à análise dos fatores supracitados deve-se buscar compreender contextualmente como se configuraram as políticas públicas de cultura no Brasil e mais especificamente em Jaguarão – RS e no Uruguai em Rio Branco no Departamento de Cerro Largo. Sob essa perspectiva, é oportuno salientar a posição de Souza (2006), ao apontar para a necessidade de que se situe o *locus* da discussão a respeito de políticas públicas, ainda que mais atores tenham sido integrados a essa equação, o elemento central, ou o já referido *locus*, está nos governos.

As políticas públicas, como no campo da cultura, se configuram como a parte visível, aquilo que está em uma espécie de superfície de processos desenvolvidos em determinado espaço social, sob uma configuração específica, como quando os compositores buscam acessá-las. Dentro desta configuração, inúmeras figurações se fazem possíveis, nos processos de disputa pelo acesso a política, nas teias relacionais, no tangente a decisões que visem chegar a um objetivo específico, e também nas ações não planejadas que simplesmente ocorrem ao longo dos processos históricos de gestão dos governos nos Estados. São as relações entre os atores sociais, em todas as suas dimensões, ao fim, que permitem compreender como são concebidas as políticas públicas.

Seguindo o referencial teórico na área, alguns marcos históricos podem ser traçados para que se compreenda como foram configuradas as políticas públicas de cultura no Brasil. Durante o período da ditadura militar ocorreu a criação do Conselho Federal de Cultura, bem como a confecção de documentos que visavam a consolidação de uma Política Nacional de Cultura. Essas políticas visavam estar ancoradas em processo de modernização da cultura nacional, mas antes disso eram caracterizadas pela censura, delimitando o que era cultura e o que eram fazeres artísticos subversivos.

A primeira lei de incentivo, pós-democratização, nessa área foi a de Nº 7.505, assinada aos dois dias de junho de 1986, chamada de Lei Sarney. Sua singularidade estava no fato de que a relação entre o fazer artístico e sua possibilidade de divulgação não estava mais à mercê da vontade dos agentes da censura. Todavia, foi objeto de diversos questionamentos, pois suas exigências eram apenas de que os atores envolvidos estivessem registrados juntos ao MINC sem respeitar critérios e uma sistemática definida para a aprovação de projetos. Ainda que este fosse um de seus problemas centrais, não era o único, não havia equidade na distribuição de recursos, ou ainda um modelo que permitisse uma simples sistematização no monitoramento da execução de projetos e que atestasse qualquer relevância dentro do campo da cultura, tornando normal projetos que não tivessem cunho cultural serem aprovados para receberem recursos oriundos do governo federal (BRASIL, 2007, p,170.).

Em 1990, a “Lei Sarney” foi substituída pelo então Presidente Fernando Collor de Mello, através da Medida Provisória (MP) Nº 8.034, junto a outros mecanismos de isenção fiscal em outras áreas públicas. A justificativa para o ocorrido era consonante com o modelo neoliberal de políticas públicas que estava em configuração no Brasil, pois o fomento estatal deveria ser substituído pelo mercado privado. Com o imbricamento do mercado no âmbito cultural no governo Collor e com a estrutura deixada devido às ações subsidiadas pela Lei Sarney foi elaborada a Lei nº8313 pelo então Secretário de Cultura Sérgio Paulo Rouanet no governo Collor. A Lei que ficou reconhecida por “Lei Rouanet” exigia um intrincado e elaborado projeto repleto de minúcias para aprová-lo, mas, manteve alguns elementos considerados “problemáticos” das leis de incentivo a cultura no País. No ano de 1995 ocorreu uma revisão, por meio do decreto nº1494, tratando de torná-la mais permissiva a quem desejasse acessá-la. Neste decreto também foi institucionalizada a criação do PRONAC (Programa Nacional de Apoio à Cultura).

Durand (1997) apontou que no Brasil o mecenato – em que empresas financiam projetos culturais - como forma de patrocínio à área cultural eclode corroído por um viés corporativo, principalmente por parte do grande empresariado nacional. O apoio a atividades culturais, a partir das leis de incentivo, baseia-se no retorno que possa entregar a quem investir. Afirmado ainda que não há assim uma doação ao fazer artístico por parte de incentivadores das artes, e sim um mecanismo de renúncia fiscal que alavanca a “marca” da empresa que apoia.

Após, durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a entrada de Gilberto Gil prometia – através de falas do próprio ministro - uma relação mais próxima do MINC com o setor cultural – músicos, atores, dançarinos, escritores – que demonstraram um forte anseio de democratização – através de maior participação da sociedade civil organizada - da política cultural brasileira. Ocorreu forte estímulo por parte do governo federal para que se efetivasse uma ponte entre os promotores e realizadores culturais e a iniciativa privada intermediada pelo poder público. Nesse ínterim as políticas culturais efetivamente realizadas no Brasil, principalmente a Lei Rouanet e algumas leis estaduais e nacionais, estavam alicerçadas sob as condições citadas de mecenato e renúncia fiscal.

Para Farias (2001), ocorreu nos governos FHC, ancorados no ideário neoliberal, forte tendência a que se conferisse papel central à dimensão econômica do fazer cultural, a sociedade estaria repleta de consumidores culturais a espera de produtos, resultado este, da reestruturação do “mercado cultural”. Isto é, “Com os pés amparados nos dispositivos financeiros do capitalismo, a cultura de diversão é uma força que se impõe sobre a definição dos gabaritos de qualidade e sobre os significados de toda a esfera cultural” (FARIAS, 2001, p.384).

Como apontado por Souza (2006), o setor cultural e os empresários que patrocinavam projetos em favor de artistas em troca da vinculação de suas marcas e de isenções fiscais mercado passaram a ter uma dimensão distinta na construção factual das políticas públicas. Ou seja, o Estado, no caso do brasileiro, se configurou como um possibilitador de uma relação entre os entes (empresários – artistas), antes do que ele próprio o promotor de ações no campo cultural.

Muito embora o Estado brasileiro aparentasse ser um propositor no tangente a formulação e aplicação de uma política pública no campo cultural tornou-se coadjuvante na relação entre o campo cultural e as empresas privadas. Isto é, passou a ser um tipo de “repassador” de verbas sujeito às vontades do empresariado, assim como

de algum modo estavam sujeitos a essa vontade os fazedores de cultura (SARKOVAS, 2003).

Em uma análise ulterior, ao conceber uma política que permita e estimule a renúncia fiscal, o Estado abdicava de uma de suas prerrogativas primais, que segundo aponta Elias (2011), foi a responsável pela própria consolidação dos Estados modernos e a organização monopolística do sistema fiscal. Entretanto, ao incorrer a essa ação, há uma redistribuição de um ativo que deveria ser recolhido na forma de imposto, mas a sua gestão é repassada ao ente privado que tem interesse e muitas vezes orienta como o gasto e a publicidade será feita. Ou seja, há uma alteração das funções das instituições estatais e de quais interesses ela representa atender para a sociedade. Mas, a concentração dos recursos de poder político e econômico seguem subjugados de forma relativa ao poder de grupos de elite que detém hegemonia social em determinado período histórico.

Desse modo, como será abordado a seguir, as políticas culturais no campo da cultura no Brasil e Uruguai tiveram diferentes abordagens segundo os modelos de governo adotados pelos partidos que detiveram o poder desde a reabertura democrática. Com isso, é possível perceber que formular políticas públicas é o modo que o governo encontra de traduzir seus projetos políticos e as plataformas que os elegeram em ações que efetivamente surtam efeitos na sociedade (SOUZA, 2006, p.26).

No próximo item serão abordadas, além de uma breve contextualização histórica do campo das políticas públicas da cultura no Brasil, as políticas públicas específicas para a área da cultura nos dois países, buscando lançar uma mirada histórica às possibilidades de acesso a essas políticas por partes dos atores sociais pertinentes a este estudo.

Políticas Culturais no Brasil/Uruguay

No ano de 2003, no denominado governo Lula, o tema da Cultura passa a ter um Ministério próprio. Essa estruturação de um Ministério da Cultura tratava de cindir com a herança dos anos dos governos Collor e FHC. O ministro na época, Gilberto Gil, ao assumir a pasta buscou promover ações com feições democratizantes das discussões pertinentes ao fazer cultura em solo nacional. Nesse período as políticas foram elaboradas se afastando do ideário de cultura erudita e elitista historicamente institucionalizado. Isto é, essa abrangência adotada buscava alterar alguns preceitos no

campo cultural, principalmente diminuir o papel dos mecanismos de isenção na formulação de produtos culturais no país. A ideia de descentralização chegaria a seu ápice com o desenvolvimento de um Sistema Nacional de Cultura, composto por três esferas, o chamado *CPF* (Conselho, Plano, Fundo). Esse sistema seria o responsável pela divisão dos recursos da cultura de forma minimamente equitativa. Os estados e os municípios deveriam ter seus próprios *CPF* e cumprir a função de dialogar com as peculiaridades de cada localidade.

Ocorreram muitas mudanças no âmbito das políticas públicas no Brasil nas últimas décadas. Destacam-se, após o impedimento da então presidenta Dilma Rousseff no ano de 2016, o efetivo abandono das políticas descentralizadoras, a desarticulação dos Conselhos Municipais de Cultura, a não efetivação dos planos que estavam sendo encaminhados, a não execução dos projetos aprovados e a utilização dos Fundos por parte dos governos sem consultas ao setor.

Em relação à questão das políticas públicas culturais no Uruguai na região de fronteira, que é o espaço abarcado nesta pesquisa, as políticas culturais enquanto a ação prática passa a ter destaque, com a ascensão da Frente Ampla (2005-2020) a partir de 2005. A Direção Nacional de Cultura do Uruguai, ligada ao MEC (Ministério de Educação e Cultura), cria a “Área de Cidadania Cultural”, reunindo programas de acesso aos bens culturais, bem como a produção e a serviços culturais (SIMONETTI, 2019).

Em um movimento parecido com o realizado no Brasil, na gestão de Lula (2003-2010), o Uruguai buscou formas de descentralizar o poder decisório no âmbito cultural e propor políticas públicas com um enfoque distinto às que tratavam a cultura como um tema “erudito” e tendencialmente elitizado. As três formas utilizadas pelo Uruguai para promover ações culturais em todo seu território foram às chamadas “usinas culturais”. Essa iniciativa possibilitava os atores de diversas esferas culturais pudessem produzir suas obras nas regiões onde viviam com aportes do governo. O MIDES (Ministério do Desenvolvimento Social) deveria tratar de atuar como fomentador de projetos culturais comunitários, buscando fortalecer os laços sociais entre os atores, e o projeto “urbano”, deveria tratar de ensinar ofícios culturais a pessoas em situação de pobreza extrema ou abandono (CIBERCULTURAVIVA, 2017).

No ano de 2010 foi selado entre o Brasil e Uruguai um acordo na área da cultura que foi chamado: “Fronteiras Culturais/ Fronteras culturales”, decorrente da ação de diversos artistas que buscavam a criação de um corredor cultural que encontrasse apoio

para manifestações convergentes (festivais musicais, gastronômicos, cinematográficos, feiras do livro e outros eventos) de âmbito binacional com artistas dos dois países nas áreas de fronteira entre os dois países. Inclusive, esse movimento levou a um encontro em 2011 entre o então presidente José “Pepe” Mujica e a Presidenta Dilma Roussef que culminou na elaboração de um documento chamado “Protocolo de intenções culturais Brasil – Uruguai”.

O “Protocolo de intenções culturais Brasil – Uruguai” fazia parte de um documento mais extenso que descrevia ações a serem tomadas em outras áreas e para o campo da cultura. Esse documento previa: “Permitir a partilha de experiências em matérias de políticas públicas culturais, desenvolvidas em ambos os países, com especial ênfase na promoção e divulgação das mesmas nas regiões de fronteira e do Bioma Pampa” (BRASIL, 2011).

Entretanto, nos anos seguintes, as ações culturais não foram executadas e os editais públicos não foram elaborados e publicitados. Exemplo disso, é que o plano integrado entre os dois países assinado em 2016 não tem menção a ações de caráter integrado no âmbito da cultura, embora o faça em diversas outras áreas.

Esse plano foi assinado após reunião realizada entre os dias 18 e 19 de Abril do ano de 2016, entre os secretários de relações exteriores do Brasil e do Uruguai com a presença também dos embaixadores. As resoluções de caráter prioritário versavam sobre a simplificação de trâmites jurídicos em âmbito fronteiriço, o que poderia auxiliar na construção de editais públicos na área de cultura. Além disso, no documento constava as seguintes diretrizes: Fomentar cooperação entre autoridades policiais; Diversificar financiamento para projetos estruturantes; Estimular contato de áreas técnicas; Desenvolver projetos para a diminuição da informalidade nas relações de trabalho na área, dentre outras ações dialogando com diversos ministérios. (BRASIL, 2016).

A ação no sentido de tentar diminuir a burocracia em processos jurídicos em espaços fronteiriços poderia auxiliar na transposição de divisas em caso de acesso a editais de abrangência binacional por pessoas registradas em qualquer dos lados da fronteira. Ainda assim, há mecanismos como o FOCEM (Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL) que possibilitaram que essas ações sejam realizadas. Este fundo constitui-se, segundo a própria página WEB do MERCOSUL, com o aporte de 127 milhões de dólares anuais.

Diante desse cenário é possível por Flexor & Leite (2006) analisar que há uma agenda estruturada na transação entre atores e organizações do sistema político, baseada em questões como: aprovação, publicidade, controle de recurso, gerência e cargos. Sobretudo, nessa agenda costuma-se determinar a hierarquia dos problemas a serem tratados, bem como, em que e onde serão alocados os recursos nas diferentes políticas públicas.

Há também outras questões para que se trate de compreender o esvaziamento de políticas culturais específicas para essas fronteiras, estamos falando de dois países com questões jurídicas distintas, e que tem uma centralidade nacional em processos decisórios, as ações que poderiam dizer respeito às áreas de fronteira, raramente são propostas e votadas nas áreas de fronteira, as áreas que têm real interesse no que está sendo votado. Isto é, os artistas aqui referidos que não são absorvidos pelos mercados culturais, segundo os acordos selados deveriam ser atendidos pelo Estado, mas isso aparentemente não se materializa.

A ausência de ações políticas estatais detectadas abre espaço por sua vez, para que os atores encontrem outros mecanismos de propagação de suas obras. Em uma pesquisa rápida pelo Spotify – plataforma de reprodução musical em meio digital – dos seis atores que participaram da pesquisa em Gonçalves (2017) quatro estão na plataforma. Dos onze artistas mapeados para a pesquisa naquele momento, sete estão nessa plataforma – sendo estes Martim César, Paulo Timm, Alessandro Gonçalves, Hélio Ramirez, Vicente Botti, Ricardo “Canário” Martínez, Laura Correa. Além disso, esses artistas estão em outras plataformas digitais como o Youtube, o Facebook, o Instagram.

ALTERNATIVAS AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O AUTOFINANCIAMENTO COMO ESTRATÉGIA DE FINANCIAMENTO

Considera-se que existem assim forças ulteriores necessárias aos afazeres artísticos e essas forças terão distintos arranjos que muitas vezes não estão diretamente conectados aos fazeres artísticos dos compositores, mas que indiretamente condicionam determinados grupos sociais a demandar o que esses compositores produzem em um determinado momento. E esses grupos sociais, com o passar do tempo, começam a organizar formas de financiamento, criação e reprodução de uma obra que catalogam como representativa a eles.

O autofinanciamento se apresenta assim como outro modo de diferenciação do artista, afinal, ele se comporta como um artista livre de amarras mercadológicas. Como visto por Candido (1995), a própria atividade do artista estimula essa diferenciação, organizando e delimitando os grupos que, ademais da obra, se aproximam do símbolo representado por aquele artista. E vendo sob essa perspectiva, prossegue: “Percebe-se o movimento dialético que engloba a arte e a sociedade num vasto sistema solidário de influências recíprocas” (CANDIDO, 1995, p.33).

No entanto, Candido (1995) não crê que essa liberdade criativa de fato se manifeste totalmente – como algumas das falas dos atores sociais parecem fazer crer. Existem diversas forças sociais que guiam e condicionam os artistas e seus fazeres em maior ou menor grau. Determinando, em um primeiro momento, o quando de sua produção, e em seguida sua necessidade e, por fim, sua inserção como um bem coletivo.

O grupo de compositores, por exemplo, que participaram dessa pesquisa vivem na fronteira entre Jaguarão/Brasil e Rio Branco/Uruguai, em sua maioria, por exemplo, são concursados públicos, e certo modo dispõe de certa estabilidade financeira em relação à maioria da população de ambos os países. Os mesmos tem uma previsão do que receberão todos os meses e, assim, podem organizar-se, como apontado pela maioria deles, para lançar seus produtos culturais. Todos têm algum trabalho artístico autofinanciado. Forma que encontraram de fazer com que sua arte encontrasse um registro definitivo. Todavia, há nuances específicos que os diferenciam.

O trabalho “Memorial de Campo”, realizado por Martim César e Alessandro Gonçalves, é um exemplo do exposto, tendo sido realizado com canções dedicadas a atores sociais nascidos na região e com forte ligação ao mundo rural do município de Jaguarão. Relacionando diretamente sua obra com atores que compuseram o mundo em que configuraram suas relações diuturnamente. Público – obra – compositores retroalimentados em inexorável relação. O produto musical deste trabalho rodou muito nas rádios locais, tendo tido excelentes números nas vendas.

Outro exemplo disso é o apontado por Canário Martínez, pelo fato de fazer parte de uma associação de músicos ligada ao folclore faz com que sua obra possa ser financiada com mais facilidade. A AGADU – Asociación Gerenal de Autores del Uruguay – recolhe os direitos autorais e os repassa aos músicos e é com esse dinheiro que Canário financiou seu novo projeto com previsão de lançamento para o meio do ano de 2021:

Nós temos a AGADU, que é uma associação de músicos que nos paga os direitos autorais, algo que ajuda muito os músicos, e é assim que financio hoje minhas obras, inclusive o CD que vou lançar no meio de 2021 em homenagem aos cinquenta anos de carreira do Canário, pode escrever aí, que não tenho nada a esconder de ninguém. (Canário Martínez entrevistado por Gonçalves em Dezembro de 2020).

Alessandro e Martim César falam que quase toda sua obra foi autofinanciada, citam, no entanto, formas de financiamento público, por meio de Fundos Culturais. Martim afirma:

As primeiras obras foram financiadas por mim. Existindo um CD, existe a obra, se existe a obra, existe a faísca de um Deus que eu já falei, e eu gosto que seja uma obra, não uma música, todos os meus discos são uma obra, tem uma relação com uma ideia em comum. Quanto ao financiamento, uma das exceções é que das quatorze obras que fiz, três foram financiadas por fundos públicos. Esses fundos financiam a mim que, com algum esforço, poderia financiar o lançamento de um trabalho, mas também faz aparecer o trabalho original de alguém que não teria essa capacidade de financiamento. Esses fundos são fundamentais. (Martim César, entrevistado por Gonçalves em Janeiro de 2021).

Um elemento diversas vezes elencado pelos compositores, sobre as formas de financiamento de suas obras, é o orgulho, exposto, em poder lançar suas obras sem mediações consideradas nocivas. Como já dito anteriormente, a indústria, na visão dos entrevistados, não influencia em nada do que produzem e é melhor que seja assim. Para Paulo Timm: “Se quiséssemos um retorno mais econômico teríamos que ter uma música mais comercial. Nossas profissões permitem que a gente faça o que tá a fim de fazer. Hoje com Spotify, Youtube, a gente consegue um alcance muito maior.” A nocividade referida anteriormente está na visão dos compositores nas influências que um produtor de um selo musical, por exemplo, teria sobre a composição, alterando o produto para torná-lo mais vendável, o que de algum modo afetaria o que os compositores consideram sua essência. Na mesma direção Martim César aponta que:

Eu consegui, como alguns que eu conheço, me manter, sem precisar da música pra viver, então sou privilegiado. Reconheço que tem gente que precisa viver da música, e não tenho nada contra eles, mas não respeito a obra, eu apenas faço o que eu acredito, e as pessoas vão julgar se é bom ou ruim, tenho orgulho disso”. (Martim César entrevistado por Gonçalves em janeiro de 2021).

A esse respeito Paulo Timm reitera: “O importante é produzir o que a gente quer produzir no tempo que a gente quer produzir”. Gilberto Isquierdo diz que não ter relação com a indústria permite uma liberdade de criação que não tem preço e que precisa do produto cultural pronto: “Ter o disco é uma coisa pessoal, hoje as pessoas não compram mais disco. Eu vou seguir fazendo meus discos, porque eu tenho essa ligação com a obra”.

Hélio Ramírez, por sua vez, reafirma o autofinanciamento em quase toda sua obra, e entende o lado que ele considera benéfico de políticas públicas que ajudaram a financiar um de seus trabalhos mais recentes, corroborando com ele, Paulo Timm, que muitas vezes atua como o produtor do grupo, indica estar por dentro das políticas de financiamento do estado e da região sul:

Do Uruguai não tô bem a par, porque eu acho que nem poderíamos como brasileiros. Aqui no Rio Grande do Sul, tem o Procultura do estado, tem o Procultura de Pelotas, em que vários artistas independentes acessam e conseguem publicar seus trabalhos. Começou com Porto Alegre, depois teve no governo do Estado, e depois foi pra Pelotas. Eu já acessei algumas vezes, através do incentivo público consegui lançar produtos que não conseguiria. Eu vejo como dever do estado, muitas coisas boas não existiriam se não tivesse tido esse financiamento. (Paulo Timm entrevistado por Gonçalves em janeiro de 2021)

Dos atores entrevistados Alessandro, Martim, Paulo e Hélio já foram contemplados em algum projeto pelo Procultura Pelotas, tendo parcerias com outros artistas que vivem nessa cidade. De fato, o Procultura do estado do Rio Grande do Sul, foi instituído aos vinte e um dias de julho de 2010, sob a lei nº 13.490, tendo como finalidade: “promover a aplicação de recursos financeiros decorrentes de incentivos a contribuintes e do Fundo de Apoio à Cultura, em projetos culturais” (Estado do Rio Grande do Sul). A lei do Procultura em Pelotas é anterior a do estado, tendo sido instituída no dia trinta de dezembro do ano de 2009, sob o nº 5662, apresentando como objetivo prover: “Apoio e a viabilização de projetos de produção, resgate e preservação das diversas formas da cultura local”.

Os únicos entrevistados a citar, todavia, o fato de que esses editais exigem uma contrapartida por parte dos contemplados foram Alessandro Gonçalves e Martim César, para Alessandro: “Cada vez que tu recibes o aporte do Estado, tem que haver uma contrapartida por parte do proponente, alimentar uma cadeia da cultura. É uma indústria cultural publica girada”.

Os uruguaios Carolo e Lallo têm seus produtos culturais lançados sempre com autofinanciamento, com meios próprios, ajuda de amigos e até um bônus que garantia a posse de um CD que ainda não havia sido gravado. Percebe-se que eles criam soluções, para quem sabe, como apontado por Martin, encontrar essa faísca de um Deus sobre sua própria criação.

A divulgação das obras, entretanto, passou por alterações drásticas com os avanços informacionais – segundo os entrevistados – nos últimos anos, segundo Gilberto Isquierdo: ‘Todos os meus discos estão em todas as redes digitais. Eu tenho feito isso nos últimos tempos, o disco é bonito, mas é pra nós, é romântico. Eu me dei conta, na verdade, todos nós nos demos conta’. Hélio Ramirez indica: “Nós já temos um trabalho pronto pra pôr no Youtube. Mas com a pandemia parou tudo” e complementa: “A internet popularizou diversas formas de arte, mesmo sabendo que nessas mídias tem que ter não sei quantas mil de visualizações pra poder aparecer, mas o que é bom sempre aparece”.

As possibilidades de acesso de fato parecem ter sido aumentadas pelos avanços tecnológicos, contudo, essas possibilidades não se verificam como acesso de fato. Por exemplo, o vídeo utilizado pelo grupo “Caminhos de si” para divulgação de sua música de trabalho de seu último álbum – “Caminhos de Si – O tempo” – está há quatro (04) anos no Youtube e até o final de fevereiro de 2021 tinha apenas 631 visualizações. Com isto, considera-se que possibilidades de acesso e de divulgação não significam possibilidade efetiva de acesso e divulgação.

Alessandro Gonçalves diz: “Começamos divulgando através dos CD’s, mas isso já tá ficando ultrapassado, agora estamos migrando pro Spotify, Youtube music, eu utilizo muito essas plataformas’. No mesmo sentido Paulo Timm declara:

Acho que o caminho é esse aí, eu gosto do Youtube Music, hoje a gente fica mais ligado no celular e no notebook e isso dá mais facilidade pra acesso. Esses dias eu tava vendo uma série, tinha uma música linda, eu fui ali nas plataformas e achei tudo sobre o cantor, a partir de uma música que eu conheci dele, eu conheci a obra inteira do cara’. (Paulo Timm, entrevistado por Gonçalves em Janeiro de 2021)

Faz-se importante ressaltar que as formas de financiamento e divulgação utilizadas pelos atores parecem ter um elemento comum em suas falas: não alteram o que lhes é essencial, ainda que de algum modo mudem estruturas subjetivas individuais ao levar objetivamente a alteração do produto cultural. Ou seja, ainda que os processos

sociais, que a sociogênese e a psicogênese indiquem que as obras também acabarão por ser influenciadas por elementos externos, como o consumo de modos diferentes de compor em larga escala – abraçados pela indústria cultural pelos compositores aqui analisados negada – por meio das redes sociais que permitem a oitiva de canções de todas as partes do mundo, isso ocorre em um nível subjetivo de compreensão que afeta a confecção dos produtos culturais, mas de - maneira contraditória - não a visão dos atores e de seus pares sobre si mesmos. Contudo, como dito anteriormente, há elementos divergentes nas falas dos compositores, e os mais notórios estão relacionados com a forma como as tecnologias influem na realização e divulgação de suas obras. Canário afirma: “Eu vejo vídeos na internet dos cantores que mais gosto, e de outros que vou descobrindo e tento pegar o melhor deles e trazer para mim, trazer o que eles fazem para a minha obra, mas sem deixar de fazer o que faço”.

Paulo Timm, como visto anteriormente, comemora o que chama de “lado bom da globalização”: “Ao mesmo tempo em que a gente é obrigado a escutar um monte de coisa ruim, também conseguimos descobrir gente fazendo coisa boa em diversas partes do mundo”. Martim César, dentre todos é o que demonstra maior resistência à tecnologia: “Existe música boa e música ruim em tudo que é lugar, mas me parece que esse processo de globalização da cultura trouxe muito mais coisa ruim do que coisa boa pra nós” e o mesmo prossegue: “Eu vejo a cultura como uma pedra atirada em um rio, ela se propaga em ondas concêntricas, ou seja, do lugar onde a pedra foi lançada até onde ela consiga ser propagada nas ondas geradas depois daquela”. Isto é, a divulgação em redes digitais como o Spotify ou o Youtube não carrega em si massificação o bastante para gerar compreensão dos códigos identitários dos atores.

E somado a esses depoimentos um ponto recorrente nas falas dos entrevistados, foi à rede por estes estabelecidas e o que eles denominam como “inexistência de políticas de caráter binacional” que pudessem dinamizar por meio de financiamento público os encontros e as produções artísticas em um caráter binacional. Observou-se que há diversas dificuldades de serem realizadas ações em caráter binacional, pois, ainda que os municípios sejam alcunhados como “gêmeos” há muitas complicações econômicas e jurídicas.

Ainda assim, há mecanismos como o FOCEM (Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL) que possibilitam que essas ações sejam realizadas. Todavia, ainda que haja essa complexa e aparentemente distante relação entre a institucionalidade e os que se propõe a fazer arte nas regiões de fronteira entre Brasil e Uruguai, os

compositores analisados configuram suas próprias redes relacionais. Conforme um dos interlocutores de pesquisa relata:

A trajetória nesses anos todos de cultura gerou uma teia, e essa teia gera divulgação, as pessoas que vão aos nossos shows e nos convidam para fazer shows, fazem parte dessas teias culturais, quando se vai num show do Hélio Ramirez, ou do outro lado quando se ia ver o Ruben Lena, pessoas que não estão na grande mídia mas tem um trabalho interessante, quem vai assistir faz parte dessas teias, essas pessoas são ilhas, a gente representa aquelas pessoas, são ilhas de cultura, que na verdade se interligariam com ainda mais teias se houvesse apoio real, como houve no rock, ou na MPB brasileira nos anos oitenta, uniria essas ilhas. Se o Estado pudesse unir essas ilhas, plantar as árvores que falta para criar um corredor...eu tentei plantar essas árvores quando comecei fazendo festivais, mas não consegui”(Martim César entrevistado por Gonçalves em Janeiro de 2021).

Para Elias (1994) são os entrecruzamentos entre as pessoas, ou seja, as formas como estabelecem interdependência, que geram suas vinculações. As configurações são compostas por seres humanos que são orientados de forma recíproca gerando uma dependência mútua. Os conjuntos de seres humanos compõem as redes, os grupos de indivíduos que caminham em um sentido próprio e diverso.

Sob essa perspectiva, Martim relata como compreende o corredor cultural existente entre Porto Alegre e Montevideo:

Eu elogio o que governos anteriores fizeram, assinando acordos e privilegiando acordos binacionais, e até os produtos que de fato nasceram como os DVD's – A linha fria do horizonte e a linha imaginária – foram ideias ótimas que tentaram mostrar esse corredor, que de fato existe, mas faltou um elo. Na tentativa de um corredor cultural de Montevideo a Porto Alegre eles pularam, desceram de Porto Alegre até Pelotas e dali pra Montevideo direto, pularam Melo, Trinta e Três, uma cidade riquíssima, posso te falar de Ruben Lena dentre tantos outros, pularam Jaguarão, Hélio Ramirez, Tadeu Gomes, pularam Basílio Conceição em Arroio Grande, quando se traça uma linha reta entre Montevideo e Porto Alegre, faltou o mais importante, quem realmente faz a linha imaginária, o elo.

Percebe-se que na questão do financiamento por parte dos atores entrevistados, não há qualquer referência pessoal deles de qualquer ação prática nesse sentido. Paulo Timm questiona: “Eu sei que houve acordos, assinados até aqui em Jaguarão, mas não sei de nada que tenha acontecido na prática, tu sabe?” Após prosseguiu: “Pois é, seria o ideal por que a gente faz arte na fronteira e pra fronteira”. Canário diz: “Eu gosto de

trabalhar com o Xandi (Alessandro Gonçalves), mas pra trazer aqui pro Uruguai nem receber ele pode”.

O corredor cultural estabelecido de fato por esses atores, construído como alternativa a ausência de políticas públicas culturais consideradas efetivas, de acordo com os depoimentos dos interlocutores, gerou junto a outros movimentos de atores sociais do meio artístico, os acordos políticos descritos anteriormente, e possivelmente outros não mapeados. A necessidade de ter políticas públicas disponíveis, adequadas e contextualizadas aparece como algo primordial nas falas dos entrevistados.

Ou seja, a voz dos atores previamente organizados em redes, tendeu à reverberação em níveis políticos sensibilizados pela ação política que a proposição artística deste grupo de atores em interdependência gerou nessa região de fronteira. As proposições políticas foram à resposta dos Estados a algo que de fato manifestou-se como relevante para determinados grupos sociais de artistas e compositores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio de lançar luz sobre atores que são público-alvo por políticas públicas acordadas entre Brasil e Uruguai, ademais de auxiliar a compreender as dificuldades na execução de políticas de viés binacional, proporciona a compreensão das posições políticas que os governos dos dois países situam as regiões de fronteira. Não há como mensurar exatamente de que forma a consolidação de políticas culturais específicas poderia impactar nos fazeres e na visibilidade dos atores fronteiriços.

A partir deste considera-se que os acordos sobre políticas públicas culturais binacionais são ineficazes pela falta de fontes que demonstrem efetivamente ações culturais de caráter binacional, até por isso buscamos que a análise estivesse baseada na configuração de políticas públicas na área da cultura e, enfocando a política pública para a área fronteiriça.

Na década anterior o Brasil e o Uruguai, por meio do seu aparato estatal, propuseram-se lançar luz sobre os atores fronteiriços, e acordaram diversos estatutos e contratos para que tais ações se materializassem. Contudo, esbarraram, aparentemente, em suas próprias hierarquizações políticas e aparatos burocráticos. Se os atores fronteiriços não são alcançados pelas políticas criadas a partir dos centros de poder, de algum modo – sem que se julgue a profundidade desse alcance – podem fazer ver-se através do mundo virtual.

Considera-se que ocorreram avanços nos primeiros anos na década de 2010, pois de nenhuma ação em referência à cultura nas fronteiras entre Brasil e Uruguai, passaram a vigorar alguns acordos que visavam integrar atores e propiciar financiamento às ações do corredor cultural. Denota-se que as alterações a respeito desse corredor ocorrem pelo fortalecimento das redes de interlocutores da cultura nas áreas de fronteira.

A partir da realização desse ensaio foi possível compreender como as ações e políticas de governo não se tornam viáveis para esses atores e inviabilizam, de certo modo, os seus fazeres artísticos. As ações que têm caráter binacional, e que tem abrangência temática de modo transversal, muitas vezes não tem um enfoque específico e não abarcam determinadas regiões ou não tornam viáveis suas execuções.

Ressalta-se que os atores encontraram nas mídias digitais e elaboração de alternativas como o “corredor cultural” – ainda que sem um alavancamento econômico – uma forma de lançar suas obras em plataformas que podem ser acessadas de qualquer lugar em qualquer momento e busca de público e reconhecimento artístico por rotas culturais consideradas alternativas ao mercado musical e que geralmente são amparadas por políticas públicas de cultura. Por fim, considera-se que aprofundar os estudos sobre a relação entre atores e essas redes será um tema de pesquisas futuras em relação as políticas públicas de cultura nesta região de fronteira entre Brasil e Uruguai.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Plano integrado de trabalho para a fronteira Brasil-Uruguai*. 2016. Disponível em: <https://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/13851-plano-integrado-de-trabalho-para-a-fronteira-brasil-uruguai-2016>. Acesso 14 mai 2020.

CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo. 1995.

DAGNINO, Evelina . Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. In: Daniel Mato. (Org.). *Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil en Tiempos de Globalización*. Caracas: FaCes/Universidad de Venezuela, 2004, v. , p. 95-111.

DURAND, José Carlos. *Primeira pesquisa de práticas culturais no Brasil*. 1997.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: V.2: Formação do Estado e Civilização*. Zahar. São Paulo, 2011.

ELIAS, Norbert. *Mozart: Sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FARIAS, Edson. *Ócio e negócio: festas populares e entretenimento-turismo no Brasil*. Curitiba: Appris, 2011.

FLEXOR, G. & LEITE, S. P. *Análise de Políticas Públicas: Breves Considerações Teóricas Metodológicas*. 2006.

GELADO, V. *Poéticas da transgressão. Vanguarda e Cultura Popular nos anos 20 na América Latina*. Editora 7 Letras, Rio de Janeiro, 2006.

GONÇALVES, Nicolás. *O “véu” da Binacionalidade em uma terra só*. Trabalho de Conclusão de Curso. Programa de Produção e Política Cultural – Unipampa, Jaguarão, 2017.

GONÇALVES, Nicolás. *Fronteiras ao vento: um estudo sobre compositores na fronteira Jaguarão e Rio Branco entre Brasil e Uruguai*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFPel. Pelotas, 2021.

MELO, M.A. Estado, Governo e Políticas Públicas. In: MICELI, S. (org). *O que ler na Ciência Social Brasileira(1970-1995): Ciência Política*. São Paulo/Brasília: Sumaré/Capes.1999.

MERCOSUL. *Apresentação FOCEM*. Disponível em: <https://https:mercosur.int/pt-br/temas/focem/>. Acesso em: 14 mai 2020.

SARKOVAS, Yacoff. *Cultura Tributária*. Valor Econômico. 2003.

SIMONETTI, PAULA. Políticas socioculturales en Uruguay la cultura como medio, como fin, como derecho ¿Qué piensan los gestores? *Pol. Cult. Rev.*, Salvador, v. 12, n. 1, p. 284-306, jan./jun. 2019.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura, *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8,n 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

URUGUAI. *Desarrollo cultural para todos*. Montevideo. 2015.

POLÍTICAS SOCIOCULTURAIS: UM OLHAR SOBRE AS MIGRAÇÕES E AS REDES INSTITUCIONAIS DE ACOLHIMENTO

Denise Figueiró Mendes¹

INTRODUÇÃO

Todo indivíduo trás, em sua trajetória sócio histórica, valores e hábitos culturais do grupo social a qual pertence e que influencia na sua adaptação em qualquer outro contexto sociocultural; e, ao observarmos uma cultura, percebemos a existência de traços perfeitamente identificáveis que são comuns a vários indivíduos, formando, portanto, grupos com uma certa homogeneidade. Essa homogeneidade é marcada por um conjunto de valores compartilhados pelos membros de uma sociedade – como língua, hábitos, costumes e alimentação – que, ao mesmo tempo que causa uma sensação de identidade compartilhada, diferencia-os das demais sociedades.

Ao argumentamos sobre as identidades culturais, na contemporaneidade, Hall (2006) relaciona as mudanças ocasionadas pelo processo de globalização e o quanto esse processo impacta na identidade cultural. Isso é reforçado por Wonsoski e Domingues (2015, p. 2), ao afirmarem que “quanto mais a vida social é mediada pelo mercado global mais as identidades se tornam desvinculadas de lugares, tempos, histórias, e tradições e há assim, uma ‘homogeneização cultural’”.

Talvez isso seja o maior desafio do século XXI – considerado como o século das migrações – o fato de ser possível haver uma homogeneização cultural quando, na verdade, paralelo ao crescimento dos fluxos migratórios, tem-se o crescimento das políticas de controle que colocam em xeque as estruturas liberais democráticas, fazendo com que o migrante se torne um protagonista político, capaz de ressignificar a relação entre Estado e sociedade, e onde aquele que chega, mesmo que numa situação vulnerável, modifica o local de destino e provoca mudanças.

Incorporado a essa situação, tem-se as legislações restritivas dos países desenvolvidos, onde o anti-imigração tornou-se um elemento político decisivo, traduzido numa legislação desfavorável para os imigrantes internacionais, contribuindo,

¹ Doutoranda em Ciências Sociais, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/PPGCS, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/PUC Minas. E-mail: denise.mendes@ufrr.br

ainda, para modificar os movimentos migratórios e seus destinos (BRITO, 2013; BAENENGER, 2018).

No caso do Brasil, onde se percebe um grande fluxo de imigrantes de diversas nacionalidades – em grande parte sírios, haitianos e venezuelanos – é notório a ausência de políticas públicas migratórias e de políticas socioculturais, que atendam aos direitos fundamentais (onde se incorpora o direito de expressão cultural), bem como a falta de diálogo entre governantes de todas as esferas – federal, estadual e municipal –, evidenciando a precariedade na governança sobre a temática que, num primeiro momento, foi dada às Forças Armadas (principalmente em relação a imigração de venezuelanos); e, num segundo momento, passasse a ser de responsabilidade das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) – principalmente as religiosas –, que têm tido papel importante e fundamental no que tange a fazer valer os direitos dos imigrantes e refugiados, como preconiza a legislação.

A legislação brasileira, que trata a temática migratória, teve seu avanço com a publicação da nova Lei de Migração brasileira – Lei nº 13.445, de 24/5/2017, e da Lei nº 13.684, de 21/6/2018, ocasionando um salto em relação ao reconhecimento dos direitos do migrante (no caso, a Lei de Migração), e sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; bem como as adequações necessárias emitidas por Portarias, Decretos e Resoluções Normativas, que garantem o direito de permanência no país por acolhimento humanitário (a exemplo, da Portaria Interministerial nº 2, de 15/5/2019², da Portaria Interministerial nº 9, de 08/10/2019³, e do Decreto nº 9.285, de 15/2/2018)⁴. Porém, a Lei, quando enfrenta a realidade, se revela uma grande burocracia, principalmente na garantia à cidadania e ao exercício pleno dos direitos sociais, onde valores culturais estão em jogo.

Nesse sentido, a existência de aparatos legais tem se tornado muros que sofisticam as barreiras construídas por um jardim florido de lei e ordem, no qual a sociedade tenta expurgar e rejeitar a presença do “estranho”, fazendo com que o imigrante e o refugiado não sejam bem-vindos em nenhum lugar, e também,

² Regulamenta a autorização de residência ao imigrante que esteja em território brasileiro e seja nacional de país fronteiriço, onde não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e países associados.

³ Concede visto temporário e autorização de residência para fins de acolhida humanitária a pessoas afetadas pelo conflito armado na República Árabe Síria.

⁴ Reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela.

“assujeitados”, tornando-os vítimas da inclusão pela exclusão que o Estado-nação oferta e pelo ideário nacionalista. Nesse contexto, a inclusão se torna um dispositivo de sujeição desse indivíduo, colocando-o disponível a situações de preconceito, intolerância e discriminação.

O preconceito, a intolerância, o racismo e a discriminação, são atitudes constantes de alguns brasileiros para com os migrantes, principalmente aqueles oriundos de países menos desenvolvidos, ou de etnias diferentes, sendo que a discriminação traz consequências jurídicas (violação do princípio da igualdade), sociais (marginalização), e políticas (perseguição e uso da força). Segundo mapeamento realizado pela Defensoria Pública da União (DPU), em parceria com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), (2020), os imigrantes enfrentam, dentre outros, o desconhecimento e a dificuldade de acesso à informação, barreira linguística e sociocultural, inserção no mercado de trabalho formal, e entraves burocráticos no acesso a serviços e a direitos fundamentais⁵, essenciais ao ser humano.

Diante dessa realidade, esse capítulo propõe examinar as ações e estratégias que decorrem das instituições internacionais e nacionais, públicas e privadas e, principalmente, das Organizações da Sociedade Civil (OSCs), que estão envolvidas no acolhimento de imigrantes e refugiados venezuelanos, e o trabalho hercúleo realizado por essas organizações, e seus esforços em facilitar a inserção destes na sociedade que, além de desconhecida, os desconhecem, e desconhecem a sua cultura.

Para tanto, discorrerei sobre o impacto da globalização nas identidades culturais nacionais e na socialização, como processos contemporâneos de incorporação de valores e modos de vida diferentes, sobretudo de (re)conhecimento (HONNETH, 2003) e aceitação como forma de sociabilidade, apresentando a atuação expressiva da Rede Acolhe Minas, junto ao Programa de Interiorização do governo federal, e suas contribuições para as políticas públicas socioculturais. A escolha pela Rede Acolhe Minas se deu pela minha participação na mesma, proporcionando proximidade às instituições e organizações que dela fazem parte. Através das informações colhidas em reuniões e de dados publicados nos sites oficiais dessas instituições, foi possível construir a participação de cada uma e de como se conectam.

⁵ A Constituição Federal brasileira, de 1988, em seu Art. 5º, menciona como direitos fundamentais: o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, sem distinção de qualquer natureza. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 16/03/2021.

Assim sendo, abordarei o esforço síncrono que essas instituições e organizações realizam e apostam, bem como as possíveis estratégias jurídicas, políticas e sociais articuladas pela Rede em prol de fazer valer os direitos fundamentais e humanos dos imigrantes e refugiados, facilitar sua sociabilidade com os estabelecidos, e das informações que suscitam e que possam vir a subsidiar políticas realistas e leis que sejam eficientes, eficazes e facilitadoras na integração com a sociedade anfitriã.

(RE)CONHECER E RESPEITAR AS DIFERENÇAS PARA FOMENTAR O PROCESSO DE SOCIABILIDADE: a identidade em jogo

Na contemporaneidade, a globalização não trouxe apenas um processo de economia global, mas, também, uma globalização cultural, que impacta na identidade, diminui as distâncias, aproxima as nações, produz novas identidades e transforma as fronteiras ocasionada pelas migrações internacionais, afetando toda uma sociedade – tanto a de origem como a de destino – por um período indeterminado de tempo.

Como movimento social, a migração pressupõe a alteridade e modifica o local de destino, fazendo do migrante um protagonista e um agente ativo de transformações das políticas culturais e sociais de um Estado-nação. Ao chegar, esse migrante encontra uma realidade que já está dada, mas que, também, pode ser modificada, apesar de suas dualidades: acolhimento *versus* preconceito; bons *versus* ruins; harmonia *versus* conflito; aceitação *versus* exclusão, dentre outras.

Silva (2012), corrobora com essa ideia e ressalta que a globalização envolve uma interação entre fatores econômicos e culturais, causando mudanças não só nos padrões de produção e consumo, mas, também, nos hábitos e estilos de vida, além do seu impacto, tanto sobre o país de origem quanto sobre o país de destino, produzindo identidades plurais e, também, identidades contestadas em um processo que é caracterizado por grandes desigualdades. Isso é enfatizado por Santos Boaventura (1999), ao afirmar que a globalização não é solidária: ela discrimina e clarifica as desigualdades.

A globalização também fez surgir o sujeito pós-moderno, no qual sua identidade apresenta uma “diversidade, uma pluralidade cultural e o descentramento dos sujeitos sociais” (ENNES, MARCON, 2014, p. 286), além de fragmentada e poder conter “várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas” (HALL, 2006, p. 12). Nessa concepção, o processo de identificação:

...tornou-se mais provisório, variável e problemático. Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 2006, p. 12-13).

Para Hall (2006), identidade, sociedade e cultura não se separam, pois, embora possamos nos ver, seguindo o senso comum, como sendo a ‘mesma pessoa’ em todos os nossos diferentes encontros e interações, “não é difícil perceber que somos diferentemente posicionados, em diferentes momentos e em diferentes lugares, de acordo com os diferentes papéis sociais que estamos exercendo” (HALL, 1997 *apud* SILVA, 2012 p. 31). Assim, afirma Silva (2012), que diferentes contextos sociais fazem com que nos envolvamos em diferentes significados sociais, existindo uma diversidade de posições que podemos ocupar ou não.

Para Goffman (1975, p. 5), é a sociedade que “estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias”. Assim, “enquanto o estranho está à nossa frente podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo até de uma espécie menos desejável” (ibidem, 1975, p. 6).

Se é a sociedade que categoriza o indivíduo, é nela, portanto, que se encontra a possibilidade e formas de interação entre sujeitos, através das relações sociais criadas pelo processo de sociabilidade. Goffman (2011, p. 47) designa que uma relação social “pode ser vista como uma forma pela qual a pessoa é forçada, mais do que o normal, a confiar sua autoimagem e fachada à diplomacia e boa conduta dos outros”; ou seja, a relação social consiste, plena e exclusivamente, na probabilidade de que se atuará socialmente de uma forma indicável. Esse conceito não diz sobre a existência de solidariedade entre os atores, sendo, portanto, uma conduta social de caráter recíproco por seu sentido e objetivamente unilateral, podendo ter um caráter inteiramente transitório ou implicar permanência, no sentido de existir uma “repetição” continuada de uma conduta com o sentido em questão (esperada).

Ao falarmos em socialização e sociabilidade, nesse momento – ou qualquer outra forma de integração –, parece até ser utópico; pois, se por um lado, temos as ideias nacionalistas e de políticas de controle que colocam em xeque as estruturas liberais e

democráticas, dificultando a possibilidade de relacionarmos e aceitarmos o “outro”, que não é “daqui”, por outro lado, essas situações têm sido fortalecidas pela pandemia da COVID-19 no mundo. Um exemplo dessa situação foi o fechamento das fronteiras brasileiras⁶, mostrando uma incompreensão sobre a acolhida humanitária, e incitando uma política pública de exclusão, contrária à legislação, acordos e tratados internacionais, que o Brasil é signatário.

Nesse cenário de COVID-19, há de se prever que novas formas de socialização e sociabilidade entre indivíduos serão constituídas e fortalecidas, principalmente através da tecnologia e das redes sociais, mas que podem tanto integrar sujeitos e culturas distintas, quanto propiciar ambientes de indiferenças e aversões. É uma sociabilidade distinta e distante daquela que nos oferece experimentar e vivenciar, de fato, aquilo que não faz parte de nós, mas que nos enriquece: o conhecer o outro, a sua cultura, na sua mais intensa significância.

A temática socialização, tem sido empregada de forma distinta, por diferentes correntes de pensamento, ora relacionados ao modo de viver e de ser em sociedade (SIMMEL, 1983; BERGER; LUCKMANN, 1985; McCALLUM, 1998; SILVA, 2009; SILVA, 2020), ora para aquilo que constitui a identidade do indivíduo (BERGER; LUCKMANN, 1985; BAUMAN, 1997; SETTON, 2005); porém, no entendimento sobre os conceitos de socialização e sociabilidade apresentados por esses autores, a socialização está implícita na sociabilidade, sendo esta última, um processo contínuo, de transformação da identidade de um indivíduo, conforme suas experiências vividas que, ao longo da sua vida modifica e interfere no seu comportamento e nas relações com outros, conforme as diferentes formas de ver o mundo e de agir e reagir neste (suas ações sociais).

Segundo Setton (2005), o indivíduo é um ator plural, produto de experiências de socialização em contextos sociais múltiplos, pertencendo, “no curso da trajetória de sua socialização, a universos variados” (SETTON, 2005, p. 345), no qual a sociedade contemporânea é caracterizada pela heterogeneidade de princípios de ação. Isso já fora

⁶ Portaria nº 120, de 17/3/2020 - Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos da República Bolivariana da Venezuela, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-120-de-17-de-marco-de-2020-248564454>; e Portaria nº 125, de 19/3/2020 - Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos dos países que relaciona, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-125-de-19-de-marco-de-2020-248881224> Acesso em: 28/2/2021.

reforçado por Simmel (1983), ao afirmar que a sociedade é constituída por distintas formas de ação recíproca e dualidades; ou seja, um conjunto de ações sociais entre indivíduos que interagem reciprocamente (SILVA, 2009), e que não são unicamente positivas.

Para Simmel (1983, p. 59), portanto, “a sociedade existe onde quer que vários indivíduos entram em interação”, e que a dominação, o conflito e a luta, como ações recíprocas, são também formas de interação produzidas por determinados instintos ou para determinados fins: a “sociedade propriamente dita é o estar com um outro, para um outro, contra um outro que, através do veículo dos impulsos ou dos propósitos, forma e desenvolve os conteúdos e os interesses materiais ou individuais” (ibidem, 1983, p. 168).

De acordo com Dassoler e Caliman (2017, p. 144), essas formas de interação existem, por si próprias, e constituem o fenômeno denominado sociabilidade, no qual alegam ser “a capacidade de ser sociável, ou seja, a possibilidade de socialização, em viver com outras pessoas com as quais se assimilam hábitos, normas e costumes do grupo em que se insere”. Para esses autores, “...a convivência social, considera que é pela sociabilidade que o ser humano se capacita para a convivência em sociedade, desenvolvendo-a por meio da socialização e pelo teor humanístico, ou seja, a educação⁷” (ibidem, 2017, p. 148).

Para Simmel (1983, p. 172), o mundo da sociabilidade é um mundo artificial, “composto por indivíduos que não tem nenhum outro desejo além de criar com os outros uma interação completamente pura, que não é desequilibrada pelo realce de nenhuma coisa material”, onde a conversação se faz legítima e é a forma mais pura e elevada de reciprocidade, sendo ela a realização de uma relação, portanto, uma forma da interação.

Contribuindo para o entendimento de sociabilidade, McCallum (1998, p. 8), argumenta que “se refere, então, a outra esfera, onde reinam o ódio ou a indiferença: o externo”; onde ocorre “englobamento das relações locais pelas globais” (ibidem, p. 9), no qual Ennes e Marcon (2014, p. 286) alegam que, ao dissociar a dimensão analítica e as implicações políticas, “a identidade aparece como característica da contemporaneidade podendo levar a pensar que vivemos em um mundo no qual as

⁷ A educação a que referem os autores são as não formais, informais ou educação social.

diferenças culturais não estão implicadas e perpassadas pelas desigualdades sociais, econômicas e políticas”.

Nesse ponto, se faz necessário mencionar o que seria identidades culturais, a partir do conceito apresentado por Hall (2006, p.8), que exhibe como sendo “aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nosso ‘pertencimento’ a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais”. Esse conceito, representa o caráter objetivo, descritivo, fixo e determinista da identidade, que Ennes e Marcon exibem como sendo constituintes das políticas multiculturais de governo, “que procuram ordenar e controlar um processo que é dinâmico e instável: a identificação” (ENNES; MARCON, 2014, p. 301).

É, portanto, pela sua identidade cultural, que o migrante, primeiramente, é identificado pelo governo e pela sociedade para, posteriormente, “experimentar” suas possibilidades de pertencimento (ou não), afloradas pelo seu processo de deslocamento onde, segundo Escudeiro (2018, p. 10), nesse processo, o imigrante defende sua identidade “para alcançar algo, um propósito, objetivo ou subjetivo”, mas, também, no processo de interação, busca outras formas de pertencimento. Nesse processo de deslocamento, Hall (2006) indica uma identidade moderna, onde as culturas nacionais são compostas por instituições culturais, e por símbolos e representações, no qual produzem sentidos sobre a ‘nação’, “com os quais podemos nos identificar” (HALL, 2006, p.51) – as culturas nacionais constroem identidades, e as identidades nacionais são formadas e transformadas pelas representações.

Escudero ainda afirma que:

Em situação de deslocamento, o reconhecimento do ‘outro’ possibilita que relações de contato e trocas simbólicas e culturais se efetivem em espaços próprios construídos a partir de diferentes formas de enunciação (midiáticas e não midiáticas) das identidades étnicas, culturais, nacionais e sociais. (2018, p. 3)

Assim, se tratando do imigrante, a autora designa que esse sujeito tem uma identidade diaspórica: “uma mistura de características da terra natal, de acolhida e experiências de vida do imigrante” (ESCUADERO, 2018, p. 4).

Nessas instâncias de produção de subjetividade e de defesa das singularidades, a produção do ethos do imigrante (individual e/ou coletivo) é reelaborada de modo a garantir pluripertencimentos, conexões e afetividades, independentemente de um território geograficamente localizado, um centro definido e/ou uma

temporalidade contínua. (...). Eles são responsáveis pela criação e manutenção de um vínculo entre tempo – espaço – sociedade, transitando entre um ou mais pertencimentos, ‘nem daqui nem de lá’ – que influenciam percepções e realidades de vulnerabilidade e marginalização, mas também de trocas simbólicas e enriquecimento cultural” (ESCUDERO, 2018, p. 3).

Segundo a autora, ao chegar numa nova sociedade, “os processos de socialização e interação são fatores significativos e resultam em um conjunto de identidades híbridas (...), constantemente produzidas e reproduzidas no interior de um sistema de representação” (ESCUDERO, 2018, p. 4).

Em consonância com Escudero, Silva (2000) afirma que os movimentos migratórios favorecem processos que afetam tanto as identidades subordinadas quanto as hegemônicas, pois transforma, desestabiliza e desloca as identidades originais; e que as diásporas, além de nos colocar em contato com diferentes culturas, “na viagem, podemos experimentar, ainda que de forma limitada, as delícias - e as inseguranças - da instabilidade e da precariedade da identidade” (SILVA, 2000, p. 88).

Partindo do entendimento dos conceitos de identidade, socialização e sociabilidade apresentados, no próximo subitem, argumento sobre as formas de integração entre imigrantes e refugiados, com cidadãos brasileiros, entendendo a socialização como processo contemporâneo, de incorporação de valores e modos de vida diferentes e, principalmente, de reconhecimento (HONNETH, 2003) e aceitação como forma de sociabilidade.

Imigrantes e refugiados: realidades e possibilidades de integração no contexto brasileiro

Dentre as várias influências e históricos de vida, de cultura e de mobilidades, as condições de interação que ocorrem entre imigrantes e refugiados, com a sociedade brasileira, exhibe uma complexidade relativa a instituições e políticas de acolhimento e integração formais, mas que não eliminam as possíveis dificuldades que estes possam vir a se depararem, na informalidade, e no dia a dia com os já estabelecidos.

O próprio contexto histórico migratório interno brasileiro distingue as pessoas pois, por apresentar um extenso território geográfico, o Brasil mantém, em cada região, uma identidade cultural diferenciada e específica; como por exemplo, brasileiros do Norte ou Nordeste, ao migrarem para o Sul ou Sudeste, sofrem preconceitos

visivelmente expostos em piadas, narrações, comparações e gestos, que menosprezam seus modos de vida e suas culturas; enquanto que, ao contrário, não se observa tantas distinções e barreiras: na verdade, são privilegiados. Ao falarmos, então, em migrantes e refugiados internacionais, as barreiras tendem a ser maiores e mais complexas, pois seus modos de vida e sua cultura, aliados a dificuldade com o idioma e às restrições e de controle que lhes são impostos, fazem com que o processo de sociabilidade seja mais limitado, moroso e, às vezes, sofrido.

O histórico das migrações internacionais, no Brasil – de uma imigração seletiva e de branqueamento – apresenta discriminação, exploração, desigualdade, e um processo de racionalização cultural, onde o imigrante é percebido como uma ameaça à segurança nacional, e onde o pertencimento é uma sensação que lhe é imposta.

Tive a oportunidade de escutar relatos de alguns imigrantes⁸, de diferentes nacionalidades – sírios, haitianos, angolanos, venezuelanos – sobre suas experiências que, mesmo já estabilizados no Brasil, há pelo menos 5 anos, se deparam com situações preconceituosas e excludentes. Um dos relatos que me chamou atenção, foi de um haitiano que chegou no Brasil, no ano de 2015, e reside em Curitiba, capital do estado do Paraná. O mesmo disse que sua primeira e maior dificuldade, principalmente para a inserção laboral, foi a língua e, devido a sua experiência nesse processo, e para auxiliar a outros imigrantes e minimizar as barreiras, participa de um projeto de integração e interculturalidade, na Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Associação UCEPH⁹. Segundo ele, esse projeto desenvolve a integração, via troca cultural, onde, não somente os imigrantes aprendem a cultura e a língua brasileira, mas, também, ensinam a língua crioula haitiana para brasileiros, como forma destes aprenderem a história e cultura do seu país.

Se a inserção laboral e educacional são processos integradores, além de estarem explícitos nos Direitos Humanos Universais, e na própria legislação brasileira – que promulgam a igualdade entre nacionais e estrangeiros –, porquê direito para alguns e não para todos? Aliás, como prover direitos diante de um cenário de Estado-observador? Como poderíamos identificar e descrever a resposta emocional dos

⁸ Relatos de imigrantes no XI Seminário das Cátedras Sérgio Vieira de Mello e ACNUR, no dia 24 de setembro de 2020, pela Plataforma Zoom.

⁹ União da Comunidade dos Estudantes e Profissionais Haitianos, fundada no dia 11 de maio de 2018 por alunos imigrantes da UFPR, sendo uma organização sem fins lucrativos, de caráter assistencial, cultural e educacional.

migrantes internacionais às regras de um grupo ou de uma situação vivida, como declarada por Goffman (2011)¹⁰?

Em resposta a essas questões, poderíamos partir da necessidade de desconstrução da imagem do migrante internacional, como um tomador de empregos, de causador de problemas, uma ameaça ou um invasor, conseqüentes de pensamentos nacionalistas, xenofóbicos e racistas. Ao contrário, esse migrante traz riquezas culturais, movimenta a economia, além de assumir atividades laborais muitas vezes não almejadas pelos nacionais. Ele é um agente ativo, e assim devemos vê-lo e, de forma conjunta, construir sua proteção, e da sua cultura, como um processo de enriquecer o ambiente social. Desta forma, mesmo havendo um conjunto de normativas ou pactos internacionais, vinculantes ou não, que estabeleçam a importância desses sujeitos nos processos de desenvolvimento sustentável do país, acabam por enfrentar situações precárias na ceifa social.

Essas condições, somadas, ainda, à falta de domínio do idioma, aumentam a vulnerabilidade e potencializam a discriminação por meio da fragilidade socioeconômica que esses imigrantes enfrentam, aumentando o isolamento e prejudicando sua inserção, sociabilidade e ascensão social. Essa falta de domínio do idioma dificulta a integração pois, como citado por Berger e Luckman (1985), a linguagem é que tem poder de transcender e de integrar, sendo esta a que fornece as objetivações e que “determina a ordem em que estas adquirem sentido e na qual a vida cotidiana ganha significado para mim” (ibidem, 1985, p. 38); “...a linguagem marca as coordenadas de minha vida na sociedade e enche esta vida de objetos dotados de significação” (ibidem, 1985, p. 39).

No Brasil, existem ações de organismos internacionais, como é o caso do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a OIM, e de instituições nacionais, como a DPU e o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), dentre outras que, em conjunto com Instituições de Ensino Superior (IES), promulgam

¹⁰ Segundo o autor, num encontro social, a pessoa experimenta uma resposta emocional imediata sobre as regras de um grupo e de uma situação, através de suas “fachadas” (pessoal e do grupo). Ele atribui o termo “fachada” como sendo “o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular. A fachada é uma imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados...” (GOFFMAN, 2011, p. 13-14). “A fachada pessoal e a fachada dos outros são construtos da mesma ordem; são as regras do grupo e a definição da situação que determinam quantos sentimentos devemos ter pela fachada e como esses sentimentos devem ser distribuídos pelas fachadas envolvidas” (ibidem, 2011, p. 14); é, portanto, “o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação” (ibidem, 2002, p. 29).

capacitações para OSCs e para a sociedade em geral, no intuito de desenvolver iniciativas e equilíbrio entre a legislação – criada nas esferas superiores, pelo Congresso, Senado etc. – modelo *top-down* (de cima para baixo), e a realidade que se apresenta na sociedade – que reagem e renegociam os comportamentos e atitudes através de Projetos de Lei – modelo *botton-up* (de baixo para cima).

Segundo a professora Doutora Sabine Gorovitz¹¹, da Universidade de Brasília (UnB), é na extensão universitária que se encontra o espaço principal entre a relação da academia e as políticas públicas, baseadas em bons diagnósticos e boas interpretações de dados. É nesse contexto que se apresenta a proteção baseada na comunidade, onde a comunicação está dentro dos direitos fundamentais, e onde os direitos linguísticos aparecem como direito de se expressar, na sua própria língua, em vários contextos, proclamando o respeito às culturas. Um dos princípios da proteção baseada na comunidade é de que “toda comunicação com a comunidade deve ser feita em linguagem, formato e meio de fácil entendimento, respeitosa e apropriada culturalmente para todos os membros da comunidade, especialmente os grupos com maior vulnerabilidade”¹².

A socialização do sujeito imigrante, no Brasil ou qualquer outro lugar, ou seja, sua capacidade de ser sociável, bem como sua aceitação pela sociedade, se dará a partir do amplo respeito e efetiva aplicação dos Direitos Humanos Universais, do seu reconhecimento enquanto ser humano e possuidor dos mesmos direitos dos estabelecidos que, neste caso, pelo ‘teor humanístico’, colocado por Dassoler e Caliman (2017), mas, também, pelo seu reconhecimento jurídico e estima social, apontados por Honneth (2003). Pois, mais importante que o cuidado, os imigrantes desejam que seus direitos e suas identidades sejam respeitados.

Tanto na condição do reconhecimento jurídico, quanto da estima social, um homem é respeitado em virtude de determinadas propriedades (HONNETH, 2003); mas, no primeiro caso, “se trata daquela propriedade universal que faz dele uma pessoa” – “como se determina aquela propriedade constitutiva das pessoas como tais”; enquanto

¹¹ Palestra proferida no minicurso Tradução Humanitária e Mediação Cultural para Migrantes e Refugiados, organizado pelo Memorial da América Latina, no primeiro dia do evento, ocorrido em 11/01/2021, com o tema: “Tradução humanitária e garantia de Direitos”, pela Plataforma YouTube, link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=BTxN8iQX5Ik>

¹² Fala da Sra. Maria Beatriz Bonna Nogueira, do ACNUR, no minicurso Tradução Humanitária e mediação cultural para migrantes e refugiados, organizado pelo Memorial da América Latina, no primeiro dia do evento, ocorrido em 11/01/2021, com o tema: “Tradução humanitária e garantia de Direitos”, pela Plataforma YouTube, link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=BTxN8iQX5Ik>

que no segundo caso, “trata-se das propriedades particulares que o caracterizam” – “como se constitui o sistema referencial valorativo no interior do qual se pode medir o ‘valor’ das propriedades características” (HONNETH, 2003, p. 187).

A propriedade universal (condição do reconhecimento jurídico), e o referencial valorativo (reconhecimento da estima social), estão explícitos, dentre outros, nos acordos formais internacionais em que o Brasil é signatário – a exemplo da Carta assinada em São Francisco, em 1945; da Declaração Universal dos Direitos Humanos; da Declaração de Cartagena, 1984; do Pacto de San José da Costa Rica; da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais-UNESCO, 2005; da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos-Barcelona, 1996, e do Pacto Global – onde partilham, de forma geral, do direito à liberdade, a dignidade, a igualdade, a proteção e a segurança de todo ser humano, mas que nem sempre são respeitados pelos Estados democráticos – como é o caso do Brasil, que além de se retirar do Pacto Global, em 2019, tem feito opções questionáveis, violando direitos através de uma interpretação nacionalista¹³ – a exemplo do fechamento das fronteiras (já mencionado), e a intolerância, que põem em risco o acolhimento e o refúgio.

O reconhecimento da estima social se torna mais difícil e complexo pois, ao se deslocar para outros países, por vontade, força ou por necessidade, os migrantes e refugiados, que já trazem na sua bagagem uma identidade cultural e um referencial valorativo que devem (ou deveriam) ser respeitados, se deparam com outros referenciais políticos, sociais e, principalmente, culturais – de hábitos, costumes e modos de vida –, em que o próprio processo de globalização contribuiu para gerar uma competição generalizada e uma comparação permanente entre indivíduos, povos e Estados; além de dar a ideia, ou a ilusão, de quebra de fronteiras, de pluralidades de direitos, da prática ou exercício da democracia – circunstâncias que possam propiciar todas as condições de sobrevivência ao indivíduo que se encontra numa situação vulnerável.

No primeiro encontro entre imigrantes e estabelecidos, certamente não existirá amor, mas podem surgir sentimentos emotivos positivos, como: de solidariedade, de

¹³ Conforme o professor Doutor em Direito Internacional, André de Carvalho Ramos - em palestra proferida em 07 de janeiro de 2021, no Curso de Capacitação em Direitos Humanos e Migração, organizado pela Comissão de Direitos Humanos, do Núcleo de Apoio a Migrantes e Refugiados/NAMIR, da Universidade Federal da Bahia/UFBA -, existe a subsidiariedade da jurisdição internacional dos Direitos Humanos, no qual cabe ao Estado a responsabilidade primária de fiscalizar e implementar esses direitos, reprimindo violações e reparando danos, dentre outros; porém, esconde o problema de interpretações locais enviesadas, das quais devem ser questionadas, onde a internacionalização deve agir nessas falhas, pela interpretação internacional dos Direitos Humanos.

simpatia, de aceitação, e de alteridade, num sentido de ajudar aquele que é diferente de mim, mas semelhante enquanto ser humano. Não haverá a socialização primária¹⁴, de Berger e Luckman (1985), e nem o reconhecimento emotivo (o amor), de Honneth (2003), onde há relações primárias de ordem afetiva forte; mas haverá uma experiência social, de interpretação de mundos diferentes – um processo de auto-indicação – no qual o imigrante ainda não estará totalmente socializado, mas poderá embarcar num novo processo de construção cultural.

As atividades culturais, assim como os espaços públicos, devem proporcionar formas de construção de relações sociais que sustentem, fundamentalmente, o processo social e dinamizem as interações entre indivíduos, principalmente aqueles culturalmente diferentes, mas iguais enquanto seres humanos. Desta forma, as políticas culturais devem cumprir para a construção “de um processo institucional e discursivo que promove a emancipação de grupos excluídos socialmente, assim como membros de culturas marginalizadas, para que estes se tornem capazes de preservar as práticas de vivências tradicionais dentro das quais tecem suas identidades” (GUIMARÃES, 2020, p. 412), onde o Estado, através da elaboração de políticas públicas, se torna “um agente ativo na promoção e reconhecimento de atividades e grupos culturais” (ibidem).

Portanto, é principalmente no âmbito cultural e no processo de sociabilidade que enxergamos a expressiva contribuição das OSCs, principalmente as religiosas e de educação, assumindo a governança do fluxo migratório brasileiro, a adaptação e a integração dos imigrantes e refugiados no contexto sociocultural de uma região; pois, no processo de sociabilidade, a transmissão de uma cultura é extremamente relevante, visto que tem a função de adaptação e aproximação entre um indivíduo a outro indivíduo, ou a um grupo social específico.

REDES INSTITUCIONAIS COLABORATIVAS – AÇÕES E ATUAÇÕES NO PROGRAMA DE INTERIORIZAÇÃO DE VENEZUELANOS: a Rede Acolhe Minas

O imigrante e o refugiado, podem experimentar uma mobilidade e modos de vida diferenciados. Além do deslocamento do seu país de origem, chegam a um país desconhecido, podendo se deslocarem para outras regiões, como é o caso dos imigrantes venezuelanos, que solicitam refúgio no Brasil e aderem ao Programa de Interiorização

¹⁴ Ver BERGER, Peter L.; LUCKMANN, 1985.

do governo federal; aliás, para participar desse Programa, é necessário que estejam na condição de refugiado, solicitante de refúgio, ou residência temporária.

Experimentam relações sociais – nas diferentes sociedades –, que podem ser diferenciadas e suscitar análises que perpassam por relações já citadas: de solidariedade, de simpatia, de aceitação e de alteridade, mas também, de competição, de hostilidade, de conflitos, de sentimentos de estranheza, de antipatia, e de indiferenças, que afetarão nas suas sociabilidades e nos modos de vida, ao insidiarem um ritual de interação com os cidadãos.

Essas relações e sentimentos estão presentes em qualquer relação social, seja entre conhecidos, seja entre desconhecidos, além de estarem associadas a cultura e a sociedade, conectando e adequando costumes e estilo de vida de um dado lugar, e compartilhando premissas, valores e experiências de uma comunidade (BARTH, 2000).

Diferentemente de outras nacionalidades, os venezuelanos que entraram (e continuam entrando), no Brasil, via terrestre, pela cidade fronteira de Pacaraima/RR, se deslocam ou são deslocados pelas Forças Armadas brasileira, para a capital Boa Vista/RR. Eles podem, ou não, permanecer, primeiramente, em Pacaraima (em abrigos sob a governança do Exército brasileiro, ou em residências providenciadas por OSCs), e, no caso do deslocamento para Boa Vista, também na mesma condição.

A pouca ou definitiva permanência nessas duas cidades, já apresenta um entrave no seu processo de integração devido tanto ao controle do estado, mas, também, ao permanecerem nos abrigos, sujeitam-se às normas e regras estipuladas pelo Exército, mantendo distanciamento da sociedade em geral, e vindo a se relacionarem, apenas, com seus conterrâneos, que se encontram na mesma condição. Ocorre, também, de se relacionarem com indivíduos do comando do Exército, ou com representantes das OSCs, elucidando que, nesse caso, esses imigrantes têm na nova sociedade, tanto os grupos de referência quanto os grupos de referência comparativos, como citados por Bauman e May (2010)¹⁵. E, no caso do distanciamento dos moradores locais, é uma

¹⁵ Segundo esses autores, grupos de referência são “grupos em relação aos quais medimos nossas ações e que fornecem os padrões a que aspiramos. O modo como nos vestimos, falamos, sentimos e agimos em diferentes circunstâncias constitui traços conformados por nosso grupo de referência” (BAUMAN; MAY, 2010, p. 33); já os grupos de referência comparativos são designados como “grupos aos quais não pertencemos, ou porque estamos além do seu alcance, ou porque eles estão além do nosso. Assim, ‘vemos’ o grupo sem ser por ele vistos” (ibidem).

condição para evitar conflitos entre os mesmos, que já protagonizaram atitudes agressivas, violentas e ataques xenofóbicos naquele estado¹⁶.

Como já mencionado, as legislações restritivas dos países desenvolvidos tornaram o Brasil um local de destino ou de trânsito, dinamizando a mobilidade internacional de refúgio, por meio de normativas internacionais de refúgio e amparo da Lei nº 9.474/1997 - Lei Brasileira de Refúgio (MAGALHÃES, BÓGUS, BAENINGER, 2018). Assim, premidos pela desestruturação política, econômica e social que atingiu a Venezuela, cerca de 4,5 milhões de venezuelanos¹⁷ migraram para diversos países da América Latina, dentre eles o Brasil.

É importante ressaltar que esses movimentos acontecem em momento da alteração da legislação migratória brasileira, regida até 2017 pelo Estatuto do Estrangeiro de 1980 e, desde de 24 de maio de 2017, tem na Lei 13.445 (Lei da Migração) o novo amparo legal. No entanto, apesar das inovações introduzidas, a dificuldade em atender alguns requisitos legais permaneceu e a via da solicitação de refúgio continua, já na terceira década do Século XXI, a ser o mecanismo mais utilizados por imigrantes que chegam ao Brasil, principalmente os nacionais da Venezuela.

Em junho de 2019, o CONARE, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da Nota Técnica nº 03/2019, reconheceu que há na Venezuela uma grave e generalizada violação dos direitos humanos e conflitos armados; posição esta que abre caminho para o reconhecimento da situação de refúgio para os nacionais daquele país. Assim, de janeiro de 2017 até dezembro de 2020, 46.647 venezuelanos tiveram o *status* de refugiado concedido¹⁸, fazendo do Brasil um país de referência mundial de acolhimento a refugiados¹⁹.

¹⁶ Notícias disponíveis em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/08/18/cidade-de-rr-na-fronteira-com-a-venezuela-tem-tumulto-apos-assalto-a-comerciante.ghtml>;
<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/venezuelanos-e-brasileiros-se-confrontam-nas-ruas-de-cidade-de-roraima-6z25rvh7k69vbwksc3a3vqq/>;
https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/17/politica/1534459908_846691.html;
<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/09/09/exercito-retira-imigrantes-das-ruas-apos-confusao-entre-brasileiros-e-venezuelanos-em-boa-vista.ghtml> Acessos em: 05/12/2019.

¹⁷ <https://www.unhcr.org/refugee-statistics/>; <https://www.unhcr.org/globaltrends2019/>. Acessos em: 15/01/2021.

¹⁸ Notícia disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>. Acesso em 15/01/2021.

¹⁹ Divulgado pelo ACNUR, disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/01/31/brasil-torna-se-o-pais-com-maior-numero-de-refugiados-venezuelanos-reconhecidos-na-america-latina/> Acesso em 16/06/2020

Frente as dificuldades de articulação do governo federal, a sociedade civil foi chamada a atuar e, no primeiro momento, ficou responsável por auxiliar nos encaminhamentos de regularização do *status* migratório dessa população, na organização do auxílio emergencial de acolhida, disponibilizando abrigos e alimentação. Num segundo momento, as OSCs inseriram em um processo mais amplo, coordenado pelo governo federal, batizado como ‘Operação Acolhida’, que tem especial importância o processo de interiorização dos venezuelanos.

O Programa de Interiorização de venezuelanos, que faz parte da ‘Operação Acolhida’, tem, oficialmente, caráter temporário. Essa “Operação”, foi definida ao amparo do Decreto nº 9.286, de 15 de fevereiro de 2018, sendo coordenada pela Casa Civil da Presidência da República e pelo Ministério das Cidades, por meio de um Subcomitê Federal, e é considerada uma complexa e articulada política de assistência emergencial aos imigrantes venezuelanos, tendo, ainda, a participação de dezesseis Ministérios, das Forças Armadas e de agências do Sistema ONU. Se norteia em três frentes de atuação: ordenamento de fronteira, abrigamento e interiorização (VASCONCELOS, 2020).

O ordenamento de fronteira caracteriza-se pela primeira recepção dos imigrantes, ainda à beira da estrada, antes mesmo de sua entrada na zona urbana de Pacaraima. O exército brasileiro e as demais forças em parceria com órgãos federais e agências internacionais identificam e controlam o fluxo migratório. (VASCONCELOS, 2020, p. 105).

Segundo a autora, o abrigamento é, certamente, “o aspecto mais visível da atenção militar para os solicitantes de refúgio” (VASCONCELOS, 2020, p. 106), e envolve: infraestrutura de recepção, alimentação, acomodações, instalações sanitárias, assistência médica, lavanderia, coleta de lixo e uma área de convivência; facilitando, ainda, a organização do terceiro objetivo da Operação Acolhida, que é a interiorização, no qual a predisposição em participar desse Programa tem, como requisito, o ingresso nos abrigos, que até outubro de 2019 totalizavam 13, sendo 2 em Pacaraima e 11 em Boa Vista.

Para Baltar *et al* (2018, p. 282-283), a interiorização “constitui a ação mais efetiva da política federal, no sentido de reduzir a pressão que o grande fluxo de imigrantes passou a exercer sobre os serviços públicos, mercado de trabalho...” em Pacaraima e Boa Vista.

A adesão ao Programa se dá por meio da assinatura do Termo de Voluntariedade, e o imigrante deve estar em condição de regularização migratória junto a Polícia Federal (por solicitação de refúgio ou residência temporária). Não há indicação explícita sobre o local para o qual deverá ocorrer a interiorização que pode ser para qualquer cidade, no interior do país, em outro estado.

A execução do Programa foi iniciada no dia 05 de abril de 2018, após a publicação da Medida Provisória nº 820, de 15/2/2018 – convertida na Lei nº 13.684, de 21/6/2018, e o Decreto nº 9.285, de 15/2/2018 – revogado pelo Decreto nº 9.970, de 14/8/2019; e, segundo dados divulgados pelo Subcomitê Federal para Interiorização dos Imigrantes, do início do Programa, até fevereiro de 2021, 49.058²⁰ venezuelanos foram interiorizados para outros estados, sendo que os municípios que mais receberam esses imigrantes foram Manaus (4.939), Curitiba (3.352), São Paulo (3.141), Dourados (2.501), e Porto Alegre (1.868). O estado de Minas Gerais recebeu, nesse mesmo período, expressivos 3.016 imigrantes refugiados venezuelanos.

Em conjunto com instituições ligadas ao sistema das Organizações das Nações Unidas (ONU), ao Ministério da Defesa e ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, as OSCs (principalmente as religiosas e de educação), e as Organizações Não-Governamentais (ONGs), passaram a atuar em configuração de “Redes”, no intuito de conduzir o processo de interiorização, principalmente, no amparo social a esses refugiados imigrantes, nas sociedades de destino. Segundo Soares (2002, p. 24), uma “rede social consiste no conjunto de pessoas, organizações ou instituições sociais que estão conectadas por algum tipo de relação. Uma rede social, em virtude do processo em torno do qual ela se organiza, pode abrigar várias redes sociais”.

Braga (2011), corrobora ao fazer referência sobre aspectos importantes para os estudos migratórios internacionais na atualidade, principalmente em analisar quem são as principais instituições e atores envolvidos no suporte à migração, além da percepção sobre a existência de uma ou mais redes atuando nesse processo, e quais tipos de redes envolvidas.

A participação, as ações de acolhimento e de assistência dessas organizações, são respaldadas pela nova Lei de Migração, além da Lei nº 13.019, de 31/7/2014, que concede recursos do governo para contribuir em ações de interesse público.

²⁰ Disponível em: <https://r4v.info/es/documents/details/82930>. Acesso em 09/4/2021.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2018), as OSCs têm natureza jurídica distintas, podendo ser: Associações Privadas, Fundações Privadas, Organizações Religiosas e Organizações Sociais. “As organizações que tem como finalidade desenvolvimento e defesa de direitos e interesses e as organizações com finalidade religiosas são os principais grupos de OSCs do país e representam mais de seis em cada dez organizações em atividade” (IPEA, 2018, p. 21).

A Rede Acolhe Minas

A Rede Acolhe Minas, criada em setembro de 2018, faz parte do Projeto Acolhe Brasil, do Serviço Jesuíta para Migrantes e Refugiados (SJMR), que já interiorizou, até julho de 2019, 1.114²¹ venezuelanos, para 16 estados; destes, 91, para Minas Gerais. A ‘Rede’ foi criada pela parceria de diversas instituições, com o intuito de atender o contexto das migrações na cidade de Belo Horizonte, Região Metropolitana e no estado de Minas Gerais. Seu principal objetivo é de apoiar a interiorização de venezuelanos, realizada pela Operação Acolhida do governo federal, concedendo abrigo, apoio na segurança alimentar, orientação e assessoria para oportunidade de vagas de trabalho e geração de renda, auxílio com questões jurídicas e documentais, realização de campanhas para arrecadação de cestas básicas e materiais diversos, apoio na gestão das casas de acolhimento, e na integração das pessoas na sociedade.

. Até março de 2021, constava como membros permanentes as seguintes instituições/organizações:

²¹ Disponível em: <https://sjmrbrasil.org/acolhebrasil/> Acesso em: 09/4/2021.

Tabela 1 – Instituições e organizações da Rede Acolhe Minas envolvidas com a imigração venezuelana (interiorização) no estado de Minas Gerais, segundo vinculação

Vinculadas ao Sistema das Nações Unidas/ONU
<ul style="list-style-type: none"> • Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados/ACNUR • Organização Internacional para as Migrações/OIM
Organizações Religiosas
<ul style="list-style-type: none"> • Serviço Jesuíta a Migrante e Refugiados/SJMR • Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais/ADRA – Regional Minas • PROVIDENS – Ação Social Arquidiocesana • Centro Franciscano de Defesa dos Direitos/CEFAD
Organizações Não Governamentais e Organizações da Sociedade Civil
<ul style="list-style-type: none"> • Instituto Félix Gattari/IFG • Cio da Terra – Coletivo de Mulheres Migrantes
Instituições de Educação
<ul style="list-style-type: none"> • Escola Superior Dom Elder Câmara/ESDHC • Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/PUC Minas • Colégio Marista Dom Silvério • Colégio Loyola • Universidade Federal de Roraima/UFRR • EDUCAFRO Minas (mantida pela Associação Franciscana de Educação e Assistência Social)

Fonte: Elaborada pela autora (2021).

Dentre as vinculadas ao Sistema ONU: o ACNUR, oferece apoio técnico à coordenação da Rede, incluindo apoio à elaboração de plano de ação e estratégias de atuação, capacitações, divulgação de informações de interesse da Rede, *advocacy*, apoio de material pontual, visibilidade institucional, e apoio em casos de maior complexidade. A OIM, trabalha nas quatro grandes áreas da gestão da migração: migração e desenvolvimento, facilitação da migração, regulação da migração e abordagem da migração forçada. As atividades transversais incluem a promoção do direito internacional da migração, debate e orientação sobre políticas, proteção dos direitos dos migrantes, saúde migratória e dimensão de gênero da migração, além de ter uma estreita colaboração com parceiros governamentais, intergovernamentais e não governamentais.

As organizações religiosas operam da seguinte forma: o SJMR, faz a gestão da Vila Padre Alberto Hurtado, proporcionando o primeiro acolhimento às famílias venezuelanas, quando chegam na capital mineira, vindas pelo processo de interiorização. Oferece apoio à geração de renda, cadastro de currículos, preparação para entrevistas e procura de vagas de trabalho, proteção documental e jurídica, alimentação, dentre outros serviços. A ADRA apoia com programas e projetos sociais,

como: Acolhimento Institucional para Crianças (Casa Esperança), serviços especializado em atendimento à população em situação de rua – abordagem social, casa de passagem, acolhimento para adultos –, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Programa Mala de Recursos Lúdicos (atendimento a pessoas com deficiência e suas famílias), assessoramento a equipe, Programa Família Acolhedora, atendimento psicossocial e projetos de desenvolvimento e geração de renda. A PROVIDENS, oferece atendimento nas áreas de serviços socioassistenciais, saúde, educação, habitação, geração de renda e inserção no mercado de trabalho, vinculada à Arquidiocese de Belo Horizonte, além de gerenciar o Núcleo de Acolhida e Articulação da Paróquia Nossa Senhora da Boa Viagem (NAASP), que acolhe os imigrantes na Casa do Migrante – casa de passagem da Igreja da Boa Viagem –, também na capital mineira. O NAASP, é um projeto social, de acolhida cristã, que realiza campanhas para doação de roupas, medicamentos, enxovais de bebês, dentre outras ações sociais; acolhimento psicológico e atendimento jurídico, sendo este último, em parceria com o Serviço de Assessoria da PUC Minas (SAJ). O CEFAD, oferece serviços para defesa dos direitos da sociedade e ecologia.

Dentre as ONGs e demais OSCs, o IFG proporciona atenção psicossocial, e o Coletivo Cio da Terra atua no apoio especializado a grupos com necessidades específicas de proteção, principalmente com as mulheres migrantes e refugiadas. As contribuições do Coletivo Cio da Terra são: geração de renda, aulas de idiomas voltadas para mulheres, acompanhamento social bilíngue, formação sociopolítica, fomento à participação comunitária, e trabalhos de *advocacy* e sensibilização das comunidades de acolhida.

As instituições de educação, através de programas de extensão, dentre outros, contribuem com vários tipos de atendimento. A ESDHC, realiza assessoria jurídica, grupos de pesquisa e estágio acadêmico, conforme Termo de Parceria celebrado com o SJMR. A PUC Minas, oferece atendimento psicológico, aulas de português (Projeto Ler), e atendimento jurídico. Os Colégios Marista Dom Silvério e Loyola, contribuem com doações de cestas básicas, mantimentos e móveis como camas e cadeiras. A UFRR, através do Programa MISORDO (internacional), dá apoio à imigrantes e refugiados surdos, em todo território brasileiro, além de articular doações de cestas de alimentos, roupas, materiais escolar e de artes para as crianças venezuelanas. O EDUCAFRO oferece educação e ensino comunitário para cidadãos negros e público de baixa renda.

A Rede Acolhe Minas também conta com apoio de outras instituições e organizações, especificadas na tabela 2:

Tabela 2 – Instituições e organizações de apoio da Rede Acolhe Minas envolvidas com a imigração venezuelana (interiorização) no estado de Minas Gerais, segundo vinculação

Vinculadas ao Ministério da Defesa
<ul style="list-style-type: none"> • Exército brasileiro • Força Aérea Brasileira
Vinculadas ao Ministério da Justiça e Segurança Pública*
<ul style="list-style-type: none"> • Polícia Federal • Comitê Nacional para Refugiados/CONARE • Conselho Nacional de Migração/CNIg
Organizações Religiosas
<ul style="list-style-type: none"> • Congregação do Sagrado Coração de Maria • Congregação das Filhas de Jesus • Paróquia da Boa Viagem – Pastoral do Migrante
Instituições de Educação
<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Plano B – IBMEC Social
Outras
<ul style="list-style-type: none"> • Cruz Vermelha do Brasil

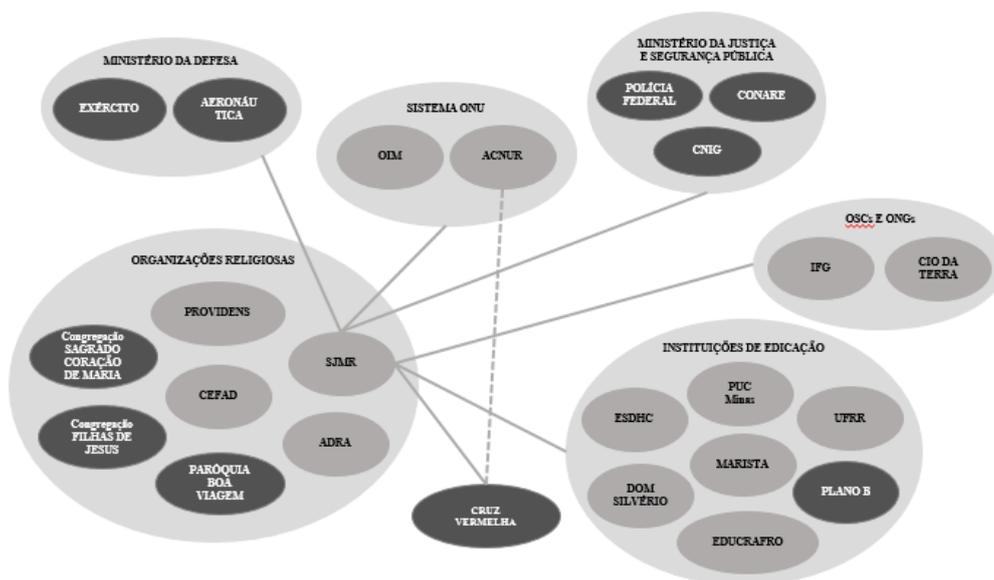
Fonte: Elaborada pela autora (2021) *Instituições governamentais regulatórias

As vinculadas ao Ministério da Defesa, organizam a ‘Operação Acolhida’, através das três frentes de atuação – ordenamento de fronteira, abrigamento e interiorização –, e organizam toda a logística do Programa de Interiorização. As vinculadas ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, fazem a regularização jurídica e documental dos imigrantes e refugiados venezuelanos.

A Congregação do Sagrado Coração de Maria apoia a acolhida na Vila Alberto Hurtado; a Congregação das Filhas de Jesus proporciona apoio institucional ao SJMR e parcerias, e a Paróquia da Boa Viagem – Pastoral do Migrante, realiza campanhas de doações de roupas e alimentos, além da acolhida na Casa do Migrante. O Plano B proporciona capacitação laboral e, por fim, a Cruz Vermelha do Brasil, que auxilia a Rede com doações de cestas básicas e kits de higiene pessoal.

Essas instituições e organizações, configuram-se numa rede de apoio e acolhimento aos refugiados e imigrantes venezuelanos e dinamizam o Programa de Interiorização, como é possível observar na figura 1.

Figura 1 – Redes de instituições e organizações envolvidas na imigração venezuelana/interiorização/Brasil/Minas Gerais/Rede Acolhe Minas



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

- Instituições/organizações parceiras.
- Instituições/organizações de apoio.

Cabe, portanto, assinalar que o Programa de Interiorização de venezuelanos evidencia a existência de uma dinâmica social, em se tratando de análise de redes, em que muitos atores/agentes, instituições e organizações estão envolvidas; além de explicitar a importância do apoio das ONGs e OSCs nesse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre a diversidade cultural, pela relevância que tem assumido no contexto social mundial, naturalmente suscita reflexões, seja pelo arco de possibilidades analíticas que o tema “abre”, seja pelas percepções diversas da sua variabilidade.

Numa realidade onde as fronteiras já não são mais percebidas, se faz imprescindível uma abordagem contínua de acolhimento humano para aqueles que deixam seu país de origem em busca de melhores condições e de qualidade de vida, bem como a preparação daqueles que os recebem no país de acolhida, no sentido de

respeitar, no mínimo, a identidade e a cultura do ‘outro’. “O outro cultural é sempre um problema, pois coloca permanentemente em xeque nossa própria identidade. O outro é o outro gênero, o outro é a cor diferente, o outro é a outra sexualidade, o outro é a outra raça, o outro é a outra nacionalidade, o outro é o corpo diferente” (SILVA, 2000, p. 97).

É no mundo institucional, nos espaços culturais, nas estruturas sociais existentes – dinamizadas por sujeitos sociais –, que podemos acreditar estar a grande parcela de possibilidades em aprender com “o outro”, conhecer “o outro”, e interagir com as diferenças existentes, aprendendo a se comunicar, não pela imposição de que é o “outro” quem tem que aprender a “minha” língua; mas, estar aberto a aprender a língua do “outro”, seus modos de vida e sua cultura.

Portanto, é nas experiências dos imigrantes, na atuação das Redes institucionais e organizacionais (como aqui demonstrado), na extensão universitária (e no próprio ambiente de educação), e, essencialmente, nos espaços públicos, é que encontraremos todos os instrumentos necessários para a socialização e sociabilidade dos seres humanos.

REFERENCIAS

BAENINGER, Rosana. Migrações Sul-Sul. In: BAENINGER, Rosana; BÓGUS, Lúcia Machado; MOREIRA, Júlia Bertino et alii (orgs.). *Migrações Sul-Sul*. 2ª edição. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.

BALTAR, Cláudia Siqueira; BALTAR, Ronaldo; FAVERO, Deusa Rodrigues. Política de “Interiorização” da migração venezuelana recente: considerações à partir do Estado do Paraná. In: *Migrações Venezuelanas* / Rosana Baeninger; João Carlos Jaroshinski Silva (coords.); Catarina von Zuben; Paolo Parise; José Carlos Pereira; Francisco Max; Luís Felipe A. Magalhães, Daniel Menezes; Duval Fernandes; Alberto Jakob; Luis Renato Vedovato; Camila R. da Silva; Natália Demétrio; Joice Domeniconi; Victor Del Vecchio; (orgs). – Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018. p.281-292.

BARTH, Fredrik. A análise da cultura nas sociedades complexas. In: _____. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000. p.107-139.

BAUMAN, Zygmunt. *Ética pós-moderna*. In: _____. / João Rezende Costa (trad.). São Paulo: Paulus, 1997. Cap. 5. p. 128-166.

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. *Aprendendo a pensar com a sociologia*. Alexandre Werneck (trad.). [e-book]. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. Parte 1. Cap. 1. p. 25-36. Cap. 2. p. 37-52.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade – Tratado de sociologia do conhecimento*. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 24 ed. Petrópolis: Vozes, 1985. 246 p.

BRAGA, Fernando Gomes. *Conexões territoriais e redes migratórias: uma análise dos novos padrões da migração interna e internacional no Brasil*. (Tese de Doutorado). *Universidade Federal de Minas Gerais*. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, 2011.

BRITO, Fausto. A politização das migrações internacionais: direitos humanos e soberania nacional. *Rev. Bras. Est. Pop.* Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 77-97, jan./jun. 2013.

DASSOLER, Olmira Bernadete; CALIMAN, Geraldo. Educação, sociabilidade e socialização: múltiplas perspectivas. *Rev. Educ.* Brasília, ano 40, n. 154, p. 142-156, jul./dez. 2017.

ENNES, Marcelo Alario; MARCON, Frank. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. *Sociologias* [online]. vol.16, n.35. jan-abr. Porto Alegre, 2014. p. 274-305. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/868/86830164010.pdf>> Acesso em: 17 out.2020.

ESCUDERO, Camila. Hoje é dia de festa: a construção e expressão das identidades sociais e culturais do imigrante nas celebrações das origens. *Intercom-Rev. Bras. Ciênc. Comun.* vol.41. n.3. set 2018. p.1-15. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442018000300105&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 12 nov.2020.

GOFFMAN, Erving. *Ritual de interação*. Ensaios sobre o comportamento face a face. Petrópolis: Vozes, 2011. Cap. 1, p. 13-50; Cap. 3, p. 95-109.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução de Maria Cecília Santos Raposo. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 233 p.

GOFFMAN, Erving. *Estigma - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro. Zahar, 1975. 124 p.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. In: Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 102p.

GUIMARÃES, Bruno Costa. Concentração cultural: por que podemos dizer que, no Brasil, o investimento na cultura está mais concentrado que o PIB? *Mediações*. Londrina, v. 25, n. 2, p. 412-426, mai-ago. 2020.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais / Axel Honneth; tradução de Luiz Repa*. São Paulo: Ed. 34, 2003. Parte II. p. 117-226.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil / organizador: Felix Garcia Lopez*. – Brasília: Ipea, 2018.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BÓGUS, Lúcia Maria Machado; BAENINGER, Rosana. Migrantes haitianos e bolivianos na cidade de São Paulo: transformações econômicas e territorialidades migrantes. *Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.* Brasília, v. 26, n. 52, p. 75-94, abr. 2018.

McCALLUM, Cecília. Alteridade e Sociabilidade Kaxinauá: perspectivas de uma antropologia da vida diária. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. [online]. v. 13. n. 38. 1998, pp.-.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM); DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO (DPU). Assistência jurídica à população migrante no Brasil: perfil, boas práticas e desafios da rede de apoio da sociedade civil / Tatiana Chang Waldman ... [et al.]; Ana Terra ; Igor de Sá. -- 1. ed. -- Brasília: OIM, 2020. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/default/files/Publications/AJPMB_Final_online_spread.pdf> Acesso em: 10 dez.2020.

SANTOS BOAVENTURA, de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 7.ed. Porto: Ed. Afrontamento, 1999. 299p.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A particularidade do processo de socialização contemporâneo. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, v. 17, n. 2, nov. 2005. p. 335-350.

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. O conceito de experiência social em François Dubet: Possibilidades analíticas. *Mediações*. v. 14, n.1, p. 275-290, Jan/Jun, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 12. ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). *Identidade e diferença*. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis. Vozes, 2000. Cap. 2. p. 73-102. Disponível em: <http://diversidade.pr5.ufrj.br/images/banco/textos/SILVA_-_Identidade_e_Diferen%C3%A7a.pdf> Acesso em 12 jan.2021.

SILVA, Vanderlan Francisco. Sociabilidades “negociadas” na Feira Central de Campina Grande/PB. *Iluminuras*. v. 21, n. 54. Porto Alegre, setembro, 2020. p. 375-398. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/103457>> Acesso em 18 dez.2020.

SIMMEL, Georg. *Sociologia*. In: MORAES FILHO, Evaristo de. (org.) Georg Simmel: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983. Cap. II. Especial: individualidade, interação, tipo social. p. 90-188.

SOARES, Weber. Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga. 2002. 344 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Demografia. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, 2002.

VASCONCELOS, Iana. Entre acolher e manter a ordem: notas etnográficas sobre a gestão das forças armadas brasileiras nos abrigos para venezuelanos/as solicitantes de refúgio em Boa Vista-RR. In: *Etnografias do refúgio no Brasil*. Igor José de Renó Machado (org.). São Carlos: EduFScar, 2020. p. 104-117.

WONSOSKI, Wanessa; DOMINGUES, Eliane. O conceito de identidade em Antônio da Costa Ciampa, Zygmunt Bauman e Stuart Hall. *XXIV Encontro Anual de Iniciação Científica-UEL. IV Encontro Anual de Iniciação Científica Júnior*. 23 a 25 de setembro, 2015. 4 p. Disponível em: <<http://www.eaic.uem.br/eaic2015/anais/artigos/324.pdf>> Acesso em 18 jul.2020.

Citadas

Decreto nº 9.970, de 14/08/2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9970.htm#art10> Acesso em 09 dez.2020.

Decreto nº 9.285, de 15/02/2018. Disponível em:< <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/legislacao>> Acesso em 14 jan.2021.

Decreto nº 9.286, de 15/02/2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9286.htm> Acesso em 06 out.2019.

Lei nº 13.684, de 21/06/2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13684.htm> Acesso em 05 nov.2019.

Lei nº 13.445, de 24/05/2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm> Acesso em 21 out.2018.

Lei nº 13.019, de 31/07/2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm> Acesso em 04 dez.2019.

Lei nº 9.474, de 22/07/1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm> Acesso em: 29 set.2019.

Medida Provisória nº 820, de 15/02/2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Mpv/mpv820.htm> Acesso em: 06 out.2019.

Nota Técnica nº 3/2019/CONARE. Disponível em: < https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1564080197.57/sei_mj-8757617-estudo-de-pais-de-origem-venezuela.pdf> Acesso em 14 jan.2021.

Portaria Interministerial nº 9, de 08/10/2019. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/legislacao>> Acesso em 04 jan.2021.

Portaria Interministerial nº 2, de 15/05/2019. Disponível em:
<<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/legislacao>> Acesso em: 04 jan.2021.

A DIMENSÃO CULTURAL NA FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO ENTRE PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

Dimas Floriani¹

Nicolas Floriani²

Nadia Pacher Floriani³

Dedicamos este texto a duas grandes inspiradoras do diálogo intercultural latino-americano, pelas ações educacionais de ambas em defesa dos direitos humanos e das liberdades democráticas. Sem elas, não seria possível fazer uma referência plena à história da *Casa Latino-americana (CASLA)* que ora relatamos: **Gladys Renée de Souza Sánchez** – médica uruguaia, atual Presidente da CASLA – e **Mariza Bertoli** (1944†2019) – artista plástica e pesquisadora brasileira, ex-coordenadora cultural da CASLA).

INTRODUÇÃO

Este é um texto que relata especialmente experiências e vivências de um coletivo de pessoas e de instituições que vem tecendo, desde meados de 1980 até a presente data, diálogos e intercâmbios de experiências educacionais e culturais, acenos para uma melhor compreensão da diversidade sociocultural latino-americana, por meio de ações solidárias e de colaboração em rede com atores acadêmicos, organizações sociais não governamentais e agentes públicos.

Oportuno lembrar com Deleuze (2011, p.153) que o ator desempenha não um personagem, mas um tema complexo e sentido, contido no acontecimento que não se resume aos indivíduos e que o acontecimento não é o que acontece como acidente, mas a expressão de um sinal e de uma espera. De tal maneira que ações e acontecimentos se desenrolam muitas vezes com a cumplicidade dos atores mas também escondidos nos hiatos da história nos quais se inserem enquanto expressão do desconhecido e do inesperado.

¹ Doutor em Sociologia (UCL-Bélgica). Prof. Titular UFPR. Coordenador Acadêmico da Casa Latino-americana (CASLA), Curitiba, PR. E-mail: floriani@ufpr.br

² Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Professor Associado – UEPG. Coordenador do NEA e do Projeto Unitinerante. E-mail: florianico@gmail.com

³ Bacharel em Direito. Especialização em Relações Internacionais (UFPR). Mestranda na UEPG e Coordenadora Jurídica da CASLA, em apoio a migrantes e refugiados. E-mail: floriani.nadia@gmail.com.

Por outro lado, ação e evento se sucedem em uma história que pode ser narrada segundo diferentes leituras e lugares, não ausentes de confrontos e de antagonismos. Ao referir-nos à América Latina é comum encontrar de um lado tiranos e de outro rebeldes. De tal maneira que “é propagando o ressentimento que o tirano faz aliados, isto é, escravos e servos; só o revolucionário se liberou do ressentimento, pelo qual participamos e aproveitamos sempre de uma ordem opressora” (DELEUZE, 2011, p.155).

A Casa Latino-americana (CASLA) de Curitiba, Paraná, Brasil (<https://casla.org>) tem jogado um papel de protagonista, desde sua fundação em 1985, como entidade que reuniu uma multiplicidade de atores em torno de diversas iniciativas. A CASLA também coordena a Rede latino-americana CASLA-CEPIAL, por meio da qual se consolida um conjunto de projetos, tal como a publicação editorial bilingue *Semeando Novos Rumos / Sembrando Nuevos Senderos* (Coleções | [SEMEANDO NOVOS RUMOS | EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ \(ufpr.br\)](#)).

Ressalte-se ainda a criação de um projeto de formação e educação informal, a UNITINERANTE – Universidade Itinerante pelos Direitos Humanos, da Natureza, pela Paz e o Bem Viver – (<https://parlamentounitinerante.blogspot.com/>), com cursos livres e projetos de pesquisa em desenvolvimento socioambiental, além da realização de diversos Congressos de Educação e Cultura para a Integração da América Latina, desde o primeiro, realizado em 1992, até o sexto em novembro de 2021 ([VI CEPIAL – VIº Congresso Internacional de Cultura e Educação para a Integração da América Latina \(casla.org\)](#)).

De 2005 a 2012 coordenou a realização de cursos de especialização em Relações Internacionais em convênio com a UFPR e a FAP (Faculdades de Artes do Paraná), com ênfase na história e cultura dos povos e sociedades latino-americanas.

A questão humanitária nunca deixou de ser considerada em segundo plano, pois sua vocação em defesa dos direitos humanos produziu efeitos marcantes na organização de campanhas voluntárias em defesa dos direitos dos migrantes e refugiados. Com o terremoto do Haiti em 2010, foi criada uma Coordenação de atendimento jurídico e social aos migrantes (CASLAJUR), por meio de um grupo de advogados voluntários coordenados pela CASLA, que atendeu mais de 4 mil demandas de refugiados e migrantes, não apenas oriundos do Haiti, mas também de países africanos (Congo, Nigéria e países de língua portuguesa) e de sírios atingidos pela guerra civil. Esta atividade específica de atendimento humanitário aos refugiados e migrantes foi objeto

de premiação (Prêmio Nacional *Innovare*) outorgado em 2016 em nome das coordenadoras do CASLAJUR, as advogadas Nádia Pacher Floriani e Ivete Caribé da Rocha.

Mesmo em plena pandemia, em 2020, promovemos campanha de solidariedade aos atingidos pelas graves queimadas no Pantanal mato-grossense, recolhendo donativos emergenciais que foram enviados pela defesa civil para as vítimas dos incêndios (seres vivos, humanos e da biodiversidade, daquele importante bioma).

Expressão ainda do propósito pedagógico das atividades da CASLA, destacamos que durante 5 anos (2007 a 2012) realizamos em parceria com a TV da UFPR um programa televisivo com mais de uma centena de entrevistas sobre os mais diversos aspectos culturais, educacionais, econômicos, políticos e ambientais da América Latina, resgatando o mesmo nome de AMÉRICA LATINA VIVA (UFPR TV) já utilizado nos anos 1990, em programa radiofônico que mantínhamos dominicalmente com a Rádio Educativa AM do Estado do Paraná.

No contexto atual da pandemia, há um esforço de adaptação e, portanto, de conversão de suas atividades presenciais em virtuais, mas sem perder o vínculo com os princípios filosóficos e políticos que animam sua ação social voltada para a garantia e defesa dos direitos humanos ([Cursos – Casla](#)), em forma de cursos de extensão e aperfeiçoamento e que levem em conta esses conteúdos.

São 35 anos de uma intensa atividade em cujo percurso se inscrevem os mais diversos cenários políticos, sociais e culturais, intensamente compartilhados com organizações sociais, sindicatos, populações indígenas, comunidades tradicionais (quilombolas, faxinalenses, agricultores familiares agroecológicos), migrantes, refugiados, professores, alunos, artistas, pesquisadores acadêmicos, agentes públicos, enfim educadores populares e agentes comunitários do Brasil e de outros países latino-americanos.

Sua vocação latino-americanista sempre buscou traduzir, em seus projetos e ações realizadas, o sentimento de pertencer a um continente e ao Caribe em que pulsam o sonho, a poesia e a diversidade cultural. Inspirados na ancestralidade do espírito dos povos autóctones, da diversidade dos saberes e práticas das populações tradicionais nativas e na contribuição das demais culturas afro, europeias, médio orientais e orientais que foram se sucedendo ao longo do tempo na formação social e cultural da América Latina e do Caribe, a CASLA foi forjando suas atividades em respeito a esse legado e aos valores de uma convivência plural e democrática dessa diversidade.

CONTEXTO LATINO-AMERICANO E A CRIAÇÃO DE REDES EDUCACIONAIS E CULTURAIS COLABORATIVAS

Os anos de chumbo e as atividades de resistência democrática (1985-2000)⁴

A crise dos governos democráticos, com projetos de desenvolvimento nacional, durante os anos 1960 como foi o caso do Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai no Cone Sul abriu a via para a ruptura da ordem constitucional com a consequente perda das liberdades democráticas cerceadas pela violência dos golpes de Estado. Na década de 1980, América Latina atravessou um período de sua história particularmente marcada ainda pelo sistema de privações de direitos, mas com muitas expectativas e resistência molecular de setores da sociedade civil, em relação ao reestabelecimento do Estado Democrático de Direito (FLORIANI, 2020, GARRETÓN, 1995, O'DONNELL, 2008).

Essas expectativas foram forjadas pela resistência heroica de organizações populares e de instituições com tradição democrática contra o arbítrio dos regimes autoritários, tutelados pelas Forças Armadas e pelos setores economicamente dominantes que aprofundaram o sistema de concentração de renda, agravando as desigualdades sociais; a interpretação da CEPAL (BÁRCENA, 2016) a respeito dessas desigualdades sociais tem sido efetuada pelo conceito de *heterogeneidade estrutural* presente no processo de formação histórica das sociedades latino-americanas.

O longo debate político que se seguiu durante o chamado período de transição democrática na América Latina ocorreu do período pós-ditadura até a restauração plena das instituições públicas sob o regime do Estado Democrático de Direito. Deve-se ressaltar que essa transição foi bastante desigual entre os países do Cone Sul. Paraguai (1989-1990), Brasil (1985-1989) Argentina (1984-1986) e Chile (1989-1994), Uruguai (1985-1989). Apenas Argentina e Chile conseguiram levar ao banco dos réus o alto comando das Forças Armadas bem como muitos dos subordinados que atuaram fora da lei, diretamente envolvidos com crimes de lesa-humanidade, tais como sequestros,

⁴ Detalhes completos de todas as principais atividades desenvolvidas por CASLA no período 1985-2000 podem ser visualizadas em [Casa latino-americana - CASLA - Quem somos](#)

torturas, desaparecimento de filhos de prisioneiros políticos e execuções forjadas, em flagrante violação do processo legal e do direito de defesa dos acusados.

Esse período ficou conhecido pela elaboração e publicação de relatórios por parte de organizações humanitárias e defensores dos direitos humanos, com o relato das vítimas e de provas colhidas sobre a identidade e o *modus operandi* dos agentes do Estado. Na Argentina, a Comissão foi presidida pelo escritor Ernesto Sábato que publicou o "Relatório Sábato", também conhecido como "Nunca mais", sobre os horrores da ditadura militar argentina (1976-1983). O Projeto *Brasil: Nunca Mais* desenvolvido por Dom Paulo Evaristo Arns, Rabino Henry Sobel, Pastor presbiteriano Jaime Wright e equipe, foi realizado clandestinamente entre 1979 e 1985 durante o período final da ditadura militar no Brasil no ano de 1985 e gerou uma importante documentação sobre a história do Brasil.

América Latina é uma região caracterizada pela busca de um projeto de desenvolvimento econômico e social ainda inconcluso, baseado em um sistema político em que a democracia é um fenômeno intermitente que oscila entre o autoritarismo e o populismo. Em que pese ser a exclusão social uma constante da estrutura social, não há como impedir a voz dos subalternos que se alçam contra esse sistema.

A violência tem sido a expressão desse sistema de exclusão, que se manifesta no campo contra camponeses, nas florestas e nas zonas rurais contra indígenas pela perda crescente de seus territórios, nas periferias urbanas, pelo narcotráfico e formação de milícias paramilitares e pelo número crescente de feminicídio. Roberto Bolaño (2004) em seu romance *2666* dedica mais de 200 páginas sobre o feminicídio de mais de uma centena de mulheres em *Ciudad Juárez*, no norte do México, nominando uma a uma essas mulheres anônimas, esquecidas e banalizadas, relatando suas histórias de vida. Os surtos de violência existem na razão direta do grau de arbítrio autoritário de governos que querem repor os antigos métodos de castigo e de criminalização à pobreza, do negacionismo, do racismo e da apologia ao ódio e à liberação de armas, evocando assim as leis contra a pobreza de Henrique VIII na Inglaterra e ao regime de terror das recentes ditaduras latino-americanas.

Neste sentido, mesmo que a busca por uma saída radicalmente diferente dessa ordem dominante encontre sempre impedimentos e interdições, temos observado, com Lechner (1988) o ressurgimento de imaginários alimentados pela utopia democrática na perspectiva da autodeterminação de um povo sobre suas condições e modos de vida.

Esse imaginário que pode ser sinônimo de utopia joga um papel decisivo especialmente em contextos culturais bastante flutuantes e múltiplos como é o nosso caso.

O debate sobre a construção de sociedades efetivamente democráticas na América Latina não deveria contentar-se apenas com a análise da dinâmica institucional, a estratégia dos atores e os condicionantes econômicos que na maioria dos casos desconsideram a experiência diária das pessoas e dos coletivos subalternos, de seus medos e aspirações. Por isso que fazemos nossas as palavras de Lechner (1988) ao dizer que ao invés de tomar a democracia como dada, deve-se assumi-la como um futuro problemático.

Em 1985, ano da fundação da CASLA, vivia-se ainda no Brasil os últimos suspiros de um regime autoritário que durante 21 anos havia mantido o país sob a mordaza e as restrições à liberdade de organização da sociedade civil. As lutas pelas Diretas-Já e posteriormente pela Constituinte de 1988 desenhavam o panorama no qual se iniciavam nossas propostas de ações educacionais e culturais em torno dos principais desafios das sociedades latino-americanas.

Buscamos articular nossas propostas de formação com associações de professores, escolas, secretarias de educação e cultura, organizações e movimentos sociais, no intuito de ampliar o acesso ao conhecimento crítico sobre a formação histórica e cultural da América Latina, por meio de cursos livres de extensão, abertos a todo(a)s interessado(a)s em conhecer a realidade latino-americana.

De uma maneira geral, os brasileiros e as brasileiras têm dificuldade de se automearem como latino-americanos e seus referenciais são, dependendo das regiões do país, mais autocentrados em raízes nativas indígenas ou afro; ou então, como no sul e em parte do sudeste do país, mais na origem europeia ou oriental. Quando iniciamos nossas atividades mais centradas na formação educacional, a presidente da CASLA, Dra. Gladys Renée de Souza Sanchez procurou pela Secretaria do Estado do Paraná e conseguiu apoio da secretária de então, Profa. Gilda Poli, para realizar a Semana Latino-americana nas escolas estaduais do Paraná. Foi o início de uma grande jornada de compromisso com a educação que permeou por longos anos as iniciativas da CASLA, tendo a finalidade de dar a conhecer a história e a cultura das populações latino-americanas.

Tivemos em nossos cursos a presença de indígenas Kaingang, Guarani e Xetá que queriam saber mais sobre a história dos povos originários do continente. Destacamos a figura ilustre do Cacique de Mangueirinha, Francisco Luís, amigo de

Mariza Bertoli e amigo da CASLA que dizia ser seu sonho que os jovens da aldeia pudessem, eles mesmos, se formarem para defender seu povo. Qual não teria sido a alegria de Seu Chico Luís, como assim era chamado, passados mais de 30 anos daquele período ao ver que hoje existem, sim, jovens indígenas, formados como advogados, professores, técnicos agrícolas e até médicos que honraram aquele desejo dele e que atuam nas suas comunidades. Da mesma maneira, muitos professores das escolas municipais e estaduais receberam seus certificados de participação assinados pela Pro Reitoria de Extensão da UFPR com a qual assinamos convênio para a realização desses cursos.

Cabe aqui menção especial aos professores da UFRGS Luís Roberto Lopes, já falecido, e brilhante escritor, pesquisador e professor de História da América Latina Contemporânea e Susana Bleil de Souza, especialista em história do período colonial que se voluntariaram em trazer seus conhecimentos para pessoas simples, mas muito motivadas em aprender mais sobre a formação histórica e cultural da América Latina.

Na época, essas ações começaram a irradiar-se não apenas em Curitiba mas para todo o estado do Paraná. A criação de um grupo musical, *Grupo D'América*, com componentes brasileiros, bolivianos, argentinos, uruguaios e peruanos ensejou a oportunidade de difundir a música do cone sul e com a criação de um grupo de jovens acadêmicos voluntários, intercambistas, muitos dos quais oriundos de vários países latino-americanos (panamenhos, colombianos, venezuelanos, uruguaios, argentinos e paraguaios) formou-se o CIJAL (Centro para a Integração do Jovem da América Latina) que percorreu o Paraná, com palestras, apresentações de danças e músicas latino-americanas.

Respirava-se então outros ares que sopravam desde os novos tempos de rearticulação das organizações sociais e populares, ansiosas por pavimentar outros caminhos em direção a uma sociedade mais livre. Enquanto a sociedade brasileira preparava-se para restabelecer plenamente as bases de funcionamento de suas instituições democráticas, outros países ainda estavam tentando sair da longa noite das ditaduras, como a Argentina, o Chile, o Paraguai e o Uruguai.

Nesse chamado período de transição democrática a CASLA promoveu eventos com representante das Mães da Praça de Maio, a escritora Suzana Dillon de Rio Cuarto, Argentina ([Susana Dillon - Wikipedia, la enciclopedia libre](#)) que conseguiu localizar sua neta Victória entregue ilegalmente a um casal pelos militares, depois de anos da morte de sua filha em prisões da ditadura. Da mesma maneira, uruguaios que passaram muitos

anos presos e que vieram prestar seus testemunhos, como foi o caso do escritor Carlos Liscano ([Carlos Liscano - Wikipedia, la enciclopedia libre](#)).

Esse período de privações de liberdade no Uruguai foi imortalizado pela obra de Mauricio Rosencof y Eleuterio Fernández - *Memorias del Calabozo* (2018), depois transformado em filme (*Uma noite de 12 anos*, direção de Álvaro Brechner – [Uma Noite de 12 Anos Trailer Legendado - AdoroCinema](#) – em cujo prefácio escrito por Eduardo Galeano se anota que a obra celebra a vitória da voz humana e que quando os prisioneiros eram impedidos de falar, falavam os dedos. Assim, falavam a linguagem verdadeira que é aquela que nasce da necessidade de dizer.

Foram inúmeras as pessoas que se aproximaram da CASLA, ainda no período marcado por perseguições políticas nos anos de 1980, para voluntariamente apoiarem ações solidárias. Para citar alguns desses nomes, Romar Teixeira Nogueira que batalhou pelo emprego para refugiados chilenos; Francisco de Borja Magalhães (†), Carlos Arthur Krieger Passos, que apoiaram as iniciativas educacionais e culturais da CASLA desde a Secretaria de Planejamento do Estado do Paraná; Maurício Fruet (†) , ex-prefeito de Curitiba que promoveu um dos primeiros grandes eventos latino-americanos na cidade de Curitiba em 1985; Roberto Requião, ex-governador do Estado do Paraná que esteve presente no ato de fundação da CASLA e sempre acompanhou nossas atividades; também o ex-governador Jayme Lerner que entendeu a importância de nosso trabalho e assinou o termo de comodato da nossa sede em 1997.

A aproximação e a conseqüente aglutinação de setores sociais imbuídos de princípios democráticos permitiram desenvolver diversas campanhas de solidariedade e de apoio às lutas populares de resistência nesses países. Formaram-se comitês e desenvolveram-se campanhas de divulgação, com eventos e debates públicos.

Em 1985 ainda, promovemos um debate com a oposição uruguaia nas dependências da Assembleia Legislativa do Paraná e trouxemos um grupo de artistas da *Murga Falta y Resto* ([Falta y Resto - Wikipedia, la enciclopedia libre](#))com apresentações públicas na Feira do Largo da Ordem de Curitiba, a fim de dar a conhecer alguns aspectos culturais daquele país. Importantes representantes da oposição democrática à ditadura estiveram presentes, como o candidato ao senado, socialista Manoel Xavier, já falecido e o cientista político Gerónimo de Sierra,- [Reconocimiento a Gerónimo de Sierra - CLACSO](#) . Anos mais tarde, em 2012, por ocasião do III CEPIAL em Curitiba, tivemos o testemunho da esposa de Universindo Díaz, LÍlian Celiberti, ambos sequestrados

pela Polícia Civil e o DOPS em Porto Alegre em 1978 e entregues à ditadura uruguaia ([Operação Condor: 'Sequestro dos uruguaios' completa 40 anos | VEJA \(abril.com.br\)](#))

Em 1986 formamos um Comitê de apoio às lutas de resistência do povo chileno e promovemos diversos debates com filmes e campanhas de divulgação da situação chilena nas escolas, destacando-se o filme *Miguel Littin, clandestino en Chile*,([La aventura de Miguel Littín clandestino en Chile - Wikipedia, la enciclopedia libre](#)) do diretor com o mesmo nome do personagem principal do filme-documentário e com roteiro de Gabriel García Márquez. A campanha teve seu desenlace culminante com uma passeata e faixas contra a ditadura chilena em pleno estádio Pinheirão de Curitiba, no jogo entre as seleções chilena e brasileira. Naquela ocasião, o embaixador chileno fez uma reclamação formal ao então governador José Richa, cabendo uma resposta deste de que no Paraná havia liberdade de manifestação, diferentemente do Chile de Pinochet. Era comum também nesse período recebermos solicitação de apoio a refugiados que fugiam desses países por perseguição política.

Em 1988 fizemos uma homenagem ao ex-embaixador da Suécia no Chile, no período do golpe de Estado de 1973, Harald Edelstam. Convidamos o embaixador sueco no Brasil da época, Cristian Kumlin para uma apresentação do personagem Edelstam e sua importância para a defesa dos direitos humanos e da proteção à vida. Servindo na Embaixada sueca no Chile, após o golpe que depôs Allende, Edelstam salvou da morte certa centenas de presos políticos, concedendo asilo diplomático, emitindo documentos, de várias nacionalidades, como cubanos e uruguaios, inclusive cerca de 20 brasileiros. Foi considerado "persona non grata" pela ditadura chilena, e após seu retorno à Suécia, serviu na embaixada da Argélia de 1974 a 1979. Em 2007 foi realizado um filme sobre o episódio vivido por ele no Chile, com o nome de *O Cavaleiro Negro*, dirigido por Hulf Hultberg – [43ª Mostra Internacional de Cinema - Filme - O Cavaleiro Negro](#) –

Assim, a década de 1980 finda com a movimentação em torno da Constituinte, quando a CASLA apoiou as reivindicações das populações indígenas, com as quais mantivemos muitos encontros e realizamos diversos eventos e debates. A campanha de apoio ao povo Krahô de Goiás no esforço pela reapropriação de seu machado sagrado, trazido contra a sua vontade para um museu, também foi marcada por momentos bastante inusitados, com a presença de seu líder Penon em Curitiba; da mesma maneira, a solicitação de apoio às reivindicações que Raoni trouxe para o governador Álvaro Dias, em defesa dos territórios indígenas na Amazônia, foi marcado por momentos tensos na audiência do Palácio Iguçu. Com a morte de Chico Mendes em 1989, a

CASLA sediou importante reunião de lideranças sociais locais na criação de um movimento de apoio e denúncia à violência exercida contra lideranças ambientais no país.

Os anos 1990 inauguram uma nova fase de articulação da CASLA com instituições educacionais, em especial com as universidades paranaenses, com as quais formamos um consórcio visando a preparação do I Congresso de Educação e Cultura para a Integração da América Latina, que transcorreu na cidade de Marechal Cândido Rondon em 1992, sob os auspícios da UNIOESTE. Durante todo o ano de 1991 por meio do CILA (Comitê de Integração da América Latina), formado pelas universidades públicas paranaenses, promovemos eventos de sensibilização de docentes e discentes universitários, culminando assim com mais de 4 mil participantes no I CEPIAL.

Em 1994 repetiu-se o II CEPIAL em Maringá, na sede da UEM, com quase 10 mil participantes e com representantes de diversos países da América Latina.

Projetos educacionais e continuidade de ações em favor dos direitos humanos e do diálogo intercultural (2000-2019)

Na primeira década do século XXI, a CASLA investiu fundamentalmente em cursos de formação, promovendo o curso de especialização em Relações Internacionais, com ênfase nos direitos humanos e na integração cultural da América Latina. Em convênio com a UFPR (Universidade Federal do Paraná) e com a FAP (Faculdade de Artes do Paraná) foram realizadas 8 edições de cursos (2004 a 2012), com a participação e certificação de 250 alunos. Realizamos igualmente duas edições de curso preparatório ao Itamarati em convênio com a UNIBRASIL (2007 e 2008).

De 2008 a 2014 desenvolvemos uma parceria com a TV da UFPR para a apresentação de programa de entrevistas semanais (América Latina Viva), conforme mencionado na introdução. Esses programas tinham a finalidade de abordar temas diversos da realidade latino-americana (cultura, literatura, história, meio ambiente, educação, política, entre os principais temas).

Em 2012 retomamos a realização dos congressos (III CEPIAL), na sede da UFPR, com 3.500 participantes, dentre os quais representantes de 7 países latino-americanos, com mais de 30 mesas redondas, GTs, apresentações artísticas e carnaval latino-americano nas ruas de Curitiba. A saudosa artista plástica e escritora Mariza Bertoli (KLINTOWITZ, 2019), coordenadora cultural do III CEPIAL, organizou uma

importante mostra sobre Cerâmica Guarani no Hall de entrada do Teatro Guaíra, além de ter trazido o filho do renomado pintor equatoriano PAVEL ÉGÜEZ – [Pavel Égüez - Wikipedia, la enciclopedia libre](#) – para o lançamento do álbum de pinturas para mural, intitulado *Grito de los Excluidos*.. Uma síntese visual das mesas pode ser observada no link do site da CASLA ([VIDEOS INSTITUCIONAIS DA REDE CASLA-CEPIAL – Casla](#))

A realização do IV CEPIAL na cidade de Osorno, região dos Lagos, em janeiro de 2015 foi um dos pontos culminantes do diálogo com comunidades locais do povo mapuche que participou ativamente do congresso patrocinado pela *Universidad de Los Lagos*. Lá tivemos a oportunidade de acompanhar e avaliar experiências interculturais dessas comunidades, o sentido profundo de sua espiritualidade, pela presença ativa das *Machi* (mulheres e líderes espirituais), bem como o importante papel dos *Lonkos* (líderes comunitários) que orientam e organizam o associativismo comunitário.

Da mesma maneira, pudemos avaliar a importante prática de diálogo entre os saberes e práticas tradicionais na saúde, com as tecnologias e conhecimentos científicos da medicina convencional na maternidade do Hospital de Base; as mães mapuches são acompanhadas pelas *machi* , com seus rituais sobre nascimento e usos de ervas medicinais no trabalho de parto, em harmonia com as instituições oficiais do Estado.

Visitamos também os territórios sagrados mapuches nos arredores de Osorno, onde se deflagrava um conflito com a política industrial do Estado chileno e os interesses do capital internacional que pretendem inundar esses territórios para construir neles uma usina hidrelétrica ([REDE CASLA-CEPIAL APOIA LUTA MAPUCHE PELA DEFESA DE SEU TERRITÓRIO E CONTRA HIDROELÉTRICA – Casla](#)).

Para nossa surpresa, a líder da ocupação desse território sagrado mapuche era uma jovem *machi* que juntamente com uma dezena de jovens mapuches mantinha a ocupação enquanto recebia o apoio de organizações sociais que se associaram à campanha de resistência desses jovens aguerridos⁵.

Contrariamente ao que se pensa, o protagonismo da mulher mapuche nas lutas de resistência e de militância política é uma realidade que assume uma destacada importância no Chile de hoje, de acordo aos relatos de vida de mulheres mapuche em sua luta pelos direitos indígenas (GARCÍA MINGO, 2017). Todas essas mulheres reivindicam o povo mapuche através de suas conexões com as forças da terra, da língua

⁵ Para mais detalhes sobre as ameaças aos territórios considerados sagrados pelos mapuche, consultar o blog: [PILMAIQUEN WEICHAN \(weichanpilmaiquen.blogspot.com\)](#)

e de sua gente. Ao se rebelarem contra sua tríplice discriminação, por serem mulher, pobre e indígena, se apropriam da voz e do rosto secularmente silenciados.

O V CEPIAL transcorreu em San Juan de Pasto, capital do Departamento de Nariño, na Colômbia, próximo do Equador, em junho de 2017. O mais interessante entretanto, foi o período preparatório anterior ao evento, com vivências locais no Departamento de Cauca e na cidade de Popayan, organizado pelo programa de pós-graduação da UNICAUCA, coordenado pelo antropólogo e professor Dr. Javier Tobar – [Maestría en Estudios Interdisciplinarios del Desarrollo | Centro de Posgrados \(unicauca.edu.co\)](#) – onde tivemos oportunidade de compartilhar experiências de perto com organizações comunitárias camponesas, movimentos ambientalistas e com comunidade indígena Misak, na cidade de Silvia, nome de uma líder indígena da região. Sob o título de *Tramas y Mingas para el Buen Vivir* (Arranjos e Mutirão para o Bem Viver) participamos de um intenso momento e movimento pela construção da paz na Colômbia, com todo o projeto de desarmamento e de pacificação do país⁶.

Ainda em abril de 2017, a Rede CASLA-CEPIAL apoiou o 3º ENCONTRO DAS BENZEDEIRAS(OS) DO CENTRO SUL DO PARANÁ. O evento foi promovido pelo Movimento Aprendizes da Sabedoria (MASA) e Rede Cultura e Conhecimentos Tradicionais.

Além da Rede CASLA-CEPIAL, apoiaram o encontro as seguintes entidades: CESE, Rede Puxirão, IFPR (Campus Irati), Terra de Direitos, Unicentro, Encontra-UFPR, IEEP, Interconexões-UEPG, Prefeitura Municipal de Rebouças, Sindicato de Trabalhadores Rurais de São João do Triunfo e Rebouças, Ministério da Cultura e APP Sindicato de Irati.

A terceira reunião de benzedeadas e curadores marcou a luta dessa categoria social pelo reconhecimento de suas identidades culturais, associadas às comunidades rurais e seus territórios historicamente formados na região do Paraná tradicional.

O patrimônio material e imaterial da cura e da benção vernaculares são expressões simbólicas da medicina popular que liga o catolicismo rústico à agrobiodiversidade. Saúde e direitos socioterritoriais foram tema de debate entre esses novos sujeitos de direito, a academia e o poder público.

⁶ As principais atividades desenvolvidas na Colômbia pela Rede CASLA-CEPIAL podem ser verificadas em: [CASA LATINO-AMERICANA: EL ENCUENTRO 'TRAMAS Y MINGAS' EN COLOMBIA: RESULTADOS Y AVANCES PARA CONSOLIDAR LA RED \(redecaslacepial.blogspot.com\)](#)

Em 2018 a Rede CASLA-CEPIAL participou de um encontro preparatório ao VI CEPIAL, também conhecido como Pré-CEPIAL, na cidade de Porto Velho, Rondônia, com o apoio da Universidade Federal de Rondônia, organizações sociais da região e populações ribeirinhas e indígenas.

Com a temática geral "*Protagonismo na América Latina e Pan Amazônia: ciência, saberes e conhecimentos locais*", os eventos "X seminário temático da rede internacional CASLA-CEPIAL: conhecimentos etnocientíficos e territorialidades alternativas, XIII encontro de pós-graduação em geografia, II Encontro diálogos de saberes e conhecimentos tradicionais em Rondônia", o objetivo principal foi de propiciar o debate a partir da ótica de desenvolvimento local e como este pode viabilizar as territorialidades tradicionais (os modos de viver e habitar de uma dada coletividade no território), isto é, alguns dos principais aspectos da territorialidade tradicional (os saberes, as práticas, as políticas de natureza e as experiências)⁷. A colaboração estreita com o grupo de pesquisa da pós graduação em geografia da UNIR, sob a coordenação do Prof. Adnilson de Almeida Silva (2018) tem promovido constantes publicações em comum bem como uma aproximação maior com as comunidades indígenas de Rondônia.

Nos dias 12 e 13 de novembro de 2019, foi realizado o "ENCONTRO DAS BENZEDEIRA E MULHERES QUILOMBOLAS" cujo objetivo foi a troca de experiências acerca dos saberes e práticas patrimoniais de medicina e farmacopeia populares.

O evento marcou a celebração da parceria entre a Rede CASLA-CEPIAL e a Rede Integrada de Ciências e Saberes Tradicionais - RCSTrad e o apoio do Instituto Equipe de Educadores Populares e o Movimento Aprendizes da Sabedoria.

Nas palavras do coordenador do Evento, o doutorando Tautê Oliveira, representante da RCSTrad: "*Aspiramos com esta Rede construir um elo permanente para o encontro e colaboração das muitas redes de conhecimento tradicional existentes por todo o Brasil e também no Exterior, e para isso nos valem de pessoas e experiências desenvolvidas pelas comunidades e instituições brasileiras*".

⁷ A programação completa do evento Pré-CEPIAL em Rondônia de 2018 pode ser consultado no blog: [ESTUDOS INTEGRADOS EM MEIO AMBIENTE,CULTURA E SOCIEDADE: 2018 \(meoambienteculturaesociedade.blogspot.com\)](http://ESTUDOS_INTEGRADOS_EM_MEIO_AMBIENTE,CULTURA_E_SOCIEDADE:2018(meoambienteculturaesociedade.blogspot.com))

A metodologia do evento (oficinas e palestras) emerge do “Projeto Encontro de Saberes nas Universidades Brasileiras” (UnB), e tem como base a experiência do Centro de Saberes, Ciências e Saúde mantido pela mestra quilombola Lucely Moraes Pio.

Entre os objetivos desse projeto, destaca-se os “Módulos de Formação”, isto é, as atividades de abrangência regional que busca envolver organizações sociais, universidades, instituições públicas e representantes de diferentes segmentos.

No rol das importantes parcerias da Rede CASLA-CEPIAL, destacam-se instituições acadêmicas brasileiras e chilenas, principalmente, o IFPR campus Paranaguá, na figura do professor Dr. Antonio Márcio Haliski, coordenador de projeto com caiçaras e pescadores artesanais do litoral paranaense. No Chile, destacam-se os professores e pesquisadores Dr. Francisco Ther Ríos, coordenador do Programa ATLAS – [Programa Atlas \(ulagos.cl\)](http://Programa Atlas (ulagos.cl)) – da Universidade de Los Lagos e Dr. James Park, diretor do CEDER – [Centro de Estudios del Desarrollo Regional y Políticas Públicas – CEDER – Universidad de Los Lagos \(ulagos.cl\)](http://Centro de Estudios del Desarrollo Regional y Políticas Públicas – CEDER – Universidad de Los Lagos (ulagos.cl)) – da mesma universidade e coordenador de pesquisa sobre cultura e literatura mapuche. Ainda no Brasil, a parceria com a UNIJUÍ, na pós graduação em Direitos Humanos, com o professor Dr. Daniel Cenci; na UNESC de Criciúma, com o prof. Dr. Geraldo Milioli, coordenador de laboratório na pós-graduação interdisciplinar em Ciências Ambientais; na UFMA, destacam-se os professores Dr. Joaquim Shiraishi Neto e Dra. Rosirene Lima da UEMA, respectivamente pesquisadores nas áreas de direito ambiental, populações tradicionais e dinâmicas e conflitos socioambientais urbanos.

Criação da UNITINERANTE (Universidade Itinerante para os Direitos Humanos, da Natureza, pela Paz e o Bem Viver): uma proposta transdisciplinar para o desenvolvimento local das populações tradicionais e da agroecologia.

Na apresentação do blog sobre a UNITINERANTE – [Universidade Itinerante pelos Direitos Humanos, da Natureza, pela Paz e o Bem Viver: Agosto 2019 \(parlamentounitinerante.blogspot.com\)](http://Universidade Itinerante pelos Direitos Humanos, da Natureza, pela Paz e o Bem Viver: Agosto 2019 (parlamentounitinerante.blogspot.com)), – consta que se trata de um projeto inspirado e impulsionado pela Casa Latino-americana, desde 2019, apoiado por diversas entidades, tais como Setores do Poder Público, Universidades e Comunidades locais, tendo como objetivo geral promover o diálogo entre diversos atores sociais a fim de deliberar e aprovar ações extensionistas estratégicas que destaquem projetos interdisciplinares e

transdisciplinares capazes de viabilizar novos arranjos locais para o desenvolvimento socio-territorial, priorizando-se comunidades rurais e urbanas.

O ambiente de troca de saberes e de sonhos futuros vivenciado na cidade de Rebouças por ocasião de quatro eventos regionais, foi traduzido pelo Prof. Dr. Nilson Fraga (UEL), palestrante convidado para a 17ª Feira Regional de Sementes Crioulas e da Agrobiodiversidade e também para a Reunião da Unitinerante. De acordo com o referido pesquisador:

“...Imaginem a pequena cidade de Rebouças, no interior do Paraná, com menos de 15 mil habitantes, realizando, entre os dias 16 e 18 de agosto de 2019, cinco eventos simultaneamente, todos eles ligados aos direitos civis de povos e comunidades que sonham em um mundo melhor, na paz e na justiça social. Isso faz dessa cidade paranaense, a Capital Brasileira da Resistência e do Modo de Vida de Comunidades Tradicionais. Estamos vivendo aqui, nesses dias, um pequeno, e mais do que digno, Fórum Social Brasileiro, embebecido com os ensinamentos populares. E, como bem disse o Monge João Maria: A terra é nossa mãe. A água é o sangue da terra-mãe. E eu digo: um outro mundo é sempre possível, que seja o mundo da felicidade, sonhado pelo povo caboclo do sertão paranaense e catarinense”.

Atendendo ao apelo e à defesa de uma ciência pública e pertinente, a UNITINERANTE promove atividades de pesquisa aplicada em colaboração com os saberes culturais das populações indígenas e tradicionais locais (agricultura familiar, agroecologia, quilombolas, raizeiras, faxinalenses, pescadores artesanais, benzedeiros), com o propósito de dar visibilidade aos sistemas culturais e de práticas dessas populações. Até o presente, foram implementados alguns projetos de pesquisa aplicados às comunidades locais, destacando-se os seguintes projetos:

1) Projeto SELO SOCIOAMBIENTAL "PRODUTOS DA AGROFLORESTA FAXINALENSE" – [Notícias | vidafaxinalense \(wixsite.com\)](http://www.vidafaxinalense.com)

Constituiu-se em um Projeto de Extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, aprovado por edital do Programa Universidade Sem Fronteiras sob nº3 USF/SETI 2016 e coordenado por Nicolas Floriani e que se articula com a proposta da UNITINERANTE que propõe um diálogo de saberes entre diferentes atores governamentais, não governamentais e comunidades locais.

Tem como finalidade o empoderamento e a inclusão social das comunidades rurais faxinalenses que se encontram em situação de vulnerabilidade socio-territorial, de maneira a permitir a viabilização de alternativas socioculturais ao modelo modernizador

do espaço rural paranaense que produziu e vem produzindo profundas desigualdades regionais, relegando as populações tradicionais rurais à margem do processo de desenvolvimento socioespacial.

O projeto tem como objetivo principal promover a capacitação sociotécnica e o empoderamento jurídico e econômico de comunidades tradicionais faxinalenses do Estado do Paraná por meio da criação do Selo socioambiental “produtos da agrofloresta faxinalense”, de modo a viabilizar propostas concretas de inclusão social para o desenvolvimento sustentável dessas coletividades.

2) PROJETO NÚCLEO DE ESTUDOS E CAPACITAÇÃO SOCIOTÉCNICA EM AGROECOLOGIA NOS TERRITÓRIOS FAXINALENSES.

Grupo de Pesquisas Interconexões - UEPG 2020-2021
(gpinterconexoes2.blogspot.com)

Este projeto de ensino, pesquisa e extensão tem como objetivo principal promover a capacitação sociotécnica de comunidades rurais tradicionais faxinalenses do Centro Sul paranaense com base em princípios e práticas da agroecologia. Para tanto, a criação deste NEA, coordenado pelo Grupo de Pesquisa Interconexões (UEPG), conta com o financiamento do CNPq e a colaboração de diversas entidades que se somam à ação: CASLA, COODESAFI, UEPG, IFPR-Irati, IEEP, ASAECO, Prefeitura Municipal de Imbituva, Prefeitura Municipal de Rebouças, Prefeitura Municipal de Imbaú, NEA - Juçara (UFPR-Litoral), IFPR-Paranaguá, MADE-UFPR.

3) PROJETO “DAS TERRITORIALIDADES TRADICIONAIS ÀS TERRITORIALIZAÇÕES DA AGROECOLOGIA” – [CONFIRA OS RESULTADOS DO PROJETO “DAS TERRITORIALIDADES TRADICIONAIS ÀS TERRITORIALIZAÇÕES DA AGROECOLOGIA...”](#) – Casla

O projeto buscou compreender em que medida a Agroecologia pode servir de dispositivo promotor de autonomias socioambientais em comunidades rurais tradicionais, isto é, que dimensões (tecnológicas, organizacionais e simbólicas) desse modelo produtivo alternativo poderiam mobilizar capacidades socioecológicas (patrimônio biocultural) de territórios/estabelecimentos familiares para produzir alternativas locais de/ao desenvolvimento rural.

A ideia foi elaborar indicadores de potencialidades organizativas/produzidas condizentes com as realidades locais que pudessem apontar para a importância das dimensões social, econômica e cultural na adoção de novas tecnologias e como elas podem ou não induzir os sistemas socio-territoriais a novos arranjos locais e regionais entre os atores (academia, poder público municipal, organizações sociais), ressignificando as estratégias por construção de autonomias.

As atividades de pesquisa, impulsionadas com a metodologia transdisciplinar, conforme proposta da UNITINERANTE, propõem-se a que os conhecimentos científicos dialoguem com os saberes e os sistemas de práticas e da cultura das comunidades tradicionais locais, além do envolvimento de agentes públicos e organizações sociais comprometidas com o desenvolvimento social local e sustentável. Diante dos novos arranjos teórico-metodológicos para pensar e agir de uma maneira diferente, os autores do presente capítulo (FLORIANI, D. e FLORIANI, N. 2020) elaboraram um artigo publicado em periódico acadêmico internacional, com o título de *Ecologia das práticas e dos saberes para o desenvolvimento local: territórios de autonomia socioambiental em algumas comunidades tradicionais do centro-sul do Estado do Paraná, Brasil*

O objetivo de tal elaboração reflexiva sobre a avaliação dos sistemas de práticas e saberes de algumas das populações tradicionais visa a construção de uma metodologia capaz de identificar a capacidade de mobilização de recursos dessas comunidades, a fim de verificar como operam suas estratégias na construção de autonomias socioambientais; essas práticas e saberes ocorrem em espaços de interconexões entre os sistemas de borda e o sistema hegemônico. Na fundamentação teórica, busca-se discutir se a ecologia das práticas e dos saberes desses atores coletivos são suficientemente consistentes e se são capazes de promover, como sujeitos ecológicos, alternativas ao desenvolvimento, novos sistemas de práticas e a produção de outras subjetividades.

O engajamento da UNITINERANTE, com a participação de CASLA, REDE CASLA-CEPIAL e os demais atores acadêmicos e não acadêmicos (agentes públicos, populações tradicionais, organizações sociais) em projetos de desenvolvimento local permitiram ainda contribuir na organização de uma Edição especial sobre Diálogo de Saberes socioambientais: desafios para epistemologias do sul, na Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente do PPGMADE-UFPR, vol. 50, abril 2019 (FLORIANI, D., CUNHA, 2019). Esta publicação reuniu intelectuais e lideranças

comunitárias latino-americanas, comprometidas com o desenvolvimento de ações voltadas à construção de alternativas socioambientais sustentáveis.

A Edição Especial da Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente - v. 50 (2019) (ufpr.br) – destaca consagrados autores latino-americanos que discutem a valorização dos Saberes Socioambientais na América Latina enquanto estratégia epistemológica de reafirmação identitária dos povos autóctones e comunidades tradicionais. Nesse exercício reflexivo discute-se também o papel da Universidade na formação de um pensamento latino-americano genuíno e decolonial.

Da Pandemia às incertezas do presente (2020...)

Cursos de extensão e aperfeiçoamento virtuais na modalidade EaD e realização do VI Congresso CEPIAL virtual.

Conforme afirmamos em artigo recente publicado no Jornal da Unicamp (FLORIANI, 2021):

“Pensar e viver a dimensão [da crise socioambiental] na contemporaneidade, significa conviver com ameaças, riscos, privações e, no limite, promover desastres crescentes, pelo modo de como conduzimos nosso sistema de produção das condições materiais, simbólicas e culturais de vida (estilos de consumo que excedem nossas necessidades essenciais). Note-se aqui que foi esquecido, pelas modernas sociedades, o apelo dos autores clássicos gregos, sobre as virtudes da moderação!”

É nesse contexto de incertezas crescentes e do inesperado que fomos surpreendidos pela atual crise sanitária mundial causada pelo aparecimento de um vírus letal.

Frente a isso, fomos obrigados a rever muitos dos nossos projetos que exigiam o contato direto com as pessoas. Para tanto, passamos a atuar de maneira virtual para algumas das atividades, mas também essa crise ensejou que continuássemos com os projetos de formação continuada, por meio da proposta de realização de cursos de extensão e aperfeiçoamento *on line*, na modalidade EaD.

Nesse sentido, estamos desenvolvendo uma plataforma de cursos EaD para serem ofertados a partir do segundo semestre de 2021, em parceria da CASLA com a ERIBRASIL, gestora técnica da plataforma ([ERIBRASIL – ESCOLA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL LTDA](#)). Com três títulos de cursos em módulos,

temos disponíveis os seguintes temas: 1) Sistemas: interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e mudanças climáticas; 2) Noções da medicina popular: discussões teóricas e práticas; 3) Desenvolvimento e sustentabilidade na América Latina: controvérsias e desafios.

Por outro lado, completamos as atividades virtuais com a preparação do VI Congresso de Educação e Cultura para a Integração da América Latina (CEPIAL), com o tema geral: *Desenvolvimento Local e Autonomia Socioambiental na América Latina* por meio da plataforma de eventos ([VI CEPIAL – VIº Congresso Internacional de Cultura e Educação para a Integração da América Latina \(casla.org\)](#)), cuja realização está prevista para os dias 25 a 28 de novembro de 2021, com dezenas de mesas redondas, apresentação de trabalhos em GTs e oficinas temáticas.

Os quatro eixos temáticos abordarão os seguintes aspectos da atualidade: 1) Eixo I. Direitos humanos, da natureza e do bem viver; 2) Eixo II. Interculturalidade , educação e bem viver; 3) Eixo III. Universidade e comunidade na América Latina: experiências e desafios para o desenvolvimento local; 4) Eixo IV. Governança, democracia e autonomias locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatos sobre os acontecimentos e os atores envolvidos na história da constituição da Casa Latino-americana (CASLA) foram condicionados pelos desafios inerentes ao contexto sociopolítico e cultural das últimas décadas na América Latina.

Obedecendo a uma periodização para traduzir a dinâmica dos acontecimentos e a transição entre um momento e outro, tratamos de traçar os contornos e as fronteiras nos quais buscamos fazer uma retrospectiva histórica e os sentidos que atribuímos a cada um dos referidos momentos.

Assim, a seção que se refere à transição da ditadura à democracia, datada por nós de 1985, quando é criada a CASLA, até o ano 2000 no continente, é acompanhada por um conjunto de ações e atividades com a intencionalidade clara de alinhamento às lutas de resistência e de ações de solidariedade para com os perseguidos políticos. Da mesma maneira que se desenvolviam atividades educacionais e culturais, buscando assim contribuir para a formação de uma consciência política e social sobre a importância das liberdades democráticas, após os anos de chumbo que se abateram principalmente em vários países do Cone Sul.

No período seguinte à transição do autoritarismo para o desenvolvimento de instituições democráticas, datado a partir dos anos 2000 até às vésperas da pandemia (2019) passamos a tecer um conjunto de ações que combinaram projetos educacionais, realização de eventos e congressos, atendimento voluntário e solidário para migrantes e refugiados, e criação de uma Rede Internacional CASLA-CEPIAL, por meio da qual criaram-se laços de colaboração entre diferentes atores latino-americanos (acadêmicos, agentes públicos, organizações sociais e agentes comunitários), até a criação da UNITINERANTE para promover projetos aplicados às comunidades locais, especialmente aquelas pertencentes às populações tradicionais.

Por fim, destacamos que o período da pandemia, iniciado em 2020 até as incertezas do presente, obrigou-nos a reorientar algumas das principais atividades, como as de realização de cursos em EaD e de eventos, como é o caso do congresso CEPIAL, passando do presencial para o virtual.

Cabe lembrar que todas nossas atividades foram desempenhadas de forma voluntária e nunca fomos remunerados para tanto. As despesas financeiras para a manutenção da sede de nossa entidade sempre foram custeadas por nós, com recursos pessoais, durante muitos anos, até janeiro de 2021 quando então devolvemos o prédio a pedido do Governo do Estado do Paraná, cedido em comodato desde 1997. As vezes que buscamos apoio das entidades públicas para as atividades foram para a realização de eventos e cursos de formação ofertados gratuitamente ao público. Durante muitos anos pleiteamos um apoio financeiro contínuo e permanente do poder público para profissionalizar nossos projetos educacionais e de atendimento a migrantes e refugiados, mas sem sucesso.

No entanto, cabe destacar a importante contribuição do MPT (Ministério Público do Trabalho), na pessoa da Procuradora Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes que destinou dois TACs (Termo de Ajuste de Conduta) para a realização de cursos de formação profissional para migrantes e refugiados, em 2016, conforme já mencionado. Cabe enaltecer ainda o apoio em 2012 do ex-secretário de Educação do Estado do Paraná, Senador Flávio Arns, ao inscrever mais de mil professores da Rede Estadual da Educação por ocasião do III CEPIAL realizado em Curitiba; da mesma maneira que a secretária de Educação do Município de Curitiba, com o mesmo engajamento de inscrições pagas para o referido congresso. Por fim, devemos registrar o importante apoio brindado pelo Ministério Público Estadual em especial aos Procuradores Dr.

Olympio de Sá Sotto Maior Neto e Dr. Saint Clair Honorato dos Santos que sempre estiveram à frente das causas humanitárias e de defesa dos direitos humanos no Paraná.

Como conclusão, se as dificuldades e restrições impostas pela pandemia impõem limites para nossa capacidade de ação e de conexão com os tradicionais parceiros, a continuidade de projetos de caráter virtual não apenas indicam nossa vontade de seguirmos adiante, mas igualmente que seguir adiante significa também continuar com projetos que busquem consolidar a razão de ser e de agir de nossa entidade, sempre alinhada com os compromissos democráticos, com uma educação para a formação integral das pessoas, principalmente aquelas que mais precisam de apoio, levando em conta a herança histórica de exclusão e de desigualdade social das sociedades latino-americanas.

REFERÊNCIAS

BÁRCENA, Alicia. *El imperativo de la igualdad: Por un desarrollo sostenible en América Latina y el Caribe* // Alicia Bárcena y Antonio Prado.- 1ª ed. 248 p. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores Argentina, 2016.

BOLAÑO, Roberto – 2666. Barcelona: Editorial Anagrama, 2004.

DELEUZE, Gilles. Vigésima Primeira Série: Do acontecimento. *Lógica do Sentido*, p.151-156. São Paulo: Perspectiva, 2011.

FLORIANI, Dimas, CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira - Diálogos de saberes socioambientais: desafios para epistemologias do sul. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, vol.50, edição especial. Curitiba: PPGMADE-UFPR, 2019. Disponível em: [v. 50 \(2019\) \(ufpr.br\)](#).

FLORIANI, Dimas, FLORIANI, Nicolas. Ecologia das práticas e dos saberes para o desenvolvimento local: territórios de autonomia socioambiental em algumas comunidades tradicionais do centro-sul do Estado do Paraná, Brasil. *Polis, Revista Latinoamericana*, n. 56, p.24-39. Santiago, 2020. Disponível em: [polis56_06.p65 \(conicyt.cl\)](#)

FLORIANI, Dimas. As metamorfoses do desenvolvimento. Breves considerações históricas das concepções dominantes e suas ressignificações político-culturais e críticas desde América Latina. In: Fernando Marcelo de la Cuadra; Ana Amélia Cavalcanti de Melo (Org.). *Intelectuales y pensamiento social y ambiental en América Latina*. 1ª.ed. v. 1, p. 387-430. Valparaíso: RIL, 2020.

FLORIANI, Dimas. O meio ambiente como signo negativo da modernidade ou uma alegoria de ultraje à natureza? *Jornal da UNICAMP*, 26 de fevereiro de 2021. Disponível em [O meio ambiente como signo negativo da modernidade ou uma alegoria de ultraje à natureza? | Unicamp](#)

GARCÍA MINGO, Elisa (coord.). *Relatos de vida de mujeres mapuche en su lucha por los derechos indígenas*. Santiago: LOM ediciones, 2017.

GARRETON, Manuel Antonio. *Hacia una nueva era política*. Estudio sobre las democratizaciones. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

KLINTOWITZ, Jacob. A alma boa de Mariza Bertoli. Homenagem. *Arte & Crítica*. n.50 , ano XVII. Junho de 2019. Disponível em: [A alma boa de Mariza Bertoli - Jacob Klintowitz - ABCA](#)

LECHNER, Norbert. *Los patios interiores de la democracia*. Subjetividad y política. Santiago: FLACSO, 1988.

O'DONNELL, Guillermo. *Catacumbas*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

ROSECOF, Mauricio, FERNANDEZ HUIDOBRO, Eleuterio. *Memorias del calabozo*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 14ª. Edição, 2018.

REDES DE VINCULACIÓN ACADÉMICA: EL CASO DE LA RED IBERO-AMERICANA DE ESTUDIOS DEL DESARROLLO

Patricia Gutti¹

Luis Enrique Gutiérrez Casas²

Rafael Trueba Regalado³

INTRODUCCIÓN

En las últimas décadas ha sido ampliamente reconocido el poder de las redes para el desarrollo, la innovación, la comunicación y la cultura, entre otros asuntos, debido a que los avances realizados permiten cada vez más una mejor identificación, medición y análisis del cuantioso flujo de información y conocimiento que circula en estos espacios. La organización y el análisis de estos datos generan insumos destacados para el diseño de estrategias y políticas institucionales y, por lo tanto, convierte a las redes en vectores del desarrollo.

A su vez, en diversos estudios se demuestra cómo las diferentes estructuras de las redes académicas permiten una mejor sistematización y organización de la información disponible entre sus miembros, facilitando la transmisión del conocimiento tácito y fortaleciendo los procesos de aprendizaje (GALASO, 2011).

La Red Iberoamericana de Estudios del Desarrollo (RIED) se constituye como uno de estos espacios de estímulo a la difusión y producción de conocimiento académico y cultural. La RIED es creada con el objetivo de generar un espacio de diálogo plural y un marco para la realización de actividades y proyectos conjuntos relacionados con la investigación de los procesos de desarrollo con una mirada amplia, multidimensional e interdisciplinar. Si bien se inicia en el año 2005, su formalización tiene lugar en el año 2011. Desde entonces se han realizado en el marco de la RIED

¹ Doctora en Economía por la Universidad Autónoma de Madrid (UAM). Universidad Nacional de Quilmes (UNQ) y Red Iberoamericana de Estudios del Desarrollo (RIED). E-mail: patricia.gutti@unq.edu.ar

² Doctor por la Universidad Autónoma de Madrid (UAM). Universidad Autónoma de Ciudad Juárez (UACJ) y Red Iberoamericana de Estudios del Desarrollo (RIED). E-mail: lgtz@uacj.mx

³ Doctor en Ciencias del Desarrollo Regional por la Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo. Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Monterrey (ITESM, Campus Morelia) y Red Iberoamericana de Estudios del Desarrollo (RIED). E-mail: rafatrueba_59@tec.mx

diversos Foros Bienales internacionales con sedes en México, Chile, Uruguay, Argentina y Colombia, así como también se realizaron cursos de capacitación, seminarios y publicaciones conjuntas con instituciones de educación superior. Estas actividades reunieron a cientos de investigadores y profesionales relacionados con el desarrollo en Iberoamérica, conformando un espacio de intercambio dinámico, con una trayectoria destacada y con amplias perspectivas de crecimiento. En este sentido, el caso de la RIED permite confirmar que la conformación de redes de vinculación y articulación de profesionales e investigadores contribuye a la integración de las comunidades académicas y culturales de América Latina y fortalece los procesos de construcción de capacidades arraigados en los problemas locales y regionales.

El capítulo se organiza de la siguiente manera. Luego de esta introducción, en el primer apartado se presenta el marco teórico que brinda los fundamentos sobre el estudio de las redes en general y, en particular, de las redes académicas. En el segundo apartado se plantea la metodología de estudio utilizada para el trabajo. El tercer apartado explica el surgimiento de la RIED y describe los resultados de las acciones realizadas desde su creación. El cuarto apartado contiene el análisis de las principales actividades realizadas en el marco de la RIED, en función del marco teórico propuesto. Y, por último, el artículo finaliza con un apartado de reflexiones sobre la trayectoria de la red y las potencialidades para su crecimiento.

MARCO TEÓRICO

Las redes son un conjunto de actores (individuos o instituciones) que comparten características comunes en relación con una determinada temática en el marco de la cual fluye información que es útil para las actividades que desarrollan. Estas redes pueden ser explícitas (formales), es decir creadas a partir de objetivos compartidos y propósitos pre-establecidos, o implícitas (informales) que surgen de la interacción generada a través de actividades compartidas que conectan a diferentes actores que no se conocen entre sí. Las redes explícitas, en general, están institucionalizadas mientras que las redes implícitas son identificadas a partir del estudio de las colaboraciones que se producen entre actores.

Desde la década de 1960, junto con el crecimiento de las colaboraciones científicas, comenzó a reconocerse el gran poder de las redes para la generación de conocimiento y, por lo tanto, la importancia de su consideración como objeto de

estudio. Los trabajos sobre los “colegios invisibles”⁴, fueron de los pioneros en la utilización de la idea de las redes de comunicación entre investigadores para explicar el crecimiento del conocimiento científico (DE SOLLA PRICE; BEAVER, 1966; SANZ MENÉNDEZ, 2003). En este marco, las redes son consideradas mecanismos de comunicación, transmisión de información y aprendizaje, pero también representan estructuras de poder.

Desde entonces, el fenómeno de las redes de colaboración ha ido en ascenso y el análisis de las redes se ha aplicado al estudio de diferentes áreas de conocimiento y múltiples problemáticas, con una variedad de perspectivas. Una de estas perspectivas es la utilizada en los estudios del desarrollo, donde las redes de colaboración entre agentes interrelacionados son entendidas como un dispositivo para la generación de capital social (SABATINI, 2009). La red de relaciones que se establece entre los agentes transmite y pone a disposición de sus miembros el capital que poseen individualmente, generando un nuevo recurso que no pertenece a ninguno de estos en particular, pero que está en manos de todos simultáneamente. Este nuevo recurso es precisamente el capital social, cuyo aumento influye positivamente en los procesos de desarrollo (GALASO, 2011). De esta manera, la conformación de redes al facilitar la generación de capital social se convierte en un medio para dinamizar los procesos de desarrollo.

Ahora bien, en cuanto a las redes en sí mismas, el propósito de una red es ampliar el potencial de grupos especializados en una temática. El objeto de la asociación puede ser muy variado encontrándose las redes de información y comunicación, las redes académicas, las redes temáticas, las redes de investigación, las redes de innovación, las redes de servicios tecnológicos y las redes culturales, entre otras. En relación con su composición, las redes pueden estar integradas por individuos (profesores, investigadores, tecnólogos, estudiantes, artistas, entre otros), grupos o colectivos de individuos, o instituciones entre las que se encuentran las universidades, los centros de investigación y desarrollo (I+D), los centros tecnológicos, las empresas u otras organizaciones (SEBASTIÁN, 2000).

Las redes académicas, específicamente, suelen estar centradas en la educación superior y el relacionamiento entre sus miembros ocurre a través de una variedad de

⁴ Los colegios invisibles son redes y grupos sociales que deben ser estudiados por caminos diferentes a las redes de citas, debido a que son anteriores a éstas o se generan por otros medios de interacción que no se reflejan en las citas. El concepto existe desde el comienzo de la ciencia moderna, pero resurge fuertemente en la década de 1970 a partir del trabajo de Diana Crane “Invisible Colleges: Diffusion of Knowledge in Scientific Communities” (Crane, 1972).

acciones entre las que se destacan la movilidad de profesores, investigadores y estudiantes; la formación de recursos humanos; la dirección de tesis doctorales inter-institucionales; la colaboración en proyectos de investigación; los programas de posgrados desarrollados en conjunto; la organización de congresos, conferencias y otras actividades relacionadas. En las últimas décadas la proliferación de estas redes ha estado motivada por la búsqueda de la internacionalización de la educación superior, ya que estas tramas facilitan el trabajo colaborativo entre actores pertenecientes a distintas instituciones y países (LARNER, 2015; SEBASTIÁN, 2000).

Esta caracterización pone de manifiesto que las redes académicas son fenómenos complejos que encierran una multiplicidad de interacciones sociales y una diversidad de niveles de análisis. Una forma de abordar el estudio de estos espacios es a través de las colaboraciones científicas (GONZÁLEZ ALCAIDE; GÓMEZ FERRI, 2014), mediante estudios cuantitativos de redes de co-autoría con base en técnicas y métricas propias del análisis bibliométrico y de redes sociales (MOLINA *et al.*, 2002). Sin embargo, este tipo de indicadores tiene limitaciones para analizar todo lo que ocurre en el marco de una red académica, debido a que una parte importante del conocimiento que se genera no se puede medir a través de la co-autoría porque no se transforma en publicaciones en revistas científicas sino que forma parte de otro tipo de acervo de conocimiento como informes técnicos, patentes, actas de congresos, entre otros (LAZCANO PEÑA; REYES LILLO, 2020; OSCA-LLUCH, 2010).

Por ello, si el objetivo es conocer la naturaleza, la estructura, los mecanismos y la evolución de las actividades de una red académica, científica y cultural, es más adecuado utilizar un enfoque holístico. En esta línea, adaptando la propuesta de Sebastián (2003) sobre la naturaleza de las redes internacionales de investigación, estos espacios de intercambio pueden ser analizados a partir de siete criterios que incluyen la amplitud, composición, heterogeneidad, liderazgo, temática, simetría y complementariedad.

El criterio de amplitud se refiere a la diversidad de participantes en las redes y puede medirse atendiendo al número de países o grupos de investigación que la integran. Ese dato proporciona una medida de la multilateralidad de la red. A su vez, el criterio de composición es cualitativo y se refiere a los países e instituciones concretas que forman parte de la red, otorgando información sobre los ejes de vinculación establecidos. De forma complementaria, el criterio de heterogeneidad alude a la tipología de las instituciones asociadas a la red; en el caso de una red académica se

espera que la mayor parte de todas las instituciones formen parte de universidades, centro de educación superior, centros tecnológicos y organismos. El criterio de liderazgo se define por el país y la institución que coordinan la red; en general, la coordinación queda a cargo de quienes tomaron la iniciativa para crearla, pero esto puede variar con el tiempo. En cuanto al criterio de temática, identifica el área científica de la red, si bien esto podría estar definido desde el origen de la iniciativa, también es posible ciertos cambios a lo largo del tiempo. El criterio de simetría, o en contrapartida de asimetría, se orienta a identificar los niveles de desarrollo científico-tecnológico de las instituciones o grupos que integran la red, con el propósito de anticipar si estas diferencias condicionan el avance o éxito del proyecto. Por último, asociado a este criterio se encuentra el de complementariedad, a través del cual se busca identificar el papel asignado a los diferentes grupos que coordinan la red o los diferentes proyectos que se desarrollan en su marco (SEBASTIÁN, 2003; URIBE; CUADROS, 2013).

Respecto a la circulación de la información y el conocimiento que tiene lugar en una red, si bien parte del intercambio es espontáneo, derivado de la interacción de sus miembros, la redes crean mecanismos formales a partir de los cuales se ordena la circulación de la información tanto al interior como el exterior. Estos mecanismos se identifican con los canales de difusión de conocimiento no incorporado y no transaccional, debido a que se trata de un conocimiento que, en general, no está embebido en bienes de capital ni está sujeto a un pago por el acceso (OCDE, 1996)⁵. En cuanto al tipo de conocimiento que circula, es posible dividir a los mecanismos en dos grupos considerando la tipología tradicional de conocimiento tácito y codificado (NELSON; WINTER, 1982). Los mecanismos asociados a la circulación de conocimiento codificado son la realización de proyectos de investigación entre diferentes miembros de la red, la publicación de artículos científicos, de documentos de trabajo y libros, entre otros. Los mecanismos relacionados con la circulación de conocimiento tácito son las exposiciones y disertaciones en el marco de actividades académicas regulares (como congresos, seminarios y foros); los boletines informativos para difundir diferentes actividades que realizan los miembros de la red; y, la movilidad de recursos humanos (intercambio de estudiantes y profesores entre las instituciones pertenecientes a la red).

⁵ Este trabajo se refiere particularmente a las redes públicas; no obstante, es importante destacar que también se encuentran redes privadas a las cuales se accede a través del pago de cuotas o membresías que pueden otorgar otros beneficios además de la pertenencia.

En síntesis, la creación de una red (académica, científica o cultural) es un dispositivo dinamizador de las interacciones entre los actores del sistema científico, tecnológico y cultural, cuyo fin es la promoción de acciones para la producción y difusión de conocimiento (Pyka, 2002). La acumulación de este nuevo conocimiento que resulta de la combinación del conocimiento tácito y codificado que circula en la red, constituye el capital social conformando la base de los procesos de desarrollo. De esta manera, las redes, en sus diferentes tipos y alcances, contribuyen a la cohesión de los territorios y de sus habitantes. Para analizar estos espacios se requiere de un enfoque holístico que permita observarlos en toda su amplitud y aportación.

METODOLOGÍA

La investigación debe comprenderse como un proceso sistémico, crítico y empírico que se aplica a la comprensión y estudio de un fenómeno. Por ello, el enfoque metodológico del presente estudio es mixto con un análisis descriptivo de las bases de datos de la RIED sobre los diferentes eventos académicos que se han organizado en el marco de sus Foros Bienales, cursos, seminarios y proyectos desde su fundación, para identificar la importancia que tiene la participación de distintas universidades y centros de investigación, y comprender cómo ha evolucionado el nivel de convocatoria en los debates críticos sobre diversas áreas del desarrollo en términos económicos, sociales y sustentables, desde una perspectiva integral, multidisciplinaria buscando promover el bienestar de la población, el equilibrio territorial y la sustentabilidad medioambiental.

En particular, se analizan los Foros Bienales realizados en: Ciudad Juárez, México (2011), Santiago de Chile, Chile (2013), Montevideo, Uruguay (2015), Quilmes, Argentina (2017) y en Bogotá, Colombia (2019). Los cursos sobre los Objetivos del Desarrollo Sostenible de las Naciones Unidas: desafíos y debates para su implementación en América Latina con énfasis en la perspectiva del desarrollo local y Estrategias Locales para el Desarrollo. Por último, el rol de la cooperación entre empresas y el Índice de Desarrollo Regional Latinoamericano – IDERE LATAM. La información del trabajo se aborda con una postura mixta. Este enfoque aprovecha las fortalezas del método cuantitativo y el cualitativo para realizar investigaciones más profundas en relación al fenómeno de estudio. A su vez, ayuda a generar datos de alta calidad y grado de explicación y fomenta la creatividad teórica (Hernández-Sampieri *et al.*, 2010).

De acuerdo con los criterios de Hernández-Sampieri *et al.* (2010) y Tamayo (2003) la presente investigación se apoya en la sistematización de datos con el objetivo de hacer un acercamiento estadístico básico descriptivo para comprender la evolución de los Foros Bienales de la RIED. También se utiliza información cualitativa para describir en qué han consistido los principales cursos, seminarios y proyectos.

En ese sentido, se interpreta que los estudios descriptivos buscan especificar las propiedades, características y perfiles importantes de personas, grupos, comunidades o cualquier otro fenómeno que se someta a la comprensión del análisis. Mide o recolecta información sobre los conceptos o las variables de la investigación (NAVARRO, 2011). Por lo anterior, el estudio busca sistematizar y describir la información sobre las variables analizadas (integrantes de la RIED, participantes en los foros, participantes por ponencia, ponencias por países e instituciones participantes en los Foros Bienales). Para el procesamiento de los datos se utilizó el software SPSS 20, trabajando con algunas estadísticas básicas, y con estos elementos se realizó una interpretación comparativa entre cada una de las sedes de los Foros Bienales. A su vez, se puntualizaron los principales cursos, seminarios y proyectos de investigación que se han gestado mediante la vinculación académica.

SURGIMIENTO, EVOLUCIÓN Y RESULTADOS DE LA RIED

Como ocurre con el nacimiento de muchas redes académicas formales ya consolidadas, la RIED nació en un entorno informal como resultado de continuas reuniones en las que un grupo de estudiantes del Programa de Doctorado en Integración y Desarrollo Económico de la Universidad Autónoma de Madrid solía reflexionar y discutir, desde una perspectiva intelectual, una gran variedad de temas del desarrollo de primera importancia en el panorama mundial. En este sentido, la RIED se gestó originalmente como una red implícita o informal en la que prevalecía una interacción académica en torno a la temática de los estudios del desarrollo.

Ese grupo de estudiantes del Programa de doctorado eran oriundos de países como España, México, Uruguay y Chile, por lo que se convirtió en algo común que los temas que se discutían en tales reuniones se abordaran desde una perspectiva iberoamericana, o más específicamente latinoamericana. Cabe decir que precisamente Latinoamérica era la región de mayor interés para abordar su problemática desde la óptica del desarrollo y subdesarrollo. En varias ocasiones las reflexiones que se llevaban

a cabo culminaban en plantear la necesidad de crear vínculos con académicos e instituciones iberoamericanas con el propósito de enriquecer la discusión sobre los estudios del desarrollo, contar con una visión más diversa y plural, además de propiciar el intercambio entre instituciones de investigación y educación superior de las regiones ibérica y latinoamericana.

En su momento, se anticipó que era difícil avanzar en el acercamiento institucional, incluso el de las universidades a las que pertenecían quienes promovían la formación de la red, ya que habría que pasar por una etapa -luego de terminar los estudios de doctorado- de maduración intelectual y avance de la carrera académica individual. Así que fue hasta regresar a los centros de trabajo cuando se empezó a explorar con mayor seriedad las posibilidades de creación de una red formal y se iniciaron los primeros pasos con miras a crearla. Esa era la manera de trascender las relaciones que individualmente se habían cultivado dentro del grupo. Desde un principio se comprendió el poder de las redes como medios de comunicación, así como su utilidad para crear relaciones, tanto individuales como institucionales, de mayor alcance con base en un capital social que poco a poco se iba conformando y ampliando.

La oportunidad para crear la red se presentó en 2010 cuando se dieron las condiciones para organizar un primer encuentro que no solo permitiría el reencuentro de los miembros de la generación del programa de doctorado, sino que se daba la posibilidad de invitar a académicos de otras latitudes, aun cuando la asistencia al evento pudiera ser limitada por razones financieras. Desde sus inicios la RIED fue concebida como una red académica, científica y cultural que centraría su base relacional en los centros de educación superior y de investigación científica.

El nacimiento de la RIED, ya como un organismo formal, esto es, como una red explícita, se dio en el marco de lo que sería el Primer Foro Iberoamericano de Estudios del Desarrollo que tuvo lugar en Ciudad Juárez, México, en el año 2011. Este foro fue el evento fundacional de una red que posteriormente tendría alcances incluso mayores de los que en un principio se había esperado. Sin duda el apoyo financiero, aunque limitado, de las universidades en las que trabajaban sus fundadores, particularmente el respaldo que en su momento ofreció la Universidad Autónoma de Ciudad Juárez (México), fue esencial, ya que permitió realizar este primer evento de alcance internacional y delinear las estrategias de mediano y largo plazo de la RIED para convertirla en un proyecto más amplio.

Los nueve integrantes que conformaron desde sus inicios la RIED lograron el vínculo institucional y, por lo tanto, formal de universidades como la Universidad de la República (Uruguay), la Universidad Autónoma de Madrid (España), la Universidad de la Frontera (Chile), la Universidad Autónoma de Chile (Chile) y la Universidad de Glasgow-Caledonia (Reino Unido). De esta forma, debido a los vínculos académicos previos que habían mantenido y fortalecido sus integrantes, la RIED nació como una red de carácter internacional a la que poco a poco se han ido integrando más instituciones.

Como parte de la reflexión más sistemática en torno a los objetivos de la RIED, en el primer foro de México se diseñó una estrategia de mediano plazo para impulsar proyectos relativos a la formación de recursos humanos, la organización continua de eventos, la asesoría en pares de tesis de posgrado y trabajos de investigación conjuntos, articulando visiones plurales y culturas académicas muy diversas. De esta manera, la RIED se basó desde el principio en el trabajo complementario e iniciativas colectivas de sus integrantes.

Como toda red formal la RIED creó un organismo de dirección y coordinación de sus actividades. En tanto se conformó un Comité de Coordinación integrado por una coordinación general, una secretaría general y dos vocalías de organización, la base de las decisiones y definición de estrategias y acciones recaía en el llamado núcleo de integrantes fundadores. Bajo este esquema organizativo no burocrático la RIED ha podido avanzar y consolidarse.

El evento insignia de la RIED, el cual ha permitido reunir a académicos de distintas latitudes ha sido el Foro Iberoamericano de Estudios del Desarrollo. A partir de la realización del primer foro en México, quienes fundaron la RIED decidieron organizar un evento similar cada dos años, aprovechando el apoyo que pudieran ofrecer las instituciones educativas en las que estaban adscritos. De esa manera el foro se convirtió en bienal y a partir del 2011 se han realizado cinco eventos de gran dimensión, incluyendo el de Ciudad Juárez. En 2013 el foro tuvo lugar en Santiago de Chile (sede: Universidad de Santiago de Chile); en 2015, en Montevideo, Uruguay (sede: Universidad de la República); en 2017, en Quilmes, Argentina (sede: Universidad Nacional de Quilmes; y, en 2019, en Bogotá, Colombia (sede: Universidad Autónoma de Colombia). Para fines del año 2021 está programado realizar el Sexto Foro Bienal Iberoamericano de Estudios del Desarrollo en Temuco, Chile (sede: Universidad de la Frontera).

Cada uno de estos foros ha tenido sus propias especificidades y alcances. Incluso, cada evento se ha definido por un tema general de discusión. En 2011, el foro bienal se centró en los nuevos enfoques del desarrollo; en 2012, en las rutas hacia el bienestar social, económico y medioambiental; en 2015, en la calidad de vida, la inclusión y la sostenibilidad desde la perspectiva de las políticas del desarrollo a principios del siglo XXI; en 2017, en torno al desarrollo humano y sostenible; y, finalmente, en 2019, se enfocó en el desarrollo humano integral y los retos del presente siglo.

Asimismo, en cada foro se organizó una gran cantidad de mesas que abordaron una importante variedad de temas. Se puede decir que ello permitió el encuentro de académicos que desde muy diferentes ópticas y regiones analizaron los temas del desarrollo, con lo que se logró mantener una reflexión plural y multidisciplinaria.

El mundo de las universidades o instituciones de educación superior no es el único que esta red ha alcanzado a través de sus actividades. A partir del foro bienal en Santiago de Chile, se han integrado a la discusión sobre temas del desarrollo, agencias u organismos gubernamentales y organizaciones de la sociedad civil. Ello ha enriquecido y ampliado enormemente las posibilidades de conocer proyectos oficiales y experiencias de intervención social y comunitaria, los cuales han nutrido el intercambio de ideas. Incluso, en el evento de Montevideo, Uruguay, por ejemplo, organismos como el Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo y Cooperación Española participaron como organizadores y aportaron parte del financiamiento del foro. De una colectividad propiamente académica, la RIED ha pasado a ser una comunidad de intercambio cultural significativo. A final de cuentas, el desarrollo se manifiesta en territorios y sociedades específicas con características culturales propias.

Pero, bajo el entendido de que los foros bienales son el principal punto de encuentro de la RIED, ésta ha logrado también concretar otras actividades que promueven los vínculos entre sus integrantes. En el ámbito de la formación de recursos humanos, se ha caminado por dos ejes: el primero, se refiere a la organización de cursos y diplomados. Por ejemplo, se tiene el curso “Los ODS de las Organización de las Naciones Unidas: desafíos y debates para su implementación en América Latina con énfasis en la perspectiva del desarrollo local”. Este curso, de carácter continuo, se ha organizado en coordinación con organismos como el Centro de Formación de la Cooperación Española, la Universidad de la República y la Universidad de Chile.

El segundo eje se refiere a la participación conjunta de integrantes de la RIED, adscritos a diferentes instituciones de educación superior, como codirectores de tesis y trabajos de investigación a nivel posgrado. En efecto, se ha consolidado una estrategia de intercambio académico para apoyar en la formación de recursos especializados en temas del desarrollo, mediante la participación conjunta de investigadores, lo que, además, apoya los esfuerzos de internacionalización de varios programas de posgrado y de los académicos miembros de la red. En este rubro, cabe destacar la participación de integrantes de esta red en el proyecto para la construcción del Índice de Desarrollo Regional - Latinoamérica (IDERE LATAM⁶), que conjunta el esfuerzo de varias instituciones universitarias.

Otra actividad para destacar es la editorial. Desde el año 2011 la RIED ha publicado no solo las memorias de los foros bienales, sino que ha apoyado la coordinación de libros co-editados con otras universidades latinoamericanas. Tanto las memorias como los libros se han convertido en un medio de difusión significativo y una buena oportunidad de promover el trabajo académico de profesores latinoamericanos y españoles, básicamente. Asimismo, desde el año 2017 la RIED acogió como propia una publicación periódica: los “Cuadernos de Trabajo en Economía, Población y Desarrollo” que edita la Universidad Autónoma de Ciudad Juárez, conformando otra de las publicaciones insignia de la red.

Cabe agregar, además, que la RIED ha entrado de lleno a la organización de seminarios y conferencias regulares, que se organizan y difunden a través de las distintas plataformas digitales de comunicación y “*streaming*”. Los “Seminarios RIED” y los “Diálogos Globales” son los principales eventos que la RIED difunde y promociona desde el año 2020. En el marco de estos espacios de discusión, se han organizado paneles con académicos, funcionarios gubernamentales y representantes de organismos internacionales en torno a diversos temas de coyuntura y discusión actual, tales como “Las respuestas del sector científico y tecnológico ante la crisis del COVID. ¿Qué están haciendo los sistemas nacionales de ciencia y tecnología?”, “Retos post COVID. En la búsqueda del equilibrio entre la recuperación económica y el respeto medioambiental”, “Desarrollo, bienestar y renta básica universal. El desafío de un nuevo paradigma ante la emergencia”, “Democracias desafiadas en tiempos de

⁶ <http://www.iderelatam.com/>

transformaciones regionales y globales” y “Garantías de los derechos humanos. El desafío para la democracia y el desarrollo.”

Por otra parte, también es importante destacar que la RIED cuenta con medios de comunicación e información en el ámbito de las redes sociales. Tanto un sitio de internet, como cuentas en Facebook, Instagram y Twitter, así como un canal de YouTube forman parte del conjunto de medios que utiliza esta red para promover sus actividades⁷. El sitio de internet ha sido de vital importancia para la RIED y una pieza central de la estrategia de gestión, ya que a través de esta plataforma se mantiene unidos a los miembros de la red que se encuentran en diferentes países alrededor del mundo y permite la integración de nuevos miembros e instituciones. Asimismo, en forma continua se envía un boletín informativo a los suscriptores de la red.

En lo general se ha presentado en este apartado la historia de la formación de la RIED, la cual cumplió en el año 2020 diez años de existencia formal. Hasta ahora gran parte de sus objetivos y propósitos se han cumplido y continúa su proceso de crecimiento y ampliación de actividades como una red académica y cultural de carácter internacional que promueve el intercambio de ideas y experiencias en torno a los estudios y acciones por el desarrollo.

Resultados de las principales actividades realizadas en el marco de la RIED

Actualmente la RIED está integrada por 465 miembros y reciben regularmente el boletín de Novedades de la RIED más de 1.000 suscriptores. La participación en la RIED puede realizarse tanto a nivel individual como institucional, en el marco de la pertenencia a instituciones de educación superior, centros de investigación, agencias u organismos relacionados con los estudios del desarrollo, la formulación de políticas públicas o las prácticas de intervención para el desarrollo. En cuanto a la distribución por países, la mayor parte de los miembros suscritos a la red son de países Iberoamericanos, aunque la red está abierta a interesados de cualquier país.

Las numerosas actividades que se organizan anualmente en el marco de la RIED involucran la coordinación y ejecución de diversas tareas. Para estas tareas la red cuenta con un Consejo Honorario conformado por 11 integrantes miembros de la RIED y un Comité de Coordinación a cargo de cuatro de estos miembros, conformando las

⁷ <https://riedesarrollo.org/>

autoridades de la red que cumplen sus funciones *ad-honorem*. En términos de financiamiento, la red se crea como un organismo sin fines de lucro, por lo tanto, los recursos que recibe son aportes personales, institucionales o de fondos públicos destinados al apoyo de este tipo de iniciativas.

Del total de actividades que se realizan el Foro Bienal es el eje central de la vida institucional de la RIED. Por lo tanto, los resultados alcanzados a lo largo de sus diez años de realización merecen una mirada más detallada.

Los Foros Bienales

La RIED ha organizado distintos Foros Bienales de carácter internacional desde su fundación, en donde se ha convocado a representantes de distintas instituciones de nivel superior pertenecientes a Iberoamérica. Si bien cada Foro tiene su propia estructura, en general, se organizan siguiendo un criterio que comprende dos o tres días de encuentros durante los cuales se presenta una conferencia magistral, conferencias especiales cada día, presentaciones de libros, exposición de posters y sesiones de mesas paralelas para la presentación de ponencias.

En la Figura 1 se observa cómo han evolucionado estos eventos académicos en el período 2011-2019. Resaltando que la tendencia de la asistencia se ha incrementado a medida que avanza el tiempo; la cantidad total de participantes que se han presentado en la modalidad de ponencia son 396 (100%). Sumado a esto se destaca que en cada Foro también se contó con la posibilidad de participar a través de la modalidad de “póster”, exponiendo un promedio de 30 trabajos en cada evento.

Figura 1 – Total de participantes en los Foros Bienales de la RIED.

Período: 2011-2019



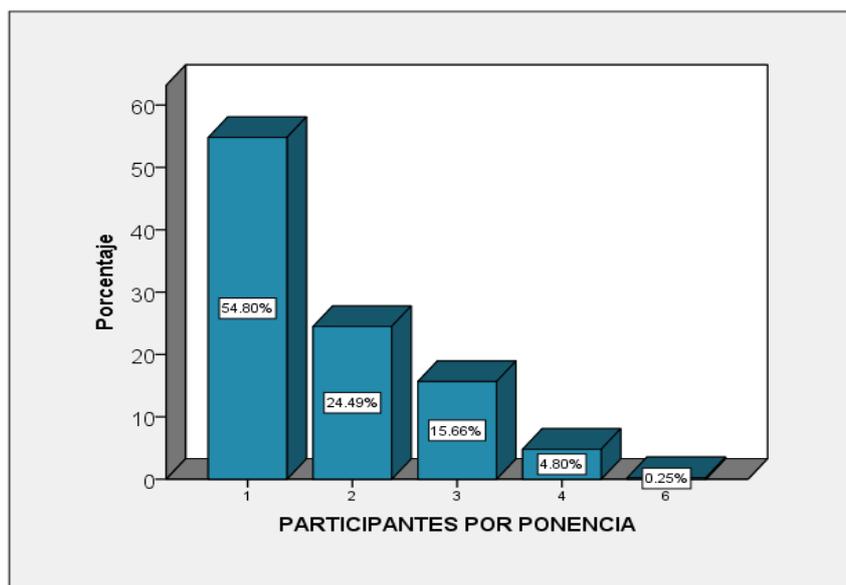
Fuente: Elaboración propia con base en la información de los foros RIED.

En relación con la distribución de los ponentes que han participado en los foros se presenta de la siguiente forma: en el evento organizado en 2011 se contó con la participación de 28 ponentes (7% de la participación total). En el foro de 2013 se presentaron 61 ponencias (15%). Por su parte, en 2015 hubo 98 presentaciones (25%). En 2017, se identifica una pequeña disminución, que se traduce en 87 ponentes (22%). Sin embargo, en 2019 se recupera la tendencia positiva, registrando 122 exposiciones (31%). Este comportamiento en el periodo analizado es un reflejo de que la RIED, se ha ido consolidando positivamente como una red que propicia encuentros con alta capacidad de convocatoria para reflexionar sobre los principales temas del desarrollo.

En este orden de ideas, en la Figura 2 se hace énfasis en la cantidad de participantes que se presentan por ponencia en los foros de la RIED. Las participaciones se encuentran con un rango de uno hasta seis autores por ponencia, concentrándose en su mayoría de uno a tres participantes por trabajo presentado.

Figura 2 – Cantidad de participantes por ponencia en los Foros Bienales de la RIED.

Período: 2011-2019



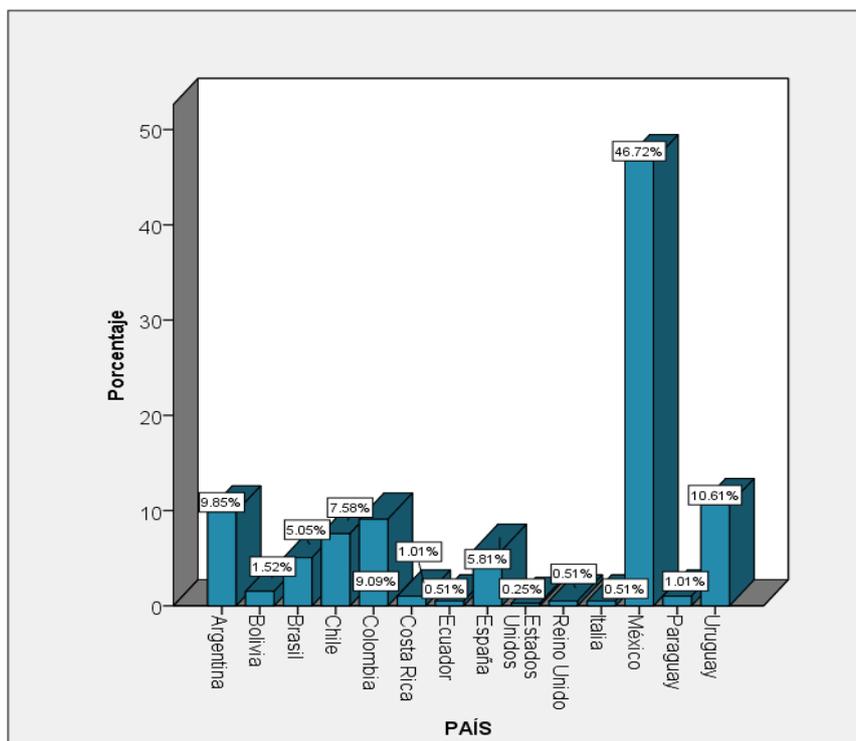
Fuente: Elaboración propia con base en la información de los foros RIED.

Ahora bien, en la Figura 3 se indican los países que han participado en todos los foros de la RIED. En total se registran 14 naciones⁸, en donde los cinco países que más han contribuido con ponencias en los eventos son: México (46%), Uruguay (42%), Argentina (10%), Colombia (9%) y Chile (7%). Este comportamiento se atribuye a que estos países han sido las sedes de los distintos foros en donde los académicos suelen estar participativos, con la excepción del caso de los participantes de México que, en general, ocupan el primer lugar en términos de asistencia en cada Foro.

⁸ Todos los países son: Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, España, Estados Unidos, Italia, México, Paraguay, Reino Unido y Uruguay.

Figura 3 – Distribución de ponencias por países en los Foros Bienales de la RIED.

Período: 2011-2019



Fuente: Elaboración propia con base en la información de los foros RIED.

Por último, son 148 las instituciones de educación superior, institutos y centros de investigación que han participado en los Foros Bienales de la RIED, las instituciones con mayor participación de ponencias son: a) Universidad Autónoma de Ciudad Juárez, México; b) Universidad de la República, Uruguay y c) Universidad Nacional de Quilmes, Argentina. Una vez más, se encuentra una relación directa entre las instituciones que fueron sede de los Foros y la alta participación de académicos locales, menos en el caso de la institución sede del Foro realizado en Colombia.

LA DIFUSIÓN DE CONOCIMIENTO ACADÉMICO Y CULTURAL EN LA RIED

La trayectoria de la RIED desde su creación en 2011 hasta la actualidad demuestra que el trabajo realizado por los miembros de la red durante estos años ha sido intenso y de un gran alcance. A partir de los siete criterios planteados en el marco conceptual se analiza el camino recorrido para conocer la naturaleza, la estructura, los mecanismos y la evolución de esta red. Estos criterios incluyen la consideración de la

amplitud, la composición, la heterogeneidad, el liderazgo, la temática, la simetría y la complementariedad de la red (Sebastián, 2003).

Sin duda la RIED ha crecido, en número de integrantes, diversidad de organismos que la integran, origen tanto de país como institucional de sus miembros, y la pluralidad de enfoques sobre el desarrollo. La ampliación de la red ha sido continua, lo cual se refleja en su membresía individual y de organizaciones, ya no solo directamente involucradas con el quehacer académico, sino con el diseño de políticas públicas.

La red pasó de nueve miembros y cinco instituciones iniciales a quinientos participantes y más de mil seguidores, vinculando actualmente a investigadores y profesionales de más de 14 países de Iberoamérica a través de sus foros bienales, llegando a casi toda la comunidad. Estos datos son el reflejo de la multilateralidad de la red y la gran dinámica de crecimiento que ha logrado en sus diez años de vida.

En términos de composición, las instituciones que forman parte de la red si bien en su mayoría continúan siendo aquellas asociadas a los ámbitos académicos y de educación superior, cada vez más se incorporan organismos públicos o dependencias gubernamentales, de los diferentes países de la región. Así, en los últimos foros se contó con la participación de instituciones de Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, España, Estados Unidos, Italia, México, Paraguay, Reino Unido y Uruguay.

Esta ampliación en la diversidad de instituciones, organizaciones y países que dialogan en la red refuerza la perspectiva multidisciplinar y plural con la que se desarrollan las actividades y se establecen los ejes de vinculación entre pares.

La RIED establece como único requisito para la adhesión formar parte de una institución de educación superior, centro de investigación, agencia, organismo o ser un profesional independiente vinculados con los estudios del desarrollo. Sin embargo, en función de la forma en que fue concebida la red la mayor proporción de las instituciones y de los miembros que la integran actualmente pertenecen al ámbito académico (universidades principalmente, centros de educación superior y centros de investigación). En este sentido, si se la caracteriza por la tipología de las instituciones adheridas se puede afirmar que es una red homogénea. Ahora bien, en los últimos años la RIED ha ido ampliando su alcance para la inclusión también de organizaciones de la sociedad civil y dependencias gubernamentales, con lo cual este rasgo tan marcado se podría ir suavizando en los próximos años.

En relación con el liderazgo de la red, en línea con lo que menciona Sebastián (2000) para las etapas fundacionales, durante este período la coordinación de la RIED ha estado a cargo de los miembros que tomaron la iniciativa para crearla. Debido a que se trata de una red formal, aunque no es una asociación legal, tiene establecido un mecanismo para la designación de autoridades y gestión de las actividades que se realizan. La autoridad máxima de la RIED es el Consejo Honorario de Dirección y también cuenta con un Comité de Coordinación que es el brazo ejecutor. En cuanto al Comité de Coordinación, hasta el momento los coordinadores y secretarios generales designados son parte de los miembros fundadores. En el período 2011-2017 se designó a dos investigadores de la Universidad de La República, Uruguay; y, desde 2018 se encuentran a cargo de estas tareas una investigadora y un investigador de la Universidad de La Frontera, Chile. Ahora bien, en los últimos años han ingresado en el Consejo Honorario de Dirección los primeros miembros que no estuvieron en la etapa fundacional, lo cual muestra el camino de apertura y ampliación que se propone la red.

A su vez, la temática que aborda y le da sentido a la RIED desde su origen, se refiere a los estudios del desarrollo, las características, los problemas u obstáculos y las políticas del desarrollo, que pueden agruparse en cinco grandes ejes: la económica, la social, la humana, la sostenible, y la territorial (local/regional). No obstante, desde su constitución y en los eventos generales como los foros bienales, con el propósito de ser más específicos, se precisan los temas que pueden abordarse a partir del planteo de ejes temáticos, siempre orientados por estas líneas generales.

Si bien en el estudio que se realizó no se incluyeron indicadores que puedan dar cuenta del nivel de (a)simetría en los niveles de desarrollo científico-tecnológico de las instituciones o los miembros de la red (por ejemplo, nivel de formación o categoría en la carrera de investigador), se entiende que al tratarse de una red que integra alrededor de quinientos profesionales e instituciones de catorce países, seguramente habrá disparidad en los niveles de desarrollo institucional. Por el contrario, las disparidades que pudiera haber entre los miembros de la red no necesariamente son una traba para el avance, sino una oportunidad.

La RIED se plantea como un espacio multidisciplinar para el fortalecimiento de los estudios sobre el desarrollo a partir de la complementación de conocimientos y saberes. Tal como plantea Galaso (2011), la trama de relaciones que se establece en las diferentes actividades que se realizan en el marco de una red permite la circulación de información y conocimiento, poniendo a disposición de los miembros el capital que

poseen a partir de cuya interacción se produce el capital social que influye positivamente en los procesos de desarrollo. De esta forma, la asimetría entre instituciones y miembros se convierte en una oportunidad para mejorar las condiciones de producción de conocimiento en los países de la región. Por eso es importante que las actividades que se realizan se conformen por varias instituciones de diferentes países. Esto es un rasgo importante en la RIED, por ejemplo, se observa como cada Foro fue realizado en diferente país y fue organizado por un conjunto de instituciones, donde una institución del país huésped toma la responsabilidad principal de la coordinación.

Al respecto, es importante señalar que la RIED se conformó como un organismo que impulsa iniciativas y esfuerzos institucionales, colectivos e individuales que se complementan, esto es, se aprovechan las capacidades y ventajas de cada uno de sus componentes. Por ello, en concordancia con lo que proponen Uribe y Cuadros (2013), el relacionamiento entre los miembros de la red se produce desde muy variadas actividades, tal como se lo describió en los apartados anteriores, donde puede prevalecer la comunicación informal pero prima la organización conjunta. Como ejemplo se encuentran los procesos de organización de foros y seminarios, cuyas actividades específicas se realizan conforme a un principio de asignación de tareas y apoyo mutuo entre distintos miembros de la red que, a su vez, pertenecen a distintas instituciones. De la misma forma, esto ocurre en el rubro del financiamiento de los eventos, ya que cada institución aporta, en la medida de sus posibilidades, recursos para la realización de los eventos. Conjuntar y coordinar cada participación es una responsabilidad de la coordinación de la red.

Otro aspecto destacado de la red es el uso intensivo de los diferentes medios de comunicación audiovisual. En línea con el planteo de Maldonado *et al.* (2008), se observa en la trayectoria de la RIED que ha sabido aprovechar la estructura de las redes sociales no sólo para difundir información sino también para incentivar el trabajo en grupo y de esta manera cumplir con uno de los objetivos de las redes de aprendizaje que es la colaboración entre sus miembros, distantes geográficamente, para la generación de conocimiento.

Por último, en cuanto al tipo de conocimiento que circula en la red, el conjunto de actividades que se realizan anualmente contribuye tanto a la difusión de conocimiento tácito (presentaciones, seminarios, diálogos) como codificado (libros, artículos académicos y tesis de posgrado), permitiendo la acumulación de capital social para fortalecer los procesos de aprendizaje y desarrollo.

CONSIDERACIONES FINALES

La RIED se ha consolidado como un punto de encuentro académico, un nodo de esfuerzos institucionales y un espacio de intercambio de experiencias culturales. Su evolución, desde el nacimiento hasta lo que hoy representa, da cuenta de la ruta que varias redes de esta naturaleza han recorrido. El trayecto no ha sido lineal y de manera constante se han presentado disyuntivas e inmersiones a procesos de adaptación, ello, derivado de la propia dinámica de crecimiento de la RIED a nivel internacional y la incorporación de más integrantes e instituciones con miradas y perspectivas diversas.

Conforme a lo descrito en los apartados anteriores, la RIED cumple los criterios con los que Sebastián (2003) caracteriza las redes internacionales. La amplitud se manifiesta a partir de un crecimiento sostenido de sus miembros y de instituciones, especialmente a nivel latinoamericano. Esta misma amplitud es acompañada del origen diverso de quienes integran la red, lo que garantiza la pluralidad de enfoques en torno a su contenido y acciones. Con esto último se plasma el criterio de composición. En cuanto al criterio de heterogeneidad, este ha sido una característica intrínseca a la RIED. Desde su gestación la RIED se fue construyendo por integrantes cuyo país de origen, institución de procedencia y experiencia de vida era distinto.

Por otra parte, el liderazgo en la RIED es manifiesto y se ha mantenido en el entorno del grupo fundador, el cual ha sido el eje de la toma de decisiones estratégicas. No obstante, de manera gradual se han incorporado integrantes que asumen cada vez más roles centrales. Ello abona en considerar a la RIED como un ente dinámico y adaptativo.

Cabe decir que la RIED se crea con base en la experiencia y apoyo de instituciones de educación superior con estructuras y prácticas relativamente similares; de esta manera había condiciones de simetría. Esta simetría se ha fortalecido, aún con el crecimiento de la red; sin embargo, desde un principio la estrategia fue trabajar en un entorno de complementariedad, con el propósito de aprovechar las ventajas y fortalezas de cada institución y las capacidades y habilidades de cada integrante.

Finalmente, la temática, como criterio que define a una red, es lo que le proporciona la coherencia, unidad y pertinencia a la RIED. El tema del desarrollo es, hoy por hoy, esencial, no únicamente en el ámbito académico, sino en el diseño de políticas públicas y la participación comunitaria. Es precisamente el hecho de que la

RIED se haya mantenido en esta línea y se haya constituido como una promotora de los estudios del desarrollo, lo que le ha permitido consolidarse en el ámbito internacional.

La experiencia de la RIED bien puede considerarse como un ejemplo de la evolución de las redes de su tipo. Una red académica internacional cuyo crecimiento hace cada vez más compleja la vinculación y la articulación de intereses y proyectos, tanto individuales como grupales, bien puede mantener formas de coordinación más simples y descentralizadas que faciliten la organización de actividades y sea atractiva para quienes buscan un espacio de encuentro, comunicación y reflexión sobre los temas del desarrollo. Y el hecho que luego de diez años de existencia la RIED pueda hablar de logros significativos y continúe impulsando y nutriendo proyectos, sean nuevos o aquellos que le han dado un sello a la propia red, es una muestra de su buen desempeño y consolidación.

REFERENCIAS

CRANE, Diana. *Invisible Colleges: Diffusion of Knowledge in Scientific Communities*. University of Chicago Press, 1972.

DE SOLLA PRICE, Derek. & BEAVER, Donald. Collaboration in an invisible college. *American Psychologist*, v. 21, n. 11, p.1011-1018.1966.

GALASO, Pablo. Capital social y desarrollo en las redes de innovación españolas. *Perspectiva. Revista de Análisis de Economía, Comercio y Negocios Internacionales*, v. 5, n. 2, p. 105-132, 2011.

GONZALEZ ALCAIDE, G., & GOMEZ FERRI, Javier. La colaboración científica: Principales líneas de investigación y retos de futuro. *Revista Española de Documentación Científica*, v. 37, n. 4, p. 062, 2014.

HERNANDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNANDEZ COLLADO, Carlos y BAPTISTA LUCIO, Pilar. *Metodología de la investigación* (2010), v. 3. México: McGraw-Hill.

LARNER, Wendy. Globalising knowledge networks: Universities, diaspora strategies and academic intermediaries. *Geoforum*, n. 59, p. 197-205, 2015.

LAZCANO PEÑA, Daniela & REYES LILLO, Danilo. Redes académicas en la investigación en comunicación en Chile: Análisis de co-autorías en el trabajo científico. *Revista Española de Documentación Científica*, v. 43, n. 1, 2020.

MALDONADO, Luis, URIBE, Víctor, LIZCANO, Adriana, SEQUEDA, Juan y PINEDA, Eliécer. Comunidades de aprendizaje mediadas por redes informáticas. *Educación y Educadores*. v. 11, n. 1, p. 199-224, 2008.

MOLINA, José Luis, MUÑOZ, Juan Manuel & DOMENECH, Mikel. Redes de publicaciones científicas: Un análisis de la estructura de coautorías. *Redes. Revista Hispana para el análisis de redes sociales*, v. 1, n. 3, 2002.

NAVARRO, José César. *Epistemología y metodología*. México, DF: Editorial Patria, 2011.

NELSON, Richard & WINTER, Sidney. *Evolutionary Theory of Economic Change*. Harvard University Press, 1982.

OCDE – Organización para la Cooperación y Desarrollo Económicos. La innovación tecnológica: Definiciones y elementos de base. *Redes*, v. 3, n. 6, p. 131-175, 1996.

OSCA-LLUCH, Julia. Aplicación del análisis de redes al estudio de la investigación española de historia de la ciencia. *Redes. Revista Hispana para el análisis de redes sociales*, v. 19, n. 6, p. 122-143, 2010.

PYKA, Andreas. Innovation Networks in Economics: From the incentive-based to the knowledge-based approaches. *European Journal of Innovation Management*, v. 5, n. 3, p. 152-163, 2002.

SABATINI, Fabio. Social capital as social networks: A new framework for measurement and an empirical analysis of its determinants and consequences. *Journal of Behavioural and Experimental Economics*, v. 38, n. 3, p. 429-442, 2009.

SANZ MENENDEZ, LUIS. Análisis de redes sociales: O cómo representar las estructuras sociales subyacentes. *Apuntes de Ciencia y Tecnología*, n. 7, 2003, p. 21-29.

SEBASTIAN, Jesús. Las Redes de Cooperación como modelo organizativo y funcional para la I+D. *Redes*, v. 7, n. 15, p. 97-111, 2000.

TAMAYO, Mario. *El proceso de la investigación científica*. p. 42-63. México: Editorial Limusa, 2003.

URIBE, Juan & CUADROS, Alejandra. Caracterización de las Redes Científicas Interinstitucionales Universidad Pontificia Bolivariana Sede Medellín-Colombia. *Journal of technology management & innovation*, v. 8, p. 165-173, 2013.

MULHER E MIGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS ATUAÇÕES DAS AGÊNCIAS INTERNACIONAIS DO MERCOSUL¹

Gislene Santos²

Thainá Guerra Lins³

INTRODUÇÃO

As reflexões e discussões sobre a globalização têm, desde os anos 1980, se apresentado regular em diversos campos da sociedade; coletivos, movimentos sociais, literatura acadêmica e mídias, para citar os mais presentes, têm se dedicado a decifrar, descrever e analisar os mecanismos do mercado global em diferentes campos de atuação. Tal produção, apesar das variadas análises, comporta algo comum: fluxos de bens, mercadorias e pessoas circulam no espaço internacional. Para os migrantes em busca de trabalho, não obstante ter se ampliado a extensão geográfica deste fluxo, as barreiras e restrições à circulação também se intensificaram. À medida que o mundo se amplia - pelos transportes, meios de telecomunicações e redes sociais de várias ordens, os dispositivos as restrições à circulação de pessoas também se incrementam, atingindo o ápice na vigilância e militarização ao longo das fronteiras internacionais. Como analisado por Santos (2007), uma das referências mais emblemáticas nos anos 1990, foram as operações de vigilância e militarização impostas pelos Estados Unidos ao longo da sua linha de fronteira com o México, para impedir a migração provinda deste país.

Entretanto, ao lado do papel do Estado moderno, detentor dos mecanismos reguladores da migração internacional, importa registrar que no contexto da globalização, organismos internacionais participam ativamente do controle e regulação dos fluxos migratórios, através da imposição de pautas e coordenação de políticas que, até antes dos anos 1980, se davam mais como propriedade das políticas nacionais.

¹ O presente artigo é resultado da pesquisa desenvolvida no Projeto “O transnacionalismo da migração feminina na cidade de Guajará-Mirim (RO) na fronteira entre o Brasil e a Bolívia”, com recursos do CNPq (2014 a 2017).

² Docente do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. Email: gislensantos@igeo.ufrj.br

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. Email: lins.thaina@gmail.com

Sassen (2001) reconhece que, a emergência no plano internacional dos Direitos Humanos e da intensificação da migração, ocasionaram alterações no plano da governabilidade e no da soberania nacional. A coordenação das políticas nacionais migratórias passa a estar mediada por acordos entre agências e organismos internacionais. Neste contexto, os migrantes, devido a suas táticas de ações e circulação no espaço internacional, seriam portadores de uma nova ordem internacional.

A América Latina também participa deste cenário da globalização. Desde os anos 1980 é possível reconhecer uma alteração tanto no campo das teorias e procedimentos metodológicos investigativos quanto em ações ativistas ao direito de migrar. À histórica migração do México para os Estados Unidos, soma-se nos anos 1980, a participação de países como Brasil, Argentina, Bolívia, Peru e o Equador - para citar a inserção dos países do sul global - no contexto das migrações intrarregionais e também internacionais, para além da América do Sul. Neste transnacionalismo migratório, ressalta-se a participação das mulheres na efetiva participação, organização e planejamento das viagens internacionais; em seu papel como membro de uma densa rede social migratória; em sua inserção no mercado de trabalho global; na sua centralidade para os rearranjos familiares derivados da migração e nas remessas enviadas para os locais de origem. Esta conjunção de situações vividas pelas mulheres migrantes foram alguns dos temas que se apresentaram no campo dos estudos migratórios.

Para este artigo, o esforço é apresentar um quadro das migrações na América Latina e particularmente no Brasil. Para tal, analisamos o lugar e o papel reservado à mulher migrante no contexto intrarregional do Acordo Mercosul (Mercado Comum do Sul). Nos valem da consulta às Atas das Reuniões do “Acordo sobre residência para nacionais dos Estados partes do Mercosul” e também guardamos atenção para o Capítulo das Migrações Internacionais - contido no documento final da “Conferência Internacional de População e Desenvolvimento” (CIPD), em 1994. A referência a este documento foi realizada por considerarmos sua importância no campo dos Direitos Humanos para a mulher. Em nossa análise, observamos que as disposições sobre a migração contida no Mercosul se alinham com a proposta da CIPD e ambas guardam semelhanças entre si em relação às migrações internacionais. O artigo se desdobra em 3 seções: 1) explanação das migrações na América Latina. O foco aqui é dado para a participação das mulheres neste curso atual migratório; 2) Atenção às disposições sobre a migração de mulheres na CIPD e no Acordo Mercosul; 3) Ao final, tecemos algumas

reflexões que problematizam a construção de um ideal de mulher migrante e o uso estratégico da migração das mulheres, como uma das justificativas, para a aplicação de medidas de securitização no espaço internacional.

MIGRAÇÕES FEMININAS NA AMÉRICA LATINA

A participação das mulheres no curso dos deslocamentos internacionais não é novidade e tampouco recente. No Brasil, em 1872, as mulheres representavam cerca de 46,7% do total da população escravizada, provinda da África⁴. No século XX, entre os anos 1930 a 1960, 47% do fluxo migratório internacional, era também composto por mulheres (DONATO; GABACCIA, 2016). No quadro da Argentina, como analisado por Lobato (1984), entre os anos 1915-1969, as mulheres empregadas no então *Frigorífico Armour*, um dos primeiros da indústria de alimentos na Argentina, eram sobretudo estrangeiras provindas da Polônia, Rússia, Itália e Espanha. A autora observa ainda que, neste mesmo frigorífico Armour, em Chicago (EUA) nos anos 1890, metade das trabalhadoras eram também estrangeiras. Assim, as mulheres historicamente têm incrementado o trânsito das migrações internacionais. Entretanto, esta demografia não foi capaz de desencadear políticas migratórias para as mulheres e tampouco análises no campo da pesquisa acadêmica. Há um certo consenso que somente a partir dos anos 1980, foi possível reconhecer a centralidade e posição da mulher como protagonista de um trajeto migratório na literatura internacional. No contexto da produção acadêmica, a inserção dos estudos de gênero abriu um caminho de pesquisa no qual a mulher, a partir de então, não se enquadra no papel normativo de coadjuvante familiar e restrita ao espaço doméstico, mas detentora de autonomia e decisão acerca de seu próprio corpo.

Na produção acadêmica, o trabalho de Herrera (2008) destacou as alterações das políticas migratórias nos Estados Unidos, que atingiam diretamente as mulheres migrantes provindas do Equador, sobretudo quanto à reunificação familiar. Em suas palavras:

⁴ Conforme o Recenseamento de 1872. Entretanto não temos, por este Censo, condições de auferir as mulheres e meninas já nascidas no Brasil. Apesar deste limite, esta estimativa registra a forte presença de mulheres que foram forçadas a atravessar o atlântico sul, dando origem a uma das maiores diásporas no mundo. Em trabalho recente, Donato e Gabaccia (2016) apontam que, entre os longos anos de 1532 a 1864, para o Brasil cerca de 32,2% do fluxo migratório forçado pelo tráfico atlântico de escravos era composto por mulheres.

Me interesa analizar como los y las migrantes responden, resisten, adaptan y/o contornean las leyes, reglas, procedimientos que emanan de determinadas políticas migratorias y como a su vez estas políticas son marcos estructurantes de su accionar (HERRERA 2008, p. 71).

A autora destaca que as políticas migratórias de restrição à reunificação familiar, criam situações de confronto, tensão, resistência ou mesmo adequação das mulheres migrantes. Assim, é preciso não descuidarmos de uma análise das políticas do Estado. E, especificamente, reconhecer que as políticas migratórias não atuam uniformemente sobre todo um grupo migratório. Apresenta, ainda a autora, o limite do transnacionalismo migratório das mulheres equatorianas quando, nos EUA, foi impedida a reunificação familiar. O fato das mães se verem separadas e impedidas de terem o(a) filho(a) junto a elas no país de destino, restringiu as conexões e as práticas transnacionais.

Assim, para além de uma “feminização da migração” qualificada pelo viés estatístico, o que merece atenção de análise são as condições de restrição, regularização e ou controle do fluxo migratório internacional nos anos 1980 e suas implicações nas práticas e táticas das mulheres no plano internacional. Em trabalho mais recente, Herrera (2017) descreve a participação da mulher equatoriana no mercado de trabalho da rede de cuidados na Espanha. Entretanto, apresenta uma descrição dos vínculos sociais nas localidades de origem das mulheres migrantes no Equador, mantidos pelas remessas. A categoria gênero é problematizada pois opera comportamentos, expectativas, constrangimentos desde a sociedade de origem da mulher migrante à do destino.

Uma outra perspectiva que merece atenção no plano da emergência das mulheres migrantes nos anos 1980 é a da transposição da análise das redes sociais para o campo migratório. Para além de uma explicação das causas da migração pelas condições de atraso e repulsão entre lugares de origem (atraso) e destino (desenvolvidos), no qual a migração é explicada por raciocínios e decisões individuais, a perspectiva das redes migratórias trabalha no campo das conexões socioespaciais. O curso migratório é sustentado por laços sociais e, apesar de habermos um mundo marcado por tantos conflitos, a rede se vale dos laços de parentesco, amizade, vizinhança, reciprocidade, entre outros. Nesse sentido, Massey et al. (1987) indicam que as redes sociais antecedem ao próprio ato de migrar e merecem ser consideradas como importante recurso que mobiliza vários atores no decorrer do curso migratório. Em suas palavras:

“a migração pode ser entendida como processo social, organizado por meio de redes forjadas por conexões interpessoais diárias, que caracterizam todos os grupos humanos” (Idem, p. 169). E acrescentamos: a rede migratória transnacional necessita de lugares para o seu acontecer. As conexões espaciais, um dos atributos espaciais da rede migratória, operam em localidades precisas. Este ponto é muito importante, pois daí advém a força da migração, sobretudo para os grupos mais subalternizados: fazer uso de vários lugares que não somente o de origem. A liberdade de movimento, a mais básica das necessidades humanas, precisa do espaço para o seu acontecer. Neste sentido, pensamos que os estudos das redes migratórias traduzem um ato de protagonismo territorial no contexto da atual globalização. E neste contexto empírico e teórico, a mulher se apresenta como um importante membro de uma rede social migratória. Se até então seu papel, como já apontado, era a de coadjuvante em um projeto familiar, como esposa ou filha, na perspectiva das redes sociais cabe reconhecer o seu papel e função na ação de migrar e delimitar a extensão de sua trajetória territorial. É nessa perspectiva que Pessar (1999) chama atenção para o fato de que o acesso aos recursos das redes migratórias são garantias e compromissos informados pelo gênero. No contexto da globalização, como analisado por Assis (2007), as redes sociais migratórias se configuram como uma das principais formas de organização das mulheres migrantes, através da qual é possível criar e manter um espaço transnacional, isto é, um espaço cujas ações se desdobram na origem e no destino - no lá e no cá, e mesmo em outros lugares.

Chegamos no ano de 2019 com 272 milhões de pessoas migrantes no espaço internacional. Deste total, as mulheres representam 47,9% do fluxo, ou seja, aproximadamente 133 milhões de mulheres, na faixa etária média de 39 anos de idade, estavam fora dos seus países de nascimento (United Nations, 2019). A América Latina, desde os anos 1960, contava com 47% de mulheres imigrantes; e em 2019, cerca de 50%, uma das poucas regiões no mundo que apresenta um equilíbrio de sexo na composição migratória. Para registrar, na América do Norte, em 2019, 51,8% da população migrante era composta por mulheres; na Europa, as mulheres eram 51,4%. (Idem, 2019). Apesar da forte participação da mulher em contextos migratórios, foi nos anos 1990 que se alterou a nacionalidade das migrantes nos países da América Latina. Se até os anos 1970, cerca de 75% da população migrante na Argentina, Brasil e Venezuela era de origem transatlântica (europeia), em 1990, esta participação se reduziu para 50% e em 2000, nos países acima citados, 54% do fluxo migratório é de origem

intrarregional. A Venezuela, em 2000, é o país onde se registra o maior contingente de população migrante intrarregional, com 74,2% dos estrangeiros provindos de algum país vizinho. Em sua maior parte, colombianos, dentre os quais 52% deste fluxo são mulheres. Costa Rica, Honduras, Equador, Belize, Bolívia, Chile e Panamá, juntamente com a Venezuela, são os países que mais receberam, em 2000, migrantes mulheres provindas de algum país da América Latina e do Caribe. Esta particularidade, registrada a partir dos anos 1990, requer uma análise à luz das condições políticas e econômicas da América do Sul e também registra que este fluxo tem origem nas zonas fronteiriças como, por exemplo, Costa Rica, que tem um histórico trânsito fronteiriço ao norte com a Nicarágua. O Brasil, em seu contingente de população estrangeira, tem apenas 21% provindos da escala intrarregional, dos quais 45,4% são mulheres. De maneira similar, o México comporta 17,52% do total de migrantes advindos do fluxo intrarregional, mas deste total de migrantes latinos no México, 53% são mulheres (Martínez Pizarro, 2003).

Retornando ao Brasil, entre os anos de 2011 a 2019 foram registrados 1.085.673 imigrantes. Deste total, 36,7% eram imigrantes mulheres. Chama atenção que a partir de 2016, sejam as migrantes provindas da Venezuela e do Haiti as mais representativas. Nos anos anteriores a 2016, a maior participação das mulheres migrantes eram aquelas provindas da Argentina e do Chile (OBmigra, 2020). Esta participação, que apresenta um ponto de inflexão em 2016 com a migração provinda da Venezuela, indica que se trata de uma migração para o Brasil no eixo Sul-Sul, o que também demanda políticas públicas voltadas para as particularidades intrarregionais.

A presença das mulheres haitianas no Brasil impõe uma perspectiva de políticas de integração que levem em consideração a dimensão racial. Nesse sentido, Oliveira (2017) aponta que pessoas negras são incluídas na categoria de “migrantes indesejáveis” no âmbito da política migratória brasileira. Embora a Lei de Migração tenha sido atualizada em 2017, o ideal que orienta o entendimento oficial e social da migração apoia-se nas estruturas estigmatizantes do histórico das políticas migratórias brasileiras. Segundo o autor,

[a]o contrário dos europeus, para os quais não houve nenhuma manifestação contrária da mídia ou dos setores mais reacionários da sociedade, os imigrantes negros foram tratados de forma discriminatória e preconceituosa. Para se referirem à imigração haitiana e africana, aqueles segmentos utilizavam expressões associadas a questões de segurança ou catástrofes climáticas, do tipo invasores, ameaça, avalanche, tsunami, entre outras, chegando-se ao ponto de cobrarem do governo que deportassem os imigrantes para os respectivos países de origem. (OLIVEIRA, 2017, p. 143)

Há, portanto, uma interseccionalidade necessária para pensar a integração da mulher haitiana, pois trata-se de uma vulnerabilidade tripla: migrante, mulher e negra. Aliado a estas migrações, o Brasil comporta também uma migração de mulheres ao longo dos limites internacionais fronteiriços: são as reconhecidas migrações transfronteiriças, que ocorrem nas contiguidades territoriais com os países vizinhos. Esta panorâmica apresentação do contexto migratório na América Latina, nos orienta a reconhecer: 1) a migração de mulheres não é um marco dos anos 1990; muito antes desta década, as mulheres já cruzavam fronteiras internacionais. Entretanto, sua identidade era dada como anexo a um projeto migratório masculino. 2) será no campo das redes sociais que o papel da mulher será reconhecido como membro central dos arranjos espaciais migratórios.

MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NA “CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO”

Em 1994 ocorreu, no Cairo, a “Conferência Internacional de População e Desenvolvimento” (CIPD). Para as mulheres da América Latina, esta deve ser reconhecida como uma das mais importantes, pois inaugura, a partir daí, o aparecimento dos direitos humanos no campo da saúde reprodutiva nas conferências de população. Apesar da América Latina, no período de 1990 a 1995, já apresentar uma queda na taxa de fecundidade, com 2,7 filhos por mulher, a marca do Cairo incide diretamente sobre o direito sexual reprodutivo da mulher e, de certa forma, pela primeira vez, os fantasmas do crescimento populacional e o da explosão demográfica não se constituem mais como o grande problema demográfico. Na América Latina em 1997, 73% de sua população vivem em cidades. Neste ambiente se recrudescer uma nova preocupação para os organismos populacionais: as migrações entre os países.

Assim, o Capítulo X - “Migração Internacional e Desenvolvimento”, logo no primeiro parágrafo assim fundamenta a sua justificativa de ação:

A migração internacional tem também o potencial de facilitar a transferência de habilidades e de contribuir para o enriquecimento cultural. Todavia, a migração internacional envolve a perda de recursos humanos para muitos países de origem e pode resultar em tensões políticas, econômicas e sociais nos países de destinação. Para serem eficientes, as políticas de migração internacional precisam levar em consideração as limitações econômicas do país receptor, o impacto da migração na sociedade que a recebe e seus efeitos para os países de origem. **A capacidade de controlar, em longo prazo, a**

migração internacional está em viabilizar para toda pessoa, a opção de permanecer em seu país. Um crescimento econômico sustentável e justo e estratégias de desenvolvimento compatíveis com esse objetivo são meios necessários para esse fim. Além disso, um uso mais eficiente pode ser feito da contribuição potencial que os nacionais expatriados podem dar para o desenvolvimento econômico de seus países de origem (p. 83). (grifo nosso).

Esta longa citação merece ser reproduzida, pois permite situar a inserção da migração internacional no quadro de uma conferência sobre a população. Primeiro, chama a atenção que a migração, logo de entrada, seja apresentada como um problema, cuja solução anunciada está em que as políticas nacionais viabilizem a não emigração. Trata-se portanto de políticas de planejamento da migração, mas que tem, como primeira ação, a permanência do migrante em seu território de origem e a sua não mobilidade. Em continuidade às justificativas de ação, assim se edita: **“Os governos de países de origem e dos países de destinação devem procurar tornar viável a toda pessoa a opção de permanecer no seu próprio país”** (CIPD, p.84, grifo nosso). É interessante verificarmos que, sendo este um capítulo que se propõe a tratar da migração de pessoas, as primeiras ações sejam as de colaboração entre os países de origem e os de destino para conter a circulação dos futuros migrantes. Ou seja, trata-se de um discurso cuja prioridade primeira deverá ser buscada nas políticas estatais de contenção dos e das migrantes do que estimular ações de políticas multilaterais e cooperação para o tratamento dos movimentos migratórios. Assim, pode-se afirmar que há uma gestão global dos fluxos migratórios, por meio da qual, através do discurso securitário, o Estado reconfigura o território e realiza uma seleção dos migrantes, numa lógica de expansão e retraimento territorial (HAESBAERT, 2009). Nesse sentido, Fernandes (2017) afirma que essa lógica é referente a uma configuração territorial estabelecida pelo Estado, na qual as barreiras - sejam elas físicas, documentais ou simbólicas - são instrumentos espaciais privilegiados de regulação dos movimentos humanos.

De certa forma não surpreende que estas recomendações tenham sido legitimadas institucionalmente. Como já apontado, a característica da globalização é simultaneamente veicular vários fluxos, sobretudo o de bens e mercadorias e restringir o de pessoas, aqueles(as) considerados não desejáveis. Se temos a velocidade das técnicas de telecomunicações, também habitamos um mundo que atingiu em 2019 cerca de 70 muros ao longo das fronteiras internacionais, com objetivo único de impedir a circulação de pessoas entre os países (Cf. El País, 2017). Um dos mais recentes muros edificados, situa-se na América do Sul: em 2014, entre as duas cidades vizinhas:

Posadas (Misiones/Argentina) e Encarnación (Itapúa/Paraguai), um muro de concreto de 5m de altura e 300m de largura foi erguido nas margens do rio Paraná. Historicamente, estas duas localidades construíram intensas trocas entre a população fronteiriça, com a participação de mulheres no pequeno comércio de alimentos. Este novo ordenamento territorial urbano carrega, também, um conjunto de objetos normativos e controles migratórios (tarifas no transporte, câmeras, aduanas) que se instalaram sobre esta área, sobretudo para o controle da população em direção à Argentina, o que obstaculiza o trânsito das migrantes fronteiriças (Medina 2020).

Em relação a CIPD, no Capítulo X, a atenção será dada a 2 grupos de migrantes: os regulares e os irregulares. Não se encontra uma atenção mais extensa à mulher migrante. Esta, quando aparece, estará ligada à reunificação familiar, à violência e ao acesso à educação dos filhos. Assim, na subseção “Migrantes Regulares”, a forma e o conteúdo das recomendações serão mais amplos do que em relação ao migrante irregular. Para os migrantes regulares, a concessão e garantia de direitos, a eliminação de práticas discriminatórias, sobretudo contra grupos vulneráveis, como crianças, idosos e mulheres (p.85). Ainda que se reconheça uma maior amplitude para o tratamento com o migrante regular, sua presença no país receptor também é concebida a partir de uma lógica padronizada que estipula um modelo ideal de migrante. Dessa forma, consta na justificativa de ação que

A migração regular é, em geral, benéfica ao país anfitrião, **desde que** os migrantes estejam, em geral, nas idades mais produtivas e tenham as habilidades de que precisa o país receptor e sua admissão esteja de acordo com as políticas do governo (CIPD, p. 85).(grifo nosso).

Assim, são sobrepostos aos direitos da pessoa que migra, os interesses do país anfitrião, sobretudo no campo econômico. Já adiantando, esta perspectiva é a que será dada no Acordo Mercosul. Mas quanto aos objetivos desta subseção, destacamos aquele que versa sobre a garantia de “proteção contra o racismo, o etnocentrismo e a xenofobia” (CIPD, p. 85), que também aparecerá na seção destinada aos migrantes irregulares. Este objetivo chama atenção porque, em certa medida, contradiz a pretensão de um migrante ideal - homem, branco e na faixa etária economicamente ativa - para quem as políticas migratórias são elaboradas. A discriminação contra a raça, etnia e a xenofobia, que afetam a trajetória de um migrante-estrangeiro, aparece timidamente e pouco elaborada como ponto nas recomendações. Dessa forma, somente é possível

conceber a igualdade de condições para uma pessoa migrante a partir de uma análise generalista, desconsiderando as variáveis de gênero, raça e classe.

Na seção anterior apontamos o peso desta discriminação nas políticas migratórias. E, ao analisarmos o Capítulo X da CIPD, a dimensão étnico-racial merece novamente ser destacada, pois nos remete ao passado racista das políticas migratórias adotadas pelo Brasil entre os séculos XIX e XX. Em: “A mão que afaga é a mesma que apedreja: direito, imigração e a perpetuação do racismo estrutural no Brasil”, Silva (2020) detalha a construção e o desenvolvimento das políticas migratórias nacionais, com enfoque no privilégio destinado a grupos migrantes europeus, em detrimento da migração de pessoas não-brancas provindas dos continentes africano e asiático, e até mesmo de outros países da América Latina. Ainda, nos dias atuais, embora a Lei de Migração (13.445/2017) tenha adotado uma posição em defesa dos direitos humanos, ações xenofóbicas pautadas por um marcador étnico-racial ainda são recorrentes⁵.

Para a subseção “Migrantes Irregulares” sobressai a defesa da soberania dos Estados Nacionais no controle das entradas e permanências nos territórios:

É direito de toda nação-estado sobre quem pode entrar e permanecer em seu território e sob quais condições. Esse direito, entretanto, deve ser exercido com cuidado para evitar ações e políticas raciais ou xenofobas. Migrantes sem documentação ou irregulares são pessoas que não preenchem as exigências estabelecidas pelo país de destinação para a admissão em emprego e para permanecer ou exercer uma atividade econômica (CIPD. p. 86).

Ainda que o Documento reconheça que: “Os governos, com o apoio de apropriadas organizações internacionais devem conter a migração irregular” (Idem, p.87), importa, nesta subseção que trata o migrante irregular, que são os governos, segundo os seus interesses nacionais, que definem as políticas migratórias vigentes em sua jurisprudência. Nesse sentido: “A transformação de um estrangeiro em imigrante irregular é um processo político, comandado pelo Estado. É a política migratória que vai definir através de leis, quem pode entrar, permanecer e se manter regular no território em questão.” (LUNARDI, 2016, p.36).

⁵ É importante destacar que a xenofobia nos casos mencionados tem um conteúdo fundamentalmente racial e opera pela lógica de que o imigrante branco europeu contribui com o desenvolvimento do país, enquanto os imigrantes não-brancos representam ameaças sociais, econômicas e políticas ao país de recepção.

Mediante a isso, neste segmento do texto, as justificativas, os objetivos e as ações estão, majoritariamente, associados ao aspecto securitário, com menções superficiais à garantia dos direitos humanos das pessoas em situação de irregularidade. Há, portanto, um fortalecimento do estereótipo do migrante como uma ameaça à ordem social, sobretudo quando este não está em condições de regularidade. Tanto que o tráfico internacional está mencionado nesta subseção, prevendo sanções a seus organizadores, sobretudo quando associado às crianças, jovens e às mulheres. Chama atenção ainda que, em condição de irregularidade, não há qualquer política ou ação de inserção dos filhos dos migrantes irregulares à educação ou a outros meios de integração. Destacamos também que há uma ausência às especificidades de gênero, e a mulher migrante, quando aparece, estará associada aos riscos internacionais da migração que são o tráfico e a prostituição.

A QUESTÃO DO GÊNERO E MIGRAÇÕES NO MERCOSUL

No final dos anos 1990, a questão da regularização migratória entre os países da América do Sul se apresenta como tema vigente no interior do bloco regional do Mercosul (Mercado Comum do Sul)⁶. Desde o Tratado de Assunção (1991), documento de fundação, a circulação de pessoas se associa à de bens e mercadorias. Trata-se mais de ajustar os protocolos para a circulação temporária laboral entre as áreas fronteiriças. As raras menções ao deslocamento de pessoas, quando aparecem, vinculam-se à dimensão laboral, dentro do Subgrupo de Trabalho 10 - “Relações trabalhistas, Emprego e Seguridade social”. A preocupação volta-se para a categoria *trabalho temporário* e tampouco aparece alguma menção às mulheres como migrantes, ainda que trabalhadoras temporárias. Assim faz sentido reforçarmos o ocultamento da mulher migrante em distintas esferas políticas.

Somente em 2002, uma década após a implantação do Mercosul, as decisões aprovadas apresentaram uma diferenciação normativa do bloco e o tema da migração entre os países esteve presente nas reuniões. Esta fase de inflexão quanto às normativas para o trato da migração precisa ser entendida também pela participação da OIM

⁶ O Mercosul foi criado em 1990, tendo como Estados Partes: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A Bolívia participou como membro associado no período de 1996 a 2015. A partir desta última data, 2015, muda de posição como membro dos Estados Partes. A Venezuela, membro dos Estados Partes em 2012. Como Membros Associados: Chile (1996), Peru (2003), Colômbia e Equador (2004; Guiana e Suriname (2013).

(Organização Internacional da Migração) e do ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para o Refugiado), ambas convocadas para assessoria junto ao Mercosul em 2000. Como analisado por Fernandes (2017), a OIM será fundamental no campo tanto técnico quanto na gestão das migrações no contexto do Mercosul. Nesse contexto, o *Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul* - aprovado em 2002 e ratificado em 2009 - se destaca por ser a medida normativa regional de maior relevância e por representar tanto uma expectativa para medidas de integração regional quanto um novo entendimento sobre as migrações no bloco. Este Acordo torna-se uma referência regional porque possibilita, aos migrantes dos países signatários, a obtenção da residência permanente; transcorridos dois anos de sua situação como temporário, o migrante poderá solicitar seu visto permanente, desde que atenda as exigências para tal, como: a comprovação do vínculo empregatício, o comprovante de uma renda fixa e assumir as responsabilidades dos custos e despesas para a retirada dos documentos de sua regularização. Ao ter acesso ao visto de permanência e reconhecida a sua condição jurídica de migrante regular, estará garantido ao migrante o exercício da sua atividade profissional como também a reunificação familiar e a transferência das remessas. Todos os direitos elencados no capítulo X da CIPD serão, sobre a assessoria da OIM, contemplados neste Acordo do Mercosul. Importa reforçar que a garantia dos direitos se respalda na condição jurídica de migrante regular.

Entretanto, durante o intervalo entre a aprovação do Acordo sobre Residência (2002) e a ratificação (2009), outros acordos referentes à circulação de população foram implementados, especificamente no trato do trânsito fronteiriço entre o Brasil e os países vizinhos. Relembramos que os tratados bilaterais para a migração laboral transfronteiriça antecedem à criação do Mercosul. Neste contexto, em 2004, ocorre a ratificação do “Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços e Uruguaios”, na qual se institui a Carteira de Trânsito Vicinal. Para efeito de apontamento, este foi o primeiro acordo celebrado pelo Brasil com um dos países vizinhos, em relação ao trânsito comum da população entre os dois países. Em 2009, se institui o Documento Especial Fronteiriço (DEF) pelo “Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços e Bolivianos”. Ressalta-se que estes são documentos bilaterais, restritos à circulação da população somente na faixa fronteiriça comum aos países acordados. Como apontado, no Tratado de Assunção, estas situações de circulação fronteiriça já estavam sendo discutidas entre os países membros dos Estados Partes. De certa forma, a temática da geopolítica internacional

voltada para a securitização das fronteiras internacionais entra também no campo da agenda do recém formado Mercosul. Na continuidade destes dispositivos para a circulação da população fronteiriça, em 2011, é lançado no Brasil o “Plano Estratégico de Fronteira”, que tem como eixo central a securitização e o controle da fronteira⁷. Portanto, nas discussões do bloco, a migração intrarregional não será concebida como um dos elementos fundamentais para o processo de integração regional, mas sua inserção será a partir da pauta dos agenciamentos contemporâneos internacionais, devido à urgência para o aumento do controle de fronteiras e o reforço da segurança regional (LUNARDI, 2016). Aqui, também nos apoiando em Fernandes (2017), as ações normativas para a regularização da migração serão aplicadas sobretudo para o segmento da tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai. No espaço urbano, em Ciudad del Este (Paraguai), Puerto Iguazú (Argentina) e Foz do Iguazu (Brasil), esta tríade das cidades da fronteira sul, será considerada como uma das áreas fronteiriças mais permeáveis na América do Sul e palco para a implementação das políticas de controle e de vigilância. Apenas para ilustrar a configuração populacional desta região, em 2010, a cidade de Foz do Iguazu (BR), tinha um total de 256.088 habitantes e uma população estrangeira proveniente de 34 nacionalidades, representada sobretudo pelas nacionalidades paraguaia, libanesa, argentina e chinesa (Censo Demográfico, 2010, IBGE) e com densas interações espaciais fronteiriças. No quadro da imigração de mulheres, 72,61% são provindas sobretudo do Paraguai, país membro do Mercosul. Apesar deste dado levar em conta somente as mulheres que realizaram a mudança de residência domiciliar, é preciso notar que a migração do Paraguai em direção à cidade de Foz do Iguazu, merece ser entendida também no contexto histórico de distintos deslocamentos populacionais entre o Paraguai e o Brasil. Seja no deslocamento pendular, no trânsito cotidiano para o trabalho ou estudo, na migração com mudança definitiva do domicílio de residência, seja uma migração circular com residências alternadas entre os dois países. São formas múltiplas e de trânsito populacional em espaços transfronteiriços.

Então, a pergunta: como se insere a mulher migrante na pauta institucional do Mercosul? Em 1998, na cidade do Rio de Janeiro, realizou-se a primeira Reunião Especializada das Mulheres do Mercosul (REM). O objetivo era “estabelecer um âmbito

⁷ Conforme Decreto no.7.496 de 8 de junho de 2011 - Plano Estratégico de Fronteiras. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=7496&ano=2011&ato=6e2QTSE9UMVpWT863>. Acesso em 30.04.2021.

de análise da situação da mulher com relação à legislação vigente nos Estados parte do Mercosul, no que se refere ao conceito de igualdade de oportunidades”⁸. Nesta primeira reunião, em 1998, tratava-se das questões direcionadas ao trabalho, retomando a temática da igualdade de oportunidades, tratada na IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing (1995). Assim, na primeira REM, os eixos apresentados foram: igualdade de oportunidades; assuntos trabalhistas, emprego e seguridade social; Micro, Pequenas e Médias Empresas do Mercosul. Esta última temática será discutida também na segunda Reunião, em Montevideu (1999), quando acresce-se ao trabalho, as temáticas da educação, saúde e participação social. Neste curto período de implantação da temática da mulher no Mercosul, as discussões em torno do trabalho serão as mais significativas. O trabalho será a dimensão privilegiada, mas não necessariamente a mobilidade do trabalho feminino. Em 2006, foi criada a primeira mesa temática no interior do Mercosul voltada para a “Violência de Gênero”. E a partir daí a violência contra as mulheres estará presente em toda a plataforma de ação da REM. Em 2009, se institucionalizou a participação da REM na rede de cooperação de organismos internacionais, em parceria com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID). Os projetos da REM relacionados à temática de gênero e violência serão financiados por este organismo⁹.

Neste ano, em 2009, ocorreu a implantação da segunda mesa temática “Trabalho e integração econômica”. Estes dois temas: “Violência de gênero” e “Trabalho” serão considerados prioritários no quadro da REM. E em 2010, a reunião da mesa temática sobre o Trabalho, com representantes da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, onde a questão central foi o trabalho doméstico remunerado e o não remunerado. Em 2012, a REM mudou de status para Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul (RMAAM), tendo como representantes Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina. Nesta nova composição, as deliberações no interior da RMAAM visam e terão condições políticas de serem implantadas pelos Estados membros aí representados¹⁰. Os

⁸ Conforme: Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/acoes-internacionais/Articulacao/mercosul/o-que-e-rmaam>. Acesso em 08.12.2015. Conforme: A RMAAM na Argentina. Disponível em: <http://www.mercosurmujeres.org/pt/boletin-bo83>. Acesso em : 08.12.2015

⁹ Cf. website: <http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/files/BAJA%20RMAAM%20MEMORIA%20MAYO%202013%20PORTUG.pdf>. Acesso em 10.12.2015.

¹⁰ Da Argentina: Conselho Nacional da Mulher e pela Representação Especial para a Mulher no âmbito Internacional do Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto. Do Brasil:

países localizados no segmento norte fronteiro não estarão representados no interior da RMAAM. Esta ausência de representações implica também a falta de participação em projetos comuns derivados da migração transfronteiriça ao norte do Brasil. Damos atenção a esta não representação e, em análises anteriores, registramos a árdua luta cotidiana das mulheres bolivianas na fronteira norte do Brasil, para demarcar um lugar de pertencimento no destino, seja no acesso à comunicação, à regularização ou à escolarização de seus filhos e filhas (SANTOS, 2017). No período de 2000 a 2016, 57% das solicitações de regularização em Guajará-Mirim (cidade brasileira, localizada no estado de Rondônia, limite internacional com a Bolívia), foram feitas por mulheres, e cerca de 30% das solicitantes estavam na faixa etária de 15 a 29 anos de idade; e 30%, na de 30 a 39 anos de idade (LINS, 2018). Citamos a situação destas mulheres bolivianas em Guajará-Mirim para exemplificar a seletividade das ações do Mercosul no interior da RAMM. Uma das necessidades de políticas públicas reivindicadas são aquelas voltadas para a educação. Em 2016, como constatado em visita de campo, em Guajará-Mirim, a única escola pública que atendia alunos provindos da Bolívia foi fechada pela Secretaria Municipal de Ensino, desconsiderando os projetos desenvolvidos por professores, alunos, pais e toda uma comunidade escolar fronteira (SANTOS, 2016). Registramos também a ausência da Bolívia no “Programa de Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira”, financiado com recursos do Mercosul e que contou com a participação decisiva da Argentina e ausência absoluta da Bolívia (VEIGA, 2014). No tratamento da migração no interior do Mercosul, as decisões estarão geograficamente restritas às representações dos países localizados na fronteira sul. O que já nos adverte que as políticas incentivadas pelas agências internacionais são geograficamente seletivas¹¹.

Como apontado na seção anterior, o Brasil é ponto de conexão, seja de origem, destino e ou passagem, para as mulheres migrantes na escala intrarregional. Entretanto, no quadro das ações do Mercosul, não há uma agenda ou tratamento à migração de mulheres que não aquelas voltadas à violência, ao tráfico de mulheres e ao trabalho. E,

representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Do Paraguai: Secretaria Nacional para as Mulheres; e do Uruguai: Instituto Nacional das Mulheres. São representantes oficiais dos seus respectivos Estados e que ocupam cargos executivos.

¹¹ Esta disposição se altera em 2015, quando da migração de Venezuelanos para o Brasil, tendo as cidades de Pacaraima e Boa Vista em Roraima, como ponto de destino e de passagem. Devido a esta migração, em curto espaço de tempo, as agências da OIM, ACNUR, CRUZ VERMELHA, UNICEF estabelecem projetos e firmam ações nestas localidades. Registramos também a presença efetiva do Exército brasileiro na “Operação Acolhida”.

embora tenhamos um grupo como a REM (1998) e a RMAAM (2012), a migração de mulheres será assunto dos eixos temáticos “Violência de gênero” e “Trabalho e integração econômica”. Quanto à violência, esta será tratada mais especificamente no “enfrentamento ao **tráfico** de mulher com fins de exploração sexual” (grifo nosso). A questão da violência e do tráfico de mulheres é considerada como um dos eixos prioritários do Programa da AECID junto à RMAAM. Através desta parceria, foi criado em 2012, o “Mecanismo de articulação para o atendimento de mulheres em situação de tráfico internacional”. E também o “Guia Mercosul de atendimento a mulheres em situação de tráfico com fins de exploração sexual”. Estas duas situações - tráfico de mulheres para exploração sexual e laboral - se materializam no “Pasaporte Informativo. Migración Laboral con Derechos. Mercosur”. Trata-se de um tipo de guia de viagem internacional para as mulheres migrantes, publicado pelo Conselho Nacional das Mulheres da Argentina, financiado pela União Européia, em parceria com a Organização das Nações Unidas - ONU Mulheres e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Este Passaporte informativo trata diretamente dos direitos trabalhistas das mulheres migrantes como trabalhadoras domésticas. Assim, para o trabalho, as informações necessárias para o bom acesso ao setor de serviços de cuidados; esta preocupação, a das mulheres migrantes na rede de cuidados, interessa particularmente à Espanha, visto que vem aumentando a presença das mulheres provindas da América Latina como trabalhadoras domésticas neste país (HERRERA, 2017). Mas, chama-nos a atenção, que seja também neste passaporte que se encontre, ao lado das orientações para o trabalho doméstico, as informações preventivas sobre o tráfico de mulheres. Assim, o que é recorrente na RMAAM são os planos de ações de enfrentamento ao tráfico transnacional de mulheres. Ou seja, a migração feminina, ainda no contexto do acordo Mercosul, está estritamente relacionada ao contexto da violência de gênero, tendo como ações mais efetivas aquelas que atuam no impedimento do tráfico de mulheres. Pensamos que as medidas de impedimento a esta violência devam ser colocadas em prática, entretanto a migração feminina tem muitas outras dimensões que não somente aquelas marcadas pelo tráfico de pessoas. A incidência discursiva pontuada entre migração de mulheres, o tráfico de pessoas e a exploração sexual, pode correr o risco de não atentar-se a outras dimensões da mobilidade feminina, como as culturais, educativas, a dos direitos sexuais e reprodutivos, o direito à moradia, tão carentes de serem atendidas por políticas públicas tanto para a mulher migrante como também para

as nacionais; estas são algumas das dimensões reais na vida de uma mulher migrante que não têm recebido o mesmo tratamento discursivo.

Piscitelli (2013) reconhece que no contexto contemporâneo do transnacionalismo migratório, a mulher aparece nos circuitos migratórios do turismo sexual ou no tráfico de pessoas. Isto é importante pois, de certa forma, justifica as políticas de segurança e de controle migratório. A emergência da mulher migrante no campo da política internacional está tão somente marcada pelo discurso da violência e do tráfico. Este reiterado discurso anima a construção de estigmas sobre a mulher migrante. Reforçamos que não se trata de descuidarmos de todos os tipos de violência contra as mulheres, entretanto, esta é uma das formas de opressões contra as mulheres, mas não a única. E sobretudo, há outras formas de violência, como a institucional, que não são apontadas na RAMM. Se, por um lado, na CIPD, temos uma ampliação das garantias dos direitos das mulheres, estes não foram transpostos para o campo da migração internacional. Como apontamos, a atenção foi dada para a violência de gênero e a exploração do trabalho. A especificidade do gênero não se encontra no *Acordo sobre Residência para os Nacionais dos Estados Parte do Mercosul*. Mesmo na RMAMM, as questões relativas à mulher migrante foram colocadas em discussão política, mas não como eixo central. A circulação das mulheres migrantes não compõem o quadro prioritário de objetivos do bloco, de maneira que as discussões sobre as políticas migratórias e gênero tiveram pouco espaço, mesmo com o significativo trânsito de mulheres entre os países.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, este artigo guarda uma atenção à desatenção dada pelas agências internacionais contemporâneas e o Mercosul às políticas públicas para as migrações de mulheres. Ao longo da seção 1, apresentamos a participação ativa da mulher migrante. Entretanto, há um descompasso entre a produção acadêmica e o campo das políticas e das agências de governabilidade migratória. Se analiticamente o campo das redes sociais e do transnacionalismo migratório tratam de evidenciar que a migração é um processo complexo, configurado por relações da mulher migrante entre vários países, as agências internacionais, assessoras dos Estados nacionais no campo das políticas migratórias, têm como mira do transnacionalismo das mulheres, apenas aquele no campo da violência e do tráfico sexual. Isto é importante, pois as políticas migratórias

deveriam levar em conta as conexões e práticas transnacionais das mulheres, que tem várias dimensões que não são dadas pela securitização e controle migratório. Pensamos que a reificação das migrações das mulheres no espaço transnacional pela violência e tráfico sexual, tem sido estratégica para as ações dos organismos internacionais e os governos para a política de securitização ao longo das fronteiras. Nessa perspectiva, o transnacionalismo das mulheres migrantes se restringe aos riscos do tráfico sexual e violência de gênero.

Por sua vez, evidenciamos que, se por um lado, as agências internacionais de controle e regularização migratórias tornam-se presenças efetivas em alguns dos países da América Latina verificamos, ao mesmo tempo, uma carência de políticas (tanto do Estado quanto das próprias agências) para esta população feminina migrante. No transnacionalismo migratório, a participação das mulheres impõe uma nova dinâmica nas pautas e agências migratórias que não são atendidas. Assim, mulheres, migrantes e redes sociais se articulam como nunca antes na história da mobilidade populacional e compõem uma nova semântica nos estudos da globalização. No contexto das pautas das agências internacionais, apontamos duas situações: a) há prioridade geográfica para as ações de regularização e de controle: não serão todas as localidades inseridas diretamente nos fluxos migratórios que merecerão a atenção dos organismos internacionais. Há lugares mais atrativos na rede dos agenciamentos e governança migratória; b) há um elemento **oculto** nas pautas das agências: a dimensão étnica e racial da migração. Esta segunda situação, nos parece ainda mais merecedora de críticas em se tratando do Brasil. Evidenciamos que, apesar da feminização e da dimensão étnica e racial estarem na ordem dos perfis migratórios, estas se pontuam como pautas marginais nas ações normativas dos organismos internacionais. Pautamos que nesta relação mulher-migrante-rede, o que se firma é um tipo-ideal de mulher migrante – que para além das particularidades e pluralidades culturais – devem se conformar à uma solução e resposta modelar dada pelas organizações internacionais.

Sem dúvida, a análise aqui apresentada, não abarca a complexidade da problemática das mulheres migrantes no espaço internacional. Apesar da histórica migração de mulheres, os estudos analíticos desta migração estão ainda se fazendo e, mesmo que a categoria gênero tenha se institucionalizado nos campos da pesquisa, a relação gênero e migração demanda uma perspectiva mais realista no campo da política internacional: não sobre a tutela das ações protecionistas em torno da vitimização da mulher migrante, mas atenção para suas práticas espaciais e cotidianas no espaço

transnacional e de suas ações como ator político internacional. A preocupação das agências internacionais se dá no campo da regulação migratória e no valor das remessas como variável de uma economia política do desenvolvimento. Faltou-nos aqui, para este trabalho, articular também a preocupação excessiva destas agências quanto às remessas das mulheres. Análise necessária, pois trará com mais evidências, o lugar reservado à mulher no campo institucionalizado das migrações e as políticas desenvolvimentistas.

Outras problemáticas abertas carecem ainda de atenção: a chegada renovada das mulheres em diferentes países é uma prática que, ainda que possa estar cerceada pelas políticas atuais, se insere ora como necessidade, desejo, projeto, recurso. As mulheres representam hoje metade da população dos migrantes internacionais. Uma longa história de mobilidades está em construção pelas mulheres em um mundo diverso de nacionalidades.

REFERÊNCIAS

ASSIS, G. O. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração. *Revista de Estudos Feministas*. vol. 15, nº 3, 2007.

EL PAÍS. Os muros do mundo. 21 fronteiras históricas. 25 de abril de 2017. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/27/album/1488207932_438823.html#foto_gal_8. Acesso em: 25.04.2021.

FERNANDES, C. S. *Acordo sobre residência do Mercosul, pensamento de Estado e biopolítica: uma análise sobre a governabilidade migratória no território*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Paraná. 2017.

DONATO, K. M.; GABACCIA, D. (2016). The global feminization of migration: past, present and future. *Migration Policy Institute*. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/global-feminization-migration-past-present-and-future>. Acesso em: 19.04.2021.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão popular, 2009, p. 95-120.

HERRERA, G. Políticas migratórias y familias transnacionales: migración ecuatoriana en España y Estados Unidos. In: HERRERA, G.; RAMÍREZ, J (ed.). *América Latina migrante: Estado, familia, identidades*. Quito: FLACSO- Ecuador, 2008. p.71-86.

HERRERA, G. Las remesas como vinculos sociales: reflexiones sobre experiencias de cuidado en la migración ecuatoriana. In: TORRES, A.; OSO, L (Coord.). *Migración ecuatoriana, género y desarrollo*. Quito: FLACSO Ecuador, 2017. p. 75-92.

IBGE. *Recenseamento geral do Brasil 1872*. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf. Acesso em 20.04.2021.

LINS, T. G.; SANTOS, G. A. Regularização das migrações transfronteiriças no território brasileiro. In: *III Congresso Brasileiro Geografia Política, Geopolítica e Gestão do território: crise e reinvenção dos espaços da política*. Niterói: Eduff, 2018. v. 01

LOBATO, M. Z. Mujeres en la fabrica. El caso de las obreras del frigorifico Armour 1915-1964. *Anuário del IEHS*, Tandil, 1984. p. 171-205.

LUNARDI, T. M. *A política migratória do Mercosul: entre discurso e efetividade (1991-2014)*. 178 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2016.

MARTÍNEZ PIZARRO, J.M. El mapa migratório de América Latina y el Caribe, las mujeres y el género. Santiago de Chile: CEPAL. Proyecto Regional de Población CELADE-UNFPA. Septiembre de 2003.

MASSEY, D S.; ALARCON, R.; DURAND, J.; GONZALEZ, H. The Social Organization of Migration. In: MASSEY, D. S. et al. (Coord.). *Return to Aztlan: The Social Process of International Migration from Western Mexico*. Berkeley: University of California Press, 1987. p. 139-171.

MEDINA, A. B. Construcción de sentidos y tensiones entre ciudades vecinas alrededor de un muro: el caso de Posadas (Misiones, Argentina) y Encarnación (Itapúa, Paraguay). *Revista Geografia em Questão*. Vol. 13. n.02. 2020. p. 79-97.

OBMigra (Observatório das Migrações Internacionais). *Resumo Executivo: Relatório anual 2020*. Brasília: 2020.

OLIVEIRA, A. T. R. Imigrantes no Brasil. Aspectos da seletividade étnico-racial. In: LUSSI, C. (Org.). *Migrações Internacionais. Abordagens de direitos humanos*. Brasília: CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS(ONU). *Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento - Plataforma do Cairo*. 1994. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf>. Acesso em 30.04.2021.

PESSAR, P. R. The Role of Gender, Households, and Social Networks in the Migration Process: A Review and Appraisal. In: HIRSCHMAN, C.; KASINITZ, P.; DEWIND, J. (eds.). *The Handbook of International Migration: The American Experience*. New York: Russell Sage Foundation, 1999. p. 51-70.

PISCITELLI, A. *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo*. Ed.UERJ, Rio de Janeiro, 2013.

SANTOS, G. A. *Estado, redes sociais e fronteira: a migração sulcatarinense para os Estados Unidos*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFSC. 2007.

SANTOS, G. A. Migrações transfronteiriças na Amazônia ocidental. *Terceiro Milênio*. Revista Crítica de Sociologia e Política. Vol.8, no.1, 2017. p. 150 a 161.

SANTOS, Z. G. C. *Interações e representações sociais: um estudo do espaço escolar na fronteira do Brasil com a Bolívia*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFPR. 2016.

SASSEN, S. *¿Perdiendo el control? La soberanía en la era de la globalización*. Ed.: Barcelona: Bellaterra, 2001.

SILVA, K. S. A mão que afaga é a mesma que apedreja: Direito, imigração e a perpetuação do racismo estrutural no Brasil. *Revista Mbote*, v.1, n.1, p. 22-41, 2020.

UNITED NATIONS. *International Migration*. Department of Economic and Social Affairs. Population Division, 2019.

VEIGA, S.M.M. *Programa de Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira: integração e identidade fronteiriça*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFSC, 2014.

ISABEL LARGUÍA SUA MILITÂNCIA E REFLEXÕES SOBRE AS MULHERES NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Cleonice Elias da Silva¹

INTRODUÇÃO

Este texto aborda as reflexões trazidas por Isabel Larguía e John Dumoulin em um importante ensaio finalizado em 1971, *Para uma ciência da libertação da mulher*, publicado em livro em 1982 no Brasil. Grosso modo, na referida obra, a autora e o autor discutem aspectos que dizem respeito à força de trabalho que a mulher representa, apresentando um campo analítico no qual são articuladas premissas importantes do marxismo com as do feminismo. Consideramos a obra, entre as demais, pioneira no campo designado como feminismo marxista.

Como será possível perceber, Isabel Larguía e seu companheiro John Dumoulin, a partir de seus textos, criaram um campo de discussão sobre a condição da mulher em sociedades cujas realidades são afetadas pelas desigualdades oriundas do sistema capitalista. É necessário pontuar que a sociedade que ambos estiveram inseridos não é mais a mesma, que alguns direitos foram conquistados pelas mulheres, entretanto, é importante não desconsiderar que a situação da mulher ainda é marginal diante das dinâmicas das sociedades de classes. É possível ressaltar o caráter de vanguarda que obra representa.

O texto está organizado em três seções. Na primeira, *Uma trajetória marcada pelos ideais revolucionários*, apresentamos um panorama sucinto sobre a trajetória de Larguía destacando momentos de sua vida que marcaram seu envolvimento com a causa revolucionária e com a luta pelos direitos das mulheres. Na seção seguinte, *A mulher na sociedade de classes na leitura de Isabel Larguía e John Dumoulin*, tentamos apresentar e analisar as premissas e conclusões que ela e Dumoulin trazem no referido livro publicado no Brasil no início da década de 1980. Por fim, em *Algumas reflexões sobre o feminismo marxista*, encerramos o texto traçando um paralelo entre as discussões apresentadas com as de Heleieth Saffioti, teórica feminista brasileira, cuja obra assume

¹ Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). E-mail: cleonice.silva@uenp.edu.br

um lugar importante no cenário do debate sobre o feminismo marxista, além disso, destacamos outras questões desenvolvidas por autoras feministas contemporâneas.

Este texto resulta de um interesse repentino que a figura e a obra de Isabel Larguía despertaram. Consideramos que o regaste de sua obra consiste em algo importante para o reconhecimento do valor das discussões que ela realizou em parceria com John Dumoulin sobre as condições das mulheres frente ao capitalismo. As análises não se encerram por aqui. Na verdade, este texto assume a intenção de ser um ponto de partida e um incentivo para que novos olhares e novas abordagens se debruçam sobre a obra de Isabel Larguía.

UMA TRAJETÓRIA MARCADA PELOS IDEAIS RELUCIONÁRIOS

As trajetórias de Isabel Larguía e John Dumoulin agora podem ser conhecidas com maior facilidade devido à obra de Mabel Bellucci e Emmanuel Theumer, *Desde la Cuba revolucionaria: feminismo y marxismo en la obra de Isabel Larguía y John Dumoulin*, publicada em 2019 pela editora da CLACSO. O livro mencionado apresenta uma análise dos escritos do casal sobre as condições das mulheres na sociedade capitalista. Cabe mencionar que a análise é bem fundamentada tendo em vista os trabalhos e a militância de Mabel Bellucci na Argentina no que dizem respeito às lutas pelos direitos das mulheres.

O meu conhecimento sobre o trabalho de Isabel Larguía deu-se muito recentemente, a partir de um artigo sobre o livro de Bellucci e Theumer. Em um primeiro momento, o que despertou o meu interesse pela persona de Larguía foi o fato de ela ter realizado filmes, pois venho há alguns anos dedicando-me aos estudos sobre as mulheres cineastas. Em uma pesquisa prévia, não consegui ter acesso às suas realizações como cineasta, mas não desconsiderei a importância dos seus artigos e ensaios em parceria com seu companheiro sobre as situações das mulheres nas sociedades de classes. Então, enquanto não conheço com mais propriedade suas obras fílmicas, propus-me a compreender um pouco sobre a sua produção intelectual.

O interesse da argentina Isabel Larguía² pelo cinema surgiu desde cedo, assim como sua identificação com os ideários comunistas. Jovem, com 24 anos, mudou-se para Paris com o intuito de estudar cinema no Institut des Hautes Études

² Isabel Larguía nasceu em 1923 em Rosário, na Argentina.

Cinématographiques (IDHEC) (BELLUCCI; THEUMER, 2019, p. 18). Na cosmopolita Paris, Isabel acabou tendo mais contato com o comunismo, e construindo laços de amizade com profissionais da área do cinema, por exemplo, com o realizador holandês Joris Ivens (BELLUCCI; THEUMER, 2019, p. 19).

Isabel Larguía foi realizadora no Instituto Cubano del Arte e Industria Cinematográficos (ICAIC). Nessa função, entre 1967 e 1968, teve a oportunidade de acompanhar voluntários cubanos que participaram do movimento de luta pela independência de Guiné de Bissau, que foi uma colônia de Portugal. Larguía também almejou acompanhar o movimento revolucionário contra Somoza, na Nicarágua, mas foi presa. Contudo, integrou a Frente Sandinista de Libertação Nacional (BELLUCCI; THEUMER, 2019, p. 22).

Nesse período, surgiu o interesse de Larguía e Dumoulin em refletir sobre a questão da mulher, pois era ausente no campo das Ciências Sociais estudos a respeito. A sociedade cubana possuía uma legislação que contribuiu para a incorporação das mulheres na esfera social. Diante desse contexto, era preciso desenvolver novos conceitos, não meramente explicativos ou analíticos, mas que contribuíssem com a prática da libertação. De acordo com John Dumoulin, Isabel Larguía e ele, a partir de uma formação marxista, buscavam fundamentos para entender e participar dos processos de mudanças vigentes na Cuba pós-revolução de 1959. Essas inquietações e esses interesses mobilizaram a escrita do ensaio *Por um feminismo científico*, que teve uma grande circulação a partir dos anos 1970 (BELLUCCI; THEUMER, 2019, p. 22).

Larguía seguiu com seus estudos. Estudou História na Universidade de Havana, realizou também uma pós-graduação em Filosofia marxista-leninista e comunismo científico. Posteriormente, trabalhou com a realização de documentários nos Estúdios Cinematográficos da Televisão de Havana. Embora naquele momento o seu interesse fosse o cinema, o feminismo era algo que estava na tradição de sua família. Susana Larguía, sua tia, foi uma renomada sufragista na Argentina. Susana em parceria com Victoria Ocampo e Maria Rosa Oliver fundaram no mês de março de 1936 A União Argentina de Mulheres (UAM), que se posicionou contra o fascismo que vigorava na Europa (BELLUCCI; THEUMER, 2019, p. 23).

No ano de 1971, a Revista Casa de Las Américas publicou o ensaio do casal *Hacia una ciencia de la liberación de la mujer*. O trabalho de Larguía sobre a questão da mulher acaba ganhado cada vez evidência. Em agosto de 1973, ela participou da conferência *Status da Mulher*, VII Congresso Internacional de Ciências Antropológicas

e Etnológicas, que dois anos depois foi organizado pela Casa das Américas. No final da década de 1970, passou a escrever para revista mexicana FEM (BELLUCCI; THEUMER, 2019, p. 25).

Ela foi cofundadora, em 1984, da Development Alternatives with Women for a New Era (Alternativas de Desenvolvimento com Mulheres para uma Nova Era), mais conhecida por DAWN, que se constituiu como um espaço ocupado por feministas de diferentes nacionalidades, tais como Sri Lanka, Brasil, Paquistão, Marrocos, México, Índia, Bangladesh, entre outros, situado em Bangalore, na Índia. Entre os seus objetivos está a defesa pelo direito ao aborto em países que ele é criminalizado (BELLUCCI; THEUMER, 2019, p. 26).

Quatro anos depois, Isabel Larguía retorna a Buenos Aires. Nesta época, já se encontrava debilitada devido ao câncer, por essa razão deixou de se dedicar ao trabalho com a realização de filmes (BELLUCCI; THEUMER, 2019, p. 27). Ela chegou a atuar, brevemente, na então recente Subsecretaria da Mulher, coordenada por Zita Montes de Oca; também participou da Assembleia Permanente de Direitos Humanos (APDH) (BELLUCCI; THEUMER, 2019, p. 28).

Larguía e Dumoulin, no ano de 1989, terminaram a antologia *La mujer nueva. Teoría y práctica de su emancipación*, editada pelo Centro Editor da América Latina (CEAL), do Colégio de Graduados de Sociologia de Buenos Aires. Com as novas pautas das lutas das mulheres por direitos, na Argentina, no início dos anos 1990, foi criada uma corrente cujo nome era Feminismo Político, que apresentava uma proposta contra a criminalização do aborto³ (BELLUCCI; THEUMER, 2019, p. 29).

Anos próximos ao seu falecimento, Isabel Larguía estabeleceu uma aproximação com as feministas do peronismo, e começou a escrever sobre as imagens das mulheres nos meios de comunicação, nas artes plásticas e visuais. Ela faleceu em Buenos Aires em 14 de fevereiro de 1997 (BELLUCCI; THEUMER, 2019, p. 30).

É importante ressaltar o trânsito que as discussões trazidas por Larguía e Dumoulin tiveram, o ensaio *Hacia una ciencia de la libertacion de la mujer*⁴, foi publicado em outros países, para além de Cuba, no Brasil sua publicação data de 1982. Como será discutido, é uma obra que assume o aspecto pioneiro na análise da condição da mulher a partir das reflexões do marxismo.

³ O projeto de lei pela legalização do aborto foi aprovado pelo senado da Argentina em 30 de dezembro de 2020.

⁴ O mesmo artigo foi publicado em outros veículos com títulos diferentes (BELLUCCI; THEUMER, 2019, p. 40)

A MULHER NA SOCIEDADE DE CLASSES NA LEITURA DE ISABEL LARGUÍA E JOHN DUMOULIN

As discussões presentes nos textos reunidos no livro *Para uma ciência da libertação da mulher*, publicado no Brasil em 1982, são fontes importantes para entendermos como Isabel Larguía e John Dumoulin analisavam as condições das mulheres nas sociedades capitalistas. Em linhas gerais, os textos que compõem o pequeno livro apresentam reflexões diretas sobre aspectos que marcam o lugar e os papéis que as mulheres ocupam e exercem em sociedades cujas suas realidades são influenciadas diretamente pelas dinâmicas do sistema capitalista. O principal referencial teórico de Larguía e Dumoulin é o marxismo, as premissas, pressupostos e constatações dessa corrente teórica subsidiam suas reflexões para pensarem as condições e as experiências vivenciadas pelas mulheres.

As análises apresentadas ainda se fazem pertinentes mesmo com tantos anos após a publicação do livro, cabe comentar que essas análises eram realizadas pela autora e pelo autor antes dos anos 80, a leitura do livro de Mabel Bellucci e Emmanuel Theumer (2019) possibilita uma compreensão sobre a trajetória intelectual e de militância de ambos. Dessa forma, é possível afirmar que *Para uma ciência da libertação da mulher* pode ser considerada uma obra que compila as principais ideias da dupla sobre a questão da mulher na sociedade de classes. Também se faz necessário afirmar que ela é uma leitura necessária para quem se interessa pela temática.

A obra de Isabel Larguía e John Dumoulin deve ser situada nos debates realizados até o momento sobre as relações entre o capitalismo, as sociedades de classes e as condições das mulheres. Ela representa, no contexto latino-americano, uma referência no tocante às questões mencionadas. Nesse sentido, este texto resgata alguns elementos das discussões apresentadas na obra citada, visando demonstrar que elas não são datadas e que possibilitam fundamentações para os debates que nos são contemporâneos sobre a questão da mulher. Entender o percurso de um debate, as características que assumiu em diferentes épocas, é um exercício necessário para uma contribuição para que ele continue em construção mobilizando análises de diferentes agentes sociais.

A mulher considerada fora do sistema de produção

Por tempos, como bem ressaltam Larguía e Dumoulin, as mulheres eram vistas como não fazendo parte do sistema de produção, elas teriam sido incorporadas a partir do momento que participaram da economia mercantil, exercendo um papel secundário, uma vez que as suas funções primordiais diziam respeito ao universo doméstico (LARGUÍA; DOMOULIN, 1982, p. 19).

Os trabalhos realizados pelas mulheres eram vistos com desprezo, desconsiderando o valor econômico (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 9) que eles possuíam e continuam possuindo. Esse tipo de visão com relação ao trabalho da mulher surgiu, segundo a autora e o autor, com a consolidação da sociedade patriarcal que promoveu a divisão da organização social em duas esferas: uma pública e outra privada ou doméstica (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 19). Por anos, as mulheres travaram lutas para ocuparem espaços na esfera pública vista como um espaço predominantemente masculino.

A mulher foi relegada para a esfera doméstica pela divisão do trabalho entre os sexos, ao mesmo tempo que se ia desenvolvendo, através de milênios, uma poderosíssima ideologia que ainda hoje determinou a imagem da mulher e o seu papel na vida social (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 11).

Na lógica criada pela divisão social do trabalho, os papéis de gênero determinados socialmente não ficaram imunes. Destinou-se às mulheres o cuidado com a família, com o lar, sendo ele o seu lugar natural. Desconsiderando-se a importância das funções das mulheres dentro desse universo doméstico para própria engrenagem condicionada por essa divisão do trabalho que a desconsiderava como força produtiva.

Uma ideologia que caracterizou a sociedade de classes e que destinava à mulher o papel da reprodução biológica; “a educação e cuidado dos filhos, doentes e velhos” e “reprodução da força de trabalho consumida diariamente” (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 11). Uma ideologia que restringia o campo de atuação das mulheres no âmbito social. Não cabe aqui traçar um histórico dos momentos das lutas dos feminismos no decorrer das décadas, mas esse cenário descrito pela autora e pelo autor passou por significativas mudanças, sendo tal ideologia combatida de forma considerável em diferentes momentos da História dos feminismos.

Determinações biológicas não podem justificar os papéis que as mulheres devem exercer nas sociedades. A discussão pioneira realizada por Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo*, publicado em 1949, sobre o “torna-se mulher” está alinhada com a perspectiva que vai de encontro a essas determinações. São determinações construídas no âmbito social. Nesse sentido, é um erro justificar que os lugares relegados às mulheres na sociedade os são devido à “natureza” da condição biológica da mulher.

Não é por “natureza” que a mulher realiza as tarefas domésticas. Os estudos etnológicos dos povos pré-classistas desmentiram a imagem tradicional do século XIX, segundo a qual as mulheres, desde as mais antigas épocas, se teriam espontaneamente dedicado a fiar e cozinhar, enquanto os homens se afastavam para atividades diferentes e longe, travando épicas batalhas contra a natureza indômita (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 12).

Esse trecho demonstra como as construções históricas sobre as mulheres precisam ser revistas, novas abordagens e pesquisas precisam trazer à tona informações sobre as mulheres em diferentes momentos da História da humanidade. Ao afirmar isso, não desconsideramos o fato de que, por longos períodos, o lugar reservado às mulheres tenha sido o âmbito doméstico, mas chamamos a atenção para as experiências de algumas outras que em diferentes épocas romperam com essa lógica.

O trabalho invisível da mulher

As reflexões de Larguía e Dumoulin presentes nesta seção foram apresentadas, primeiramente, em 1969, no ensaio *Por um feminismo científico*. Ela e ele reconhecem a pertinência de um trabalho posterior de Margaret Benston, *The political economy of women's liberations*, publicado em *Monthly Review*, em setembro de 1969, sobre as consequências econômicas do trabalho da dona de casa no capitalismo.

Nas organizações sociais comunitárias, as posições não eram marcadas por distinções. Com a sociedade patriarcal, o trabalho da mulher passou por um processo de individualização “e ficou limitado à elaboração de *valores de uso para o consumo direto e privado*”.⁵ Na sociedade de classes, o trabalho da mulher tornou-se invisível. Diferentemente, o trabalho do homem, diversificado nos modos de produção, assumiu um *status* economicamente visível, uma vez que ele seria responsável pela criação das riquezas. O homem, no capitalismo, “seja como proprietário dos meios de produção ou

⁵ Grifos da autora e do autor.

como operador dos mesmos, por meio da venda da sua força de trabalho” definiu-se como produtor de mercadoria (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 14).

Uma premissa que converge com uma afirmativa feita anteriormente de que o trabalho doméstico da mulher é um dos alicerces do sistema produtivo capitalista é apresentada na obra em questão:

[...] A divisão do trabalho designou-lhe a tarefa de repor a maior parte da força de trabalho que move a economia, transformando matérias-primas em valores de uso para seu consumo direto, ocorrendo, deste modo à alimentação, ao vestuário, à manutenção da casa, assim, como à educação dos filhos (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 14-15).

Em resumo, é possível afirmar que o trabalho invisível das mulheres possibilita o trabalho classe proletária.

Grosso modo, pode-se dizer que, se o proletariado não contasse com esse tipo de trabalho feminino que lhe proporciona alimentos, vestuário etc., num mundo onde não existem os serviços necessários para que esta reposição se coletivize, as horas de sobretrabalho seriam significativamente menores (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 15).

É o trabalho doméstico e invisível da mulher, de acordo com Larguía e Dumoulin (1982, p. 16) que dá condições aos proletários produziram a “mais valia na economia social”. Não se reconhece o valor do trabalho da mulher na dinâmica do sistema capitalista, sendo ele, conforme o mencionado, essencial para sua manutenção.

Os trabalhos das mulheres acabaram ficando ocultos na fachada da família monogâmica. Sua invisibilidade pode ter entre as justificativas o fato de “não se traduzir por um produto *economicamente visível*”⁶, como ocorre com o trabalho do homem. Esses trabalhos realizados pelas mulheres, mesmo sendo árduos e demandarem muito tempo e energia, não foram considerados como valor. Dessa forma, as mulheres ficaram marginalizadas diante da economia, da sociedade e da História (LARGUÍA, DUMOULIN, 1982, p. 17)⁷.

Para Isabel Larguía e John Dumoulin, é à economia monetária que a mulher está vinculada no sistema capitalista, pois, de certa forma, ela produzia e produz para o mercado, ou seja, o mercado de trabalho. Contudo, ela não é “a proprietária da força de

⁶ Idem.

⁷ Optei por usar alguns verbos no passado, por considerar que mudanças importantes ocorreram no que diz respeito às condições das mulheres desde o período que Isabel Larguía e John Dumoulin escreviam suas análises. Todavia, é importante destacar que o trabalho doméstico ainda não detém o reconhecimento devido.

trabalho que produz, mas sim o marido e os filhos, e são eles quem a vendem” (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 17). O trabalho da mulher não tem o seu valor reconhecido desvinculado da força produtiva masculina.

As posições sociais que as mulheres ocuparam na sociedade tinham como determinantes as de seus maridos. Nesse sentido, as donas de casa ao assumirem a obrigação de cuidarem de suas famílias têm em troca a “manutenção e a aquisição de um *status social* determinado pela posição” dos maridos. Na leitura de Larguía e John Dumoulin, a invisibilidade da mulher e de seu trabalho faz com que “a sua contribuição para o desenvolvimento das forças produtivas” permaneça na clandestinidade (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 18).

As donas de casa não possuem relações de troca umas com as outras como produtoras, e nem com as outras classes, também não se agrupam em um trabalho coletivo. Não compõem “as relações públicas de propriedade mediante as quais materializa, e é aproveitado, o excedente de produção”. A autora argentina e o autor norte-americano assemelham a situação das donas de casa a da escravatura patriarcal e a do campesinato de subsistência. Elas acabavam contribuindo para o processo “de forma dependente, através da reposição direta da força de trabalho dos demais trabalhadores” (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 18).

A divisão do trabalho e as tipologias sexuais opostas

Para Larguía e Dumoulin, as oposições entre as tipologias sexuais são resultado da divisão do trabalho. Apesar da existência das diferenças biológicas, elas foram influenciadas historicamente por “uma vasta superestrutura cultural” a qual atribui à mulher e ao homem não apenas características físicas, como também de seus “temperamentos, caráter, inclinações, gostos e talentos que se supõem *biologicamente inerentes* à cada sexo” (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 20). Nessa perspectiva, são desconsideradas as influências históricas, culturais e sociais sobre as diferenças estabelecidas a partir das tipologias sexuais. Nas discussões sobre gênero, é imprescindível considerar como as dinâmicas históricas, sociais, culturais e econômicas influenciam os papéis atribuídos e os lugares ocupados nas sociedades.

A mulher na sociedade de classes teve como tarefa fundamental a produção da força de trabalho. Desenvolveram-se e foram implementadas estruturas jurídicas e aspectos culturais que se adequaram à tal situação. Sendo assim, as oposições entre as

tipologias femininas e masculinas são sustentadas pela moral, a legislação e a cultura (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 21).

Nesse modelo de sociedade, é responsabilidade da mulher dar continuidade à espécie. Cristalizou-se a visão da “incapacidade da mulher para realizar tarefas ‘pesadas’, ‘perigosas’ ou de ‘responsabilidade’” (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 21). O campo de atuação da mulher acaba sendo restringido e as diferenças entre as tipologias sexuais são mobilizadas como justificativas para essas restrições. Ao masculino, é atribuída a força produtiva e a atuação na esfera pública, a mulher, por mais que tenha um papel importante para a manutenção dessa força produtiva, acaba ficando relegada ao universo doméstico, e o seu trabalho, conforme o já discutido, não tem o reconhecimento merecido.

Essas tipologias sexuais marcam as experiências dos indivíduos desde as suas infâncias. As meninas, por exemplo, ganham como brinquedos as bonecas que têm como conotação a reprodução e o cuidado com as filhas e os filhos, ou objetos relacionados às atividades domésticas. Elas não são incentivadas a terem outras experiências para além do universo doméstico familiar. São brinquedos, que segundo a autora e o autor, têm a marca das tipologias da divisão do trabalho (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 22).

Circunscrita aos estreitos limites do lar, o primeiro e inevitável presente que recebe uma menina é a tradicional boneca (por que não oferecer-lhe [sic] uma metralhadora ou um jogo de ferramentas de carpinteiro?) e o habitual conjunto de tachinhos, cadeirinhas, caixinhas de costura, escovinhas e espelhos. Juntamente com estes precoces brinquedos, recebe um largo decálogo de proibições a criar nela o temor pela investigação, pelo mundo exterior, pela família (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 22).

A mulher acaba, nesse modelo de sociedade descrito por Larguíá e Dumoulin, sendo transformada em um elemento decorativo, “bonito” e “feminino”. Cria-se nela, desde a infância, uma convicção “de que nasceu para agradar por meio do sexo e não para atuar através do trabalho”. Suas forças criadoras ficam condicionadas à “reprodução da espécie e reprodução privada da força de trabalho” (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 22).

Os padrões culturais e as condutas originárias deles acabam asfixiando a mulher e suas melhores energias criadoras são desviadas para uma excessiva cultura do amor e da reprodução. “Ao chegar à idade adulta, a mulher será objetivamente um ser atrofiado que se considera a si mesma como um subproduto humano”. São valores que acabam

restringido suas ações como seu desenvolvimento, com isso acaba por convencer-se “que a sua promoção social só pode resultar da utilização das suas características e atitudes sexuais”. São exigidas dela “a docilidade, a passividade, a abnegação e o terror patológico à independência” (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 22).

Mesmo a mulher desvencilhando-se das influências nocivas desses padrões culturais e conseguindo vivenciar outras experiências, ela estava à mercê da aprovação de uma autoridade masculina superior.

Assim se criam as grilhetas internas que definem a mulher como conservadora, como insegura, como covarde para iniciar uma luta franca pela sua plena libertação. Embora rejeitando a mística tradicional feminina e o fardo da cultura de classes, e ainda que assuma a luta revolucionária, terá sempre a necessidade da aprovação de uma autoridade masculina superior. Esta acumulação de “virtudes” que a aliena de sua condição humana e que se agrupam sob a chamada *feminilidade* é que melhor convém à reposição privada da força de trabalho (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 23).

Cabe destacar que os condicionamentos culturais e sociais nas sociedades de classes descrita restringem as experiências das mulheres, afetando suas vidas. Aquelas que por razões diversas fogem a regra estabelecida nessa sociedade não estão imunes de vivenciarem condições que podam suas liberdades de atuação.

A mulher como parte da classe operária

Segundo Isabel Larguía e John Dumoulin, a situação das massas femininas foi consideravelmente afetada a partir do momento que passaram a exercer o trabalho proletário (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 25). Com a revolução industrial, as mulheres passaram a compor a mão-de-obra fabril. Surge um proletariado feminino, “força nova na história que teve um peso enorme no desenvolvimento da sociedade”. As trabalhadoras mulheres tiveram “a oportunidade de invadir o mundo exterior” (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 26). Um mundo que outrora era destinado apenas aos homens.

Todavia, a inserção das mulheres no trabalho fabril não rompeu com o modelo clássico da divisão do trabalho mencionado anteriormente.

A divisão do trabalho que se produz entre homens e mulheres no seio do proletariado não é outra coisa senão o reflexo fiel da divisão secreta do trabalho que libertou o homem para a atividade pública, enquanto fazia

recuar a maioria do sexo feminino para os limites asfixiantes da reposição privada da força de trabalho (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 27).

A atuação das mulheres esteve limitada a alguns campos profissionais, ou seja, foram incorporadas na “indústria têxtil e seus derivados, na indústria alimentar e farmacêutica, e nos serviços como professoras, enfermeiras, secretárias, ascensoristas, telefonistas e criadoras”. São funções que, para a autora e o autor, correspondem às projeções no ambiente público das tarefas que as mulheres realizavam dentro de suas famílias. Seu trabalho era tido como auxiliar (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 27) não tendo a mesma valorização que o realizado pelos homens.

Velhos preconceitos acabaram sendo consolidados, os mesmos têm influências no fato de as mulheres receberem salário menores, exercendo funções semelhantes e tendo as mesmas qualificações que os homens; reservando a elas tarefas consideradas como “leves” e deixando evidente a obrigação das mulheres operárias darem conta de suas tarefas dentro de casa ao retornarem das fábricas (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 27-28).

A dupla jornada de trabalho das mulheres

Um aspecto importante ressaltado é que a partir do momento que as mulheres passaram a compor a classe proletária elas passaram a ter uma jornada dupla de trabalho. Continuaram responsáveis pelas atividades domésticas, além do trabalho árduo nas fábricas. Cabe comentar que essa situação não ficou no passado da sociedade de classes analisada por Isabel Larguía e John Dumoulin, uma vez que as mulheres das classes trabalhadoras e até mesmo as mulheres da classe média exercem duplas jornadas de trabalho, estando elas sobrecarregadas.

Mesmo que a mulher tenha dado um passo à frente com a sua incorporação no trabalho *visível*, ela o faz a troco de um sacrifício que é convenientemente silenciado pelas classes dominantes. Trabalha oito horas numa fábrica recebendo, por isso, um salário e ao voltar ao seu “doce lar”, espera-a uma segunda jornada de trabalho não assalariado, desqualificando, estupidificante, que lhe tira da mente toda e qualquer ilusão acerca da sua igualdade com o homem e da sua flamante independência social (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 29).

O trabalho doméstico acaba afetando a dedicação da trabalhadora aos seus empregos assalariados (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 30), que em algumas

situações, sobretudo por causa dos filhos, acaba pedindo demissão. As forças de trabalho exercidas pelas mulheres são maiores do que as dos homens, tendo em vista que continuaram exercendo suas funções domésticas mesmo após a inserção no mercado de trabalho assalariado.

Em algumas famílias existe uma divisão mais justa das atividades domésticas, uma vez que os maridos auxiliam suas companheiras no cuidado com a casa e com as crianças. Contudo, existem muitos lares onde as mulheres são ainda as responsáveis pela maioria, se não for, por todo trabalho. Um trabalho, de acordo com o mencionado, que continua relegado à invisibilidade.

O consumismo e seu efeito nocivo sobre as mulheres

Isabel Larguía e John Dumoulin consideram que na cultura da sociedade de classes a condição humana da mulher “se realiza dentro dos estreitos limites do sexo, e ainda não se compreende que o desenvolvimento das suas verdadeiras capacidades só pode vir do trabalho”. Percebe-se que as opressões sofridas são oriundas das relações de produção social. Diante dessa realidade, a mulher tende “a rebelar-se espontaneamente contra os padrões tradicionais da conduta sexual”. É possível, segundo a autora e o autor, que deixe a relação monogâmica para ter várias relações amorosas, e que de objeto sexual tente tornar-se sujeito “usurpando atitudes autoritárias, vivendo uma imaginária independência que não consegue restituir-lhe a uma condição humana”. Não consegue deixar para trás sua preocupação pelo homem. Com a preocupação “em estabelecer o seu domínio vingador no interior da relação amorosa, adiará a sua integração nas lutas que tendem a destruir o sistema que a aprisiona” (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 38).

Na situação descrita, as mulheres pensam que estão rebelando-se contra valores e padrões que sempre a afetaram diretamente, entretanto, essa não seria uma vida apropriada para usufruírem de maiores liberdades, destruindo um sistema que sempre restringiu suas ações e vivências. Cabe o questionamento de quais condutas são apropriadas às mulheres para que de uma vez por toda consigam superar os efeitos negativos sobre suas vidas deixados pela sociedade classes relatada na obra em questão?

Durante anos, a publicidade veiculou a imagem da “mulher bela à moda”, da dona de casa, promovendo o consumismo dos aparelhos de uso doméstico (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 39).

[...] Esta mulher sofre de uma contradição que só poderá resolver-se pela compra de aparelhos de uso doméstico, pois deve providenciar a um alto nível de consumo no lar sem jamais adquirir a aparência de uma trabalhadora. A obrigação de trabalhar e, simultaneamente, parecer-se com a Jaqueline Kennedy, o conflito entre a escrava e a senhora, resolve-se em benefício da indústria ligeira (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 39).

O fato de as mulheres proletárias não poderem adquirir esses produtos não significa que elas são “menos prisioneiras dos meios de comunicação massificantes” que as da classe média. A sociedade de consumo não poupa ninguém do seu “persistente bombardeio psicológico” e a “pressão publicitária” dá-se sobre os indivíduos de diferentes posições sociais (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 39).

A publicidade, além do consumismo, vende padrões estéticos que não dizem respeito à realidade física de muitas mulheres. Atualmente, é possível notar que algumas marcas se alinham a algumas pautas dos movimentos sociais para assim venderem seus produtos. Hoje é possível ver, em algumas situações, as mulheres pretas e homens negros, a população LGBT, mulheres não magras, entre outros, representadas em alguns comerciais. Acreditamos que o consumismo se apropriou das pautas sociais assumindo, assim, uma nova roupagem.

O processo de libertação

Na concepção de Isabel Larguía e John Dumoulin, a libertação da mulher deu-se de forma limitada, pois ela continuou “a ser escrava do lar apesar de todas as leis libertadoras”, ela continua sendo oprimida, embrutecida e humilhada devido aos afazeres domésticos, “que a transformam em cozinheira e ama, que desbaratam a sua atividade num trabalho absurdamente improdutivo, mesquinho, enervante, embrutecedor e fastidioso” (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 46).

À época que produziram essas análises a autora e o autor percebiam que pouco se havia avançado nas discussões da teoria revolucionária sobre a mulher no que se refere ao âmbito familiar. Ter-se-ia dado pouca relevância as insistências de Engels e Lênin “sobre o papel da família na sociedade de classes”. Surgindo dentro dos movimentos de esquerda “uma concepção romântica da família tradicional como elemento positivo na construção do socialismo, e, por outro, a sua negação total e uma pretensa teoria da abolição da família”. Segundo Larguía e Dumoulin, essas são leituras

conservadoras e utópicas que não analisaram os aspectos que estão por trás da “fachada da família monogâmica” (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 46).

Entre os fatores responsáveis pela origem da opressão exercida contra as mulheres, são destacados os seguintes: a necessidade de uma reposição privada da força de trabalho; a “divisão do trabalho entre os sexos que obriga a mulher a responsabilizar-se pelo trabalho invisível”; a cristalização de uma ideologia sobre os sexos “que deforma a nossa concepção do que deveria ser a vida dos homens e das mulheres numa sociedade sem exploração” (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 47).

Isabel Larguía e John Dumoulin notavam que a libertação das mulheres era confrontada com resistências tanto dos homens quanto das próprias mulheres. Os valores tradicionais por anos operantes não foram superados. Diante disso, para ela e para ele, era preciso uma ação do Partido, do contrário, “a primeira tomada de consciência da mulher derivará para formas parciais de libertação que dada a sua estreiteza, apresentam o perigo de cristalização e reversão para uma ideologia setorial de conteúdo reacionário” (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 48).

Ela e ele consideravam como problema a super valorização da liberdade sexual como sendo o único objeto de rebeldia das mulheres, a qual teria surgido “do mesmo processo de crescimento da ‘sociedade de consumo’” e que é marcada por “fortes tensões individualistas”. Com isso ocorre uma mudança de foco sobre os problemas tidos como “fundamentais tais como a luta pela coletivização da segunda jornada de trabalho, pela supressão da divisão do trabalho por sexos e pelo ingresso pleno da mulher nas estruturas do poder proletário e do exército”. Mencionam que algumas mulheres que alcançaram certo prestígio não davam a atenção aos problemas domésticos (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 48-49).

[...] Aparece com grande força nos meios culturais onde ainda subsistem facetas individualistas. Preconizando uma moral privada, opõe-se à necessária homogeneização dos valores sociais que deve ter lugar sob o signo moral proletária. Paradoxalmente, as mulheres que apresentam este traço ideológico, ao mesmo tempo que reivindicam os direitos da mulher, alimentam, na prática, os resquícios de poligamia herdados de formações históricas anteriores (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982; p. 49).

É pertinente o argumento apresentado de que “o fato de todos os setores femininos se incorporarem na produção não implica a sua total libertação”, o qual pode fomentar algumas reflexões na sociedade contemporânea tratando-se da realidade de muitas mulheres, apesar das conquistas das lutas feministas, é considerável o número de

mulheres que não usufruem das benéficas provenientes da libertação feminina, sobretudo, as mulheres mais pobres que sofrem mais drasticamente com as desigualdades oriundas do sistema capitalista.

A autora e autor mencionam outros aspectos que são empecilho para a libertação das mulheres:

[...] Enquanto persistir o trabalho invisível, enquanto não se combater ferozmente a ideologia do sexo, sobreviverão os preconceitos tradicionais; as tipologias sexuais opostas, passivas e autoritárias, o economismo feminino e as teorias biológicas destinadas a justificar a divisão do trabalho na produção (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 51).

A incorporação incompleta da mulher ao proletariado

De acordo com Larguía de Dumoulin, a incorporação das mulheres ao proletariado ocorreu de forma incompleta, muitas trabalhadoras permanecem invisíveis.

A sua integração ao proletariado não se completa, ainda que, de fato, trabalhe como torneira mecânica numa fábrica. É bem conhecido que nas camadas de pequenos produtores privados se geram incessantemente elementos capitalistas, mesmo no seio da sociedade socialista. É fácil imaginar o poder de corrupção que a existência destas artesãs invisíveis, semi-proletárias e semi-servas possui, e cuja existência social as impede de se transformarem ideologicamente, de se proletarizarem totalmente (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 54).

É possível afirmar que essa incorporação, ao invés de contribuir com a libertação da mulher, fomentou o surgimento de outras formas de opressão, sendo que os preconceitos mencionados no decorrer deste texto continuaram existindo. O lugar da mulher na sociedade capitalista é marcado por opressões antigas e por outras que se engendraram dentro da lógica do capital.

As facetas das ideias revolucionárias

A sociedade de classes é responsável pela deformação das mulheres, sendo que as lutas postas em prática por elas não conseguem vencer a ideologia presente nesse modelo de sociedade.

A mulher é o produto humano mais deformado da sociedade de classes. Embora as massas femininas dos países subdesenvolvidos alcancem um grau

de abnegação e heroísmo ilimitado nas suas lutas anti o imperialismo, nas lutas internas destinadas a transformar a sua condição servil, devem sobrepor-se a uma covardia ideológica profundamente inculcada (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 56-57).

De acordo com Larguía e Dumoulin, as ideias revolucionárias acabam impondo “uma conduta rígida nas relações sexuais”. É destruída a “simbologia feminina da ‘coisificação’ sexual”, e a valorização da mulher é atribuída às suas qualidades como “trabalhadora, dirigente política ou combatente” (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 57-58).

A consequência mais importante da ideologia revolucionária para a total proletarização da mulher apresentada na obra em questão foi “a incorporação em massa da mulher na Guerra do Povo”. Contribuindo para “a destruição dos tradicionais tabus femininos” (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 58).

Uma problemática apontada na contemporaneidade de Larguía e Dumoulin era a não existência de uma teoria científica voltada para discutir a libertação feminina. Sendo ela essencial para “a construção de uma sociedade sem classes”. A ausência dessa teoria deixava “aberto o caminho para um renascimento do reformismo”. Ao ignorar-se a situação da mulher, a ideologia revolucionária poderia ser estrangulada (LARGUÍA; DUMOULIN, 1982, p. 59).

Isabel Larguía e John Dumoulin constatarem que as discussões na linha das que os ensaios presentes no livro *Para uma ciência da libertação da mulher* realizavam eram importantes no processo de compreensão dos aspectos que marcam as realidades das mulheres na sociedade de classes. Uma teoria científica da libertação feminina seria necessária para o fortalecimento de ideais revolucionários que considerassem as especificidades das lutas das mulheres.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O FEMINISMO MARXISTA

O feminismo marxista no Brasil tem como grande referencial o trabalho de Heleieth Saffioti, a sua pesquisa, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*⁸, abordou questões até então pouco discutidas no cenário acadêmico nacional. A referida pesquisa foi o resultado da tese doutorado de Saffioti, escrita no curto prazo de dois meses, entre o final de 1966 e inícios de 1967, período em que o país estava no início do

⁸ A primeira edição da publicação em livro data de 1969.

regime ditatorial dos militares. Diante dos riscos das possíveis represálias que Saffioti poderia sofrer com o enrijecimento do regime, seu orientador, Florestan Fernandes, apresentou a possibilidade de a pesquisa de doutorado ser transformada em uma tese de livre-docência (GONÇALVES, 2013, p. 12).

Em linhas gerais, com a pesquisa citada Saffioti visou realizar uma análise comparativa entre as sociedades capitalistas desenvolvidas e o Brasil, marcado pelo “subdesenvolvimento”, termo de uso recorrente no contexto dos anos 1960, assim, buscava perceber como “as determinações de sexo” estavam inseridas “no funcionamento dessas sociedades” (GONÇALVES, 2013, p. 12). Entre as suas constatações, está a que diz respeito ao impacto que o capitalismo gera sobre as mulheres tanto ao confiná-las em “padrões domésticos de existência”, ou influenciando a consciência, por meio do feminismo, de uma necessidade de emancipação econômica (GONÇALVES, 2013, p. 14).

No início da década de 1960, as ideias de Marx, conseqüentemente, o marxismo ainda não eram muito difundidos no país, a pesquisa de Saffioti foi um dos primeiros trabalhos embasados teórica e metodologicamente nas principais premissas e conclusões do marxismo (GONÇALVES, 2013, p. 15).

Em suas discussões, a professora e pesquisadora chama a atenção para a dupla desvantagem vivenciada pelas mulheres dentro do sistema capitalista: a que se refere ao “plano superestrutura”, que desvaloriza as capacidades femininas; e ao estrutural, uma vez que ocorre “uma inserção periférica ou marginal no sistema de produção”. Confrontando as justificativas de que seriam as condições físicas e metais das mulheres os empecilhos para o desenvolvimento social, ressaltou como o modo de produção capitalista promove a marginalização, não apenas das mulheres, mas de outros setores “da população do sistema produtivo” (GONÇALVES, 2013, p. 16).

Além disso, criticou o ponto de vista que considerava que o capitalismo seria propulsor da emancipação feminina, pelo contrário, ele acaba por alijar a “força de trabalho do mercado”, sobretudo a das mulheres. Grosso modo, Saffioti demonstrou como os caracteres raciais e de sexo influenciam nas marcas sociais que hierarquizam os membros de uma determinada sociedade. Esses caracteres estão sujeitos a assumirem “diferentes feições” de acordo com os aspectos do desenvolvimento da sociedade (GONÇALVES, 2013, p. 17).

Indo ao encontro das premissas de Karl Marx, Saffioti defendia que a superação da opressão das mulheres só seria algo possível com a extinção do regime capitalista e o

estabelecimento do socialismo. Assim como Isabel Larguía e John Dumoulin, Saffioti afirmava que, mesmo diante dos possíveis adventos da sociedade moderna, as mulheres permaneciam como trabalhadoras na esfera doméstica. Nesse sentido, para ela, a emancipação econômica não seria suficiente para libertar as mulheres dos preconceitos vivenciados. Em poucas palavras: “A projeção de que a igualdade na exploração da força de trabalho é o primeiro dos direitos do capital não se realizou em nenhuma sociedade. A força de trabalho é diferenciada em termos de sexo e raça/etnia”. Assim como as classes sociais trazem em suas estruturas as contradições de gênero e raça (GONÇALVES, 2013, p. 19).

A industrialização no Brasil nos anos 1970 proporcionou uma expansão do trabalho feminino. Entretanto, a maioria das mulheres ocupou cargos em empregos domésticos. As trabalhadoras mulheres foram o grupo menos favorecido nesse contexto, continuaram submetidas a trabalhos com baixa remuneração e prestígio (GONÇALVES, 2013, p. 22).

Outra questão debatida por Saffioti que se alinham às afirmações de Larguía e Dumoulin é o reconhecimento de que o trabalho doméstico contribui “para a produção de uma mercadoria especial”, sendo ela a força de trabalho – tão necessária à manutenção do capital. Saffioti desenvolve essa premissa considerando os trabalhos realizados pelas empregadas domésticas (GONÇALVES, 2013, p. 23). O que caracteriza o aumento das mulheres no mercado de trabalho é fato de elas terem ficado relegadas às atividades precárias. Diante disso, elas continuaram aprisionadas, já que suas condições de trabalho são ruins e a não existência “de uma redefinição de papéis entre homens e mulheres na esfera doméstica” (GONÇALVES, 2013, p. 24).

É importante mencionar que as análises feitas por Heleieth Saffioti apresentam uma dimensão mais complexa do que as de Larguía e Dumoulin, uma vez que ela, além de considerar as questões de gênero, demonstra como a raça e etnia também são fatores determinantes no lugar ocupado dentro da dinâmica do capitalismo. Na nossa sociedade, considerar as condições precárias vivenciados pelas mulheres sem destinar a devida importância que as questões de raça e etnia têm é produzir reflexões simplistas que não contribuem com as lutas que as mulheres vêm travando há anos.

Acreditamos que as discussões pioneiras de Heleieth Saffioti confluem para o que Maria Amélia de Almeida Teles denomina como “feminismo marxista autônomo”, sem vínculos com o Estado ou outras instituições. Um feminismo que se articula dentro dos movimentos sociais de mulheres, que assume uma empreitada nas defesas dos

direitos humanos, principalmente os direitos das mulheres, que se opõe às opressões e explorações de diferentes naturezas (TELES, 2020, p. 101).

No nosso contexto atual, a atuação das feministas indígenas na América Latina assume uma importância significativa, pois estão contribuindo com a reestruturação do pensamento feminista e também com críticas mais contundentes “aos modos de vida hegemônicos” (ÁVILA; FERREIRA, 2020, p. 112). Com isso o movimento expande o seu campo de atuação incorporando outras agendas em suas lutas.

O marxismo contribuiu e ainda contribui com uma compreensão, a partir de uma perspectiva histórica do patriarcado, sobre as facetas que este assume dentro do capitalismo, e no que diz respeito ao racismo. Ele possibilita uma leitura sobre as contradições das relações sociais dentro da lógica desse sistema e evidencia que a categoria mulher na sociedade não tem como condicionante principal os aspectos biológicos (ÁVILA; FERREIRA, 2020, p. 113).

O desafio contemporâneo que se impõe é que as categorias analíticas deem conta das novas especificidades que as lutas feministas assumem, com a inserção de outros grupos de mulheres, como a caso das indígenas, das mulheres negras e das mulheres trans. Além disso, elas devem ser propulsoras das lutas que essas diferentes mulheres têm que travar para garantir seus direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta central deste texto foi destacar algumas das principais premissas e conclusões do pensamento de Isabel Larguía e seu companheiro John Dumoulin no que diz respeito às condições das mulheres na sociedade capitalista e de classes. Conforme foi possível perceber, as reflexões da autora e do autor representam um campo analítico relevante embasado no marxismo tratando-se das questões de gênero.

Elas, pensando a trajetória do feminismo marxista, são um marco importante no trajeto de desenvolvimento de um campo de debate e de luta, assim como a obra da brasileira Heleieth Saffioti, existindo, possivelmente, pontos de aproximações entre as suas análises que extrapolam as que pontuamos. Elas são mobilizadas por questões de seus presentes, mas apesar de algumas mudanças na nossa sociedade no que diz respeito às conquistas das mulheres, elas ainda subsidiam as reflexões contemporâneas sobre as condições vivenciadas pelas mulheres. Se por um lado, isso demonstra a atemporalidade e contundência dessas análises, também nos faz perceber que ainda temos muito o que

trilhar na busca de uma sociedade mais justas marcada pela equidade entre as pessoas de diferentes gêneros, raças e etnias.

A obra de Larguía e Dumoulin fez-nos pensar, que por mais emancipadas que pensamos que somos e, até certo ponto, sejamos, o patriarcalismo dentro do sistema capitalista continua emanando seus efeitos nocivos sobre nós. Evidentemente, algumas mulheres são mais prejudicadas que outras, são mais marginalizadas, sofrem cotidianamente as mazelas que surgem no cerne da nossa sociedade desigual.

O desafio que se coloca para os diferentes segmentos que o feminismo possa assumir é que ele consiga se manter atuante diante das antigas e novas formas de opressão, que seja cada vez mais inclusivo e que esteja apto a ressignificar suas lutas, uma vez as condições políticas, sociais e econômicas impõem tal conduta.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Feminismo e Marxismo: uma relação dialética In: MARTUSCELLI, Danilo Enrico (Org.). *Os desafios do feminismo marxista na atualidade*. Chapecó: Coleção Marxista, 2020. p. 111-128.

BELLUCCI, Mabel; THEUMER, Emmanuel. *Desde la Cuba revolucionária: feminismo y marxismo en la obra de Isabel Larguía e John Domoulin*. 2ª Ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2019.

GONÇALVES, Renata. O pioneirismo de “A mulher na sociedade de classes”. In: SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.11-25.

LARGUÍA, Isabel; DUMOULIN, John. *Para uma ciência da libertação da mulher*. São Paulo: Global Editora, 1982.

TELES, Maria Amélia de Almeida. O que diria Heleieth Saffioti (1934-2010), a feminista marxista, pioneira, sobre os dias de hoje? In: MARTUSCELLI, Danilo Enrico (Org.). *Os desafios do feminismo marxista na atualidade*. Chapecó: Coleção Marxista, 2020. p. 101-110.

O ÚLTIMO DIPLOMATA CASTRISTA NO BRASIL: A MISSÃO DE RAÚL ROA KOURI (1963-1964)¹

Luccas Eduardo Maldonado²

INTRODUÇÃO

O presente texto se originou de uma combinação de circunstâncias. Durante o curso de História na Universidade de São Paulo, trabalhei como assistente de pesquisa de Luiz Alberto Moniz Bandeira (1935-2017). Tal intelectual é autor de um conjunto de livros sobre a história das relações internacionais, tendo um título dedicado à Revolução Cubana, *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina* (2009). Com o surgimento de uma oportunidade de ir para Cuba em 2017, Moniz Bandeira solicitou-me que fizesse algumas pesquisas em arquivos da ilha, visando a reunião de materiais para a expansão desse trabalho.

Como os pesquisadores bem sabem, o tempo da pesquisa não é necessariamente o tempo da realidade, ou melhor, o tempo da natureza no presente caso. Cheguei em Cuba em setembro de 2017. Na mesma semana que desembarquei, um furacão de categoria cinco atravessou o país, provocando profundos prejuízos. A passagem do Irma foi uma das experiências mais interessantes da minha vida, a qual merece um texto à parte relatando como o povo cubano sobreviveu àqueles intensos momentos.

Dessa maneira, todos os meus planejamentos de consulta a arquivos e bibliotecas foram impedidos já que essas instituições estavam fechadas para manutenção durante um período que extrapolava minha estadia. Escolhera um hotel nas proximidades da Casa de las Américas para acessar com certa facilidade seu acervo. Em algum dia após o Irma, lembro-me de ter passado na sua frente e ver parte das instalações destruídas. Situada nas proximidades da costa, fora alagada durante os momentos mais críticos.

Contudo, nem tudo que planejei se perdeu. Moniz Bandeira tinha amigos em vários países e parte importante da qualidade dos seus trabalhos se desdobrava desses

¹ Agradeço a Raúl Roa Kourí, Rubens Ricupero e Synesio Sampaio Goes pelo importante auxílio na construção desse texto. Solicitadamente esses experimentados embaixadores e autores de importantes obras debateram comigo a respeito da atividade diplomática.

² Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). luccas_eduardo@hotmail.com.

contatos uma vez que eles o auxiliavam com informações. Moniz Bandeira gostava de se corresponder com eles e lhes mandar os seus mais recentes livros. Em mais de uma oportunidade, entreguei seus últimos títulos para colegas mundo afora. Em Cuba, pedi-me para isso fazer com Raúl Roa Kourí (1936-). No primeiro momento, só sabia que se tratava de um amigo que trabalhara no Brasil nos anos 1960. Ao me preparar para o encontro descobri que tal personagem era filho do mais importante chanceler da Cuba pós-revolucionária, Raúl Roa García (1907-1982), e um graduado quadro do serviço diplomático que servira em países estratégicos como Santa Sé, Espanha, Tchecoslováquia e Brasil.

Supus que seria uma pessoa com significativa experiência de vida. Encontrei-me com Raúl durante algumas horas em sua residência em Havana e a hipótese se confirmou. Dialogava com um homem de grande cultura e vivência. Admirador de artes plásticas, sua casa era repleta de quadros. Logo na entrada, está instalado um modernista: ao ingressar, o anfitrião me contou que aquela obra era de autoria de Di Cavalcanti. O pintor lhe presenteara durante sua estadia no Brasil. Gravei o diálogo que tive com Raúl no qual diversos detalhes de sua missão no Brasil foram relatados. Essa conversa juntamente do seu livro de memórias (2004)³ e um núcleo de outras fontes formam o conjunto básico para a construção desse artigo.

O presente texto visa constituir uma análise histórica da atuação de Raúl Roa Kourí como embaixador no Brasil entre 1963 e 1964. Na prática, Kourí foi o último representante diplomático de Cuba no Brasil até junho de 1986 quando as relações diplomáticas entre os países foram restabelecidas. Uma das primeiras medidas tomada pelo novo governo brasileiro após o golpe militar de 1964 foi a ruptura com a ilha.

Para constituir tal movimento, o texto está dividido em três partes. A primeira circunscreve algumas considerações teórico-metodológicas. Trata-se do acervo conceitual utilizado para compreender as interações sociais desenvolvidas por Kourí no Brasil. A segunda volta-se aos momentos anteriores de sua chegada. Explora-se alguns eventos que foram fundamentais para a compreensão de sua estadia. A terceira centra-se na atuação do embaixador no país, atentando-se para as distintas atividades realizadas e as interações desenvolvidas.

³ Encontrei em um sebo de Havana um exemplar da primeira edição das memórias de Raúl Roa Kourí intituladas *En el torrente*. No momento de nosso diálogo, Raúl escrevia uma segunda edição. Esses originais expandidos foram-me entregues e serão citados como no prelo.

Algumas considerações teórico-metodológicas

O presente texto visa analisar a atuação de um profissional que enfrentou uma conjuntura marcada por profundas disputas políticas. Todavia, a política à qual um servidor público em terras estrangeiras está disposto requisita algumas precisões devido à sua complexidade.

Uma visão jurídico-positivista tende a argumentar que as instituições e atores de Estado, diferentemente dos de Governo, em uma configuração de democracia liberal não estão inseridas nos conflitos políticos ou se estão tendem a ter um papel reduzido. Tal noção é profundamente questionável – estando associada a simplificações do fenômeno político ao simples procedimento do voto e da representação. Assumi-la seria um grande equívoco para o presente texto e para qualquer caso. Contudo, há de se acatar uma parte do argumento: de fato, há uma distinção entre o Estado e o Governo, mas ela não está na ausência, mas na maneira como se exerce a política nessas instituições. Estão elas postas sob o império de uma série de regras próprias que regularizam seus procedimentos.

Cada instituição – a academia, o judiciário, etc., principalmente aquelas detentoras de um cunho colegiado – possui um conjunto de definições, jurídicas e sociais, que normaliza o exercício de suas disputas. Isso não quer dizer que sejam universos isolados, esterilizados, não passíveis a influências exógenas. A nomeação de um reitor por parte do Executivo ou a indicação de um ministro para o Supremo Tribunal Federal pelo parlamento demonstra influências externas que estão incluídas na própria legislação desses âmbitos, para tomar exemplos previstos e não envoltos em sutilezas.

A diplomacia não é exceção. Os serviços diplomáticos estabeleceram procedimentos próprios, levando a uma profissionalização de atores que visam executar a legítima interação entre os Estados⁴. É perceptível que tal enquadramento é mais ideal do que real já que às vezes se mostra um pouco difícil conceituar claramente o que é e não é o campo, como por exemplo a atuação de um diplomata em busca de privilégios econômicos para empresas privadas ou a certa volatilidade dos critérios para se integrar à diplomacia. Nem sempre são realizados princípios rígidos de iniciação, não é estranho um membro exógeno, devido ao seu capital exterior ao meio, seja integrado a atividade

⁴ Para um interessante livro que tenta constituir uma definição da diplomacia e das suas atividades, cf. *Diplomacy* de Harold Nicolson (1942).

sem passar por instituições formadoras como o Instituto Rio Branco no Brasil ou a Sciences-Po na França. Além disso, raro o diplomata que só exerce suas atividades “dentro do campo”, só dialogando com seus pares, usando exclusivamente a correspondência oficial⁵.

O que se pretende apresentar é um modelo analítico, um tipo-ideal, para ele ser questionado a partir do trabalho historiográfico. Em outros termos, projeta-se uma rigorosa rede de instituições e profissionais que, para além de uma aparência funcionalista, desdobra-se na agência de atores que podem assumir mais ou menos esse perfil, que podem agir mais ou menos de acordo com o estereótipo.

Utilizar tal distinção pode ser útil para analisar a trajetória de Raúl Roa Kourí. Cria-se a possibilidade de uma visão mais complexa a respeito da política, tanto em ações internas, quanto externas ao campo. Elaborar-se dessa maneira um prisma analítico para se vislumbrar as nivelções que a política sofre a depender do contexto e não a entender como monopólio de determinadas instâncias.

O deslocamento entre dentro e fora torna-se fundamental para a investigação. A condição de ser um diplomata, o capital social derivado dessa posição, converte-se em algo a ser considerado no processo de interação social com indivíduos que não estão no campo. Em outros termos, o representante de Cuba no Brasil ganhava uma notoriedade por sua posição, tanto para lhe oferecer uma imagem positiva entre as esquerdas e negativa entre as direitas, e isso era usado invariavelmente pelos embaixadores de distintas maneiras, podendo facilmente converter seu capital interno em externo. Tal particularidade faz parte do complexo sistema que é a política. O deslocamento do diplomata não se deriva exclusivamente de sua profissão. Obviamente que diplomatas são quase sempre indivíduos abastados e membros das elites diretas de determinada nação. Todavia, é difícil vislumbrar tal capacidade de conversão em um diplomata suíço ou uruguaio no Brasil dos anos 1960 em comparação com um servidor cubano ou americano, este último de longe o mais influente de todos. Não basta a posição, a instituição que se está vinculada lhe credita objetivamente. A relevância de Cuba nos anos 1960 dava ao seu embaixador um capital fora do campo diplomático que antes o titular da ilha jamais imaginara ter em terras brasileiras.

Visa-se com tais considerações um mapa conceitual para melhor entender a atuação de Kourí. Pretende-se destacar a partir da análise de um conjunto de fontes o

⁵ A base teórica-conceitual é fundada nos textos de Pierre Bourdieu sobre o conceito de campo (1968; 2004).

exercício de uma diplomacia que não só se fundava na política interna do campo, mas também levava em grande consideração a interação com os atores externos. Existe uma convivência ampla com as esquerdas do Brasil, tanto as intelectuais, quanto as militantes e partidárias. Disso se desdobra uma espera e estímulo à revolução brasileira, considerando que esses atores no futuro seriam seus aliados em posições de poder, e uma busca de aproximação com setores que legitimariam intelectual e politicamente Cuba fazendo pressão para alterar os rumos do governo.

Mostra-se difícil estabelecer conclusões mais aprofundadas a respeito desse projeto devido à impossibilidade de se acessar o arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Cuba. No entanto, há uma bibliografia que explora a estratégia cubana de, repetidamente, intervir em assuntos internos de outros países apostando na revolução. No primeiro momento, a ala mais radical do governo, principalmente capitaneada por Raúl Castro e Ernesto Che Guevara, patrocinaram guerrilhas contra governos ditatoriais do continente como a República Dominicana e a Nicarágua (ANDERSON, 1997, p. 459-462). Após 1961 com a intensificação do isolamento da ilha e a declaração do caráter socialista da revolução, a estratégia não é mais conduzida por setores minoritários, mas se torna programática. Venezuela, Argentina, Brasil e outros países mais tiveram movimentos de esquerda que optaram pela luta armada estimulados, treinados e financiados por Cuba (MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 334-338)⁶.

A atuação de Kourí e de seu antecessor, Joaquin Hernandez Armas, está conectada com esse projeto que buscou, por um lado, a legitimação intelectual e, por outro, o estímulo à revolução socialista. Há dados sobre a atuação de Armas indicando seu auxílio à criação de um movimento guerrilheiro organizado pelas Ligas Camponesas. Kourí desenvolveu vínculos principalmente com setores intelectualizados das esquerdas, chegando também a fazer alguns contatos sobre apoio militar, no entanto a iniciativa jamais se concretizou. Em outros termos, a política fora do campo tornava-se uma diretiva do próprio campo expressando-se na atuação dessas personagens.

É importante ressaltar uma vez mais que a distinção interno e externo é fundamentalmente analítica, não havendo diplomatas que convivem exclusivamente de forma palaciana. A questão são os níveis em que tais movimentos são feitos, o quanto se desloca do suposto “tipo-ideal”. Tal distinção pode servir como critério qualitativo para

⁶ Para um estudo aprofundado da diplomacia cubana, cf. Jorge Dominguez (1989).

mapear a atuação de embaixadores em países estrangeiros e até mesmo de outros servidores públicos.

De qualquer maneira, vale se atentar que o mesmo modelo analítico a ser utilizado pode ser aplicado ao embaixador norte-americano no Brasil entre 1961 e 1966, Lincoln Gordon. De forma semelhante a Armás, Gordon também utilizou seu capital para intervir em assuntos exterior ao seu campo. Aliás, se o cubano tentou propagar a quebra da institucionalidade via uma revolução socialista, o americano auxiliou na quebra da institucionalidade de 1964, planejado inclusive uma intervenção armada dos EUA⁷.

Antecedentes

Raúl Roa Kourí chegou somente em 1963 no Brasil. Havia, portanto, todo um contexto anterior que influenciou profundamente a maneira como o servidor foi recepcionado. Para entender tal formação, mostra-se necessário analisar previamente dois planos da atuação diplomática. O primeiro é a diplomacia dos órgãos multilaterais, mais precisamente das disputas postas dentro da Organização dos Estados Americanos (OEA). Por outro, é a atuação de seu antecessor, o já citado Joaquin Hernandez Armas, que produziu uma grande crise no cenário político brasileiro, criando tensões entre governo, sociedade civil e embaixada cubana.

O primeiro âmbito já foi significativamente enfrentado pela bibliografia especializada (ABREU, 2000; BEZERRA, 2012; MONIZ BANDEIRA, 2009; QUINTANEIRO, 1998). Por isso, realizar-se-á uma exposição rápida, oferecendo apenas os seus momentos fundamentais, também se colocará as origens históricas das relações entre Brasil e Cuba. Tal abordagem foca principalmente o exercício da diplomacia como uma prática palaciana, centrado nas instituições ou nos órgãos formalmente ligados ao campo.

O segundo âmbito constitui-se de aproximações de uma pesquisa que está para se construir com maior densidade: a ingerência da embaixada cubana nas Ligas Camponesas visando estimular a criação de um movimento guerrilheiro no Brasil. Há mais dúvidas do que certezas a respeito desse processo, por exemplo o quanto a embaixada estava ligada com o projeto, se era promotora ou apoiadora. No entanto, é

⁷ A bibliografia sobre o tema é ampla, no entanto Carlos Fico (2008) e Moniz Bandeira (2010) realizam boas análises fundadas em ampla documentação sobre a ingerência norte-americana no golpe de 1964.

possível comprovar com a documentação disponível a constituição de uma crise devido aos vínculos da missão com o movimento armado das Ligas. O que gerou um desgaste significativo na relação entre os dois países, especialmente quando as informações se tornaram públicas. A indicação de Kourí no Brasil está diretamente associada a esse estresse bilateral. A vinda do filho do Ministro das Relações Exteriores buscava mostrar uma preocupação em se restabelecer os laços com um país estratégico que repetidamente defendeu nas instâncias multilaterais a autodeterminação de Cuba.

A OEA: origens de uma relação e os caminhos até o isolamento

As relações bilaterais entre Brasil e Cuba foram estabelecidas pela primeira vez em 1906, durante a Conferência Internacional Americana no Rio de Janeiro. Naquele mesmo ano, a missão brasileira foi instalada em Havana sob a chefia de Antonio Xavier da Fontoura. Mais de 100 anos decorreram desde então. Tais interações passaram por diversos momentos complexos que transitam por profundas transformações políticas e econômicas dos dois países e do contexto internacional. Quando o primeiro representante brasileiro chegou à ilha em 1906, Cuba tornara-se independente da Espanha havia pouco tempo e destacava-se como um polo exportador de açúcar. Pouco sinalizava que essa pequena ilha tornar-se-ia aproximadamente 50 anos mais tarde uma questão chave para a Política Externa Brasileira e para as negociações entre as duas superpotências da Guerra Fria.

Demarcam-se dois momentos na diplomacia entre Brasil e Cuba⁸. O primeiro circunscreve o interim entre o estabelecimento das relações e a chegada de Fidel Castro e seus companheiros ao poder (1906-1959), contemplando, portanto, a maior parte do período. Opera-se uma interação fundamentalmente cordial em tal intervalo. Nessa fase, jamais um mandatário visitou a outra nação, nenhum pacto foi assinado, nem um plano comum estabelecido.

Na prática, trata-se de dois países com profundas diferenças de escala que mais se colocavam como economicamente concorrentes do que complementares. Em grande medida, suas prioridades estavam voltadas para outros Estados. No plano da política internacional, Cuba e Brasil colocavam-se na mesma condição: estavam no escalão das

⁸ Tal periodização está conjugada com o presente estudo. Poder-se-ia desenvolver distintas configurações se um período mais abrangente fosse considerado, no entanto se decidiu restringir a abordagem até abril de 1964.

nações de segunda ordem. As características excepcionais do Brasil, como suas proporções continentais e o significativo potencial econômico, fizeram-no em determinados períodos almejar e assumir posições mais destacadas. Nesses momentos, foi frequentemente apoiado por Cuba na empreitada.

Desdobra-se uma nova fase a partir da revolução cubana (1959-1964). O período, apesar de breve, foi profundamente agitado principalmente devido à tensão que a ilha desenvolveu com os Estados Unidos da América (EUA) e a sua integração ao bloco socialista. Todavia, não se entende esse momento exclusivamente a partir dos eventos da realidade cubana e de sua relação com as superpotências. A mudança de qualidade na diplomacia entre os dois países está também associada a uma reordenação estratégica do próprio Ministério das Relações Exteriores do Brasil, a instituição da chamada Política Externa Independente (PEI) implementada no governo Jânio Quadros.

A PEI, iniciada na administração Quadros e mantida na João Goulart, visava uma rearticulação da estratégia diplomática brasileira, dispondo um modo operativo que visasse mais os interesses nacionais do que um alinhamento automático com os EUA como fora dominante até então. O restabelecimento das relações diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) foi o ato mais simbólico da PEI. Essa orientação também se expressaria em diversas outras medidas: como os vínculos firmados com países socialistas do leste europeu; a defesa constante da autonomia cubana; a divergência com Portugal de António Salazar em relação à situação colonial africana⁹.

Contudo, há de se ter um certo cuidado com esse processo. Muitas características da PEI não passam de retórica inflamada, de aparência e não de institucionalização de um projeto de Quadros que tentava flutuar entre os setores de esquerda e direita, emplacando uma política externa que supostamente agradaria o primeiro grupo e uma política econômica que o mesmo fazia com o segundo¹⁰. No que se refere à defesa da autodeterminação e não intervenção armada em Cuba, tanto a diplomacia de Quadros, quanto a de Goulart foram rígidas defensoras das garantias do país caribenho.

⁹ Para duas análises do conceito de PEI, cf. Ricupero (2017, p. 410-415), Bueno e Cervo (2015, p. 381-387).

¹⁰ Para uma breve análise do governo Jânio Quadros, cf. Benevides (1993).

O Brasil caracterizou-se por ter desenvolvido uma boa relação com os revolucionários cubanos desde os seus primeiros momentos. O embaixador brasileiro em Cuba, Vasco Leitão da Cunha, recomendou rapidamente o reconhecimento do novo governo (BEZERRA, 2012, p. 43). No entanto, assim como o próprio Leitão da Cunha, que inicialmente se mostrou simpático e depois foi perdendo sua fé no projeto político¹¹, o governo brasileiro teve uma progressiva deterioração nas suas relações com Cuba.

O primeiro ano da Revolução buscou entre outras coisas consolidar-se internacionalmente buscando aliados. A passagem de Fidel Castro, Osvaldo Dorticós, Armando Hart e outras lideranças pelo Brasil está vinculada a esse objetivo de legitimação internacional. O convite feito aos dois candidatos favoritos a presidente da República no Brasil em 1960 conecta-se com tais pretensões – Jânio Quadros aceitaria o convite e se tornaria um entusiasta da revolução, sendo a experiência uma influência importante para a constituição da PEI; Henrique Teixeira Lott recusaria.

Se por um lado Cuba conseguiu mobilizar o apoio de alguns Estados latino-americanos como Brasil, México e Argentina, por outro a ilha rapidamente deteriorou suas relações com a potência mundial capitalista. Hegemônico no hemisfério ocidental, os EUA desentederam-se com Cuba a partir de junho de 1959 por causa da regularização da lei de reforma agrária instituída em maio do mesmo ano. Em suma, os proprietários fundiários norte-americanos consideraram injustas as indenizações previstas pela legislação (GOTT, 2006, p. 206-207; PERICÁS, 2018, p. 23-25), dando início a um conflito que só escalou.

Em grande medida, a história diplomática cubana entre 1959 e 1964 é a expressão de um progressivo isolamento político na América Latina e o estabelecimento de vínculos cada vez mais substantivos com o oriente. Antes mesmo da ruptura diplomática dos EUA com Cuba em janeiro de 1961, Peru, República Dominicana e Guatemala já tinham deixado de ter relações com a ilha (BEZERRA, 2012, p. 35). De 1961 em diante, os EUA operacionam uma estratégia política que visava isolar Cuba

¹¹ As memórias do embaixador em grande medida expressam o crescimento desse descrédito (CUNHA, 2003). A irmã de Fidel Castro, Juanita (CASTRO, 2011, p. 254-256), relata em suas memórias que foram Vasco Leitão e sua esposa que estabeleceram seu contato com a Central Intelligence Agency (CIA), convertendo-a em opositora do regime. Há diversas problemáticas nesse apontamento de Juanita, o qual precisa ser aprofundado com distintas pesquisas. No entanto, a opção do embaixador de auxiliar o órgão americano, algo que poderia prejudicar a sua carreira, mostra o seu desagrado para os rumos do governo cubano, para analisar o problema em um único nível já que a atuação de um servidor brasileiro em um órgão de inteligência estrangeiro se mostra algo muito grave.

tanto no nível bilateral, exigindo o fim de relações diretas dos outros países com a ilha, quanto no nível multilateral, buscando sua expulsão da OEA e posterior legitimação de uma intervenção armada. O Brasil foi um dos mais incontornáveis defensores da autodeterminação cubana diante dos EUA.

Enquanto os embaixadores norte-americanos faziam pressão nos países que serviam para se dismantelar os vínculos bilaterais com Cuba, os EUA buscavam no órgão multilateral do continente a legitimação de uma intervenção. Uma ingerência às escuras já fora realizada em abril de 1961 e resultara em um total fracasso. A nova estratégia era expulsar Cuba da OEA e da Junta Interamericana de Defesa, criando uma abertura legal para o ataque, já que o regimento da instituição dispunha que os seus países membros não poderiam entrar em guerra entre si e caso isso acontecesse todos os outros tomariam o lado do ofendido. A legalidade desse processo é algo profundamente questionável uma vez que a carta da OEA não possuía aparato prevendo a expulsão de um dos seus membros.

Há que se considerar também que a estratégia de se promover o ostracismo continental cubano levou cada vez mais a ilha a aprofundar seus vínculos com a União Soviética devido a sua dependência econômica e tecnológica. Isolados, os comunistas dispuseram-se a oferecer auxílio. Desde junho de 1960, Cuba estabeleceu vínculos diplomáticos com o país socialista e havia pressões internas para se fortalecer tais conexões já que parte importante do novo governo era ligada ao Partido Socialista Popular (PSP) como o próprio Ministro da Defesa, Raúl Castro¹². Em outros termos, os EUA, visando conter o avanço do comunismo na ilha, a empurram diretamente para a esfera de influência da URSS.

Houve diversas reuniões multilaterais no desenvolvimento dessa disputa. Todavia, duas se mostram fundamentais uma vez que alteraram a qualidade da relação dos países do continente para com Cuba. A primeira deu-se entre 22 e 31 de janeiro de 1962 em Punta del Este no Uruguai. Nessa importante conferência, intitulada VII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, ministros das relações exteriores de todos os países analisaram um pedido de expulsão de Cuba da organização. Para a sua remoção, era necessária a aprovação de 2/3 dos membros. No primeiro momento, projetava-se que as posições contrárias à retirada venceriam já que sete países

¹² O Partido Comunista Cubano foi fundado em 1925. Em 1939, mudou de nome para PSP como uma estratégia para entrar na legalidade.

comprometeram-se a abster-se, estando o Brasil entre eles¹³. O Haiti, governado pelo ditador François Duvalier, mudou seu voto após um suborno, possibilitando a expulsão de Cuba da OEA (BEZERRA, 2012, p. 165).

Tal ato demarcou o quase total isolamento de Cuba no continente. A estratégia de isolamento alcançava uma grande força com a saída da ilha da instituição multilateral. Tolhia-se, assim, qualquer possibilidade de negociação direta e colocavam-se a guerra ou a indiferença como as únicas políticas possíveis. No plano bilateral, as rupturas continuaram acontecendo. Ainda em 1962, a Argentina, uma aliada até então, romperia após fortes pressões internas por causa de um encontro secreto vazado do presidente Arturo Frondizi com Che Guevara (CASTAÑEDA, 1997, p. 246-247; BELSUNCE, FLORIA, 2014, p. 912-913). Na prática, o mandatário rifava um projeto da política exterior na tentativa de se manter no cargo, o que não adiantaria uma vez que um pouco depois seria removido por um golpe jurídico. Tal evento é significativo de como Cuba cada vez mais se tornava um assunto caro aos países da região.

A outra reunião foi um desdobramento dos momentos mais críticos da Guerra Fria. Com o isolamento continental de Cuba, sua aproximação com a URSS e crescente ameaça de uma intervenção militar norte-americana, decidiu-se instalar mísseis nucleares soviéticos na ilha após um acordo entre Fidel Castro e Nikita Krushev. A montagem da estrutura deu-se ao longo de 1962 e o material militar foi descoberto pelos EUA em 14 de outubro. Rapidamente o presidente norte-americano, John F. Kennedy condenou publicamente a medida considerando-a como uma afronta. Em seguida, instalou um bloqueio naval em Cuba, impedindo o desembarque de material militar na ilha. Era o início de uma crise que durante 13 dias ameaçou colocar o mundo em uma guerra nuclear.

A disputa não foi resolvida exclusivamente com negociações em órgãos multilaterais. Na realidade, as mediações diretas entre EUA e URSS foram o meio fundamental. As interações nos órgãos multilaterais como a OEA e a Organização das Nações Unidas (ONU) mostram como os outros países reagiram e se mobilizaram quando uma posição se mostrou quase inconciliável.

Durante a crise, o secretário de Estado dos EUA, Dean Rusk, convocou uma reunião do Órgão de Consulta da OEA. O evento, realizado em Washington, tinha o objetivo de aprovar dois procedimentos: bloqueio continental à ilha e intervenção

¹³ Os outros países eram Argentina, Bolívia, Chile, Equador e México.

armada. Após negociações, a primeira medida passou unanimemente. No entanto, não se conseguiu o pleno consenso em relação à intervenção, tendo o Brasil uma vez mais defendido o princípio da não intervenção nos assuntos internos.

A parcial aprovação da proposta acabou por não ser determinante para os rumos da crise. Na prática, o acordo estabelecido por Krushev e Kennedy em 27 de outubro foi o ponto fundamental. Os líderes definiram entre outras coisas a remoção do armamento e o comprometimento por parte dos norte-americanos de não intervirem militarmente em Cuba. No âmbito da política externa do continente americano, o evento representou o momento mais próximo de um suposto acordo hemisférico de intervenção na ilha. Em grande medida, o acontecimento foi o ato mais representativo do isolamento de Cuba na América.

Joaquin Hernandez Armas e as Ligas Camponesas

Enquanto uma diplomacia palaciana se desdobrava nos órgãos multilaterais e bilaterais, ocorria um outro tipo de diplomacia na embaixada cubana no Rio de Janeiro¹⁴. A interação com membros exteriores ao campo e não pertencentes ao Estado compunha parte importante da atividade desses servidores.

Após a revolução de 1959, grande parte do serviço diplomático cubano foi desmantelado. Esse corpo de profissionais foi desorganizado devido à remoção de antigos aliados de Fulgencio Batista e ao abandono de posições por um conjunto de atores que decidiram deixar o país com o avanço da revolução. Precisou-se introduzir pessoas na carreira rapidamente. Grande parte dessa nova safra foi selecionada entre os apoiadores e militantes da revolução. Foi nessa esteira que tanto Joaquin Hernandez Armas, professor que se engajou na luta contra Batista (ABREU, 2000, p. 262), e Raúl Roa Kourí, jovem recém-formado em Psicologia na Universidade de Columbia e filho de um quadro graduado do governo, foram recrutados para a atividade. O critério provavelmente era de alianças políticas e um razoável nível de educação formal.

Tais origens não podem ser interpretadas simploriamente, como a expressão de um amorismo. De fato, foram personagens introduzidas inesperadamente no ofício. Kourí refletia sobre a possibilidade de seguir uma carreira acadêmica quando foi

¹⁴ Embora a capital brasileira tenha se deslocado para Brasília em 1960 levando as instituições federais para o centro do Brasil, grande parte das embaixadas estrangeiras ainda se mantiveram no Rio de Janeiro. Somente mais tarde haveria um deslocamento mais substantivo.

convidado para trabalhar no consulado cubano de Nova York. Todavia, a instituição se tratou de estruturar os seus novos membros e seriam removidos rapidamente caso algum deles ameaçasse a integridade do campo. Não é raro no Brasil que diplomatas sejam “colocados na geladeira”, ou como geralmente se diz na área: sejam designados para o DEC (Departamento de Escadas e Corredores), quando quebram o decoro e tal processo também estava posto na realidade cubana, embora os critérios para cunhar o decoro fossem parcialmente distintos.

Esses novos membros adentraram a atividade e passaram por períodos de aprendizagem. Isso não quer dizer que esqueceram plenamente o passado. Na realidade, a característica de valorizar a interação com os grupos de esquerda se converteu em uma nova faceta quando assumiram embaixadas. Havia uma diretiva do campo de se aproximar desses setores, buscando aliados no seu meio. Dessa forma, atuavam tanto no âmbito tradicional da diplomacia, quanto com esses grupos, trazendo sua antiga experiência como um recurso e utilizando de sua posição como uma estratégia. Em outros termos, tais personagens assumiam e eram cobrados por noções mais dilatadas de sociabilidade. As próprias instâncias dominantes do campo instituíram como projeto tais alianças já que eram um critério utilizado de seleção e eram cobradas na hora do exercício.

Armas, após servir na Bolívia, tornou-se o embaixador cubano no Brasil em outubro de 1961, substituindo Rafael García Barcena (JORNAL DO BRASIL, 10 de outubro de 1961, p. 4). Sua entrega de credenciais ao presidente João Goulart deu-se em 9 de novembro (CORREIO BRAZILIENSE, 25 de outubro de 1961, p. 2). A relevância de sua passagem é significativa tanto para a história, quanto para a historiografia uma vez que as acusações de ter interferido em assuntos internos brasileiros serviram para colocar água no moinho dos golpistas de 1964. Suas vinculações com as Ligas Camponesas foram utilizadas para justificar a ruptura institucional e das relações diplomáticas com Cuba. Uma parte da bibliografia sobre o tema, que também se manifestou como discurso oficial em determinados momentos, enuncia o golpe como um ato saneador que buscava entre outras coisas eliminar a infiltração esquerdista e a corrupção (FICO, 2004, p. 38-39)¹⁵.

As Ligas Camponesas surgiram em 1954 em Vitória de Santo Antão em Pernambuco. No princípio, tratava-se de uma associação de trabalhadores rurais

¹⁵ O historiador Carlos Fico designa tal linhagem bibliográfica como “utopia autoritária”.

específica que defendia garantias para os seus membros diante das arbitrariedades dos arrendadores. Esse conflito inicial intensificou-se e tornou-se um problema de justiça. O advogado dos locatários, que acabara de ser eleito como deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), foi Francisco Julião, personagem que ganhara projeção defendendo causas de trabalhadores do campo¹⁶. Essa primeira contenda, que se tornou assunto nacional, logo se converteu em um estímulo para a criação de um movimento social que reivindicava a reforma agrária no país.

Conflitos agrários na história do Brasil são uma constante significativa, no entanto a sua derivação em movimentos organizados se mostra de maneira distinta. O conflito de Vitória de Santo Antão foi um dos raros casos em que essas tensões se converteram em um movimento social de alcance nacional. Diferentemente do PCB, as Ligas Camponesas não se configuravam como uma organização política centralizada, na realidade se expressaram como um movimento com distintas lideranças e tendências. Obviamente que o deputado Francisco Julião foi seu membro com maior projeção, mas estava longe de ser unânime.

Julião se aproximou de Cuba após viajar para a ilha em fevereiro de 1960 juntamente da comitiva do presidenciável Jânio Quadros (AGUIAR, 2014, p. 298-306). Esse foi o ponto de partida de um contato que se aprofundou significativamente e de uma série de outras viagens tanto de Julião, quanto de outros membros do movimento social. As Ligas Camponesas não tinham apostado até então em formas não legais de atuação. Em grande medida, seguiam um modelo de intervenção próximo do PCB, atuando no máximo no limite da legalidade, ainda que tivessem uma retórica inflada com consignas como “na lei ou na marra”. De 1961 em diante uma ala das Ligas se vinculou com os revolucionários cubanos, concordando em introduzir um movimento guerrilheiro no Brasil, o qual recebeu o nome de Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), concatenando-se com o projeto internacional de se exportar a revolução de Cuba¹⁷.

Em relato ao pesquisador Dênis de Moraes, Julião negou seu envolvimento no projeto armado, argumentando que era um defensor da via democrática (MORAES, 2011, p. 223-225). Cláudio Aguiar (2014) apresentou a mesma posição em sua biografia de Julião. A pesquisadora Denise Rollemberg, estudiosa da ingerência cubana na luta

¹⁶ Para análises da história das Ligas Camponesas, cf. Azevedo (1982), Bastos (1984) e Page (1972).

¹⁷ O artigo de André Lopes Ferreira (2009) oferece um panorama dessa virada na forma de política exercida por diversas lideranças das Ligas Camponesas.

armada brasileira, apontou que a ala das Ligas Camponesas que apoiaram a guerrilha foi organizada por Clodomir Moraes, Carlos Montarroyo e Tarzan Castro (ROLLEMBERG, 2001, p. 24). No projeto, Cuba foi responsável por oferecer treinamento e dinheiro. O movimento conseguiu instalar oito dispositivos, porém o projeto jamais realizou uma ação (MORAES, 2011, p. 88). Na realidade, os membros recrutados passaram seu tempo enfurnados em fazendas, jamais rompendo seus limites.

A iniciativa jamais alcançou relevância militar. Sua importância está na crise que provocou quando dois aparelhos foram pegos pela polícia. Uma das instalações descobertas estavam em Petrópolis, Rio de Janeiro. A liderança Clodomir Moraes realiza seu desmonte em 12 de novembro de 1962. Transportava armamentos e outros itens com uma caminhonete quando um dos pneus do veículo estourou. Fazendo o reparo, um carro da polícia passou pelo local e decidiu averiguar, encontrando as armas no carro. Descobriu-se, assim, a conspiração carioca. Nas proximidades da Guanabara governada por Carlos Lacerda, a situação foi um estopim para uma grande campanha de denúncia (AGUIAR, 2014, p. 397-398).

Moraes decidira tomar tal medida devido ao estouro do outro aparelho localizado em Dianópolis em Goiás no segundo semestre de 1962. Sua descoberta também se deveu a motivos um tanto inesperados. O responsável pelo Serviço de Repressão ao Contrabando do governo federal, o coronel Nicolau José De Seixas, recebeu uma denúncia de que se realizava contrabando em uma fazenda: chegavam várias geladeiras onde não havia luz elétrica. Ao invadir o local, pensando que encontraria traficantes, descobriu armas, munição, manuais de guerrilha, planos de sabotagem, bandeiras de Cuba etc. O militar entregou o que encontrou ao presidente João Goulart. Por sua vez, o mandatário chamou o embaixador Joaquin Hernandez Armas e enviou uma mensagem para Fidel Castro, dizendo-se “traído” (TAVARES, 2017, p. 69-70)¹⁸.

João Goulart não quis divulgar o evento, sabendo que isso poderia provocar mais crises para o seu já instável governo. Castro enviou o jornalista Raúl Cepero Bonilla, presidente do Banco Nacional de Cuba, para conciliar a situação e tomar ciência do que acontecia. Tarzan de Castro, uma das principais lideranças do movimento guerrilheiro, relatou em suas memórias que se encontrou com o ministro-conselheiro cubano Miguel Bruguera (CASTRO, 2016, p. 91), este um antigo militante do Movimento 26 de julho que participou da guerrilha urbana em Havana e um funcionário da embaixada cubana.

¹⁸ Claudio Aguiar (2014, p. 396) também relata essa história, tendo diversos detalhes em desencontro.

Brugueras pediu que Castro fizesse um relatório detalhado da situação da guerrilha. O material foi entregue a Bonilla que voltaria para Cuba para receber novas indicações, enquanto os aparelhos eram desmantelados. Todavia, um acontecimento inesperado ocorreu. O avião que o alto funcionário tomou para retornar ao seu país sofreu um acidente aéreo em 27 de novembro de 1962. Todos os passageiros morreram e, por incrível que pareça, a bagagem de Bonilla, onde estava o relatório e outros documentos da interação com Goulart, saiu intacta. Os textos caíram na mão do serviço secreto norte-americano que rapidamente o divulgou. Em dezembro de 1962, pouco depois da prisão de Moraes, publicavam-se as denúncias da guerrilha no Brasil promovida por Cuba (CASTRO, 2016, p. 92-93; GASPARI, 2014, p. 180-181).

A missão

A primeira vez que o nome de Raúl Roa Kourí apareceu nos jornais brasileiros foi em 27 de outubro de 1962. Na ocasião, o *Jornal do Brasil* relatou que, após um intenso protesto estudantil em frente à embaixada estadunidense em Praga, o grupo de jovens foi a missão cubana ouvir um discurso do embaixador Raúl Roa Kouri (JORNAL DO BRASIL, 27 de outubro de 1962, p. 3). Desdobrava-se um dos momentos mais tensos da Guerra Fria: a crise dos mísseis. Aquele texto, provavelmente traduzido das agências internacionais de notícias para ocupar um espaço sobressalente, pouco significava para o leitor brasileiro. O evento na Tchecoslováquia, onde Kourí servia, era um pequeno detalhe que não muito dizia. Aparentemente foi um mero acaso que fez o editor do *Jornal do Brasil* escolher o aparecimento daquele texto. No entanto, se naquele momento o nome de Raúl Roa Kourí era pouco relevante para o leitor brasileiro, a situação mudaria em breve.

Após a divulgação dos documentos de Raúl Cepero Bonilla, a permanência de Joaquin Hernandez Armas se tornou insustentável¹⁹. A imagem da embaixada estava questionada. As denúncias de que o servidor auxiliou na organização do MRT colocaram o governo João Goulart, um aliado importante de Cuba nos órgãos multilaterais, em uma situação difícil. Por muito menos, o presidente argentino Arturo Frondizi sofrera pressões intensas e fora derrubado. A mudança da posição diplomática do Brasil poderia significar a perda de um aliado importante. A manutenção era uma

¹⁹ Após deixar o Brasil, Armas foi servir em outro importante país latino-americano, o México.

questão fundamental uma vez que as alianças no continente estavam ficando raras. Até aquele momento 13 governos da América Latina já tinham rompido relações com Cuba (BEZERRA, 2012, p. 179).

A escolha do novo embaixador se deu em uma negociação entre Fidel Castro, o chanceler Raúl Roa García e o próprio Kourí na residência familiar dos Roa em Havana. O ato de indicar o filho do Ministro das Relações Exteriores era uma tentativa de mostrar distinção, consideração. Enviava-se uma pessoa de extrema confiança. Em fevereiro de 1963, o governo cubano solicitou o *agrément* de Raúl Roa Kourí²⁰ e em abril o pedido seria aceito (JORNAL DO BRASIL, 10 de abril de 1963, p. 3). Os jornais repercutiram o fato, destacando que o novo embaixador era filho do chanceler cubano e que tinha apenas 28 anos.

Kourí chegou ao Rio de Janeiro por volta do dia 20 de junho. A revista carioca *Manchete* anunciou seu desembarque no Rio de Janeiro sem precisar a data. Uma foto acompanhava a notícia que uma vez mais anunciava a pouca idade do servidor: “Roa Júnior no Rio: o mais jovem embaixador do mundo” (MANCHETE, 22 de junho de 1963, p. 94). Kourí pouco ficou na cidade maravilhosa, rapidamente pegou um avião para Brasília. Deveria se encontrar com o presidente da República no dia 27 para apresentar suas credenciais.

Foi recepcionado em Brasília por algumas figuras de esquerda em um coquetel de boas-vindas na casa de Oscar Niemeyer. O trabalhista Luís Fernando Bocaiuva Cunha, personagem- que conhecera na Tchecoslováquia, organizou o evento. No dia 27, apresentou suas credenciais ao presidente Goulart. O encontro não se resumiu a essa formalidade. O embaixador entregou presentes ao mandatário brasileiro em nome do presidente cubano, Osvaldo Dorticós Torrado, juntamente de uma carta na qual o líder cubano agradecia a Goulart pela defesa do princípio de não intervenção nos órgãos multilaterais²¹. O ato não seguiu a praxe de se presentear exclusivamente na ocasião de visitas de chefes de Estado. Jango recebeu uma caixa de charutos entalhada e um quadro intitulado *Paisaje de La Habana* do artista cubano René Portocarrero (JORNAL DO BRASIL, 27 de junho de 1963, p. 5; DIÁRIO CARIOCA, 27 de junho de 1963, p. 8). A peça atualmente ainda se encontra em posse do executivo federal brasileiro, estando na

²⁰ O telegrama com o pedido encontra-se no Arquivo do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Telegrama, 3749.

²¹ Consultou-se o arquivo de João Goulart no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) e nesse acervo não há cópia da carta.

Granja do Torto, casa de campo oficial da presidência²². Além disso, Kourí convidou Goulart para fazer uma viagem a Cuba (CORREIO DA MANHÃ, 27 de junho de 1963, p. 9), evento que nunca se realizou (FERREIRA, 2011).

No Rio de Janeiro, uma das primeiras medidas tomadas pelo novo embaixador foi substituir toda a equipe de Armas. Os novos membros eram: o poeta Adolfo Martí, Niel Ruiz Guerra, o jornalista José Rodríguez Méndez, Jacinto Vázquez de la Garza, o combatente do movimento 26 de Julho, Manuel Pérez Cubero – também chamado de “o galego”, Luis Manuel Cantillo e Francisco Calzadilla. A crise que o antecessor provocara fazia necessária uma mudança profunda. Além disso, o próximo mês teria um evento importante requerendo a plena mobilização da nova equipe, pois a embaixada faria uma cerimônia comemorando o aniversário da revolução.

Kourí deu a sua primeira entrevista à mídia brasileira antes do evento. O embaixador dialogou com o jornalista Hélio Kaltman do *Jornal do Brasil* a respeito das relações bilaterais entre Brasil e Cuba. O texto apareceu no dia 7 de julho. A interação foi relativamente tranquila. Kourí buscava criar um ambiente propício ao aprofundamento das relações, destacando principalmente possibilidades econômicas, diretiva que o próprio Fidel Castro lhe passara. O entrevistador não foi muito incisivo, fez perguntas e deixou o cubano discorrer, contudo tangeu assuntos polêmicos em alguns momentos. O mais sensível foi a respeito da ingerência de Cuba em movimentos revolucionários em países estrangeiros, temática cara ao Brasil. Kourí respondeu dizendo que não existiam provas de tais atos, não sendo contestado (KALTMAN, 7 de julho de 1963, p. 12).

Cuba é frequentemente acusada de exportar sua revolução para outros países. Que tem V. Exa. a dizer quanto a esta acusação?

A acusação de exportar revolução nunca foi provada. A revolução não se exporta, nem nós importamos a nossa. O que sei é que se tenta exportar a contra-revolução, e estamos mobilizados para evitar que isso aconteça.

Desejo explicar por que revolução não se exporta: elas só ocorrem quando existem, no seio do povo condições objetivas e subjetivas, e torna-se impossível quando isso não existe.

Kourí tinha o costume de vincular suas atividades diplomáticas com a convivência com intelectuais. Originário de uma família de classe média ilustrada, estava constantemente com escritores, artistas e professores e com eles gostava de estar. A necessidade de legitimar intelectualmente a revolução concatenava-se muito bem com

²² Sobre isso, cf. <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/palacios-e-residencias/granja-do-torto/obras-de-arte/gravuras>. Acesso em 10/4/2021.

essa característica. Enquanto trabalhava no consulado cubano de Nova York, Kourí viabilizou a visita de três intelectuais norte-americanos, Leo Huberman, Paul Sweezy e Charles Wright Mills, ao seu país. Tais viagens resultaram em dois importantes livros que apresentaram a ilha ao público norte-americano: *Listen, Yankee* (1961) e *Cuba: Anatomy of a Revolution* (1960). No Brasil, cultivou também esses vínculos os quais se expressaram na entrevista dada a Kaltman. O servidor declarou ao jornalista que Paulo Freire fora convidado para conhecer seu país e demonstrar o seu método de alfabetização: “Gostaria, nessa oportunidade, de anunciar que fizemos um convite ao Professor Paulo Freire, autor de um método rápido e eficiente de alfabetização, para demonstrar em Cuba sua experiência” (KALTMAN, 7 de julho de 1963, p. 12). Aparentemente a viagem não aconteceu. Freire não foi para Cuba nos anos 1960 segundo sua biógrafa (FREIRE, 2018).

A entrevista teve repercussão, mas não muita. O jornal *O Globo* publicou uma declaração de Hector Germendia Catellon, líder do movimento anti-castrista no Brasil, contestando o diplomata. Afirmava que o regime cubano não respeitava a autonomia dos povos, pois não atendia dentro do próprio território tal princípio. Uma ditadura seria contraditória a ele. Colocava também que isso não valia na relação com outros países, inclusive com o Brasil devido à ingerência de Castro no MRT em Dianópolis (O GLOBO, 10 de julho de 1963, p. 16). Era a primeira tensão do diplomata com o jornal *O Globo*. Outras ainda se desdobrariam.

No dia 26 de julho, realizou-se um evento para comemorar o aniversário de 10 anos da revolução cubana. Mostra-se interessante o critério histórico utilizado. Não se tomou como referencial a tomada do Estado em janeiro de 1959, mas o ataque ao Quartel Moncada em 26 de julho de 1953. O evento, realizado no Clube Monte Líbano no Rio de Janeiro, contou com a presença de diversos espectros da esquerda brasileira (A LUTA DEMOCRÁTICA, 18 de julho de 1963, p. 6).

Enquanto se desdobrava a cerimônia, ocorria do lado de fora um protesto anti-castrista. Os manifestantes gritavam palavras de ordem, acusando o regime cubano de ser uma tirania assassina, e lançavam tinta vermelha na fachada do prédio. Irritado com a situação, Kourí saiu para enfrentar o grupo. A opção de confrontá-lo provocou uma briga que logo foi suprimida pela polícia. Quando soube que alguns jornalistas tiraram fotos do enfrentamento, exigiu as imagens. Com a cabeça quente e demonstrando falta de experiência, o diplomata acabava por fazer exatamente o que os manifestantes queriam: dava motivos para ser criticado publicamente.

Tudo isso acontecia ao mesmo tempo que, em outro ponto do Rio de Janeiro, no edifício modernista da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), o governador da Guanabara Carlos Lacerda e proprietário do jornal *Tribuna da Imprensa* organizava o seu próprio evento sobre Cuba. No entanto, o político não manifestava apoio à revolução. Reunia-se a oposição brasileira ao governo cubano no Brasil (O JORNAL, 27 de julho de 1963, p. 1, 9). Um profundo conflito ideológico estava posto.

Tudo o que ocorreu era apenas o princípio de crises ainda maiores. O segundo semestre de 1963 seria uma escalada de tensões. Durante os meses seguintes, Kourí ver-se-ia colocado na boca dos parlamentares e até na do Ministro das Relações Exteriores. A relação conflituosa entre Igreja Católica e revolução cubana era uma temática que despertava as paixões dos conservadores brasileiros. Foi inevitável que o embaixador fosse colocado a responder questões circunscritas a tal âmbito.

Após uma viagem de 20 dias a Cuba, o deputado federal da Guanabara Everardo Magalhães Castro, líder do Partido Democrata Cristão (PDC), deu uma entrevista ao *O Globo* no dia 16 de agosto. O parlamentar declarou ao jornal que as igrejas cubanas estavam sendo destruídas para dar lugar a salas de reunião comunistas, com crucifixos e santos sendo substituídos por imagens de Fidel Castro e outras lideranças de esquerda. No dia seguinte, o legislador realizou o mesmo movimento no plenário da câmara (O GLOBO, 12 de agosto de 1963, p. 6).

Após repetir a descrição no parlamento e para comprovar os eventos mostrar algumas imagens, dois deputados ligaram ao embaixador cubano perguntando a respeito da veracidade das fotos mostradas por Magalhães Castro. Elas retratavam a desmontagem de uma capela para se instalar um anfiteatro no local. Kourí confirmou o conteúdo da foto. Tratava-se de uma capela de um antigo colégio religioso que fora desmontada por causa da institucionalização da educação laica em Cuba.

A fala do representante cubano foi o suficiente para *O Globo* estampar em sua capa, na edição de 14 de agosto, o seguinte título: “O embaixador de Cuba confirma: Fidel transforma igrejas em salas de reunião comunistas”, explicando a particularidade da situação em duas linhas rápidas no final do texto (O GLOBO, 14 de agosto de 1963, p. 6). Era o início de uma crise na qual o diplomata era colocado diante de uma série de parlamentares prontos para atacá-lo.

No dia seguinte, Kourí enviou uma nota ao jornal exigindo retratação pela maneira como as informações foram transmitidas. Não se destacavam as particularidades daquele caso e não se falava que a liberdade religiosa estava garantida

na ilha. Argumentava que o editorial não agira de maneira correta (O GLOBO, 15 de agosto de 1963, p. 3). A polêmica que ocupara a capa no dia anterior era deslocada para a terceira página. Nos dias seguintes, seria uma chuva de textos questionando o embaixador. No dia 16, o próprio Magalhães Castro (16 de agosto de 1963, p. 2) respondeu a nota em uma seção nobre, a dos editoriais. Repetia uma defesa inflamada dos valores cristãos e fazia repetidas críticas ao comunismo. Na esteira, questionou o cubano, declarando que teria quebrado o decoro por causa de uma palestra dada no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) dias antes. A próxima crise já estava sendo fabricada.

Um dia depois, *O Globo* trazia estampada uma lista de reações críticas à nota de Kourí. Constavam os deputados Herbert Levy, Tourinho Dantas da União Democrática Nacional (UDN) e Juarez Távora do PDC; e os senadores Padre Calazans e Jefferson Aguiar do Partido Social Democrático (PSD), este último presidente da Comissão das Relações Exteriores do Senado. Outras pessoas e instituições também se pronunciavam, todas criticando o embaixador (O GLOBO, 17 de agosto de 1963, p. 2). O jornal reunia ampla oposição. Mostra-se interessante que, embora sempre há um processo de seleção na construção dos textos, houve um silêncio significativo das esquerdas. Não se encontram declarações de membros do PCB, do PSB ou do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) saindo em defesa do cubano. Deixaram-no apanhar sozinho.

No dia 12 de outubro, Kourí dera uma palestra no ISEB tratando sobre a campanha de alfabetização de Cuba. O embaixador buscava constituir maiores vínculos com os setores intelectualizados do país. Aquela instituição, na qual trabalhavam Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodré, Álvaro Vieira Pinto e outros mais, era um ambiente privilegiado para realizar tal objetivo. O evento não foi deixado de lado. A ofensiva dos setores conservadores contra o diplomata deveria continuar. Naquele momento, extrapolavam os eventos realizados em Cuba e questionavam a atuação do servidor no próprio país.

O texto publicado por Magalhães Castro no *O Globo* em 16 de agosto já enuncia o cerne da crise. O parlamentar expunha que o embaixador afirmara na palestra do ISEB que Cuba era o único “território livre da América”. Tal consideração feria a soberania brasileira. O parlamentar aponta que pediria providências à chancelaria por causa do desrespeito. Uma segunda crise, logo em seguida da primeira, era armada.

A fala de Kourí foi integralmente publicada pelo jornal da Frente Parlamentar Nacionalista, *O Semanário*, em 22 de agosto (KOURÍ, 22 de agosto de 1963, p. 3-7).

Uma rápida análise do texto demonstra que o diplomata não se referiu a condição política brasileira, mas realizou uma comparação continental. Apontou que Cuba seria o único território livre de analfabetismo na América Latina, esboçando com isso as conquistas da Campanha de Alfabetização liderada por Armando Hart. Nenhuma ofensa era feita.

Dessa vez, os jornais de esquerda saíram em defesa do embaixador, acusando a deturpação do deputado. *O Seminário* e a publicação comunista *Novos Rumos* reservaram espaços para fazer apologias. O segundo destacou o processo de deturpação das palavras de Kourí, caracterizando aquilo como “grosseiras provocações” (NOVOS RUMOS, 23 de agosto de 1963, p. 1). O primeiro, além de publicar o discurso na íntegra, fez uma defesa incisiva do servidor (KOURÍ, *O Semanário*, 22 de agosto de 1963, p. 3,7). Por causa disso, Kourí enviaria uma nota de agradecimento ao editorial (RIO, 10 de outubro de 1963, p. 8).

A pressão mobilizada pelos deputados conservadores e pelos meios de imprensa resultaria em uma convocação do diplomata pelo Ministro das Relações Exteriores brasileiro, João Augusto de Araújo Castro. A reunião não foi divulgada pela mídia, estando anunciada exclusivamente nas memórias redigidas por Kourí. Não se mostra possível saber quando ocorreu, embora haja indicativos de que foi nas proximidades do dia 20 de agosto. O cubano entregou para o chanceler uma cópia de seu discurso, apontando exatamente as suas palavras. O ministro, por sua vez, solicitou que o servidor fizesse uma nota “lamentando” e “explicando o mal-entendido”.

No dia 22 de agosto, saiu a nota no jornal de Samuel Wainer *Última Hora*. Kourí não seguiu a solicitação em detalhes.

Em nota aos jornais, o Serviço de Imprensa da Embaixada de Cuba dá a conhecer as palavras textuais do Embaixador Raúl Roa Kourí com relação à palestra pronunciada no ISEB dia 12. Naquela oportunidade, disse o diplomata: ‘Cuba, país de apenas sete milhões de habitantes, conseguiu elevar seus orçamentos educacionais e culturais em mais de US\$ 200 milhões anuais sem ter que restituí-los a ninguém e nem pagar juros. E o que tornou isso possível foi a revolução educacional e cultural que fez de nosso país o único território livre de analfabetismo no Continente e o primeiro a dar comprimento ao Projeto Principal da UNESCO para a América Latina, o primeiro a fornecer educação para todo o povo’.

Após tais eventos, Kourí deixou de ser atacado pela direita e passou os meses seguintes de maneira mais discreta. Uma viagem que fez com o escritor Jorge Amado para Salvador auxiliou nesse processo. Visitando os terreiros e o Pelourinho, ouvindo

Dorival Caymmi e comendo quindins, saiu do radar da agitada e conflituosa cidade do Rio de Janeiro.

Quando retornou ao sul do país, Paulo Schilling procurou Kourí na embaixada cubana. Schilling era um colaborador íntimo do antigo governador do Rio Grande do Sul e então deputado federal pela Guanabara Leonel Brizola. A partir desse contato primordial, organizou-se uma conversa entre o servidor e a liderança gaúcha. Mostra-se um pouco difícil precisar o momento do encontro, somente que foi entre o segundo semestre de 1963 e os primeiros meses de 1964.

Segundo o relato de Kourí, única fonte levantada sobre o evento, Brizola apontou que o reformismo de Goulart não conseguiria nada e que a direita planejava um golpe contra o presidente. Por isso, precisava de ajuda para deter a quartelada em movimento. Pedia ao embaixador que dialogasse com Castro, solicitando seu apoio para a causa brasileira.

Kourí informou primeiramente o primeiro-ministro por meio de correspondência diplomática e em seguida foi convocado para ir com ele dialogar no começo de março. O embaixador não informa nas suas memórias com precisão qual foi sua resposta, porém há um indicativo de que a afirmação foi positiva. Enquanto estava na ilha, também conversou com o Ministro da Indústria Ernesto Che Guevara. Um dos homens mais fortes de Cuba disse para Kourí dizer o seguinte para Brizola: “se precisasse, ele podia ser o chefe guerrilheiro de seu movimento”.

Tudo se agilizou naquele mês. Kourí chegou ao Brasil no final de março e na virada do mês o golpe ocorria. A velocidade dos eventos e a ausência de Brizola do Rio de Janeiro, que estava no Rio Grande do Sul, impossibilitou um novo diálogo entre eles. A resposta de Castro e a proposição de Guevara jamais foram informadas ao político gaúcho. De qualquer maneira, seu movimento fracassou e a república era derrubada sem nenhum tipo de resistência.

Com o golpe em desdobramento, Kourí foi instruído a deixar o país sem se despedir das novas autoridades. Estava posto que as relações seriam rompidas logo mais. Antes de sair, auxiliou alguns membros da esquerda a conseguirem exílio. Levou o deputado socialista Max da Costa Santos para a embaixada do México e ajudou os deputados Neiva Moreira e Francisco Julião.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Fernando José Marroni de. Brasil e Cuba: a gangorra diplomática. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): O desafio geoestratégico*. São Paulo: Annablume; NUPRI/USP, 2000.
- AGUIAR, Cláudio. *Francisco Julião: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- ANDERSON, Jon Lee. *Guevara: uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BELSUNCE, César A. García; FLORIA, Carlos Alberto. *Historia de los Argentinos*. 2º ed. Buenos Aires: Editorial El Ateneo, 2014.
- BENEVIDES, Victoria de Mesquita. *O governo Jânio Quadros*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BEZERRA, Gustavo Henrique Marques. *Da Revolução ao Reatamento: a política externa brasileira e a questão cubana (1959-1986)*. Brasília: FUNAG, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. Campo Intelectual e Projeto Criador. In: POUILLON, Jean; et al. *Problemas do Estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 105-145.
- BOURDIEU, Pierre. *Os Usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2004.
- BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luiz. *História da política exterior do Brasil*. 5º ed. Brasília: UnB, 2015.
- CASTAÑEDA, Jorge G. *Che Guevara: a vida em vermelho*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- CASTRO, Juanita. *Fidel e Raúl, meus irmãos*. São Paulo: Editora Planeta, 2011.
- CASTRO, Tarzan de. *Vida, luta e sonhos*. Goiânia, 2016.
- CUNHA, Vasco Leitão da. *Diplomacia em Alto-mar: depoimento ao CPDOC*. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- DOMINGUEZ, Jorge. *To make a word safe for revolution: Cuba's foreign policy*. Cambridge: Harvard University Press, 1989.
- FERREIRA, André Lopes. Reforma agrária e revolução: Cuba e as Ligas Camponesas do Brasil nos anos 60. *Revista Brasileira do Caribe*, v. 10, n. 19, julho-deciembre, 2009, p. 163-189.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart – uma biografia*. 4º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FICO, Carlos. *O Grande Irmão – da operação Brother Sam aos anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FREIRE, Ana Maria de Araújo. *Paulo Freire: uma história de vida*. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GASPARI, Elio. *As ilusões armadas: a Ditadura Envergonhada*. 2º ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

HUBERMAN, Leo; SWEEZY, Paul. *Cuba: Anatomy of a Revolution*. New York: Monthly Review Press, 1960.

KOURÍ, Raúl Roa. *En el torrente*. 2º ed. La Habana: Casa de las Américas, no prelo.

KOURÍ, Raúl Roa. *En el torrente*. La Habana: Casa de las Américas, 2004.

MILLS, Charles Wright. *Listen, Yankee: The revolution in Cuba*. New York: Ballantine Books, 1961.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 8º Ed. São Paulo: Unesp, 2010.

MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64*. 3º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NICOLSON, Harold. *Diplomacy*. Londres: Oxford University Press, 1942.

PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-64)*. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PERICÁS, Luiz Bernardo. *Che Guevara e o debate econômico em Cuba*. 2º ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

QUINTANEIRO, Tânia. *Cuba e Brasil, da revolução ao golpe, 1959-1964: uma interpretação sobre a política externa independente*. Belo Horizonte: UFMG. 1988.

RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

ROLLEMBERG, Denise. *O Apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. Porto Alegre: L&PM, 2017.

JORNAIS E REVISTAS

A LUTA DEMOCRÁTICA. Aniversário da revolução será comemorado por Cuba. *A Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1963, p. 6.

CORREIO BRAZILIENSE. Entrega de Credenciais. *Correio Braziliense*, Brasília, 25 de outubro de 1961, p. 2.

CORREIO DA MANHÃ. Convite para Goulart visitar Cuba. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 de junho de 1963, p. 9.

DIÁRIO CARIOCA. Cuba: convite. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 27 de junho de 1963, p. 8.

JORNAL DO BRASIL. Cuba faz convite ao Presidente. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 de junho de 1963, p. 5.

JORNAL DO BRASIL. Cuba manda Armas para o Brasil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1961, p. 4.

JORNAL DO BRASIL. Filho de Roa é embaixador no Brasil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 de abril de 1963, p. 4.

JORNAL DO BRASIL. Manifestação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1962, p. 3.

KALTMAN, Hélio. Embaixador cubano diz que seu regime já fundou as bases para o socialismo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 de julho de 1963, p. 12.

KOURÍ, Raul Roa. Educação e Revolução. *O Semanário*, 22 de agosto de 1963, p. 3,7.

MAGALHÃES CASTRO. Everado Castro responde à carta de Raul Roa Kouri. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1963, p. 2.

MANCHETE. Roa Júnior no Rio: o mais jovem embaixador do mundo. *Manchete*, Rio de Janeiro, 22 de junho de 1963, p. 94.

NOVOS RUMOS. Grosseiras provocações contra Cuba. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1963, p. 1.

O GLOBO. Levanta-se a opinião pública do país contra a carta do embaixador de Cuba. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1963, p. 2.

O GLOBO. O Embaixador de Cuba dirige-se ao O Globo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1963, p. 3.

O GLOBO. Retratos de Fidel Castro substituem santos e alteres nas igrejas cubanas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1963, p. 6.

O GLOBO. Roa Kouri ofendeu o Brasil ao compará-lo com Cuba, diz o CRC. *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 de julho de 1963, p. 16.

O JORNAL. Atentado contra a Embaixada de Cuba. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 de julho de 1963, p. 1, 9.

RIO, Cicero do. Embaixador de Cuba. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1963, p. 8.

Documento de arquivo

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Telegrama, 3749, arquivo do Itamaraty.

O “EFEITO CUBA”: NARRATIVAS DIDÁTICAS E DEBATES ACADÊMICOS SOBRE A HISTÓRIA DAS AMÉRICAS (1951-1963)

Hevelly Ferreira Acruche¹

André Furtado²

Depois da Guerra vão nascer lírios nas pedras, grandes lírios cor de sangue, belas rosas desmaiadas. Depois da Guerra vai haver fertilidade, vai haver natalidade, vai haver felicidade... Depois da Guerra não se fará mais a barba, gravata só pra museu, pés descalços, braços nus... Grandes poetas farão grandes epopeias, que deixarão no chinelo Camões, Dante e Itararé... Chega francês, bate nas costas do inglês, que convida o italiano para um chope no Alemão... Ah, quem me dera que essa Guerra logo acabe... Se cada um ficar quieto no seu canto, ... esse negócio melhora, porque ou muito me engano, ou tudo isso não passa de um grande, de um doloroso, de um atroz mal-entendido! (Vinícius de Moraes, maio de 1944).

INTRODUÇÃO

Em entrevista à revista *Veja* no ano de 1976, Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), então historiador aposentado da Universidade de São Paulo (USP), mencionou os possíveis motivos do interesse estadunidense pelo Brasil. Assim, quando abordou, por exemplo, assuntos como os relativos à escravidão, disse que o despertar *yankee* lhe parecia motivado pela suposta existência do bom senhor e da união entre os escravizados, que reputou, sem pestanejar, ao aparecimento da versão inglesa de *Casa-grande & senzala* três décadas antes, em 1946, pela editora Alfred Knopf (HOLANDA, 1976).

Soltou o verbo quase como quem quisesse jogar ainda mais uma última pá de cal sobre Gilberto Freyre (1900-1987), intérprete já tão massacrado pela escola uspiana (SORÁ, 1998), tentando possivelmente ocupar o lugar do espaço imaginado na *profecia* do poeta em epígrafe a este capítulo e cujo verso não incluído cabe aqui mencionar:

¹ Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), título obtido na condição de bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com estágio junto à Universidad de Buenos Aires (UBA) por meio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE). Atualmente é Professora Adjunta da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: hfacruche@ufjf.br.

² Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), título obtido na condição de bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com estágio junto à École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS / Paris) por meio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE). Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). E-mail: andre.furtado@unifesspa.edu.br.

“Depois da Guerra, pirulim, depois da Guerra, vai surgir um sociólogo de espantar Gilberto Freyre” (MORAES, 2009, p. 19-21).

Ora, se isso efetivamente ocorreu – e longe de promovermos julgamentos de valores das contribuições de um e outro intelectual –, talvez seja possível dizer que tal surgimento deu-se apenas em parte. Afinal de contas, do lado buarqueano, o objetivo pessoal, que acomodava também as classificações lançadas sobre o conjunto de sua obra, consistia em ser visto como um profissional da área de História, especialmente a partir da década de 1950, quando esta imagem e ofício fixaram-se em sua identidade e reconhecimento públicos (FURTADO, 2018).

Ao prosseguir com explicações ao jornalista, afirmou que certa vez perguntara a um colega *brazilianist* da University of California, em Berkeley, o porquê do interesse dos Estados Unidos por seu país. “Sua resposta”, continuou Buarque de Holanda, foi “Cuba”, pois a “posição do Brasil como país estratégico, política e militarmente, tem se reforçado cada vez mais nos últimos tempos e por isso é preciso, do ponto de vista americano, conhecê-lo muito bem” (HOLANDA, 1976, p. 6). Portanto, face a este entendimento, a sociedade brasileira não poderia ter o mesmo destino que a ilha governada à época por Fidel Castro (1926-2016), cujo processo revolucionário, consolidado em 1959, ameaçava se alastrar feito pólvora pelos demais países do continente, no qual o Brasil ocupa(va) uma posição de destaque.

Antes que essa pista – ou constatação – fosse verificada como parte de um conjunto de esforços dos Estados Unidos para aproximar-se dos intelectuais e instituições dos países da América Latina, em geral, e do Brasil, em particular, no próprio debate doméstico de anos antes ocorria uma série de discussões que diziam respeito, exatamente, à inclusão do Ensino de História da América nos currículos escolares brasileiros, em consonância aos encaminhamentos dos encontros de autoridades políticas e culturais de todo o continente que já se reuniam regular e tradicionalmente³. Isso se expressou, via de regra, por intermédio de sucessivas reformas educacionais que foram dos anos 1930 à década de 1950 e tinham por laço diacrônico os escritos oitocentistas e de princípios do século XX, a despeito das especificidades desses períodos.

³ A esse respeito, ver o trabalho dos Professores Bruno Silva e Heraldo Galvão, que complementa em muitos aspectos os temas que serão abordados aqui. O capítulo deles, intitulado “A ‘Conexão Latino-Americana’: História das Américas, Ensino de História e a Historiografia de Eugenio Pereira Salas e Ruggiero Romano”, encontra-se no segundo livro desta série “Diálogos interdisciplinares”, que foi excelentemente organizada.

Para refletir um pouco sobre tais questões e vislumbrar, ainda que inicialmente, os rastros deixados a propósito daquilo que chamamos aqui – na falta de um termo melhor – de “Efeito Cuba”, convém percorrer os períodos de antes e depois de 1959 para começar a compreender de que forma os processos revolucionários da Ilha – consolidados neste último ano – se fizeram sentir, implícita ou explicitamente, no trânsito entre narrativas didático-curriculares e debates universitários, além de terem forçado um novo olhar para os eventos históricos cubanos mais recuados no tempo, para apontar uma maior ou menor inserção estadunidense em seus acontecimentos e processos.

Assim, longe de tratar em detalhes cada ponto das temáticas, as minúcias das inúmeras configurações em apreço ou todos os aspectos das trajetórias dos agentes e instituições que serão mapeadas, o objetivo é modesto e consiste apenas em sinalizar os principais aspectos de cada uma dessas pautas, que neste capítulo estão organizadas em duas partes. A primeira delas, após iniciar as buscas pela emergência do tema do Ensino de História das Américas no Brasil do século XIX, avança para os elementos basilares concernentes à constituição da presença ou não do Ensino de História das Américas nos livros didáticos e nas mudanças da legislação voltada ao sistema educacional do país. A segunda parte, se concentra na palestra que Sérgio Buarque proferiu, em 1963, na capital chilena, Santiago, com o intuito de avaliar as formas mediante as quais esses debates ressoaram naquela configuração, visando demonstrar que o presente daquela contemporaneidade e, por consequência, as interpretações que circularam à época, eram tocadas, em grande medida, pelos ecos das transformações insulares. Daí o argumento a propósito da existência de um certo “Efeito Cuba”, como temos chamado.

A INTELLECTUALIDADE, OS SABERES ESCOLARES E A PAUTA “DO ESTADO”

Entre a “ideia americana” e um “certo ângulo americano”: o Ensino de História das Américas no Brasil

Desde o século XIX, discussões acerca do que deveria ou poderia ser ensinado ocorriam no âmbito da educação escolar. A respeito da História das Américas, frei Camilo de Montserrat (1818-1870) era um dos expoentes na defesa de um estudo dialógico que envolvesse as histórias do Brasil e dos países vizinhos, a fim de

reconhecer seus problemas comuns. Com o advento da República (1889), as discussões relativas ao Ensino de História tiveram continuidade, principalmente no que tangia aos anais do passado brasileiro.

Manoel Bomfim (1868-1932), autor do livro *América Latina – males de origem*, que foi publicado no Brasil em 1905 (Rio de Janeiro / Paris: Garnier), era defensor de abordagens nas quais a História das Américas e do Brasil fossem apresentadas aos estudantes, ainda que isso ocorresse a partir de um ponto de vista distinto das interpretações correntes sobre a formação deste último país, calcadas na ideia de raça (ORTIZ, 1985).

Na obra de Bomfim, a relação entre parasitas e parasitados tinha como pano de fundo o intuito de apresentar os problemas enfrentados pelo continente no tempo presente, relacionando-os aos processos de colonização, sendo que a superação de tais desafios se daria através da educação (DIAS, 1999, p. 36). Um contemporâneo seu, Rocha Pombo (1857-1933), escreveu um trabalho premiado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal (DF), denominado *Compêndio de História da América* (Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editoras, 1900), que se opunha a uma visão positivista da História, comum à época. Pombo defendia a construção de uma “ideia americana” no âmbito das escolas, clubes, festas cívicas, associações, que partia do

estímulo que dirige todo um conjunto de povos, irmãos pela solidariedade do destino, para a ampla vida nova, que recebe da história o que o fez de grande, e funda no amor e na justiça, no dever e no direito, que constituem a plenitude da existência moral, o desenvolvimento desse augusto patrimônio (POMBO, 1925, p. XIII).

Isso seria possível, na concepção do intelectual, a partir da defesa de uma aliança geral pautada na conciliação entre os povos americanos. Ainda que as interpretações de Rocha Pombo, sobre o continente, tivessem pouca predominância nas escolas do país, o Brasil da chamada Primeira República (1889-1930) vivenciou debates a respeito de seus rumos políticos e isso proporcionou a construção de uma História das Américas integrante de um projeto de identidade nacional brasileira. Porém, o plano de Pombo e Bomfim não se consolidou e, tampouco, foi preponderante (BITTENCOURT, 2005, p. 10).

Em 1931, a reforma Francisco Campos propôs que as áreas de História das Américas e do Brasil fossem partes de uma História da Civilização a ser lecionada nas cinco séries do curso Secundário Fundamental. Tais mudanças tinham como premissas

básicas centralizar e uniformizar o referido grau de ensino em todo o país. A reforma ainda era explícita no que diz respeito aos conteúdos sobre os passados das sociedades em apreço, uma vez que tanto a História do Brasil quanto das Américas iria constituir um legítimo “centro de ensino” (HOLLANDA, G. 1957, p. 19). Os temas relativos à América foram, assim, inseridos na segunda série, juntamente com os de História do Brasil, História Antiga Oriental e Ocidental.

Esta composição dos conteúdos redundou em diversas confusões no momento de ensino-aprendizagem, face à dissociação cronológica entre os assuntos colocados. Além de não haver uma sequência temporal única, os materiais didáticos incorporavam olhares da historiografia do século XIX, preocupada em valorizar o elemento nativo e, paradoxalmente, apresentar uma visão preconceituosa e o suposto “atraso” da América Latina, em relação aos Estados Unidos, pois a associava à mestiçagem (BITTENCOURT, 1996, p. 206).

No ano de 1936, os programas relativos ao curso complementar foram definidos e apontavam para alguns temas de História das Américas intercalados com os conteúdos acerca da História do Brasil e da Europa. Contudo, naquele momento, o ensino de América passava a ser diminuído frente às outras áreas do conhecimento da disciplina (SILVA, 2004, p. 88). Isso se explicava, sobretudo, pela falta de tempo hábil numa carga horária que tentasse abarcar esses assuntos, bem como pela extensão e padronização dos exames avaliativos, os quais passavam a privilegiar os conteúdos de História do Brasil em detrimento de quaisquer outros. Além disso, em 1939 foi publicada uma Portaria que conferia o peso de 50% aos tópicos da história brasileira, num contexto onde a aprendizagem dos alunos estava intimamente ligada à ideia de memorização (HOLLANDA, G. 1957, p. 32).

A reforma Gustavo Capanema (1942), por seu turno, visava instaurar programas mínimos para que os professores realizassem seus trabalhos ao diminuir a quantidade de conteúdos objetivando um melhor tratamento dos mesmos pelos docentes. Além disso, deveria levar em consideração as condições de aprendizagem dos estudantes e sua faixa etária graças aos novos aportes lançados pelas áreas de Pedagogia e Psicologia Educacional. De acordo com essa legislação, os alunos das duas primeiras séries do Ginásio deveriam estudar a História Geral e, as duas últimas, a História do Brasil. Nos chamados cursos Clássico e Científico, o estudo da História Geral seria feito em dois anos e a História do Brasil em apenas um (SILVA, 2004, p. 90).

Naquele momento, a História das Américas era contemplada na segunda série Ginásial, juntamente com as Idades Moderna e Contemporânea. Seu programa iniciava com a descoberta do Novo Mundo, passando pela dita Era revolucionária de fins do século XVIII, as independências nos Estados Unidos e na América Espanhola, as nações do continente americano ao longo do século XIX e, por fim, as democracias / formas de governo dessas últimas sociedades, seus principais vultos e episódios. Já no Colegial, destacava-se o ensino da América colonial no primeiro ano e as independências no seguinte, bem como os Estados Unidos, cuja história seria contada sobretudo a partir do período do entreguerras, ou seja: de 1919 a 1939 (HOLLANDA, G. 1957, p. 287-290).

O fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) abriu novas perspectivas, tanto para os debates acadêmicos quanto para o Ensino de História. O Brasil, assim como outros países latino-americanos, experimentava o incremento da urbanização, da industrialização e um processo de redemocratização com o fim do Estado Novo (1937-1945). Para além disso, havia a expansão do ensino Secundário no país, demanda proveniente das classes médias em busca de ascensão social por intermédio da educação. Nesse sentido, a reforma curricular iniciada em 1951 esteve diretamente relacionada às disputas em torno da reorganização e ampliação do ensino Secundário no país (JUNIOR & MARTINS, 2018, p. 4-6).

A Lei 1359, de 1951, determinou uma nova seriação da escola Secundária e um programa específico elaborado pelo governo tornava obrigatório o Ensino de História das Américas para alunos do segundo ano Ginásial. O Ministro da Educação à época, Ernesto Simões Filho (1886-1957), evidenciava em seus projetos para a pasta um “descongestionamento” dos programas, destacadamente no ensino Secundário. Para realizar uma tarefa de tal monta, o papel do Colégio Pedro II (DF) era central, visto que a instituição elaborava os planos de ensino a serem desenvolvidos a nível nacional desde a sua fundação, em 1837. Isso não implica dizer que o processo foi harmônico, haja vista que o currículo escolar é objeto constante de debates e uma reformulação do mesmo poderia expressar as mudanças político-sociais de um determinado período, as dinâmicas entre sociedade e escola, além de interesses dos variados agentes envolvidos nesse processo (GOODSON, 2013; POPKEWITZ, 1997).

Em 1950, um relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), denominado *Educação para uma compreensão internacional* apontava a necessidade de os países investirem na alfabetização das

massas e de se desenvolver estudos comparativos a respeito dos currículos escolares de História e Geografia, visando construir uma cultura de mútuo respeito entre as nações. Tudo isso se fundamentava também na ideia de integrar outros domínios, a exemplo das áreas de Filosofia, Artes e Letras que já estavam encarregadas de elaborar um questionário para ser enviado a intelectuais de renome em todo o mundo, para mensurar os elementos úteis que cada sociedade dispunha para contribuir na promoção do entendimento entre os povos. Depois se verificaria se as respostas se articulavam aos aspectos culturais, em geral, e históricos, em particular, até pelo viés comparativo se fosse o caso. O objetivo consistia em avaliar as ideias que cada sociedade tinha de si, as técnicas aplicadas no ensino formal, a política e a psicologia para transformar as “mentalidades” talvez predispostas a um nacionalismo de caráter agressivo, de modo a tentar prevenir e evitar novos fenômenos tais como os que redundaram no Nazismo (RESOLUTIONS de la Conférence Générale... Archives de l’UNESCO, 1947; FURTADO, 2020).

No mesmo ano de 1950, no V Seminário Internacional da entidade, o Ministro da Educação e Saúde Clemente Mariani (1900-1981) conclamava a criação de comissões nacionais a fim de facilitar o intercâmbio de informações e promover a solidariedade entre os países; o que se alinhava diretamente aos propósitos da organização. Logo, pode-se supor que a reforma curricular de 1951 foi pautada em discussões críticas ao nacionalismo exacerbado – que teria fomentado os conflitos mundiais – e mais voltada à difusão das diferenças culturais em prol da paz entre os povos, limites e fronteiras nacionais em busca de uma maior compreensão internacional (JUNIOR; MARTINS, 2018).

De acordo com alguns estudiosos, ainda que os conteúdos para o Ensino de História das Américas estivessem presentes nos livros didáticos desde o início do século, naquele momento específico esta inclusão é comumente compreendida enquanto parte das estratégias de um projeto pan-americano que visava “garantir a unidade no continente, baseada nos ideais democráticos norte-americanos, mantendo dessa forma a hegemonia dos Estados Unidos sobre toda a América” (DIAS, 1997, p. 89). No entanto – e é por isso que colocamos na chamada desse item a ideia de “Pauta ‘do Estado’” –, o fato é que eram os intelectuais os responsáveis pela veiculação dessas questões e ideias, de sorte que, se havia um objetivo imperialista na diplomacia cultural estadunidense ou mesmo um alinhamento automático por conta dos governos latino-americanas, o mesmo não se pode falar de seus intelectuais, mesmo porque esse tipo de análise é redutora e

simplista: típica de um tempo historiográfico no qual as avaliações tinham vieses terceiro-mundistas de suas próprias posições na contemporaneidade na qual as pesquisas e os estudos sobre esses temas foram realizados.

Seja como for, o fato é que o fim da Segunda Guerra e o começo da chamada Guerra Fria (1945-1991) contribuiu para o aumento da importância dos conteúdos sobre América nas escolas brasileiras, que em certos momentos privilegiou a presença estadunidense e a necessidade de conhecer melhor o país que, a partir de então, despontava como uma potência global. Ademais, no cenário pan-americanista, havia a perspectiva de se construir uma maior unidade no continente, preservar os valores do mesmo e, por outro lado, também valorizar a eliminação de qualquer ideia de cunho comunista (ALVES-KHALIL & OLIVEIRA, 2011, p. 290). Pelo menos é essa a explicação mais comum. No entanto, o que gostaríamos de insistir aqui é que, a despeito dessas tentativas, bem-sucedidas ou não, constatamos que o inverso é mais verdadeiro, ou seja: ao invés de vislumbrar um predomínio ou hegemonia de ações prévias e supostamente deliberadas do chamado imperialismo *yankee* sobre os países da América Latina – para retomarmos a expressão da entrevista concedida por Sérgio Buarque de Holanda à revista *Veja*, em 1976, e cuja menção abrimos o presente capítulo –, importamos enfatizar que foram exatamente os acontecimentos e processos das sociedades dessa região continental os fatores responsáveis por direcionar a política externa dos Estados Unidos e, no caso em tela, a (re)configurar parte das leituras históricas que se faziam dos seus passados, tanto nos livros didáticos e nas legislações, que redundaram em novas narrativas curriculares, quando no seio dos saberes universitários, conforme apontaremos na segunda parte desta reflexão.

Dito isto, voltemos aos debates de meados do século XX. Nesse período, um dos entusiastas a respeito das finalidades do aprendizado histórico para o conhecimento humano era Roberto Accioli (1910-1999). Numa aula inaugural do Colégio Pedro II, em 1951, intitulada *História: conceito e ensino*, ele destacava a importância social da disciplina, estratégias a serem desenvolvidas para a instrução dos adolescentes e, por fim, entendia que a história era fundamental ao desenvolvimento de um sentimento patriótico, ponderando a necessidade de compreensão do país. Ora, se intelectuais como Accioli apontavam esse tipo de caminho e se eram eles, ao fim e ao cabo, que ajudavam a definir as políticas públicas, como defender – conforme fazem as avaliações históricas de tendências terceiro-mundistas, que se apequenam diante de Tio Sam –, qualquer alinhamento com os Estados Unidos se o encaminhamento aqui (e existem inúmeros

outros exemplos) converge antes para uma proposta que flerta com posições nacionalistas? Para Roberto Accioli, a importância do estudo de História das Américas se justificava face à semelhança de seus problemas “para que o aluno adquira melhor e maior visão de conjunto” e “haja uma apreciação equilibrada com certo ângulo americano” (ACCIOLI, 1951, p. 280).

O programa escolar de História das Américas previsto para a segunda série ginásial, em 1951, iniciava com o período americano pré-colombiano, passando pelo descobrimento e a conquista do continente. Em seguida, abordava os sistemas coloniais promovidos pela Espanha, bem como os do Brasil e dos Estados Unidos; além de uma abordagem sobre os processos de emancipação política e as nações no Novo Mundo. Encerrava com a América contemporânea, dando ênfase às discussões sobre o pan-americanismo e as relações entre os países, destacadamente os Estados Unidos e os países do Cone Sul (VECHIA & LORENZ, 1998).

Com efeito, a História das Américas passava a ser lecionada de forma separada da História do Brasil, o que gerou dificuldades no cotidiano escolar dada a execução de um programa extenso para a disciplina e a própria faixa etária dos alunos era considerado um elemento complicador. Outro ponto interessante a se destacar aqui se refere ao conflito existente pela inclusão de América como disciplina autônoma, haja vista que este movimento poderia prejudicar o ensino de viés patriótico. Adicionalmente, havia a falta de sincronismo nos estudos das duas áreas. Isso nos evidencia um pouco as disputas em torno do currículo de História no âmbito escolar. Nessa direção, a inserção de História das Américas como disciplina autônoma nas escolas não constituiu uma ampliação da aprendizagem dos estudantes a respeito do continente e, por conseguinte, não contribuiu para formar uma identidade latino-americana em nosso país (BITTENCOURT, 2005, p. 10). Mas isso não pode ser atribuído exclusivamente a um suposto imperialismo estadunidense, pois avaliar a questão apenas por este ângulo é o mesmo que considerar normas e práticas como âmbitos equivalentes da vida social.

Apesar da importância da discussão do período e as ênfases dadas à História das Américas no ensino escolar, nem a “ideia americana” de Rocha Pombo, nem o “certo ângulo americano” de Roberto Accioli foram totalmente concretizados no âmbito do Ensino de História, pois este possui, em si mesmo, toda uma dinâmica própria, aqui compreendida como produtora de um *saber escolar* que, embora não abdique “de aproximações, diálogos e tensões com a historiografia, com a teoria da história etc.”

(SILVA, 2019, p. 52), tem sua epistemologia e especificidades. Nesse sentido, é plausível supor que processos e eventos como os da Revolução Cubana (1959) e a eclosão de ditaduras civis-militares no Cone Sul integraram certa circularidade entre as narrativas didático-universitárias no exato momento no qual os conteúdos eram ministrados, de modo a contribuírem para, de um lado, talvez reduzir parte dos conteúdos sobre a história do continente americano nas escolas e, de outro lado, construir agendas de pesquisa que buscavam compreender o passado sul-americano e suas mazelas. Trata-se de uma relação complexa entre constantes inscrições e apagamentos, típica das incontáveis negociações que configuram as sociedades (e os mundos escolares e acadêmicos não estão alheios a esses processos, ajudando mesmo a torna-los aquilo no qual se transformam do mesmo modo que são por eles transformados).

A Revolução Cubana e as transformações da historiografia latino-americana

Em muitos sentidos a História de Cuba era vista como um apêndice da história de uma evolução política estadunidense nos livros didáticos dos anos 1950. Seu processo de independência foi retratado, à época, como revolta e, em boa parte dos manuais escolares, considerado um reflexo de aplicação da Doutrina Monroe (1823) contra o colonialismo europeu nas Américas. Nessa direção, eventos externos causados pelos conflitos entre Espanha e Estados Unidos teriam culminado na emancipação da ilha em 1898, enfatizando as leituras então vigentes segundo as quais as lutas de emancipação nas Américas eram produtos de fatores externos e não de questões domésticas nas distintas colônias do Novo Mundo. Na chamada *A política da Boa Vizinhaça*, o autor de livros didáticos Alcindo Muniz de Souza (1894-?) sinalizava o fim de intervenções militares estadunidenses em países como República Dominicana (1924) e Nicarágua (1932), além de colocar que um novo acordo regulando as relações entre Estados Unidos e Cuba estava em fase de negociação por conta da revogação da Emenda Platt (1901). Em explicação ao alunado, uma nota de rodapé indicava ainda que a emenda “colocava Cuba na situação de protetorado estadunidense” (SOUZA, 1952, p. 172).

Eventos como a Revolução Cubana (1959) ajudariam a modificar o olhar sobre o Ensino de História das Américas nas escolas brasileiras. O contexto de mudanças sociais e epistemológicas, a partir da década de 1960, tornam este período um momento

de importante inflexão, enfatizando sobretudo o “caráter quase traumático da mudança no modo de se conceber e escrever a história” (MALERBA, 2009, p. 15). Havia uma transformação na forma de pensar o transcorrer do tempo em curso. Antes de 1960, prevalecia um tipo de narrativa sobre o passado não profissional, produzida por autodidatas vinculados a associações e institutos históricos, com ênfase numa mirada quantitativa, voltada ao Estado e seus artífices. Assim como na pesquisa acadêmica, a profissionalização de professores de história era algo incompleto, o que dificultava muito a elaboração de conteúdos como os de História da América, mas também da África e da Ásia (circunstância que mantém certa continuidade ainda hoje). Desse modo, o Ensino da História pátria acabava sendo uma espécie de carro-chefe dos processos educacionais, pois monopolizava os currículos escolares mesmo face às tentativas de imprimir novos conteúdos e abordagens programáticas.

O advento da Revolução Cubana contribuiu para que certo pragmatismo em relação às pesquisas sobre a História das Américas desse lugar a abordagens distintas. Há quem afirme, inclusive, que “Foi após Fidel, verdadeiro patrono dos estudos latino-americanistas nos Estados Unidos, que se criaram ali sociedades como a *Latin American Studies Association*, o *National Directory of Latin Americanists* e a *Conference on Latin American History*” (MALERBA, 2009, p. 28). Existem igualmente leituras que veem os processos revolucionários cubanos enquanto potentes bases reflexivas que contribuíram para consolidar uma terceira fase do marxismo na História da América do Sul, desta vez de cunho mais radical, pautado na luta armada como meio de se alcançar a revolução socialista (LOWY, 1992). Por outro lado, as conexões entre os eventos em Cuba e a avalanche autoritária experimentada na porção Sul do continente nos anos seguintes são também explicadas da seguinte forma:

O novo autoritarismo não foi uma fase natural do desenvolvimento econômico, mas uma consequência do colapso, no início dos anos 1960, do pacto político nacional-burguês em consequência da ameaça comunista que a revolução cubana representou. Assim, o autoritarismo não era “necessário” ou inerente ao desenvolvimento econômico, mas foi consequência do conflito ideológico da Guerra Fria (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 40).

Nessa direção, o florescimento do marxismo no continente teria alterado, em boa medida, os percursos historiográficos daquela geração. Estudos de cunho estrutural, científico e objetivo buscavam superar as análises de caráter tradicional, dotando a

História do continente de abordagens mais amplas para a compreensão da formação de seus povos e suas mazelas. Logo, a partir da avaliação das classes sociais, a dependência passou a ser considerada um componente estrutural do capitalismo, sobretudo nas áreas periféricas (CARDOSO & FALLETO, 1977; BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 33).

No contexto da bipolarização mundial e em face das efervescências nos países de seu próprio continente, conhecer a América Latina se tornou fundamental para os Estados Unidos, onde programas como a *Aliança para o Progresso* tinha por premissa conhecer a região e tentar inseri-la no modelo americano de democracia liberal. Ainda que seja importante destacarmos as relações estadunidenses com a América do Sul, é importante ressaltarmos como, nessa conjuntura, agendas de pesquisas Sul-Sul ganharam maior fôlego em alguns centros acadêmicos, em detrimento dos desejos da política externa de Tio Sam e, muitas vezes, inclusive lançando mão dos recursos que o governo dos Estados Unidos ou instituições desse país forneciam com frequência nessa conjuntura. Nesse quadro, acreditamos que a palestra proferida por Sérgio Buarque de Holanda e outros especialistas em História das Américas, ocorrida no Chile em 1963, faça parte desses esforços. Passemos a ela.

SABERES ACADÊMICOS AO SUL DA HISTORIOGRAFIA (CHILE, 1963)

Abaixo as “revoluções palacianas”: Sérgio Buarque de Holanda em Santiago

Após o conjunto de discussões que foram se constituindo desde o século XIX, passaram pelas sucessivas reformas educacionais no Brasil dos anos 1930 à década de 1950 e atingindo / sendo configurados nos / pelos livros didáticos ou legislações no que concerne à História das Américas, chegamos, enfim, à capital chilena, Santiago, em 1963, para verificar de que forma essas tentativas de abordagens comuns da História das Américas se verificavam também nos discursos de natureza mais estritamente acadêmica e quais ressonâncias, desta vez mais implícitas, o “Efeito Cuba” teve na palestra do professor Sérgio Buarque de Holanda.

O registro abaixo contém parte das ideias que este historiador brasileiro escreveu e, provavelmente, falou em sua conferência proferida naquele ano junto ao *Centro de Investigaciones de Historia Americana* (CIHA), no Chile. Acompanhem a citação:

En un libro publicado en 1936 me pareció oportuno recordar lo que diez años antes de proclamada la República [no Brasil] escribiera un viajero naturalista norteamericano, quien con intuición adivinatoria, parece prever un acontecimiento que algún día más o menos remoto estremecería intensamente al país y al continente sudamericano. “Lo que precisa la América del Sur, son sus palabras, es una revolución; no una revolución horizontal, simple remolido de contiendas políticas, que sirven para atropellar algunas centenas o millares de personas poco afortunadas. El mundo está harto de tales movimientos. El ideal sería una buena y honesta revolución vertical que saque a la superficie los elementos más vigorosos, destruyendo para siempre a los viejos e incapaces”. ¿De qué manera puede efectuarse esta revolución? Espero, responde el mismo Herbert Smith, que cuando llegue, surja plácidamente y venga a rematar la amalgama o el expurgo de las capas superiores que con todas sus faltas todavía cuentan con hombres de bien. Recordad que los brasileros están expiando actualmente tanto los errores de los padres como los suyos propios. Desde sus orígenes la sociedad estuvo mal formada en esta tierra. Si las clases cultas se hallan aisladas del resto de la nación no es por culpa de ellas o por su mala suerte. Me atrevo a afirmar que, como clase, los obreros y comerciantes me parecen mejores que los caballeros y los ricos (HOLANDA, 1963, p. 39-40).

O livro evocado na primeira frase do trecho acima correspondia à chamada *obra de estreia* buarqueana, ou seja, o título *Raízes do Brasil*. Este fora publicado pela Livraria José Olympio Editora (LJOE), em 1936, como volume de abertura da coleção *Documentos Brasileiros*, à época sob a direção de Gilberto Freyre, intelectual que, quarenta anos depois, ele faria crítica na entrevista à revista *Veja*. Mas, no momento da presença de Sérgio Buarque na capital chilena, seu título em livro inaugural atingia a sua quarta versão em língua portuguesa, saída pela Editora da Universidade de Brasília (Ed.UnB), além de já se achar traduzido para o italiano e o espanhol, respectivamente pela Fratelli Bocca Editori – Milano / Roma – e o Fondo de Cultura Económica – Ciudad de México / Buenos Aires (HOLANDA, 1936; 1948; 1954; 1955; 1956; 1963). Isto posto, antes de retornar ao texto da palestra e às questões nele implicadas, convém se demorar nos vestígios iniciais sobre o encontro em Santiago.

Corria o ano de 1962 quando, em quatorze de dezembro, Eugenio Pereira Salas (1904-1979), então diretor do referido CIHA, endereçou cartas aos seus pares de ofício Ruggiero Romano (1923-2002) – italiano, Max Hicks Savelle (1896-1979) – estadunidense, além do já citado Buarque de Holanda. Nas missivas estavam os pedidos para que eles ministrassem cursos no recém-criado *Centro de Investigaciones* do departamento de Filosofia e Letras da Universidad de Chile. Ao anunciar o objetivo do CIHA – ou seja: “estimular en un nivel intelectual elevado la rebusca e la enseñanza de

la Historia de América” –, Pereira Salas os convidava para que eles integrassem o ano letivo de 1963, de acordo com a missiva hoje preservada no Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas – *Siarq-UNICAMP* (SÉRIE: Correspondência. Subsérie: Passiva. 470..., 1962).

O semestre teria um curso inédito dividido em três unidades sobre o continente, principiando-se pelo estudo do Brasil, pois, neste caso, planejavam criar uma cátedra. Talvez o destaque a este país vizinho se relacionasse ao fato de nele se processar um lento estabelecimento da História como disciplina acadêmica. Tal lance, no entanto, seguia os passos daquilo que vinha ocorrendo nessa área em outras partes da América Latina, nas quais o *campo* (BOURDIEU, 2004) em destaque passava por grandes mudanças. Isso porque – e aqui vale uma digressão – apesar do papel de vanguarda que os territórios outrora de domínio espanhol assumiram no continente por fundarem universidades ainda no quinhentos, uma modernização sem precedentes começava a atingi-los.

Herdeiros das atitudes da Coroa hispânica – e diferentemente do que se passaria na parte lusitana –, as Índias de Castela contaram com a criação de 32 dos chamados colégios maiores, sendo seis no século XVI, doze no XVII, onze no XVIII e três no XIX. A maioria recebeu cédulas reais e bulas papais, autorizando-os, mas, desse total, onze fecharam suas portas até o fim do setecentos (ARRANGO, 1995, p. 95-97 & 105). Sabe-se, contudo, que a expansão dessas instituições na América espanhola, com auxílio das ordens religiosas (jesuítas, dominicanos, franciscanos etc.), ajudou à Igreja Católica consolidar seu poder e monopólio sobre a educação das elites nos territórios hispânicos do Novo Mundo. Porém, no século XVIII, após o banimento da Companhia de Jesus das possessões ibéricas, esta responsabilidade recaiu sobre o episcopado (BERNADAS, 1990, p. 198).

No Brasil a constituição de espaços para o ensino superior foi infinitamente tardia. A USP, por exemplo, só foi criada em 1934 (MICELI, 1989; RODRIGUES, 2012). Portanto, apesar do atraso e das instabilidades que rondariam suas existências, as iniciativas desse gênero presentes nas antigas jurisdições portuguesas nasceram, no caso brasileiro, apenas no século XX, mas, a princípio, longe do signo eclesiástico. De modo que, enquanto no Brasil a modernização estaria, ela mesma, incutida na expansão da rede universitária, nos países *hispanohablantes* seus movimentos incluíam a laicização do mundo acadêmico.

Retornando ao acontecimento de maior interesse aqui, vale dizer que o contrato inicial de Pereira Salas com Buarque de Holanda, Romano e Savelle propunha duas horas semanais de conferência ou leituras dirigidas a um público de conhecimento básico nos assuntos que seriam abordados. O acordo deixava ainda a encargo dos convidados a escolha dos temas, desde que eles fossem os de suas maiores especialidades e, sobretudo, úteis à feitura de vinculações na área de estudos sobre a América.

Convites aceitos, para lá rumaram os colegas historiadores, em 1963. O primeiro deles, já catedrático da USP, decidiu apresentar um seminário com a temática do *Brasil Império*. O segundo, atuante na École Pratique des Hautes Études (EPHE) de Paris, preferiu dar vazão aos seus estudos acerca da *Historia de los precios* e *Historia colonial hispanoamericana*. E o terceiro, da University of Washington (UW) de Seattle, optou por falar sobre *El espíritu de la Independencia Americana* (SILVA & FURTADO, 2019).

A julgar pelo que consta na missiva endereçada a Sérgio Buarque de Holanda, pode-se inferir que a todos foi solicitado uma síntese completa de seus respectivos seminários, que deveria, por sua vez, ser anunciada no primeiro encontro (SÉRIE: Correspondência. Subsérie: Passiva. 480..., 1963). Isso porque, naquele mesmo ano, essas aulas foram impressas sob o título de *Tres lecciones inaugurales* (HOLANDA; ROMANO; SAVELLE, 1963). O exemplar com que estamos trabalhando pertencera a Eurípedes Simões de Paula (1910-1977), que provavelmente o ganhou de Sérgio Buarque, seu colega de departamento na USP, pois a referência em apreço se encontra hoje depositada no Centro de Apoio à Pesquisa em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (CAPH-FFLCH) desta reconhecida instituição.

Ao tomar este impresso e os *paratextos* (GENETTE, 2009) que o informam como documentos, o objetivo desta segunda parte do presente capítulo visa analisar tais papéis e circunstâncias, transformando-os em fontes de informações acerca do referido passado. Nosso interesse se voltará ao seu conteúdo e ao peso relativo do discurso *historiográfico* (CERTEAU, 1982) verbalizado, mas com ênfase sobre a performance de Sérgio Buarque de Holanda.

Seus principais trabalhos até 1963 – quando esteve no Chile –, eram os já citados *Raízes do Brasil* além de *Visão do Paraíso*, saídos pela editora José Olympio, do Rio de Janeiro, respectivamente em 1936 e 1959; e ainda: *Cobra de vidro*, São Paulo: Martins Editora, 1944; *Monções*, Rio de Janeiro: Casa Estudante do Brasil, 1945; & *Caminhos e*

fronteiras, Rio de Janeiro: José Olympio, 1957 (SÉRIE: Vida Pessoal. 88..., 1958), sem falar na coordenação de um renovador empreendimento editorial, a coleção História Geral da Civilização Brasileira (HGCB), que simplesmente transformou a historiografia do país e o mercado vigente, ao implementar um novo modelo de divulgação do conhecimento histórico (FURTADO, 2016).

Dito isso, retornamos à capital chilena. Embora iniciasse seus escritos por considerações acerca das diversidades de língua, heranças e estruturas político-administrativas, o intelectual acreditava ser possível tecer paralelos entre a sociedade brasileira e as de outras nações do continente – o que bem se coaduna com os debates intelectuais, legislativos, dos livros didáticos etc. abordados anteriormente a propósito do Ensino de História das Américas no Brasil –, observando tudo o que, em essência, uniam ou distanciavam os países novo-mundistas. Citamos Sérgio Buarque:

Tengo para mí que precisamente estas disparidades superficiales sirven mejor el propósito de poner en relieve las semejanzas reales y profundas. De hecho, la monarquía en el Brasil colocada bajo la égida de una dinastía del Viejo Mundo, y que aun así no podría calificarse de extranjera, no llegó en el Brasil, como sucedería en México al Emperador Maximiliano, por artificio o una imposición foránea extranjera. Si es tal vez difícil sostener que ella brotó de las entrañas del país o de sus exigencias más vigorosas y espontáneas, es cierto y verdadero que, insertándose en el proceso histórico, la monarquía obtuvo timbre nacional y además – oso decirlo – americano (HOLANDA, 1963, p. 18).

Na sequência, afirmou que circunstâncias fortuitas haviam obrigado, entre 1807 e 1808, que a família real portuguesa escapasse da perseguição napoleônica. Este movimento foi acompanhado por um grande número de nobres e burocratas que, de forma deliberada, transferiram-se para o Rio de Janeiro. A partir desse momento, segundo Buarque de Holanda, a cidade tropical se transformou no exemplo único da História em se ver convertida, do dia para a noite – e durante mais de treze anos consecutivos –, em sede governamental de um reino europeu. Ato contínuo e, comparativamente, anotou o seguinte no registro da conferência:

No sólo el Brasil, sino la misma América de habla española o algunas de sus partes pudieron tener destino semejante, si por ventura hubiesen tenido buen éxito los planes atribuidos a Carlos IV de España, quien pensó en trasladarse con su corte a la América, en 1808, siguiendo el ejemplo de su primo portugués, intento que se vio frustrado, por el Montín de Aranjuez (HOLANDA, 1963, p. 20-21).

O conflito palaciano supracitado corresponde aos confrontos que, no biênio 1807-1808, opôs a nobreza espanhola e o principal ministro de Carlos IV (1748-1819), a saber: Manuel de Godoy (1767-1851). Os chamados *fernandistas*, partidários do príncipe herdeiro, apoiavam, portanto, a abdicação do rei em favor seu filho, Fernando VII, pois temiam a possibilidade de que Godoy, como político todo poderoso, acabasse sendo alçado ao trono, face ao excesso de poderes conferido a ele pelo monarca da Espanha (LOUREDA, 2010).

Devido à essa visão sobre o processo histórico em destaque que o palestrante sinalizou o desfecho independentista de 1822 – quando o Brasil conquistaria a sua autonomia política, desvinculando-se formalmente das Cortes de Lisboa –, como fruto de uma conjuntura mais abrangente. No entendimento de Sérgio Buarque, o princípio monárquico nunca havia se mostrado indefeso na sociedade brasileira, a despeito do prestígio das ideias revolucionárias e radicais que circulavam pelo território americano. Por isso, no caso do Império,

Lo bautizaron con el epíteto de “Democracia Coronada” y todavía la llaman así los publicistas y los historiadores. Creo que la designación es perfectamente justa, siempre que se le dé a la palabra democracia su significado exacto. No podríamos aplicar al Imperio Brasileiro ese nombre en el sentido de gobierno del pueblo por el pueblo, pues es notorio que sólo una tenue minoría participaba objetivamente en el proceso político, eligiendo o haciendo elegir a los representantes, mientras la gran masa permanecía inerte o muda. Aun puede demostrarse que la palabra democracia no gozó de buen crédito entre los fundadores del Imperio que la avaluaban como sinónimo de anarquía. Tampoco puede discutirse, por otra parte, que durante los cuarenta y dos años del régimen monárquico las libertades públicas recibieron garantías que la misma república, después de ser instaurada, tardó mucho en imitar. / La emancipación del Brasil fue, puede decirse, el punto de una evolución natural gestada por actos históricos sucesivos que desembocaron en una idea indiscutiblemente sediciosa. Este proceso explica el por qué la Independencia no estuvo acompañada en el Brasil de actos violentos y de convulsiones políticas como las que acontecieron en la misma época, en otros países del continente (HOLANDA, 1963, p. 21-22).

A conferência no CIHA, em Santiago, prosseguia, e o professor convidado da USP continuava a desfiar suas teses recentes que se nutriam de incontáveis experiências letradas. Logo, é possível observarmos, ou melhor, escutarmos, o próximo argumento base no texto redigido para o encontro de 1963 no Chile. Escreveu Sérgio Buarque de Holanda:

Puede ser que mis conocimientos incompletos de la Historia de América, llamada española, me lleven a limitar al Brasil y al Brasil Imperial, un fenómeno que tal vez sea común a la mayoría de los pueblos americanos de raíces ibéricas, durante esta misma etapa de formación. Lo que sirve de fundamento a mi opinión, es que desde la fundación de la República del Brasil, es decir, desde el 15 de noviembre de 1889, pasó nuestro país a cumplir sus destinos americanos, como decían los propagandistas del nuevo régimen, y comienza a desvanecerse rápidamente la imagen fraudulenta, animada por los estadistas de la monarquía que buscaban hacer del país una simple réplica de las naciones europeas de estructura social ya madura (HOLANDA, 1963, p. 24).

Ao retratar o sistema monárquico brasileiro após insistir que este flertara com mil formas de governo, Buarque de Holanda escreveu que a opção enfim acatada se dirigiu à centralização política. Embora tal característica fosse vista, sob muitos aspectos, como responsável pelas crises do Império, o fato é que, na ótica do historiador, ela não impediu que a nação atingisse uma relativa, mas estável, paz interna, a partir de meados do século XIX e antes, naturalmente, da queda do regime, em 1889. Assim, outra vez o palestrante dispunha de uma oportunidade de tecer um paralelo com uma sociedade vizinha. Vale citar o trecho:

Lo mismo que en el Brasil a partir de 1849, y durante cuatro decenios, en Chile por lo menos desde 1859 a 1891, parece haber terminado el ciclo de los desórdenes que había seguido a la proclamación de la Independencia. En ambos países, por notable coincidencia, se había adoptado de hecho un régimen con fuertes matices parlamentarios (HOLANDA, 1963, p. 33-34).

Ora, em síntese, pode-se dizer que Buarque de Holanda visou considerar a perspectiva num só tempo distinta e próxima da quadra latino-americana da condição monárquica trasladada ao Novo Mundo em 1808. Naquele momento de 1963, este intelectual dizia que a herança colonial portuguesa ainda se fazia sentir, por vários motivos e sob inúmeros aspectos, porém acabou frisando apenas um deles, qual seja: o fato de o governo inaugurado em 1889 sequer ter assegurado condições de ingresso de muitos indivíduos ao jogo político, de sorte que, neste sentido, o Império iniciado em 1822 teria sido um regime melhor. A proposição é complexa, a saber: a época do Brasil Colônia lhe parecia tão viva que, sob determinados ângulos, fizera das primeiras décadas republicanas uma cópia caricata de sua mentalidade, sendo esta mais conservadora em termos de acesso do povo aos destinos da nação do que defendeu ter

sido o pensamento dominante nos decênios da Monarquia tropical (VENANCIO & FURTADO, 2016).

Para mostrar como as personagens daquele momento viam a questão, Sérgio Buarque evocou, de um lado, Joaquim Nabuco (1849-1910), que no oitocentos fizera um paralelo com o Chile independente – muito parecido, em seus escritos sob o uso buarqueano, com a estabilidade política vivida no Segundo Reinado (1840-1889) a partir de meados do século XIX; e, de outro, acionou diante dos vizinhos continentais o relato do viajante naturalista norte-americano Herbert Huntington Smith (1851-1919) – seu velho conhecido desde seu livro de estreia e com o qual iniciamos esta segunda parte do capítulo –, que avaliara o tipo de sociedade passível de brotar na região, caso fossem viabilizadas iguais possibilidades de instrução para toda a gente (notemos o tema da Educação e do Ensino a permear o discurso sobre o passado).

Face à plateia do CIHA, Buarque de Holanda apropriou-se do depoimento de Herbert Smith para unir em ideias as várias Américas e falar da urgência de uma Revolução não palaciana, que seguia – em suas palavras – em pleno curso no ano de 1963. Era como se quisesse dizer que o Império do Brasil esteve mais perto dos governos instalados nos antigos domínios hispânicos, quando se processaram as Independências, do que o republicanismo elaborado pelas Forças Armadas em fins do oitocentos. Para ele, eram as pesadas heranças coloniais que, naquele momento, continuavam a ser liquidadas, pois, apesar de atingidas pelos abalos dos últimos decênios do século XIX em sua estrutura triangular (leia-se: escravidão, poder moderador e latifúndios), tais legados não tinham sido eliminados durante a Primeira República.

No encaço dos relatos do viajante, Sérgio Buarque anotou no texto da palestra que

No hay duda que [o povo brasileiro pobre, livre ou escravizado] son ignorantes y groseros, nada más claro para quien los conozca. En el trabajo, sin embargo, demuestran buen carácter y la pobreza los defiende hasta cierto punto de hábitos perniciosos. Físicamente está fuera de discusión que superan a las clases más altas y sucedería lo mismo mentalmente si tuvieran ocasiones favorables. / Oportunas en 1936, estas palabras continúan siendo, con mayor razón, precisas en nuestros días. *La revolución está en pleno curso y parece seguir su camino*, lo que podría significar una liquidación definitiva de la pesada herencia colonial que la monarquía conservó en una especie de redoma y que la primera República no derramó (HOLANDA, 1963, p. 40, grifos nossos).

É interessante observar que essas discussões e registros apropriados por Buarque de Holanda a partir de Smith marcaram presença em *Raízes do Brasil*. Contudo, quanto aos aspectos físicos e morais da população, a democracia e o processo revolucionário também referenciados, convém frisar que foram incluídos apenas na edição de 1948 em diante.

É sintomático notarmos como, no trecho supracitado, o então professor da USP mobilizou um representante estadunidense do século XIX para demonstrar a defesa, tal como Fidel Castro havia liderado recentemente na ilha caribenha, de uma revolução não-palaciana. Eis aí um indício do “Efeito Cuba” com o presente se manifestando por ocasião da leitura sobre o passado? Ficam, para dizer o mínimo, essas duas questões.

Por uma História não insular ou A força do presente no passado

Assumindo a postura de cidadão e, por isso, talvez, fazendo as vezes de profeta, Sérgio Buarque de Holanda emitiu sua opinião sobre o que corria em seu país naquela atualidade sob o governo João Goulart (1961-1964). Desse modo, afirmou que acreditava no argumento segundo o qual a grande fratura da História Contemporânea do Brasil nascia de um lento processo revolucionário, este sim horizontal, e sendo a Abolição (1888) um de seus pontos altos, mas que não poderia ser situada em 1889, na Proclamação da República,

sino en 1930. [...]. Resultó primero una crisis de la idea liberal y en seguida una disolución creciente de las instituciones sociales y las formas de vida económica reinantes en el siglo pasado. Es ahora que la historia brasilera entra en una nueva órbita (HOLANDA, 1963, p. 40).

Como se verifica, esse exemplo de tese pode até soar obsoleto, hoje, mas não o era na ocasião em que foi proferido. Estamos falando, nunca é demais recordar, do ano de 1963, quando a pauta da monarquia brasileira mal havia se desenvolvido no interior das universidades, antes afeitas aos estudos sobre o passado dito colonial. Logo, se tais pronunciamentos em Santiago do Chile resultaram em outros vínculos acadêmicos, é algo que seguimos investigando. Isso porque, ao menos a propósito do historiador Sérgio Buarque, apuramos que, após o convite de Eugenio Pereira Salas, outros acabaram lhe sendo feitos para ministrar cursos e proferir conferências em instituições

estrangeiras, via intercâmbios culturais. Estes aconteceram por iniciativa do embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon (1913-2009), e/ou de professores, estadunidenses ou não, que lhe relatavam o interesse das universidades por seu país e informavam quais estruturas dispunham para recebê-lo (SÉRIE: Correspondência. Subsérie: Passiva. 490..., 1965).

Ora, os laços estavam feitos e, talvez, a urdidura decisiva tenha acontecido na *conexão chilena* (SILVA, prelo). Este nexos é pleno de significados nos desdobramentos que envolviam a porção latina do continente. Afinal de contas, em meio aos processos de modernização historiográfica e, no caso, de busca por certa autonomia mais ou menos relativa no campo acadêmico, foi possível verificar na iniciativa do CIHA um exemplo eloquente desses esforços, pois tal movimento visava estabelecer contatos e uma agenda comum de pesquisas, que remontavam a uma infinidade e já tradicional pauta de debates, promovidas ao longo de muitas décadas, antes e *Depois da Guerra* – para lembrarmos os versos do poeta em epígrafe – que envolviam a intelectualidade latino-americana, as agendas e políticas promovidas por meio do Estado, as legislações dos anos 1930, 1940 e 1950, as reformas educacionais etc. – cuja complexa configuração social compõem o emaranhado de narrativas didático-curriculares e debates universitários sobre a História das Américas no Brasil e, neste momento de 1963, também no Chile, a congregar uma aproximação acadêmica Sul-Sul.

O encontro, intermediado por Pereira Salas, foi marcado pelo que havia de melhor e recente na produção historiográfica do Ocidente. A meta tinha por fim o fomento de outras possibilidades investigativas e a produção de trabalhos de igual rigor e originalidade daqueles que, via de regra, seguiam atrelados, sobretudo, com os estudos desenvolvidos em regiões ao Norte do globo cujo notório farol se achava em Paris. Por isso, arriscamos a inferir que, naquelas missivas de 1962-1963, estavam incutidas o plano de tentar, num só tempo, a intensificação de diálogos já existentes, em particular com os países da Europa – notadamente a França, na qual atuava o italiano Ruggiero Romano – e com os Estados Unidos – pátria de Max Hicks Savelle.

Entretanto, a presença do brasileiro Sérgio Buarque de Holanda, por sua vez, pode ser vista como a aposta chilena para mandar o seguinte recado: buscava-se o estabelecimento de um leque de teses inovadoras que pudessem contribuir para fazer circular suas pesquisas na renovação dessas redes internacionais. Porém, a linha mestra desse intuito não se direcionava para assumir um papel de mera receptora das ideias estrangeiras por ventura sopradas dos centros de produção historiográfica ou do

imperialismo do Tio Sam: propunha-se, ao invés disso, inverter o sinal, ou seja, construir uma agenda protagonista de trabalho universitário a partir do Cone Sul – e faziam isso, inclusive com a utilização de recursos norte-americanos.

Afinal de contas, o projeto de criação do *Centro de Investigaciones* contou, em sua emergência, com o apoio financeiro de instituições estadunidenses. Posto em atividades em 1962, o plano não tardou a malograr, entre outros fatores devido a querelas internas e em virtude dos movimentos de radicalização política. Este último fator redundou no rechaço dos investimentos externos pelos estudantes (temerosos e críticos, à época, do chamado domínio imperialista – o que ajuda a entender as interpretações corriqueiras, mas um tanto superadas, desses processos e acontecimentos) e na deflagração de golpes de Estado por toda a América Latina (MOTTA, 2014; ROLLEMBERG & QUADRAT, 2010). Mesmo assim, convém destacar que um tipo de empenho institucional semelhante ocorria, no mesmo período, no Brasil – e que perdura até hoje. Isso porque não se deve perder de vista que o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP, do qual Buarque de Holanda foi um dos fundadores e seu primeiro diretor, também foi criado a partir desse mesmo ano de 1962.

Neste sentido, é possível inferir que, quando Buarque de Holanda se referiu um pouco mais diretamente à sua contemporaneidade, aproximando-se do cenário em curso das profundas transformações que então constava nos planos do governo Goulart, não estaria a sua análise sobre o passado recebendo o peso daquela hora presente marcada pelos debates sobre as reformas agrária, universitária, fiscal, bancária etc.? João Goulart não prefigurava, assim, um horizonte possível daquilo que se passou em Cuba? Pelo sim, pelo não, o fato é que, ao parafrasearmos o título do livro *Nenhuma ilha é uma ilha* (GINZBURG, 2004), anotamos que os ventos soprados de Havana, ao Sul do continente, fomentaram interessantes questões entre circularidades didáticas cuja materialidade verificamos em traços de manuais escolares e discursos acadêmicos, tais como os que aqui foram apresentados para sustentar o argumento daquilo que resolvemos chamar, experimental e provocativamente, de “Efeito Cuba”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término desta reflexão, cabe-nos tecer apenas duas rápidas observações. O esforço reflexivo não visou descredenciar as perspectivas que insistem numa hegemonia estadunidense, cujo imperialismo, especialmente *Depois da Guerra*, buscou se impor

nos países da América Latina, tampouco ignorar o receio verossímil dos diversos governos que, cientes ou cínicos quanto ao discurso de um suposto *perigo vermelho*, teriam mais ou menos se alinhado com os Estados Unidos ou, conforme a avaliação de Sérgio Buarque de Holanda, despertado o interesse deles depois do desfecho do processo revolucionário cubano, em 1959. É fato igualmente que as agendas de pesquisa sobre o tema passaram a ser norteadas pelas discussões sobre as Teorias da Dependência, análises estruturais e as perspectivas do marxismo (CARDOSO & FALLETO, 1977; BRESSER-PEREIRA, 2010). Além disso, com a eclosão das ditaduras civis-militares, o recrudescimento a respeito do Ensino de História das Américas se amplia e, notadamente no Brasil, a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968, e da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1971, tiveram como consequência uma tentativa de reformulação dos currículos escolares, cujas ênfases recaíram sobre os saberes técnico-profissionais (MOTTA, 2014) em detrimento daqueles de uma cultura acadêmica crítica e cientificamente orientadas. Mas o que gostaríamos de enfatizar é que a intelectualidade tinha experimentado toda essa efervescência por meio de certa circularidade didática que os debates acadêmicos, legislativos, entre os Estados e diplomacias culturais, os livros didáticos, as reformas educacionais e os laços Sul-Sul etc. ajudaram a promover e a configurar socialmente na região, sem, no entanto, curvarem-se a todos os ditames do Tio Sam.

Portanto, é mister salientar que este aspecto da paulatina consolidação do espaço acadêmico latino-americano da segunda metade do século XX, por exemplo, – que pode muito bem ser entendida e identificada com o pós-Segunda Guerra Mundial – emerge feito uma espécie de chave que dá acesso a vários nexos historiográficos cuja ênfase recaiu, aqui, sobre a *conexão chilena*, após mapear parte dos elementos legislativos, didáticos, reformistas e intelectuais que tinham fomentado os debates sobre a aproximação entre os passado do continente por intermédio da inclusão ou rechaço do Ensino de História das Américas nos currículos das escolas brasileiras. Não descuidando, portanto, igualmente das configurações que envolveram a UNESCO e seus desdobramentos para consolidar investigações nas áreas das Ciências Sociais e Humanas em todo o continente, capitaneando as forças que, na quadra latino-americana, já se articulavam nesse sentido antes e *Depois da Guerra*.

Assim, todos os exemplos cá mobilizados para avaliar o impacto ou a circularidade de trocas letradas que permearam todas essas discussões no pós-1959 com os ecos de Havana, a exemplo da interpretação ou não da Independência da ilha em fins

do século XIX, como tendo sido processado com maior ou menor protagonismo estadunidense a depender do livro didático sob análise ou a necessidade de uma revolução não-palaciana, conforme os registros históricos usados por Buarque de Holanda em sua palestra em meio às inovações argumentativas e até cronológicas postas em prática através do empreendimento editorial que ele coordenou no período, ou seja, a coleção HGCB – que integrou a modernização historiográfica latino-americana – convergem para o argumento segundo o qual existiu certo “Efeito Cuba”.

REFERÊNCIAS

ACCIOLI, Roberto. História: conceito e ensino. *Internato*, [Rio de Janeiro?], v. 2, n. 2, p. 271-281, 1951.

ALVES-KALIL, Thamar; OLIVEIRA, Wellington. O Ensino de História na América Latina e no Brasil: sobre currículos e programas. *Magis. Revista Internacional de Investigación en Educación*, Bogotá, v. 3, n. 6, p. 283-298, ene./jun. 2011. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2810/281021734003.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

ARRANGO, Diana Soto. La enseñanza ilustrada en las universidades de América colonial. Estudio historiográfico. In _____; et. al., *La ilustración en América colonial*. Madrid: Doce Calles / CSIC / Colciencias, 1995.

BARNADAS, Josep. La Iglesia católica en la hispanoamérica colonial. In: BETHELL, Leslie (ed.) *Historia de América Latina* (v. 2). Barcelona: Editorial Crítica, 1990.

BITTENCOURT, Circe. O progresso acidentado do Ensino de História da América. OIKOI, Zilda Márcia Gricoli; BITTENCOURT, Circe (orgs.). *Educação na América Latina*. Rio de Janeiro / São Paulo: Expressão e Cultura / Edusp, 1996.

BITTENCOURT, Circe. Ensino de História da América: reflexões sobre problemas de identidades. *Revista Eletrônica da Anphlac*, n. 4, p. 5-15, 2005. Disponível em: <<http://revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/view/1358/1229>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As três interpretações da dependência. *Perspectivas*, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul./dez. 2010.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 4.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DIAS, Maria de Fátima Sabino. A “invenção da América” na cultura escolar. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 1997.

DIAS, Maria de Fátima Sabino. A História da América na cultura escolar no Brasil: identidade e utopia. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 17, número especial, p. 33-47, jan./jun. 1999. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/11192>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

FURTADO, André. *As edições do cânone*. Da fase buarqueana na coleção História Geral da Civilização Brasileira (1960-1972). Niterói: Eduff, 2016.

FURTADO, André. *Das fortunas críticas e apropriações ou Sérgio Buarque de Holanda, historiador desterrado*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2018.

FURTADO, André. Credo ut Intelligam: os escritores Ibero-Americanos nas vitrines do Greenwich literário pós-1945. In: VENANCIO, Giselle Martins; TAVARES, Mariana Rodrigues; GONÇALVES, Roberta Ferreira (orgs.). *Tessituras históricas*. Curitiba: Appris, 2020.

GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GOODSON, Ivor. *As políticas de currículo e de escolarização*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Coleção “Documentos Brasileiros” (v. 1). Rio de Janeiro: José Olympio, 1936

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Cobra de vidro*. Coleção “Mosaico” (v. 5). São Paulo: Martins, 1944.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. Coleção “Estudos Brasileiros” (v. 3). Rio de Janeiro: Casa Estudante do Brasil, 1945.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Coleção “Documentos Brasileiros” (v. 1). 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Alle radici del Brasile*. Traduzione a cura di Cesare Rivelli. Collezione “Biblioteca Mondiale Bocca”, Scrittori Brasiliani (v. 4). Milano / Roma: Fratelli Bocca Editori, 1954.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raíces del Brasil*. Colección “Tierra Firme” (v. 58). Ciudad de México / Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1955.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Coleção “Documentos Brasileiros” (v. 1). 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Coleção “Documentos Brasileiros” (v. 89). Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Coleção “Documentos Brasileiros” (v. 107). Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Brasil Império. In: _____; ROMANO, Rugierro; SAVELLE, Max. *Tres lecciones inaugurales*. Santiago do Chile: Centro de Investigaciones de Historia Americana (CIHA) / Universidad de Chile, 1963. Acervo do Centro de Apoio à Pesquisa em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (CAPH-FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Coleção “Biblioteca Básica Brasileira” (v. 10). 4.ed. Brasília: Ed.UnB, 1963.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (entrevista concedida a João Marcos Coelho). A democracia é difícil. *Veja*, São Paulo, 28 jan. 1976.

HOLLANDA, Guy. *Programas e Compêndios de História para o Ensino Secundário Brasileiro, 1931-1956*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) – Ministério da Educação e Cultura (MEC), 1957.

JUNIOR, Halferd Carlos Ribeiro; MARTINS, Maria do Carmo. Reorganização do sistema de ensino em tempos democráticos: reforma curricular de 1951 e o ensino de história. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 18, p. 1-26, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbhe/v18/2238-0094-rbhe-18-e045.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

LOUREDA, Juan Antonio. *Breve historia de los borbotos españoles*. Madrid: Ediciones Nowtilus, 2010.

LOWY, Michael (ed.). *Marxism in Latin America from 1909 to the present: an anthology*. Atlantic Highlands: Humanities, 1992.

MALERBA, Jurandir. *A história na América Latina: ensaio de crítica historiográfica*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

MICELI, Sergio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil* (v. 1). São Paulo: Vértice / Finep / Idesp, 1989.

MORAES, Vinicius de. Depois da guerra. In: _____. *Para uma menina com uma flor*: 1966. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

POMBO, Rocha. *Compêndio de História da América*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editoras, 1900.

POPKEWITZ, Thomas. *Reforma educacional: uma política sociológica – poder e conhecimento em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

RESOLUTIONS de la Conférence Générale. Deuxième Session (México). Archives de l'UNESCO, 1947.

RODRIGUES, Lidiane Soares. *A produção social do marxismo universitário*. Mestres, discípulos e “Um seminário” em São Paulo (1958-1978). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2012.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. Brasil e América Latina (v. 2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SÉRIE: Correspondência. Subsérie: Passiva. 470 – Carta em espanhol de Eugenio Pereira Salas a Sérgio Buarque de Holanda, convidando-o para que ministrasse um curso sobre História do Brasil no Centro de Investigaciones de História Americana (CIHA). Santiago do Chile, 14 dez. 1962. as. ileg. 1p. Cp 248 P9. Fundo “Sérgio Buarque de Holanda” (SBH). Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (*Siarq-UNICAMP*).

SÉRIE: Correspondência. Subsérie: Passiva. 480 – Carta em espanhol de Eugenio Pereira Salas a SBH avisando-o que recebeu sua carta e o espera a fim de organizasse as classes do curso de História do Brasil e preparasse uma aula inaugural onde seria feito um resumo do curso. Santiago do Chile, 16 set. 1963. as. ilegível. 1p. Cp 258 P9. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

SÉRIE: Correspondência. Subsérie: Passiva. 490 – Carta em inglês de E. Bradford Burns da Universidade da Califórnia a SBH convidando-o para que fizesse uma visita à UCLA. Los Angeles, 15 mar. 1965. as. E. Bradford Burns. 1p. Cp 268 P10. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

SÉRIE: Vida Pessoal. 88 – Curriculum Vitae de SBH. 1958. Vp 88 P242. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

SILVA, Bruno; FURTADO, André. Novo Mundo historiográfico: as Américas na pauta de Sérgio Buarque de Holanda, Ruggiero Romano e Max Savelle. *Revista Eletrônica da Anphlac*, v. XIX, p. 347-378, 2019.

SILVA, Cristiani Bereta. Conhecimento histórico escolar. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (orgs.). *Dicionário de Ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

SILVA, Renán. “La conexión chilena”: el avance y la modernización de los estudios históricos en América latina en los años 1960 (prelo).

SILVA, Vitória Rodrigues e. O Ensino de História da América no Brasil. *Diálogos*, Maringá, v. 8, n. 2, p. 83-104, 2004. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/38105>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

SORÁ, Gustavo. A construção sociológica de uma posição regionalista. Reflexões sobre a edição e recepção de *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 36, v. 13, p. 121-139, fev. 1998.

SOUZA, Alcindo Muniz de. *História da América para a Segunda Série Ginásial*. 5.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional (CEN), 1952.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl Michael. *Programa de Ensino da Escola Secundária Brasileira: 1850-1951*. Curitiba: Editora do Autor, 1998.

VENANCIO, Giselle Martins; FURTADO, André. Passados (im)perfeitos ou a ótica buarqueana sobre o Império do Brasil na América. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 73, jul./dez. 2016.

**EL PALEOTEXTO IMPRESO ELECTRODIGITAL. ¿UN NUEVO
GABINETISMO EN LAS CIENCIAS HUMANAS FRENTE LA INTEGRACIÓN
CULTURAL LATINOAMERICANA DEL SIGLO XXI? EJEMPLIFICACIÓN
CON LA PRENSA ILUSTRADA ESPAÑOLA**

Rómulo Pardo Urías¹

INTRODUCCIÓN

El acceso abierto en tanto política cultural, educativa y pública, conquista la disponibilidad a una diversidad textual inabarcable. Representa un reto y problema en términos del manejo de fuentes documentales, particularmente en formato digital. Cuando a finales de la década de los setenta Lyotard indicaba la naturaleza del «hombre postmoderno» señalaba la existencia de un nuevo enciclopedismo en “los bancos de datos [...que e]xceden la capacidad de cada utilizador” (Lyotard, 1999, p.95). Para Zermeño estamos frente a “la revolución de la informática que hace matemáticamente imposible el ideal rankeano de objetividad e imparcialidad histórica fundada en la exhaustividad y comprobabilidad de los documentos” (Zermeño, 2002, p. 183). Pero sí para el filósofo francés se trataba, en su *Condición postmoderna*, del principio de accesibilidad pública a los bancos de datos de forma libre, la episteme postmoderna plurivocal, no exhaustiva y crítica de la modernidad, de sus meta-relatos y sus sujetos colectivos históricos, dotó de dimensión fértil y prolífera el acceso, de la mano del desarrollo de la informática y la tecnología computacional, a un conjunto de repositorios e instrumentos, herramientas y aplicaciones, materiales textuales y fuentes documentales, que en nuestro presente global internético pospandémico requieren delimitarse. Al menos en el sentido de identificar, más allá del poshistoricismo y la posverdad, la modalidad del paleotexto impreso digital de acceso abierto. Nuestro principal problema y aporte al debate del uso de fuentes digitales es el de la delimitación de la paleotextualidad —concretamente impresa— distinta de la paleocaligrafía —la escritura manual—, aunque ambas dentro del estudio de la paleografía o la escritura antigua. Si como bien señaló Eduardo Subirats en su trabajo

¹ Maestro en Ciencias Humanas y doctorante del Programa Nacional de Posgrado de Calidad del Centro de Estudios de las Tradiciones, 2017-2022, del Colegio de Michoacán. Email: codicebabel@gmail.com

Culturas virtuales estamos en “un mundo de la pantalla y reducción de la existencia a sus imágenes” (Subirats, 2001, p. 19), cabe hacer distingos respecto a las modalidades textuales y culturales escritas en el universo de la web, las posibilidades del uso de los textos antiguos o viejos en la investigación científica humanística y el mundo tecnocientífico en su expresión cultural digitalizada. A la par se encuentran los desarrollos tecnológicos como los emprendidos por Google, Internet Archive, distintas bibliotecas e instituciones informáticas nacionales (por ejemplo, las de España, Francia, Colombia, Argentina, México, Chile, la del Congreso de Estados Unidos, Brasil, entre otras), en el desempeño de digitalización de documentos, impresos, mapas, imágenes, audios, planos, esquemas, entre otras fuentes, que se encuentran en la categoría de acceso abierto o dominio público. De esto se coligue la reflexión a continuación en tres tópicos concretos: 1) el péndulo entre la despotmodernización de la cultura —como una vuelta anti-innovadora a los tradicionalismos en contextos académicos— y la hiperpostmodernidad innovativa; 2) la digitalidad internética, expresada en un pantallismo virtualista, en tanto medio de acceso a la información y como mecanismo propio de la investigación que nos obliga a construir un nuevo gabinetismo —trabajo desde el escritorio o los escritorios, pero también desde el lenguaje y los lenguajes— asumiendo una posición respecto al «homo-interneticus» y su cultura digital; y 3) los distingos del paleotexto —digital y material— en su relación con la cultura escrita y las ciencias humanas, respecto de otras modalidades textuales presentes en el universo del acceso abierto como una fenomenología de las textualidades digitales y sus usos académicos, escolares y de investigación. Se intentará demostrar el valor del «homo-interneticus» y su cultura, en tanto expresión de un tiempo donde se han consolidado las humanidades digitales, ha sido democratizada la cultura y se dispone de una prácticamente infinita documentación digitalizada para investigar (legal y pirata). Esto nos impone el reto de renovar la investigación científico-humanística en varias dimensiones, particularmente evitando la polimatía y trascendiendo los sesgos tradicionalistas restrictivos, en el asumir, además, la democratización del conocimiento y las posibilidades de políticas públicas de acceso a la información. Nuestro análisis hará un énfasis final en el ejemplo rastreado a partir de distintos repositorios y bibliotecas nacionales de América Latina, es decir, el periódico ilustrado español *Diario de los literatos de España*, como un documento histórico de alcances continentales que integra un imaginario y prácticas culturales, escasamente elaboradas y trabajadas en el contexto americano, no así en el español. De esa forma, nuestro ejemplo evidencia un corpus documental integracionista

latinoamericano en la historia colonial continental, como ejemplo a rescatar dentro de la elaboración metodológica establecida en los primeros apartados.

EL ACCESO ABIERTO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INFORMACIÓN, LAS TICS EN LATINOAMÉRICA Y EL NEO-GABINETISMO DEL «HOMO- INTERNETICUS»

El ágora inmensa de la web en su inconmensurabilidad y su infinitud impone una lógica de selectividad, clasificación y organización del conocimiento, a la vez que una taxonomía temática e indicial, pero también insta a comprender los distintos tipos de productos y expresiones digitales (ED). En esos términos, no estamos exclusivamente ante textos —antiguos y presentes—, sino también ante sonidos —antiguos y presentes—, imágenes —antiguas y presentes—, cinematografías —antiguas y presentes—, símbolos —antiguos y presentes—, entre otras múltiples expresiones culturales, donde son de vital importancia las aplicaciones y softwares instrumentados por la informática para la producción, distribución, alojamiento, acceso y transformación de estos materiales de la cultura digital. En el sopesarla importan distintos factores en niveles de análisis diferenciales: el propio de las políticas públicas de acceso abierto a la información, el de los entornos de aprendizaje y comunicativos instaurados por las TIC y el respectivo al trabajo de gabinete posible a partir de estos previos hechos en la lógica definida a partir de la categoría «homo-interneticus» de uso académico y cultural reciente.

El Open Access

Respecto al *acceso abierto* su implementación y desarrollo parten de la iniciativa de Budapest (BOAI por sus siglas en inglés, 2002) que plasma las dos vertientes mayoritarias en convergencia: la disponibilidad del conocimiento científico evaluado por pares de forma gratuita y pública en internet y la suficiencia tecnológica de este instrumento para tal puesta disponible del conocimiento en línea. Con una firme intención de apertura del conocimiento, su difusión, alcances, estándares, pero sobre todo su disponibilidad y acceso, la BOAI sentó el primer precedente de esta política. Dos principios fueron establecidos el auto-archivo y las publicaciones periódicas de acceso abierto, en la instrumentación de esta apertura. En 2003 desde el Instituto Max

Planck fue suscrita la *Declaración de Berlín sobre acceso abierto* en la cual se desvelan el conjunto de transformaciones —económicas, políticas, comunicativas, culturales, entre otras— derivadas del uso, expansión y difusión de Internet, particularmente en la distribución y difusión del conocimiento científico. Internet es concebido en esta declaración “como el instrumento funcional que sirva de base global del conocimiento científico y la reflexión humana, y para especificar medidas que deben ser tomadas en cuenta por los encargados de las políticas de investigación, y por las instituciones científicas, agencias de financiamiento, bibliotecas, archivos y museos” (PLANCK, 2003, p. 153). En 2011 Frank La Rue presentó su informe como relator espacial de Naciones Unidas a su Asamblea donde queda clarificado que internet como instrumento comunicativo representa una operatividad del ejercicio de la libertad de expresión y del derecho de búsqueda, recepción y difusión informativa y de “ideas de toda índole, sin consideración de fronteras, como se garantiza en los artículos 19 de la Declaración Universal de Derechos Humanos y del Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos” (LA RUE, 2011, p. 5). En el informe se explicita como excepción a esta normativa los contenidos prohibidos e ilícitos, como los de la pornografía infantil, pero también la instigación al genocidio o la apología al odio nacional, racial o religioso en tanto incitaciones a la discriminación, la violencia o la hostilidad, es decir, el conocido “discurso de odio”, además de la incitación al terrorismo. En términos restrictivos de estos contenidos, se establece su bloqueo web no como un tipo de censura sino de precaución, en el fomento de una cultura de paz, democrática y abierta, intercultural, diversa, justa e igualitaria, dando voz a las minorías —indígenas, étnicas, sociales—, en un diálogo entre medios comunitarios y medios convencionales. En ese tenor el informe advierte la no restricción de los siguientes tipos expresivos: “la discusión de las políticas del gobierno y el debate político, la información sobre los derechos humanos, las actividades del gobierno y la corrupción en el gobierno, la participación en campañas electorales, manifestaciones pacíficas o actividades políticas, en pro de la paz o la democracia, en particular, y la expresión de opiniones o discrepancias, ideas religiosas o creencias, entre otros, por miembros de minorías o de grupos vulnerables” (LA RUE, 2011, p. 15). Otro punto nodal es la alfabetización digital en tanto la capacidad de los individuos de hacer un uso pleno, eficiente y aceptable del Internet. En este rubro el informe señala el instar a los Estados “a apoyar la formación de aptitudes en tecnología de la información y las comunicaciones (TIC), que pueden ir desde conocimientos básicos de informática hasta la creación de páginas web” (LA RUE, 2011, p. 15). Debe

quedar garantizado el acceso en línea a los contenidos y aclarada la ventaja de hacer uso de ellos, incluirse en programas educativos especiales y el uso de las TIC en el aula para el desarrollo de habilidades informáticas. En este rubro cobra dimensión relevante la información privada y su protección, la prevención del fraude, la defensa de los derechos humanos, entre otros. En ese tenor se procura una cultura digital más acorde con el dar voz a los grupos minoritarios y desprotegidos de la sociedad, como quienes viven en extrema pobreza, los grupos indígenas, con discapacidades o capacidades diferentes o con condiciones de género distintas, en particular de los grupos femeninos. Es tarea de los Estados garantizar el acceso a todas las personas a la herramienta Internet consolidando distintos tipos de derechos: el de libertad de expresión, el de educación, el de libertad de asociación y reunión, el de plena participación en la vida cultural, política y social, y el derecho al desarrollo económico y social, particularmente para disminuir la “brecha digital” en los países en desarrollo. Este concepto remite “a la disparidad entre las personas con acceso efectivo a las tecnologías digitales y de la información, en particular Internet, y las que tienen un acceso muy limitado, o ninguno en absoluto” (LA RUE, 2001, p. 19). De esa forma, una de las más relevantes conclusiones remite a “que Internet esté ampliamente disponible y sea accesible y asequible para todos, basado en los principios de no discriminación de ningún tipo, incluso por motivos de raza, color, sexo, idioma, discapacidad, origen económico, o cualquier otra condición” (LA RUE, 2011, p. 25).

En esta perspectiva hay que colocar igualmente dos documentos sobre el acceso abierto inscritos en la BOAI, uno de 2012 y otro de 2017. En el primero de ellos hacen un balance de la década de trabajo en pro del acceso abierto y reafirman las estrategias para promoverlo, particularmente las referentes al “acceso abierto verde” es decir de repositorios y la de “acceso abierto dorado” es decir de revistas. En la definición del acceso abierto queda patente, desde la BOAI de 2002 y en el balance de 2012, la comprensión de tratarse de literatura científica de revisión por pares que debe estar en una

disponibilidad gratuita en la Internet pública, que permite a cualquier usuario leer, descargar, copiar, distribuir, imprimir, buscar o añadir un enlace al texto completo de estos artículos, rastrearlos para su indexación, incorporarlos como datos en un software, o utilizarlos para cualquier otro propósito que sea legal, sin barreras financieras, legales o técnicas, aparte de las que son inseparables del acceso mismo a la Internet. La única limitación en cuanto a reproducción y distribución,

y el único papel del *copyright* (los derechos patrimoniales) en este ámbito, debería ser la de dar a los autores el control sobre la integridad de sus trabajos y el derecho a ser adecuadamente reconocidos y citados (BOAI, 2012)

El documento de 2012 realiza una serie de recomendaciones respecto al acceso abierto en distintos niveles: en cuanto las políticas de instituciones académicas y el uso de repositorios de acceso abierto, con un énfasis en la presencia dentro de repositorios de acceso abierto institucional de los trabajos de tesis y disertaciones. Además, debe quedar garantizada la lectura y evaluación por pares y las tesis deben ser colocadas en repositorios de acceso abierto cuanto más pronto sea posible, donde importa ya la acreditación de los trabajos mediante licencia CC-BY, es decir, que es de reconocimiento no comercial con la debida autoría. Así, para el documento de 2017 nos encontramos ya en una situación en la que el acceso abierto dejó de ser un concepto propositivo y se convirtió en un estándar editorial dentro de la vida académica e institucional, transformación que representa el uso canónico de este concepto en la producción científica extendida a distintas disciplinas y saberes, distintos contextos y naciones, en vías de una cultura global de comprensión de esta política educativa y cultural pública.

Las TIC en Latinoamérica

Un interesante estudio comparativo (Giraldo/Martínez, 2017) sobre las TIC en Latinoamérica y ejemplos de países desarrollados (Europa y Norte América) permite asumir la compleja trama de la implementación de estas tecnologías entre 1995 y el 2015. El valor dado al proceso tecnocientífico, al desarrollo tecnológico y la implementación de las TIC en este caso, parte de la comprensión de la cultura global, la sociedad del conocimiento y la información, el desempeño comunicativo e informático en términos de desarrollo, entre otros aspectos. Interesa observar que las TIC abarcan el uso de la telefonía móvil, del internet individual y de la banda ancha, al tiempo que la disposición y operatividad de los dispositivos electrónicos como computadoras personales (PC), tabletas, lectores e-readers, ordenadores, uso de protocolos de internet (IP), redes wifi, entre otras. El hecho significativo en este estudio es el que indica los niveles y alcances de la brecha digital, la inequidad en la distribución y funcionamiento de las TIC en América Latina, pero además las condiciones asimétricas respecto a su

utilización. Sin duda, la visión global de incidencia de las TIC está dada en su capacidad desarrollista en distintos niveles: económicos, sociales, educativos, tecnológicos, productivos, de recursos humanos, gubernamentales, administrativos, entre otros diversos. No son las economías emergentes como la de Brasil o en segundo término la de México, las que tienen una mayor implementación operativa de las TIC en la región, sino lo son Chile y Uruguay, pero con contrastes grandes respecto a los últimos sitios como Paraguay y Bolivia, con intermedios en casos como los mencionados de Brasil y México, pero repuntes importantes como el caso de Colombia. El estudio de Quiroga-Parra, Torrent-Sellens y Murcia Zorrilla (2017), interesa respecto a las dimensiones en el uso, operatividad y selectividad de la implementación de las TIC para la región. Aunque su conclusión remite a un estado operativo ineficiente de las TIC en Latinoamérica, realiza aportes de relevancia en el ámbito desarrollista y de la tecnoeconomía, implementada en un largo periodo desde los años setenta a la actualidad, de la mano del desarrollo informático, las tecnociencias y las tecnologías de la comunicación e información. Dentro del incremento productivo en el nivel económico, empresarial y comercial, el estudio señala las bondades de las TIC en su implementación dentro de estos ámbitos lo que genera una mejora en la atención a los clientes, una operatividad del *e-commerce* y la gestión más eficiente de los recursos humanos medidos en términos de innovaciones. En su análisis de veintidós países latinoamericanos los resultados de este estudio advierten en su “Tabla 1” (2017, p. 295-296) que los países con mayor componentes TIC en la región fueron: Chile, Costa Rica, Uruguay y Trinidad y Tobago. En un término medio se ubicaron Argentina, Brasil, México, Jamaica, Colombia y Panamá en sus componentes TIC. Finalmente, los países del estudio que menor incidencia de componentes TIC representaron fueron Bolivia, El Salvador, Cuba, Ecuador, Honduras, Guatemala, Guyana, Nicaragua, Paraguay, República Dominicana, Venezuela y Perú. Esto para el año 2000. Los componentes TIC del estudio fueron definidos como “uso de internet por cada 100 habitantes, uso de teléfono por cada 100 habitantes y uso del PC por cada 100 habitantes” (QUIROGA-PARRA et al, 2017, P. 295). El estudio, no obstante, se restringe a tres cortes, uno en el 2000, otro en el 2006 y el último en el 2008. Para 2006 la esquematización del análisis nos proporciona otro panorama con un primer conglomerado representado exclusivamente por Jamaica (con los valores más altos para el periodo de los componentes TIC), seguido de un segundo conglomerado (nivel promedio mejor valorado para el periodo) con Argentina, México, Brasil, Chile, Uruguay, Costa Rica,

Trinidad y Tobago, frente al tercer conglomerado (con los menores niveles de componentes TIC) representado por Colombia, Bolivia, Cuba, Guatemala, El Salvador, Honduras, Paraguay, Guyana, Panamá, Nicaragua Perú, Venezuela, Ecuador y República Dominicana. Finalmente, para 2008 los conglomerados han cambiado nuevamente con uno primero con el mayor promedio de componentes TIC representado por Argentina, México, Brasil, Chile, Costa Rica, Trinidad y Tobago, Uruguay y Venezuela. En cambio, el segundo conglomerado, en términos de promedios, lo representan Colombia y Jamaica. Mientras que el tercer conglomerado está establecido por Guatemala, Guyana, El Salvador, Cuba, Bolivia, Ecuador, Nicaragua, Panamá, Paraguay, República Dominicana, Honduras y Perú. En cuanto al debate académico y conclusiones, los autores indican claramente la existencia de deficiencias infraestructurales para el desarrollo y operatividad de las TIC en la región, por lo que afirman su hipótesis “de que los niveles de uso de las TIC en América Latina son relativamente bajos” (QUIROGA-PARRA et al, 2017, p. 301). Se trata, para estos autores, de un estado ineficiente, inoperativo, de poco uso y aplicabilidad de las TIC en la región latinoamericana. Con lo que ahondan en el tópico de la brecha digital, en el intento de este estudio por evidenciar rutas y problemas en vías de políticas públicas latinoamericanas para el uso, implementación y operatividad de las TIC en la región.

Complementariamente, aunque solo para el contexto sudamericano, el estudio respecto a la relación entre disminución de la pobreza y el uso de las TIC emprendido por Rodríguez y Sánchez-Riofrío (2017) sugiere un desfase de al menos una década en cuanto al desarrollo, implementación, infraestructura y operatividad de las TIC en este contexto respecto a los países de la OCDE. No obstante, su análisis permite comprender las relaciones entre distintos factores económicos como el incremento del PIB en algunos países de la región con relación al mayor uso y operatividad de las TIC. Aunque no se trata sino de un estudio sugerente, más que concluyente, Rodríguez y Sánchez-Riofrío aclaran con datos el desarrollo infraestructural, de tenencia y uso de las TIC entre 1990 y 2010, con lo que comprueban los retos y desafíos en términos de implementación de políticas públicas, los alcances educativos, el incremento productivo e innovación, que las TIC asumen dentro de los procesos de desarrollo. Sus datos confirman que Uruguay, Ecuador, Chile y Brasil representan para esta región del Sur una relación de mayor incidencia entre el uso de las TIC y el crecimiento del PIB. Sin duda, para los autores las TIC pueden representar una oportunidad para el mejoramiento

no sólo del PIB y del acceso a la educación, sino también influir como solución a los problemas de inequidad y desigualdad para el contexto latinoamericano.

En el marco del desarrollo de la Agenda 2030, la UNESCO concitó un conjunto de trabajos en su colección *Policy Papers* en vías de coadyuvar a la formulación de políticas públicas para el afianzamiento del desarrollo sostenible en Latinoamérica. En ese conjunto ubicamos el trabajo de J. Enrique Hinojosa *TIC, educación y desarrollo social en América Latina y el Caribe* (2017). En los acuerdos establecidos en la Declaración de Qingdao (2015) una importante contribución fue que

incorpora un conjunto de compromisos relacionados con el uso de TIC en educación, abarcando las áreas de acceso e inclusión y uso de recursos educativos abiertos (REA), con el objetivo de asegurar la calidad del aprendizaje, promover trayectorias de aprendizaje a lo largo de la vida, promover innovaciones para el aprendizaje en línea, desarrollar mecanismos para asegurar la calidad y el reconocimiento (certificación) del aprendizaje en línea, desarrollar estrategias que fomenten la rendición de cuentas (accountability) y alianzas multisectoriales, así como también fomentar la cooperación internacional (HINOSTROZA, 2017, p. 5).

En este marco existe una agenda digital para América Latina y el Caribe, en vías de desarrollar la cultura digital en la región, es decir, basar a las sociedades latinoamericanas en la sociedad de la información y el conocimiento, de forma equitativa, inclusiva, innovada y con sostenibilidad ambiental. Se trata de activar cinco áreas de actuación: “ 1) Acceso e infraestructura; 2) Economía digital, innovación y competitividad; 3) Gobierno electrónico y ciudadanía; 4) Desarrollo sostenible e inclusión; y 5) Gobernanza para la sociedad de la información” (HINOSTROZA, 2017, p. 6). En esos términos la relevancia de las competencias digitales y su segmentación son prioritarias, en atención a la resolución de problemas, procesamiento de información, productividad e innovación, manejo de hardware y software, bajo la lógica del proceso de alfabetización digital, prioritariamente en niños y jóvenes, aunque también en adultos.

Finalmente, el análisis comparativo emprendido por Alejandra Silva (2018) interesa al presentar una diversificación de las TIC, su penetración y tenencia, su utilización y operatividad (en hogares e individuos), para el contexto latinoamericano entre el 2000 y el 2010. El estudio revela a partir de la inclusión en censos nacionales de información sobre las TIC que siguiendo los lineamientos de la ONU los países de la región han incluido preguntas sobre estas tecnologías para identificar su penetración,

implementación y alcances. Particularmente respecto a la posesión y uso de: radio, televisión, telefonía fija, telefonía móvil, computadora personal e internet. Por ello, interesa esta comparativa siempre que permite distinguir las TIC tradicionales o primarias, como la radio y la televisión, de otras formas e infraestructuras como la diferencia entre telefonía móvil y telefonía fija, el acceso a la banda ancha en hogares y en sitios de enseñanza y educación o trabajo, al tiempo que la posesión y uso de PC's y el acceso a internet. Los resultados contrastan en cuanto a los ejemplos de usuarios entre los 12 y los 29 años quienes representan el mayor grupo etario de consumidores de bienes TIC en los contextos donde se preguntó sobre el uso de estas tecnologías (Costa Rica, Ecuador, Guatemala y Paraguay).

El neo-gabinetismo del «homo-interneticus»

¿El escritorio o los escritorios? Las modalidades que el *Open Access* y las TIC revelan en el marco de la sociedad de la información y el conocimiento nos instan a descubrir, aunque sea en concepto, la categoría del «homo-interneticus», la humanidad en línea. Para Francisco Javier Rabassó, aunque en el ejemplo del cine de Luis Buñuel y González Iñarritu, estamos en un escenario de crítica a la modernidad y la tecnología, desde la perversidad que heredan de Sade, donde nos enfrentamos a “d'imprévisibles conséquences sur l'avenir d'un homo interneticus sur une humanité online” (2014, p. 154). ¿Una humanidad en línea? ¿Los escritorios? ¿Las ventanas? Se trata de las superficies planas “de nouveaux autels technologiques (télévisions, ordinateurs, smartphones)” (RABASSÓ, 2014, p. 154). Es decir que el espectador ha sido virtualizado en la planicie de las pantallas y es en este territorio donde ingiere y ejerce su acción. El pantallismo nos impele a un nuevo tipo de trabajo en todos los sentidos: al de los escritorios y las ventanas, al de las aplicaciones y los lenguajes, al del virtualismo pantallista donde la mediación de la escritura y el alfabetismo es un principio, que como vimos, insta al conocimiento, uso, implementación y operatividad de las TIC en nuestros procesos informativos, de investigación, documentación, presentación de resultados y demás tareas humanísticas y científico-sociales. Porque el universo de la cultura digital no puede suscitarse fuera de la intermediación de las pantallas, las aplicaciones y los soportes informáticos, no es dissociable del hardware y del software, no puede ser analógico sino digital. De ahí entonces que exista un nuevo trabajo de gabinete, un neo gabinetismo, a partir de las ventanas abiertas en los escritorios,

remotos y cercanos, a los cuales tenemos acceso, más aún en tiempos pospandémicos. Porque la norma de urbanización en la instrumentación de las TIC es indisociable de la brecha digital y en esos términos tampoco la pertenencia a un núcleo urbano garantiza el acceso a las TIC y la Internet, porque las diferencias socioeconómicas, educativas, infraestructurales, son causas de esta desigualdad en el acceso, uso y operatividad de las TIC en el contexto latinoamericano. Pero no es solo en términos culturales, sino también políticos, que el «homo-interneticus» hace su aparición. El ejemplo del Partido del Pueblo en Rumania retomado por Gherghina y Soare (2019) es característico de la presencia de un líder político y la instrumentación de los medios masivos y las TIC (televisión e Internet) para lograr metas políticas, alternancia y puestos en el aparato gubernamental rumano. “Plus encore, la communauté des hommes politiques est de plus en plus formée par des politiques-internautes qui utilisent Facebook, Twitter, Tumblr, LinkedIn, Google+ ou Instagram pour dialoguer avec leurs électeurs potentiels, pour présenter et promouvoir leurs messages et leurs campagnes au-delà de toute forme d’intermédiation traditionnelle” (GHERGHINA; SOARE, 2019, p. 108). Es el uso político de las plataformas y redes sociales, de los espacios virtuales y digitales para el acceso a la información, que posicionan mensajes, destacan participaciones, enarbolan personajes y crean consenso. Los políticos entonces recurren al uso de perfiles, blogs, sitios web, para su acción política y en con fines electorales. Es un ágora virtual, democrática, contemporánea, que catapulta al autor, al líder, al político a un espacio ciudadano y de enlace con los ciudadanos. El político, en tanto «homo-interneticus» se revela entonces horizontal, accesible, abierto, democrático y disponible al diálogo directo con su electorado. De esa forma: “Les médias et la communication internet rythment ainsi le temps de la politique, scellant de nouvelles relations «désintermédiées» entre les citoyens et la politique” (GHERGHINA; SOARE, 2019, p.109). Los medios de comunicación se han democratizado, el acceso directo a los protagonistas —y los protagonismos— es ahora directo. Pero también ahora vivimos la democratización de las fuentes, de los objetos de estudio. Estamos en un tiempo, en una época, una edad, donde es posible acceder a una biblioteca en línea.

Las reflexiones brindadas por Darnton (2014) son sintomáticas de un ethos global en la querrela entre democratización del conocimiento y los libros, el acceso abierto y las cuotas económicas de producción de revistas especializadas. En ese tenor, Darton cuestiona el modelo de Google, rescata el establecido por la Biblioteca Digital Pública de Estados Unidos, pero enfatiza la necesidad del acceso abierto en la sociedad

del conocimiento y el uso de internet. En esa medida, Darton es consciente, al promover y discutir, de las contradicciones respecto a los grandes consorcios editoriales que se brincan el acceso abierto o que simplemente no lo implementan, frente a una instauración de publicaciones reconocidas y meritorias de acceso abierto que cuestionan la lógica hegemónica de la información, los rankings editoriales y la distribución y acceso al conocimiento. La idea de Darton de una biblioteca en línea es primordialmente la de un ethos global digital en el cual se pueda conocer de primera mano las fuentes en dominio público, aunque no siempre se trate de publicaciones cercanas en el tiempo, mediante lo cual sea posible abrir los temas y problemas de estudio, los campos del conocimiento, el acceso a fuentes primarias de distintos tipos: mapas, libros, documentos, esquemas, cuadros sinópticos, audios, cartografías, entre otros. El acceso y democratización de las fuentes representa uno de los principales objetivos el acceso abierto y de las políticas públicas globales en términos de digitalización y apertura bibliográfica, que desde distintas latitudes (Estados Unidos, Europa [europeana], Latinoamérica, Asía, entre otras) buscan concitar una profundidad en el conocimiento humano que sea horizontal, transversal y universal.

En estos terminos interesa el planteamiento de Rodríguez Medina (2019) sobre la implementación de una actitud respecto al acceso abierto y las condiciones del saber en su modalidad periférica. Atendiendo a la dimensión informática del software, y la softwareización, de la producción académica, interesa hacer distinciones respecto a la innovación y a la difusión de los conocimientos. En esa medida no existe una garantía respecto a que el acceso abierto permita algo más que una inconmensurable cantidad de datos, pero la propuesta de Rodríguez es apostar por otras formas de construcción del conocimiento, la lectura crítica y la formulación de proyectos académicos. Por consiguiente el autor enfatiza la necesaria reformulación y renovación de los mecanismos de lectura, apropiación y escritura académicas, en vías de entablar una dialógica propia que trascienda la centralidad (como lo muestran las publicaciones de Elsevier, Taylor & Francis, y otras editoriales prestigiosas pero en lengua inglesa) para dar paso a una apertura de las investigaciones.

PALEOTEXTO, CULTURA ESCRITA Y CIENCIAS HUMANAS

Para Coudart y Morales Moreno “resulta fundamental comprender la *mediación cultural* que desempeña la escritura para observar los procesos de construcción,

representación, transmisión y recepción de las comunicaciones” (COUDART; MORALES, 2016, p. 12). En el nivel de la mediación están contenidos los “referentes simbólicos y las prácticas discursivas” (2016, p. 12), de donde se coligue una distinción entre el nivel de los hechos ocurridos y sus consecuencias, formas de elaboración rememorativa y representaciones *a posteriori*. Así, quedan presentes cambios en las escrituras históricas, respecto del nivel informático de obtención de datos y fuentes y el nivel del consumismo en las industrias culturales. Nos enfrentamos a la exploración de categorías conceptuales como *memoria, mediación, representación, práctica y apropiación*, observando el hecho de que “...la sociedad se reproduce a través de la comunicación mediada simbólicamente por la *forma escritura*, toda vez que los individuos pertenecen a comunidades de sentido previas a su experiencia” (Coudart/Morales, 2016, p. 13). En esa medida, nos encontramos ante una memoria heredada, una tradición historiográfica, un saber transdisciplinario que envuelve a la historia, la antropología, los estudios estéticos, literarios y filosóficos, intentando la construcción de una historiografía de frontera. En el nivel de la investigación empírica-documental y teórico-epistemológica, esta historiografía impele a pensar y discutir cómo se aplican las humanidades y ciencias sociales a los constructos narrativos del pasado. Se trata de la mínima unicidad de lo social experimentado desde distintos niveles de las operaciones: las formas de hacer/escribir historia, los recorridos por las sendas historiográficas, el perfil del historiador siempre en “formación y cuestionamiento”. De ahí entonces, que la fábrica de los historiadores esté dada por los “recursos narrativos, lugares de producción, uso, recreación e inventiva” (COUDART; MORALES, 2016, p. 13), de que se echa mano cuando se trata de la cultura escrita.

En términos de definición de la cultura escrita, asumimos con Ong que “[l]a irrupción decisiva y única en los nuevos mundos del saber no se logró dentro de la conciencia humana al inventarse la simple marca semiótica, sino al concebirse un sistema codificado de signos visibles que el lector generaría a partir del texto. Esto es lo que hoy en día llamamos ‘escritura’ en su acepción más estricta” (ONG, 2002, p. 87). Se trata de una tecnología que permite acumular el conocimiento, generar una distancia con el mensaje y el discurso —y, en esa medida, construir una conciencia—, finalmente es un registro mnemotécnico que resguarda la memoria y permite un conocimiento ampliado susceptible de corrección, modificación, mejoramiento, al no ser agónico, en oposición al lenguaje oral. Para Armando Petrucci es necesario advertir las metodologías “del análisis paleográfico, codicológico y bibliológico aplicables

directamente a los diversos tipos de producto gráfico (manuscrito e impreso, librario y documental)” (PETRUCCI, 1999, p. 25) con lo cual se necesita enfatizar lo referente a la cultura escrita. Esto al menos en dos sentidos: respecto a la difusión social de la escritura (considerando a los usuarios del código escrito alfabético y a los destinatarios del mensaje que pueden ser lectores o usuarios indirectos de lo escrito) y respecto a la función de la escritura dentro de las sociedades organizadas “que cada tipo o producto gráfico asume [...] en el ámbito de un ambiente cultural concreto que lo produce y lo emplea” (PETRUCCI, 1999, p. 26) el cual define el prestigio social de los capaces de escribir dentro de una jerarquía social.

¿Por qué hablar entonces de paleotexto impreso? Petrucci muy bien establece como uno de los problemas de la investigación en cultura escrita el trabajo sobre los impresos y manuscritos entre los siglos XVI y XVIII, lo que representa claramente un segmento alfabético escrito paleográfico (manual e impreso). Pero al hablar de paleotexto impreso nos queremos referir a la cultura escrita textual impresa antigua o primera, entre los siglos mencionados, como un producto de cultura gráfica particular. Es decir, el producto digital librario. Podría muy bien indicarse la ruta para una etnografía de las formas de escrituras vigentes en el ágora de la web donde junto a los documentos y libros antiguos debemos ubicar los textos electrónicos y toda una variedad textual que no puede esquematizarse dentro de esta definición. Así, el paleotexto impreso digital tendría su definición en el corpus alfabético eurocentrado entre los siglos XV y XVIII, previo a la revolución industrial de la imprenta, donde entraríamos en un tiempo de textualidad digital contemporánea hasta las producciones de medio siglo XX y de ahí en adelante una textualidad digital internética. En la última escala de estas textualidades se ubicaría el hyper texto o texto electrónico, únicamente funcional y operativo a partir del desarrollo informático y de la internet. El texto electrónico queda resaltado en su definición como aquel que cuenta con hyper enlaces o ligas que remiten a algún otro sitio de la web y que pierden su dinamismo electrónico al ser impresos en papel. Su posibilidad de acumulación informática está dado también por su funcionalidad a partir de dispositivos electrónicos y por su relacionamiento informativo con sitios, páginas, repositorios, archivos u otro tipo de formatos que pueden desaparecer en línea y crear vacíos de información.

Finalmente, hay que poner en perspectiva lo respectivo a una historia cultural e intelectual, en tanto historia del libro, de los espacios de socialización de ideas y de sociabilidades diversas, en tanto escritura en el tiempo de los sistemas de pensamiento,

ideológicos, intelectuales y culturales, como parte de este ejercitarse multidisciplinario. En sus devenir nos enfrentamos al desarrollo del periodismo entre los siglos XVII y XIX, los distintos hitos de la actividad impresa, el nivel de las significaciones de los discursos, mensajes, horizontes de intencionalidad de los autores, entre otros aspectos propios de una semántica histórica, conceptual, pero también social. De ahí, por ejemplo, que podamos entender que los significados nos conducen a la semántica y la lexicografía, de orden lingüístico, pero también a las relaciones sociales y sociabilidades (agrupaciones, asociaciones, tertulias, cenáculos, grupos, academias), al igual que a la división social del trabajo impreso (editor, impresor, distribuidor, comerciante) y al trabajo de los escritores, «hombres de letras», publicistas, periodistas, bibliógrafos, intelectuales, según el momento histórico en el cual nos inscribamos.

EJEMPLIFICACIÓN CON LA PRENSA ESPAÑOLA ILUSTRADA: EL *DIARIO DE LOS LITERATOS DE ESPAÑA* EN SU INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA

La reconstrucción de este periódico impreso matritense (ver Figura 1 Portada), desarrollado entre 1737 y 1742 de la mano de un grupo de sabios, literatos, doctos, «hombres de letras», en el centro de la monarquía borbónica hispánica, nos remite a la conformación de un espacio de opinión público definido por la primera ilustración española o lo que otros llaman la primavera de las luces. Al tiempo nos insta a observar el desarrollo del periodismo europeo, en general, y del periodismo cultural español, en particular.

Subsecuentemente, nos lleva a observar su presencia en distintas bibliotecas latinoamericanas, dentro de sus fondos antiguos (ver Figura 2 Mapa). En ese tenor, ¿no estaríamos ante una evidencia impresa de la trasatlántica *república de las letras* en el contexto iberoamericano? Creemos que sí como demostraremos adelante.

Además, su acceso digital en línea, dentro del ámbito de los impresos de dominio público, o en su defecto, digitalizados por la Biblioteca Nacional de España (BNE), nos permite hacer aproximaciones, mayores o menores, a esta serie documental. También nos insta a evaluarla más allá de su crítica decolonial, primero, si no, además, como un ejemplo periodístico de integración iberoamericana, cuya condición colonial lo ha remitido al olvido. Creemos que, en el sentido de los intercambios coloniales trasatlánticos del siglo XVIII, la presencia de este impreso en distintos catálogos y con

marcas y/o exlibris de pertenencia epocal, nos invitan a creerlo una referencia omitida en la historia formativa del periodismo latinoamericano del setecientos. Sin negar los postulados de la tendencia decolonialista ni caer en el maniqueísmo estéril de lo contrario, que sería la exaltación colonialista (fincada por ejemplo en un estudio tradicional), nos importa asumir una postura en la que esta fuente hace aparición en el conjunto cultural latino e iberoamericano, para invitar a que se efectúen mayores investigaciones sobre él.

Siguiendo la inmejorable introducción de Jesús M. Ruiz Veintemilla (1987) el periodismo cultural europeo va de la mano de desarrollos filosóficos y científicos (Descartes/Bacon/Galileo), pero también del mecenazgo monárquico y nobiliario del *Ancien Régime* y de las necesidades de los hombres de saber de mantener en pie su comunicación fluida e intercambio de informaciones constante. Se trata de la *república de las letras* en donde surgen obras de tipo académicas con dos posturas originales en sus contenidos: una de perfil más académico y científico, la otra de perfil más bibliográfico. Los modelos europeos provienen del inglés *Philosophical Transaction of the Royal Society of London* (1665) y el francés *Journal de Savants* (1665). La definición, en el ejemplo parisino del *Journal*, de este género impreso la da Ruiz: “*journal* es hasta la *Enciclopedia* una publicación periódica en la que aparecen anuncios y extractos de libros nuevos o de reimpressiones de antiguos, junto a noticias de las academias y nuevos descubrimientos científicos [...] existen dos clases de ‘journaux’ de carácter bien distinto, una en la que se da más énfasis a la información bibliográfica y otra en la que interesa más lo que atañe a las academias y a los sabios y sus descubrimientos” (Ruiz, 1987, p. 12). El auge de este género impreso alcanzó a Italia con la impresión del *Giornale dei Letterati* (1668-1681), Alemania con las *Acta Eruditorum* (1681-1782), Holanda con su *Journal Littéraire* (1711-1722, 1729-1736) y España con el *Diario de los literatos de España* (1737-1742). El modelo que siguió la empresa editorial matritense fue el del *Journaux de Trévoux* es decir *Mémoires pour servir a l’Histoire des Sciences et des Arts* (1701-1766) emprendido por jesuitas bajo la protección de Luis Augusto de Borbón hasta la expulsión de la orden de Francia en 1766. Ruiz analiza profundamente el marco de este género impreso periódico, de donde hemos entresacado algunos de los ejemplos que él mismo nos ofrece en lo anterior nuestro. Pero el *Diario de los literatos* resulta una empresa tardía en el periodismo cultural español respecto al auge de los “journaux” en Europa, presentes desde sesenta años previos tras los vestigios que hemos dado, cuya vigencia y operatividad a inicios

del siglo XVIII estaba instaurada excepto en la península. La empresa del *Diario* corrió a cargo de distintos personajes: Juan Martínez de Salafranca, Juan de Iriarte, Francisco Xavier de la Huerta y Vega, Leopoldo Jerónimo Puig, Blas Nasarre, entre otros. Como nos dice Pedro Ruiz Torres (2008) “[e]l *Diario de los literatos* se ocupó sobre todo de obras filosóficas, científicas y religiosas, en la línea de Feijoo, y sólo en contadas ocasiones hizo referencia a libros de literatura o de lengua” (Ruiz, 2008, p. 234). Su horizonte enunciativo parte de la idea de ‘patria’ o la ‘nación’ como señala Francisco Sánchez Blanco “El conjunto de los hombres que componen una nación tienen [...] interés natural en que se produzca literatura de calidad. De ahí la necesidad de constituir un tribunal que se cuide de corregir desmanes en materia cultural y de castigar los libros malos que salen al mercado y dañan la imagen del país” (1999, p. 283-284). De esa forma, la empresa, ligada en cierta manera inicial a miembros de la Academia de la Historia, aunque después tuvieron una separación con esta institución, contó con interesantes trabajos, artículos y reseñas de libros. En sus páginas se comentaron *La filosofía racional, natural, metafísica y moral* de Juan Bautista de Berni, *La crueldad por el honor* de Juan Ruiz de Alarcón, el dramaturgo criollo mexicano, *Proporción de Monedas, Pesos, y Medidas, con principios prácticos de Arithmetica, y Geometría, para su uso* de Antonio Bordazar de Artazú, pero también obras como *La poética o reglas de la poesía en general y de sus principales especies* de Ignacio de Luzán, *Orígenes de la lengua española* de Gregorio Mayans, *Ephemerides Barometrico-Medicas Matritenses* del doctor Francisco Fernández Navarrete, entre un extenso número de libros. Si esto no fuera concluyente, interesa mostrar sus huellas de pertenencia a sitios históricos y en el tiempo epocal en Latino e Iberoamérica.

En el contexto brasileño los ejemplares pertenecieron a la Real Bibliotheca-Casa Do Infantado, según el catálogo de la Biblioteca Nacional de Brasil (BNB). La Real Bibliotheca de Río de Janeiro se remonta a las dos catástrofes portuguesas que definieron el rumbo de la monarquía, el terremoto de Lisboa de 1755 y la invasión napoleónica de 1807 (CARDOZO, 1946, p. 618). Siguiendo a Cardozo el rey José I (1750-1777) reconstruyó la biblioteca portuguesa con los aportes y selección de libros por el bibliógrafo Diogo Barbosa Machado (Cardozo, 1946, p. 618) que incluía los libros del Colegio Jesuita de Todos los Santos de Ponto Delgada en las Azores. Al momento de la invasión napoleónica en 1807 el rey Juan VI en el obligado traslado de la corte portuguesa a Brasil mandó empacar los ejemplares de la Biblioteca del Palacio de Ajuda, los libros y manuscritos de la Casa Do Infantado y los manuscritos da Coroa

para su envío a Río de Janeiro. Para 1810 decretaba la formación de la Bibliotheca Real en el Hospital de la Tercera Orden del Monte Carmelo, lo que actualmente es la catedral de Río de Janeiro. Esta biblioteca se mantuvo vigente hasta 1856, que para 1814 Dom João hizo extensivas y puso a disposición de los letrados y literatos sus colecciones (CARDOZO, 1946, p. 619). La Biblioteca permaneció en Río una vez que João VI volvió a la península en 1821, tomando consigo los Manuscritos da Coroa. En 1821 se regula la Real Bibliotheca con los *Estatutos da Real Bibliotheca*, modificados tres años después en 1824 por unos *Artigos regulamentares para o regimen da Bibliotheca Imperial e Publica*, que operaron con vigencia hasta 1876. Este es el germen de la Biblioteca Nacional de Brasil en Río de Janeiro que nos ofrece Cardozo (1946).

En el ejemplo colombiano interesan sus marcas de pertenencia a la Librería del Colegio de San Buenaventura de San Francisco de Santa Fe y la Real Biblioteca Pública de Santa Fe, con exlibris rubricado de Esguerra y la nota manuscrita de Manuel Socorro Rodríguez. En el caso del Colegio de San Buenaventura de San Francisco de Santa Fe podemos ubicar su fundación a finales del siglo XVII de la mano de la orden franciscana, la cual obtuvo un «Decreto Especial» para su fundación en 1688, y cuya construcción fue encargada a Fray Diego de Barroso en 1708. Institucionalmente fue reconocida por el Capítulo General de la Orden Franciscana en 1740 y obtuvo su real cédula de aprobación de la Corona en 1747 por Fernando VI (UNIVERSIDAD DE SAN BUENAVENTURA, 2021). En el segundo ejemplo, de la Real Biblioteca Pública de Santa Fe y del bibliotecario Manuel Socorro Rodríguez (1758-1819) seguimos el trabajo de Mónica Patricia Fortich Navarro (2015). Para la autora la figura de Socorro Rodríguez puede cifrarse en su condición de periodista, literato y bibliotecario ilustrado neogranadino, con un papel crucial en la difusión del pensamiento jurídico y su interpretación frente a los hechos independentistas en la región en 1810, en una contradicción entre el ethos regalista, apegado a la corona y sus disposiciones, y el ethos americanista, de independencia frente a la monarquía. Gracias a su relación con José de Ezpeleta (FORTICH, 2015, p. 214) es que consigue trasladarse de La Habana a Bogotá y desempeñarse como bibliotecario de la Biblioteca Real, con una estancia bogotana a partir de 1790, cuando también había sido abierta la primera Biblioteca Pública en 1777 y que en ese 1790 había adquirido un conjunto librario procedente de los libros expropiados a los jesuitas por Francisco Antonio Moreno y Escandón. Esta Biblioteca iniciada en 1777 es el germen de lo que para 1788 se erigirá, a partir de la orden Real, como la Real Biblioteca Pública de Santa Fe, en solicitud, como nos comenta Fortich,

del “arzobispo virrey Antonio Caballero y Góngora” (2015, p. 215). El puesto de bibliotecario, vacante para ese punto, había sido ocupado por el presbítero Joaquín Esguerra Calvo de la Riva (1789†), entonces fallecido, por lo que en 1790 Socorro ingresa como bibliotecario. El recinto fungió entonces como “escuela gratuita en la que se dictaban una serie de materias [...]: las lecciones de educación teológica-política, las lecciones de historia sagrada, eclesiástica y mitología, el estudio de la elocuencia y poesía en todos sus ramos y el estudio metódico de la lengua y la ortografía castellana” (FORTICH, 2015, p. 215). Y será en su rol como periodista, fundador de periódicos y tertulias, a raíz de su amor por las letras, donde se vera materializada su obra con dos ejemplos: en el primer caso el *Papel periódico de Santa Fe* y en el segundo la *Tertulia Eutrapélica* (FORTICH, 2015, p. 217).

Para el ejemplo mexicano hay distintas pistas de evidencias receptivas y de circulación según sellos de pertenencia por marca de fuego al Convento de San Agustín, el Colegio Apostólico de San Fernando, la Real y Pontificia Universidad de México, el Colegio de San Diego y el Convento de Santa Ana de Coyoacán. El Convento de San Agustín tuvo dos fases constructivas, una en el siglo XVI, otra en el siglo XVII, después de haber sufrido un voraz incendio hacia 1676. Perteneciente a la orden agustina, su construcción segunda ocurrió entre 1677 y 1692, año este en que se inaugura (Baéz Macías, 1992). Respecto al Colegio Apostólico de San Fernando, podemos identificar que se trató de una empresa franciscana, de la mano de los impulsos de una serie de Colegios de propaganda Fide, iniciados en 1688 con el de Santa Cruz en Querétaro, seguido del Nuestra Señora de Guadalupe en Zacatecas de 1707, el de San Francisco en Pachuca en 1732 y el de San Fernando de la Ciudad de México en 1733 (Muñiz Castro, 2016, p. 62). El Colegio de San Diego, también franciscano en principio, pero cedido a los dieguinos por aquellos en 1580, es el actual Exconvento de Churubusco, dedicado a la advocación de este santo en 1677 y ampliado durante el siglo XVIII, hasta obtener su construcción aún visible (Guzman/Rocha, 1991). Respecto al Convento de Santa Ana de Coyoacán, fue de los carmelitas descalzos quienes fundaron una cofradía de San Ángel en 1704, con el fin de asistir los trabajos eclesiásticos, de ayuda humanitaria, enseñanza e instrucción, pues se trató de un convento y colegio inserto en los quehaceres de la cofradía de la Virgen del Carmen (Serrano Espinosa, 2014). De la Universidad Real y Pontificia de México hay que recordar que se funda en el siglo XVI y que para el siglo XVIII representaba el máximo semillero intelectual en el virreinato de Nueva España. Dentro de sus aulas existieron cursos de Derecho, Teología, Artes,

Medicina, Filosofía, entre otras. Por ello, no es de extrañarse que el *Diario de los literatos de España* como novedad impresa de la época se encuentre presente en su biblioteca.

Su presencia en los catálogos de fondos antiguos en Perú y Argentina también es verificable. En el caso peruano se trata de su incorporación al fondo antiguo regular de la Biblioteca Nacional de Perú (BNP), pero se distingue su poca presencia pues únicamente se encuentran los tomos 6 y 7. No tenemos mayores datos al respecto.

En el caso argentino algunos de los volúmenes pertenecieron a la “Biblioteca Foulché-Delbosc” de la colección con el mismo nombre, lo cual no nos indica una recepción epocal sino decimonónica, aunque otros ejemplares no dan más información de pertenencia, por lo que podemos suponer su arribo epocal o descartarlo, aunque las evidencias de los contextos anteriores nos hablarían de su circulación en el siglo XVIII en el contexto continental, pero no totalmente, cuando en el contexto de Chile no hay huellas de este impreso. La incógnita amerita un trabajo mucho más minucioso de investigación sobre la circulación y recepción del *Diario de los literatos de España* a la capitanía de Chile y el virreinato de La Plata, tarea para otro trabajo.

No obstante, los ejemplares han sido digitalizados a su vez por la Biblioteca Nacional de España (BNE) lo que nos permite adentrarnos en sus contenidos durante su etapa de vida editorial entre 1737 y 1742, pero en complemento a su circulación, recepción y difusión, sería pertinente identificar sus modelos o menciones en los proyectos periodísticos latino e iberoamericanos de la segunda mitad del siglo XVIII y el primer tercio del siglo XIX. Con esto podríamos resaltar mucho más contundentemente la influencia ejercida por este periódico en las empresas editoriales periódicas de la región y atender a la reproducción cultural de tipos intelectuales, elementos críticos, análisis de contenidos y elaboraciones periodísticas en la mestiza ilustración iberoamericana.

CONSIDERACIONES FINALES DE FORMA (IN) CONCLUYENTE

El problema del acceso a la información representa una crucial distinción en la tarea humanística y científica social. En primer lugar, no puede tratarse de una simple aglomeración de fuentes documentales según sea el caso de la disciplina. En segundo lugar, debe haber un criterio y ejercicio crítico de las fuentes empleadas. En tercer lugar, hay que plantear otros problemas y temas de investigación en el contexto del acceso

directo a fuentes primarias y secundarias y el no acceso a otras. Porque no todo está digitalizado, no todo es accesible, no todo está a la mano ni disponible. Esto nos conduce al problema también del copyright siempre que antedemos a distintos tipos de licencias, a distintos usos de la información, a distintos marcos legales para emplearla. De esa forma, importa conocer y fomentar políticas de acceso abierto para nutrir el intercambio académico en una tónica de respeto por el trabajo ajeno y por una recíproca dialógica de los hallazgos propios y extraños. Además, interesa abrir los campos de estudio, buscar la interdisciplina, la multidisciplina o los campos temáticos de frontera, donde converjan distintos tipos de lenguaje, por ejemplo el análisis cinematográfico o radiofónico, el uso de imágenes, iconografías, símbolos, emblemas, el uso de estadísticas, series de datos, el retomar portadas de impresos, segmentos de documentos caligráficos, el uso de cartografías, mapas, sistemas de geolocalización, entre otros. Tenemos en el presente un conjunto de software y hardware que nos puede ayudar a ampliar la visión de nuestros estudios y sus alcances para brindar un tipo de resultados que ahonden en problemas y en temas no explorados o poco sopesados, no indagados o poco recurridos, no elaborados o de valor divergente al nacional, al regional, al local.

En ese sentido el ejemplo del *Diario de los literatos de España* nos permite hablar de una huella y vestigio del proceso de ilustración iberoamericana en el siglo XVIII siempre que se trató de una obra que circuló entre conventos religiosos, hombres de saber, instituciones bibliotecarias, entre otras instituciones. De ahí que no se pueda omitir su existencia, presencia y resguardo en las bibliotecas nacionales de Argentina, Brasil, Colombia, Perú y México, cuando muy bien nos pueden indicar un modelo periodístico monárquico del cual bebieron los letrados del último tiempo colonial americano. Eso no significa que su lectura haya sido extensiva o importante, tarea para otro trabajo, mucho más enfocado por ejemplo en la prensa, pero sí nos indica que se trató de un objeto cultural arribado y circulado en América. En esa medida el orbe hispánico y portugués del siglo XVIII se vio cercano a estos impresos, lo que nos invita a estudiarlo mucho más profundamente como una fuente de la ilustración iberoamericana y no exclusivamente como un objeto cultural español. Las interpretaciones nacionalistas de la cultura omiten hechos como este, donde no hay una ruptura total entre los regímenes culturales coloniales y los nacionales americanos, aunque existe el ejemplo de la hispanofobia, el antigachupinismo, el patriotismo criollo que lo único que hace es forjar una nueva nación para sí mismo, recogiendo los privilegios españoles y cambiando los términos administrativos y políticos, pero no

culturales. En ese sentido se trató de una sustitución de oligarquías, centros de poder y administración y fuerzas regionales, pero la cultura pervivió hispánica, hispanizada, hispanista. En esos términos, nuestro estudio evidencia un conjunto documental que en su tiempo histórico pudo servir de acicate y motivación para la independencia cultural o, al menos, para imitarla, en términos de crear un periodismo americano, eso sí, derivado del español. Por consiguiente, las búsquedas de personajes, fuentes, documentos e historias nacionales iberoamericanas deben re-pensarse en dos sentidos: en términos de una posible anacronía espacial para explicar desde lo nacional algo que era muy distinto, lo imperial; y en segundo lugar en términos de vislumbrar el problema de la integración continental más allá de los actos independentistas de ruptura y en más en términos de algunas de las continuidades posibles en el decurso de la historia cultural de la región.

Finalmente, creemos que hemos mostrado las bondades de una investigación internética, basada en fuentes documentales de dominio público y que nos permite ensanchar los caminos de la investigación, las disciplinas y los saberes científico sociales y humanísticos, para intentar abrir los sujetos y objetos de estudio en nuestro panorama actual. Más allá de controversias maniqueas —no ilustración, ilustración, no modernidad, modernidad, no modernización, modernización, no desarrollo, desarrollo— hay que comprender que en la región iberoamericana nos enfrentamos a desigualdades que no pueden subsanarse de una vez por todas y que requieren análisis mucho más detallados y minuciosos. En ese sentido, creemos que en los procesos culturales, económicos, sociales, políticos, filosóficos, ideológicos, artísticos, entre otros, en el contexto iberoamericano nos enfrentamos a una convivencia ecléctica en una gradiente que puede ir desde lo más novedoso o más autorizado hasta lo más radicalizado y popular, sin que se trató necesariamente de un ethos barroco, sino de una maya, una urdimbre de contradicciones, que deben describirse, explicarse, interpretarse, desde nuevas evidencias.

REFERENCIAS

BÁEZ Macías, Eduardo. “El Convento de San Agustín de la Ciudad de México. Noticias sobre la construcción de la Iglesia”, *Anales del Instituto de Investigaciones Estéticas*, Ciudad de México, Vol. 16, Núm. 63, pp. 35-55, Agosto, 1992. DOI:<<https://doi.org/10.22201/ie.18703062e.1992.63.1646>> Disponible en: <<http://www.analesiie.unam.mx/index.php/analesiie/article/view/1646>> Acceso: 2 marzo. 2021.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. (2002). Disponible en: <<https://www.budapestopenaccessinitiative.org/translations/spanish-translation>>. Acceso el 11.feb.2021

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, “Diez años de la *Budapest Open Access Initiative*: hacia lo abierto por definición. Prólogo: La iniciativa Acceso Abierto de Budapest, 10 años después”, (2012). Disponible en: <<https://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai-10-translations/spanish>>. Acceso el 12 feb.2021.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, “BOAI 15”, (2017). Disponible en: <<https://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai15-1>>. Acceso el 12 feb.2021.

CARDOZO, Manoel S. “The National Library of Brazil”, *The Hispanic American Historical Review*, Durham, Vol. 26, Núm. 4, pp. 618-624, Noviembre, 1946. DOI: <https://doi.org/10.2307/2507685> Disponible en: <https://read.dukeupress.edu/hahr/article/26/4/618/154007/The-National-Library-of-Brazil> Acceso: 28 feb. 2021.

COUDART, Laurence, Morales, Luis G. “Prólogo. Sendas historiográficas” en *Escrituras de la historia. Experiencias y conceptos*. 1ª ed. Cuernavaca: Universidad Autónoma del Estado de Morelos/Editorial Ítaca, 2016, p. 11-21.

DARNTON, Robert; Campos, Cristina. “Una biblioteca digital mundial se hace realidad”, *Trama y texturas*, Madrid, Núm. 24, pp. 24-34, Septiembre, 2014. Disponible en: <<https://www.jstor.org/stable/24391605>> Acceso 14 feb. 2021.

FORTICH NAVARRO, Mónica Patricia. “La Real Biblioteca Pública de Santa Fe de Bogotá y sus aportes a la cultura jurídica en Iberoamérica: la obra del ilustrado Manuel del Socorro Rodríguez”, *Revista de Estudios Histórico-Jurídicos*, Valparaíso, Núm. XXXVII, pp. 211-231, Octubre, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S0716-54552015000100008> Disponible en: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0716-54552015000100008 Acceso: 3 marzo. 2021.

GHERGHINA, Sergiu; Soare, Sorina. “Populisme et communication dans les élections législatives de 2012 en Roumanie: un phénomène à durée limitée”, *Synergies Roumanie*, Núm. 14, pp. 105-125, 2019. Disponible en: <https://gerflint.fr/Base/Roumanie14/gherghina_soare.pdf> Acceso 19 feb. 2021.

GIRALDO RIVERA, Andrés; Martínez Páez, Richard David. *Evolución de las TIC en América Latina y en el contexto internacional para el periodo 1995-2015*. Tesis de licenciatura. Santiago de Cali: Universidad Cooperativa de Colombia Cali. Facultad de Ingeniería Industrial, 2017. Disponible en: <https://repository.ucc.edu.co/bitstream/20.500.12494/10477/1/2017_evolucion_tic_america.pdf>. Acceso 14 feb.2021.

GUZMAN MONROY, Virginia, Rocha Martínez Rubén. *Exconvento de Churubusco. Ciudad de México*. Ciudad de México: Instituto Nacional de Antropología e Historia.

1991. Disponible en:
<<https://mediateca.inah.gob.mx/repositorio/islandora/object/guia%3A89>> Acceso: 2.
Marzo. 2021.

HINOSTROZA, J. Enrique. *TIC, educación y desarrollo social en América Latina y el Caribe. Policy Papers*. Montevideo: UNESCO, 2017. Disponible en:
<<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000262862>> Acceso 16 feb.2021.

LA RUE, Frank. “Informe del Relator Especial sobre la promoción y la protección del derecho a la libertad de opinión y expresión”, New York: Asamblea General de Naciones Unidas, 2011, p. 1-25. Disponible en:
<<https://undocs.org/pdf?symbol=es/a/66/290>>. Acceso el 11.feb.2021.

LYOTARD, François. *La condición postmoderna*. 1ª ed. Madrid: Altaya, 1999.

MUNIZ Castro, Rosa María. *El Colegio de Propaganda Fide de Guadalupe de Zacatecas, 1821-1893*. Tesis de Maestría, Gualajara: Universidad de Guadalajara. Maestría en Historia de México. Disponible en:
<<https://riudg.udg.mx/bitstream/20.500.12104/81082/1/MCUCSH10025FT.pdf>>
Acceso: 2. Marzo. 2021.

ONG, Walter. *Oralidad y escritura. Tecnologías de la palabra*. 1ª ed. 5ª reimp. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

PETRUCCI, Armando. “1. Para la historia del alfabetismo y de la cultura escrita: métodos, materiales y problemas” en *Alfabetismo, escritura, sociedad*. 1ª ed. Barcelona: Gedisa, 1999, p. 25-39.

QUIROGA-PARRA, Darío J; TORRENT-SELLENS, Joan; MURCIA ZORRILLA, Claudia Patricia. Usos de las TIC en América Latina: una caracterización”. *Ingeniare. Revista Chilena de Ingeniería*, Arica, vol. 25, No. 2, pp. 289-305. Junio 2017. DOI:
<http://dx.doi.org/10.4067/S0718-33052017000200289> Disponible en:
<https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-33052017000200289> . Acceso. 14 feb.2021.

RABASSÓ, Francisco Javier. “Sadisme, érotisme macabre et oppression”. *América. Cahiers du CRICCAL*, París, Núm. 45, pp. 147-156, 2014. DOI:
<<https://doi.org/10.4000/america.851>> Disponible en:
<<http://journals.openedition.org/america/851>> Acceso 14 feb.2021.

RODRÍGUEZ, John Gabriel; SÁNCHEZ-RIOFRÍO, Angélica. “TIC y pobreza en América Latina” *Íconos. Revista de Ciencias Sociales*, Quito, Núm. 57, pp. 141-160. Enero, 2017. DOI: <<http://dx.doi.org/10.17141/iconos.57.2017.2095>>. Disponible en:
<<https://www.redalyc.org/jatsRepo/509/50950468010/html/index.html>>. Acceso 14 feb.2021.

RODRÍGUEZ MEDINA, Leandro. “Una geopolítica del acceso abierto” *Estudios Sociológicos*, Ciudad de México, vol. 37, Núm. 111, pp. 727-756. Septiembre-Diciembre, 2019. Disponible en: <<https://www.jstor.org/stable/10.2307/26798692>>
Acceso 18. Feb.2021.

RUIZ TORRES, Pedro. *Historia de España. Reformismo e ilustración. Volumen 5.* 1ª, Barcelona: Marcial Pons/Crítica, 2008.

RUIZ VEINTEMILLA, Jesús M. “Estudio introductorio” en *Diario de los literatos de España*, 1ª, Zaragoza: Puvil-Libros, pp. 7-104. Disponible en: <https://books.google.es/books?id=UUEzAQAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=es&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false> Acceso el 24 ene.2021.

SÁNCHEZ-BLANCO, Francisco. *La mentalidad ilustrada.* 1ª, Madrid: Taurus, 1999.

SERRANO ESPINOSA, Teresa Eleazar. “La Cofradía de Nuestra Señora del Carmén y su santo Escapulario de San Ángel (siglo XVIII)”, *Arqueología Mexicana*, Ciudad de México, Núm. 129, pp. 77-80, Septiembre-Octubre, 2014. Disponible en: <<https://arqueologiamexicana.mx/mexico-antiguo/la-cofradia-de-nuestra-senora-del-carmen-y-su-santo-escapulario-de-san-angel-siglo>> Acceso: 2. Marzo. 2021.

SOCIEDAD MAX PLANCK, “Declaración de Berlín sobre acceso abierto”, *GeoTrópico*, vol. 1, num. 2, 2003, p. 152-154. Disponible en: <https://es.unesco.org/open-access/sites/open-access/files/Berlin_sp_0.pdf>. Acceso el 11.feb.2021

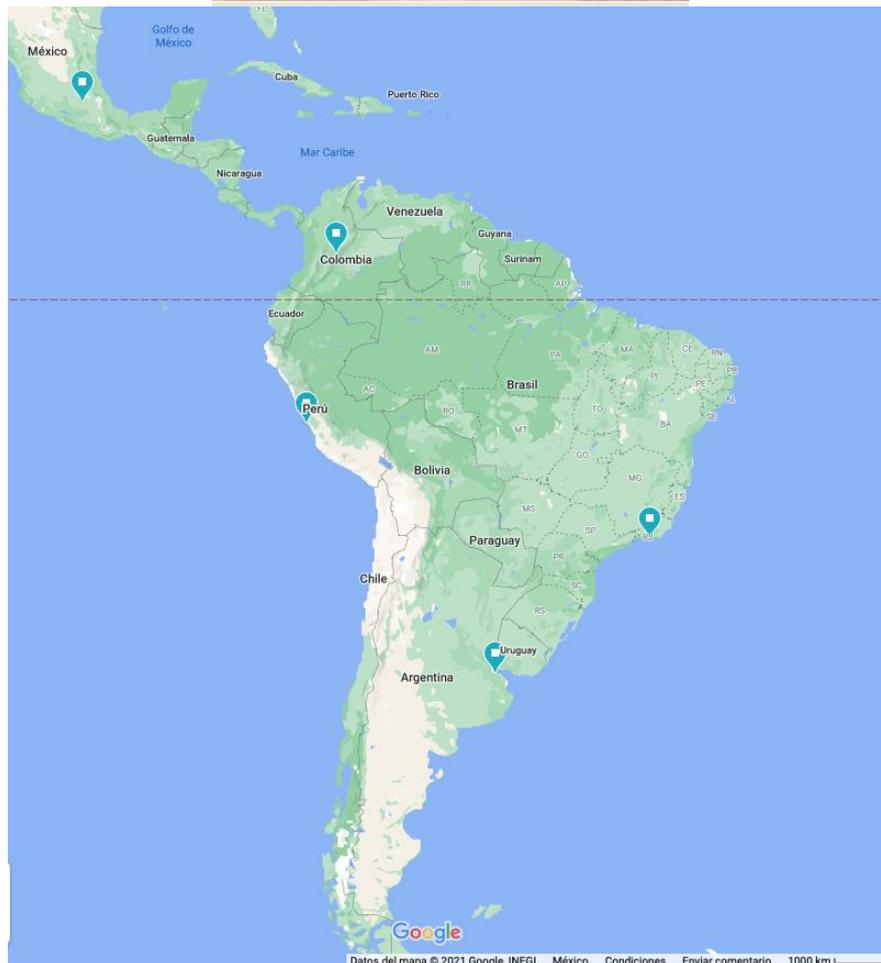
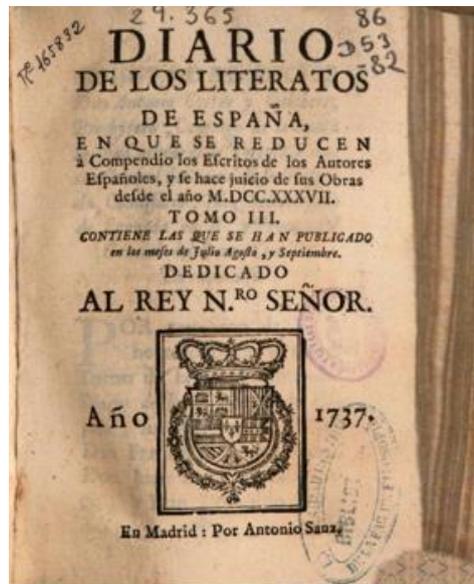
SILVA, Alejandra. “Una mirada regional al acceso y tenencia de tecnologías de la información y comunicaciones – TIC, a partir de los censos”, *REDATAM Informa*, Santiago de Chile, Vol. 24, Diciembre, 2018. Disponible en: <<https://www.cepal.org/es/enfoques/mirada-regional-al-acceso-tenencia-tecnologias-la-informacion-comunicaciones-tic-partir>> Acceso 16 feb.2021.

SUBIRATS, Eduardo. *Culturas virtuales.* 1ª Ciudad de México: Ediciones Coyoacán, 2001.

UNIVERSIDAD DE SAN BUENAVENTURA (Colombia), Reseña histórica, Página Web, Bogotá. Disponible en: <<https://www.usb.edu.co/index.php/institucional-universidad-san-buenaventura/quienes-somos/resena-historica>> Acceso: 3 marzo. 2021

ZERMEÑO, Guillermo. *La cultura moderna de la historia. Una aproximación teórica e historiográfica.* 1ª ed. Ciudad de México: El Colegio de México, 2002.

Figura 1 e 2 – EL PALEOTEXTO IMPRESO DIGITAL ¿UN NUEVO GABINETISMO EN LAS CIENCIAS HUMANAS FRENTE LA INTEGRACIÓN CULTURAL LATINOAMERICANA DEL SIGLO XXI? EJEMPLIFICACIÓN CON LA PRENSA ILUSTRADA



Fonte: 1 Portada del impreso Diario de los literatos de España 1737-1742; 2 Mapa de Bibliotecas Nacionales Latinoamericanas con el Diario de los literatos de España en sus fondos antiguos. Realizado con Google Maps.

AMÉRICA LATINA NAS EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS E O CASO DA EXPOSIÇÃO MUNDIAL E CENTENÁRIA DO ALGODÃO EM NEW ORLEANS

Mônica de Souza Nunes Martins¹

INTRODUÇÃO

A análise aqui apresentada tem como objetivo mostrar o estímulo à participação dos países latino-americanos nas grandes Exposições Universais do século XIX, destacando o caso da Exposição Internacional do Algodão, ocorrida em 1884, em Nova Orleans, Estados Unidos. Essa exibição foi marcada pela intenção em expandir o comércio estadunidense com a América Latina, promovendo especialmente a produção algodoeira, através do evento cultural de maior magnitude dos oitocentos. A ideia é refletir sobre como a propaganda cultural e pedagógica desse evento foi um elemento político para a atração dos países da América Latina, com a intenção maior de aprofundar as relações comerciais com eles. Destaca-se ainda a participação do Brasil, como exemplo dos interesses internos nos investimentos dos países em suas participações nesses eventos.

Corroborar-se aqui com o argumento de Heizer (HEIZER, 2010, p. 1-16) sobre a grande presença dos países da América nas Exposições Universais, destacando-se ainda nos quadros de premiações pelos artigos apresentados e disputando a visibilidade naqueles espaços. A questão analisada aqui é a respeito de que interesses estavam articulados em torno da participação dos países latino-americanos, uma vez que o continente como um todo passava por processos conturbados relacionados à consolidação de regimes políticos e governos, outros tantos territórios faziam parte de impérios coloniais. Ainda assim, a força ideológica assumida pelas exposições universais convencia a muitos sobre a importância da presença nos eventos como forma de estar em contato com as transformações tecnológicas, com o progresso da indústria e

¹ Mônica de Souza Nunes Martins é Professora do Departamento de História da UFRRJ, docente do Programa de Pós-graduação em História (PPHR) e do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade (PPGPACS) da UFRRJ. Essa pesquisa foi parcialmente financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001, Programa Professor Visitante Júnior no Exterior.

com a “modernidade”. Por outro lado, cabe também a reflexão sobre como os governos locais utilizaram a participação nesses eventos como alavancas para projetos nacionais internos e para o impulso para as suas economias e sua visibilidade no exterior.

Destacando-se como o primeiro grande evento de cunho internacional em 1851, a Grã-Bretanha organizou em Londres a primeira Exposição Universal da Indústria, denominada *Great Exhibition of the Works of Industry of All Nations*, enviando o convite para que várias nações participassem. Essa iniciativa foi seguida por outros países nos anos subsequentes, dando início a uma “era de exposições”, tornando-se verdadeiros eventos de massa e com grande adesão dos diversos países. Nas exposições os produtos não eram vendidos – característica típica das feiras², mas eram expostos com finalidades múltiplas, tais como: ampliar concorrência industrial e tecnológica, angariar compradores, ampliar redes de negócios, divulgar marcas ou atrair investidores em diversas formas de exploração econômica. Ao longo das décadas seguintes foi notória a repercussão das exposições, com crescente participação de exibidores e de visitantes, que passaram a mobilizar interesses diversos, inclusive todo um setor de serviços e de políticas urbanas que ganhou destaque nas cidades-sede. Essa enorme ressonância contribuiu para torná-las espaços de consumo de massa importantes, assumindo projeção como lugares escolhidos para as efemérides e celebrações nacionais de interesse dos governos, incentivadas como circuitos pedagógicos importantes do capitalismo.

Barbuy denominou o processo que marcou a segunda metade do século XIX na Europa, se capilarizando pelas cidades e para outros pontos do globo, como de uma “cultura das exposições”, estreitamente relacionada ao período da disseminação de uma “cultura científica” (BARBUY, 2011, p.255-256). A título de ilustração sobre a enorme repercussão que assumiram, o quadro abaixo mostra bem o aumento de visitantes ao longo do tempo, chegando ao número aproximado de cinquenta milhões durante os meses da exposição de 1900, em Paris:

² As Exposições se inspiraram no modelo das feiras que se realizavam em regiões da Europa desde a Idade Média, sobretudo no formato das feiras nacionais que ganharam espaço na França do século XVIII. Essas tinham o formato eminentemente mercantil de troca, enquanto as Exposições se caracterizaram pela apresentação de produtos, mas não com venda direta (GREENHALGH, 2011, p. 20).

Quadro I – Exposições Universais entre 1851 e 1900

Ano/Cidade	Número de visitantes	Número de expositores	Superfície da exposição
1851 - Londres	6.039.195	13.937	8,4 hectares
1855 – Paris	5.162.330	20.839	9,9 hectares
1862 – Londres	6.211.103	28.653	9,5 hectares
1867 - Paris	11.000.000	43.217	14,9 hectares
1873 – Viena	7.254.687	25.760	16,2 hectares
1876 – Filadélfia	10.165.000	60.000	30,3 hectares
1878 – Paris	16.032.725	-	22,5 hectares
1889 - Paris	32.250.297	61.722	21,2 hectares
1893 - Chicago	27.329.000	-	81,0 hectares
1900 - Paris	50.800.801	-	46,0 hectares

Fonte: PLUM, Werner. *Exposições no século XIX: espetáculos da transformação sociocultural*. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979, p. 61.

Nota-se em destaque a grande concentração de eventos em países industrializados do Norte, não apenas porque eles mobilizaram os recursos para o investimento na corrida tecnológica e industrial, da qual as exposições faziam parte; mas também porque viram nelas a possibilidade de exibirem sua superioridade cultural e econômica ao mundo, projetando seus valores como referências das noções de progresso e de civilização. Ressalta-se a forma como os povos e culturas não europeias eram apresentados nas feiras, constando em representações de exotismo ou barbarismo, na mais pura representação do atraso cultural dos demais povos em relação ao europeu.

Todavia, não houve uma homogênea adesão dos países a esses eventos, e eles também apresentaram os conflitos e as contradições inerentes à própria desigualdade nas relações mundiais. As representações dos países da América eram, de forma geral, expostas num conjunto homogêneo como “América Latina”, o que neutralizava as diferenças e singularidades internas dos países (HEIZER, 2010, p.5). Esse ponto esboçado por Heizer é assertivo para algumas exposições europeias, mas as exposições nos Estados Unidos buscaram dar destaque aos países da América Latina, região onde se concentrava o foco dos interesses políticos e econômicos estadunidenses entre os

séculos XIX e XX³. Havia todo um estímulo em atrair esses mesmos países, tanto para que a universalidade das exposições ganhasse legitimidade, quanto para promover a função pedagógica essencial que esses eventos desempenharam. Por outro lado, os países latino-americanos também tinham interesses internos que os levavam a marcar presença, procurando se distinguir e revelar ao mundo suas marcas nacionais.

Saliento ainda que a construção da ideia de América Latina formada nos séculos XIX e XX precisa ser dimensionado. O conceito moderno de América Latina foi claramente delineado na geopolítica internacional apenas no século XX, numa circunscrição geográfica e cultural dos países da América não saxônica. No século XIX os conceitos que se consolidaram posteriormente, tanto de América Latina, como de Europa, Ásia e de África foram constituídos a partir de vários elementos. Os múltiplos projetos que permearam as noções de “latinidade” ou de uma democracia latina em oposição aos interesses dos Estados Unidos foram fundamentais no dialético processo de construção das identidades culturais, políticas, geográficas e históricas que aproximassem interesses em projetos diversos nas ex-colônias espanholas e portuguesa. Particularmente, o conceito de América Latina se formou no bojo das disputas imperialistas e de ideias raciais relacionadas tanto ao antagonismo entre “Raça Latino-americana” e “Raça Anglo-saxônica” quanto a projetos variados das elites dos países americanos, que buscaram se diferenciar dos “não-brancos” em cada localidade, em defesa de sua ideia particular de superioridade racial. O conceito também se formou a partir do aprofundamento do capitalismo, já que se relacionou fortemente aos vínculos comerciais e à dominação política dos estados europeus e dos Estados Unidos (GOBAT, 2013). A referência à América Latina no final do XIX englobava a região do México, Caribe e América Central, sendo a América do Sul geralmente mencionada à parte. A documentação que aqui analiso faz referência aos países da América, distinguindo o México, Caribe, países da América Central e os países da América do Sul; em outros casos há distinção entre América hispânica e América portuguesa ou mesmo há referência a um “Western Hemisphere”⁴. O termo América Latina não incluía o Brasil

³ Esse aspecto pode ser verificado, por exemplo, na Exposição Pan-Americana de 1901 (CRIBELLI; MARTINS, 2020).

⁴ “But some elites still maintained a favorable view of U.S. expansionism, believing that it involved mainly the spread of U.S. entrepreneurialism, technology and democracy. This belief reflected the longstanding U.S.-based idea of a Western Hemisphere, which posited that North and South Americans shared a political culture that was democratic, republican, and anticolonial—one constructed against European tyranny, monarchism, and colonialism. This ideal of hemispheric unity shaped the Monroe Doctrine and found many adherents in the Southern Hemisphere” (GOBAT, 2013, p. 1353).

até a primeira guerra mundial e, apenas após a segunda guerra o país passou a ser considerado na geopolítica internacional como parte da América Latina.⁵

Nelson Sanjad destacou a produção historiográfica latino-americana na análise sobre as exposições internacionais, indicando também possibilidades temáticas, de uso de fontes e metodológicas para novas pesquisas (SANJAD, 2017, p.785-826). Alguns elementos cruciais foram apontados pelo autor sobre a necessidade de se estabelecer balizas na caracterização das exposições universais, distinguindo-as de outros eventos locais ou temáticos. Um primeiro aspecto importante é a identificação da atuação do Estado como indutor desses eventos, criando as condições necessárias para que eles ocorressem. Outro aspecto é a identificação de um sistema classificador dos bens em exibição, em grupos e classes, que permitisse a concorrência e a formação de juris para premiação. Também a organização do conjunto da exposição, a partir de uma concepção arquitetônica, espacial e de distribuição dos pavilhões que fosse representativa de uma proposta expositiva (SANJAD, 2017, p.787-789) se constitui em elemento importante na identificação e distinção dessas exposições em relação a diversos outros tipos de eventos. O autor destaca ainda a singularidade dos países da América Latina como partícipes das exposições entre o oitocentos e o novecentos, constituindo-se basicamente de ex-colônias, cuja presença nas exposições precisa ser observada a partir de suas especificidades.

A análise de Filipová (2015) sobre as exposições marginais, elucida de forma interessante a forma como alguns países em condições “periféricas” na economia mundial, ou seja, fora do eixo central do capitalismo, atuaram no cenário dos eventos internacionais e como foram vistos pela historiografia sobre o tema. Para a autora, esses países também se utilizaram das exposições para alavancar projetos nacionais e perspectivas locais de desenvolvimento. Contudo, tanto a participação deles foi tratada de uma forma “marginal”, como a própria historiografia não os colocou em relevância nos debates sobre os eventos internacionais, dando destaque às exposições realizadas por alguns países europeus e pelos Estados Unidos. Em relação às escassas análises e as poucas referências na historiografia mundial às exposições latino-americanas, Sanjad indica um “duplo *gap*”: por um lado, a tríade “imperialismo”, “urbanização”, “industrialização”, presente em muitos desses estudos historiográficos, dificulta uma

⁵ Uma ampla discussão bibliográfica sobre o tema e como o Brasil se distinguia dessa aproximação com os demais países “hispanicos” foi feita por BETHELL, 2018.

análise precisa sobre essas realidades históricas, dado o caráter predominantemente agrícola e pouco industrializado dessas áreas; por outro, haveria uma limitação da própria historiografia latino-americana em dialogar entre si, em função da ausência de um quadro teórico mais amplo de análise sobre essas realidades (SANJAD, 2017, p.812).

Certamente o presente texto não esgota as abordagens sobre tema tão vasto. No entanto, há três pontos importantes para a reflexão que merecem ser destacados: 1. É necessário construirmos um olhar sobre essas exposições latino-americanas a partir dos contextos e interesses que orientavam localmente os governos e suas elites a participarem delas. Neste caso, seria um erro procurarmos identificar nas exposições latino-americanas uma semelhança com o que os europeus faziam, uma vez que se forjou em cada país uma maneira própria de ser visto no exterior, criando simbologias para cada realidade; 2. A visibilidade do que era exibido era garantida por certa elite nos países latino-americanos, atreladas a uma perspectiva também racista e etnocêntrica. Havia aí uma dualidade entre apresentar um olhar elogioso sobre as próprias nações, aproximando-as do modelo civilizatório europeu; ao mesmo tempo em que seus olhares reproduziam internamente o modelo etnocêntrico que distinguia os “brancos” dos demais setores negros, mulatos e indígenas nas diferentes regiões. Portanto, nisso reside uma dualidade, mas também uma complementariedade entre perspectivas e projetos que eram adaptados à realidade desses países; 3. A partir desses dois pontos, apreende-se que as exposições atendiam a determinados interesses locais, articulando diferentes setores econômicos nacionais e internacionais, que projetavam perspectivas de nacionalidade tanto no plano interno quanto no externo.

Em estudo sobre a diplomacia pública nas exposições universais através de dois séculos, Goldman (2016) considerou que houve um grande esforço empreendido pelo Brasil na participação das exposições universais e no papel delas no aprofundamento de relações diplomáticas entre os países. A primeira participação brasileira onde a preocupação com a diplomacia se expressou de uma forma mais decisiva foi na Exposição da Filadélfia, em 1876, quando o Imperador D. Pedro II esteve no evento, tornando-se ele próprio porta-voz dos anseios de aproximação do Império do Brasil com os interesses dos Estados Unidos:

A presença de D. Pedro II na primeira exposição universal das Américas correspondia a seu empenho em ser reconhecido como

soberano ilustrado e atento às principais inovações científicas e técnicas de sua época e, ao mesmo tempo, representava um gesto diplomático importante na direção dos Estados Unidos, destino de cerca de metade das exportações brasileiras (GOLDMAN, 2016, p. 69).

A participação de D. Pedro II foi de um especial simbolismo, tendo cimentado fortes elementos para a promoção da exposição para os estadunidenses, como desempenhou um papel importante na consolidação de uma imagem do Imperador associada ao cosmopolitismo e à preocupação com a ciência (PESAVENTO, 1994; SCHWARCZ, 1998; CRIBELLI, 2009; MACHADO e MARTINS, 2017). Aliás, Goldman nos lembra que entre 1871 e 1888 D. Pedro II fez três viagens ao exterior, que incluíram visitas aos Estados Unidos, Canadá, Países da Europa, Egito, Turquia e Palestina. Esse gesto foi muito representativo da distinção que o Império pretendia promover entre a monarquia brasileira e as demais repúblicas da América Latina (GOLDMAN, 2016, p. 69-71). Essa atuação parece ser um elemento importante de diferenciação entre esse período, marcado pela iniciativa de distinção da monarquia nas Américas, e a forma como o país se apresentou nas exposições após a Proclamação da República.

Na dinâmica desses eventos havia uma característica sempre presente nos discursos políticos dos estadistas, marcado pela defesa de uma paz mundial e de uma união entre as nações. Em franca contradição com a expansão imperialista, com os processos de dominação colonial em África e Ásia e a corrida bélica, esses discursos estavam imbuídos de uma intenção pedagógica que enaltecia culturalmente os povos do norte, em detrimento dos demais (GREENHALGH, 1988). O tratamento atribuído em espaços específicos ao exotismo de povos diversos reforçavam o racismo e o etnocentrismo que marcaram fortemente esses eventos, com o intuito final de promover uma ideia civilizatória, contrapondo a perspectiva de progresso à de atraso.

As exposições foram apresentando características específicas ao longo do tempo associadas aos propósitos aos quais atendiam. Como eventos de ordem cultural e científica, as exposições abrigaram muitos congressos e reuniões de cientistas, cimentando esse percurso que associava ciência, tecnologia e indústria. Essa tríade foi fundamental para o escopo político dos eventos, atendendo aos objetivos delineados por Estados, em busca do atendimento aos seus interesses econômicos. Um exemplo dessa articulação de elementos pode ser verificado no caso da Exposição Internacional e do Centenário do Algodão, em Nova Orleans, em 1884.

A Exposição Internacional e Centenária do Algodão, em Nova Orleans: projeto de expansão do comércio com a América Latina

New Orleans foi escolhida para sediar a segunda maior Exposição Universal de algodão a se realizar nos Estados Unidos. O evento teve à frente de sua organização três grandes nomes dos negócios da região: F. C. Morehead, presidente da *National Cotton Planter Association* e editor do *Planters Journal*, Edmund Richardson, considerado o mais proeminente plantador de algodão do país e do mundo, e Major Edward Austin Burke, tesoureiro do estado da Luisiana e Editor do *New Orleans Times-Democrat* (RUSSEL, 1990, p. 76; SMITH, 2011, p. 139), o jornal de maior circulação na região (ZACHARIE, 1893, p. 167) e ideologicamente associado às ideias dos plantadores sulistas⁶. A partir desses interesses se desenhou o projeto que tornou possível a *World's Industrial and Cotton Centennial Exposition* em New Orleans, na Louisiana, entre os anos de 1884 e 1885.

Três aspectos devem ser observados no estudo sobre a escolha e organização dessa exposição. Em primeiro lugar, a proeminência do *New South* na escolha e no fomento ao evento, conseguindo capitanear os olhares dos Estados Unidos para o sul do país e para o seu porto mais importante, a fim de atrair as atenções das indústrias e investidores e criar uma imagem, contribuindo para o rompimento da querela entre Norte e Sul. Além disso, toda a proposta da exposição tinha como objetivo ampliar o alcance das relações comerciais com a América Latina, amparando-se em aspectos ideológicos fomentados de forma pedagógica. Em segundo, o fato de pela primeira vez se organizar em uma exposição universal um *Department of Colored People*, criado como iniciativa para promover positivamente o desempenho de negros que teriam sido “bem-sucedidos” após a abolição da escravidão, transmitindo a imagem de superação das mazelas da escravidão; o que mascarava, contudo, o aprofundamento segregacionista dos anos 1880. O terceiro, refere-se ao empenho em consolidar a região aos olhos do mundo como a referência na produção algodoeira, com relevo à cidade de New Orleans no circuito do comércio mundial e principalmente com a América Latina.

O movimento conhecido como *New South* (POWERS, 2012, p. 38)⁷ foi edificado por grandes plantadores, intelectuais e políticos ligados ao *Atlanta*

⁶ Sobre Edward Burke e suas articulações para a realização da Exposição: WATSON, 1984, p. 341-366.

⁷ Segundo Powers, “The first instance of the term ‘New South’ came in the spring of 1862, when Union Captain Adam Badeau edited the first issue of *The New South*, a soldier’s newspaper circulated among

Constitution, jornal de grande alcance e disseminador dos interesses dos produtores sulistas⁸. Esse grupo atuou fortemente na organização das exposições realizadas no sul dos Estados Unidos a partir da década de 1880; esteve presente de forma intensa entre as comunidades sulistas de negociantes e ganhou enorme força ao difundir a superação das querelas seccionais, trabalhando em função dos interesses comerciais e industriais da região.

O discurso expresso nas fontes confronta permanentemente um ideal de uma nova ótica para o sul dos Estados Unidos a partir de um arcaísmo representado por ideais anteriores à guerra civil. Esse antagonismo procurava salientar uma conformação com os ideais industrialistas do Norte não-escravista e a tentativa do New South em disseminar ao país e ao mundo uma nova visão sobre o Sul mais “moderna”, alinhada com uma perspectiva de um norte industrialista e mais progressista. O *Department of colored people* desempenharia aí uma importante função ao trazer essa visão de integração dos negros, difundindo a ideia de um avanço no trato racial. Contudo, a historiografia tem mostrado que mesmo após a abolição da escravidão nos Estados Unidos as metas de desenvolvimento econômico estiveram integradas a uma premissa expansionista nacional, calcado em determinado projeto racial que fez parte da própria construção do imperialismo estadunidense no Oitocentos. A escravidão fez parte desse processo de consolidação do capitalismo, articulando interesses econômicos das várias regiões do país que se beneficiaram e expandiram seu poderio a partir dela: “American slavery is necessarily imprinted on the DNA of American capitalism” (BECKERT; ROCKMAN, 2016, p.3). Neste ponto é importante considerar que as áreas escravistas ao Sul do país também fizeram parte desse processo de “transição para o capitalismo”, e que os interesses algodoeiros na região se comunicavam perfeitamente com os dos investidores considerados mais progressistas do país.

Para os Estados Unidos, as exposições exerciam a função simbólica da comemoração da consolidação do país no processo expansionista, marcado pela compra, aquisição e guerras que caracterizaram toda a história do crescimento territorial

Federals stationed on the South Carolina sea islands. As a military sheet with a small readership among enemy Union soldiers. The New South newspaper exercised no influence on the direction of the movement that would ultimately co-opt its name”.

⁸ Publicado em 1868 teve seu nome modificado várias vezes, em 1880 foi denominado The Atlanta Constitution. Henry W. Grady foi o editor do jornal e um dos principais porta-vozes do New South e defensor do investimento de capitais e tecnologias na Geórgia. Agradeço à Lesley Gordon, da Universidade do Alabama, as indicações sobre o tema.

americano em suas disputas com ingleses, franceses, russos e espanhóis pela posse dos territórios nas fronteiras, bem como pela disputa com o México, que perdeu para os Estados Unidos grande parte do seu território (HAHN, 2017). A configuração espacial do sul e do oeste do país foi desenhada ao longo do século a partir dos processos de aquisição que só ampliaram o território nacional, à revelia das lutas internas de populações indígenas que viviam nessas regiões (HAHN, 2017, p. 12-42). O projeto de Estado impulsionado pelo governo nos anos 1870 consagrava uma suposta estabilidade desse ideal de integração nacional e territorial, delimitando qual seria o papel dos Estados Unidos, a partir de então, em suas relações com o México, com os países da América Central, do Caribe e da América do Sul.

Na primeira metade do século XIX, New Orleans afirmara-se como o mais importante porto dos Estados Unidos, tornando-se um dos mais movimentados do mundo. A enorme mobilidade de traficantes de escravos, comerciantes, negociantes e fabricantes, trabalhadores de atividades variadas tornava a cidade um dos mais importantes pontos de convergência de múltiplos interesses econômicos e políticos de todas as regiões do país. A privilegiada localização geográfica colocou a região da Louisiana e, especialmente, a cidade de New Orleans, no centro de importante disputa territorial, levando à compra da Louisiana dos Franceses, em 1803. Área que já havia sido colonizada pelos espanhóis e pelos franceses, com tentativa de domínio britânico em 1811, até a retomada definitiva pelos Estados Unidos, em 1815. Possuidora de vastas riquezas minerais, petróleo, farta indústria pesqueira, atraía pelas suas imensas possibilidades de exploração econômica e pelo acesso ao Golfo do México. Banhada pelo Rio Mississippi, que corta o país de norte a sul com cerca de 13.900 milhas de área navegável, desaguando no Golfo do México, o porto da cidade oferece acesso ao comércio do Caribe, ao Atlântico, além de receber pelo Mississippi toda a navegação de outros estados do país. A cidade recebe ainda o lago Pontchartrain, com acesso ao Mississippi e a leste a Mobile, facilitando o escoamento do carvão e ferro do Alabama pelo Black Warrior River.

O acesso amplo de ferrovias tornava New Orleans mais acessível do que New York a praticamente todas as principais cidades comercialmente importantes dos Estados Unidos, barateando o custo da maior parte das mercadorias exportadas por New Orleans, constituindo um forte centro comercial de escoamento da produção das regiões centrais do país na segunda metade do século XIX (BAUERLEIN, 1919, p. 13). Terminal de três canais e de seis ferrovias, além dos terminais portuários de navios,

New Orleans se constituía na segunda cidade em maior importância comercial do país (NEW ORLEANS, 1891, p. 3-4). Da América Latina os únicos países que preferiam o comércio por New York eram Argentina, Venezuela e Brasil; mas para os demais países do continente ao sul, New Orleans foi o porto mais próximo e de maior interesse durante parte do século XIX. Assim como era também porto mais importante do comércio com a África, a Oceania e a Ásia, enquanto New York estava mais vinculada ao comércio com a Europa. A crescente prosperidade de New Orleans a classificava no final do XIX e início do século XX como o principal centro manufatureiro e o mais importante centro de atividades comerciais do Sul dos Estados Unidos, destacando-se tanto pela produção agrícola quanto pela industrial (BAUERLEIN, 1919, p. 12).

A proposta para a *The World's Industrial and Cotton Centennial Exposition* foi apresentada pela primeira vez em 1880, em New York. A ideia era realizar uma exibição que comemorasse o centenário da exportação do mais importante carregamento de algodão aos Estados Unidos, que ocorreu em 1784. A ideia de ser sediada em New York logo deu espaço à articulação entre os sulistas, Morehead, Richardson e Burke pela realização da exposição em New Orleans (FAIRALL, 1885, p. 11)⁹.

A organização da exposição ficou a cargo do Governo dos Estados Unidos, da *National Cotton Planter's Association of America* e da cidade de New Orleans. Richardson se tornou o Presidente da exposição e Edward Burke o Diretor-Geral (HARDY, 1978). Embora a exposição tenha sido pensada inicialmente para contemplar apenas a produção algodoeira, decidiu-se por ampliar à produção agrícola e industrial como um todo dos países participantes (PERKINS, 1885, p. 21). O alto número de empréstimos concedidos e as dificuldades financeiras enfrentadas tornaram o custo da exposição alto demais, tendo sido ela considerada um grande fracasso financeiro. Além disso, os meses que antecederam a sua abertura expuseram os problemas das construções apressadas e as fortes chuvas tornaram o cenário ainda pior, com o alagamento de vários espaços públicos que ficaram lotados de lama, prejudicando vários pavilhões. Mesmo após a abertura havia uma série de pontos inacabados de obras (WATSON, 1984, p. 345-346). A propaganda das ferrovias não correspondeu ao atendimento à população que se dirigia ao evento, e os transportes constituíram um dos grandes problemas de acesso, até uma greve dos motoristas dos serviços de bonde

⁹ Fairrall, comissário da Exposição por Iowa, escreveu um dos mais completos relatos da Exposição.

irrompeu no final de dezembro, dificultando a ida de milhares de pessoas para o parque da exposição e deflagrando um caos urbano.

Mas ao longo dos meses seguintes o acesso aos pavilhões do evento apresentou melhorias. A exposição foi distribuída em doze departamentos de exibição: agricultura, horticultura, psicultura, metais e minérios, produtos primários e manufaturados, mobiliário e acessórios, fabricação têxtil, roupas e acessórios, artes industriais, produtos alimentícios, educação e instrução, obras de arte, história natural (THE NEW ORLEANS EXPOSITION, 1884, p. 412). Teve especial destaque o edifício principal da exposição, o *Main Building*, construído inteiramente em madeira e considerado na época uma das maiores edificações já erigidas (PAULY, 2014); na parte lateral ficava o *Machinery Hall* que abrigava mostras das máquinas pesadas, especialmente da fabricação e algodão. As exposições no *Main Building* dispunham de artigos estrangeiros e nacionais, a maioria deles exibidos por empresas. Essas apresentações compunham-se tanto de matérias-primas quanto manufaturados que incluíam minérios, madeiras, tecidos, roupas, móveis, máquinas e materiais educacionais (HARDY, 1990, p. 88). Além das exposições estaduais, dos territórios e do Pavilhão do Smithsonian Institution, foram apresentados o Departamento das Mulheres, como havia sido inaugurado na Exposição de 1876, e o Departamento das Pessoas de Cor, inaugurado nesta exposição.

A Exposição em New Orleans teve um relativo sucesso de participação do público e de presença de visitantes (1.158.840 visitantes), ainda que as expectativas dos organizadores tenha sido bem maior do que a realidade mostrou em relação à participação estrangeira. O Upper City Park, atualmente Audubon Park, foi lotado por visitantes que vinham de todos os lugares do país e do mundo.

O México foi o país da América que mais se destacou, sendo considerada a mais proeminente exibição também dentre os países estrangeiros (THE NEW ORLEANS EXPOSITION, 1884, p.412), possivelmente fruto do estímulo à atração dos Mexicanos à exposição, feito pelo próprio governo. Esse incentivo e a sua participação na exibição acarretaram uma onda de novos investimentos no México relacionados ao algodão, a partir de 1885 (RYDELL, 1987, p. 91-93). O governo do México investiu alta soma de recursos para a construção do pavilhão do país e o próprio presidente mexicano esteve presente na exposição.

Outro destaque nos relatos da exposição foi atribuído à apresentação do Haiti, apresentando o heroísmo de Touissant l'Overture, como no bordado em seda que

descrevia sua importância com os dizeres “The First of the Blacks”. Outras referências ao Haiti escravizado pelos franceses e à posterior libertação negra, com diversas menções à luta pela liberdade, tais como “Let all be free”, fizeram da exibição do país um destaque nessa exposição que pretendia se apresentar como apaziguadora dos conflitos raciais.

O Conselho designado para a montagem da Exposição foi formado por vários Departamentos Executivos do governo, pelo Departamento de Agricultura e pelo *Smithsonian Institution*. Em mensagem dirigida ao Conselho, o Presidente dos Estados Unidos, Arthur Chester, ressaltou as principais metas da exposição e a preocupação do governo em que se demonstrasse o melhor sobre cada estado e território do país. O documento enfatizava ainda a necessidade de garantir a grandeza do evento, como forma de estímulo à expansão do comércio com o México, a América Central e a América do Sul, com ampliação das exportações norte-americanas para esses países:

The importance, purposes, and benefits of the New Orleans exhibition are continental in their scope. Standing at the threshold of the almost unopened Market of Spanish and Portuguese America, New Orleans is a natural gateway to their trade, and the exhibition offers to the people of Mexico and Central and South America an adequate knowledge of our farming implements, metal manufactures, cotton and woolen goods, and like necessities of existence in respect to which those countries are either deficient or supplied to a limited extend. The breaking down of the barriers which still separate us from the Republics of America, whose productions so entirely complement our own, will aid greatly in removing the disparity of commercial intercourse, under which less than 10 per cent, of our exports goes to American countries (CONGRESSIONAL RECORD (1), 1884).

As grandes expectativas para New Orleans foram evidenciadas nas mensagens do Presidente da República ao Conselho, marcando uma exposição centrada em exageradas projeções de toda ordem. Esse destaque tinha o intuito de mostrar a grandeza norte americana dos anos 1880, mas demarcava claramente os propósitos da expansão comercial na América espanhola e na América portuguesa. Conhecer os recursos naturais e a capacidade produtiva dos países do continente significava também abrir possibilidades de trocas comerciais, através do contato entre industriais, empresários e investidores diversos.

The growing interest which the country has in the trade and commerce of the Central and South American States would of itself be sufficient to warrant the expenditure of large amounts to make this Exposition a grand success, while the international feature of the Exposition

requires that the Government itself should in a creditable manner be represented at it (CONGRESSIONAL RECORD (2), 1884).

O Jornal *New Orleans Times-Democrat*, em 1885, publicou uma nota sobre a participação estadunidense nas exposições reafirmando a importância comercial e a mudança da posição do continente no comércio internacional ao longo dos anos. Segundo a nota, o apreço dos europeus pelas exposições residia em sua capacidade de atração comercial com os países de outros continentes, especialmente a América, fonte de investimentos e de domínio territorial: “They recognize the fact that the trade of these two continents is immensely large and profitable, and growing faster than that of any portion of the world” (AMERICAN EXPOSITIONS, 1885, p. 162). Estava claro para o jornal que os Estados Unidos deveriam assumir esse lugar de condução dos negócios com os países da América, eliminando a influência de países europeus. Além disso, ele alertava sobre os interesses do “povo dos Estados Unidos”, destacando a importância dessas exposições, como eventos culturais de vasto alcance, para a expansão comercial do país.

Europe appreciates this and is holding out all manner of inducements to the countries of America. England, Italy, and Germany all want American exhibitions, and want to attract American trade. We hold before all these others an American exposition in this city which is devoted somewhat to these same purposes—to securing for the United States the trade of Latin America, to keeping it at home instead of letting it fall into the hands of Europe. It is evident, in these expositions and from many other facts, that there is to be a warm commercial fight for the trade of the Americans. The United States is the first in the field; and if it utilizes the North, Central, and South American Exposition to good advantage, by showing our products and manufactures to all the countries south of us, and by learning something of their resources, we will secure an advantage which cannot be offset by these other expositions. It is a grand field to fight for, and on our victory here depends much on the future prosperity of the country. It is to be hoped that the people of the United States recognize this and appreciate the very able arguments used by the management of the new exposition, showing how necessary it is to secure the trade, and how much can be done through the coming exposition (AMERICAN EXPOSITIONS, 1885, p. 162).

A relevância indicada pelos redatores da nota do *Times-Democrat* demonstrava a utilização de todos os mecanismos para manter sob controle as relações comerciais com os países do continente pelos Estados Unidos, evidenciando ainda a articulação cuidadosa entre os interesses expressos pela presidência da república e pelo *New South*,

do qual o jornal era legítimo porta voz em New Orleans. Burke usou sua projeção à frente do Jornal para torna-lo um veículo de difusão ideológica do grupo, procurando se dissociar da imagem do seccionismo, ainda que muitos desses ideais representassem uma continuidade com antigos interesses locais. O que Burke fez foi associar o *Times-Democrat* à imagem de modernidade que o *New South* encampava, tornando-o a expressão do avanço e da perspectiva de progresso sulistas:

He effectively used the daily newspaper as a New South oracle, promoting the economic advancement of the Crescent City as a commercial and manufacturing hub at the epicenter of trade from the Mississippi Valley, as well as from Mexico, the Caribbean, and Central America” (POWERS, 2012, p. 46).

Os relatos do período mostram que a exposição de New Orleans era frequentemente comparada com a *Centennial Exposition* de 1876, na perspectiva de grandiosidade e de projeção internacional. A atração do Brasil, na Exposição de 1876, e do México, na Exposição de 1884, demonstraram fortemente essa necessidade dos Estados Unidos se fazerem presentes nos dois maiores países da América Latina. Nos dois casos as exposições realmente contribuíram para a projeção comercial, assim como também impactaram no imaginário nacional dentro dos respectivos países, alavancados ainda pela presença de seus governantes nos eventos: em 1876 com o imperador do Brasil, D. Pedro II e, em 1884, com o presidente do México, General Porfírio Diaz.

Os processos de aquisição de terras ou de incorporações foram diferentes em cada região, na América do Norte e Central havia uma efetiva formação de um domínio territorial, inclusive através de colonização de determinadas regiões. Na América do Sul o discurso, a imagem e a propaganda agiriam para uma aproximação simbólica, ideológica entre os países da América do Sul e os Estados Unidos, onde a entrada se dava “pelo conhecimento, pela tecnologia e pelos mercados” (SALVATORE, 2011, p. 665). Embora essas ações tenham sido mais incisivas após os anos 1890, especialmente após a Guerra Hispano-Americana, em 1898, podemos constatar na Exposição de New Orleans o desenho do que era projetado para a expansão comercial e política no continente: “The New Orleans world’s fair is the clearest expression of the fundamental connection between nascent commercial imperialism and sectional reconciliation” (POWERS, 2012, p. 63).

Parece que havia clara interlocução entre uma perspectiva promovida pelo New South de reconciliação nacional e uma atração e fortalecimento da base industrial no sul

do país em interação com as perspectivas comerciais locais e de outros estados. Parte significativa disso foi forjada pela presença de Burke como um representante das ideias do New South e junto à exposição. Powers (2012), ao traçar a trajetória política e a carreira de Edward Burke, a percebe como representativa de uma diferente perspectiva: mais aliada a uma outra visão das inclinações do New South, de fundo mais cosmopolita e ancorada numa rede de interesses estabelecidos com as Américas, que conservava propensões do *Antebellum*, mas agora aliando o regional ao nacional. O autor mostra que o *Times-Democrat* se projetou vinculado aos negócios internacionais, centrado em uma visão comercial imperialista do *New South*, bem representados pela ótica do Burke. A aproximação que estabeleceu com os negócios no México e América Central, e o envio de correspondente do jornal para essas regiões, foram importantes sinais neste sentido.

Esse aspecto apontado pelo autor comunga com os anseios expressos nas mensagens da Presidência da República, nas projeções do presidente Arthur Chester sobre a expansão comercial dos Estados Unidos e com a preocupação em manter controle sobre a América, repelindo o domínio britânico na região. Por sua vez, essa atuação do governo sinalizava uma demanda expressa pelos negociantes diversos e registrado em manifestações na Câmara do Comércio. Para Powers, a *World's Industrial and Cotton Centennial Exposition* representou a clara visão de Burke, projetada numa visão do *New South*, numa orientação tanto regional quanto internacional:

The exposition was not merely 'regional in orientation' as one historian asserts, but an event demonstrating that the reconciliationism inherent in the New South creed was necessarily set in an international context (POWERS, 2012, p. 28).

A partir dessas expectativas a exposição do algodão tornou-se um evento universal e destinado a internacionalizar a economia norte-americana. A ideia iniciada em Atlanta se modificou nas mãos do *New South*, que tornou a exposição um caminho para integrar suas projeções comerciais nos países da América. A perspectiva de projetar a economia algodoeira ficou secundarizada frente aos múltiplos interesses representados na exposição, que também acabaram colocando em segundo plano interesses variados de plantadores de algodão do Sul dos Estados Unidos e,

particularmente, do *King Cottom*, vários deles não articulados diretamente aos ideais dos Democratas ligados ao *New South*.

Apesar do forte apelo à participação latino-americana, estiveram presentes na exposição os seguintes países: Honduras, Honduras britânicas, Venezuela, Havaí, Brasil, Jamaica, Guatemala, Haiti e México. Os dados sobre o evento demonstram que ele não se constituiu num atrativo para que os países investissem em exposições ali. Se as expectativas a comparavam à Exposição da Filadélfia de 1876, elas não se realizaram e não assumiram a importância desejada em termos de repercussão mundial. Particularmente interessante é analisarmos como o Brasil planejou a sua atuação, sem que fosse prioridade para o governo imperial investir nesta exposição, a presença brasileira se fez marcante exclusivamente pela apresentação do café.

O caso da exibição do Brasil

A participação brasileira nas exposições universais foi marcada pela organização da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), que desempenhou diversas atribuições junto ao governo Imperial no século XIX (SILVA, 1992). Fundada em 1827 com o propósito de estimular a indústria nacional, ela foi um importante elo entre setores ligados à produção como um todo, em sua esfera agrícola, manufatureira, pecuária, extrativista etc. Suas funções, no entanto, tornaram-se ao longo do tempo também atribuições de acompanhamento e assessoria estatal, na medida em que eram responsáveis, por exemplo, pela avaliação e concessão de patentes de invenção aprovados pelo governo. Interessada em promover a atividade manufatureira e o desenvolvimento das técnicas que tivessem como objetivo os melhoramentos agrícolas, ela estimulou desde a sua fundação atividades de exposição de produtores, de inventores e a premiação dos melhores expositores. Foi a própria SAIN a responsável por organizar e planejar a participação do Brasil nas Exposições Universais a partir da década de 1860, coordenando junto ao Imperial Instituto Fluminense de Agricultura as Exposições Nacionais preparatórias para as universais, que tiveram seu início em 1861 (NEVES, 1986; MARTINS, 2020).

Mas os interesses da SAIN entraram em conflito com os de outros setores ligados à agricultura entre os anos 1870 e 1880. A articulação de interesses de produtores de café, especialmente da região sudeste neste período, promoveu a difusão de associações ligadas à lavoura cafeeira pelo interior de São Paulo e no Rio de Janeiro.

Particularmente, a Associação da Lavoura e do Comércio, sediada no Rio de Janeiro, teve importante função ao organizar a participação do Brasil em exposições que apresentassem o café no exterior. A Associação passou a atuar nos espaços que não despertavam o interesse da SAIN e, assim, organizaram a participação do Brasil em exposições fora do circuito mais estudado pela historiografia. Este foi o caso da participação brasileira na Exposição de New Orleans.

No *Practical Common Sense Guide Book through The World's Industrial and Cotton Centennial Exposition at New Orleans*, Daniel Perkins descreveu a participação brasileira na Exposição Universal do algodão, destacando a presença do Brasil exclusivamente na exibição da produção cafeeira. Destaca a intenção da Associação Comercial em promover o café brasileiro apresentando o produto originário de 624 plantações dos tipos vendidos como Java e Mocha (PERKINS, 1885, p. 94). Também o relato de Fairall descreveu em cinco breves linhas a exposição brasileira:

“The display from this great and rich empire was indeed disappointing. The Association of Commerce of Rio de Janeiro alone undertook to have their country represented, and deserve much credit for the very compact display they made. The exhibit was principally of coffees, which was shown in a large number of varieties” (FAIRALL, 1885, p. 402).

A opção pela exclusividade da apresentação do café descartou a possibilidade de o país apresentar outros produtos de destaque em sua produção agrícola. Nota-se que, além do aumento da produção algodoeira no Brasil no período da Guerra Civil americana, a década de 1880 fora marcada pelo auge da extração da borracha, um dos recursos mais destacados da exportação brasileira do período. Mas o relatório produzido pelo Centro da Lavoura e Comércio do Rio de Janeiro esteve centrado nas altas cifras de produção cafeeira no mercado mundial: do total de 666,000,000 kilogramas de café produzidos no mundo, o Brasil era responsável por 360,000,000 desse montante. As distinções das condições de produção do café brasileiro, condições e técnicas de plantio eram exaltadas e a certeza confirmada de que “In a word, Brazil is by far the leading producer of coffee, both as regards quantity and quality” (CENTRO DA LAVOURA E DO COMÉRCIO, 1885). Apresentando-se com comprovada utilidade após as últimas guerras, o café é vendido como bom produto para manter as boas condições alimentares das tropas, argumento confirmado por vários especialistas que assim analisaram positivamente ainda os efeitos do café no organismo.

Em relatório sobre a exibição brasileira, escrito por Santa-Anna Nery, foram mostrados dados sobre essa posição do Brasil na produção cafeeira (CARNEIRO, 2013, p. 102-104)¹⁰. Santa-Anna Nery teve papel destacado como propagandista do Brasil no exterior, atuando enormemente pela projeção do Brasil na Europa, e foi a ele dada a atribuição de elaborar um relato sobre a economia cafeeira, que fez parte do catálogo brasileiro da exposição. O seu documento apresentava um panorama da produção cafeeira não apenas no Brasil, mas nos demais países da América Latina como as Antilhas, América Central, Venezuela, Peru, Bolívia e Guiana, confirmando que só a produção brasileira era maior do que a dos demais países juntos naquele momento.

Os catálogos produzidos pelo Brasil nas exposições anteriores eram vastos relatos enciclopédicos sobre a produção brasileira, sua estrutura política e administrativa, econômico-social, cultural, religiosa, seus recursos naturais e minerais, agricultura, pecuária, manufatura, ciência e artes. O que chama a atenção no catálogo produzido pelo Centro da Lavoura e do Comércio é a objetividade dos dados frente aos anteriores, sendo também mais sucinto na descrição das demais riquezas naturais e industriais do país. Isso porque ele demonstra uma intenção claramente comercial voltada exclusivamente para a apresentação do comércio cafeeiro. Menos preocupado com uma projeção nacional, o documento mostra maior pragmatismo na veiculação internacional do café e de sua exportação. De certa forma, também demonstra a mentalidade de certa parte desses novos organizadores, uma preocupação menos nacional e mais centrada nos interesses específicos de setores ligados à produção cafeeira (THE EMPIRE OF BRAZIL, 1885). Responde também à determinação do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 1881, de estimular exposições anuais do café Brasileiro no país e no mundo, tendo sido realizadas anualmente no Rio de Janeiro entre 1881 e 1884, além de uma série de exposições do produto que foram apresentadas em vários países.

A apresentação de tabelas retrospectivas sobre a exportação e importação de recursos naturais e agrícolas brasileiros dos últimos vinte e cinco anos, publicadas no *Jornal do Commercio*, foi direcionada ao mercado norte americano, apresentando os detalhes do comércio para o ano de 1884. Na análise, apresenta-se dados sobre o

¹⁰ Frederico José de Santa-Anna Nery foi um intelectual paraense que exerceu papel de propagandista do país na Europa, divulgando uma imagem nacional do Brasil e da monarquia no exterior, transformando-se também em um proprietário de jornais e revistas. Foi membro do Comité franco-brésilien para a participação do Brasil na Exposição Universal de 1889, em Paris. Em 1883 ele ganhou o prêmio no concurso agrícola do Centro da Lavoura e do café por seu livro *La question du café*.

comércio do café com os Estados Unidos, indicando-se tanto a falta de uma política protecionista do governo brasileiro como as vantagens nas relações estabelecidas com os norte-americanos:

The Empire of Brazil does not profess a policy of protection, nevertheless, in consideration of the question of freights on coffee for the United States it saw that the establishment of a line of steamers under the American flag, in competition with the English steamers, would produce a reduction in freight rates, and therefore determined to grant a subsidy to a new line. The result justified the expectations of the Government, and the rate of freights which eight years ago was 0,75 to \$1,00 per bag of coffee, by the English steamers, has fallen to an average of 0,40, and some cargoes have been brought as low as 10 and 15 cents; so that it has been said of such cargoes that it actually costs less to bring them from Rio de Janeiro to New York than to transport them, after their arrival, from Brooklyn to the Railroads in New York or Jersey City. The truth is that the expense of the subsidy has been a profitable one to Brazil, since so it brought about so market a difference in the freight rates, a difference which more than balances the tax laid to pay the subsidy (THE EMPIRE OF BRAZIL, 1885, p. 19).

Dialogando com os propósitos da *World's Industrial and Cotton Centennial*, ratificam-se as relações de vantagens oferecidas pelos Estados Unidos aos cafeicultores brasileiros no comércio por navio a vapor, no qual o Brasil passava a subsidiar as trocas através dos navios a vapor americanos e ampliava sua vantagem comercial com taxas mais baixas no frete. Ao mesmo tempo que os Estados Unidos consolidavam suas relações com o Brasil, o mantinha sob o manto protetor da Doutrina Monroe, diminuindo progressivamente a influência inglesa sobre a economia brasileira. Essa linha a vapor inaugurada pelos norte-americanos ofereceu tal vantagem nas tarifas de frete que a diferença foi suficiente para pagar o imposto previsto ao subsídio, o que acabou sendo bastante lucrativo ao Brasil. Eles também justificam com isso o fato de o Brasil priorizar o comércio por New York e não por New Orleans, pois neste último não havia linhas de navio a vapor que concorressem com os ingleses, não oferecendo vantagens.

With respect to the Southern port of United States, and particularly that of New Orleans, the same benefit has not been fully realized, for the reason that for that port there are no American steamers to compete with English steamers, and this lack of competition becomes all the more sensible since transportation by steam has almost completely replaced that by sail. It is to be desired that some

American or Brazilian line of steamers should supply this want within a short time (THE EMPIRE OF BRAZIL, 1885, p. 19).

Nesse momento os Estados Unidos figuravam como importadores de 2/3 do café brasileiro e o relato segue apontando problemas no comércio com New Orleans. Ele aponta um posicionamento crítico em relação aos problemas enfrentados pelo Brasil no comércio marítimo por New Orleans, indicando também as demandas a fim de que tais dificuldades fossem dirimidas: 1. A falta de linhas de navio a vapor em concorrência com os ingleses tornava mais caro o frete; 2. Um exagerado rigor de quarentena dos navios que iam do porto do Rio de Janeiro ou de Santos, seguindo-se daí o problema de não se considerar as diferentes estações do ano inversas e as possibilidades ou não de disseminação de epidemias, mantendo-se desnecessárias e prejudiciais medidas de quarentena; 3. A indicação de que os Estados Unidos precisam fazer sincero controle das regras sanitárias dos Portos do Sul; 4. As consequências da guerra civil e o crescimento do porto de New York neste período. Após a completa interrupção do comércio do café com New Orleans, em 1862 - e apesar no progressivo aumento a cada ano -, ele nunca mais voltou a ser o mesmo que figurou entre 1856 e 1860 (THE EMPIRE OF BRAZIL, 1885, p.20-34).

Além dos aspectos tradicionalmente tratados pela historiografia no âmbito da modernização do século XIX, ressalta-se a importância de analisar os profundos interesses que integravam o desenvolvimento tecnológico e industrial e o poder sobre os recursos naturais mais cobiçados, tanto no âmbito da indústria quanto do desenvolvimento científico. Se a participação brasileira nas exposições fora marcada ao longo do século pela perspectiva de projeção de ideais nacionais, articulando-se a ela variados interesses políticos, a apresentação do Brasil em New Orleans revelava um direcionamento muito específico do setor cafeeiro, numa ótica exclusivamente comercial. A pouca importância atribuída à Exposição de New Orleans pelo Brasil também é indicativa de algumas questões relevantes: Se por um lado isso pode ser atribuído à apressada organização da exposição e às variadas incertezas que a cercaram, também sinaliza para o declínio do comércio com o Sul dos Estados Unidos nas décadas anteriores e as dificuldades encontradas pelos países da América do Sul nessa retomada de trocas pelo porto de New Orleans. No entanto, o documento produzido pelos representantes do Brasil nesta exposição indica um posicionamento claro de parte do setor cafeeiro na defesa exclusiva dos seus interesses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS...

Procuramos demonstrar através do caso específico da Exposição Internacional e Centenária do Algodão, em New Orleans, como múltiplos interesses foram expressos na atuação, investimento e participação dos países nesses eventos, destacando ainda o caso da participação brasileira. De menor dimensão que outras grandes exposições mundiais, esse evento se mostrou também menos atrativo para os países latino-americanos do que seus idealizadores esperavam. Quem mais investiu e mais se beneficiou dos resultados diplomáticos desse investimento, de acordo com a documentação analisada, foi o México.

Isso demonstra também que, tanto havia uma gama de objetivos empenhados pelos países mais ricos nesses eventos, quanto os demais se integravam a partir dos seus interesses internos. Os Estados Unidos claramente direcionaram os objetivos dessa exposição, expressa com a atuação do New South, para ampliar as relações comerciais com os países do continente e, num projeto de mais amplo escopo geopolítico, também agir na redução da influência europeia nos países da América Latina, especialmente a Inglaterra. Numa escalada de ações que se intensificaram nos anos 1890 apresentam-se aí os ideais expansionistas estadunidenses. A exposição representava assim um alicerce ideológico e cultural dos objetivos políticos e comerciais traçados tanto pela Doutrina Monroe, como pelas políticas adotadas pelo Estado no controle e dominação dos países latino-americanos.

Por outro lado, faz-se necessária também a identificação dos interesses internos desses países que aceitavam participar dos eventos e se organizavam para isso, inclusive financiando a construção de espaços representativos para suas próprias exposições e investindo no envio de produtos para serem expostos. A participação brasileira foi apresentada como um exemplo do intrincado conjunto de questões que poderiam se colocar em discussão em uma exposição onde - mais do que apresentar-se em seus proeminentes produtos de exportação - eles também agiam diplomaticamente em defesa dos interesses do governo. Essa foi uma marca desses eventos, encabeçados pelos governos em sua organização: em seus pavilhões, em sua arquitetura, na exibição tecnológica e nos recursos culturais e educacionais exibidos elas representavam os projetos de Estados.

REFERÊNCIAS

BECKERT; ROCKMAN. “Introduction: Slavery’s Capitalism”, in: BECKERT, Sven and ROCKMAN, Seth (Ed.). *Slavery’s Capitalism: a New History of American Development*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

BARBUY, Heloisa. “Cultura de exposições em São Paulo, no século XIX”, in: LOPES, Maria Margareth e HEIZER, Alda (orgs.). *Colecionismos, práticas de campo e representações*. Campina Grande: Eduepb, 2011, 255-266.

BETHELL, Leslie. “Brazil and Latin America”, in: BETHELL, Leslie. *Brazil: Essays on History and Politics*. School of Advanced Study, University of London, Institute of Latin American Studies, 2018.

CARNEIRO, João Paulo J. A. O último propagandista do Império: o barão de Santa-Anna Nery (1848-1901) e a divulgação do Brasil na Europa. Tese de Doutorado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo, 2013.

CRIBELLI, Teresa. A Modern Monarch: Dom Pedro II’s visit to the United States in 1876. *The Journal of the Historical Society*, IX, 2009.

CRIBELLI, Teresa. *Industrial Forests and Mechanical Marvels*. Modernization in Nineteenth Century Brazil. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

CRIBELLI, Teresa e MARTINS, Mônica de S. N. Entre cores e luzes: A Exposição Internacional Pan-americana de 1901, *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 46, n. 3, p. 1-15, set.-dez. 2020

FILIPOVÁ, M. “The Margins of Exhibitions and Exhibitions Studies”, in: FILIPOVÁ, Marta. (Ed.) *Cultures of International Exhibitions 1840-1940*. Burlington: Ashgate, 2015.

FINDLING, John E. Opening the Door to the World: International Expositions in the South, 1881-1907, *Studies in popular culture*, vol. 19, nº 2, October 1996, p. 29-30.

GOBAT, Michel. The Invention of Latin America: A Transnational History of Anti-Imperialism, Democracy, and Race, *The American Historical Review*, Vol. 118, No. 5, December 2013, p. 1345-1375.

GOLDMAN, Flávio. *Exposições Universais e Diplomacia Pública*. Brasília: FUNAG, 2016.

GREENHALGH, Paul. *Ephemeral Vistas: The Expositions Universelles, Great Exhibitions and World’s Fairs, 1851-1939*. Manchester: Manchester University Press, 1988.

GREENHALGH, Paul. *Fair World: A History of World’s Fairs and Expositions from London to Shanghai 1851-2010*. Berkshire: Papadakis, 2011.

HAHN, Steven. *A Nation with Borders: The United States and its world in an Age of Civil War, 1830-1910*. New York: Penguin Books: 2017.

HARDMAN, Francisco F. *Trem-Fantasma*. A ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HARDY, Donald Clive. *The World's Industrial and Cotton Centennial Exposition*. New Orleans: Historic New Orleans Collection, 1978.

HARDY, Donald Clive. "New Orleans 1884-1885. The World's Industrial and Cotton Centennial Exposition", in: FINDLING, John E. (Ed.); PELLE, Kimberly D. *Historical of World's Fairs and Expositions, 1851-1988*. New York: Greenwood Press, 1990.

HEIZER, Alda. Considerações sobre a participação da América Latina nas grandes exposições da segunda metade do século XIX. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 9, p. 1-16, 2010.

JACKSON, Joy. Bosses and Businessmen in Gilded Age New Orleans Politics, *Louisiana History: The Journal of the Louisiana Historical Association*, Vol. 5, No. 4, 1964.

MACHADO, Marina M. e MARTINS, Mônica de S. N. A modernidade nas teias da floresta: o Brasil na exposição Universal da Filadélfia de 1876, *Revista Geosul*, v.32, n. 65, 2017.

MARTINS, Mônica de S. N. O espetáculo da economia: a Primeira Exposição Nacional da Indústria no Império do Brasil, em 1861, *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 44, p. 497-517, maio/ago. 2020.

NEVES, Margarida de Souza. *As vitrines do progresso*. Rio de Janeiro: Finep, 1986.

PAULY, Sandra. *The Art of Reconciliation: The World's Industrial and Cotton Centennial Exposition, New Orleans, 1884*. A Dissertation Submitted to the Graduate Faculty of The University of Georgia in Partial fulfillment of the Requirements for the Degree of Doctor of Philosophy. Athens, Georgia, 2014.

PESAVENTO, Sandra. Imagens da nação, do progresso e da tecnologia: a Exposição Universal da Filadélfia de 1876. *Anais do Museu Paulista*, v. 2, n. 1, São Paulo, 1994.

PFEFFER, Miki. "Mr. Chairman and Fellow American Citizens": African American Agency at the World's Industrial and Cotton Centennial Exposition in New Orleans, 1884-1885, *Louisiana History: The Journal of the Louisiana Historical Association*, Vol. 51, No. 4, 2010.

PLUM, Werner. *Exposições no século XIX: espetáculos da transformação sociocultural*. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979.

POWERS, Michael. From Confederate Expatriates to New South NeoFilibusters: Major Edward A. Burke and the Americas, *All Theses*. 1487, Clemson University, 2012, p. 1-90.

RUSSELL, James M. "Atlanta 1881: International Cotton Exposition", in: FINDLING, John E. (Ed.); PELLE, Kimberly D. *Historical of World's Fairs and Expositions, 1851-1988*. New York: Greenwood Press, 1990.

RYDELL, Robert W., FINDLING, John E. and PELLE, Kimberly D. *Fair America. World's Fairs in the United States*. Washington; New York: Smithsonian Books, 2000.

RYDELL, R. *All the World's a Fair. Visions of Empire at American International Expositions 1876-1916*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1987.

SALVATORE, Ricardo D. Imperial Mechanics: South America's Hemispheric Integration in the Machine Age, *American Quarterly*, Vol. 58, No. 3, Rewiring the "Nation": The Place of Technology in American Studies, September 2006, p. 664-669.

SANJAD, Nelson. "Exposições internacionais: uma abordagem historiográfica a partir da América Latina", *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.24, n.3, jul.-set. 2017, p.785-826.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II – um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SHEPHERD Jr., Samuel C. A Glimmer of Hope: The World's Industrial and Cotton Centennial Exposition, New Orleans, 1884-1885, *Louisiana History: The Journal of the Louisiana Historical Association*, vol. 26, n° 3, 1985, p. 271-290.

SILVA, José Luiz Werneck. *As arenas pacíficas do Progresso*. Tese de Doutorado em História. 2 vols. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1992.

SMITH, Thomas Ruys. *Southern Queen: New Orleans in the Nineteenth Century*. London: Continuum, 2011.

WATSON, Thomas D. Staging the 'Crowning Achievement of the Age': Major Edward A. Burke, New Orleans and the Cotton Centennial Exposition, *Louisiana History: The Journal of the Louisiana Historical Association*, Vol. 25, No. 4, 1984, p. 341-366.

Fontes primárias:

AMERICAN EXPOSITIONS, *Scientific American*, vol. 53, n. 11, September 22, 1885, p. 162.

BAUERLEIN, George Wallace. *The Book of New Orleans and the Industrial South*. New Orleans: Printed by Searcy & Pfaff, Ltd., 1919.

CENTRO DA LAVOURA E COMÉRCIO. *Brazilian coffee: opinions of scientists on its merit: published by the Association Centro da Lavoura e Comercio do Rio de Janeiro*

for distribution at The World's Industrial and Cotton Centennial Exposition of New Orleans. New York: E. P. Coby, 1885.

CONGRESSIONAL RECORD (1). Proceedings and debates of the fourth-eighth Congress, first Session, vol. XV. Exc. Doc. No. 166. June 9, 1884. Washington: Government Printing Office, 1884.

CONGRESSIONAL RECORD (2). Proceedings and debates of the fourth-eighth Congress, first Session, vol. XV. Exc. Doc. No. 166. May 22, 1884. Washington: Government Printing Office, 1884.

FAIRALL, Herbert S. The World's Industrial and Cotton Centennial Exposition, New Orleans, 1884-1885. Iowa City, Iowa: Republican Publishing Co., 1885.

NEW ORLEANS. Philadelphia: JP Lippincott Company, 1891, Library of Congress.

PERKINS, Daniel W. Pratical Common Sense Guidebook through The World's Industrial and Cotton Centennial Exposition at New Orleans. Harrisburg, Pa. L. S. Hart, printer, 1885, p. 21.

OFFICIAL CATALOGUE of the World's Industrial and Cotton Centennial Exposition. New Orleans: J.S Rivers, 1885.

THE EMPIRE OF BRAZIL at the World's Industrial and Cotton Centennial Exposition of New Orleans. New York: E. P. Coby, 1885.

THE EXPOSITION COTTON MILLS Company, Seventieth aniversario, 1882-1952, disponível em <http://hdl.handle.net/2027/uva.x001317433>, acesso em 27/12/2018.

THE NEW ORLEANS EXPOSITION, *Scientific American*, vol. 51, n.25, December 20, 1884, p.412.

ZACHARIE, James S. New Orleans Guide, with descriptions of the routes to New Orleans with the map of New Orleans. New Orleans: F. F. Hansell & bro., ltd., 1893.

**DIPLOMACIA CULTURAL E REPRESENTAÇÕES NA AMÉRICA LATINA:
DISNEY, A POLÍTICA DA BOA VIZINHANÇA E SUAS REPERCUSSÕES NA
IMPrensa DO BRASIL**

Ivan Lima Gomes¹

Lívia Borges de Sousa²

INTRODUÇÃO

O presente artigo é uma primeira aproximação sobre as relações diplomáticas estabelecidas entre Brasil e Estados Unidos ao longo da década de 1940, nos marcos da Política da Boa Vizinhança. Porém, a análise busca refletir menos sobre as fontes audiovisuais produzidas nos marcos desta política e mais sobre a sua repercussão junto ao público, tendo como referência a grande imprensa e, assim, refletindo sobre seu lugar no conjunto da Política da Boa Vizinhança.

Para tanto, o trabalho desenvolvido se propõe examinar alguns periódicos deste período, em perspectiva histórica. Longe de pretender ignorar o fato de que se trata de uma relação desigual, pretendemos aqui aprofundar a sugestão presente na obra de Tota (2000) e que se encontra manifesto no título de sua obra. Ou seja, em que medida o imperialismo foi efetivamente “sedutor”? Ou ainda, em que grau a sedução também não exige, de certa forma, uma interação ativa? Logo, interessa-nos pensar as formas como a Política da Boa Vizinhança, por meio dos seus filmes, foi ressignificada e apropriada culturalmente na imprensa brasileira.

Dada a profusão de obras desenvolvidas no marco desta iniciativa diplomática e já tão bem trabalhadas por Valim (2017), foi necessário estabelecermos um recorte. A análise centrou-se nas obras de Walt Disney, produzidas de forma alinhada à Política da Boa Vizinhança, articulando política e entretenimento.

A animação *Saludos Amigos* (1942), de Walt Disney, situa-se na América Latina e confere bastante destaque ao Brasil ao introduzir o icônico personagem Zé Carioca.

¹ Doutorado – História, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), com bolsa do CNPq. Professor na Universidade Federal de Goiás. e-mail: igomes2@gmail.com

² Graduanda em Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (FCS-UFG), desenvolvendo pesquisa de Iniciação Científica com bolsa de CNPq sobre diplomacia cultural na América Latina junto à Faculdade de História desta mesma instituição, sob orientação do prof. Dr. Ivan Lima Gomes. e-mail: livia.borges@discente.ufg.br

Em suas interações cômicas com Pato Donald, em um tour pelo Rio de Janeiro, já definida por Coelho Neto, em 1928, como “cidade maravilhosa”, o papagaio fumante e com pinta de malandro celebrava a cultura do Brasil apresentando-lhe belezas naturais, uma bebida típica e introduzindo Donald no samba.

Já a animação *The Three Caballeros* (1944) é uma sequência de *Saludos Amigos*, indicando o sucesso de público alcançado pelo filme anterior. Zé Carioca novamente merece espaço num episódio intitulado “Baía”, que conta com a presença da cantora Aurora Miranda, irmã de Carmen Miranda. Cabe destacar ser este o primeiro filme de animação *live-action*, o que também é sinal de que os estúdios Disney investiram em inovações para chamar a atenção do público. Porém, a animação não foi tão popular no Brasil, como apontarão elementos a seguir, mas fez parte do ciclo da boa vizinhança na qual atuou Walt Disney.

Dessa forma, o presente artigo trabalhará, inicialmente, questões ligadas à diplomacia cultural e como esta pode se manifestar como política de Estado, entendendo as animações de Disney como um exemplo de uso dessa ferramenta. Segue-se analisando a política da boa vizinhança e as relações entre Brasil e Estados Unidos e a política externa estadunidense, tomando como fonte direta de análise alguns periódicos selecionados para essa pesquisa.

A DIPLOMACIA CULTURAL NAS RELAÇÕES BRASIL-ESTADOS UNIDOS

Apesar de, por vezes, ser um fator menos considerado nos paradigmas de análise no campo das relações internacionais, a cultura é um fator fundamental para consolidar e fortalecer relações entre os Estados. Essa é a tese central de Merle (1985) para localizar o papel da cultura na política internacional, definindo-a como um sistema de valores, que ajudam a identificar grupos nacionais e supranacionais.

É partindo de premissa similar que Suppo e Lessa (2012) destacam a diplomacia cultural como um fator intrínseco à organização do Estado no mundo contemporâneo. Mais do que uma ferramenta de exportação de identidades culturais, é uma ferramenta de *Soft Power* que, ao destacar a cultura como um campo privilegiado para estabelecer relações entre países, pode ser um dos meios mais eficazes de se projetar no cenário internacional para além do exercício de poder em termos estritamente militares ou econômicos.

A diplomacia cultural, e, nesse caso, o cinema produzido nos marcos da *Good Neighbor Policy*, são um excelente meio de representar uma imagem àqueles que se deseja influenciar. No caso a ser analisado aqui, por meio das animações Disney fortaleceu-se o diálogo internacional entre Estados Unidos e Brasil, que, a despeito da declaração de guerra do Estado brasileiro contra as forças do Eixo em 1942, era motivo de preocupação por parte dos Estados Unidos.

Foi no sentido de fortalecer culturalmente tais vínculos numa perspectiva interamericana contrária à influência germânica na América Latina que, durante o governo de Franklin Delano Roosevelt (1930-1945), surgiram iniciativas para institucionalizar a produção cultural de cunho propagandístico, direcionada para os países latino-americanos.

Em 16 de agosto de 1940, criou-se uma agência governamental voltada para coordenar as relações comerciais e culturais entre os Estados Unidos e os países da região. Trata-se do *Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics*, sob a direção de Nelson Rockefeller. No ano seguinte, passou a ser chamada de *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA), contando com uma divisão dedicada exclusivamente ao cinema (VALIM, 2017). Segundo Roosevelt, o OCIAA tinha por finalidade “fortalecer os laços entre as nações do Hemisfério Ocidental” (SCHOULTZ, 2000, p.341).

Conforme Dumont e Fléchet (2014) discutem, muito se pensou que a diplomacia cultural ou a influência cultural que um país tinha sobre o outro era realizada numa via de mão única, indo dos países tidos como mais poderosos em direção aos menos poderosos do ponto de vista político.

A diplomacia cultural brasileira na primeira metade do século XX tinha, portanto, um objetivo muito claro: mudar a imagem de selvagens, a serem mais abordadas posteriormente, que se considerava que os brasileiros tinham internacionalmente. Os movimentos de convencimento dessa nova imagem eram grandemente propagados para a Europa, mas também passa a ser para a América Latina nos anos 30 através de acordos de cooperação intelectual, assegurando uma certa liderança subcontinental (DUMONT, FLÉCHET, 2014)

Ainda de acordo com Dumont e Fléchet:

Dessa forma, é no período entre guerras que a diplomacia cultural brasileira se introduz e define suas principais características, algumas das quais vão perdurar após 1945, mesmo com a mudança do contexto

político. Podemos destacar sobretudo três: certa desordem institucional associada ao peso de personalidades marcantes; um grande pragmatismo na compreensão dos assuntos e da escolha dos destinatários; e a dissociação entre o que se valorizava no plano interno e o que se mostrava da cultura brasileira no cenário internacional (DUMONT; FLÉCHET, 2014, p. 209).

As políticas de aproximação desenvolvidas durante o transcorrer do século XX centralizavam a América Latina e o Brasil dentro no interior de um imaginário comum acerca relativo aos assim tomados como “povos ao sul”. A imagem que se pintava dos latino-americanos na virada do século, de acordo com Hunt (1987, p.62), oscilava entre a de um mestiço que gerava reação agressiva, a de uma bela mulher que gerava encanto e, por último, a de uma criança negra e indisciplinada que precisava da tutela dos países avançados do norte.

Já naquela época, países como México e Cuba eram sondados por forças soviéticas, alimentando sentimento antiamericano e ameaçando um estabelecimento de ideias comunistas no quintal dos EUA (HUNT, 1987, p.139). Roosevelt adotava certa visão paternalista, sem deixar de lado a sutileza do americano médio branco que se vê como moral e racialmente superior aos demais:

Essas atitudes raciais deram frutos impressionantes nos sentimentos de condescendência e desprezo que os formuladores de políticas revelavam ocasionalmente. Franklin D. Roosevelt, defensor da política da Boa Vizinhança em relação à América Latina, revelou inconscientemente seus sentimentos de superioridade quando ofereceu um elogio ao que descreveu como "essas coisas sul-americanas". Ele observou: "Eles pensam que são tão bons quanto nós" e depois admitiu amplamente que "muitos deles são". Em Cuba, em 1933, ele demonstrou a força de seu paternalismo quando agiu sobre o que considerava "nosso dever" de impedir "a fome ou o caos entre o povo cubano" (HUNT, 1987, p.140, tradução nossa).

O antiamericanismo de fato foi um capítulo interessante na história das relações entre a América Latina e os EUA. Desde a primeira metade do século XX até o atentado do 11 de Setembro, sentimentos antiamericanos permeiam a forma como diversos grupos sociais latino-americanos enxergam os EUA. De fato, a construção da identidade americana parece muito pautada em se definirem em termos de “us” e “them”. (MCPHERSON, 2003).

É na ideia desse sentimento *Anti-Yankee*, muitas vezes causada pela intromissão em assuntos domésticos, que a promoção da política externa de Roosevelt é tão

significativa. Conforme discute em seu livro *The making of the Good Neighbor Policy*, Brice Wood (1961) define que, a partir da ascensão de Roosevelt, podemos notar algumas mudanças no comportamento dos EUA. Destacam-se políticas de não-intervenção e não-interferência tendo na influência a principal ferramenta de atuação.

De acordo com Tota (2000), a *realpolitik* controlava por vias pacíficas esse sentimento antiamericano, em uma abordagem que fosse condizente com a política defendida pela administração Roosevelt. Além do mais, essa política de não-intervenção se estendeu para o método de resolução de conflitos, que funcionaria com a “orientação” e arbitragem dos EUA e não mais com sua intervenção direta.

Esse conjunto de fato reorienta o interesse nacional americano, que agora vai para além do interesse das multinacionais, sem deixar de considerar seu papel (WOOD, 1961). De acordo com Moura (1984) esse princípio de não-intervenção era o início da manifestação do princípio da autodeterminação dos povos, discurso recorrente a partir da administração Roosevelt na década de 1930.

O respeito aos princípios de autodeterminação dos povos e não intervenção permitia um meio diplomático de manter os interesses estadunidenses sem despertar maiores animosidades com os governos do Sul, ainda que apenas em discurso muitas vezes. Ao mudar a política, o *core* da política de guerra se mantinha: a busca por minar a influência europeia, uma maior liderança americana e a busca por estabilidade política na região. A promoção do livre comércio era uma maneira eficaz de evitar a força comercial germânica.

No caso do Brasil, a projeção no panorama internacional da década de 1930 é marcada pela intensa sede por desenvolvimento industrial, após 1929, associada ao uso da diplomacia para de fato conseguir resultados de política externa. O grande enfoque no comércio e na boa relação com os grandes países do momento e os vizinhos marcam a forma dessa diplomacia. Nesse sentido, a tradição diplomática brasileira sinalizava para o adensamento das relações com os EUA - não somente eram os EUA um grande comprador do café brasileiro (ainda um produto muito importante) e, portanto, um grande parceiro comercial, mas também uma grande potência o que mostra os benefícios para o Brasil de estar alinhado a eles (CERVO, 2008).

A política externa do governo Vargas soube se aproveitar da competição entre os EUA e seu maior inimigo do Eixo (Alemanha) para conseguir vantagens para o Brasil, em especial no comércio exterior. O Brasil era vital para os interesses estadunidenses não somente pela força política estratégica na América do Sul, mas também pelo

fornecimento de matérias-primas essenciais ao esforço de guerra, como a borracha, o manganês, o minério de ferro, os cristais de quartzo, as areias monazíticas os óleos vegetais e as plantas medicinais (MOURA, 1984, p. 29).

Além das matérias-primas e da importância política estratégica do Brasil, a estratégia militar dos Estados Unidos de defesa continental passava pela necessidade de bases aéreas no Brasil. A difícil cooperação entre os militares estadunidenses e o Brasil se devia à presença de grupos pró-germânicos e neutralistas, fazendo-se necessário, nas palavras de Gerson Moura, uma conquista de corações e mentes.

Nesse sentido, a divisão de informações tinha o papel importante de criar e disseminar propaganda que favorece os ideais e interesses estadunidenses, contando até mesmo com a visita de Rockefeller em 1942 ao Brasil, para pessoalmente avaliar a atuação do OCIAA. A disseminação de notícias dos EUA para a América Latina e vice-versa foi uma importante ferramenta de transmissão cultural, mas, sem dúvida, são os filmes os mais marcantes.

A PRODUÇÃO AUDIOVISUAL DO *OFFICE OF THE COORDINATOR OF INTER-AMERICAN AFFAIRS*: NOTAS GERAIS

De acordo com Moura (1984), o *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA) surge sob a bandeira da promoção da cooperação interamericana e solidariedade hemisférica. O OCIAA tinha o projeto de consolidar os EUA como a potência regional das Américas, a partir de medidas abrangentes que envolvessem economia, política e propaganda, sendo uma agência que lidava diretamente com a segurança nacional dos Estados Unidos.

A estrutura do OCIAA compreendia as comunicações, relações culturais, saúde e comercial/financeira envolvendo os EUA e os demais países das Américas. No caso das comunicações e relações culturais, destacam-se ações voltadas ao rádio, cinema, imprensa, viagens, esporte, arte, música, literatura, publicações, intercâmbio e educação. Era, portanto, nessas duas sessões que a diplomacia cultural dos EUA mais se fazia presente.

O desafio de encontrar pautas comuns para criar uma aproximação entre os EUA e os países ao sul do Rio Grande levou o governo americano a se fixar em ideias pan-americanos, voltados à defesa da organização republicana, da aceitação da democracia

como um ideal, da defesa da liberdade e da dignidade do indivíduo e princípios de soberania nacional (MOURA, 1984).

A própria estrutura na qual os filmes devem ser compreendidos exigem uma integração e observação do contexto. Em um primeiro momento pode soar confuso como um instrumento tão complexo de disseminação de informação possa ter sido tão popular, mas é justamente pela compreensão das partes e do todo que a função social dos filmes do OCIAA se cumpre (VALIM, 2017).

Consciente do poder de transmissão ideológica, o OCIAA esforçava-se em propagar o *American Way of Life*, exaltar o esforço de guerra do Brasil no combate aos alemães, mas também criar a imagem de quem eram os Estados Unidos e quem eram os latinos. Enquanto dos EUA se mostravam as indústrias, as armas, a tecnologia e a potência de guerra, países como o Brasil eram representados como paraísos naturais, de muita música, dança e baianas brancas- para não desagradar tanto aos brasileiros da elite branca quanto ao público americano (MOURA, 1984)

A cooperação com o governo brasileiro e a disseminação de filmes no Brasil só ocorreram a partir de setembro de 1942, com a já citada visita de Rockefeller ao Brasil. Na ocasião, o DIP e o OCIAA acertaram o acordo sobre as áreas nas quais iriam cooperar: imprensa, propaganda, rádio e cinema.

O lugar dos periódicos na pesquisa histórica

Conforme aborda Tânia Regina de Luca (2013), a primeira metade do século XX marca o processo de modernização e mecanização do processo de produção de periódicos no Brasil. Sodré (1999, p. 371) atribui a esse processo à consolidação da estrutura empresarial dos jornais. Juntamente a essa revolução no formato e na produção desses periódicos surgem também a modernização no ato de se fazer. Nessa forma moderna de jornal, por vezes a atuação política e as opiniões deixam espaço maior para o comercial e a veiculação desses anúncios.

Os jornais acompanharam o desenvolvimento político do país, inclusive durante a revolução de 30, e destacam-se como aqueles favoráveis à queda de Washington Luís, como o *Correio da Manhã*, *O Globo*, *Jornal do Commercio*, *Diário Carioca*, *Diário de Notícias*, *O Estado de S. Paulo*, *A Plateia* e *Diário Nacional*.

É durante o Estado Novo que temos mais marcado o interesse do governo em difundir sua propaganda e ideais, considerando a imprensa central no período, sem

deixar de lado a censura: “Em nome de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, justificava-se a censura prévia à imprensa, teatro, cinema e radiodifusão” (DE LUCA, 2013, p.19). O Jornal *A Manhã* (1941) tornou-se uma espécie de porta-voz desse governo.

A história da imprensa revela as atuações das grandes figuras no cenário político, registrando em nuances o cotidiano político e cultural de processos históricos mais amplos. De fato, a imprensa em si é um agente desse desenvolvimento político e ajuda a moldar os caminhos que serão percorridos pelas nações. Maria Helena R. Capelato (1988) destaca que a construção da linguagem dos periódicos, além de se dirigir a classes econômicas distintas, filiava-se também a interesses específicos, de ordem política ou social.

A imprensa periódica, como define a autora, tem sempre duas faces: a empresarial, que representa os lucros e tudo aquilo que os donos dos jornais fazem para obter o sucesso de vendas; e também sua atuação política, ou seja, as ideias que são vendidas juntos com o produto. Por vezes, durante a história, jornais como *Jornal do Brasil* (1938) entravam na lista dos subversivos, ao denunciar as práticas do Estado Novo e a subserviência dos grandes jornais e veículos de imprensa da época ao regime. Fato curioso é notar que quando apertou-se o cerco de censura aos jornais, até mesmo *O Estado de São Paulo* que de acordo com Capelato (1988) foi um dos que abriram caminhos para as ditaduras do Estado Novo e de 64, foram um dos que sofreram censura.

O uso de periódicos como fonte histórica é recente, e vai aos poucos ganhando espaço dentro da produção historiográfica, deixando lentamente de ser alvo de desconfiança para conquistar centralidade como meio de análise. A questão central da desconfiança sempre era quais influências haviam moldado a redação daquele texto e se o mesmo era confiável. O uso dos periódicos como fonte permite à história perceber mudanças sociais e políticas e entender melhor temas relacionados a eles como, por exemplo, a censura desses periódicos e como isso tem impacto em suas publicações (DE LUCA, 2005).

Através de análise bibliográfica extensa foi possível perceber o destaque de alguns jornais na análise e comentários dos filmes Disney destacados neste artigo. A ideia, portanto, é investigar como a produção cinematográfica ligada aos estúdios Disney e desenvolvida no âmbito da Política da Boa Vizinhança foi recebida no Brasil. Assim sendo, para mapear a interação e vinda de Walt Disney ao Brasil foram

pesquisados na Hemeroteca Digital os termos “Walt Disney”, “Alô Amigos”, “The Three Caballeros” e “Disney”. Resultados que merecem destaque e que serão discutidos aqui foram encontrados em jornais como *Mirim*, *Suplemento Juvenil*, *Jornal do Brasil*, *O Jornal* e *A Manhã*.

Além disso, para melhor abordar a década de 1930 e também de 1940 sobre os trabalhos de Walt Disney, foram selecionados os periódicos *Careta* (RJ) e *Fon Fon: Semanario Alegre, Politico, Critico e Espusiante* (RJ) pela temática de suas publicações que mencionam Walt Disney e seu processo criativo.

Resultados e Discussões

O acordo do governo de Roosevelt com Hollywood – através da *Motion Picture Division*, divisão do OCIAA ligada ao cinema – visava representar a América dos sonhos, com instituições fortes e corretas e promovendo a escolha de temas vistos como simpáticos ao público latino-americano. Os filmes de solidariedade hemisférica teriam grande sucesso nesse sentido, em especial com a atuação de Walt Disney, primeiro com a animação *Fantasia* (1940) e depois com *Alô Amigos!* (1942) e *The Three Caballeros* (1944). É em *Alô Amigos!* que surge a icônica figura do Zé Carioca, que por ser brasileiro, amigável e um papagaio, não encontra dificuldades em fazer amizade com o americano e meio perdido Pato Donald, ao som de Carmem Miranda e Ary Barroso (MOURA, 1984).

Além das animações Disney, o OCIAA se encarregou de produzir documentários sobre os Estados Unidos e países latinos e, como já citado anteriormente, destacou pontualmente qual a imagem que gostaria de passar de cada um dos lados. O OCIAA também era atento quanto à distribuição desses materiais, levando o cinema americano muitas vezes até onde não havia energia elétrica.

Apesar do processo de americanização estar em curso, com seus filmes, costumes e estilos musicais, de acordo com Tota (2000) ainda havia preferência do público brasileiro pela música brasileira, tratando-se, portanto, de um processo de americanização que demandava diálogo junto às demandas do público brasileiro. Outro esforço associado foi a remoção, gradual e eficaz, de filmes europeus dos cinemas brasileiros. De acordo com Quintaneiro (2005), no final de 1943 praticamente só se exibiam filmes estadunidenses nos cinemas do Brasil.

Arrastando multidões por onde passava com seus filmes, mesmo em regiões ermas e distantes onde muitas vezes os cidadãos sequer haviam tido contato com o cinema ou com eletricidade, as exibições do OCIAA muitas vezes contavam com o apoio das autoridades e políticos locais, que também se beneficiavam das exibições. O OCIAA foi a lugares onde o DIP e a imagem de Vargas jamais haviam estado antes (VALIM, 2017).

A primeira menção do jornal *Mirim* (Rio de Janeiro, 23 de julho de 1941, edição 524) destaca a vinda de Walt Disney e sua equipe ao Brasil para lançar a animação *Fantasia* e, em especial, para o lançamento de um álbum de colorir nela inspirada. Já o jornal *Suplemento Juvenil* (Rio de Janeiro, 24 de julho de 1941, edição 1043) coloca que, nesta ocasião do lançamento do filme e do álbum *Fantasia*, Disney foi convidado de honra do governo brasileiro.

O *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro, 1941, edição 190) traz em destaque a presença de Vargas e sua Esposa Darcy Vargas na estreia do filme, juntamente com o destaque de Disney vir para conhecer o folclore brasileiro, música e contos populares e seus fãs locais, buscando o que no português da época se chamavam “motivos novos” para seus filmes. Estava aí, já em processo de criação, o que viria a ser a animação *Alô Amigos*. Os demais jornais citados na metodologia fazem coro às informações destes mencionados.

Com relação à animação *Alô Amigos*, de modo geral os jornais expressavam uma boa visão do lançamento da animação. No recorte de uma página do jornal *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1942, edição 14650), é interessante ressaltar dois elementos: o patrocínio da esposa de Getúlio Vargas e a repercussão do filme, tido como uma “homenagem ao povo brasileiro”. Tais elementos confirmam o que a bibliografia do assunto pontua, com a aliança entre os jornais e os mecanismos de propaganda do Estado Novo.

É possível notar um processo de reconhecimento na obra de Disney como, por exemplo, o reconhecimento do personagem “Zé Carioca” como nosso papagaio (*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 de agosto 1942, edição 14655). Além do mais, o jornal *A Manhã* (Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1942, edição 312) destaca o encantamento de Disney pela América do Sul como todo e em especial pelo Brasil e pela beleza do papagaio que inspirou seu personagem dedicado ao Brasil. Este mesmo jornal destaca os elementos de brasilidade na obra de Disney e seu encantamento pelas representações culturais do país e a sonoridade de Ary Barroso e Zequinha de Abreu.

A obra, segundo o jornal *A Manhã* (Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1942, edição 314), buscava agradar tanto a brasileiros quanto para mostrar aos estadunidenses as belezas que poderiam ser encontradas aqui. Em comparação com o jornal *Correio da Manhã*, o jornal *A Manhã* escreve muito mais matérias a respeito do filme, possivelmente por sua ligação com o governo varguista, o que se expressa, por sua vez, pelo esforço de apresentar a obra norte-americana como um elogio ao Brasil e à brasilidade. Na edição 322 de 26 de agosto de 1942, o jornal traz em destaque um cinema lotado com a estreia da animação e o detalhe de que o filme seria primeiro exibido aqui e depois nos Estados Unidos.

Já com relação a *The Three Caballeros* as menções são registradas em muito menor número. De fato a animação não foi tão aclamada quando “Alô amigos”. Como destaca a crítica do *Magazine Mensal A scena muda: eu sei tudo* (RJ, 24 de julho de 1945, edição 30) : “[...] é pena que a parte brasileira do filme, a parte da Bahia, a mais interessante, seja pequeníssima, em comparação com os metros de celulóide dedicados às belezas de nossos queridos vizinhos mexicanos.” E mais: “Zé carioca, apesar das ótimas intenções do criador, continua mal aproveitado.”

O Jornal (Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1944, edição 07548) destaca a participação de compositores brasileiros na produção de *The Three Caballeros*, após o sucesso de *Saludos Amigos*. *A Manhã* (Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1945, edição 01259) faz apenas algumas linhas descritivas sobre o filme, sem grandes críticas. O periódico carioca *Careta* (Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1941, edição 1734) relata, por sua vez, o sucesso de Walt Disney nas produções do camundongo Mickey e Branca de Neve durante a década de 1930 e como, a partir de 1941 as atenções se voltaram à vinda do produtor de Hollywood ao Brasil e às peculiaridades do Zé Carioca.

A edição 1730 de 23 de agosto de 1941 da *Careta* retrata sua chegada ao aeroporto Santos Dumont e a multidão de fãs que o aguardava. A edição 1735 de 27 de setembro de 1941 daquele mesmo ano destaca um possível interesse de Disney de levar “nosso papagaio”, tendo em vista que a paternidade de Zé Carioca é dupla, pois o primeiro esboço pertenceu a J. Carlos, como destaca:

Quando Walt Disney visitou o Brasil, num giro internacional por conta do lançamento do filme “Fantasia”, em 1941, tomou conhecimento do trabalho de J. Carlos numa exposição organizada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), do governo Vargas. Foi amor à primeira vista: o traço do brasileiro estava à frente de seu tempo. Disney bem que tentou levar J. Carlos para seus

estúdios, em Hollywood. Recebendo um não, levou pelo menos a ideia do papagaio. A capa de *Careta* que ilustra este texto, datada de 4 de outubro de 1941, mostra o momento em que o Zé fazia as malas, um tanto aborrecido com a convocação. E pior: mudo. De resto, cabe apenas salientar as palavras de J. Carlos, revelando o porquê de ter deixado de desenhar personagens infantis, justamente em 1941: "Fizlos durante mais de vinte anos, mas hoje, um esforço tamanho para quê? (...) A remuneração é tão insignificante. Quem é que pode concorrer com esses originais estereotipados estrangeiros?" (BRASIL, 2020, n.p.).

Outra edição da revista destaca o envio de um exemplar da revista *Careta* para Walt Disney (Rio de Janeiro, 25 de julho de 1942, edição 1778), junto com “historietas” sobre o papagaio. As relações entre Hollywood e o governo brasileiro datam de período anterior ao lançamento de *Alô amigos*, como destaca recorte do jornal *Careta* (Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1943, edição 1805): “Quando em princípios de 1942 tivemos a visita de Walt Disney e seus companheiros, foi exibido no DIP para os artistas brasileiros, um esboço do filme ‘Bambi’, cuja confecção exigiu cinco anos de árduos esforços.”

A edição 1877 da revista *Careta*, de 1944, destaca o sucesso a posteriori da música brasileira em Hollywood:

A música brasileira está vivendo em Hollywood o seu grande momento. Desde que Walt Disney levou para lá canções e sambas do Brasil, que Hollywood se curvou diante da nossa musica... Carmem Miranda, Ari Barroso, Zé Carioca – abafaram. De tal forma que algumas das músicas mais populares nos estúdios de Los Angeles são brasileiras (CARETA, Rio de Janeiro, 17 de junho de 1944, edição 1877).

A política da boa vizinhança não só era percebida como bem aceita, segundo recorte da revista *Careta*, RJ, edição 1916, de 1945:

A política da boa vizinhança do Presidente Roosevelt invadiu Hollywood. Já tivemos provas disso: os deliciosos desenhos de Walt Disney, um filme de Bette Davis (*A estranha Passageira*), as tentativas fracassada de Orson Welles. Agora coisa mais séria: o filme *Brasil*, com Carmem Miranda, e o filme *Sombrero*, com Dorothy Lamour. Ambos de intenção pan-americanista. Ambos de Boa Vizinhança. Antes assim: essa propaganda nos serve e nos faz bem... (CARETA, Rio de Janeiro, 17 de março de 1945, edição 1916).

A revista *Fon Fon: Semanario Alegre, Politico, Critico e Espusiante* (RJ) destaca (22 de agosto de 1942, edição 0034) a produção de *Alô amigos* após a visita de

Disney ao sub-continente sul-americano, destacando também a vinda de futuros filmes com a participação do personagem brasileiro, além do particular interesse de Walt Disney na música brasileira, tanto a clássica quanto a atual da década de 1940.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso da diplomacia cultural é um mecanismo digno de nota tanto para a área da história quanto para a área das relações internacionais. Para além de entender como um país visto como dominante no sistema internacional expõe suas ideias e influências, este artigo buscou mostrar como é a recepção dessas políticas de diplomacia não tradicional, e como o governo do país considerado receptor delas reage.

Os jornais brasileiros do período ditatorial Estado-novista pouco destoavam em críticas das interações recebidas dos Estados Unidos, visto a vigilância constante do DIP na natureza das publicações. Um ponto que pode vir a ser analisado em futuras pesquisas é atuação dos poucos jornais e periódicos que sobreviveram na resistência da era Vargas, uma vez que os principais jornais da época, como pontuado no artigo, cobriram de elogios à obra de Walt Disney e toda sua vinda ao Brasil, considerada uma ode ao povo brasileiro. Como visto, a política da Boa vizinhança era muito bem aceita.

Parece correto dizer que o cinema foi, se não a mais, uma das mais efetivas e bem recebidas ferramentas da política externa de Roosevelt para o Brasil, capaz de encantar aos mais novos e homenagear aos mais velhos, passando despercebida como ferramenta de política que era. O cinema triunfou, como dito, alcançando lugares que nem mesmo o governo Vargas havia chegado, levando consigo a música de consagrados compositores brasileiros.

O sucesso da animação *Alô Amigos* destoa do pouco impacto que *The Three Cabaleros* teve no Brasil pelos motivos destacados acima, como por exemplo o pouco destaque que recebe o papagaio Zé Carioca durante a produção e a centralização exacerbada no personagem estadunidense - o Pato Donald.

Conclusivamente, é possível destacar a importância de ferramentas culturais e de influência na construção da política externa de um país. Não somente os Estados Unidos com todo seu poderio em construção durante a primeira metade do século XX se beneficiaram de usar o cinema como ferramenta, mas também o Brasil, que sem dispor de grandes feitos econômicos ou bélicos conseguiu construir uma imagem positiva e

estabelecer bons relacionamentos com a potência regional do continente americano, provando assim que o “*soft power*” e a diplomacia cultural servem a nações de todos os tamanhos e cores.

REFERÊNCIAS

Jornais (anos 1930-1940)

Careta.

Correio da Manhã.

Fon Fon: Semanario Alegre, Politico, Critico e Espusiante.

O Jornal.

Jornal do Brasil.

Magazine Mensal A scena muda: eu sei tudo.

A Manhã.

Mirim.

Suplemento Juvenil.

Bibliografia

BRASIL, Bruno. J. Carlos e Walt Disney: entre a homenagem e o plágio. Hemeroteca Digital, disponível em [http://bndigital.bn.gov.br/artigos/cultura-pop-j-carlos-e-walt-disney-entre-a-homenagem-e-o-plagio/?fbclid=IwAR36lrcdH6A-](http://bndigital.bn.gov.br/artigos/cultura-pop-j-carlos-e-walt-disney-entre-a-homenagem-e-o-plagio/?fbclid=IwAR36lrcdH6A-HKsCtmxXhvbMwHtGvuapXrWVMPqeV_5aplQthqDOFijRdzs)

HKsCtmxXhvbMwHtGvuapXrWVMPqeV_5aplQthqDOFijRdzs. Acesso em 06/07/20.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

CERVO, Amado Luiz. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

COSTA, Amanda Danelli. A cidade do Rio de Janeiro: cultura urbana e imagem turística. *Acervo*, v. 28, n. 1, 2015, p. 186-195.

DE LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

DUMONT, Juliette; FLÉCHET, Anaïs. "Pelo que é nosso!": a diplomacia cultural brasileira no século XX. *Revista Brasileira de História*, v. 34, n. 67, jun. 2014, p. 203-22.

HUNT, Michael. *Ideology and US foreign policy*. New Haven: Yale University Press, 1987.

MCPHERSON, Alan. *Yankee no! anti-americanism in U.S.-Latin American relations*. Harvard University Press: Massachusetts/ London, 2003.

MERLE, Marcel. *Forces et enjeux dans les relations internationales*. Paris: Economica, 1985.

MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SUPPO, Hugo; LESSA, Mônica (org.). *A quarta dimensão das relações internacionais: a dimensão cultural*. Rio de Janeiro: Contra Capa 2012.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VALIM, Alexandre Busko. *O triunfo da persuasão: Brasil, Estados Unidos e o cinema da Política da Boa Vizinhança durante a II Guerra Mundial*. São Paulo: Alameda, 2017.

QUINTANEIRO, Tania. Cinema e guerra: estratégias e objetivos da política estadunidense no Brasil. *Comunicação e Política*, v.23, n.2, p. 41-69, 2005.

WOOD, Bryce. *The making of The Good Neighbor Policy*. Columbia University Press, The Northon Library, New York, 1967.

PENSAMENTO CRÍTICO E QUESTÃO NACIONAL NA AMÉRICA LATINA DO ENTRE-GUERRAS

Paulo Alves Junior¹

Yuri Martins-Fontes²

Solange Struwka³

INTRODUÇÃO

As primeiras décadas do século passado foram fundamentais para a produção teórica na América. No contexto latino-americano, por volta dos anos 1920 o impacto da Revolução Russa se faz nítido: são criados vários partidos comunistas ao longo das nações do continente. Em consequência deste surto organizacional, a recém-criada Terceira Internacional – a Internacional Comunista – passa a considerar com mais cuidado as nações americanas, fomentando com rigor debates acerca da questão nacional em *nossa América*

Sob a influência dialógica da nova Internacional, ainda dirigida democraticamente por Lênin, no início do entre-guerras, começam a ser sistematizadas contribuições críticas para uma autêntica interpretação da realidade histórica e social de nossas nações. As análises produzidas no período questionaram dogmas *positivistas* e *eurocêtricos* – que dominavam as teses da Segunda Internacional (a Internacional Socialista, de orientação parlamentar e pacifista). Contudo, apesar destes avanços crítico-analíticos, cabe ressaltar que as mencionadas perspectivas socialistas da Segunda Internacional, enrijecidas pela influência do positivismo do século XIX, logo voltariam a deter a hegemonia do movimento comunista internacional, quando da ascensão de Stálin ao poder: com a burocratização que obnubilaria a liberdade do pensamento dialético em prol de um materialismo mecanicista.

¹ Doutor em Sociologia pela Unesp; professor-adjunto de História da Unilab (BA); pesquisador-membro do Núcleo Práxis da USP e do Centro Integrado de Investigação Transdisciplinar ‘Cultura, Espaço e Memória’ da Universidade do Porto.

² Doutor em História pela USP/CNRS, com pós-doutorados em Ética e Filosofia Política (USP) e em História, Cultura e Trabalho (PUC-SP); escritor, professor e jornalista, pesquisador-membro do Núcleo Práxis da USP.

³ Doutora em Psicologia Social pela USP; professora-adjunta da graduação e pós-graduação da UNIR (RO); pesquisadora-membro do Núcleo Práxis da USP.

Apesar desta *regressão*, grandes pensadores americanos mantiveram por décadas a guarda, em defesa de uma análise efetivamente dialética da realidade de nossas nações, manifestando-se contrários às concepções transplantadas artificialmente da Europa para a América.

Nesse sentido, este artigo propõe uma reflexão acerca da questão nacional na América Latina, analisando-se certos problemas e traços fundamentais que são comuns à maioria dos povos americanos, como sobretudo: a tese sócio-histórica do evolucionismo social (ou etapismo, evolução por etapas), e sua conseqüente derivação política prática, o aliancismo (aliança submissa dos trabalhadores com parcela da burguesia pretensamente “nacionalista”, em um suposto “primeiro momento” revolucionário-burguês).

Finalmente, expõe-se alguns aspectos básicos da produção elaborada por intelectuais que foram dos mais relevantes pensadores do período, e que em diálogo com a tradição marxista de seu tempo, ajudaram a conformar e consolidar um autêntico pensamento crítico latino-americano. Dentre os pensadores mais expressivos do período, destacamos aqui: o cubano Julio Mella (1903-1929), o peruano José Carlos Mariátegui (1894-1930), e o brasileiro Caio Prado Júnior (1907-1990).

Vale observar, desde logo, que a produção intelectual desse período não é façanha da genialidade de indivíduos isolados, mas expressa as disputas coletivas e conquistas sociais travadas nos países americanos, impulsionadas pelo contexto internacional. Como exemplo, citamos: o aprofundamento das contradições geradas pelo avanço do poder dos Estados Unidos, notadamente subjogando países latino-americanos; a Reforma Universitária de Córdoba (1918), a organização dos trabalhadores em sindicatos e a criação de partidos políticos socialistas e comunistas; a organização autônoma dos povos originários, e as alianças desses povos com os trabalhadores urbanos (mineiros, ferroviários, etc); bem como o já citado ecoar da Revolução Russa (de 1917), cujo impacto se fazia universal especialmente através da criação da Terceira Internacional (1919), processo que, na perspectiva latino-americana, culminaria com a Conferência Comunista de Buenos Aires (1929).

Estes eventos foram determinantes para a construção das redes de apoio, solidariedade política e intelectual, comunicação de massas, e militância entre movimentos populares e partidos socialistas de diversos matizes.

Note-se ainda que a análise desse grupo de intelectuais e políticos críticos, emergido do movimento operário e camponês, das salas de aula da universidade e do

jornalismo, não significa a ocorrência de uma homogeneidade ideológica. Entretanto, as ideias defendidas por eles foram determinantes para posteriores processos insurgentes que buscariam uma transformação social nas nações do continente.

Dentre as análises produzidas nesse período, os temas mais relevantes para se pensar a questão nacional são: as interpretações da formação social dos países americanos e, conseqüentemente, a investigação das particularidades dos processos revolucionários independentistas; o combate ao imperialismo, notadamente o estadunidense; as alianças subservientes das elites internas com as estrangeiras; a questão agrária, como sendo um dos fatores principais da formação política, econômica e social de nossas nações.

DO SENTIDO EXTERNO DA COLONIZAÇÃO AO IMPERIALISMO

Como premissa das causas fundamentais que assentam as desigualdades produzidas nos países da América Latina, apontamos o “sentido externo” da nossa colonização – conforme o conceito desenvolvido por Caio Prado Júnior (2000) –, processo que atrela o vetor mercantil de nossa evolução nacional à expansão do mercado mundial. Pela colonização, sujeitos a uma metrópole dominadora, fomos inseridos em um sistema de poder, no qual os circuitos comerciais e financeiros seguiram a lógica da troca desigual, apoiada no velho preceito de “comprar barato e vender caro”. Essa lógica – materializada à custa da espoliação das riquezas, genocídio e escravização dos povos originários, bem como daqueles arrancados da África –, foi a base da acumulação primitiva do capital (MARX, 2013), tornando-se o alicerce da formação social dos países da América.

De acordo com Cueva (1983), a inserção dos países latino-americanos na acumulação primitiva está na base da formação econômica e social. Pois, ao passo que isso possibilitou uma acumulação sem precedentes aos países centrais, impediu o desenvolvimento nas colônias – ao extorquir e enviar suas riquezas para o exterior. Esse processo, mantido por mais de três séculos, configurou a herança colonial e a matriz econômica, social, cultural e política de nossas nações. Deste modo, a clássica assertiva de Caio Prado Júnior (2000), do Brasil como sendo parte do negócio capitalista europeu – o que alude ao sentido da colonização brasileira – pode ser generalizada para os demais países do continente.

Viera (2018) aponta que tomar essa afirmação pela raiz, significa compreender a formação aqui produzida como uma experiência única da colonização, em que o sentido da edificação de toda a estrutura social está sujeito ao interesse da colonização. Sendo que esta possui como tríade basilar: o latifúndio; a tendência à monocultura; e o trabalho compulsório (no limite, a escravidão). Como consequência, produziu-se a cristalização de uma sociedade segregada, que respondia às necessidades de acumulação demandadas pelas economias centrais do capitalismo.

O intragável legado colonial não será superado nas independências políticas – restritas, truncadas, incompletas – ocorridas nos primeiros três quartos do século XIX. Os processos independentistas responderam às mudanças no domínio dos países centrais e representam um padrão oligárquico-dependente de desenvolvimento capitalista (CUEVA, 1983). De forma geral, as sociedades latino-americanas, geradas a partir dos processos de independência, continuaram tendo seu modo de produção baseado na escravização, na concentração de terras e na produção de bens primários, estando sempre voltadas maioritariamente para o mercado externo.

Nesse sentido, fica evidente que a emancipação do estatuto colonial, além de não significar a superação de determinantes fundamentais do período anterior, manteve seu cerne e propiciou o aprofundamento de suas raízes, em especial, pela maior inserção dos países no mercado mundial, a partir dos interesses do novo domínio imperial que se impôs: a Inglaterra. Assim, a decadência dos países ibéricos (Portugal e Espanha), primeiros usurpadores dos povos e territórios americanos, e a efetivação dos processos de independência política não significaram uma ruptura das condições de troca desigual e orientação da produção a partir das demandas externas. Pelo contrário, alguns países se integraram de forma mais ativa na manutenção da mesma lógica. Essa maior integração ao mercado mundial ocorreu a partir de dois vetores: as condições reais de cada país, e as mudanças decorrentes do avanço da industrialização nos países centrais do sistema capitalista. Dessa forma, primeiramente se inseriram Chile, Brasil e, posteriormente, Argentina, pois haviam desenvolvido infraestrutura econômica na fase colonial e foram assim capazes de produzir condições políticas estáveis (MARINI, 2017).

O final do século XIX foi marcado por significativas mudanças no centro sistêmico geopolítico: novas potências se projetam para o exterior, em especial a Alemanha e os Estados Unidos – este, com uma política particularmente centrada no continente americano. Nos países centrais ocorre também uma reorganização da

produção, a partir do aumento da indústria pesada e da tecnologia. Dessa maneira, a economia passa a concentrar suas unidades produtivas, criando as condições para o surgimento do desenvolvimento dos monopólios. Essa característica é a marca principal da nova fase do capitalismo: o imperialismo.

De acordo com Lênin (1987), até a transição dos séculos, a base do sistema econômico foi a livre-concorrência e o livre-comércio, em que a concentração da produção e capital, e o surgimento de monopólios foram as principais características. A partir do surgimento dos monopólios, marca fundamental do imperialismo, o processo de acumulação capitalista produziria uma tendência cada vez maior da concentração, tanto do capital industrial, quanto do capital financeiro. O resultado dessa reorganização foram grandes monopólios sedentos por novos mercados e novas fontes de matéria prima, que forçariam a anexação de regiões menos *industrialmente desenvolvidas* do planeta. Em suas palavras “o capitalismo se transformou num sistema universal de opressão colonial e de asfixia financeira da imensa maioria da população do globo por um punhado de países ‘avançados’” (LÊNIN, 1987, p. 11).

Essa nova divisão internacional do trabalho, orquestrada pelas nações imperialistas, possibilita então que elas detenham altos lucros e transfiram os custos sociais e econômicos da manutenção de suas riquezas para outras nações. Dessa forma, podem manter sua posição de domínio hegemônico, a partir da reprodução do subdesenvolvimento, da pobreza e dependência das nações por elas subjugadas, como as da América Latina.

Nesse contexto, cabe caracterizar o papel assumido pelas burguesias nos países latino-americanos. Antes disso, entretanto, é preciso destacar uma característica fundamental da economia dos países periféricos, que é baseada na exportação. Diferentemente dos países centrais, em que a atividade econômica está subordinada à relação existente entre as taxas de mais-valia e de investimento, nos países dependentes o mecanismo econômico fundamental provém da relação exportação-importação. Assim sendo, mesmo que a mais-valia seja obtida no interior da economia, ela se realizará no mercado externo, por meio da atividade de exportação. Ou seja, o excedente passível de ser investido sofre ação direta de fatores externos e a mais-valia realizada na esfera do comércio mundial pertence aos capitalistas estrangeiros. Portanto, apenas uma parte dessa mais-valia permanece com as burguesias locais – e na economia nacional. Estas perdas, contudo, foram compensadas pelas burguesias latino-americanas mediante o aumento do valor absoluto da mais-valia, o que significa a maior expropriação e

submissão dos trabalhadores, que é o que Marini (2017) nomeou como “superexploração da força de trabalho”, que constitui, nas palavras do autor “o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo que isso implica em matéria de baixos salários, falta de oportunidade de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial” (p. 52).

Em síntese, a compensação no nível da esfera de circulação é um mecanismo que opera no nível da produção interna dos países latino-americanos e a superexploração do trabalhador está vinculada às forças produtivas dessas economias fundamentalmente pelo fato de que a atividade econômica mais importante está submetida à produção de bens primários (MARINI, 1990). Essa complexa formação econômica e social, assentada no latifúndio e na tendência à monocultura, sempre contou com o apoio e os ganhos das classes dominantes, sócios minoritários locais dos capitalistas das nações poderosas. São setores burgueses que se beneficiaram com as trocas desiguais e atuaram como intermediários e representantes do capital internacional.

Identificar essa dinâmica particular de dominação imposta aos países latino-americanos é fundamental para se buscar construir um real movimento de emancipação: sem a superação do capitalismo e do imperialismo, que se aproveita de bases alicerçadas na herança colonial, não há possibilidade de garantir as condições mínimas de acesso aos bens comuns e à riqueza socialmente produzida.

Foi no aprofundamento das contradições geradas pelo avanço do poder dos Estados Unidos sobre os países latino-americanos, que as lutas e reflexões marxistas acerca do imperialismo e das singularidades do capitalismo nos países latino-americanos, foram desenvolvidas. A identificação do imperialismo estadunidense como inimigo dos demais povos da América se fez evidente já nas primeiras décadas do novo século. O mesmo não ocorreu em relação ao caráter das outrora chamadas “burguesias nacionais”, sendo essa uma das questões mais polêmicas nos embates teóricos das primeiras décadas do Século XX – debate no qual se sobressaem grandes pensadores marxistas, tais como José Carlos Mariátegui, Julio Antonio Mella e Caio Prado Júnior.

Essas décadas, além dos eventos mencionados – Revolução Russa, Reforma Universitária, organização sindical e partidária, e aliança operário-camponesa –, também foram marcadas pela impactante Revolução Mexicana (de 1910), processos que fomentam o intercâmbio político e de ideias por entre os povos de toda a América.

O PROBLEMA DAS BURGUESIAS INTERNAS ANTINACIONAIS

Da perspectiva vinculada à práxis revolucionária, além do imperialismo, outra questão fundamental aos povos americanos é a necessidade histórica de se compreender objetivamente a ação política limitante operada pelas “burguesias internas” da América Latina – classes dominantes que nunca foram “nacionais”, como pensaram certos críticos (sobretudo na primeira metade do século XX), mas, sim, sempre subalternamente aliadas às burguesias dos países centrais do capitalismo: e portanto “antinacionais”.

Considerando que o processo de emancipação política está na origem da nação, o rescaldo desse movimento implica nas particularidades sócio-históricas dos setores que compõem as classes sociais por aqui gestadas. O problema, que envolve diretamente a questão nacional, se liga a temas recorrentes e fundamentais da tradição marxista, como: as formas e as relações que se organizam, a sociedade e o Estado (IANNI, 1995).

Se analisada a partir de uma perspectiva historicista, a “questão nacional” remonta ao século XIX, momento em que, na Europa, há intenso debate acerca do significado de “nação”, desembocando na concepção de que se tratava de uma unidade *étnico-linguística* e que cada uma dessas “unidades” deveria ser reunida politicamente em um único Estado. Neste mesmo período, “nações” como Sérvia, Irlanda e Tchécua – povos de etnia e língua própria – “estavam sob ocupação das potências imperialistas da época (HOBSBAWM, 1991, p. 33 e ss).

Essa problemática, tematizada no âmbito do comunismo internacional por Lênin e Rosa Luxemburgo, impõe a necessidade de não só recuperar a própria consolidação de instituições políticas, que levam à direção e organização do Estado, mas também, e principalmente, de tratar aspectos que explicitam a ordem desigual e opressora dominada pelas nações imperialistas.

Para exemplificar como a questão nacional foi tema decisivo para o contexto que antecede a “Revolução de Outubro”, Rosa Luxemburgo chamava atenção para o programa do Partido Operário Social-Democrata Russo (POS DR) e suas legítimas inquietações sobre a temática. No programa do POS DR, a líder dos *espartaquistas* mostrava o quão importante era a supressão dos Estados e a completa igualdade de direitos para todos os cidadãos, sem diferença de “sexo, religião, raça, ou nacionalidade” e ainda, proclamava as premissas de que a “população da nação deve ter

o direito de frequentar escolas gratuitas e autônomas que ensinem o idioma nacional”, e “utilizar sua língua nas assembleias, como também em todas as repartições estatais e públicas” (LUXEMBURGO, 1988, p. 10).

Entre os expoentes dos partidos comunistas na Alemanha e Rússia, é o russo que demonstra, além da luta de classes dentro e fora dos territórios nacionais, a existência da luta entre as “nações opressoras” e as “nações oprimidas”. Essa também deve ser estudada no horizonte classista da correlação de forças e das condições sociais, políticas e econômicas que definem as estruturas de determinada classe social. Na tentativa de defender o posicionamento dos comunistas em relação às lutas nacionais de enfrentamento ao imperialismo, Lênin reconhece que “até agora, a nossa experiência comum sobre este assunto não é muito grande, mas pouco a pouco reuniremos uma documentação cada vez mais abundante” (LÊNIN, 1971, p. 102). O líder bolchevique identifica a questão nacional como elemento decisivo para a consolidação “das necessidades revolucionárias”.

Esta discussão impunha, desde o século XIX, grandes debates e divergências dentro do movimento socialista: a própria Rosa Luxemburgo discordava de Lênin, devido ao entendimento das “origens burguesas da polêmica nacional” (LUXEMBURGO, 1988).

Mais tarde, a questão foi incorporada aos debates sobre o programa do Partido Operário Social-Democrata Russo (POS DR). Lênin, como um dos dirigentes do partido, sempre teve o tema na ordem do dia. Suas assertivas a respeito indicavam que na Rússia não seria possível fazer triunfar a revolução socialista sem que fosse dada uma atenção especial à questão nacional: pois o ideário de Estado do nacional-liberalismo pretende salvaguardar “os privilégios estatais da burguesia grã-russa” (LÊNIN, 1986, p. 532).

A polêmica com Rosa Luxemburgo deriva da compreensão de Lênin de que a revolucionária alemã não percebera o quanto a questão nacional é fundamental para a autonomia das nações – e, portanto, sua importância para o projeto revolucionário. Para Rosa, a defesa feita por Lênin da questão nacional resultaria na reestruturação do Estado Nacional burguês. Contudo, é importante aqui ressaltar que tal avaliação não corresponde às assertivas de Lênin, para quem a autodeterminação das nações deve ser uma das reivindicações do programa do partido revolucionário, que assim como tantas outras, só poderá ser completamente implementada quando for vitoriosa a revolução socialista.

Nota-se que o esforço de Lênin vai na direção de elaborar algumas teses sobre a questão nacional, sem tirar do horizonte o “assalto ao céu”, como finalidade central dentro da ordem do capital e conseqüente luta de classes enfrentada pelo POSDR. O traço particular deslindado é entender que a luta de classes ocorre dentro de um “terreno nacional”, adquirindo um “caráter internacional”.

A luta da classe operária contra toda e qualquer exploração exige a total solidariedade e a mais estreita unidade dos operários de todas as nações, da mesma forma que a resistência à política “nacionalista burguesa” independe de sua nacionalidade. Portanto, o caráter *classista* da questão nacional precisa ser compreendido para que não gere ilusões e confusões no meio da classe trabalhadora, evitando assim, como bem ressalta Lênin: “dividir para regozijo da burguesia. A negação do direito à autodeterminação significará, na prática, o apoio aos privilégios da nação dominante” (LÊNIN, 1986, p. 533).

Quando observamos o caso da América, logo se percebe que esta noção de “nação”, ao contrário dos europeus e mesmo dos asiáticos, não se adéqua a nossos povos: não cabe pensar nossas nações *mestiças* predominantemente em termos étnicos, e muito menos linguísticos (dadas nossas línguas impostas pelas metrópoles). Estes formatos pré-fabricados de interpretação que nos chegavam (e chegam) desde a realidade europeia, perturbaram a autenticidade de muitas análises da tradição crítica, sobretudo até meados do século XX. Para adentrar nesse debate, é preciso antes perceber – como o mostra Caio Prado [2000] – que nossos países foram constituídos a partir da expansão mercantil das fronteiras europeias.

Esta condição nos situa na “periferia” do capitalismo, este sistema cuja consolidação se fundaria não só nas *riquezas materiais*, mas ainda nos *saberes originários* americanos (CASTRO, 1951).

Tais discussões foram centrais nesses tempos de formação de uma autêntica reflexão sobre as realidades nacionais, levando a uma problemática polarização: em um dos extremos, os marxistas de concepção mecanicista ou dogmática, que tentaram enquadrar artificialmente nossas realidades no modelo europeu (tido então como sendo “universal”); de outro lado, os intelectuais progressistas (por vezes próximos ao marxismo), mas excessivamente relativistas, que se desviam da tradição crítica *totalizante* ao exagerarem as supostas “especificidades regionais” de seus povos (LÖWY, 2006).

Destas concepções falhas, adviriam erros de interpretação histórica que desaguardariam em equívocos políticos graves. No campo das ideias revisionistas, sobressai o pensamento nacionalista-eclético de Haya de la Torre – da Aliança Popular Revolucionária Americana –, que defende que o marxismo seria um pensamento “europeu”, nascido de sociedades forâneas, e que portanto não serviria às análises da América. Desse posicionamento oriundo da pequeno-burguesia, resultaria um indigenismo “filantropo” (MARTINS-FONTES, 2018, p. 39 e ss)

Haya visitou a URSS e foi admirador de Lênin, mas não do Lênin *total* – intelectual e homem de ação –, mas antes do grande *líder* que mobilizava multidões. Além disso, absorveu certas ideias anti-imperialistas (HAYA DE LA TORRE, 2017) – mas apenas até onde interessava ao paternalismo aprista *burguês-nacional*, com suas pretensões de grande vanguarda libertária.

No outro polo dos equívocos, o erro do marxismo *vulgar* (de matriz eurocêntrica) deriva da tentativa de elaborar os problemas da América dentro de esquemas que, embora possam ter sido acertados no caso de povos europeus, a nossos povos não foram adequados, prejudicando a elaboração de uma visão mais justa que pudesse ter tido efetividade prática. Esse problema teve sua “resolução” histórica, como se sabe, na clamorosa derrota do socialismo em nossos países, a partir dos anos 1960, com a instalação de regimes contrarrevolucionários militares de perfil bonapartista (RAGO FILHO, 2001). Dentre as questões fundamentais concernentes a esses debates, está a ideia de que em nossas nações o colonialismo tinha conformado modos de produção “feudais” – e que isto nos deixara resquícios após a independência, sendo pois preciso levar a cabo uma prévia “revolução burguesa”. Consequência disso seria a orientação estratégica de que os comunistas se aliassem, de modo submisso, a frações das classes dominantes – parcelas da burguesia que supostamente teriam interesses “nacionais”.

QUESTÃO NACIONAL E PENSAMENTO CRÍTICO

Com os impactos da Revolução Russa de outubro de 1917, dá-se a mencionada criação da Terceira Internacional, que teria um fundamental papel mediador nos debates vindouros que se travariam na seara do marxismo. Por conseguinte, aprofundam-se os debates voltados à realidade dos povos da América, no qual alguns grandes pensadores críticos teriam papel fundamental. São os primeiros esforços por se conceber a realidade

americana de um modo autêntico, de acordo com a concepção dialética da história proposta pelo método marxista.

Neste período inicial do pós-guerra – quando começam a ser construídos os partidos comunistas de toda a América – a Internacional Comunista, nos primórdios ainda liderada por Lênin, teve um importante papel formador, no tocante à consolidação dos debates sobre nossa questão nacional (LÖWY, 2006).

Dois documentos da Internacional, pioneiros sobre a questão nacional americana, impactaram o debate no campo do marxismo: “Sobre a Revolução na América: um chamado à classe operária das duas Américas” (1921), e “Aos operários e camponeses da América do Sul” (1922/1923). Neles se concebe a unidade entre o proletariado e o campesinato como sendo a estratégia revolucionária latino-americana; defende-se a ideia de que um partido de vanguarda operário-camponês deveria liderar a luta pelo socialismo dos povos latino-americanos, pouco industrializados e dependentes, de modo que tais nações prescindiriam da passagem pela etapa histórica, supostamente prévia, de um capitalismo “nacional” e “democrático”. Além disso, note-se que nesses documentos não se fala em “feudalismo” – ideia que povoou diversas teses marxistas –, mas sim faz referência ao problema da luta no campo como sendo um embate contra o “capitalismo agrário”. E ainda, os textos – de surpreendente vanguarda – destacam a cumplicidade que se estabelecera entre as burguesias nativas, *internas*, e o imperialismo, o que negava a ideia da existência de uma suposta “burguesia nacional” (tese que depois, durante o stalinismo, ganharia protagonismo nos partidos comunistas da América).

Alguns pensadores críticos, deste tempo de *formação* do marxismo americano – como Julio Mella, Mariátegui e Caio Prado – seguiram esta linha de pensamento questionadora, a qual, mais tarde, nos anos 1960, com os revezes trágicos do campo socialista, se mostraria acertada. Um ponto básico desse debate é a compreensão de que jamais existiu em *nossa* América as tais “burguesias nacionais”, que se supunha serem providas de “confiáveis” sentimentos *nacionalistas*. Pelo contrário, nossas burguesias sempre foram aliadas, sócias minoritárias do imperialismo, pretensamente brancas, crentes que ascendiam de uma etnia tão “europeia” como “pura”, e especialmente, identificadas com valores e cultura europeus-ocidentais.

Vejamos, pois, certas características do pensamento sobre a questão nacional de alguns dos principais intelectuais desses tempos de formação do marxismo na América (fortemente influenciado pela Revolução Bolchevique), cujo debate foi bastante

impactado pela evolução das teses da Terceira Internacional, e ao longo de décadas por ela mediado: Julio Mella, José Carlos Mariátegui e Caio Prado Júnior.

Julio Mella e a questão nacional

Julio Antonio Mella Mc Partland foi um dos fundadores do movimento estudantil da América. Estudou filosofia, direito, e trabalhou como jornalista. Seu marxismo se mirou fortemente no exemplo de Lênin – “homem de ferro e luz da Rússia Vermelha”, “um super-homem que soube com o poder de seu gênio dar um poderoso impulso à transformação de uma civilização” (MELLA, 1999, tradução nossa). “A causa do proletariado é a causa nacional” – afirma em “Los nuevos Libertadores”, ao criticar a entreguista Emenda Platt: “hipoteca” com que Cuba se submeteu aos Estados Unidos para lograr sua independência da metrópole espanhola. O proletariado – afirma ele: “é a única força capaz de lutar com probabilidades de triunfo pelos ideais de liberdade, na época atual”; assim, tal qual um “novo Espártaco nos campos e nas cidades”, ergue-se para “lutar por todos os ideais do povo”, sendo seu objetivo a construção de “um regime de homens do povo”, pois os proletários sabem que essa é a “única garantia da justiça social”. Para Mella (1999, p. 226), portanto, o intuito da organização política dos trabalhadores é o de “socializar” a riqueza, conforme os “princípios” que Karl Marx “erigiu em axiomas teóricos”, e que Lênin desenvolveu como “magníficos monumentos de beleza e justiça” – processo transformador que somente os “professores fossilizados” e os “burgueses sem cérebro combatem”.

Em uma visão perspectiva e distanciada pelo tempo – a qual nos oferece um ângulo mais acurado para a compreensão do todo histórico –, é importante perceber Mella como uma peça fundamental que constitui a “continuidade revolucionária” cubana, começada com o socialismo idealista de José Martí, e que triunfaria quase um século depois com a revolução liderada por Fidel Castro Ruz (MELLA, 1975).

No I Congresso Revolucionário dos Estudantes de Cuba, organizado pelo próprio Mella em sua época universitária, o marxista cubano condena com veemência o imperialismo, elogia a Revolução Russa, e manifesta apoio aos movimentos de libertação nacional africanos e asiáticos. Junto a outros importantes lutadores marxistas, como Carlos Baliño (operário), Miguel Pérez (professor) e Alfonso Bernal (psicólogo), funda o primeiro Partido Comunista cubano, em 1925 (SILVA GARCÍA, 2016).

Em sua obra, de curta extensão dada sua breve vida, destacam-se os seguintes escritos: “A guerra de classes em Cuba”, e “O proletariado e a libertação nacional”. O primeiro deles, de 1926, é um veemente protesto contra a matança de vários de seus camaradas, dirigentes operários, pelos agentes de Machado; no início deste texto, em vista da luta de classes que se acirrava e de uma burguesia cubana que se mostrava aliada do imperialismo, ele afirma (MELLA, 1971): “Não há mais pátria. Só classes inimigas. A guerra classista explodiu brutal, violenta, sanguinária”. Sobre o “tirano” Machado, sua análise é de que não passa de um “girino incompleto de uma classe nacional que ainda não nasceu”, e que assim, usa-se do “fascismo” como um “remédio temporário contra a democracia” – prática incapaz de obter a “cura do mal social”. Ele observa ainda que, não obstante, uma “doutrina reacionária nunca deterá a marcha dos acontecimentos”; e que o “sangue é o adubo da liberdade”. Neste processo histórico, Mella invoca o “passado heroico” que “guia” a classe proletária, desde o “grito das vítimas imoladas nas valas da Comuna de 1871”, ao “clamor mundial da revolta de 1917” (bolchevique).

Já o outro texto mencionado, de 1928, se trata de uma crítica ao nacionalismo populista, corrente que ganhara força popular por toda a América através da influente APRA de Haya de la Torre. Mella reitera aí sua ideia de que não existe uma “burguesia nacional” latino-americana, pois que tais elites nativas são sócias e, portanto, aliadas dos imperialismos. Em sua argumentação, cita passagem de Lênin (de tese ao II Congresso da Internacional) em que o bolchevique afirma – em oposição ao “esquerdismo” ingênuo – que “nos países atrasados e nas colônias”, a Internacional deve sim apoiar os “movimentos nacionais de libertação”, frisando por outro lado que tal aliança deve se dar apenas “temporariamente” e que o movimento proletário não deve “se fundir” com a “democracia burguesa”, mas sempre salvaguardar “expressamente sua independência”. Esta opinião de Lênin sobre a “frente única” – diz Mella –, mostra-o como o mais “prático e exato intérprete de Karl Marx”. Para Mella (1971, p. 76-78), a “frente única” proposta pela APRA, ao não estabelecer claramente o “papel do proletariado”, se reduz a uma proposição “abstrata”: e portanto “não passa da *frente única* em prol da burguesia, traidora clássica de todos os movimentos nacionais de verdadeira emancipação”. E complementa taxativo: se o imperialismo é o “ladrão estrangeiro”, as burguesias na América Latina são os “ladrões nacionais”.

Mariátegui e a questão nacional

Outro influente pensador da questão nacional americana – e um de nossos marxistas mais universais – foi José Carlos Mariátegui La Chira. Sobre a Revolução Russa escreveu dezenas de escritos, em que trata de temas que vão desde a conjuntura política, ao processo de organização institucional, passando ainda pela análise de personagens revolucionários bolcheviques – como Lênin, que considera um líder de “visão panorâmica e certa” que compreendeu bem a “direção da história contemporânea”.

Mariátegui vê na Revolução Soviética um exemplo a ser seguido, não como “modelo” (a ser copiado), mas como um “guia” nas tomadas de decisões que cada povo deve fazer por si. Em posse desta *bússola*, polemiza com revisionistas, com a social-democracia reformista da Segunda Internacional (paralisada por seu “pacifismo estático” evolucionista) e, mais tarde, com o eurocentrismo que ele constata em algumas teses da Terceira Internacional.

Ainda que tenha apoiado e participado (até falecer) da Internacional Comunista – a que vincula seu Partido Socialista Peruano –, Mariátegui rechaça a concepção desta organização segundo a qual os comunistas deveriam promover a criação de “repúblicas nativas independentes” (MARTINS-FONTES, 2011). Nesta tese, vê uma leitura equivocada das teses de Lênin acerca da autodeterminação dos povos. Para ele (MARIÁTEGUI, 1971; e 1989), o problema no Peru era de fato a não resolvida “questão agrária”. A realidade peruana era bem distinta da europeia, e mesmo bem diferente das nações mais industrializadas da América (como Brasil e Argentina); em seu país andino, três quartos da população eram indígenas, e portanto, afirma: este povo, em sua maioria camponeses, tem que ser protagonista do processo revolucionário. Recusa portanto a ideia “mecanicista” – que então ganhava dimensão – de que o Peru tinha de promover uma revolução democrático-burguesa. Com argumentação farta e precisa, desmonta a hipótese de existência de uma “burguesia nacional”: a burguesia peruana falhara em seu tempo na execução da tarefa revolucionária que lhe cabia, de modo que agora é tarefa do movimento socialista de trabalhadores do campo e da cidade levar adiante esse processo.

Nessas reflexões, ressalta ainda certas características históricas do povo inca, que construiu um modo de produção que ele conceitua como “comunismo agrário”, defendendo que na Revolução Peruana poderia se dar uma *passagem direta* (sem a

etapa capitalista), que levasse aquela economia ainda bastante comunitária e pouco afeita ao individualismo ocidental, a uma sociedade comunista – ideia semelhante àquela de Marx, em sua correspondência com Vera Zasluch, texto que, contudo, Mariátegui não lera (MARTINS-FONTES, 2018).

Caio Prado e a questão nacional

Vejamos por fim algumas notas sobre o tema da questão nacional presentes na obra do historiador e filósofo Caio da Silva Prado Júnior, pensador crítico que foi um dos maiores expoentes do marxismo brasileiro, e pioneiro em desenvolver teoria contrária à concepção *etapista* e *aliancista* que, a partir dos anos 1930, vigorou nos debates da Internacional (e por conseguinte dos partidos comunistas de todo o mundo).

Segundo ele, é errada a leitura que afirma terem um caráter “feudal” as economias coloniais latino-americanas. Em correspondência de 1933 com o trotskista Lívio Xavier, Caio argumenta que na evolução histórica brasileira não houvera condições de se estabelecer um regime feudal, tendo em vista a parca povoação do Brasil colônia. Este diálogo se dá durante o início da elaboração de uma das principais teses caiopradianas – a do “sentido histórico” –, teoria sistematizada e aprofundada em obras clássicas como, entre outras, *Evolução Política do Brasil* (1933) e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), e que seria objeto de diversas polêmicas no âmbito do PCB e Internacional. Tal concepção, tida atualmente como uma de suas maiores contribuições ao marxismo, afirma que o Brasil, desde seus primórdios, foi organizado como um empreendimento voltado para suprir as demandas do mercado europeu. Em suas palavras: “uma vasta empresa comercial” destinada a “explorar os recursos naturais de um território virgem” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 7 e ss; e 1980, p. 9).

Tal tese foi depois estendida para a América Latina como um todo, em artigo – pouco conhecido devido a obstruções relativas a direitos autorais – intitulado *Zonas Tropicais da América* (PRADO JÚNIOR, 1936, p. 109 e ss). Neste texto, Caio Prado afirma que a “América Latina”, após “quatro séculos de evolução”, ainda se mantém, como no começo da colonização, um “apêndice tropical”, ou seja: “o complemento econômico das regiões temperadas onde se localizam as grandes potências industriais” (MARTINS-FONTES, 2018, p. 86 e ss).

Entusiasta da Revolução Russa – ainda que em certas ocasiões tenha criticado posturas soviéticas –, Caio entende que os bolcheviques ofertaram ao socialismo e ao

mundo uma “experiência acumulada”, a qual, contrariamente ao que muitas vezes se afirma, não constitui uma “receita” ou “dogma”, mas se trata sim de “uma experiência orientadora da transformação [social]” (PRADO JÚNIOR, 1967).

Assim, em debates sobre a “Revolução Brasileira”, já nos anos 1930 discorda de certas teses do PCB acerca da suposta necessidade prévia de um “revolução burguesa” no Brasil: pois o que valeu para a Rússia, não teria de valer para nós. Em carta ao Comitê Central de São Paulo do PCB – inédita em português, mas publicada em recente antologia castelhana de sua obra –, Caio afirma decidido que não via no Brasil nenhuma “iminência” ou “sintoma” de uma “revolução burguesa”, como supunha seu partido (PRADO JÚNIOR, 2020, p. 320). Décadas depois, nas polêmicas sobre o tema dos anos 1960 – após o golpe militar de 1964 –, declara ter sido um erro a posição do PCB de ter apoiado uma “revolução nacional” cuja base social era a “burguesia” (SECCO, 2020, p. 27).

Segundo Caio, não cabe a um povo copiar ideias e modelos históricos externos, mas com base nas *experiências* revolucionárias vitoriosas, cada nação deve construir sua própria interpretação do processo histórico, e do modo mais acurado possível, pois que assim será possível “mobilizar” em grau suficiente as “verdadeiras forças” e os “impulsos revolucionários” de seu povo (PRADO JÚNIOR, 1966, p.13 e ss).

Em suma, além de negar a suposição de que no Brasil houvesse ainda “resquícios feudais” – posto que nossa realidade prévia à consolidação do capitalismo fora “escravista” e não “feudal” –, o marxista brasileiro afirma ainda que os capitais estrangeiros e nacionais em nosso país e na América Latina foram historicamente se “combinando”, de maneira que não existiu, nem existe, entre nós uma “burguesia nacional”. Ou seja: não há uma suposta parcela das classes dominantes “nacionalista”, “anti-imperialista”, como imaginava a teoria majoritária acerca de nossa Revolução Brasileira

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fecha-se, pois, esta breve exposição – que não tem a pretensão de repassar o amplo debate acerca da questão nacional, mas quer apresentar aspectos essenciais que possam fomentar reflexões a respeito – com algumas notas acerca da atualidade histórica latino-americana.

Para além dos marxistas aqui tratados, outros incontornáveis pensadores de nossa América trilhariam o mesmo caminho de negação da tese de uma “burguesia nacional”, caso do argentino Sergio Bagú, tido por Florestan Fernandes (1981) como um dos maiores intelectuais americanos, ao lado de Caio Prado e Mariátegui.

Porém, ainda que hoje tal concepção tenha perdido bastante espaço nas análises teórico-científicas, no século XXI, com a decadência dos desgastados regimes neoliberais, ela retomaria sua influência nas políticas de governos socialdesenvolvimentistas que, apesar de terem promovido em seus países reformas essenciais e de urgência humanitária, acabaram sendo desbancados – aos primeiros ventos fortes contrários – por seu excesso de confiança nas “boas intenções” de setores menos conservadores da burguesia, com quem se costurou alianças demasiado “subalternas”.

Este erro histórico já foi acusado por grandes pensadores marxistas, como aqui exposto – mas decerto não chegou a ser levado suficientemente a sério por muitos governantes do campo progressista.

Ora, há cerca de uma década este temerário descuido vem cobrando sua fatura miserável através das terras e gentes de nossa América; pode ser resumido por um binômio, de que se deriva a situação política frágil que agora vivemos, a saber:

i) de um lado uma aliança que, em certo grau politicamente necessária, na prática *submeteu* exageradamente os interesses dos trabalhadores àqueles de parcelas menos reacionárias (mas jamais “nacionais”) da burguesia interna;

ii) de outro, o negligente afastamento entre governo popular e trabalhadores do campo e da cidade, bases às quais, por consequência, não se pôde recorrer quando da traição política das elites.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Josué. *Geopolítica da Fome*. São Paulo: Brasiliense, 1951.

CUEVA, Agustín. *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. São Paulo: Global, 1983.

FERNANDES, Florestan. *Poder e contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HAYA DE LA TORRE. *La devoción por Lênin* (original: *Claridad*, nov. 1924, ano 2, n.7). Vanguarda Aprista. Disp: vanguardiaaprista.com. Acesso: 01/ago/2017.

IANNI, Octavio. *O labirinto latino-americano*, Petrópolis (RJ): Vozes, 1993.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Lenine e a IIIª Internacional*. Lisboa: Estampa, 1971.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1987.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa Ômega, 1986.

LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

LUXEMBURGO, Rosa. *A questão nacional e a autonomia*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Ideologia y política*. Lima: Amauta, 1971.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Lima: Amauta, 1989 [1928]

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência* (trad. Marcelo Carcanholo e Carlos E. Martins). México: Editora Era, 1990 [1973].

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2017 [1968].

MARTINS-FONTES, Yuri. *Mariátegui e a filosofia de nosso tempo*. In: *Defesa do marxismo: polêmica revolucionária e outros escritos* (trad. Yuri Martins-Fontes). São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS-FONTES, Yuri. *Marx na América: a práxis de Caio Prado e Mariátegui*. São Paulo: Alameda/Fapesp, 2018.

MARX, Karl. *O Capital: para a crítica da economia política* (Livro I, volume II). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MELLA, Julio. *Lenine coronado. Contracorriente*, ano 5, p. 224-225, 1999.

MELLA. *El grito de los mártires*. In: MELLA. *Hombres de la revolución: Mella*. Havana: Impr. Univ., 1971, p. 17-24.

MELLA. Julio. *Glosas al pensamiento de José Martí*. In: *IHMCRSC – “Mella: Documentos y Artículos”*, Editorial de C. Sociales, Havana, 1975, pp. 267-274.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Caio Prado Júnior: História y Filosofía* (org. Yuri Martins-Fontes). Rosário (Argentina): Editorial Último Recurso/Núcleo Práxis-USP, 2020.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1980 [1933].

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 2000 [1942].

PRADO JÚNIOR, Caio. *O mundo do socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1967 [1962].

PRADO JÚNIOR, Caio. *Zonas tropicais da América* (11/07/1936). In: *Fundo Caio Prado Jr.* (Arquivo IEB-USP), referência CPJ-CA024a, p. 89-117 (caderno manuscrito).

RAGO FILHO, Antonio. *Sob este signo vencerás! – a estrutura ideológica da autocracia burguesa bonapartista*. *Cadernos AEL*, v.8, n.14/15, 2001.

SECCO, Lincoln. *Prefacio a la edición argentina*. In: PRADO JÚNIOR, C. *Caio Prado Júnior: História y Filosofía*. Rosário/Argentina: Ed. Último Recurso/Núcleo Práxis-USP, 2020, pp. 23-36.

SILVA GARCÍA, J. A. *Mella: caminando entre dos revoluciones*. *Heraldos Negros*, jul. 2016. Disp: heraldosnegros.org. Acesso: 19/mai/2017.

VIERA, Carlos Alberto Cordovano. *Passado colonial e reversão no Brasil contemporâneo*. In: FILHO, Paulo Alves de Lima; MACEDO, Rogério Fernandes; NOVAES, Henrique Tahan (orgs.). *Movimentos sociais e crises contemporâneas: à luz dos clássicos do materialismo crítico* (vol. 3). Marília (SP): Lutas Anticapital, 2018.

O AUTORITARISMO BRASILEIRO DOS ANOS 1930 E 1940 - OS CASOS DA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL E DA REVISTA CULTURA POLÍTICA

Thiago Cavaliere Mourelle¹

INTRODUÇÃO

(...) é no quadro da investigação, pelos historiadores do político, da explicação dos comportamentos políticos no decorrer da história, que o fenômeno da cultura política surgiu como oferecendo uma resposta mais satisfatória (BERNSTEIN, 1998, p. 349).

É consenso entre os historiadores que os anos 1930 foram marcados no Brasil e no mundo por um momento na história em que o Estado forte e, muitas vezes, ditatorial, foi a opção adotada majoritariamente no mundo ocidental. Na Europa, Hitler, Mussolini, Franco, Salazar; na América do Sul, Getúlio Vargas, Gabriel Terra; apenas para citar alguns. Até mesmo nos Estados Unidos, em resposta à crise de 1929, o Poder Executivo assumiu uma postura mais ativa e com mais ingerência econômica do que até então. Roosevelt, inclusive, se reelegeu sucessivamente, o que confirma o momento de “homens fortes” no poder.

Trindade aponta que, com o capitalismo em crise e diante da Revolução Russa, ocorrida pouco mais de uma década antes, o medo da ascensão do comunismo foi fundamental para a adesão de milhares de pessoas aos movimentos de extrema direita (TRINDADE, 1979).

Dentro desse contexto, examinamos neste capítulo o caso específico brasileiro. É inegável que o país foi influenciado pela conjuntura mundial, o que fica claro até mesmo pela escolha do nome da ditadura de 1937 – “Estado Novo”, mesma nomenclatura da ditadura portuguesa – e pelas características da Constituição de 1937 – apelidada de “Polaca”, pois teria recebido influência da Carta polonesa; e orientada a partir do corporativismo italiano. Mas as especificidades do Brasil ficam claras quando analisamos os acontecimentos históricos do período e as ações governamentais à luz da cultura política nacional.

Mais adiante analisaremos dois momentos em específico: a discussão na Câmara dos Deputados em torno da criação da primeira Lei de Segurança Nacional da história

¹ Doutor em História (UFF). Pesquisador do Arquivo Nacional E-mail: thiagocmourelle@gmail.com

brasileira, em 1935; e alguns trechos de discursos publicados na revista *Cultura Política*, durante o Estado Novo. Ambos trazem reflexões importantes sobre a cultura política brasileira e a visão sobre o momento histórico vivido nos anos 1930 e 1940, além de revelarem as impressões dos contemporâneos da época sobre a democracia liberal, então em crise. Mas, antes, é importante explicar o que é cultura política e pontuar algumas características do caso brasileiro.

O CONCEITO DE CULTURA POLÍTICA E O CASO BRASILEIRO

Bernstein aponta a cultura política como “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política”. A partir dela, faz-se “uma leitura comum e normativa do passado histórico, com conotação positiva ou negativa com os grandes períodos do passado, [...] uma concepção de sociedade ideal” (BERNSTEIN, 1998, p. 350-351). Os franceses, como Sirinelli, utilizam mais a abordagem antropológica no estudo da cultura política e acreditam que podem coexistir dentro de uma sociedade culturas políticas distintas. Já os estadunidenses concordam parcialmente com os franceses, mas crêem ser possível estabelecer pontos convergentes dentro de um mesmo país que torne possível identificar uma cultura política nacional. Essa perspectiva ganhou força no século XXI e é nela que nos ancoramos para definir alguns parâmetros de uma cultura política brasileira e, a partir dela, compreendermos os anos 1930 e 1940.

Bernstein afirma que a cultura prepara o sujeito para receber as ideias políticas (1998, p. 357), o que nos faz compreender todo o esforço do governo Vargas, através de iniciativas culturais capitaneadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), para a realização de concursos artísticos e monográficos que expressassem uma nova leitura sobre o passado nacional pautada no ideário do novo governo. Somam-se a isso as publicações distribuídas que tinham como alvo desde o público infantil até os intelectuais. Havia um projeto de formatação do que Ângela de Castro Gomes chama de “cultura histórica”, ou seja, a forma como uma sociedade enxerga e lida com o seu passado (GOMES, 2007, p. 46).

Uma dessas publicações era a revista *Cultura Política*. Motta afirma que o objetivo dela era de “constituir uma cultura política para uma nação considerada em

estágio infantil, incapaz de autogoverno. Desejava-se, talvez, forjar uma cultura política para um povo inculto” (MOTTA, 2009, p. 15-16).

Nesse sentido, o governo brasileiro tinha por meta a “construção dos grandes mitos históricos que fazem parte das culturas, com seus heróis e mártires, bem como o desenrolar dos eventos-chave a eles relacionados”. Soma-se a isso o conjunto de festividades, como o 19 de abril – aniversário de Vargas – e o 1º de maio – Dia dos Trabalhadores – para a prática da repetição dos conceitos elaborados por meio dos discursos governamentais e solenidades, uma vez que a “reprodução no tempo das culturas políticas demanda a realização de práticas reiterativas, como a repetição de rituais e cerimônias” (MOTTA, 2009, p. 23).

A partir da ingerência do Estado há a “construção de uma cultura política e de uma cultura histórica, por conseguinte”, ou seja, tal construção “vincula-se fortemente à implementação de políticas públicas”. Dessa forma, Gomes afirma que, “em certas conjunturas políticas – como no caso do Estado Novo –, há um esforço evidente para se articular iniciativas estatais de política cultural com a conformação de uma cultura política nacional” (GOMES, 2007, p. 49).

Podemos identificar, pelo menos, dois traços importantes da cultura política brasileira com continuidade em médio e longo prazos. O primeiro é conciliação, aspecto pontuado por uma série de obras de autores como Roberto Da Matta, Gilberto Freyre, José Honório Rodrigues, entre outros. Motta nos lembra que os dois primeiros citados enxergam tal aspecto em um viés positivo, pois a conciliação “evita conflitos em busca de mudanças com estabilidade”, enquanto o terceiro a entendia de forma negativa, vendo na “conciliação essencialmente um estratagema das elites para excluir o povo” das decisões institucionais (MOTTA, 2009, p. 29-30).

Como exemplos práticos da conciliação em nossa história, podemos citar as formas como se desenrolaram tanto a independência política, em 1822, como a proclamação da República, em 1889. Da mesma forma, a criação do Estado Novo – resultante de acordo entre elite política e Forças Armadas.

Concordamos com a visão supracitada de José Honório Rodrigues, o que nos faz acrescentar o segundo aspecto fundamental que enxergamos na cultura política brasileira: o autoritarismo, ou seja, a imposição por parte dos governantes de medidas administrativas sem diálogo com a sociedade, o que nos demonstra, em alguns momentos, mesmo uma cisão entre elite política e sociedade civil.

Carlos Guilherme Mota, István Jancsó e João Paulo Pimenta, em diferentes capítulos de livro organizado por Mota (1999, *passim*), concordam que houve a formação do Estado a partir de 1822, mas não da nação ou da identidade nacional, que demorariam muito mais a se constituir. Kenneth Maxwell, na mesma obra, diz que à época a preocupação era a integridade do território, a manutenção da monarquia, a estabilidade e a continuidade da elite colonial no poder, sem perda de posições de superioridade econômica e política.

A criação da Lei de Terras, em 1850, é mais um ponto que revela uma elite governante mais preocupada com a manutenção de seus privilégios do que com o desenvolvimento do país em bases democráticas. Assim, o Estado brasileiro se desenvolveu com uma plutocracia no poder.

José Murilo de Carvalho, em obras bem recebidas pela crítica especializada (1987; 2010), analisa a proclamação da República e também aponta a fragilidade da participação popular, que praticamente inexistiu, a exemplo do que ocorreu com a independência. Ou seja, nos dois momentos mais significativos de mudanças políticas no país, 1822 e 1889, a maioria da população não teve participação na construção do que seria o resultado final dos processos. Não ocorreu ruptura dentro da elite econômica. Os grandes latifundiários tiveram influência decisiva tanto em 1822 quanto em 1889, no primeiro momento ao lado da nobreza e, no segundo, com o apoio militar.

A CONJUNTURA DOS ANOS 1930 E O PROJETO DO GOVERNO VARGAS

Aliança, conciliação e imposição do projeto de poder de uma elite foram as tônicas do início do Império e da República. E o mesmo acabou ocorrendo em 1930. Apesar das transformações ocorridas nessa década, são raros os nomes envolvidos que não tinham alguma ou muita participação no período anterior, ou seja, na Primeira República. A começar por Getúlio Vargas, que pactuou com Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul nos anos 1920, se tornou governador daquele estado e chegou até a ser Ministro da Fazenda do governo Washington Luís, presidente deposto em 1930. Não se trata aqui de abrir uma discussão sobre os feitos de Vargas, mas apenas de demonstrar a quase inexistência de rupturas profundas da elite governante ao longo da História do Brasil.

Salientamos que faremos nossa abordagem essencialmente dando destaque à cultura política, mas é importante tomar cuidado para não cair num determinismo

excessivo em relação à cultura e esquecer outros fatores estritamente econômicos e políticos que tem grande importância, mas que não serão objetos desta análise.

Nos anos 1930, pelos fatores já citados acrescidos da crise pós-guerra acentuada pelo *crash* da Bolsa de Nova York em 1929, cresce de forma veemente a crítica à democracia liberal, que no Brasil busca ser substituída pela chamada “democracia autoritária”. A participação política não é vista como fundamental para o governo Vargas, mas sim a obtenção de direitos sociais. Ou seja, o espírito nacional seria buscado em contraposição ao “contrato de interesses” ou “troca de favores”, que era como a democracia liberal era vista.

A elite reformista dos anos 1930 criticava a elite de períodos anteriores da história brasileira: a “crítica ao liberalismo é evidente, sendo a condução política empreendida por nossas elites a responsável pelo ‘atraso’ vivenciado pelo país” (GOMES, 2007, p. 53).

O governo de Getúlio Vargas compreendia que havia um desconhecimento sobre as origens do povo brasileiro e um “sentimento de inferioridade” que “precisava ser definitivamente exorcizado”; e mais, que “não havia governos bons ou maus – não havia modelos universais –, e sim governos adequados ou não a uma realidade singular” (GOMES, 2007, pp. 53 e 54). Assim, Vargas e sua equipe articularam políticas públicas para realizar a criação de uma nova história, valorizando o passado nacional. Elaboraram um calendário de comemorações e apoiaram a produção de textos e outras iniciativas culturais que coadunassem com a valorização do passado, sempre tendo como ponto de início da transformação a Revolução de 1930.

A chegada de Vargas ao poder era apontada como um encontro do Brasil consigo mesmo, com a busca por uma suposta vocação de grandiosidade. Dessa forma, nessa leitura, à Primeira República foi dada a pecha de República “velha”, antiga, ultrapassada, que não condizia com a realidade nacional objetivada. Nesse sentido, 1930 representaria o “novo” e 1937 nada mais era do que a retomada do caminho compreendido como o correto após o desvio ocorrido de 1934 a 1937, quando a democracia liberal teve um curto respiro no país. Essa é a cultura histórica legada pelas práticas culturais do governo Vargas e que, em muitos aspectos, continua viva em expressões como “República Velha” que ainda são usadas hoje em dia, chancelando a leitura do passado histórico brasileiro formatado pelo DIP.

Em outubro de 1930 o candidato derrotado nas eleições presidenciais foi alçado ao poder pelo uso da força. Seus aliados festejaram a revolução, enquanto seus

adversários denunciaram o que chamaram de golpe, já que o nome lançado pela Aliança Liberal havia sido derrotado nas urnas pelo paulista Júlio Prestes, a quem o então presidente Washington Luís deveria passar a faixa presidencial, o que não ocorreu em virtude da deposição. Sem nos aprofundar nessa discussão, fato é que a assunção de Vargas à presidência levou a uma série de importantes mudanças nos cenários político, econômico, cultural e social brasileiros.

Desde os anos 1920 cresciam as críticas aos descaminhos da Primeira República e se fortalecia um ideário autoritário como alternativa ao fracasso e mesmo à suposta impossibilidade de o país conviver com práticas políticas liberais. Integrante do contexto de sua época, Vargas e seu grupo compreendiam que parte do Poder Legislativo estava tomado por deputados com comportamento que consideravam parasitário. Essa visão centralizadora por parte do Executivo desejava promover as mudanças necessárias ao país de cima para baixo, com rapidez e sem as sempre custosas negociações políticas. Essa proposta era compartilhada por diversos políticos e intelectuais, entre os quais Francisco Campos, Azevedo Amaral (AMARAL, 1938) e Oliveira Viana (VIANA, 1974). René Gertz afirma que os três são considerados, por parte da historiografia, como uma autêntica “santíssima trindade”, compondo “os principais ideólogos do regime” (GERTZ, 1991, p. 123). Assim, no Brasil e no mundo o Legislativo perdia legitimidade, sendo considerado caro e pouco útil.

De início, os militantes da extrema-direita, como Plínio Salgado, se posicionaram de maneira neutra em relação aos eventos de 1930, que na época se autointitulou um movimento liberal-democrático (TRINDADE, 1979, p. 98). Durante o Governo Provisório, Plínio Salgado chegou a defender Vargas – o que lhe valeu o apedrejamento do escritório onde escrevia seus panfletos por militantes do movimento constitucionalista de São Paulo², mas logo que decretadas as eleições para a constituinte, o apoio do líder integralista ao presidente diminuiu – embora não tenha se transformado em oposição. Salgado tratou de organizar a Ação Integralista Brasileira, com o objetivo de atingir sua meta de um país com o Estado sob influência fascista e combater com todas as forças o liberalismo e o comunismo, que para ele eram doutrinas que enfraqueciam a nação. Em 7 de outubro de 1932, foi publicado nos jornais um manifesto lançando a Ação Integralista Brasileira (AIB) como um movimento político independente.

² Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, CPDOC - FGV, edição digital, verbete Plínio Salgado.

A sociedade reagiu ao crescimento do Integralismo por meio da fundação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) – grupo antifascista que reunia pessoas de ideologias e posições políticas das mais diversas. Cresceu então a polarização social entre esses dois grandes grupos, acirrando tensões de norte a sul do país.

Nesse contexto, o governo de Getúlio Vargas, que contava com várias figuras que defendiam o uso da força para estabelecer a “ordem” – como o general Góis Monteiro e o Chefe de Política da capital, Filinto Muller –, começou a articular o aumento do poder do governo federal e o enfraquecimento de grupos e instituições que pudessem atrapalhar a manutenção de Vargas na presidência ou frear seu projeto político autoritário.

Conniff afirma que a justificativa global por detrás de medidas que fortalecem o Poder Executivo sempre é a de “preservar a coletividade de algum perigo imediato não percebido pelos cidadãos”. E, naquele momento, os princípios comunistas e aliancistas eram mais perigosos para o presidente do que o ideário fascista da Ação Integralista Brasileira. Conniff demonstra que a repressão política já era crescente mesmo antes das perseguições aos acusados de participação na Intentona Comunista. Já em setembro de 1934 “os escritórios dos trabalhadores de padaria, motoristas, marceneiros e ferroviários tinham sido invadidos pela polícia [liderada por Felinto Muller], e os arquivos desses sindicatos, confiscados” (CONNIFF, 2006, pp. 182-185).

Tentativa de retorno da democracia liberal, o período constitucional iniciado em julho de 1934 não foi acompanhado de ampla liberdade de expressão e de manifestação. Pelo contrário: insatisfeito com a abertura política, o governo tratou de usar a polícia em ação dura e violenta nas ruas, reprimindo greves e manifestações do movimento operário independente que criticava o excesso de controle e interferência do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio nos sindicatos (MOURELLE, 2017, p. 47-75). A solução legal encontrava por Vargas, ao lado de seu ministro da Justiça, o paulista Vicente Ráo, foi a criação da Lei de Segurança Nacional, de modo a criminalizar os movimentos sociais e garantir ao governo prerrogativas legais para a repressão.

A PRIMEIRA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL DA HISTÓRIA DO BRASIL: O EXECUTIVO GANHA FORÇA

Nos últimos dias de 1934 Vargas criou o Conselho de Segurança Nacional, em surdina. Sem muita divulgação, foi apenas mencionado em curtas notas nos jornais. O

objetivo do presidente era elaborar uma lei que lhe permitisse atuar mais firmemente contra seus opositores. Em seu diário, anota que a ideia tomou forma depois de repetidas reuniões com os generais Pantaleão Pessoa e Góis Monteiro e com o chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Muller (VARGAS, 1995, p. 346 e 347). Os dois últimos são figuras amplamente conhecidas e destacadas como homens fortes do regime. E Pantaleão Pessoa foi o chefe do Gabinete Militar de 1932 até 1935, ano em que assumiu o Estado Maior do Exército (EME).

A oposição, diante dos rumores sobre essa nova lei, demonstrou o temor de que sua aprovação fosse uma estratégia governista para maximizar o poder do presidente e dos interventores, pois daria uma justificativa legal para ações consideradas arbitrárias, como a perseguição e até a prisão de opositores.

Buscando se antecipar à chegada da lei à Câmara, o militar opositorista Domingos Velasco (Partido Social Republicano/GO) reforçou a crítica às violências praticadas pelos interventores nos estados: “em todos os estados em que os governantes encontram-se desamparados pela opinião pública, a perseguição aos adversários políticos se faz dura e impiedosamente.” Falou, igualmente, que “poderia citar espancamentos de jornalistas, demissões e transferência de funcionários, prisões arbitrárias, abuso no emprego de dinheiro público e toda sorte de compressão política”³. Tudo para destruir qualquer oposição às lideranças estaduais aliadas de Vargas.

Embora a Lei de Segurança Nacional tenha sido oficialmente apresentada à Câmara em 26 de janeiro de 1935, um mês antes já existiam rumores a seu respeito. Dessa forma, alguns deputados da bancada classista dos empregados – uma minoria crítica a Vargas e intransigentemente contra a repressão aos trabalhadores –, apelidados de “bancada proletária”, anteciparam-se e manifestaram-se sobre a referida lei bem antes dos demais deputados. Coube a Álvaro Ventura, único deputado na época sabidamente filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), dar início às críticas ao projeto apelidado de “lei monstro”:

É necessário se redobrem as atenções em defesa da parca liberdade que há no país. (...) [Protesto] contra a violência policial em São Paulo, contra a prisão de estudantes manifestantes do bairro do Brás (...) e contra a prisão, em Santos, do operário Natalino Rodrigues, que teve uma ordem de habeas-corpus concedida, mas não respeitada pelas autoridades policiais. (...) Todo esse processo está em perfeito

³ Diário do Poder Legislativo. 121ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 19/12/1934, p. 2451.

entendimento com os preparativos que se está confeccionando a Lei Monstro, com a qual nos presenteará o Ministro da Justiça. (...) Quer-se-nos dar cópia fiel e aumentada das leis de Hitler e Mussolini⁴.

Fica evidente aí a resistência em relação ao crescente autoritarismo, assim como o embate entre culturas políticas distintas, uma de viés democrático e outra que optava pelo autoritarismo e fortalecimento do Poder Executivo.

Outro deputado da bancada proletária, Gilbert Gabeira seguiu o exemplo de Ventura e leu o que seria o primeiro manifesto da ainda incipiente Aliança Nacional Libertadora (ANL). Intitulado “Pela libertação nacional do povo brasileiro”, o texto demonstrava um posicionamento político nacionalista, anti-imperialista e crítico ao Integralismo. Embora em momento algum se referisse explicitamente ao governo Vargas, havia nele uma menção à chamada “lei monstro”:

(...) Diante da crua realidade de nossa submissão econômica e política ao imperialismo, o patriotismo mítico de ‘Deus, Pátria e Família’ não passa de uma tapeação. (...). O passado histórico do Brasil é cheio de lutas revolucionárias pelas liberdades democráticas. Aqueles que, aproveitando-se do prestígio dos elementos sacrificados na luta pela democracia usurparam o poder, nunca realizaram o sonho pelo qual tanto se tem batido o povo brasileiro. (...) Agora mesmo, quando o governo prepara a Lei Monstro que vem terminar com o pouco de liberdade democrática formulado pela Constituição, vemos uma enorme mobilização de massas em defesa da democracia. (...) A Aliança Nacional Libertadora coordenará esse vasto movimento, echo de todo o passado revolucionário do Brasil na conquista de direitos democráticos.⁵

Apesar dos protestos, a Lei de Segurança Nacional foi enviada pelo Executivo para a apreciação da Câmara dos Deputados em 26 de janeiro de 1935, data em que foi entregue à Comissão de Constituição e Justiça. Desde a aprovação da Constituição, Vargas tinha a intenção de obter mais poder, não apenas para o combate às manifestações de rua, mas principalmente para penalizar duramente quem organizasse movimentos considerados subversivos da ordem constituída.

Grande parte dos jornais se posicionou contra a lei, que previa medidas ameaçadoras também à liberdade de imprensa, pois facilitava a prisão dos críticos do governo; para o *Jornal do Brasil*:

⁴ Diário do Poder Legislativo. 133ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 11/01/1935, p. 264.

⁵ Diário do Poder Legislativo. 138ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 17/01/1935, p. 389.

O respectivo projeto arma o governo de poderes especiais para reprimir toda e qualquer manifestação de ideias contrárias ao atual estado de coisas, ou toda e qualquer subversão à ordem. Não limita campo, nem meio de ação. Abrange a tribuna, o livro, a cátedra e a imprensa. Não fixa esta ou aquela ideologia. Encerra todas, pois que todas são subversivas. Seus efeitos se estendem a todas as esferas: a federal, a municipal e a estadual. Proíbe taxativamente greves ou qualquer outro movimento entre funcionários públicos; acaba com a inviolabilidade do lar; permite à autoridade fixar com a residência do cidadão; restringe a liberdade de imprensa, bem como a de cátedra.⁶

Deputados da maioria situacionista, apoiadores do governo, fizeram colocações que nos fazem compreender melhor o que se passava pela cabeça dos contemporâneos da época sobre a democracia liberal, vista com descrença. Negreiros Falcão (Partido Social Democrático/BA), por exemplo, fez um balanço do momento histórico vivido, afirmando que a humanidade encontrava-se “numa encruzilhada onde se estendem dois caminhos perigosos: fascismo, integralismo, nazismo, reação da extrema direita; comunismo ou bolchevismo, reação da extrema esquerda. Não creio nos nossos dias na sobrevivência da liberal-democracia”. Pediu que o Brasil abandonasse ambos os extremismos e até a democracia liberal “antiga, pautada em mentiras”, de “pseudo-livre concorrência”, para adotar um “novo regime essencialmente brasileiro”, sem apontar exatamente a que se referia⁷, mas visceralmente alinhado ao discurso que já existia dentro do governo Vargas em 1935 e que se aprofundaria a partir do Estado Novo.

É importante reafirmar que a oposição, embora percebesse que a LSN aumentaria o poder presidencial, temia mais ainda o poder que ela daria aos então interventores e futuros governadores. Parte dos deputados da maioria também estavam inseguros, pois muitos deles faziam oposição dentro de seus respectivos estados, embora fizessem parte da base governista em âmbito nacional. A lei, nessa ótica, daria fim a qualquer tipo de oposição dentro dos estados. Em certo sentido, uma situação bem pior do que a vivida na própria Primeira República.

Por isso o debate parlamentar foi duro e difícil. A oposição conseguiu a alteração de alguns pontos no texto original da LSN, como impedir a cassação das patentes dos militares envolvidos em atividades consideradas subversivas à ordem, e dificultar a demissão dos funcionários públicos civis, condicionando essa punição à criação de um processo administrativo com possibilidade de ampla defesa e recursos.

⁶ Jornal do Brasil, 20/01/1935, p. 7. Esse trecho consta na coluna diária chamada “Aspectos da Câmara”, que trazia notícias do cotidiano da Câmara dos Deputados. Não é mencionado o aut

⁷ Diário do Poder Legislativo. 147ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 28/01/1935, p. 661.

Mesmo assim, através do deputado fluminense Acúrcio Torres, em declaração ao *Jornal do Brasil*, o grupo afirmou que as alterações foram “mínimas e sem importância perante o conteúdo geral de tendências ditatoriais”.⁸ Torres tinha ainda alguma esperança de conseguir vetá-la e fez uso de sua entrevista ao jornal para tentar incentivar a opinião pública a se posicionar contra a lei.

Por outro lado destaca-se, em favor da lei, a postura dos deputados do estado de São Paulo. Muitos dos quais tinham sido adversários do governo em 1932, mas que, três anos depois, foram fundamentais para a aprovação da LSN e, mais do que isso, em seus discursos apoiaram o fortalecimento do Executivo e criticaram a democracia liberal. Primeiramente, é preciso lembrar que o ministro da Justiça, Vicente Ráo, que assumiu a responsabilidade em propor a lei e enviá-la à Câmara, era do Partido Constitucionalista de São Paulo. O relator, Henrique Bayma, também era do mesmo partido. Além disso, o líder da bancada paulista, Cardoso de Melo Neto, colega de Bayma e Rao, foi outro a defender de forma veemente o governo e o projeto:

Organizamos, assim, um Estado que não é simplesmente um Estado produtor de segurança, que não é, única e exclusivamente, um Estado gendarme, mas um Estado que amplia as suas funções, de tal maneira que precisa, por isso mesmo para consecução de seus fins, ter mais ampliada sua esfera de ação, dentro das nossas leis. Organizamos um Estado que, por força mesmo de sua magnitude e variedade de suas funções, precisa estar armado dos meios necessários para defender-se, defendendo assim a sociedade que representa e encarna. Hoje o direito do Estado deve prevalecer sobre o direito do indivíduo. Hoje, mais do que nunca, o Estado é somente a sociedade politicamente organizada. Em frente ao direito do Estado, representante da sociedade, não existe direito individual que a ele deva ceder o passo.

Não organizamos, assim, um regime fraco, que se destine a lentamente suicidar-se. Organizamos um regime democrático, é verdade, mas democracia não é sinônimo de demagogia, nem tampouco de governo fraco.

Para alcançar os seus fins, precisa o Estado ter larga esfera de ação para que possa, real e eficientemente, assegurar as conquistas que inscrevemos no frontispício da nossa Constituição. Para assegurar a unidade da Pátria e a justiça, para criar o bem estar social e econômico, precisamos de um Estado forte, dentro da liberdade.⁹

Como é possível perceber, Melo Neto era adepto da idéia, comum na década de 1930, de que era necessário um Estado forte, sob o argumento de que só assim o bem da

⁸ Palavras do deputado Acúrcio Torres. *Jornal do Brasil*, 14/02/1935, p. 7.

⁹ Trecho do discurso de Cardoso de Mello Netto. *Diário do Poder Legislativo*. 170ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 23/02/1935, p. 1342-1343.

nação seria privilegiado em contraposição aos interesses individuais. Curiosamente, esse argumento sempre vinha acompanhado da contraditória defesa de que, embora o Estado devesse sempre prevalecer sobre o indivíduo e até submetê-lo através da força, continuaria havendo liberdade para os cidadãos.

O presidente Vargas, em seu diário, inúmeras vezes citou reuniões com o líder paulista Cardoso de Melo Neto. Na maioria dos casos eram encontros que também contavam com a presença do líder do governo na Câmara, Raul Fernandes, e o líder da bancada gaúcha, João Carlos Machado, o que demonstra o quão importante São Paulo se tornou para a base governista naquele momento estratégico de fortalecimento do Poder Executivo. Quando a LSN entrava em primeira discussão no plenário da Câmara, em início de fevereiro de 1935, o presidente registrou em seu diário que “o Ministro da Justiça e os deputados paulistas Cardoso de Melo e Moraes [de Andrade] (...) vieram conversar sobre a Lei de Segurança e a atitude de apoio da bancada [paulista] a essa medida” (VARGAS, 1995, p.359). Em outro momento, Vargas também fez referência à “política de cooperação com o governo” levada à frente por São Paulo, que deveria se manter “reservada” por causa da “repercussão que isso poderia ter na política interna do estado” (VARGAS, 1995, p. 432).

A composição de Vargas com os paulistas, em julho de 1934 – consolidado com a indicação de Vicente Ráo para a pasta da Justiça e Macedo Soares para a das Relações Exteriores –, menos de dois anos depois da guerra civil de 1932, mostra mais uma vez a conciliação, que já citamos como aspecto fundamental da cultura política brasileira. Líderes de uma guerra civil, pouco tempo depois, apoiavam uma lei que impossibilitaria que a mesma voltasse a ocorrer, sob pena duríssima.

Enquanto isso, na imprensa, o general Góis Monteiro dava entrevistas defendendo a importância da LSN. Seguindo a mesma linha de pensamento do líder paulista, o ministro da Guerra dizia que o único intuito da lei era colocar o país acima dos interesses individuais. Em entrevista ao *Diário da Noite*, em 01/02/1935, disse que “o espírito do Estado forte, condenando todo interesse do indivíduo que não assente na rocha viva do interesse coletivo, é o espírito do nosso século”.¹⁰

O ministro da Guerra demonstrava cada vez mais sua preocupação em controlar as Forças Armadas com mão-de-ferro, a fim de evitar que o integralismo e o comunismo tomassem vulto ainda maior do que já tomavam entre os militares. A julgar

¹⁰ *Diário da Noite*, 01/02/1935, p. 1.

pelas palavras de Góis em várias entrevistas à imprensa nos meses de fevereiro e março de 1935, havia uma ameaça real de sublevação militar contra o presidente Vargas, pelo menos isso era o que o governo queria que a opinião pública pensasse, justificando a necessidade da aprovação da Lei de Segurança. Em outra entrevista ao *Diário da Noite*, Góis disse que tinha “provas da existência, no meio das classes militares, de elementos provocadores da indisciplina a soldo de comitês estrangeiros”, e que a LSN ajudaria para a restauração da tranquilidade e a manutenção da ordem no país.¹¹

Segundo o *Jornal do Brasil*, ao fim da apreciação das emendas, foram “diminuídos alguns abusos; dados alguns direitos aos acusados; porém, pela articulação do governo, foi mantido o texto-base”¹². O *Correio da Manhã* usou o mesmo tom, chamando a LSN de “lei da opressão”¹³ e afirmando que Vargas proibia a subversão da ordem que ele próprio havia apoiado em 1930, quando participou da deposição do presidente Washington Luís:

Uma lei que não é outra coisa senão o instrumento odioso, monstruoso mesmo, de que se valerão o sr. Getúlio Vargas e a gente que com ele está assentada à mesa do orçamento público, para, de futuro, oprimirem e fazerem cessar o direito de crítica. Assinalamos como o governo, desprestigiado e desmoralizado, transforma uma ideia, que o bom senso estimaria, num golpe traiçoeiro contra a opinião honesta, que só tem motivos para nesse governo não confiar. (...) Ninguém mais, é certo, acredita em revolução. Depois da de 24 de outubro, os desenganos são esmagadores (...). A lei deixou de ser de segurança. Da opressão é o que ela é. O governo a reclama para viver tranquilo e feliz sobre a miséria de um povo indignado.¹⁴

No dia 28 de março de 1935 foi aprovada a redação final da lei, sendo enviada à sanção presidencial em 4 de abril. O deputado oposicionista Adolfo Bergamini acusou o presidente da Câmara, Antônio Carlos de Andrada – à época, ainda aliado de Vargas – de fraude nas votações, dando como exemplo o voto de aprovação contabilizado para o deputado Aleixo Paraguaçu (PP/MG) que não estava presente na sessão. Em sua explanação, ainda criticou o Ministro da Justiça Vicente Ráo, que, no passado, havia elogiado alguns princípios humanitários do comunismo, dizendo que tais elogios, se proferidos após a implementação da LSN, lhe resultariam em muitos meses de cadeia. O deputado Acúrcio Torres encerrou as declarações da oposição, afirmando que não se

¹¹ *Diário da Noite*, 13/02/1935, p. 1.

¹² *Jornal do Brasil*, 20/03/1935, p. 7.

¹³ *Correio da Manhã*, 17/03/1935, “A lei da opressão”, p. 4. Autor não revelado.

¹⁴ Id. *Ibid.*

poderia “de agora em diante, sequer pensar; nem expor o pensamento em reuniões íntimas ou públicas, pelo livro ou pela imprensa”.¹⁵

A LSN passou no Congresso com a aprovação de uma emenda de última hora contra o integralismo¹⁶, que Vargas pensou em vetar. O comentário em seu diário mostra o quanto o presidente se preocupava mais com o comunismo do que com o integralismo, para o qual nutria simpatia, mas temia os dirigentes:

Passou a Lei de Segurança. Enxertaram nela uma medida contra o integralismo. Estou em dúvida se sanciono ou veto esse dispositivo. O integralismo é uma forma orgânica de governo e uma propaganda útil no sentido de disciplinar a opinião. Contudo, não confio muito nos seus dirigentes, nem eles têm procurado se aproximar do governo de modo a inspirar confiança (VARGAS, 1995, p. 373).

É interessante perceber que a Lei de Segurança Nacional passou a vigorar no momento em que os deputados das assembleias estaduais começavam a tomar posse para elaborar as constituições estaduais, terminada a demorada apuração das eleições de 14 de outubro de 1934 – nas quais foram eleitos deputados estaduais, federais e governadores. Ou seja, o sistema democrático codificado pela nova Constituição ainda não estava plenamente assentado e já levava um duro golpe com a aprovação da LSN, que fortalecia o Executivo.

Após a derrota, o teor do discurso da oposição mudou e ela passou a apontar o perigo do excesso de poder dado ao Executivo e a criticar a postura dos deputados da maioria em forçar a aprovação o mais rápido possível da LSN. As arbitrariedades da polícia e dos interventores passaram a gerar queixas cotidianas na Câmara Federal, além da posição omissa de Vargas em relação a essas irregularidades e de suas possíveis pretensões à implantação de uma ditadura no Brasil.¹⁷

Em abril de 1935, prevendo a ditadura que se avizinhava, o deputado Thiers Perissé (deputado classista/profissionais liberais) discursou criticando a forma impositiva e alheia a debates mais profundos pela qual a LSN foi aprovada no Congresso Nacional. Ironizou o governo e disse que a forma como ele estava agindo, impondo decisões que eram apenas chanceladas pelos deputados, levava a crer que o Legislativo não tinha razão de existir:

¹⁵ *Jornal do Brasil*, 23/03/1935, p. 7

¹⁶ *Jornal do Brasil*, 05/04/1935, p. 7.

¹⁷ Diário do Poder Legislativo. 195ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 26/03/1935, p. 2148.

Peço ao Presidente da República que faça seus auxiliares cumprirem as leis da nação (...) ou crie logo de uma vez para sempre a ditadura, acabando com esta farsa tão pesada aos cofres da nação, a que se chama Poder Legislativo.¹⁸

Perissé, que acabou sendo profético, criticou ainda o fato de que a maioria dos ministros não respondia aos pedidos de informação da Câmara ou demoravam cerca de três meses para fazê-lo. Em sua opinião essa era mais uma prova do tratamento desrespeitoso que o Executivo dava à Câmara dos Deputados, sendo um sinal do enfraquecimento da mesma.¹⁹

No ano de 1935 uma série de acontecimentos demonstram o auge da polarização ideológica vivida no país. As esquerdas e as direitas criticavam o liberalismo, mas, obviamente, discordavam sobre qual seria a alternativa de mudança (FORJAZ, 1989, p. 40). Enfrentamentos violentos entre a Ação Integralista Brasileira (AIB) – criada em 1932, de inspiração fascista – e a Aliança Nacional Libertadora (ANL) – frente antifascista fundada em março de 1935 – ocorreram nas cidades de Petrópolis (RJ) e de São Paulo (SP) (TRINDADE, 1974, p. 99-109).

Após a sanção da Lei de Segurança por Vargas, intensificou-se o autoritarismo governamental, culminando no fechamento de várias organizações, entre elas a ANL, em julho de 1935.

O projeto político de Vargas chegou a estar seriamente ameaçado durante a grave crise política entre setembro e outubro de 1935, quando o presidente parecia perder a maioria na Câmara, após o governador Flores da Cunha, do Rio Grande do Sul, e também parte da bancada do estado do Rio de Janeiro indicarem que iriam para a oposição. Na mesma, surgiu o Grupo Parlamentar Pró-Liberdades Populares, que aglutinou deputados em sua maioria da oposição, mas também da situação, que buscavam frear a ampliação dos poderes presidenciais e a repressão levada à cabo por Filinto Muller nas ruas da capital da República (MOURELLE, 2015, p. 155-182).

Porém, as malfadadas insurreições de 1935, conhecidas como “Intentona Comunista”, alteraram esse cenário e tornaram a fortalecer o presidente Getúlio Vargas, que recebeu solidariedade quase unânime dos parlamentares e conseguiu reformar a Lei de Segurança e até mesmo a Constituição de 1934, tornando-as mais ferozes na repressão aos considerados subversores da ordem. Foi a pavimentação do caminho para

¹⁸ Diário do Poder Legislativo. 206ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 08/04/1935, p. 2531.

¹⁹ Id. Ibid..

a ditadura, após a prisão de milhares de opositores – comunistas ou falsamente acusados como tal. Por fim, a “descoberta” do Plano Cohen – que sabemos ter sido uma farsa – em setembro de 1937, deu a justificativa para a implementação de uma nova Constituição e o início do Estado Novo.

DESVALORIZAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO E DA DEMOCRACIA LIBERAL: A REVISTA *CULTURA POLÍTICA* NO ESTADO NOVO

Enfim o Legislativo foi fechado. A partir daí ele é bombardeado, ao longo da ditadura, por uma série de críticas. É dito que durante o Império ele não teria tido grande importância, tendo sofrido interferências sucessivas de D. Pedro II.

Sérgio Ferraz analisou o Poder Legislativo no Segundo Reinado e relativiza essa suposta e completa dominância do Poder Moderador, evidenciando o quanto era decisivo, mas ressaltando que o imperador não atuava em um vazio de poder. Ao fazer um levantamento das mudanças ministeriais ao longo dos 49 anos de reinado de D. Pedro II, privilegiou os motivos das quedas desses gabinetes ministeriais, chegando a um resultado surpreendente, no que diz respeito à ação do Legislativo imperial: “nota-se que em cerca de 60% das retiradas (22 em 37) há atuação política decisiva do Legislativo. Esse dado desmente a suposição de irrelevância das instituições representativas no sistema político do Segundo Reinado” (FERRAZ, 2012, p. 54).

A Primeira República é outro o momento em que o Poder Legislativo é alvo de descrédito e críticas. Frequentemente, os quarenta e um anos entre 1889 e 1930 são anunciados como décadas em que o Executivo tinha amplos poderes e o Legislativo operava a seu reboque, a ponto de ser ignorado ou minimizado nos estudos sobre o período.

Embora tenham existido fraudes eleitorais e interferência do Executivo no Congresso Nacional, não é adequado generalizar e negar a existência de disputas eleitorais como eventos fundamentais na luta política por acesso ao Poder Legislativo e obviamente em seu funcionamento. Não podemos absorver acriticamente o discurso estado-novista, desqualificando completamente a Primeira República. Ângela de Castro Gomes e Martha Abreu analisam essa vertente da historiografia brasileira e apresentam uma perspectiva diferente:

A designação de República Velha] foi imaginada e adotada pelos ideólogos autoritários das décadas de 1920/30. Desde então, ela foi propagada, com ênfase durante os anos do Estado “Novo”, outra fórmula de periodizar a história política brasileira, diretamente ligada, por contraste, às décadas que o precederam. (...) A Primeira República, a partir daí decididamente “velha”, também em bloco, passa a ser avaliada como um grande fracasso e equívoco (...). Um processo de escolhas do que lembrar e do que esquecer que é obra política articulada desde os anos 1920, mas que permanece tendo vigência na historiografia (GOMES; ABREU, 2009, p. 1-13).

Logo, é ponto central perceber que cabe ao historiador o distanciamento necessário para não assumir ou chancelar discursos criados por determinado governo, sob a pena não produzir conhecimento histórico, mas acabar servindo como propagador de uma ideologia determinada.

No *Dicionário de Política* de Norberto Bobbio não constam as expressões “Poder Legislativo” e “Câmara dos Deputados”; o conceito de “Parlamento” açambarca as expressões anteriores. Embora Bobbio reconheça a enorme diversidade de situações históricas e as realidades completamente distintas dos países onde existem parlamentos, ele traça uma definição morfológica, de ordem geral, para a palavra: “uma assembléia ou um sistema de assembléias baseadas num princípio representativo, que é diversamente especificado, mas determina os critérios da sua composição”. Os parlamentos gozam de atribuições variadas, mas têm um denominador comum, que os define funcionalmente como o lugar de “participação direta ou indireta, muito ou pouco relevante, na elaboração e execução das opções políticas, a fim de que elas correspondam à ‘vontade popular’” (BOBBIO, 1992, p. 880).

Em outro trecho da mesma obra, uma questão de fundamental importância é apresentada:

Convém precisar que, ao dizermos assembléia, queremos indicar uma estrutura colegial organizada, baseada não num princípio hierárquico, mas, geralmente, num princípio igualitário. Trata-se, por isso, de uma estrutura de tendência policêntrica (BOBBIO, 1992, p. 880).

Logo, a definição de Parlamento carrega consigo uma pré-condição: a de que existem vários e diversificados grupos sociais representados nesse corpo político, segundo princípios não hierárquicos. O eleito, logicamente, terá que atuar de forma a beneficiar a população que o elegeu, mas sempre de forma negociada, já que a estrutura parlamentar é a de um colegiado de iguais. Por isso, na teoria, as decisões do

Parlamento, em regimes democráticos, significam, em teoria, a concretização das aspirações populares, aí presentes por intermédio dos representantes legislativos eleitos.

O Parlamento, onde estão os representantes da população, deve estabelecer uma relação de cooperação com o Executivo, auxiliando no que é necessário e, ao mesmo tempo, fiscalizando suas iniciativas, o que se funda no princípio da divisão e equilíbrio entre poderes. Ao analisar as relações entre Executivo e Legislativo, Charles Pessanha destaca esse aspecto: a importância do Parlamento para o fortalecimento da democracia, uma vez que os poderes “se vigiam, cada qual impedindo o uso excessivo de poder pelos demais” (PESSANHA, 2003, p. 142). Em princípio, não se pode ver o Legislativo como um empecilho ao Executivo ou vice-versa; são poderes que atuam juntos. O fato de existir negociação entre os poderes e também dentro do Legislativo deve ser visto sob uma perspectiva positiva, característica de governos democráticos:

Dizer que um projeto proposto pelo presidente é transformado pelo Legislativo ou que o presidente antecipa as preferências do Legislativo não é o mesmo que dizer que o Congresso é um obstáculo. Afinal, sob um governo democrático, deve-se esperar que o Legislativo possa exercer influência sobre as políticas públicas (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999, p. 107).

Para uma visão retrospectiva, elaborada pelo Estado ditatorial pós-1937, sobre períodos anteriores da História do Brasil, uma fonte fundamental é a revista *Cultura Política*, publicada entre 1941 e 1945, uma das principais publicações do DIP durante o Estado Novo. Era distribuída no território nacional, além de vendida em bancas de jornal no Rio de Janeiro e em São Paulo trazendo o caráter doutrinário e as diretrizes da ditadura varguista. Seus colaboradores faziam parte da intelectualidade brasileira e eram muito bem remunerados. Dessa forma, a revista resume, em seus números, as características do regime e seu ideário. Logo, a partir dela, podemos compreender com exatidão o perfil almejado por Vargas e seus partidários para seu governo e também a visão que tinham sobre a história do Brasil e sobre o contexto histórico da época. Em *Cultura Política* o Estado Novo fez sua propaganda contra os órgãos representativos dos regimes liberais-democráticos, salientando o que considerava seus vícios e inutilidades. A Constituição de 1934 e a atuação do Legislativo entre 1934 e 1937 eram vistas como danosas e prejudiciais aos ideais da Revolução de 1930.

Muito dessa visão negativa a respeito das instituições legislativas, no Brasil, tem raízes no pensamento autoritário, para o qual contribuiu a literatura produzida pelos

pensadores políticos do Estado Novo. Começamos com uma citação que demonstra exatamente essa aversão à figura do Parlamento:

O Parlamento, de estrutura política, tem apresentado duplo inconveniente. Quanto à função técnica, primordial, de elaborar as leis, se mostrou anêmico. O órgão defeituoso não pode exercer a sua função essencial. Mesmo quando apto ao cumprimento do seu papel, as competições políticas, o embate dos partidos, o manejo ardiloso do eleitorado e a cupidez das facções manietam os ‘representantes do povo’, entravando-lhes a atividade (Oscar Tenório, *Cultura Política*, 1941).

Em 1941 o juiz cível Oscar Tenório foi mais um dos autores a escrever na importante revista *Cultura Política* criticando o Poder Legislativo e defendendo a concentração de poderes no Executivo²⁰. Contudo, embora sejam constantes as críticas feitas ao liberalismo pelos ideólogos do Estado Novo, são poucos os escritos dessa época destinados especificamente a analisar a Câmara dos Deputados que funcionou de 1934 a 1937. Em geral, a revista *Cultura Política* e outras publicações do pós-1937 tinham um caráter generalizante em sua elaboração, procurando abarcar a história do Brasil como um todo em seus diagnósticos. Preferencialmente, desqualificavam o período republicano anterior a 1930 e estabeleciam uma relação direta entre o significado moralizador da Revolução de 1930 e a implantação do Estado Novo, em 1937, ignorando o período de vigência da Constituição de 1934. O texto de Tenório é uma exceção, pois dá atenção ao período que antecede à ditadura de Vargas, evidentemente para apontar os supostos erros e falhas desse regime constitucional e fazer coro à tese geral.

A análise da história do país, prática comum dos escritos dos intelectuais estado-novistas, tinha o intuito de explicar e justificar a importância das mudanças propostas pelo auto-intitulado “novo” Estado Nacional. Dessa forma, não por acaso, chamavam a Primeira República de “República Velha”. Já a chamada Revolução Constitucionalista, a criação da Constituição de 1934 e o momento político conturbado de 1935 eram vistos como desvios de rota em relação à Revolução de 1930, por isso não mereceriam muita atenção. Nessa visão, a criação do Estado Novo seria uma “correção de rumo” necessária ao país:

²⁰ “A Constituição de 10 de novembro de 1937 e o parlamento”, por Oscar Tenório (Juiz de Direito na 12ª Vara Cível da Justiça do Distrito Federal), p.181-192. Sessão “A estrutura jurídico-política do Brasil”. CULTURA POLÍTICA, Ano I, nº 2, Abril de 1941, Rio de Janeiro.

Os revolucionários de 1937 interpretam o período que vai até o golpe de novembro como um interregno à consecução do projeto de fundação do novo Estado. A Constituição de 1934, símbolo maior dos desvios revolucionários, é caracterizada como o resultado do malogro dos acontecimentos de 1930, e não como uma de suas possíveis culminâncias. A revolução paulista de 1932 é ignorada, e o caos político identificado em 1935 é diagnosticado como um produto direto da inconsistência e irrealidade da legislação liberal. Desta forma, são banidos da Revolução de 1930 quaisquer ideais reformadores da ordem liberal, que ficam caracterizados como descaminhos revolucionários. Daí a linha direta, embora interrompida, entre 1930 e 1937 (GOMES, 1982, p. 118).

Azevedo Amaral inaugurou a sessão chamada “o pensamento político do chefe de governo”, no primeiro número de *Cultura Política*, lançada em março de 1941. Essa sessão, que vinha sempre no começo da revista, contou com grandes nomes, que escreviam no intuito de esclarecer aos leitores os motivos da conduta do chefe do governo e explicar a razão de suas atitudes, sempre compreendidas como necessárias para o bem do Brasil. No trecho a seguir, Azevedo Amaral comenta o porquê da superação da democracia liberal, não só no Brasil, mas no mundo:

As nações influenciadas pelas correntes intelectuais coloridas por tendências liberais foram, uma após outra, copiando as instituições que se lhes apresentavam como modelos padronizados de governo popular. Na grande maioria dos casos, essa adaptação artificial de criar regime incompatível com a realidade nacional agravou os vícios essenciais da democracia liberal (AMARAL, 1941, p. 167).

Ou seja, o modelo liberal-democrático havia sido copiado pelas elites brasileiras e, segundo os ideólogos do Estado Novo, não condizia com a realidade nacional. Além disso, era um modelo já superado internacionalmente, referência clara aos governos autoritários que se espalhavam pelo globo desde os anos 1920, invadindo as décadas de 1930 e 1940.

Na mesma sessão, mas no número seguinte da revista, em abril de 1941, o poeta e crítico literário Rosário Fusco reforçou o texto de Azevedo Amaral, e ainda acrescentou mais críticas à democracia liberal. Dessa vez, apontando os vícios dos partidos e das eleições, tema recorrente do combate antiliberal:

A velha democracia do sufrágio eleitoral direto e dos parlamentos completava a sua aparelhagem de ilusionismo e de falseamento da

intervenção do povo na vida pública [...]. Os partidos eram na realidade apenas meios de organizar e disciplinar as massas eleitorais, iludindo-as com diferenças superficiais e insignificantes de opinião política, a fim de que elas não pudessem perceber como eram dirigidas no seu conjunto por uma única força orientadora, constituída pela coligação permanente dos interesses reais do grupo, que oculto manipulava toda a maquinaria política (FUSCO, 1941, p. 169).

É necessário chamar a atenção para o fato dessa sessão, que abria a revista, se chamar “o pensamento político do chefe de governo”, dando um caráter pessoal ao exercício da presidência da República, com destaque para a figura de Getúlio Vargas. Ou seja, o governo era Vargas, ignorando-se os demais participantes. Desse modo foi reforçada sua caracterização não simplesmente como presidente, mas como líder a ser seguido, perspectiva similar a o que ocorria com Hitler, Mussolini e outros ditadores da época.

Pelos exemplos, fica evidente como um dos mais importantes periódicos do Estado Novo ia propagando, em cada edição, o que já vinha sendo dito nos quatro anos anteriores, desde o golpe de 1937: a crença nas ações do Poder Executivo, encarnado no chefe de governo, contrastando com a descrença no Parlamento e nas organizações e práticas representativas da democracia liberal. Essa é a oposição constante que aparece no período de 1937 a 1945: presidente forte, rápido e eficiente / parlamento fraco, lento e ineficaz. Retomando o texto do juiz Oscar Tenório, citado anteriormente, trazemos mais uma amostra da visão sobre o período político anterior, consagrado pela Constituição de 1934, como um momento de vícios inteiramente prejudiciais ao país:

O poder legislativo é constituído segundo o voto popular, direta ou indiretamente manifestado, e representa o povo, sem qualquer atributo. Nele não se representam as classes. Dele não participam grupos culturais que, por sua força moral e o prestígio de sua inteligência, deviam ter parte na difícil tarefa da técnica legislativa. Não se distinguem os representantes do povo, que são, em realidade, representantes de partidos poderosos, apoiados na finança e tendo como eficazes meios de propaganda a imprensa e o rádio. Assim como o liberalismo econômico produziu a escravização das massas trabalhadoras (neste particular a história da Inglaterra no século XIX é copiosa de exemplo), o liberalismo político instaurou o domínio de grupos e até de famílias. O Parlamento corresponde, então, a essa realidade político-econômica (TENÓRIO, 1941, p. 182).

Nesse texto, especificamente na parte com o subtítulo “A reforma do Poder Legislativo na Constituição de 1934”, o autor segue a mesma linha de pensamento de

Azevedo Amaral, Francisco Campos e Oliveira Vianna, fazendo uma ode à necessidade de ampliação de poderes do Executivo e criticando duramente a Constituição de 1934 e o Poder Legislativo brasileiro do período 1934-1937:

Realizou o Brasil a sua reforma inicial na Constituinte de 1933-1934. O anteprojeto da Constituição elaborado pela Comissão nomeada pelo Chefe do Governo Provisório fechou os olhos à realidade mundial, especificamente européia. Não se apercebeu das experiências empreendidas em nações cultas, mas angustiadas pela imperfeição de seus órgãos constitucionais. Os debates travados no seio da comissão não se alhearam do problema, mas a decisão foi pela manutenção do Parlamento político (TENÓRIO, 1941, p.184).

Em seguida, finalizando, Tenório faz uma extensa avaliação, terminando por afirmar que: “Em pouco mais de três anos de existência, o sistema de 1934 revelou sua improdutividade” (TENÓRIO, 1941, p. 185 e 186). Esse texto é extremamente claro e raro ao procurar explicar o ecletismo da experiência institucional gerada pela Constituição de 1934, responsável, nessa perspectiva, por sua inépcia e fracasso certos.

É compreensível a aversão dos estado-novistas à Constituição de 1934, já que a nova Carta Magna do Estado Novo, outorgada pelo governo em novembro de 1937, evidencia diferenças fundamentais em importantes aspectos. Um deles era a série de poderes atribuídos ao Executivo, mais especificamente ao presidente. Ou seja, ser a favor do Estado Novo e da nova constituição significava ser radicalmente contrário aos princípios da Carta de 1934.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste capítulo foi, a partir do conceito de cultura política, primeiramente apontar algumas características que salientamos na cultura política brasileira, como a conciliação e, especialmente, o autoritarismo da elite governante.

Por um lado, vimos que na independência política de 1822, na proclamação republicana de 1889 e mesmo na chamada Revolução de 1930, ocorreu baixa participação popular. Apenas crises pontuais entre os membros da elite dirigente, com algumas dissidências em menor grau ou maior grau. Por outro lado, com mais destaque no presente capítulo, vimos o autoritarismo que regeu a ação do Estado brasileiro ao longo da história, dando destaque para as décadas de 1930 e 1940, período do primeiro governo Vargas.

Tanto os discursos no contexto do debate sobre a primeira Lei de Segurança Nacional da história do Brasil, em 1935, quanto os textos publicados na revista *Cultura Política*, no Estado Novo, mostram posturas críticas em relação à democracia liberal e favoráveis a um Poder Executivo forte e acima das liberdades individuais. Se em 1935 podemos ver resistências, já em 1941 elas ficam mais difíceis e improváveis, por se tratar de um período ditatorial.

Até hoje em dia, em pleno século XXI, podemos ainda enxergar uma permanência forte da cultura política brasileira no que diz respeito à desvalorização do Legislativo e ao excesso de confiança e zelo na atuação do Executivo para a solução dos problemas nacionais, o que decorre na supervalorização da figura do presidente quase como um líder messiânico, seja ele de direita – como Jair Bolsonaro – ou de esquerda – como Luís Inácio “Lula” da Silva. Da mesma forma, a conciliação continua muito presente na cultura política brasileira – vide a forma como se encerrou a ditadura militar de 1964-1985, sem grandes rupturas e sob negociações políticas –, assim como as ações autoritárias do Poder Executivo, que segue dialogando pouco com a sociedade para a solução dos grandes problemas nacionais.

FONTES

Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira.

Site: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acessado em 11/01/2021.

Periódicos pesquisados: *Correio da Manhã*, *Diário da Noite* e *Jornal do Brasil*

Revista pesquisada: *Revista Cultura Política*

Diários do Poder Legislativo. Anos 1934 e 1935. Coleção “Diários da Câmara dos Deputados”. Acessível em http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp. Acessado em 11/01/2021.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de (Org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. CPDOC – FGV, 1984.

AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

AMARAL, Azevedo. “Realismo político e democracia”, p.157-176. Sessão “O pensamento político do Chefe do Governo”. *CULTURA POLÍTICA*, Ano I, nº 1, Março de 1941, Rio de Janeiro.

BERSTEIN, Serge. “A Cultura Política”. In: Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BOBBIO, Norberto e outros. *Dicionário de Política*. Coord. da tradução: João Ferreira. 4ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política. Teatro das Sombras: a política imperial*. 5ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CONNIFF, Michael L. *Política urbana no Brasil: a ascensão do populismo 1925-1945*. Tradução de Myriam Campello. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

FERRAZ, Sérgio Eduardo. “O Império Revisitado: Instabilidade Ministerial, Câmara dos Deputados e Poder Moderador (1840-1889)”. Tese, Universidade de São Paulo, 2012.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

FUSCO, Rosário. (poeta e crítico literário) “A cultura e a vida, por Rosário Fusco” (poeta e crítico literário), p.169-180. Sessão “O pensamento político do Chefe do Governo”. CULTURA POLÍTICA, Ano I, nº 2, Abril de 1941, Rio de Janeiro.

GERTZ, René E. “Estado Novo: Um Inventário Historiográfico”. In: SILVA, José Luiz Werneck da. *O Feixe e o Prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

GOMES, Ângela de Castro. “Cultura Política e Cultura Histórica no Estado Novo”. In: Abreu, M., Soihet, R. e Gontijo, R. *Cultura Política e Leituras do Passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Faperj, 2007.

GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. Apresentação. In: “A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia”. Revista Tempo, número 26, janeiro de 2009.

MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta. Formação: Histórias: A experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac/Sesc, 1999.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia”. In: Rodrigo Patto Sá Motta. *Culturas políticas na História: novos estudos*. BH: Argumentum, 2009.

MOURELLE, Thiago. “Getúlio Vargas: prisão, deportação, espancamento e desaparecimento de trabalhadores (1934-35)” In: MOURELLE; Thiago; FRAGA, André (org.). *Olhares sobre o governo Vargas*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

MOURELLE, Thiago. Guerra pelo poder: a Câmara dos Deputados confronta Vargas (1934-1935) / Thiago Cavaliere Mourelle. – 2015, 254 f.

PESSANHA, Charles. “O poder Executivo e o processo legislativo nas constituições brasileiras”. In: Vianna, Luiz Werneck. *A democracia e os três poderes no Brasil*. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2003.

TENÓRIO, Oscar. (Juiz de Direito na 12ª Vara Cível da Justiça do Distrito Federal). “A Constituição de 10 de novembro de 1937 e o parlamento”, p.181-192. Sessão “A estrutura jurídico-política do Brasil”. CULTURA POLÍTICA, Ano I, nº 2, Abril de 1941, Rio de Janeiro.

TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1979.

VIANA, Francisco José Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Record, 1974. 3ª Ed.

OS DIREITOS CULTURAIS E A INTEGRAÇÃO CULTURAL DOS POVOS DA AMÉRICA LATINA: REFLEXÕES A PARTIR DO MERCOSUL

Juliane Caravieri Martins¹

Cicília Araújo Nunes²

A cultura é uma necessidade imprescindível de toda uma vida, é uma dimensão constitutiva da existência humana, como as mãos são um atributo do homem.
(José Ortega y Gasset)

INTRODUÇÃO

O ser humano, enquanto ser social e político, sempre procurou estabelecer regras de convivência em sociedade, objetivando a coexistência mais harmônica com seus semelhantes desde tempos remotos da civilização. Em cada época histórica, as atividades dos seres humanos são exteriorizadas através das relações entre os seus semelhantes, bem como de ações sobre os bens materiais ou imateriais, havendo ampla regulação pelo direito. O direito foi se aperfeiçoando ao longo do tempo para acompanhar a evolução do homem, da própria humanidade e de seus anseios a fim de regulamentar as diferentes facetas da vida em comunidade porque os “direitos sempre foram espelhos das épocas” (ALTAVILA, 2006, p. 11).

Não seria diferente com a cultura que está intrinsecamente relacionada ao ser humano e à sua vida em sociedade, também encontrando regulação específica por normas de diversas ordens (locais, regionais e globais). Desse modo, ao se analisar a cultura, é necessário sempre considerar a “[...] humanidade em toda a sua riqueza e

¹ Professora Adjunta na Faculdade de Direito (graduação e mestrado) da Universidade Federal de Uberlândia. Líder do Grupo de Pesquisa *Reformas Trabalhistas e os Retrocessos no Mundo do Trabalho: Perspectivas para a América Latina* cadastrado no CNPq. Doutora em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), Doutora em Ciências da Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (PROLAM/USP), Mestra em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Especialista em Direito do Trabalho pela Universidade Braz Cubas (UBC) e Especialista em Economia Empresarial pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8784-7914>. E-mail: jcaravieri@ufu.br.

² Doutoranda em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM); Mestra em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia, na área de concentração em ‘Direitos e Garantias Fundamentais’, com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e graduada em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia. Líder do Grupo de Pesquisa *Reformas Trabalhistas e os Retrocessos no Mundo do Trabalho: Perspectivas para a América Latina* cadastrado no CNPq. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4013-2070>. E-mail: cicilia_nunes@hotmail.com.

multiplicidade de formas de existência. São complexas as realidades dos agrupamentos humanos e as características que os unem e diferenciam, e a cultura as expressa” (SANTOS, 2009, p. 07-08).

Reafirmando a imbricada relação entre direito e cultura existente desde tempos remotos da humanidade, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), aprovou na sua 31ª Conferência Geral, em 2001, a *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural e Plano de Ação*, reconhecendo, em seu art. 1º, que a cultura adquire *formas diversas através do tempo e do espaço*, de modo que essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades integrantes da humanidade. Inclusive, a UNESCO reconheceu que a diversidade cultural é tão necessária para o gênero humano quanto a diversidade biológica o é para a natureza, pois aquela é fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade (USP, 2021, grifo nosso). Ademais, essa declaração, em seu art. 5º, definiu os direitos culturais, indicando-os como marco propício da diversidade cultural. Assim, os *direitos culturais integrariam os direitos humanos* os quais são universais, indissociáveis e interdependentes, de modo que o *desenvolvimento da diversidade criativa exigiria a plena realização dos direitos culturais* (USP, 2021, grifo nosso).

Nesse contexto, a pesquisa buscou refletir sobre os direitos culturais e sua correlação com uma cidadania multicultural, mais inclusiva e participativa que deveria ser construída nos processos de integração regional, especialmente na América Latina. A existência de normas internacionais de proteção aos direitos humanos, de cunho global e regional, e de ordens jurídicas constitucionais dos Estados democráticos que objetivam a valorização da dignidade da pessoa humana e da cidadania, impõe desafios aos processos de integração em relação à tutela efetiva dos direitos humanos, inclusive dos direitos culturais, e sua concretização nos países integrantes dos blocos mediante ações conjuntas e articuladas.

Apesar da importância da integração econômica para a dinamização do comércio internacional e dos mercados regionais com a livre circulação de mercadorias, pessoas e fatores de produção, na atualidade esse processo não pode ficar adstrito apenas às questões comerciais e econômicas, sendo necessária a sua expansão para outras áreas, tais como: a jurídica, a política, a social e, inclusive, a cultural que devem estar contempladas nos projetos integracionistas, pois “[...] *sem a resolução efetiva da questão social* (que inclui: relações capital-trabalho, exclusão social, desigualdades,

privatização das políticas públicas, violência, etc.), o processo de integração regional padece de substantividade, e a democracia não se sustenta” (WANDERLEY, 2013, p. 738, grifo do autor).

Assim, a importância dos direitos culturais na integração regional é nítida, estando, pois, contemplada na Constituição brasileira de 1988 ao expressamente prever, no art. 4º, parágrafo único, que a República Federativa do Brasil buscará a *integração econômica, política, social e cultural* dos povos da América Latina, visando à *formação de uma comunidade latino-americana de nações*. Nesse sentido, o estudo se debruçou sobre o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, completando trinta anos de existência, averiguando o significado dessa proposta de integração cultural para os povos latino-americanos, com base em pactos firmados no bloco e nas principais decisões do Conselho Mercado Comum (CMC) na seara cultural³, bem como utilizando a concepção de direitos culturais e cidadania multicultural.

A pesquisa utilizou os métodos dialéticos e histórico-sociológico e a técnica de pesquisa foi bibliográfico-exploratória, assim, o estudo se dividiu em três partes. Primeiramente, buscou-se compreender o inter-relacionamento entre cultura e direitos a partir da ideia de direitos culturais no âmbito de normas internacionais e da Constituição brasileira. *A posteriori*, investigou-se a concepção de cidadania e como ela abarcou mais direitos ao longo do tempo, sendo fortalecida, nas últimas décadas, pela inclusão dos direitos culturais. Depois se analisou, com *viés crítico*, a proposta de integração cultural dos povos latino-americanos a partir de normas constitucionais e regionais do MERCOSUL no âmbito cultural.

Portanto, sem exaurir os questionamentos em relação ao tema, o capítulo pretendeu contribuir com a obra **Redes Culturais Colaborativas Latino-Americanas**, fortalecendo o debate acerca dos direitos culturais e do necessário fomento à integração regional cultural na América Latina do século XXI.

O INTER-RELACIONAMENTO ENTRE CULTURA E DIREITOS

A cultura assume formas diversas através do tempo e do espaço, manifesta-se na originalidade e na pluralidade das identidades, nas expressões culturais dos povos e das sociedades. A diversidade cultural é uma característica essencial da humanidade e cria

³ Em razão de limites metodológicos da pesquisa, não foram analisadas atas de reunião de Ministros da Cultura dos Estados-partes e dos órgãos integrantes do chamado MERCOSUL Cultural.

um mundo rico e variado que aumenta a gama de possibilidades e nutre as capacidades e valores humanos, constituindo, dessa forma, um dos principais motores do desenvolvimento sustentável das comunidades, povos e nações (UNESCO, 2005, p. 2).

Nesse sentido, quando relacionada à antropologia, a cultura pode ser entendida como um conjunto de conhecimentos, costumes, crenças, padrões de comportamento adquiridos e transmitidos socialmente no contexto de um grupo social. Ela também representa o conjunto de conhecimentos adquiridos - experiências e instrução - viabilizadores do desenvolvimento intelectual e do aprimoramento espiritual (LÍNGUA PORTUGUESA, 2021).

Abbagnano (2007, p. 225) esclarece que a cultura possui dois significados básicos: o primeiro significa a *formação* do homem, sua melhoria e seu refinamento, e o segundo significado indica o produto dessa formação, isto é, o conjunto dos modos de viver e de pensar cultivados, civilizados, polidos – que também costumam ser indicados pelo nome de *civilização*.

Segundo Soustelle (1969, p. 91), a cultura é o conjunto de “[...] comportamentos, técnicas, crencias, ritos, instituciones que caracterizan al hombre y las sociedades humanas [...] no existe hombre sin cultura, hombre en estado de naturaleza, *Naturvölker*”. Portanto, a cultura é aprendida, transmite-se por tradição, educação e imitação, bem como evolui ao longo do tempo e se modifica, pois toda cultura supõe uma sociedade, mas uma sociedade não pressupõe necessariamente uma cultura, a exemplo da sociedade de abelhas e formigas, como evidencia o autor (SOUSTELLE, 1969, p. 91). Logo, a cultura é o “conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange também as artes e as letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças” (SOARES, 2008, p. 84).

A vida humana em sociedade – vida em comum – promove a concretização da cultura de um povo ou nação. O povo é compreendido como o conjunto dos cidadãos de um Estado porque representa todos os indivíduos que o integram através de uma vinculação jurídica permanente: a cidadania a qual depende sempre das condições fixadas pelo próprio Estado.

Se as inter-relações humanas na sociedade permitem a construção da cultura, logo, onde está a sociedade também estará o direito, permitindo, assim, a configuração dos chamados *direitos culturais* porque não há nenhuma atividade social desprovida da

regulamentação jurídica, como dispõe o brocardo romano: *ubi societas, ibi jus; ibi jus ibi societas*⁴. Então, o direito não existe senão na sociedade, não podendo ser vislumbrado fora dela, pois o “[...] direito é obra humana e como tal só pode ser compreendido a partir da sua ideia” (RADBRUCH, 2010, p. 10).

O direito, em si, é então, provavelmente, ao mesmo tempo o produto dos fatos e da vontade do homem, um fenômeno material e um conjunto de valores morais e sociais, um ideal e uma realidade, um fenômeno histórico e uma ordem normativa, um conjunto de atos de vontade e de atos de autoridade, de liberdade e de coerção... (BERGEL, 2006, p. 06).

Enquanto elemento fundamental de um povo, a cultura deve ser tutelada pelo direito. A interseccionalidade entre o âmbito jurídico e as características culturais resulta, assim, nos denominados direitos culturais – determinados de acordo com as especificidades de cada lugar e sociedade, pois a “[...] essência da ordem jurídica está em ser universal. O direito não pode realizar uma regulação parcial sem que, pela escolha da parte a ser regulada nas relações humanas, não tome também uma posição quanto às partes não reguladas [...]” (RADBRUCH, 2010, p. 283). Portanto, a análise e compreensão dos direitos culturais na contemporaneidade é primordial, principalmente no âmbito dos processos de integração regional na América Latina, como no caso do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.

Os Direitos Culturais

No sistema global de proteção aos direitos humanos⁵, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*⁶ previu, no art. 22, que toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional e pela cooperação internacional de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos **direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade**. (USP, 2021, grifo nosso). O art. 27, primeira

⁴ “É certo que o direito se apodera do homem desde antes de seu nascimento e o mantém sob sua proteção até depois de sua morte. Mas, certo também é que, sempre e a todo instante, o considera como parte de uma comunhão, que é a sociedade, fora da qual o homem, civilmente, não poderia viver. Por isso, é que sociedade e direito forçosamente se pressupõem, não podendo existir aquela sem este, nem este sem aquela. *Ubi societas ibi jus*. Se a coexistência social resulta da natureza humana, também da natureza do homem [...] o direito decorre” (RÁO, 2005, p. 51).

⁵ O sistema global é o padrão mínimo aceitável de direitos humanos, podendo ser ampliado e aprofundado pelos sistemas regionais de proteção que congregam grupos de países com características históricas e culturais comuns.

⁶ Foi aprovada pela Resolução nº 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) em 10 de dezembro de 1948.

parte, também estabelece que toda pessoa tem o direito de participar livremente da *vida cultural da comunidade*, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios (USP, 2021, grifo nosso).

O *Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais* (PIDESC)⁷ estabeleceu, no art. 15, §1º, que os Estados signatários deste pacto devem reconhecer a cada indivíduo o *direito de participar da vida cultural*; de desfrutar o progresso científico e suas aplicações e *de se beneficiar da proteção dos interesses morais e materiais* decorrentes de toda a produção científica, literária ou artística de que seja autor. No §4º do art. 15, os Estados-partes reconhecem os benefícios derivados do *fomento e desenvolvimento da cooperação e das relações internacionais no domínio da ciência e da cultura* (USP, 2021, grifo nosso).

No âmbito do sistema regional interamericano – coexistindo paralelamente a normas e instrumentos internos e internacionais de proteção aos direitos humanos –, destaca-se o *Protocolo Adicional à Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*, conhecido como *Protocolo de San Salvador* (1998)⁸, que estabeleceu, no art. 14, os *direitos relacionados aos benefícios da cultura*, determinando aos Estados-membros o *reconhecimento a toda pessoa de participar na vida cultural e artística da comunidade*; o gozo dos benefícios do progresso científico e tecnológico e a possibilidade de se beneficiar da proteção dos interesses morais e materiais que lhe caibam em virtude das produções científicas, literárias ou artísticas de que for autora. Serão necessárias a adoção de medidas pelos Estados-membros para a conservação, o desenvolvimento e a divulgação da ciência, da cultura e da arte, assegurando, assim, o pleno exercício de tais direitos. Por fim, os Estados-membros também deverão reconhecer os *benefícios decorrentes da promoção e do desenvolvimento da cooperação internacional e das relações internacionais em assuntos* científicos, artísticos e *culturais* (USP, 2021, grifo nosso).

Os direitos culturais ostentam natureza de direitos humanos e fundamentais. No plano internacional, a UNESCO aprovou, em 2001, a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural e Plano de Ação. De acordo com seu art. 4º, a defesa da

⁷ Foi adotado pela Resolução nº 2.200-A (XXI) da Assembleia Geral da ONU, em 16 de dezembro de 1966. No Brasil, foi aprovado pelo Decreto Legislativo nº 226, de 12 de dezembro de 1991; ratificado em 24 de janeiro de 1992 e promulgado pelo Decreto nº 591, de 06 de julho de 1992.

⁸ Foi adotado pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), em São Salvador - El Salvador, em 17 de novembro de 1988, entrando em vigor no plano internacional em 16 de novembro de 1999. No Brasil, ele foi aprovado pelo Decreto Legislativo nº 56, de 19 de abril 1995, e promulgado pelo Decreto nº 3.321, de 30 de dezembro de 1999.

diversidade cultural é um imperativo ético, inseparável do respeito à dignidade humana - implica o compromisso de respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais, em particular os direitos das pessoas que pertencem a minorias e os dos povos autóctones. E, por fim, dispõe que ninguém pode invocar a diversidade cultural para violar os direitos humanos garantidos pelo direito internacional, nem para limitar seu alcance (UNESCO, 2001).

O art. 5º da referida declaração esclarece que os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos, que são universais, indissociáveis e interdependentes. O desenvolvimento de uma diversidade criativa exige a plena realização dos direitos culturais, tal como os define o artigo 27 da Declaração Universal de Direitos Humanos e os artigos 13 e 15 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (UNESCO, 2001).

Nesse sentido, toda pessoa deve poder expressar-se, criar e difundir suas obras na língua que deseje e, em particular, na sua língua materna; toda pessoa tem direito a uma educação e uma formação de qualidade que respeite plenamente sua identidade cultural; toda pessoa deve poder participar na vida cultural que escolha e exercer suas próprias práticas culturais, dentro dos limites que impõe o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais (UNESCO, 2001).

Já o art. 6º determina que a livre circulação de ideias mediante a palavra e a imagem deve ser garantida, portanto, deve-se cuidar para que todas as culturas possam se expressar e se fazer conhecidas. A liberdade de expressão, o pluralismo dos meios de comunicação, o multilinguismo, a igualdade de acesso às expressões artísticas, ao conhecimento científico e tecnológico – inclusive em formato digital – e a possibilidade, para todas as culturas, de estar presentes nos meios de expressão e de difusão, são garantias da diversidade cultural (UNESCO, 2001).

Seguindo essa linha de tutela dos direitos culturais no plano internacional, a Unesco aprovou, em 2005, a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, demonstrando a importância de adotar medidas para garantir o adequado desenvolvimento e fruição dos direitos culturais. De acordo com a referida convenção, a diversidade cultural, ao florescer em um ambiente de democracia, tolerância, justiça social e mútuo respeito entre povos e culturas, é imprescindível para a paz e a segurança no plano local, nacional e internacional (UNESCO, 2005, p. 2).

De acordo com a UNESCO (2005, p. 2), é fundamental reconhecer a importância dos conhecimentos tradicionais como fonte de riqueza material e imaterial,

e, em particular, dos sistemas de conhecimento das populações indígenas, e sua contribuição positiva para o desenvolvimento sustentável, assim como a necessidade de assegurar sua adequada proteção e promoção.

A cultura desenvolve papel central para a coesão social e se fortalece mediante a livre circulação de ideias e por meio das trocas constantes decorrentes da interação entre culturas (UNESCO, 2005, p. 3). A UNESCO (2005, p. 3) também destaca o papel essencial da interação e da criatividade culturais, que nutrem e renovam as expressões culturais, bem como fortalecem o papel desempenhado por aqueles que participam no desenvolvimento da cultura para o progresso da sociedade como um todo.

A referida proteção normativa no âmbito internacional confere aos direitos culturais o *status* de direitos humanos, além disso, também ostentam a natureza de fundamentabilidade no plano normativo brasileiro. A Constituição Federal dedicou um capítulo próprio ao tema: *Capítulo III – da Educação, da Cultura e do Desporto*, inserido no *Título VIII – da Ordem Social*.

A Constituição Federal, em seu art. 216, conceitua o patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

De acordo com o art. 4º, parágrafo único, do texto constitucional, a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Já o art. 23 determina que compete à União, Estados, Distrito Federal e Municípios: proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural; e proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação.

A redação do art. 210 da Carta Magna fixa que o ensino fundamental deve respeitar os valores culturais e artísticos, nacionais e regionais, e o art. 242, §1º, estabelece que o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro.

Ainda no âmbito da proteção constitucional, verifica-se que o art. 215 determina que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. Nesse mesmo sentido, o art. 216, §1º, estipula que o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Diante do exposto, nota-se que o Estado Brasileiro oferece ampla tutela jurídica aos direitos culturais. Conforme esclarece Soares (2008, p. 91), o reconhecimento do direito ao patrimônio cultural como direito fundamental ocorre na Constituição de 1988 por meio de uma organização jurídico-política do Estado Brasileiro que possibilita a criação e o fortalecimento de um aparato normativo e institucional que garante a liberdade e a igualdade no exercício dos direitos culturais (plano normativo) e também que tutela os bens culturais (patrimônio cultural) como bens da vida, em uma perspectiva de interação Estado-sociedade para o desempenho dessa tarefa:

[...] os sistemas de significação cultural que decorrem dos dispositivos constitucionais revelam e garantem o empenho do Estado e da sociedade para a realização dos direitos culturais. Essa realização ocorre na fruição das liberdades, nas escolhas e designação dos bens que são referência para manifestação e preservação da cultura dos vários grupos formadores da sociedade ou no acesso amplo aos bens culturais já estabelecidos. Os direitos culturais têm, na concepção constitucional, uma dimensão multicultural, consagrada pela interação sociedade-Estado na realização das tarefas que promovam tanto o exercício desses direitos, como a proteção e fruição dos bens culturais materiais e imateriais que lhe dão suporte (SOARES, 2008, p. 87).

Chauí (2008, p. 61) destaca a importância de considerar a cultura como ordem simbólica, e não apenas como entretenimento (movimento realizado pelo mercado cultural). A autora enumera três traços principais que diferenciam a cultura do entretenimento: em primeiro lugar, consiste em trabalho, isto é, movimento de criação do sentido, quando a obra de arte captura a experiência do mundo dado para interpretá-la, criticá-la, transcendê-la e transformá-la – trata-se da experimentação do novo; em

segundo, é a ação que faz pensar, refletir, imaginar e sentir o que se esconde sob as experiências vividas ou cotidianas, transformando-as em obras que as modificam por que se tornam conhecidas (nas obras de pensamento), densas, novas e profundas (nas obras de arte); em terceiro, em uma sociedade de classes, de exploração, dominação e exclusão social, a cultura consiste em um direito do cidadão, direito de acesso aos bens e obras culturais, direito de fazer cultura e de participar das decisões sobre a política cultural:

Ora, a indústria cultural nega esses traços da cultura. Como cultura de massa, as obras de pensamento e de arte tendem: de expressivas, tornarem-se reprodutivas e repetitivas; de trabalho da criação, tornarem-se eventos para consumo; de experimentação do novo, tornarem-se consagração do consagrado pela moda e pelo consumo; de duradouras, tornarem-se parte do mercado da moda, passageiro, efêmero, sem passado e sem futuro; de formas de conhecimento que desvendam a realidade e instituem relações com o verdadeiro, tornarem-se dissimulação, ilusão falsificadora, publicidade e propaganda. Mais do que isso. A chamada cultura de massa se apropria das obras culturais para consumi-las, devorá-las, destruí-las, nulificá-las em simulacros. Justamente porque o espetáculo se torna simulacro e o simulacro se põe como entretenimento, os meios de comunicação de massa transformam tudo em entretenimento (guerras, genocídios, greves, festas, cerimônias religiosas, tragédias, políticas, catástrofes naturais e das cidades, obras de arte, obras de pensamento). É isto o mercado cultural (CHAUI, 2008, p. 61).

A cultura, sob a perspectiva mercadológica, opera com o consumo, a moda e a consagração do consagrado, além de reduzir a cultura à condição de entretenimento e passatempo, desconsiderando o aspecto criador e crítico das obras culturais (CHAUI, 2008, p. 64). Conforme pontua Chauí (2008, p. 64), não se trata de negar o lado lúdico e de lazer inerente à cultura, o problema consiste em reduzi-la a uma categoria meramente supérflua e voltada apenas aos lucros financeiros.

Portanto, a cultura precisa ser pensada para além dos limites do mercado, alcançando a esfera da cidadania. A cidadania consiste em um potencial de poder político de intervir na realidade social decorrente da participação de todos no processo organizacional da sociedade, trata-se de um direito/dever de partilhar as condições necessárias para gerar ambientes humanizados e sustentáveis (BERTASO; ROCHA, 2017, p. 204), dessa forma, é fundamental garantir condições adequadas à efetivação da cidadania multicultural, assegurando, assim, o potencial de desenvolvimento humano sob múltiplos aspectos.

As Dimensões da Cidadania: a Construção da Cidadania Multicultural

Na atualidade, a concepção de cidadania não está mais restrita à participação política periódica do indivíduo via sufrágio, pois o sistema jurídico é dinâmico e incorpora valores em contínua transformação, acompanhando a evolução do ser humano e as necessidades de convivência social.

A ideia inicial de cidadania se reporta à Antiguidade romana, estando umbilicalmente relacionada ao cidadão na condição de habitante da *pólis*, pois era “[...] todo aquele que tomava parte no culto da cidade, e dessa participação lhe derivavam todos os seus direitos civis e políticos. Renunciar ao culto seria renunciar aos direitos” (COULANGES, 2003, p. 213).

Roma foi a primeira Cidade-Estado a buscar a delimitação da concepção de cidadania e, no Direito Romano, a relacionou à noção de *status civitatis*. Porém, devido à longa existência de Roma, essa concepção evoluiu, não sendo possível “reduzir o conceito de ‘cidadania’ ao utilizado em um único e determinado período da história. [...] [havendo] três fases distintas: da idade arcaica até a guerra social (91 a 89 a.C); do fim da guerra social até a *Constitutio Antoniana* de 212 d.C; da *Constitutio Antoniana* até o fim do Império Romano” (DAL RI JÚNIOR, 2003, p. 35).

O *status* de cidadão romano (o *status civitatis*) pressupunha a existência da condição de liberto - *status libertatis* como núcleo central da cidadania -, pois quem não o possuísse também não poderia adquirir a cidadania romana. Além disso, nem todos os homens livres eram considerados cidadãos romanos (*cives*); havia os estrangeiros (*peregrini*) e os latinos (*latini iuniani*) - antigos habitantes do Lácio - que tinham o direito de comerciar, mas não eram cidadãos romanos. Logo, as normas do *ius civile* eram reservadas apenas aos cidadãos romanos, enquanto aos estrangeiros era aplicado o *ius gentium* (CRETELLA JUNIOR, 2003).

A cidadania romana era restrita a poucos indivíduos integrantes de grupo seletivo e privilegiado na sociedade da época, excluindo, assim, os estrangeiros, as mulheres e os escravos. Entretanto, mesmo nessas circunstâncias, não se pode eliminar a importância desse instituto jurídico para o Direito Romano, pois o cidadão tinha papel ativo (direitos e obrigações) nos atos e nas decisões da *pólis*.

De acordo com Dal Ri Júnior (2003, p. 38-39), ante a desagregação do Império Romano do Ocidente, ocorreu o “esvaziamento” da cidadania que perdeu seu sentido original, sendo ampliada a sujeição do indivíduo à autoridade soberana a partir da

concessão de direitos a todos os indivíduos residentes no território do Império. Houve, assim, o processo de “vulgarização” da cidadania propiciada pela universalização do instituto, reduzindo o cidadão à condição de súdito, impactando nas organizações sociais vindouras após as invasões bárbaras.

Há divergências doutrinárias acerca do momento em que efetivamente se consolidou o instituto da cidadania como conhecido na modernidade. Consoante afirma Smanio (2009, p. 13), seria o século XVI o momento histórico do surgimento da expressão linguística “cidadania” no sentido que atualmente evoca, estando prevista na obra *Les Six Livres de la Republique* (1576) de Jean Bodin, não sendo possível se pensar na cidadania como instituto jurídico antes deste período⁹. Logo, tem-se a *primeira dimensão histórica da cidadania* em que o cidadão é o nacional do Estado¹⁰ (critério *ius sanguinis*) e súdito do poder soberano, configurando-se a **cidadania vertical**.

A *segunda dimensão histórica da cidadania* ter-se-ia cristalizado no século XVII a partir da obra *Do Cidadão* de Thomas Hobbes. Assim, o Estado seria produto da vontade do cidadão em se submeter ao poder soberano em troca de proteção e segurança (cidadania vertical), mas o cidadão passou a ser visto como detentor de direitos individuais subjetivos em relação ao Estado absolutista (SMANIO, 2009, p. 14-16).

Posteriormente, no século XVIII, sob a influência do Iluminismo, constituiu-se a *terceira dimensão histórica* da cidadania marcada pelo combate ao Estado absolutista e a defesa das liberdades e dos direitos dos indivíduos, consolidando-se a **cidadania horizontal**. Assim, a cidadania adquirira uma caracterização política, horizontal, abstrata e universal, fundamentando a formação do Estado do século XVIII. Esta cidadania liberal se baseou nos princípios jurídicos da nacionalidade, dos direitos naturais individuais, da participação política e da igualdade perante a lei, concedendo ao indivíduo o *status* de cidadão (SMANIO, 2009, p. 14-16). Entretanto, essa cidadania -

⁹ Apesar destas divergências, entende-se que no Direito Romano a cidadania - ainda que simplificada e restrita ao gozo do status *libertatis* - já estava incorporada ao sistema jurídico romano, entrelaçando-se com os demais institutos da época ante sua importância para a vida em comunidade. Então, desde tempos remotos, a cidadania já estava sob o amparo do direito, mas não era compreendida nos atuais contornos jurídicos.

¹⁰ O Estado não é o mesmo desde suas origens, que remontam ao século XVI, sendo esta expressão apresentada pela primeira vez por Nicolau Maquiavel em *O Príncipe* de 1513 e usada pelos italianos para designar uma cidade independente. Posteriormente, foi empregada em vários escritos franceses, ingleses e alemães, porém, apenas a partir do século XVII, foi efetivamente empregada para definir uma sociedade política que, com autoridade superior, fixou regras de convivência entre seus membros.

restrita ao espaço territorial do Estado - era vinculada à noção de nacionalidade e aos direitos políticos (direito de votar e ser votado), não se estendendo aos direitos sociais.

Nos séculos XIX e XX, a cidadania liberal foi questionada, sobretudo em razão das experiências totalitárias ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial, impulsionando sua reformulação sob lume da reconstrução dos direitos humanos pós-1945, principalmente dos direitos econômicos, sociais e culturais. Nas lições de Garcia (2004, p. 137), “o direito fundamental da liberdade é multidimensional” – e essa liberdade redundante, a nível político, na cidadania, o exercício da liberdade pelo indivíduo, enquanto membro de uma sociedade política”.

Portanto, surgiram *novas dimensões* para a compreensão da cidadania ante direitos de titularidade difusa e universal que se constituíram para a inclusão de pessoas com particularidades e diversidades culturais e étnicas¹¹. O redimensionamento da cidadania foi necessário para incluir as diversidades culturais e étnicas, viabilizando a construção de uma **cidadania multicultural** onde o cidadão exercerá várias cidadanias - locais, regionais e globais - no âmbito das várias comunidades políticas a que pertence (SMANIO, 2009, p. 17). Assim, ao se analisar a cidadania, é necessário compreendê-la no momento presente porque:

[...] indica a inclusão e realização de pessoas e de grupos excluídos/esquecidos, ou seja, todas as pessoas integrantes da sociedade dos humanos devem tornar-se cidadãos, independentemente das fronteiras geopolíticas estatais, quanto daquelas estabelecidas pelas diferenças sociais e culturais (BERTASO, 2017, p. 204).

Na contemporaneidade, a cidadania não pode mais ser concebida como mero *status* da pessoa vinculada a determinada Estado, é algo muito além. O primeiro direito do ser humano é o *direito a ter direitos*¹², desembocando na cidadania como condição

¹¹ Na ordem jurídica brasileira, a Constituição de 1988 inaugurou novos contornos para a concepção de cidadania, incluindo-a dentre os princípios e direitos fundamentais. Os princípios constitucionais espelham os fundamentos essenciais desta ordem jurídica, tais como: o princípio republicano (art. 1º, caput), o princípio federativo (art. 1º, caput), o princípio do Estado democrático de direito (art. 1º, caput), o princípio da soberania, (art. 1º, I), o princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), o princípio dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (art. 1º, IV), o princípio do pluralismo político (art. 1º, V), o princípio da separação de poderes (art. 2º) etc. e, em destaque, o princípio da cidadania (art. 1º, inciso III). Portanto, na Constituição de 1988 a cidadania foi elevada à condição de princípio constitucional material e fundamental (artigo 1º, inciso III, CF) e direito fundamental, tendo aplicação imediata (artigo 5º, §1º, CF) e natureza de cláusula pétrea (artigo 60, §4º, IV, CF), irradiando-se por todo o sistema jurídico (MARTINS, 2014).

¹² Segundo Arendt (apud LAFER, 2006, p. 22), “a cidadania é o direito a ter direitos, pois a igualdade em dignidade e direitos dos seres humanos não é um dado. É um construído da convivência coletiva, que

de garantia da própria dignidade humana e, assim, indispensável e necessária para assegurar a todo os indivíduos uma vida digna, livre e igualitária. Desse modo, a cidadania impõe a participação mais ativa dos cidadãos na vida em sociedade, não se restringindo ao ato de votar e ser votado, havendo, inclusive, *deveres correlatos* também a serem cumpridos.

A *Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem* (1948), aprovada através da Resolução XXX da Ata Final da IX Conferência Internacional Americana, também apresenta direitos e deveres atribuídos às pessoas no âmbito do sistema regional interamericano de proteção aos direitos humanos, estabelecendo que todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança de sua pessoa (art. 1º), na medida em que todas as pessoas são iguais perante a lei e têm os **direitos e deveres consagrados na declaração**, sem distinção de raça, língua, crença ou qualquer outra (art. 2º), apontando a correlação entre os direitos e os deveres fundamentais (USP, 2021, grifo nosso).

A visão estática e individualista de cidadania deve ser superada, na medida em que a experiência histórica mundial de violência, injustiça e desigualdade tem comprovado a necessidade de uma participação mais ativa dos cidadãos na construção de uma sociedade justa, com base no valor da solidariedade, essencial à sobrevivência de qualquer comunidade (LOPES, 2006, p. 25).

É o momento de construção de uma *cidadania multicultural, mais inclusiva e participativa* – enquanto o direito a ter direitos –, devendo ser concretizada no cotidiano dos povos, principalmente no âmbito dos processos de integração regional, inclusive na América Latina. Não se pode olvidar que a cidadania é o “pertencer à comunidade, que assegura ao homem a sua constelação de direitos e o seu quadro de deveres, [...] A cidadania já não está ligada à cidade nem ao Estado nacional, pois se afirma também no espaço internacional e supranacional” (TORRES, 2001, p. 251).

Nesse sentido, o século XXI apresenta direitos de titularidade difusa e universal que evidenciam a existência de pessoas com particularidades culturais e étnicas que devem estar incluídas na *cidadania multicultural*, exercendo-a no plano local, global ou regional como, por exemplo, nos processos de integração regional.¹³

requer o acesso ao espaço público. É este acesso ao espaço público que permite a construção de um mundo comum através do processo de asserção dos direitos humanos”.

¹³ De acordo com Wolkmer (1998, p. 264), “[...] a cidadania comunitária reduz diferenças e aproxima complementaridades, propiciando o reconhecimento de novos direitos, da proteção e inviolabilidade dos

Enquanto garantidora da própria dignidade e do respeito às diferenças sociais e humanas, a cidadania deverá abarcar, necessariamente, os direitos culturais e a diversidade cultural os quais se inserem na vida de todos os indivíduos integrantes de uma sociedade política seja de cunho local, regional ou supranacional, sendo imperioso o desenvolvimento de ações e políticas viabilizadoras da integração cultural dos povos na América Latina.

A INTEGRAÇÃO CULTURAL DOS POVOS LATINO-AMERICANOS E O PAPEL DO MERCOSUL

Há um vínculo entre cidadania, direitos humanos e democracia, de modo que a cidadania, principalmente multicultural, viabiliza a prática dos direitos humanos, incluindo os culturais, concomitantemente esses direitos se consolidam pela realização da cidadania, havendo, portanto, profunda interdependência e correlação. Uma vez que a cidadania multicultural permitirá a concretude dos direitos culturais, que estão incluídos nas diversas dimensões das experiências humanas e sociais, a integração cultural não deve ser esquecida ou relegada a segundo plano no regionalismo latino-americano, inclusive no Cone Sul.

O termo “integração” implica, necessariamente, em *interdependência*, *corresponsabilidade*, *complementaridade* e, principalmente, *solidariedade* entre os Estados-partes que é o elemento fundamental dos projetos integracionistas. A solidariedade é um vínculo “[...] recíproco e profundo que liga dois ou mais sujeitos, ou mesmo um grupo, no sentido da consciência de responsabilidade comum sobre um determinado objeto, ou de um elemento comum que os une, e em razão desses laços, há uma tendência natural de ajudar o outro e de compartilhar os mesmos valores [...]” (MENEZES, 2009, p. 243).

Na América Latina, o princípio da solidariedade foi positivado juridicamente no *Tratado de Liga e Confederação Perpétua* aprovado, em 1826, no Congresso do Panamá, havendo menção à solidariedade regional baseada em laços históricos na região. Então, a ideia de promover a integração regional entre os países latino-americanos não é algo recente, remontando, inclusive, à época em que foram colônias de exploração portuguesa e espanhola, mais especificamente a partir de fins do século

direitos humanos e da reinvenção de mais direitos de participação, de mais direitos econômicos e sociais para os cidadãos latino-americanos [...]”.

XVIII quando eclodiram os movimentos de independência influenciados por José Antonio de la Santísima Trinidad Simón Bolívar¹⁴ y Palacios (1783-1830), conhecido como Simón Bolívar, e José Julián Martí¹⁵ y Perez (1853-1895), conhecido como José Martí, - considerados os Pais da independência latino-americana – que foram responsáveis pela construção do ideal da América Latina unida: a *Nuestra América*.

Nesse sentido, a integração cultural deveria estar presente na agenda integracionista dos países latino-americanos, especialmente no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) que não é um processo “descolado” dos objetivos integracionistas mais amplos que envolvem a América Latina. Sob o marco jurídico da Associação Latino-americana de Integração (ALADI)¹⁶, o *Tratado de Assunção* - que se constituiu no marco jurídico-institucional na criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) - é um acordo de alcance parcial: o Acordo de Complementação Econômica (ACE) n° 18 que foi pactuado, em 26 de março de 1991, por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Posteriormente, a Venezuela também aderiu ao bloco como parte, em 04 de julho de 2006, e a Bolívia também assinou protocolo de adesão, em 07 de dezembro de 2012, estando em curso o processo para ser Estado-parte¹⁷. Além disso, o Chile, a Colômbia, o Equador, o Peru, a Guiana e o Suriname estão, no momento, na condição de Estados associados ao bloco.¹⁸

¹⁴ “Bolívar, ademais de sua visão avançada, foi um homem de ação, um general que participou ativamente dos movimentos de independência, conquistando desde a independência da Venezuela, em 1819, até o Alto Peru, em 1825. No entanto, apesar da conquista da liberdade, o sonho da pátria única e grande não se concretizou e as dissensões internas fizeram com que essas nações fossem se separando do projeto inicial de unificação da Grã-Colômbia (que envolvia o que hoje são Colômbia, Equador, Panamá e Venezuela)” (CASTRO, 2011, p. 59).

¹⁵ José Martí é “[...] considerado herói nacional em Cuba, mentor da revolução cubana ocorrida no século XX, um pensador latino-americano que inspira, até hoje, ideais de liberdade. Assim como Bolívar, Martí foi um pensador atuante do processo de independência de seu país e um escritor que compreendeu a América Latina como um continente” (CASTRO, 2011, p. 60-61).

¹⁶ Em 12/08/1980, foi constituída a ALADI através do *Tratado de Montevideu*, sendo, de certo modo, sucessora da Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC) - criada em 18/02/1960 -, pois objetiva também a instituição, a longo prazo, de um mercado comum latino-americano.

¹⁷ No momento (mar./2021), a República Bolivariana da Venezuela se encontra suspensa de todos os direitos e obrigações inerentes à sua condição de Estado-parte nos termos do art. 5º, §2º do *Protocolo de Ushuaia*. O Protocolo de Adesão de Bolívia ao MERCOSUL já foi assinado pela totalidade dos Estados-partes em 2015 e agora se encontra em vias de incorporação pelos respectivos parlamentos (MERCOSUL, 2021a).

¹⁸ Além do *Tratado de Assunção*, o MERCOSUL possui outros pactos fundacionais: o *Protocolo de Ouro Preto* (1994) que dispôs sobre a estrutura institucional do bloco, conferindo-lhe personalidade jurídica de Direito Público Internacional; o *Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL, Bolívia e Chile* (1998), reforçando a proposta do “MERCOSUL Democrático” com a integração regional; o *Protocolo de Olivos* para a Solução de Controvérsias no bloco (2002) substituiu o Protocolo de Brasília (1991) e criou o Tribunal Permanente de Revisão (TPR) para julgar, em nível recursal e por meio da arbitragem, as decisões proferidas pelos tribunais ad hoc em primeira instância, analisando, especialmente, controvérsias de cunho comercial entre os Estados-partes e atuando, ainda, com função consultiva; o *Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL* (2005) previu a

Os blocos econômicos de integração regional¹⁹ em geral objetivam o fortalecimento econômico dos Estados-partes com vistas a maior competitividade no comércio mundial. De modo semelhante, o MERCOSUL – como se vislumbra no art. 1º do *Tratado de Assunção* - assumiu a feição de aliança comercial com vistas a dinamizar a economia regional com o desafio de sua conversão, a longo prazo, em mercado comum com a implantação da livre circulação de bens, serviços, pessoas, capitais e fatores produtivos. Também foi proposta a eliminação dos direitos alfandegários e das restrições não tarifárias à circulação de mercadorias como também a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais etc.

O *Protocolo de Ouro Preto* (POP), assinado em 1994, estabeleceu a estrutura institucional do MERCOSUL (art. 1º), conferindo-lhe *personalidade jurídica de Direito Público Internacional* (art. 34), capacitando-o a praticar todos os atos necessários à realização de seus objetivos, em especial contratar, adquirir ou alienar bens móveis e imóveis, comparecer em juízo, conservar fundos e fazer transferências, celebrar acordos etc. (arts. 35 e 36).

Nos tratados fundantes do MERCOSUL não houve preocupação com os direitos humanos dos cidadãos mercosulistas, não se estabeleceu, inicialmente, políticas sociais e culturais aptas a institucionalizar a cidadania multicultural e supranacional no bloco. Apesar de o MERCOSUL ter sido criado especificamente para atender a interesses comerciais e econômicos, é necessária a construção de um *processo de integração regional mais amplo*, muito além de aspectos comerciais, pois a “[...] finalidade de um ‘mercado comum’ representa uma restrição bastante criticada: o MERCOSUL deverá ser, mais do que isso, o acesso a uma identidade latino-americana em tudo que, desde suas origens e por suas características comuns, deva ser conjuntamente fortalecido e defendido. [...]” (GARCIA, 2001, p. 16).

No limiar do século XXI, houve a ascensão ao poder na América Latina de governos mais alinhados com a esquerda - chamado de “giro à esquerda” ou “Onda Rosa” -, impulsionados a partir da *V Cúpula das Américas* ocorrida em Cartagena, na Colômbia, em abril de 2012. Sob a influência dessa “onda”, o bloco mercosulista

consolidação da integração latino-americana e a promoção da solidariedade e da cooperação regional e internacional, dentre outros. Para maiores detalhes, consulte MARTINS (2016) e MARTINS (2017).

¹⁹ A integração econômica regional é “[...] um processo e uma situação. Encarada como processo implica medidas destinadas à abolição de discriminações entre unidades econômicas de diferentes Estados; como situação pode corresponder à ausência de várias formas de discriminação entre economias nacionais” (BALASSA, 1961, p. 12).

buscou ampliar sua agenda social, destacando-se a criação, em 2009, do **Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDH)**²⁰ pela Decisão do Conselho do Mercado Comum nº 14/09 com sede em Buenos Aires na Argentina; a criação, em 2007, do **Instituto Social do MERCOSUL (ISM)**²¹ pela Decisão do Conselho do Mercado Comum nº 03/07 com sede em Assunção no Paraguai e a criação, em 2005, do **Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL)**²² para substituir a Comissão Parlamentar Conjunta que era o órgão consultivo do MERCOSUL, sendo solenemente constituído em 14 de dezembro de 2006, em Brasília, e, em 07 de maio de 2007, ocorreu a sessão de sua instalação em Montevideú, no Uruguai.

Esse modelo de integração regional alimentaria no MERCOSUL “tanto projetos como a criação de um fundo de convergência estrutural (o FOCEM, criado recentemente) [...] e propostas de ampliação da agenda de integração para incluir dimensões sociais, culturais, políticas, etc.” (MOTTA, 2007, p. 19). Nesse contexto, mostrou-se imperiosa a concretude também da integração cultural latino-americana a partir da experiência mercosulista, aprendendo com seus erros e acertos, mas avançando na construção do MERCOSUL Cultural.

La instauración de un escenario regional, impulsado por el MERCOSUR, acerca otras cuestiones al ámbito inestable donde actúan las identidades. Plantea el desafío de construir una nueva macro-identidad (la conciencia de un “nosotros MERCOSUR”: la identificación con pautas culturales regionales) y una ciudadanía “mercosurista” y obliga a las distintas identidades (nacionales y sectoriales) a reinterpretar sus posiciones adecuándolas al nuevo marco supranacional (ESCOBAR, 2007, p. 264-265).

A integração cultural implica, necessariamente, numa solidariedade e cooperação dos Estados-partes. Nesse sentido, a UNESCO, de acordo com a *Declaração dos Princípios da Cooperação Cultural Internacional*, de 04 de novembro de 1996, estabeleceu que todos os povos têm o direito e o dever de desenvolver as respectivas culturas – que possuem um valor a ser tutelado e respeitado – integrando o

²⁰ O IPPDH tem como funções principais a cooperação técnica, a investigação, a capacitação e o apoio na coordenação de políticas regionais dos direitos humanos; também desenvolvem projetos institucionais relacionados às temáticas prioritárias dos direitos humanos na região, dentre as quais políticas de memória, verdade, justiça e reparação ante graves violações, políticas de igualdade e não discriminação, políticas de prevenção da violência institucional e segurança cidadã e infraestrutura institucional em direitos humanos (IPPDH, 2021).

²¹ O ISM é uma instância regional técnica, de investigação no campo das políticas sociais, tendo três áreas de trabalho: investigação e gestão da informação, comunicação institucional, promoção e intercâmbio de políticas sociais e administração (ISM, 2021).

²² A existência do PARLASUL demonstra a conjugação de esforços para a concretização de uma representação política no MERCOSUL para o atendimento dos anseios dos povos da região em busca de contornos mais sólidos ao processo de integração. Para maiores detalhes, consulte MARTINS (2017).

patrimônio comum da humanidade (art. 1º). O art. 4º estabeleceu que a cooperação cultural internacional, nas suas diversas formas (bilateral ou multilateral, regional ou universal) tenderá para: a difusão dos conhecimentos, estimulando as vocações e enriquecendo a cultura; o desenvolvimento de relações pacíficas e a amizade entre os povos, levando-os a uma melhor compreensão dos respectivos modos de vida; a permissão a todos os homens em aceder ao conhecimento, desfrutando das artes e das letras de todos os povos, beneficiando-se dos progressos e das vantagens da ciência alcançados em todos os países do mundo e contribuindo para o enriquecimento da vida cultural e, ainda, o melhoramento, em todos os países do mundo, das condições da vida espiritual do homem e da sua existência material. Por fim, o art. 5º determinou que a cooperação cultural é um dever e um direito de todos os povos e de todas as nações que devem compartilhar o respectivo saber e conhecimento (UNESCO, 1996). Tais preceitos são fundamentais para viabilizar a concretude da integração cultural latino-americana, devendo ser construída a partir da experiência do MERCOSUL.

No intuito de viabilizar a integração cultural, houve a pactuação do *Protocolo de Integração Cultural do MERCOSUL*²³ - concluído em Fortaleza em 16 de dezembro de 1996 -, determinando aos Estados-partes, no art. 1º, o compromisso com a cooperação e o intercâmbio entre suas respectivas instituições e agentes culturais com o objetivo de favorecer o enriquecimento e a difusão das expressões culturais e artísticas no bloco. No Brasil para a vigência de tratados internacionais como normas de direito interno, inclusive daquelas sobre direitos humanos, é necessária a aprovação do texto do respectivo pacto pelo Congresso Nacional mediante Decreto Legislativo (art. 49, inciso I da Constituição), bem como a ratificação pelo Presidente da República (art. 84, inciso VIII da Constituição)²⁴, necessitando, ainda, da sua promulgação através de decreto e publicação na imprensa oficial nos termos do art. 1º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Em termos jurídicos, esse protocolo apresentou vários objetivos, ações e medidas a serem implementadas conjuntamente pelos Estados-partes do MERCOSUL

²³ Esse tratado entrou em vigor, internacionalmente, em 26 de agosto de 1999; já no Brasil, o Congresso Nacional aprovou-o pelo Decreto Legislativo nº 03, de 14 de janeiro de 1999; o Governo brasileiro depositou a ratificação deste protocolo em 27 de julho de 1999 o qual passou a vigorar na ordem jurídica brasileira com a publicação do Decreto nº 3.193, de 05 de outubro de 1999.

²⁴ “Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional. [...] Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República: [...] VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional”.

para a concretude da integração cultural, destacando-se as seguintes (MERCOSUL, 2021b): 1) Criação de espaços culturais e realização, prioritariamente em coprodução, de eventos culturais que expressem as tradições históricas, os valores comuns e as diversidades dos países do bloco, bem como eventos culturais que contemplem o intercâmbio de artistas, escritores, pesquisadores e grupos artísticos de diferentes setores da cultura (art. 2º); 2) Favorecimento de produções para cinema, vídeo, televisão, rádio e multimídia, sob o regime de coprodução, abrangendo todas as manifestações culturais (art. 3º); 3) Formação comum de recursos humanos envolvidos na ação cultural, sendo, para tanto, favorecido o intercâmbio de agentes e gestores culturais dos Estados-partes (art. 4º); 4) Promoção de pesquisa de temas históricos e culturais comuns, incluindo aspectos contemporâneos da vida cultural dos povos, resultando na definição de iniciativas culturais conjuntas (art. 5º); 5) Organização e a produção de atividades culturais conjuntas (art. 9º) etc.

Ademais, na tentativa de avançar ainda mais na integração cultural mercosulista, o Conselho do Mercado Comum (CMC)²⁵, enquanto órgão com capacidade decisória, aprovou uma série de normas para a promoção da integração cultural no bloco, sendo tais “*Decisões*” – na condição de ato normativo – obrigatórias para os Estados-partes desde que fossem incorporadas ao seu ordenamento jurídico interno através dos procedimentos previstos em suas Constituições nacionais (art. 9º do POP) e também disciplinados no art. 40 do POP.

Com o objetivo de facilitar a circulação de bens que façam parte de projetos culturais, como forma de fortalecer a integração cultural no MERCOSUL, o Grupo Mercado Comum, por meio da Resolução nº 122/96, aprovou a norma relativa ao “Tratamento Aduaneiro para a Circulação, nos Países do MERCOSUL, de Bens Integrantes de Projetos Culturais Aprovados pelos Órgãos Competentes”.

Destaca-se que o Guaraní foi incorporado aos idiomas oficiais do MERCOSUL, representando um ato de estrita justiça histórica e de equidade social e cultural do bloco, tendo em vista que o Guaraní é uma das línguas históricas do MERCOSUL – Decisão nº 35/06 do Conselho do Mercado Comum.

²⁵ O Conselho do Mercado Comum (CMC) é órgão superior e de decisão do bloco mercosulista, tendo como objetivos a condução política do processo de integração e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento das metas estabelecidas pelo Tratado de Assunção, no intuito de possibilitar a constituição final do mercado comum. Este órgão é integrado pelos Ministros das Relações Exteriores e pelos Ministros da Economia dos Estados-partes (arts. 3º e 4º do POP).

Considerando que os bens culturais constituem elementos de compreensão de referências, princípios e valores presentes e compartilhados entre os países da região, e que o reconhecimento de um bem cultural para além das fronteiras de um país constitui importante fator para a integração regional, o Conselho do Mercado Comum, por meio da Decisão nº 21/14, aprovou o “Regulamento para o Reconhecimento do Patrimônio Cultural do MERCOSUL” com o objetivo de fortalecer a identidade cultural regional e promover o diálogo, a integração e o desenvolvimento regional.

De acordo com o art. 3º do referido regulamento, poderá ser reconhecido como Patrimônio Cultural do MERCOSUL (PCM) qualquer bem cultural, de natureza material e/ou imaterial, que: a) manifeste valores associados a processos históricos vinculados aos movimentos de autodeterminação ou expressão comum da região perante o mundo; b) expresse os esforços de união entre os países da região; c) esteja diretamente relacionado a referências culturais compartilhadas por mais de um país da região; d) constitua fator de promoção da integração dos países, com vistas a um destino comum (CONSELHO DO MERCADO COMUM, 2014).

Outra medida de integração cultural se refere à criação da Rede de Salas Digitais do MERCOSUL, por meio da Resolução nº 47/15 do Grupo Mercado Comum, cujo intuito consiste em estimular a circulação de conteúdos audiovisuais do MERCOSUL mediante sua projeção em salas cinematográficas dos Estados-partes – o Brasil possui 10 salas distribuídas em 8 estados (Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia, São Paulo, Goiás, Espírito Santo, Paraíba e Minas Gerais).

A Rede de Salas Digitais do MERCOSUL não possui caráter comercial e tem o objetivo de efetuar, no mínimo, uma projeção semanal de obras cinematográficas do MERCOSUL nas salas pertencentes à rede. O crescente desenvolvimento da cinematografia do MERCOSUL e a necessidade de impulsionar as políticas que favoreçam a circulação de conteúdos audiovisuais na região têm o objetivo de promover a identidade MERCOSUL e facilitar o acesso à diversidade cultural audiovisual (GRUPO MERCADO COMUM, 2015b).

Tendo em vista a importância de aprofundar o desenvolvimento da cinematografia dos Estados-partes como instrumento de integração econômica e cultural na região, bem como a necessidade da circulação das obras cinematográficas dos Estados-partes na região com o intuito de promover a identidade MERCOSUL e facilitar o acesso à diversidade cultural audiovisual, o Grupo Mercado Comum (Resolução nº 28/15) criou o prêmio “Obra Cinematográfica MERCOSUL”, que

consiste na entrega de uma cópia do filme legendada em português/espanhol, espanhol/português, conforme couber, e uma versão acessível para deficientes visuais e hipoacústicos, de uma obra cinematográfica de um Estado-parte ou de um Estado Associado – o prêmio é entregue uma vez por semestre, na ocasião de um festival ou evento audiovisual de relevância na região.

No intuito de disciplinar a incorporação das normativas mercosulistas ao direito interno dos Estados-parte, o art. 42 do POP previu que as normas emanadas dos órgãos do MERCOSUL – o Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio - teriam caráter obrigatório, devendo, *quando necessário*, serem incorporadas aos ordenamentos jurídicos nacionais mediante os procedimentos previstos na legislação de cada país. Esta disposição concedeu significativa *margem de discricionariedade* aos Estados-partes na incorporação das normas oriundas do bloco, enfraquecendo o processo de integração regional cultural ao não impor a obrigatoriedade de transposição das normas comuns para o direito interno dos Estados mercosulistas.

A concessão pelo Protocolo de Ouro Preto dessa discricionariedade *concomitantemente* com o sistema intergovernamental de tomada de decisões – que é a exigência de consenso e presença de todos Estados-partes para a aprovação dos atos normativos e decisões –, cerceia o pleno desenvolvimento da integração cultural mercosulista, inclusive engessa as possibilidades de adoção de ações e políticas culturais comuns, favorecendo a predominância de interesses e ações nacionais dos Estados-partes, inviabilizando as políticas culturais integracionistas. Essa situação, dentre outras aqui não analisadas, impede a concretude dos direitos culturais e da cidadania multicultural no projeto integracionista do bloco²⁶.

Analisando o período 2011-2021 no processo de integração regional do MERCOSUL, Carvalho (2021) entende que a integração entrou em franca decadência em razão de movimentos internacionais conservadores que procuraram restringir a expansão, inclusive havendo o embate interno entre Poderes executivo, legislativo e

²⁶ “Dimensiones no explicitadas que operan como telón de fondo y dan cuenta de la modalidad de constitución de un producto concreto: las actas que reglamentan e institucionalizan la dinámica del Mercosur Cultural. Esta cuestión implica además la falta de una visión política global que apunte a consolidar este espacio con miras a establecer acuerdos en bloque en el plano internacional. Por otra parte, afecta la dinamización del campo cultural en cada uno de los países. En momentos de grandes crisis económicas, el sector cultural sufre la ausencia de insumos económicos que lo potencien” (PALLINI, 2001, p. 28).

outros agentes. Houve a redução dos impulsos em favor da integração, do desenvolvimento e da autonomia, inclusive ocorrendo a deterioração dos avanços obtidos até então, ocorrendo a retomada de expressiva tendência liberalizante e ultraconservadora.

A crescente e exposta ruptura nos indica um processo desfragmentado, desarticulado, um sistema que caminha pela inércia, distanciados pela economia da COVID-19, problema para o qual o bloco não respondeu com a solidariedade esperada. Não tendo capacidade de influência maior que a comercial, o objetivo político regional desloca-se do fortalecimento da integração para a “manutenção do possível” – forças de um somatório entre burocracia e resistentes setores econômicos, como vimos ocorrer com mais frequência do que o desejado. É um dos piores cenários para a integração, com o maior afastamento possível entre os governos da Argentina e do Brasil (CARVALHO, 2021).

Portanto, a experiência do MERCOSUL evidencia que, apesar da ampla tutela jurídica dos direitos culturais no sistema global e regional interamericano, nas normas nacionais e de integração, há notória dificuldade na sua concretização fática nos Estados-partes. Essa problemática se agravou no MERCOSUL, sobretudo nos últimos anos, em razão de ausência de vontade política dos governos dos Estados mercosulistas para a efetivação de ações, políticas públicas culturais e projetos comuns e de investimento no MERCOSUL Cultural.

CONCLUSÃO

A ideia de cidadania está umbilicalmente relacionada à de cidadão como o habitante da pólis e, na atualidade, surgem “novas dimensões” para a sua compreensão com a inclusão de direitos de titularidade difusa e universal, como os direitos culturais os quais refletem os anseios de pessoas com diversidades culturais, sociais e étnicas. Assim, a cultura desempenha papel fundamental para a garantia do pleno exercício da cidadania multicultural, pois os direitos culturais se apresentam como *direitos públicos subjetivos dos cidadãos*, extrapolando a característica de normas programáticas, tornando-se exigíveis dos Estados quando atuam sozinhos, em parceria com a sociedade ou em colaboração numa integração regional.

Dessa forma, a cidadania e os direitos culturais devem se entrelaçar no processo de integração regional da América Latina, “em sociedades multiculturais, cidadania e direitos humanos potencializam-se para a realização translocal dos diversos atores sociais, repercutindo na realização individual e coletiva” (BERTASO; ROCHA,

2017, p. 216). A multiplicidade de grupos nas sociedades multiculturais se interagem no âmbito da pluralidade dos cruzamentos em redes, que se tecem em múltiplas direções e que se traduzem, reciprocamente, por seus (des)encontros, dessa forma, as pessoas, grupos e comunidades, com suas especificidades, estabelecem suas identidades a partir de uma ramificação de conexões, ao mesmo tempo em que descobrem diferenças em relação ao outro, constituindo, portanto, um desafio a todos democratas que trabalham com a problemática da cidadania nos tempos atuais (BERTASO; ROCHA, 2017, p. 216).

Nesse sentido, é fundamental que os direitos culturais sejam fortalecidos no âmbito da América Latina como forma de viabilizar a criação de uma identidade dos povos da região, processo pelo qual será possível identificar semelhanças e diferenças entre as culturas de cada região, permitindo o aprendizado e o fortalecimento da cultura latino-americana.

Os processos de integração regional devem ser pensados além das questões puramente econômicas e das limitações do mercado, sendo a cultura e os direitos culturais essenciais para viabilizar o pleno exercício da cidadania multicultural nos planos regional e supranacional, permitindo o desenvolvimento humano sob múltiplas facetas.

No Cone Sul do continente latino-americano, conformou-se o MERCOSUL como um sistema intergovernamental de tomada de decisões, exigindo o consenso e a presença de todos os Estados-partes (art. 37 do POP), dificultando os avanços institucionais no bloco. O art. 42 do POP estabeleceu que as normas emanadas dos órgãos do MERCOSUL (Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio) terão caráter obrigatório e deverão, *quando necessário*, serem incorporadas aos ordenamentos jurídicos nacionais mediante os procedimentos previstos pela legislação de cada país. Esta disposição concedeu significativa discricionariedade aos Estados-partes na incorporação das normas oriundas do MERCOSUL, principalmente no caso dos direitos culturais, enfraquecendo o projeto integracionista ao não impor a obrigatoriedade de transposição das normas do bloco para o direito interno dos Estados-partes.

Assim, a experiência do MERCOSUL evidencia dificuldades na concretude da cidadania multicultural nos Estados mercosulistas rumo à consolidação da integração cultural dos povos latino-americanos, em razão de ausência de vontade política dos governos dos Estados mercosulistas para a efetivação do *MERCOSUL Cultural*

mediante ações, políticas e projetos culturais. Verificou-se que os “[...] critérios que envolvem as autoridades responsáveis pelo MERCOSUL Cultural parecem estar mais orientados para a lógica puramente política do que para projetos que investiguem, desenvolvam e promovam a ação cultural na região” (PALLINI, 2001, p. 28, tradução livre).

Dessa maneira, a “vontade” de elites políticas e econômicas está prevalecendo sobre o bem comum dos povos e, assim, dificultando o desenvolvimento mais profundo da integração regional cultural, enfraquecendo, portanto, a solidariedade e os laços histórico-culturais que unem os povos latino-americanos. A cultura se apresenta como “[...] uma produção coletiva, mas nas sociedades de classe seu controle e benefícios não pertencem a todos. [...] [pois] a apropriação dessa produção comum se faz em benefício dos interesses que dominam o processo social” (SANTOS, 2009, p. 84 e p. 86).

Então, somente a efetivação da ética nas relações humanas, sociais, políticas e jurídicas será capaz de colocar o processo regional de integração do MERCOSUL nos trilhos do desenvolvimento com equidade e isso servirá de exemplo para os outros projetos integracionistas na América Latina. As ações e políticas integracionistas devem se pautar nos princípios da solidariedade, do respeito entre os povos, da prevalência dos direitos humanos e da dignidade da pessoa.

Apesar de o agir ético ser o “caminho mais dificultoso” da política, porque implica em renúncia às paixões humanas, deverá ser amplamente adotado pelos Estados na integração regional, caso contrário, todo o processo se esvanecerá. Esse é o principal risco que aflige atualmente o MERCOSUL, ameaçando o legado de *Nuestra América*.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALTAVILA, Jayme de. *Origem dos direitos dos povos*. 11. ed. São Paulo: Ícone, 2006.

BALASSA, Bela. *Teoria da integração econômica*. Tradução de Maria Filipa Gonçalves e Maria Elsa Ferreira 3. ed. Livraria Clássica Editora: Lisboa, 1961.

BERGEL, Jean-Louis. *Teoria geral do direito*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BERTASO, João Martins; ROCHA, Leonel Severo. Olhar sistêmico sobre cidadania e diversidade cultural. *Revista de Direito Univille*, Porto Alegre, v. 13, n. 75, p. 202-217, maio/jun. 2017.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 mar. 2021.

CARVALHO, Glauber Cardoso. *O MERCOSUL faz 30 anos: a manutenção do possível*. Carta FoMerco – Fórum Universitário MERCOSUL. Jan./2021. Disponível em:

https://www.fomerco.com.br/informativo/view?TIPO=2&ID_INFORMATIVO=181. Acesso em: 10 mar. 2021.

CASTRO, Rita de Cássia Marques Lima de. Vozes da independência. *Brazilian Journal of Latin American Studies*. v. 10 n. 18, 2011, p. 53-74, <https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2011.82449>.

CHAUI, Marilena. Cultura e democracia. *Crítica y Emancipación: Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, Buenos Aires, a. 1, n. 1, p. 53-76, jun. 2008.

CONSELHO DO MERCADO COMUM. *Incorporação do Guarani como idioma do MERCOSUL – MERCOSUL/CMC/DEC*. Nº 35/06. 2006. Disponível em: https://normas.mercosur.int/simfiles/normativas/10443_DEC_035-2006_PT_Idioma%20Guarani.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

CONSELHO DO MERCADO COMUM. *Patrimônio cultural do MERCOSUL – MERCOSUL/CMC/DEC*. Nº 21/14. 2014. Disponível em: http://www.cartillaciudadania.mercosur.int/oldAssets/uploads/DEC_021-2014_PT_Patrimonio%20Cultural%20MCS.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2003.

CRETELLA JUNIOR, José. *Direito romano moderno*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

DAL RI JÚNIOR, Arno. *Evolução histórica e fundamentos político-jurídicos da cidadania*. In: DAL RI JÚNIOR, Arno e OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). *Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais – regionais – globais*. 2. ed. Ijuí: Editora Ijuí, 2003.

ESCOBAR, Ticio. 15 Años del MERCOSUR: el debe y el haber de lo cultural. In: BARBOSA, Rubens A. (Org.) *MERCOSUL Quinze Anos*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007, p. 253-276.

GARCIA, Maria. A integração dos estados: o Brasil no MERCOSUL. *Revista Direito Constitucional e Internacional*. São Paulo: Revista Tribunais, n. 35, 2001, p. 16-23.

GARCIA, Maria. *Desobediência civil: direito fundamental*. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

GRUPO MERCADO COMUM. *Prêmio obra cinematográfica MERCOSUL – MERCOSUL/GMC/RES*. Nº 28/15. 2015a. Disponível em:

http://recam.org/_files/documents/res_028_2015_es_premio_obra_cinem.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

GRUPO MERCADO COMUM. *Rede de salas digitais cinematográficas do MERCOSUL – MERCOSUL/GMC/RES. N° 47/15*. 2015b. Disponível em: https://www.recam.org/pma/files/other/332/rsd_pt.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

GRUPO MERCADO COMUM. *Tratamento aduaneiro para a circulação, nos países do MERCOSUL, de bens integrantes de projetos culturais aprovados pelos órgãos competentes – MERCOSUL/GMC/RES N° 122/96*. 1996. Disponível em: http://www.cartillaciudadania.mercosur.int/oldAssets/uploads/RES_122-1996_PT_TrAdProyCultur.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

IPPDH. *Quiénes somos*. Disponível em: <https://www.ippdh.mercosur.int/quienes-somos/>. Acesso em: 05. mar. 2021.

ISM. *Institucional ISM*. Disponível em: <http://www.ismercosur.org/pt/institucional-2/sobre-o-ism/>. Acesso em: 05. mar. 2021.

LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LÍNGUA PORTUGUESA. *Dicionário Michaelis*. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/cultura/>. Acesso em: 05. mar. 2021.

MARTINS, Juliane Caravieri. *A cidadania como princípio constitucional material e fundamental: contributo à teoria da Constituição*. In: GARCIA, Maria; CAVALCA, Renata Falson e MONTAL, Zélia Maria Cardoso (Orgs.). *Constitucionalismo contemporâneo: questões fundamentais da teoria da Constituição*. Curitiba: Juruá, 2014, p. 243-278.

MARTINS, Juliane Caravieri. *O Parlamento do MERCOSUL no século XXI: integração regional e direitos fundamentais*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016.

MARTINS, Juliane Caravieri. *Trabalho digno e direitos humanos em tempos de globalização: perspectivas para a América Latina*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2017.

MENEZES, Wagner. *Direito internacional na América Latina*. Curitiba: Juruá, 2009.

MERCOSUL. *Países do MERCOSUL*. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/paises-do-mercosul/>. Acesso em: 10 mar. 2021. (a)

MERCOSUL. *Protocolo de integração cultural do MERCOSUL – MERCOSUL/CMC/DEC. N° 11/96*. 1996. Disponível em: <http://www.cartillaciudadania.mercosur.int/categs/es/10>. Acesso em: 10 mar. 2021. (b)

MERCOSUL. *Textos fundacionais*. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/documentos-e-normativa/textos-fundacionais/>. Acesso em: 10 mar. 2021. (c)

MOTTA, Pedro Veiga e RÍOS, Sandra. *O regionalismo pós-liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas*. CEPAL, Santiago de Chile, n. 82, julho 2007, p. 01-48.

PALLINI, Verónica. *Mercosur cultural: reflexiones acerca de la dimensión cultural de la integración*. Cuadernos para el Debate n° 14. Instituto de Desarrollo Económico y Social (IDES), Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2001, p. 01-30. Disponível em: http://biblioteca.clacso.org.ar/Argentina/ides/20110518015815/Debate14_Pallini.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

RADBRUCH, Gustav. *Filosofia do direito*. Tradução de Marlene Holzhausen. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

RÁO, Vicente. *O direito e a vida dos direitos*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura?* 15. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2009.

SMANIO, Gianpaolo Poggio. Dimensões da cidadania. Novos direitos e proteção da cidadania. *Revista da Escola Superior do Ministério Público*. a. 2 jan./jun. 2009, p. 13-23.

SOARES, Inês Virgínia Prado. Cidadania cultural e direito à diversidade lingüística: a concepção constitucional das línguas e falares do Brasil como bem cultural. *Revista Internacional de Direito e Cidadania*, [s.l.], n. 1, p. 83-101, jun. 2008.

SOUSTELLE, Jacques. *Los cuatro soles, origen y ocaso de las culturas*. Lo tradujo al castellano M. Victoria Catalina. Ediciones Guadarrama S.A, Madrid: Espanha, 1969.

TORRES, Ricardo Lobo. A cidadania multidimensional na era dos direitos. In: TORRES, Ricardo Lobo (Org.). *Teoria dos direitos fundamentais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 243-342.

UNESCO. *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*. 2005. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000149742>. Acesso em: 1 mar. 2021.

UNESCO. *Declaração dos princípios da cooperação cultural internacional*. 1996. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-%C3%A0-Cultura-e-a-Liberdade-de-Associa%C3%A7%C3%A3o-de-Infancia-e-Cultura/declaracao-dos-principios-da-cooperacao-cultural-internacional-de-4-de-novembro-de-1996.html>. Acesso em: 10 mar. 2021.

UNESCO. *Declaração universal sobre a diversidade cultural e plano de ação*. 2001. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/UNESCO-Organiza%C3%A7%C3%A3o-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas-para-a-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ci%C3%Aancia-e-Cultura/declaracao-universal-sobre-a-diversidade-cultural-e-plano-de-acao.html>. Acesso em: 10 mar. 2021.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). Biblioteca virtual de direitos humanos. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/>. Acesso em: 04 fev. 2021.
UPS. *Quiénes somos*. Disponível em: <https://www.ippdh.mercosur.int/quienes-somos/>. Acesso em: 05. mar. 2021.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Integração regional sul-americana na América Latina: projetos viáveis? *In*: GADELHA, Regina Maria A. F. (Org.). *MERCOSUL e UNASUL: avanços do processo de integração*. São Paulo; EDUC, 2013, p. 727-756.

WOLKMER, Antonio Carlos. Integração interamericana, comunitarismo jurídico e cidadania supranacional. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, a. 35, n. 140, out./dez. 1998, p. 259-265.

**CIDADES MIL: PERSPECTIVAS PARA O PLANEJAMENTO URBANO NA
AMÉRICA LATINA**

Júlio César Suzuki¹

Felipe Chibás Ortiz²

Ana Paula Dias³

INTRODUÇÃO

A vida urbana tem ganhado destaque especial nos últimos tempos. O crescimento das cidades, seja em pequenos e médios centros urbanos ou nas megacidades, é notável. Mais da metade da população mundial vive em cidades, e estima-se que esse percentual alcance 70% em 2050⁴ segundo a ONU. O estudo das cidades torna-se especialmente importante em regiões como a América Latina que é a segunda região mais urbanizada do mundo (81% da população)⁵ e em países como Brasil, em que 84% da população mora nas cidades (FGV, 2019). A própria agenda das organizações internacionais passou a englobar a temática das cidades conforme o objetivo 11 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a Nova Agenda Urbana⁶, firmada durante a III Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável.

As cidades são espaços onde nos aglomeramos, produzimos, trabalhamos, criamos cultura e nos organizamos como sociedade. As cidades são os centros onde a inovação e a cultura acontecem de maneira pulsante e acelerada. Com o processo de intensificação da urbanização, emergem alguns questionamentos como: qual o futuro do crescimento urbano? Quais serão os desafios a serem enfrentados? Para onde estamos indo? Como garantir o bem estar de todas as pessoas nas cidades?

¹ Professor doutor junto ao Departamento de Geografia/FFLCH/USP e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana/FFLCH/USP. E-mail: jcsuzuki@usp.br

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP) da Universidade de São Paulo: chibas_f@yahoo.es

³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP) da Universidade de São Paulo. E-mail: ana2.dias@usp.br

⁴ ONU News: <https://news.un.org/pt/story/2019/02/1660701>

⁵ United Nations Population Division, World Urbanization Prospects: The 2018 Revision - Key facts, Nova York, 2018, p.2 Disponível em <https://population.un.org/wup/> acesso em 01/03/2021

⁶ ONU, Nova Agenda Urbana (NAU). Disponível em: <http://uploads.habitat3.org/hb3/NUA-Portuguese-Brazil.pdf?fbclid=IwAR2koIM7MtgBh6i57G4fxWeWpbK52Jr7sXIrGdBbJF81bF2GSzY527FWdAY> acesso em 01/03/2021

Pesquisas inovadoras, como em Brasil, México, Índia, China e sul da África, a respeito do processo de urbanização atual. Alguns estudiosos argumentam que há a necessidade de uma nova teoria urbana para o novo milênio, que deem conta dos novos processos de urbanização, como em várias discussões de Felipe Chibás Ortiz.

Para construirmos essa discussão, é importante resgatar que as cidades não são inteiramente novas: elas são fruto de um processo histórico. O mundo urbano começa com a Babilônia e a Mesopotâmia, no rio Eufrates, onde hoje fica o Iraque. Em seguida, desenvolvem-se no Vale do Rio Nilo e também no Vale do Indo. Na China, alcançaram um ponto alto de desenvolvimento no terceiro milênio a.C.

Nas Américas, podemos citar o caso da Cidade do México, em que depois de destruir Tenochtitlán, os espanhóis construíram a cidade nos moldes europeus.

Esse resgate histórico é importante pois nos relembra fatos que contribuíram na formação das cidades e que influenciam nas características de cada uma. Numa perspectiva sociológica, falar sobre cidades de maneira isolada não é efetivo para o entendimento das transformações da urbanização. É preciso discutir o processo de urbanização, entender os problemas da cidade, a disputa por espaço, a forma de aprender sobre os cidadãos individualmente.

Ademais, vivemos o pleno desenvolvimento de tecnologias que transformam profundamente o tecido social. O uso dessas tecnologias no ambiente público e na interação dos habitantes com a cidade nem sempre consideram o cidadão como central no processo no que diz respeito à busca por fazer melhor uso das tecnologias de informação e comunicação para aumentar a eficiência e a qualidade de vida em relação à segurança, à saúde, à recreação, aos serviços comunitários e aos governos.

Partindo dessa perspectiva, o presente debate propõe, além de um breve resgate histórico do desenvolvimento das cidades na América Latina, apresentar um novo modelo para o planejamento urbano, o conceito de Cidades MIL defendido pela UNESCO (2018) como alternativa para as demandas da sociedade na Era da Informação. Para isso, será realizada pesquisa bibliográfica além de um estudo exploratório e comparativo baseado na metodologia de estudo de casos de Robert Yin (2011) tendo como referência as cidades de São Paulo e Cidade do México em relação aos debates de Cidades MIL.

BREVE CENÁRIO HISTÓRICO

O processo de urbanização acelerado e a corrida tecnológica compõem um cenário bastante instigante quando pensamos sobre o futuro das cidades, especialmente a dos países emergentes que vivenciam uma grande aceleração na urbanização.

O movimento de urbanização está relacionado ao desenvolvimento econômico da região, com vínculos marcantes em relação ao que ocorre na agricultura, voltada para a expansão de produtos comercializáveis no exterior. Obviamente, esse processo aporta positivamente para o desenvolvimento dessas regiões. Porém, a expansão acelerada dos centros urbanos traz grandes desafios para os governos locais.

Buscando entender essas particularidades no processo histórico dos centros urbanos, a seguir será apresentado um breve panorama histórico e econômico no estudo das cidades.

A HERANÇA DO PERÍODO COLONIAL

Muitas cidades ao redor do mundo foram construídas, desenvolvidas ou remodeladas pelos colonizadores, em termos de infraestrutura, principalmente como construção de portos para abrigar os navios e organizar o comércio e as trocas.

O processo de colonização variou ao longo do tempo, seja adotando um modelo mais mercantilista ou um modelo mais industrial no século XIX. Também variou muito de acordo com suas metrópoles (portugueses, espanhóis, ingleses, franceses, holandeses) que tinham diferentes tipos de exércitos, instituições, religiões e objetivos. O cientista social americano James Mahoney (2010) argumenta que, na América espanhola, por exemplo, pode-se contrastar dois tipos de economias políticas com suas próprias instituições, que tiveram consequências de longo prazo para o desenvolvimento de países e cidades. A figura 1 a seguir ilustra como podem ser previstos os níveis de desenvolvimento de uma região no período pós-colonial relacionando o estilo de colonização com o nível de colonialismo:

Figura 1 – Níveis previstos de desenvolvimento pós-colonial (Predicted Levels of Postcolonial Development)

		COLONIZER INSTITUTIONS	
		Mercantilist	Liberal
LEVEL OF COLONIALISM	Higher	Lower Level of Development	Higher Level of Development
	Lower	Higher Level of Development	Lower Level of Development

FIGURE 1.2. Predicted Levels of Postcolonial Development

Fonte: SciencesPo. *Urban Sociology for a Globalizing Urban World*, 2020.

No período colonial nas cidades, foram definidas as elites, ou seja, as pessoas que organizavam a concentração de riqueza, a exploração da população local e dos recursos locais. Do outro lado, formava-se a outra camada social ocasionada pela escravidão. Mais de 4 milhões de africanos foram enviados à Bahia e ao Rio, no Brasil. Essas transferências tiveram uma influência duradoura nas hierarquias sociais e status. Assim, foram séculos de subordinação de populações, nas aglomerações urbanas, nos campos e nas florestas, como ocorre com as sociedades tradicionais, em que, de acordo com Suzuki (2013),

Territórios e territorialidades produzidos, em constante luta, pelos sujeitos das sociedades tradicionais, já que é no confronto que se mantêm nos espaços consuetudinários, conquistando-os e reconquistando-os todos os dias, sobretudo porque é onde gerações de ancestrais forjaram a cultura que os define, tecendo marcas fundamentais de seu modo de vida, com saberes próprios e vínculos sociais particulares.(SUZUKI, 2013, p. 630).

Para Simon (1984), a dominação do colonizador se estende, ainda, em relação à organização social e técnico, cujos resultados marcavam a urbanização:

Nos termos da definição de colonialismo de King (1976: 25), qualquer cidade criada ou adicionada a uma situação de contato cultural, onde os colonizadores e colonizados possuísem diferentes níveis de organização e desenvolvimento socioeconômico, político e técnico, qualificaria valores ideológicos e culturais britânicos, holandeses, franceses, belgas, alemães, portugueses ou espanhóis, mediados por códigos de urbanismo após a década de 1880 tendiam a ser amplamente semelhantes em todas as suas respectivas colônias. (SIMON, 1984b: 500-505).

De acordo com esses cientistas sociais, a herança colonial deixou seu legado em muitos casos em termos de desigualdades massivas, densos assentamentos ilegais, poluição, falta de água potável e saneamento para parte da população. Um segundo legado é sobre a forma de exercer autoridade, como o uso da violência associada à política e à forma de governar.

Outras características comuns nas cidades coloniais são:

- O poder (econômico, social, político) está principalmente nas mãos de uma minoria não indígena e os colonizados geralmente não são ouvidos ou não têm grande participação nas decisões políticas.
- Esta minoria é superior em termos de recursos militares, tecnológicos e econômicos.
- A maioria colonizada é racial ou etnicamente, cultural e religiosamente diferente dos colonizadores.

O que distingue o grau da herança colonial nas cidades é a medida em que essas e outras características se manifestam.

A HERANÇA DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

A Revolução Industrial provocou uma massiva onda de urbanização primeiro na parte norte da Europa e depois nos EUA. Essas cidades desfrutaram de um crescimento rápido e extraordinário, alimentado pela imigração. Formaram-se então grandes regiões industriais e centros como no norte da Grã-Bretanha, no Ruhr alemão, no nordeste da França e Bélgica, nordeste dos EUA e em portos coloniais como

Calcutá. A concentração em terras de grandes metrópoles e grandes áreas industriais trouxe uma dinâmica diferente para as cidades, mudando-as social e fisicamente.

O comércio teve grande importância na construção das cidades. A rápida urbanização é impulsionada pela industrialização. Com o setor industrial em alta, empresas são criadas e expandidas, produzindo oportunidades de emprego e promessas de desenvolvimento econômico. Um bom exemplo é a cidade de São Paulo, no Brasil. A megalópole está entre as maiores cidades do mundo e possui mais de 20 milhões de pessoas. Tida como grande polo econômico do país, gera sozinha 10,6%⁷ do PIB brasileiro e, por isso, a cidade atrai imigrantes de todas as regiões do país. A própria estrutura urbana, com o crescimento vertical, é uma testemunha viva desse processo. A maioria dos prédios de São Paulo são prédios comerciais e não residenciais.

Para Agopyan (2019), a urbanização latino-americana precisa ser lida em suas marcas de periférica no capitalismo, o que conduz para situações específicas de desigualdade espacial:

As experiências urbanas latino-americanas, de forma geral, têm características semelhantes entre si, em razão do contexto de “capitalismo periférico” em que se inserem junto a outras cidades do mundo. (...) Assim, segundo Maricato, São Paulo e cidades de outros países periféricos vivem uma realidade de escassez de moradia, segregação e informalidade de grande parte de sua população. (AGOPYAN, 2019, p. 460-461).

Com base nesse fenômeno, surgiram pensadores da teoria social moderna que não consideram necessário desenvolver uma teoria urbana, mas “uma teoria da mudança da base das relações sociais ocasionada pelo desenvolvimento do capitalismo” (Saunders, 1993, p.12). No livro de Ira Katznelson (1976), *Marxismo e a cidade* [*Marxism and the City*], de acordo com o autor, o materialismo dialético se opõe às teorias urbanas de diferenciação para estudar os vínculos entre as mudanças no modo de produção e o desenvolvimento do capitalismo, bem como o crescimento de determinados tipos de cidades.

As principais variáveis do modelo materialista histórico industrial incluem:

- Urbanização rápida impulsionada pela industrialização,

⁷ Fonte: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/12/13/pib-da-cidade-de-sp-equivale-a-soma-de-4305-municipios-brasileiros-aponta-ibge.ghtml>

- Desenvolvimento econômico levando ao aumento da migração para as demandas do mercado de trabalho
 - A formação de uma classe trabalhadora, com condições de vida precária, exploração da força de trabalho, trabalho infantil, precárias condições de moradia, precárias condições de trabalho
 - Anárquico desenvolvimento da urbanização para acompanhar as necessidades da industrialização
 - A formação de uma burguesia controlando os meios de produção, mas também investindo na terra, no ambiente construído, na formação de uma classe média alta.
 - Forte segregação social.
 - Ordem social organizada pelas elites do poder público: coalizões de crescimento entre as elites econômicas e governo e polícia, segurança.
 - Conflito social, luta de classes
- É o social, o político e o econômico produzindo as desigualdades espaciais.

O MUNDO URBANO DO SÉCULO XXI

A urbanização acelerada de algumas partes do mundo, como a Ásia, foi surpreendente. Algumas cidades na China alcançaram 10 milhões de habitantes dentro de algumas décadas ou mais. Hoje, as maiores cidades do mundo⁸ são Tóquio, com 37,4 milhões de habitantes; Delhi, com 29,3 milhões; Xangai com 26,3 milhões de habitantes e São Paulo, cerca de 21,8 milhões de habitantes. Nesse ranking, Tóquio é a única representante de alta renda.

Muitas dinâmicas de urbanização estão ocorrendo também em cidades de médio porte, em particular na Índia e possivelmente na África hoje. Sobre a relação da globalização com o processo de urbanização, Takashi Machimura (1998, p.185) diz:

a globalização fornece uma base comum para as atividades e experiências de atores em nações bastante diferentes, incorporando cada localidade em um sistema global mais firmemente combinado. Mas isso não leva simplesmente à homogeneização de diferentes localidades.

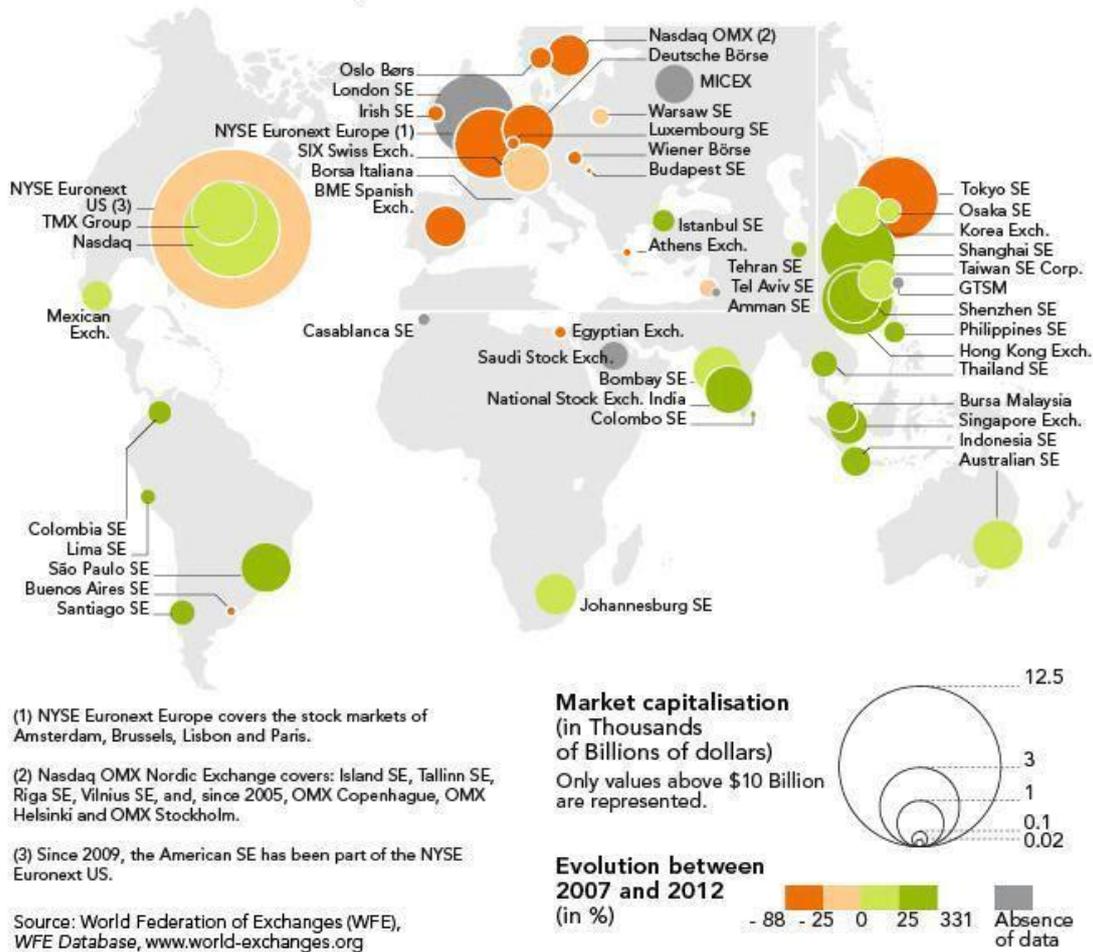
⁸ Fonte: <https://economistavisual.com/as-maiores-cidades-do-mundo-2020/>

As economias locais são integradas às dinâmicas globais que às vezes produzem efeitos opostos nas cenas culturais locais e “tensão latente entre as bases da cultura indígena em tradições étnicas e cultura de massa orientada para o consumo frequentemente apoiada pelo capital global”.

Para estudiosos da área de sociologia urbana, os processos de urbanização estão relacionados à mudança para uma escala global de produção.

Figura 2 – Principais Mercados de Ações, maio de 2012 (Main Stock Markets, May 2012)

Main Stock Markets, May 2012



Fonte: Sciences Po - Atelier de Cartographie (2012)

Seguindo essa linha de pensamento, o geógrafo britânico David Harvey (1980) propôs o modelo de urbanização do *capital*. Segundo esse conceito, megapolis estão

relacionadas ao capitalismo, e baseiam-se em lógicas de acumulação, desenvolvimento desigual, competição, destruição criativa, capital financeiro, desenvolvedores privados e lógicas de desenvolvimento econômico, mercados de trabalho, conflitos, lutas, profundas desigualdades e pobreza juntamente com o domínio de alguma elite econômica.

De acordo com esses pensadores, o capitalismo financeiro conduz a transformação das cidades e a criação de infraestrutura. Grandes empresas de serviços públicos de energia, água ou telecomunicações estão se tornando pilares do capitalismo globalizado e investem maciçamente nas grandes metrópoles.

Esse modelo de desenvolvimento, porém, apresenta suas contrariedades. A primeira é que o desenvolvimento econômico depende da aceleração da circulação do capital. Mas, para fazê-lo é preciso investimentos de longo prazo como em infraestruturas elaboradas para produção, consumo, troca, comunicação etc. Outro problema vem da competição cada vez mais forte entre estados-nações, regiões e cidades, que se veem forçados a se vender ao menor custo para atrair capital.

Somado ao contexto complexo do cenário global versus local, existe a combinação da revolução tecnológica e suas transformações na sociedade. Marcas que não existiam há 15 anos atrás, como Uber, Netflix, Facebook, Nubank, Ifood, Airbnb, estão transformando a forma de receber serviços, de interação com pessoas, de aprender, de trabalhar, de comprar, de vender. Em seu livro *Cibercultura*, Pierre Levy (2010, p.201) afirma que:

“Habitamos” todos os meios com os quais interagimos. Habitamos (ou habitaremos), portanto, o ciberespaço da mesma forma que a cidade geográfica e como uma parte fundamental do nosso ambiente global de vida. A organização do ciberespaço procede de uma forma particular de urbanismo ou de arquitetura, não física, cuja importância só irá crescer. Contudo, a arquitetura suprema procede do político: ela diz respeito à articulação e ao papel respectivo dos diferentes espaços. Colocar a inteligência coletiva no posto de comando é escolher de novo a democracia, reatualizá-la por meio da exploração das potencialidades mais positivas dos novos sistemas de comunicação.

Vivemos o pleno desenvolvimento da inteligência artificial e o uso de dados em diversas áreas como a saúde, mobilidade urbana, segurança, educação e governança. Diante desse cenário, como integrar isso para governar cidades? Como garantir bem-estar aos habitantes da cidade e ao mesmo tempo manter uma vantagem competitiva

localizada? Como enfrentar desigualdades sociais que impactam na qualidade de vida das pessoas?

De acordo com Manuel Castells (1996), a globalização e a revolução tecnológica estão se combinando para formar uma sociedade em rede cujos poderes de transformação são colossais: a economia global emergente da produção e competição baseada em informações é caracterizada por sua interdependência e a crescente diversificação dentro de cada região. A dinâmica dos fluxos, interações e as estratégias dos atores coletivos estão gerando a remodelagem da sociedade em escala global. E, em particular, ligando vários sistemas urbanos uns aos outros.

Os sistemas sociais estão se desconectando do Estado-nação. Trabalhando numa escala urbana, estaríamos voltando a cidades-estados como Cingapura ou, Dubai?

Com a globalização partes da metrópole estão saindo da sociedade nacional como cultura, representação, movimentos sociais.

Os paradigmas das Cidades Inteligentes, Cidades Saudáveis e Cidades Sustentáveis

Impulsionados pelas profundas transformações sociais, passamos a nos questionar sobre o futuro da vida nas cidades. Por volta do 2010, foi formulado o conceito de Cidades Inteligentes, propondo uma cidade altamente funcional, baseada no uso da tecnologia no planejamento urbano e participação civil, de forma sustentável, como o objetivo de alcançar uma maior eficiência e velocidade nos processos que acontecem na gestão de uma cidade e dessa forma diminuir custo e obter uma melhor qualidade de vida para seus habitantes. Seus métodos se baseiam em governança eletrônica, investimento na administração pública, planejamento urbano, elevado investimento em tecnologia, e uma relativa atenção ao ambiente. Enfatiza também o desenvolvimento de conexões internacionais, do capital humano e econômico.

Segundo Kumar (2020), há seis componentes de uma cidade inteligente: vida inteligente, pessoas inteligentes, mobilidade inteligente, economia inteligente, ambiente inteligente e governo inteligente. O objetivo principal é usar sistemas inteligentes para catalisar o desenvolvimento econômico. Este modelo está sendo utilizado também em cidades universitárias, como no Centro Universitário FASCENS (ROMANO, 2020) e na Universidade Autônoma de Barcelona (UAB, 2020).

Também, fala-se sobre o conceito de Smart Village ou Aldeias inteligentes. São espaços rurais que buscam pensar de que forma os serviços tais como saúde, serviços sociais, educação, energia, transporte, varejo podem ser melhorados, transformando-os em serviços mais sustentáveis por meio da implantação de ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e por ações e projetos liderados pela comunidade (ENRD, 2020). Este conceito não deve ser confundido com o de Cidades Inteligentes, nem com o das Cidades MIL, dado que foca em espaços não urbanos.

Outro termo bastante usado é o de Cidades Saudáveis proposto pela OMS, entendidas como espaços urbanos que compreendem e monitoram suas áreas de risco, assim como mapeando quais são seus potenciais, utilizando para isto um sólido sistema de saúde que pode ser baseado nas novas tecnologias. A implosão provocada pela pandemia de COVID-19 tem deixado claro que os sistemas de saúde das maiores cidades atuais como Nova Iorque, Tóquio e São Paulo, por exemplo, apenas monitoram os indicadores de saúde básicos, sem uma verdadeira projeção preventiva e preparo anticrise. Também não possuem informação sobre a saúde física e psicossocial de seus cidadãos sem as quais é impossível impulsionar a economia (RIBEIRO, 2020).

Uma cidade saudável vai além de cuidar das doenças, dado que também cuida de seus aspectos saudáveis (RIBEIRO, 2020). Este outro termo tem pontos de contato com o *framework* da Rede de Cidades UNESCO MIL, mas não tem a abrangência do mesmo, que aborda além do indicador saúde outros 12 que serão detalhados a seguir.

Um novo olhar sobre as cidades: O Conceito das Redes de Cidades UNESCO MIL

Com a crescente revolução digital nas cidades e os avanços alcançados em termos de sobretransporte, assistência médica, entretenimento, notícias, setor privado, sociedade civil e governo, foram conquistadas maior eficiência, novas possibilidades econômicas, sociais e culturais.

As desigualdades e violações de direitos estão, de acordo com Agopyan (2019, p.450), nos fundamentos da centralidade das cidades nos debates internacionais:

(...) A própria agenda das organizações internacionais passou a englobar a temática da cidade como uma de suas prioridades: o objetivo n. 11 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) firmados em 2015 e a Nova Agenda Urbana (NAU), acordada em

2016 durante a II Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III). (...) As cidades estão no centro dessa discussão porque se tornaram palco de desigualdades e graves violações de direitos de sua população.”.

Novos arranjos trazem também situações novas para a sociedade. Iniciativas relativas a cidades inteligentes frequentemente subestimam a inteligência dos cidadãos no processo. Com isso, surge uma nova perspectiva para as cidades frente aos desafios da Era da Informação.

O conceito de Rede de Cidades UNESCO MIL foi lançado no *Global Framework for MIL Cities* (UNESCO, 2018) e debatido como nova tendência no *Media and Information Literacy Curriculum for Teachers International Consultative Meeting*, associado ao tema das barreiras culturais à comunicação, com o objetivo de construir uma cidade, bairro ou comunidade MIL baseado na ética e minimizando as muitas barreiras culturais, estereótipos e preconceitos presentes na sociedade (CHIBÁS ORTIZ, 2018).

A alfabetização de mídia e informação (AMI) tem como foco o cidadão e o fomento de um conjunto de competências para pesquisar, avaliar criticamente, usar e contribuir com informações e conteúdo de mídia com sabedoria; conhecimento dos direitos online; entender como combater o discurso de ódio online e o cyberbullying; compreensão das questões éticas que envolvem o acesso e uso de informações; e se envolver com a mídia e as tecnologias da informação e comunicação (TICs) para promover igualdade, liberdade de expressão, diálogo intercultural/inter-religioso, paz etc. (UNESCO⁹).

Segundo Alton Grizzle, pesquisador e especialista do Programa *MIL* (Media and Information Literacy) na UNESCO, a alfabetização midiática e informacional já é tida como uma ferramenta para o desenvolvimento em nível mundial, sendo agora reconhecida por 193 países ao redor do mundo. Por nove anos, a UNESCO e muitos parceiros vêm promovendo a conscientização sobre a alfabetização em mídia e informação por meio do evento *Global MIL Week*. Em 25 de novembro de 2019, cento e noventa e três países proclamaram por unanimidade a Semana Global da MIL como um evento oficial na 40ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO (CHIBÁS ORTIZ *et alii*, 2020).

⁹ Fonte: <https://en.unesco.org/themes/media-and-information-literacy>

Em suma, as Cidades MIL (*Media Information Literacy*) são cidades que utilizam as novas tecnologias, mas em função do desenvolvimento humano sustentável de todos os níveis sociais que a integram de forma ética, inclusiva, participativa e cidadã, e não apenas em função do crescimento financeiro e tecnológico.

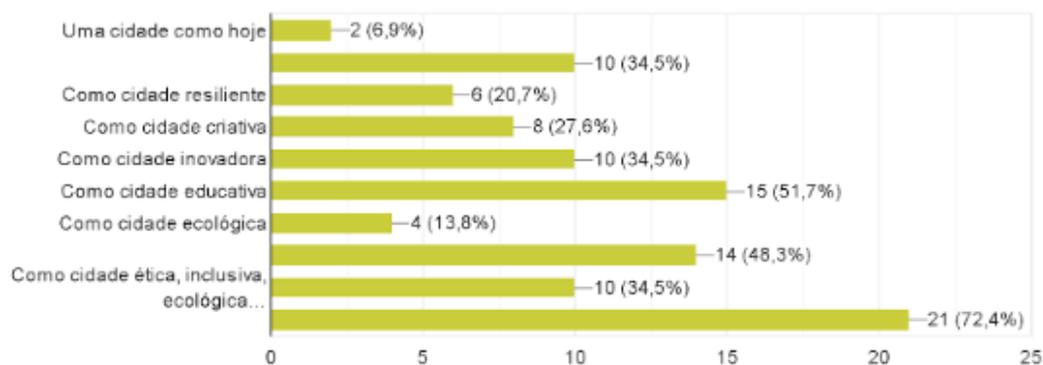
Como deve ser uma cidade MIL - o olhar de diferentes sujeitos sociais:

As cidades devem ser capazes de fornecer boa infraestrutura, como água, saneamento, serviços públicos confiáveis, assistência médica; atrair investimentos; processos transparentes que facilitam o andamento das atividades comerciais; processos simples e on-line para obter aprovações e vários serviços centrados no cidadão.

Em pesquisa quali-quantitativa realizada pelo grupo Toth-Criarcom e conduzida por Felipe Chibás Ortiz, foi realizado levantamento com profissionais residentes em diversos países, como Brasil, Panamá, Espanha, atuantes em segmentos como educação, setor público, empresa de tecnologia, startups e acadêmicos sobre suas opiniões em relação ao futuro das cidades. Uma das questões foi em relação ao modelo ideal de cidades na opinião dos entrevistados. Para 72,4% dos entrevistados, era necessário ter um cidade ética, inclusiva e ecológica, enquanto, apenas, 6,9% a desejavam como se tem atualmente.

Figura 3 – Como deve ser uma Cidade ou Espaço Urbano na Perspectiva MIL

11. Como é uma cidade ou espaço urbano que deseja seguir o paradigma das cidades da AMI (cidades de alfabetização de mídia e informação ... entendimento? Você pode escolher até 3 opções. 29 respostas



Fonte: Arquivo dos Autores.

ESTUDO DE CASO: MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo de caso a seguir relaciona indicadores e métricas de uma cidade *MIL*, avaliando as duas maiores cidades latino-americanas sob tal perspectiva: São Paulo e Cidade do México. Busca-se a partir desse estudo uma primeira aproximação com o tema nessas duas cidades além de avaliar sob a perspectiva de uma cidade *MIL* alguns indicadores. Utiliza-se a metodologia teórico-prática de caráter essencialmente qualitativa e uma primeira análise exploratória comparativa embasada na metodologia multicase de Robert Yin (2011), com apoio dos critérios estabelecidos no *Global Framework for MIL Cities* (UNESCO, 2018). O modelo contém no total 229 métricas e 13 indicadores. São parâmetros de análise segundo a proposta de Chibás Ortiz, inspirada no framework da UNESCO:

1. Bibliotecas
2. Planejamento urbano e mobilidade
3. Prefeitura, órgãos administrativos e cidadania
4. Saúde Pública
5. Cultura, patrimônio, arte, esporte e lazer
6. Educação
7. Associações, sindicatos, ONGs, projetos sócio-culturais e outros atores não tradicionais
8. Mídias e meios de comunicação
9. Inteligência artificial, startups e canais digitais
10. Segurança
11. Ambiente e sustentabilidade
12. Jovens, Mulheres, Negros, indígenas, LGBTQ+ e outros grupos de minorias
13. Métricas de Integração Geral

Nesse primeiro levantamento, foram escolhidos 3 dos 13 indicadores apresentados. São eles: Saúde Pública; Ambiente e sustentabilidade; Prefeitura, órgãos administrativos e cidadania.

A busca por informação teve como fundamento o levantamento bibliográfico e a revisão de documentos na web (sites) das prefeituras de São Paulo e da Cidade do México no período de janeiro a fevereiro de 2021.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

Após o resgate histórico e o levantamento das tendências em modelagem das cidades, apresentaremos os dados levantados com base nas métricas de cada indicador selecionado no estudo mencionado no item 4, a fim de avaliar as cidades de São Paulo e Cidade do México sob a perspectiva do conceito apresentado neste debate, o modelo de cidades *MIL*.

São Paulo é uma megalópole brasileira que conta com mais de 12 milhões de habitantes, possui a maior bolsa de valores da América latina e tem um PIB de cerca de US\$ 270 bilhões. Seu crescimento foi impulsionado pela agricultura, com o cultivo do café. Sua localização geográfica encontra-se no centro de produção de café do Brasil, o maior produtor de café do mundo. A cidade de São Paulo liga ao porto de Santos, o que facilitava as trocas comerciais. Tornou-se o grande centro urbano e não Santos porque Santos era conhecida pela grande proliferação de doenças. A localização mais alta de São Paulo garantiu maior segurança sanitária.

Seu crescimento foi potencializado durante o êxodo rural no século XX e pela grande migração transatlântica de milhões de pessoas entre o final do século XIX e 3 primeiras décadas do século XX. Em 1890, metade da população era estrangeira e muitos imigrantes vinham do sul da Itália. Esse fluxo migratório trouxe condições humanas e financeiras para a cidade, o que faltava em outros centros urbanos brasileiros no final do século XIX, como o Rio de Janeiro. Esse processo fez da cidade um dos centros importantes para a industrialização que se desenvolveu no século XX e, assim, São Paulo tornou-se um centro industrial.

Embora o rápido crescimento urbano de São Paulo seja positivo para o desenvolvimento econômico do Brasil, gerou consequências na estrutura da cidade, como a formação das favelas, a desigualdade social acentuada, o mal funcionamento da mobilidade urbana e os altos preços da moradia.

A Cidade do México, por sua vez, conta com quase 9 milhões de habitantes (2012), sendo a cidade mais populosa do país. Foi fundada por volta do século XIV no território onde era a capital do Império Asteca, Tenochtitlán, que acabou por ser

completamente destruída pelos colonos espanhóis em 1524, e reconstruída nas décadas seguintes seguindo os padrões de colonização de exploração implementados pelos colonizadores espanhóis. A cidade que também é capital do México é responsável por 21% do PIB total do país.

No final do século XIX e início do séc. XX, a capital mexicana desenvolveu uma moderna infraestrutura, como estradas, escolas, além de sistemas de comunicação e transporte. No entanto, durante o regime de Porfirio Diaz se concentraram recursos na cidade, enquanto o resto do país definhava na pobreza. O rápido desenvolvimento levou à Revolução Mexicana. Após a troca de governos e o fim da Revolução Mexicana e a partir do início do século XX, desenvolveram-se novos planos urbanísticos e a cidade cresceu ainda mais. Na década de 1990, a Cidade do México ficou conhecida como uma das cidades mais poluídas do mundo; mesmo assim, a cidade tornou-se um modelo por reduzir drasticamente os níveis de poluição. Para acabar com a poluição, os governos locais implementaram planos como o acompanhamento e relatórios de condições ambientais, como de ozônio e óxido de nitrogênio, controle de circulação de automóveis, entre outros.

Essa breve análise mostra que o processo de urbanização e suas características são bastante particulares, pois os contextos nos quais ocorrem são também muito diversos. Porém, alguns pontos são convergentes.

Buscando avaliar as duas cidades sob a perspectiva da Rede de Cidades *MIL UNESCO*, estruturamos o seguinte quadro comparativo, onde descrevemos os indicadores e suas respectivas métricas:

Figura 4 – Quadro Comparativo das Cidades de São Paulo e Cidade do México segundo a visão MIL

Indicadores e Métricas	São Paulo	Cidade do México
1. Saúde		
Quantidade e percentual de hospitais, clínicas, redes e indústria farmacêuticas, assim como demais instituições de saúde tem projetos e realizam ações sanitárias e de responsabilidade social com populações vulneráveis (idosos, crianças, mulheres) e carentes;	1) Ações voltadas para pessoas em situação de violência, em suas mais diversas formas: sexual, doméstica, institucional, acidente de trânsito, homicídios, suicídios, e nas relações de trabalho, normalmente recorrem ou são encaminhadas aos serviços de saúde; 2) Programa Saúde da Mulher; 3) Programa Saúde da Criança e do Adolescente; 4) Programa Saúde da Pessoa Idosa; 5) Programa Saúde da Pessoa com Deficiência; 6) Programa Saúde da Pessoa Negra; 7) Programa Saúde da População Indígena; 8) Programa Saúde Mental	1) Serviços médicos nas prisões; 2) Centros Especializados para Adolescentes na Cidade do México; 3) Programa de Prevenção e Atenção à Violência de Gênero realizado por meio de centros de saúde e hospitais, e em coordenação com outros órgãos governamentais que oferecem serviços jurídicos e assistenciais. 4) Programa Saúde em Casa, voltado para atender a população vulnerável e conta com profissionais como médicos, enfermeiras, assistentes sociais, psicólogos e dentistas, entre outros, atuam em diversos bairros de 16 municípios da Cidade do México, serviço gratuito que inclui medicamentos e exames laboratoriais.
Existe um programa, sistema ou IA direcionado a levantar as fake news no ramo da saúde?	Existe uma iniciativa de divulgação de informações sobre a Covid-19 a fim de combater notícias falsas no site: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/vigilancia_em_saude/doencas_e_agrivos/coronavirus/index.php?p=295356 Não foi localizado nenhum programa ou mecanismo de checagem automática.	Não localizado.

<p>Existem manuais e textos com orientações sanitárias, sistemas de saúde preventiva e curativa orientando sobre as medidas e procedimentos para se proteger de epidemias para os profissionais da saúde e a população?</p>	<p>Em relação ao Conoravírus foram identificados materiais educativos no site: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/vigilancia_e_m_saude/doencas_e_agrivos/coronavirus/index.php?p=291730. Também há informações sobre doenças, vacinas no site https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/vigilancia_e_m_saude/. Apesar do conteúdo ser de caráter informativo, e portanto pode ter efeito na saúde preventiva, não foi localizada informação sobre campanha de prevenção.</p>	<p>Foram localizados apenas relatórios e manuais referente à Covid-19: informações sobre teste; mapeamento epidemiológico, apoio de atendimento à populações vulneráveis (https://covid19.cdmx.gob.mx/). Também contam com um modelo epidêmico que permite ao governo fazer previsões sobre a Covid-19 e se preparar para tomar as medidas mais assertivas: https://modelo.covid19.cdmx.gob.mx/modelo-epidemico</p>
<p>2. Ambiente e sustentabilidade</p>		
<p>Quantidade de soluções ecológicas e de redução de impactos negativos da indústria e serviços como a diminuição da poluição tem a cidade implementadas?</p>	<p>1) Agenda 21 Local; 2) Estudos sobre o Meio Ambiente; 3) Herbário Municipal</p>	<p>1) Possui 20.145 sistemas de "Colheita da Chuva" em 5 municípios; 2) Recuperação do rio Santiago em Xochimilco; 3) Investimento em ciclovias e estacionamento de bicicletas; 4) Criação de fontes de energias alternativas como Usina Fotovoltaica em CEDA CDMX; 5) Programa Infraestrutura Verde; 6) Programa Desperdício Zero; 7) Programa Áreas Naturais Protegidas; 8) Programa Verificação de Veículo; 9) Programa Hoje não Circula; 10) Programa Resíduos Sólidos; 11) Programa Inventário de Áreas Verdes; 12) Programa Colheita da Chuva;</p>
<p>A cidade tem leis e sistema de fiscalização para que se cumpram as medidas ambientais sancionadas juridicamente?</p>	<p>Não localizado.</p>	<p>Sim</p>

<p>A cidade possui pleno de despoluição e cuidado fluvial (quantidade de rios despoluídos)?</p>	<p>Não localizado.</p>	<p>Sim</p>
<p>Prefeitura, instituições públicas e cidadania</p>		
<p>A Prefeitura ou governo tem um programa ou projeto com o objetivo articular e potencializar as ações locais referentes ao MIL, de forma a integrá-las e torná-las acessíveis a todo o cidadão?</p>	<p>Não localizado</p>	<p>O site da cidade conta com a divulgação do plano de governo da prefeitura além de um portal chamado <i>WikiCidade</i>, num formato de Wikipedia, onde informações de Saúde, Educação, Segurança, Administração Pública e demais assuntos de interesse público são divulgados</p>
<p>A prefeitura utiliza o sistema de governança ou governo eletrônico;</p>	<p>Sim, por meio do Aplicativo SP156. O app permite solicitar serviços à Prefeitura de São Paulo (PMSP) e acompanhar sua resolução. Os munícipes podem contribuir e participar da gestão do município de São Paulo. Conta com mapa de serviços da cidade: http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx</p>	<p>Sim, por meio do aplicativo Atencion Ciudadana (https://www.atencionciudadana.cdmx.gob.mx/tablero) , Portal do Cidadão (https://www.ciudadanos.cdmx.gob.mx/), Portal da Transparência e demais links úteis no site da Prefeitura da Cidade do México (https://www.cdmx.gob.mx/)</p>

<p>Quantidade e percentual de programas da prefeitura ou outras entidades governamentais com as mulheres, jovens, emigrantes, negros, indígenas, deficientes etc. e outros grupos vulneráveis;</p>	<p>Foram localizados os Programas 1) Calçada com Acessibilidade; 2) Calçada para deficientes visuais;</p>	<p>Ênfase para os direitos dos povos indígenas:</p> <p>Há as cidades e bairros originais constituídos por unidades territoriais, sociais, econômicas e culturais autodeterminadas com populações que descendem de populações indígenas assentadas antes da colônia, localizada no Vale do México.</p> <p>Há também as comunidades indígenas residentes são constituídas por unidades sociais, econômicas e culturais, que de forma comunitária conservam e reproduzem total ou parcialmente sua cultura.</p> <p>No total, 68 povos indígenas são membros, que possuem o mesmo número de línguas.</p>
--	---	--

Fonte dos autores.

São Paulo se caracteriza pela sua urbanização acelerada e precoce, cujo processo acentuou a desigualdade social. Quando analisado o site da Prefeitura do município, percebe-se grande preocupação do governo com o que se refere principalmente à infraestrutura: ruas e bairros, coleta de lixo, iluminação. A própria comunicação pública busca se conectar com os munícipes numa busca de colaboração e apontamentos em relação a buracos na pista, árvores caídas, e demais problemas que comprometem o aspecto geográfico da cidade.

Dos três indicadores de uma cidade *MIL* analisados (Saúde Pública, Ambiente e Sustentabilidade e Governança), a atual gestão da Prefeitura de São Paulo não apresenta grandes projetos voltados para a questão ambiental na cidade. Começando nossa análise pelo Indicador “Ambiente e sustentabilidade”, o Programa “Calçadas Verdes” por exemplo tem uma abordagem bastante diferente das ações observadas na Cidade do México, pois ele tem como objetivo dar diretrizes para plantio de árvores nas residências e áreas públicas. Também não foram localizadas informações a respeito de legislação ambiental na cidade. No entanto, é possível perceber que existe uma

movimentação nesse sentido em relação às pesquisas. Foi elaborada uma Agenda 21 local, adaptada à realidade de São Paulo e dos problemas ambientais sofridos pela cidade, como poluição do ar. Há um grupo de estudos que se dedica especificamente a essa questão na Prefeitura.

A Cidade do México, por sua vez, está bem à frente da capital paulista no aspecto ambiental. A Prefeitura conta com mais de 12 programas estruturados em diferentes frentes, como coleta de água da chuva, despoluição de rios, circulação de veículos na cidade, investimento em fontes de energia alternativas, proteção de áreas verdes e investimento em modais de transporte alternativos como ciclovias e estacionamento para bicicletas.

Quando analisamos o Indicador “Saúde”, ambas as cidades adotam ações sanitárias similares com populações vulneráveis. Em relação à detecção de fake news, não foi localizado nenhum mecanismo de detecção automática de notícias falsas. A Prefeitura de São Paulo possui um espaço no site para verificação de notícias sobre a Covid-19, mas não é realizada de forma automatizada (com uso de inteligência artificial). Quanto às orientações sanitárias e medidas de saúde preventiva, São Paulo apresenta um espaço dedicado a informar sobre doenças comuns, vacinação e controle dessas doenças. Em razão da pandemia, ambas as cidades possuem um amplo material com informações sobre prevenção contra o vírus, uso de máscara, orientações para pacientes com suspeita. Já a Cidade do México desenvolveu um modelo matemático para prever o comportamento do vírus, número de pessoas infectadas e demais informações úteis para o governo local na tomada de decisão.

Em relação ao Indicador “Prefeitura, instituições públicas e cidadania”, a Prefeitura da Cidade do México possui uma atuação mais desenvolvida que a Prefeitura de São Paulo no que diz respeito à digitalização do governo. A Cidade do México possui um portal chamado *WikiCidade*, que reúne informações da cidade sobre Saúde, Educação, História da cidade, entre outras informações organizadas num espaço similar à Wikipédia. Também possui aplicativos como *Atención Ciudadana*, portal do Cidadão em que são divulgados serviços, programas sociais e demais informações de interesse da comunidade; além do Portal Transparência. São Paulo, por sua vez, apresenta também algumas iniciativas de digitalização do governo como a criação do aplicativo SP 156, que permite aos munícipes solicitar e acompanhar serviços em suas ruas e bairros.

Os desafios para os governos locais no desenvolvimento das cidades estudadas numa perspectiva *MIL*, ou seja, de promoção do pensamento crítico e empoderamento de seus cidadãos no desenvolvimento urbano, colocando as pessoas no centro do desenvolvimento são parecidas de maneira geral: a desigualdade social, o problema de infraestrutura, poluição, congestionamento, direito à cidade, acesso à serviços para toda a população.

Após levantamento dos dados de ambas as cidades, é possível observar um longo caminho a percorrer na perspectiva de uma cidade *MIL* para a Era da Informação.

CONCLUSÃO

Como efeito da crescente mudança no tecido social ocasionada pela globalização e inovação tecnológica, faz-se necessário pensar o espaço público como forma de ressignificar a vida urbana, tomando as cidades como *locus* da satisfação das nossas necessidades enquanto sociedade. O sentido de nossa discussão estava na proposição de reflexão abrangente acerca da modelagem das cidades nos países emergentes que consideram a complexidade do contexto social e econômico atual que vivemos. Para isso, adotou-se uma perspectiva interdisciplinar, valorizando as dimensões histórica, geográfica e sociológica, para compreender o desenvolvimento das cidades ao longo do tempo com base em modelos possíveis de cidades do futuro, dialogando com a construção de cenários previsíveis.

A discussão proposta revela que a partir de uma perspectiva da cidade com alfabetização midiática, cuja busca é a do empoderamento dos cidadãos, espera-se que a vida urbana considere como princípio fundamental o bem-estar social. Os resultados deste debate apontam para o desafio que vivem os governos locais ao pensar regionalmente e, também, globalmente, além da necessidade de equilibrar o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento ambiental de maneira abrangente, de forma que supere as desigualdades sociais em especial, problema que afeta os países emergentes de maneira geral. Ao avaliar as cidades segundo indicadores e métricas propostos pelo framework UNESCO de uma cidade *MIL*, espera-se conseguir maior clareza nos desafios enfrentados e, também, na visualização de soluções para uma cidade *MIL*.

REFERÊNCIAS

AGOPYAN, K. K. O fortalecimento da democracia pelo local: o direito à cidade em São Paulo. In: CHINCHILLA, L (Org.). Democracia, Liderança e Cidadania na América Latina. São Paulo: Edusp, 2019. p. 449 - 470.

CASTELLS, M.. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e terra, 2005. v.3.

Cadernos FGV. *Cidades inteligentes e mobilidade urbana*. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo: 2019. Disponível em: <https://conhecimento.fgv.br/sites/default/files/cadernos_fgvprojetos_smart_cities_bilingue-final-web.pdf> Acesso em 20 jul 2020.

CHIBÁS ORTIZ, Felipe. *Estrategias e Métodos de Creatividad e Innovación, Educación, Ética y Barreras Culturales a la Comunicación en la Era Poshumana*. 1.ed. La Habana: Pueblo y Educación, 2018.

CHIBÁS ORTIZ, Felipe; GRIZZLE, Alton; BORGES, Aline; RAMOS, Flávia; MAZZETTI, Barbara; SILVA JUNIOR, Orlando. Métricas das Cidades MIL, Barreiras Culturais e Inteligência Artificial analisadas sob a visão da UNESCO: caso São Paulo. In: Das Cidades Inteligentes às Cidades MIL, Métricas inspiradas no olhar da UNESCO, In: YANAZE, Mitsuru, CHIBÁS ORTIZ, Felipe (Org.). *Das Cidades Inteligentes às Cidades MIL, Métricas inspiradas no olhar da UNESCO*. São Paulo: ECA-USP, 2020.

ECONOMISTA VISUAL. *As maiores cidades do mundo*. Disponível em: <<https://economistavisual.com/as-maiores-cidades-do-mundo-2020/>> acesso em 18 set 2020.

ENRD. Smart Villages Portal. Disponível em: <https://enrd.ec.europa.eu/smart-and-competitive-rural-areas/smart-villages/smart-villages-portal_en> acesso em 18 set 2020.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA DA CHINA NO BRASIL. Dados sobre Beijing. Disponível em: <<http://br.china-embassy.org/por/szxw/t483487.htm>> acesso em 06 dez2020.

EXAME. *Brasil é um dos países com menor mobilidade social em ranking global*. Disponível em: <<https://exame.com/economia/brasil-e-um-dos-paises-com-menor-mobilidade-social-em-ranking-global/>> acesso em 18 set 2020.

HARVEY, David. *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

KATZNELSON, Ira. *Marxismo e a cidade*. Oxford University Press, 1993.

KUMAR, TM Vinod (Ed.). *Vida inteligente para cidades inteligentes: estudo da comunidade, formas e meios*. Londres: Springer Nature, 2020.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: 34, 2009

MACHIMURA, T. *Uso Simbólico da Globalização na Política Urbana em Tóquio*. *Jornal Internacional de Pesquisa Urbana e Regional*, 1998, 22: 183-194. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.00134>

MAHONEY, James. *Colonialism and postcolonial development: Spanish America in comparative perspective*. Cambridge University Press, 2010.

ONU. Nova Agenda Urbana (NAU). Disponível em: <<http://uploads.habitat3.org/hb3/NUA-Portuguese-Brazil.pdf?fbclid=IwAR2koIM7MtgBh6i57G4fxWeWpbK52Jr7sXIrGdBbJF81bF2GSzY527FWdAY>> Acessado em 26 fev 2021.

ONU News. ONU prevê que cidades abriguem 70% da população mundial até 2050. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2019/02/1660701>> Acessado em 26 fev 2021.

PREFEITURA DA CIDADE DO MÉXICO. Disponível em: <<https://www.cdmx.gob.mx/>> Acessado em 26 fev 2021.

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/>> Acessado em 26 fev 2021.

RIBEIRO, J. Das cidades inteligentes para as cidades saudáveis. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/das-cidades-inteligentes-para-as-cidades-saudaveis/>> acesso: 13 jul 2020

ROMANO, R. As Cidades Universitárias como Cidades MIL: Estudo de Caso do Centro Universitário FACENS. In: Yanaze, Mi; Chibás, F.(2020). *Das cidades inteligentes MIL. Métricas inspiradas no olhar UNESCO*, 2020.

SCIENCES PO - ATELIER DE CARTOGRAPHIE. Main Stock Markets, May 2012. Disponível em: <http://cartographie.sciences-po.fr/sites/default/files/maps/097Bourses_mai2012-01_0.jpg> acesso em 18 set 2020.

SIMON, David. *Resultados da Pesquisa por Amostra de Usuários Comerciais da Humber Bridge*. Institute of Transport Studies, University of Leeds , Leeds, UK. 1984.

SUZUKI, Júlio César. Território, modo de vida e patrimônio cultural em sociedades tradicionais brasileiras. *Espaço e Geografia*, v. 16, n. 2, 2013, p. 627-640. Disponível em: <<http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/view/272/197>> Acesso em 10 fev.2021.

UNESCO. *Global Framework for Media and Information Literacy Cities (MIL Cities)*. Disponível em: <https://en.unesco.org/sites/default/files/global_framework_for_mil_cities.pdf> Acesso em 10 fev.2021.

UNESCO. *Media and Information Literacy*. Disponível em: <<https://en.unesco.org/themes/media-and-information-literacy>>. Acesso em 10 fev.2021.

UNITED NATIONS Population Division. *World Urbanization Prospects: The 2018 Revision - Key facts*, Nova York, 2018. Disponível em: <<https://population.un.org/wup/>> acesso em 01 mar 2021

Valor Econômico. *PIB da cidade de São Paulo equivale a soma de 4305 municípios brasileiros, aponta IBGE*. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/12/13/pib-da-cidade-de-sp-equivale-a-soma-de-4305-municipios-brasileiros-aponta-ibge.ghtml>> acesso em 26 set 2020

YIN, Robert K.. *Qualitative Research from Start to Finish*. New York: Guilford, 2011.

SOBRE OS AUTORES

Adalberto de Salles Lima

Doutor e Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECsA) do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) da Universidade de Brasília (UnB). Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Recôncavo: Território, Cultura, Memória e Ambiente - Universidade do Estado da Bahia. Integra o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros - NEAB/UnB. Pesquisador do Grupo de Pesquisa CASCA Coletivo de Antropologia e Saúde Coletiva/UnB. E-mail: sallesvitoria@hotmail.com

Alexandra Dias Ferraz Tedesco

Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas, situando-se na linha de Cultura Visual, História Intelectual e Patrimônios. Possui graduação em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2009) e mestrado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2012). Atualmente é professora adjunta do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), atuando na área de História Contemporânea. Foi professora substituta do curso de licenciatura em História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Dedicar-se prioritariamente a temas vinculados a História Contemporânea, Teoria da História, História Intelectual e História das Ciências Sociais Latinoamericanas. E-mail: alexandra.tedesco@gmail.com

Ana Paula Dias

Mestranda na linha de pesquisa de Comunicação e Cultura do Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina -Universidade de São Paulo, pesquisa a desinformação sobre a Covid-19 nos países da América Latina, com bolsa da Fundação Konrad Adenauer (KAS). É membro do Comitê Jovem da UNESCO MIL Alliance (Aliança Global para Alfabetização Midiática e Informacional). Pesquisadora do Center

for Artificial Intelligence C4AI IBM / USP, na linha de IA e Humanidades; Pesquisadora do Toth- Criarcom CEACOM USP. Pós-graduada em Reinvenção Digital pela Escola Superior de Propaganda e Marketing -ESPM (2021), graduada em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas pela ECA USP (2018). Possui experiência interdisciplinar e transdisciplinar nos temas: sustentabilidade, desinformação, Media and Information Literacy, comunicação digital e comunicação integrada. E-mail: ana2.dias@usp.br

André Furtado

É Professor do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História / Mestrado Profissional (PROFHISTÓRIA) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), título obtido na condição de bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com estágio doutoral, sob a direção de Jean Hébrard, junto à École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS / Paris), por meio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE). Igualmente pelo PPGH-UFF, e com bolsa da CAPES, concluiu o Mestrado (2012-2014). Integra, no Brasil, os laboratórios Escritas da História: Historiografias do Sul (Escritas UFF), o Centro de Memória Oral e Pesquisa em História (CEMOPE / Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB) e o Grupo de Ensino e Pesquisas Americanistas (GEPAm), da UNIFESSPA, onde é igualmente líder do Centro de Estudos em Teorias da História e Historiografias (CETHAS). Na França, por sua vez, está vinculado ao Centre de Recherches sur le Brésil Colonial et Contemporain (CRBC) e Mondes Américains (MONDA), ambos da referida EHESS, tendo participado igualmente dos encontros da Association pour la recherche sur le Brésil en Europe (ARBRE). Licenciado e Bacharel em História pela já mencionada FURB (2007-2010), foi estagiário no Museu da Família Colonial e no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, da Fundação Cultural de Blumenau (FCBlu, 2007-2008), bem como bolsista de Iniciação Científica do « Prêmio Mérito Universitário Catarinense - PMUC », da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Santa Catarina (FAPESC, 2009-2010). E-mail: furtado1989@gmail.com

Andréia Machado Oliveira

Idealizadora e coordenadora do LabInter (Laboratório Interdisciplinar Interativo) – UFSM, líder do gpc.InterArtec/Cnpq, desde 2011. Artista multimídia, docente e pesquisadora nas áreas de arte, ciência e tecnologia sobre sistemas interativos, imagem, colaboração e subjetivação contemporânea. Pesquisadora do CNPq (PQ2) e pós-doutoranda pela City University of Hong Kong, Doutora pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS – Brasil, com estágio doutoral na Université de Montreal/UdM – Canadá, Mestre em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS e Graduada em Bacharelado e Licenciatura em Artes Visuais pela UFRGS. Sua produção tem sido publicada em livros, anais e revistas acadêmicas indexadas, e apresentada em eventos nacionais e internacionais. Atualmente é professora associada do Departamento de Artes Visuais e do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais. Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais /UFSM (2015-2019). Membro da ANPAP (2010-atual), da Editora do PPGART (2015-atual) e da Revista Contemporânea do PPGART/UFSM (2015-atual). E-mail: andreiaoliveira.br@gmail.com

Bárbara Heliadora Andrade Ramos

Mestra em Administração pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Especialista em Administração pela Universidade Federal da Bahia UFBA. Graduada em Administração pela Universidade Estadual de Feira de Santana UEFS. Atuei como pesquisadora na Universidade Federal Fluminense integrando-me aos grupos de pesquisa na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis PPGAD: Núcleo de Estudos de Avaliação de Políticas e Programas Públicos e Programa de Estudos em Gestão Cultural (PEGC), o Núcleo de Estudos de Administração Brasileira (ABRAS), Grupo de Estudos dos Coletivos de Trabalho e das Práticas Organizacionais. Também atuei como Professora Assistente na Universidade Federal da Bahia - UFBA .na área de Administração, com ênfase em Teoria Geral da Administração. E-mail: ramosbarbara07@gmail.com

Cicília Araújo Nunes

Doutoranda em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestra em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), na área de concentração em ‘Direitos e Garantias Fundamentais’ (Bolsista CAPES). Graduada em Direito pela UFU. Pesquisadora e Líder do Grupo de Pesquisa “A Reforma Trabalhista e os Retrocessos no Mundo do Trabalho: Perspectivas para a América Latina” (UFU); membra dos Grupos de Pesquisa “Mulher, Sociedade e Direitos Humanos” (UPM) e “Estado e Economia no Brasil” (UPM). E-mail: cicilia_nunes@hotmail.com . O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. E-mail: cicilia_nunes@hotmail.com

Cleonice Elias da Silva

Graduada e licenciada em História pela Universidade de São Paulo. Mestra e doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Autora dos livros *Cineastas Mulheres: um panorama histórico* (Liber Ars, 2018) e *Rio, 40 Graus: sua censura e os patamares de uma conscientização cinematográfica* (Desconcertos, 2019); foi uma das organizadoras da coletânea *Histórias de Mulheres: entre lutas políticas e subjetividades* (Ape’ku, 2020). Atualmente atua como professora colaboradora na Universidade Estadual do Norte do Paraná. E-mail: cleoelias28@gmail.com

Denise Figueiró Mendes

Doutoranda em Ciências Sociais, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/PPGCS, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/PUC Minas. Mestre em Administração. Membro do Conselho Científico da Revista de Administração de Roraima – RARR (B2). Avaliadora ad hoc do INEP/MEC. Avaliadora MPE/FNQ. Membro do Comitê de Ética em Pesquisa da UFRR (triênio 2017-2020). Professora Efetiva, com dedicação exclusiva, do Departamento de

Administração da Universidade Federal de Roraima/UFRR. E-mail:
denise.mendes@ufr.br

Dimas Floriani

Doutor em Sociologia (U.C.L. Louvain, Bélgica, 1991) e pós-doutor (El Colégio de México e PNUMA, 2002). Professor Titular e aposentado Sênior nos programas de Ciências Sociais (UFPR) e no Doutorado Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR), do qual foi coordenador em 1996-98. Bolsista em Produtividade em Pesquisa (CNPq). Orientador e co-orientador de mais de 30 teses de doutorado e uma dezena de dissertações de mestrado. Coordenador da linha e do grupo de pesquisa em Epistemologia e Sociologia Ambiental. Co-editor da Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente. Participa do GT em Teoria e Ambiente da ANPPAS e é professor visitante do CEDER-ULagos do Chile. Coordenador acadêmico da Casa Latino-americana (CASLA) de Curitiba, ex-coordenador do curso de Especialização em Relações Internacionais (2005-2011), dedicando-se a temas sobre democracia e meio ambiente na América Latina. Responsável por entrevistas semanais na TV da UFPR, no programa “América Latina Viva”. Autor de diversos capítulos de livros e artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, destacando-se seus livros “Conhecimento, Meio Ambiente e Globalização” (Juruá/PNUMA), 2004, com diversas reedições e 'Crítica da Razão Ambiental: Pensamento e Ação para a Sustentabilidade' (Annablume, 2013). Co-autor premiado nacionalmente na categoria livro didático, pelo Prêmio Jabuti - 2001 e na categoria acadêmica em 2012. Editor da coleção bilingue (Semeando Novos Rumos - Sembrando Nuevos Senderos com 6 títulos publicados pela Editora da UFPR (Rede Internacional Casla-Cepial). E-mail: dimas@casla.com.br

Felipe Chibás Ortiz

Livre-docente pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2015. Possui Doutorado em Ciências da Comunicação (ECA/USP), 2005, Mestrado em Cultura e Comunicação pelo Programa em Integração da América Latina (PROLAM/USP), 2000 e em ambos os casos foi orientado pela Profa. Dra. Margarida Krohling Kunsch no tema Barreiras Culturais à Comunicação. Tem especialização em

Marketing Direto pela Universidade de Alcalá de Henares e licenciatura em Psicologia pela Universidade de La Habana. Atua principalmente nos seguintes temas: Gestão da Comunicação e Relações Públicas, Marketing Digital e Cultural, Responsabilidade Social, Gestão de projetos inovadores, Criatividade, Ética, dinâmica de grupo, Educação a distância, Psicologia Educacional e Organizacional desde uma perspectiva comparativa internacional e multicultural. Possui experiência prática nestes temas. Professor, consultor e pesquisador, com experiência na docência na graduação e pós-graduação. Orientador de monografias, dissertações e teses. Autor de 23 livros publicados em vários países e línguas que abordam diversos assuntos. E-mail: chibas_f@yahoo.es

Gislene Santos

Gislene Santos é professora do Depto. e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. Coordenadora do Grupo de Estudos Espaço e População (GePoP), onde desenvolve pesquisas sobre a relação entre redes sociais, gênero e políticas migratórias na América Latina. Membro da CASLA - Casa Latino Americana. Membro do NIEM - Núcleo Interdisciplinar dos Estudos Migratórios. E-mail: gislene.santos8@gmail.com

Hevelly Ferreira Acruche

Formada em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2010). É Mestre pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (2013). Doutora em História pela mesma instituição, com bolsa de pesquisa concedida pela Capes. Trabalhou em regime de contrato no Colégio Pedro II (2012 - 2014). Também foi professora de História na Secretaria de Estado e Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC), Professora Substituta de História da América na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Professora Adjunta nos cursos de Graduação em História e Pedagogia da Faculdade Unyleya. Faz parte do Grupo de Estudos de Fronteira (GEF) e do Grupo de Ensino e Pesquisas Americanistas (GEPAM). Atualmente, é Professora Adjunta de História da América na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e do Programa de Pós-graduação em História da UFJF. Seus temas de interesse se concentram nas áreas de História do Brasil, História da América colonial

e independente, com ênfase nos estudos sobre escravidão e história indígena, liberdade e relações internacionais em áreas de fronteira. Contato: hfacruche@ufjf.br

Juliane Caravieri Martins

Professora Adjunta na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia e Professora Líder do Grupo de Pesquisa “A Reforma Trabalhista e os Retrocessos no Mundo do Trabalho: Perspectivas para a América Latina” (UFU). Doutora em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), Doutora em Ciências da Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (PROLAM/USP), Mestra em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Especialista em Direito Civil: Doutrina e Jurisprudência pela Escola Paulista de Direito (EPD), Especialista em Direito do Trabalho pela Universidade Braz Cubas (UBC) e Especialista em Economia Empresarial pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8784-7914>. E-mail: jcaravieri@ufu.br.

Júlio César Suzuki

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1992), em Letras pela Universidade Federal do Paraná (2004) e em Química pelo Instituto Federal de São Paulo (2021), com mestrado (1997), doutorado (2002) em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e Livre-Docência em Fundamentos Econômicos, Sociais e Políticos da Geografia. Atualmente é Professor Doutor II, junto ao Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Agricultura, Urbanização, Geografia e Literatura e Teoria e Método. E-mail: jcsuzuki@usp.br

Luccas Eduardo Castilho Maldonado

Graduando no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. E-mail: lucas_eduardo@hotmail.com

Luis Enrique Gutiérrez Casas

Economista. Doctor en Desarrollo Económico por la Universidad Autónoma de Madrid (España). Es profesor-Investigador de la Universidad Autónoma de Ciudad Juárez (México) desde 1990 a la fecha. En esta Universidad se ha desempeñado como Jefe del Departamento de Ciencias Sociales, Subdirector del Programa de Mejoramiento para el Profesorado y, de 2012 a 2018, como Director General de Investigación y Posgrado. Ha escrito el libro “Potencial de desarrollo y desequilibrio regional en Chihuahua” y Co-coordinado los libros “Nuevos enfoques del desarrollo. Una mirada desde las regiones” y “Mercado laboral, población y desarrollo”. Asimismo, ha publicado artículos en varias revistas nacionales e internacionales y ha participado como ponente y conferencista en diversos congresos de carácter nacional e internacional. Es integrante de la Red Iberoamericana de Estudios del Desarrollo y de 2001 a la fecha es editor y director de la publicación “Cuadernos de Trabajo de Economía, Población y Desarrollo”. E-mail: lgtz@uacj.mx

Matheus Moreno dos Santos Camargo

Doutorando no Programa de Pós-graduação em Artes Visuais da Universidade Federal de Santa Maria, Brasil. Membro do LabInter/UFSM (<https://www.ufsm.br/laboratorios/labinter/>) e do gpc.InterArtec/CNPq. Artista multimídia e pesquisador em Arte e Tecnologia. E-mail: msc.inspire@gmail.com

Mônica de Souza Nunes Martins

Doutora em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi Professora Visitante CAPES/PVE, na Universidade do Alabama (EUA), entre 2018-2019. É Professora Associada III do Departamento de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro desde 2008. Atualmente é chefe do Departamento de História do Instituto Multidisciplinar. Integra o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ (PPHR) e do Programa de Pós-Graduação Patrimônio, Cultura e Sociedade da UFRRJ (PPGPACS).

Foi presidente da Associação Nacional de História, seção Rio de Janeiro, entre 2014-2016. Entre 2016 e 2019 coordenou projeto de pesquisa financiado pela FAPERJ pelo Programa “Apoio a Grupos Emergentes de Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro”. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Propriedade e suas múltiplas dimensões (NUPEP) e Pesquisadora do Laboratório Economia e História (LEHI). E-mail: monic1922@gmail.com

Nadia Floriani

Possui graduação em Direito pela Universidade Tuiuti do Paraná (2004). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Internacional, Direitos Humanos e Relações Internacionais. Presidente da Comissão de Direitos dos Refugiados e Migrantes da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná - 2013-. Assessora da Comissão Parlamentar do MERCOSUL e Assuntos Internacionais, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - ALEP- (2011-13). Gestora da Assessoria Jurídica Gratuita para refugiados e migrantes na ONG Casa Latino Americana - CASLA de Curitiba, desde 2010. Especialista em Relações Internacionais (UFPR) e Especialização em Direito Aplicado (EMAP-PR). E-mail: floriani.nadia@gmail.com

Nicolás Edgardo Balado Gonçalves

Possui graduação em Produção e Política Cultural pela Universidade Federal do Pampa (2018). Tem experiência na gestão de políticas públicas em cultura no município de Jaguarão/ RS (2014-2017). Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS- UFPEL). Doutorando em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Atua principalmente nos seguintes temas: Estado, Políticas Públicas e Sociologia Histórica. E-mail: nicolas.bg20@gmail.com

Nicolas Floriani

Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR). Realizou pós-doutorado financiado pela CAPES (2015) nas Universidades de Los Lagos (Chile), Alberto Hurtado (Chile) e Ladyss, Paris X (França) enfocando a relação das comunidades rurais

tradicionais e as florestas do sul do Chile e sul do Brasil. Fez estágio de doutorado financiado pela CAPES (2006) no Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces (Ladys-Paris X), enfocando a etnopedologia em territórios agroecológicos. de Mestre em Ciências do Solo e Engenheiro Agrônomo ambos pela UFPR. Prêmio Nacional 'Melhor Tese' em Ambiente e Sociedade (ANPPAS, 2008). Professor Adjunto da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Atua como professor no Programa de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Geografia da UEPG. Atua como pesquisador colaborador internacional do projeto FONDECYT 1171827?Coastal Behaviors Settings: Por una Antropología de la Reconstrucción Territorial en el Archipiélago de Chiloé? ligado ao Programa ATLAS - Analisis Territorial Local Aplicado y Sustentabilidad (Universidade de Los Lagos, Chile). Foi colaborador internacional do Projeto Fondecyt, Chile (1140598) "Antropología del Bosque" (Univ. Alberto Hurtado, Univ. de Chile, Univ. Austral de Chile). É integrante do Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento da rede CASLA-CEPIAL (redecaslacepial.blogspot.com). Sua pesquisa está direcionada atualmente à investigação dos saberes e das práticas locais de territórios rurais alternativos (agroecológicos) e tradicionais (faxinalenses e quilombolas). Para tanto, apoia-se em uma abordagem complexa que lhe permita pôr em diálogo a geografia, a antropossociologia e a agroecologia com o saberes locais de natureza. É coordenador do Projeto Unitinerante: Direitos Humanos, da Natureza, pela Paz e Bem Viver, pela Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná (SETI, 2019-atual). Líder do Grupo de Pesquisa Interconexões> saberes, práticas e política de natureza (UEPG-CNPq). E-mail: florianico@gmail.com

Patricia Gutti

Doctora en Economía (Universidad Autónoma de Madrid, España) con orientación en gestión de la innovación. Magister en gestión de la ciencia, la tecnología y la innovación (UNGS, Argentina). DEA en Integración y Desarrollo Económico (UAM, España) y Lic en Comercio internacional (UNQ, Argentina). Profesora asociada e investigadora del Departamento de Economía y Administración de la Universidad Nacional de Quilmes (UNQ, Argentina). Docente de grado y posgrado en UNQ, FCE- UBA y FACEN-UNA (Paraguay). Directora del Diploma de posgrado en Ciencia, Arte, Tecnología y Educación (Consortio de universidades CONUSUR, Argentina).

Integrante de la Red Iberoamericana de Estudios del Desarrollo (RIED) y de LALICS. Especialista en temas de desarrollo económico, en particular sobre políticas de ciencia, tecnología e innovación productiva. Sus trabajos han sido publicados en libros, revistas científicas y congresos. Consultora para organismos nacionales e internacionales como el Ministerio de Economía, INTA, MINCYT y ASCTeI (Santa Fe) en Argentina y CEPAL, BID, FONTAGRO, PROCISUR, entre otros. E-mail: patricia.gutti@gmail.com

Paulo Alves Júnior

É historiador, mestre em História Social pela PUC-SP e doutor em Sociologia pela FCLAr/UNESP. Professor-adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira (Unilab/Malês), é pesquisador e coordenador do Núcleo Práxis da USP e investigador-colaborador do Centro Integrado de Investigação Transdisciplinar ‘Cultura, Espaço e Memória’ da Universidade do Porto (CITCEM). E-mail: pauloalvesjr41@outlook.com

Rafael Trueba Regalado

Doctor en Ciencias del Desarrollo Regional por el Instituto de Investigaciones Económicas y Empresariales (ININEE) de la Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo (México). Maestro en Ciencias en Desarrollo Local con Mención Honorífica y Licenciado en Economía por la Facultad de Economía “Vasco de Quiroga” de la Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo. Actualmente es profesor-investigador en la Escuela de Ciencias Sociales y Gobierno del Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Monterrey, Morelia, México. Cuenta con diversos capítulos de libros académicos y artículos en revistas académicas- científicas. Sus líneas de investigación son: desarrollo agrícola sustentable, vulnerabilidad al cambio climático y valoración económica de servicios ecosistémicos. Ha presentado diversas ponencias y posters científicos en diferentes congresos y seminarios internacionales. Es miembro del Consejo Honorario de Dirección de la Red Iberoamericana de Estudios del Desarrollo (RIED). Es miembro del comité editorial de la Revista Latinoamérica de Relaciones Internacionales de la Universidad Federal de Río Grande (FURG), Brasil. Es miembro

activo de la Red Mexicana de Cuencas Hidrográficas (REMEXCU). E-mail:
rafatrueba_59@tec.mx

Ricardo Dal Farra

Professor de música e artemídia no Departamento de Música da Concordia University, Canadá e diretor fundador do Centro de Pesquisa Eletrônica de Artes de UNTREF (CEIARTE), Argentina. Foi diretor do Centro Hexagram de Pesquisa-Criação em Artemídia e Tecnologia, Canadá; Diretor do programa de Comunicação Multimídia no Ministério Federal da Educação, Argentina; Pesquisador e consultor em artes de mídia para a UNESCO, França. Dal Farra foi curador e jurado de vários eventos de fulldome, e ele também é o diretor-fundador da série de conferências internacionais Balance-Unbalance and Understanding Visual Music. E-mail: ricardo.dalfarra@concordia.ca

Rómulo Pardo Urías

Licenciado en Historia por la Universidad Veracruzana (2016). Maestro en Ciencias Humanas con especialidad en estudio de las tradiciones por El Colegio de Michoacán (2020) y doctorante del PNPC del Centro de Estudios de las Tradiciones generación 2017-2022 en El Colegio de Michoacán en México, donde actualmente elabora una investigación respecto a la difusión, lectura y recepción de la cultura escrita y la magna obra del tratadista y erudito español del siglo XVIII Ignacio de Luzán, desarrollando un trabajo con fuentes digitales en un modelo de archivística geek. Ha trabajado temas particulares de historia intelectual y cultural al haber colaborado y estar vinculado al grupo de trabajo de la Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos (AHILA-TIPMAL) Trabajo Intelectual, Pensamiento y Modernidad en América Latina, siglos XIX y XX (2015, 2016, 2018). Rescató las obras de la maestra, guerrillera, etnóloga, historiadora, intelectual y académica Margarita Urías Hermosillo (2017), que abarca temas de historia económica, historia regional, formación del Estado mexicano, desarrollo empresarial en el México del siglo XIX, etnohistoria, entre otros. Trabajó como editor del libro de testimonios de la antropóloga Patricia Ponce (2021) sobre el VIH y sida en Veracruz. Mantiene una actividad como creador literario a la par de sus tareas académicas. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-0623-8031>. E-mail: codicebabel@gmail.com

Sérgio Botton Barcellos

Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais (DCS) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e colaborador no Programa de Pós-Graduação Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Entre dezembro de 2016 a 2020 foi Professor na área de Sociologia do Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI) na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Possui doutorado e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) com bolsa sanduíche financiada pela CAPES na Universidade Autônoma de Barcelona (UAB) - Espanha nos temas de migração e diversidade étnica. Coordena o Grupo de Pesquisa Dinâmicas Políticas, Estado e Movimentos Sociais - DIPEM/FURG. Atua em assessorias e pesquisas nas seguintes áreas: Políticas Públicas de desenvolvimento; Conflitos Socioambientais; Sociologia Rural e Ambiental; Agricultura Familiar e Camponesa; Educação ambiental. E-mail: sergiobbarcellos@hotmail.com

Solange Struwka

É psicóloga e pedagoga, ambas pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro/PR), mestre e doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). É professora-adjunta da graduação e colaboradora do programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR); pesquisadora e coordenadora do Núcleo Práxis da USP. E-mail: sols.tr@hotmail.com

Thainá Guerra Lins

Thainá Guerra Lins é geógrafa, professora de geografia e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. Integrante do Grupo de Estudos Espaço e

População (GEPOP), no qual desenvolve pesquisas sobre migrações internacionais e mortalidade da população negra. E-mail: lins.thaina@gmail.com

Thiago Cavaliere Mourelle

Pós-doutor em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui mestrado em História Política pela UERJ. Historiador do Arquivo Nacional, concursado de nível superior, desde 2006, tendo trabalhado na mesma instituição, como estagiário, desde 2002. Foi Professor Substituto na área de Brasil Republicano no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2015-2016. Supervisor da Equipe de Pesquisa do Arquivo Nacional e Editor-científico da Revista Acervo. Professor da Educafro, onde faz trabalho voluntário desde 2003, coordenando a equipe de História do Pré-Vestibular Comunitário João Cândido, com o objetivo de ajudar na conscientização política dos cidadãos e auxiliar negros e carentes no acesso à universidade pública. E-mail: thiagocmourelle@gmail.com

Yuri Martins-Fontes

É filósofo (FFLCH/USP) e doutor em História Econômica (USP/CNRS), com pós-doutorados em Ética e Filosofia Política (USP) e em História, Cultura e Trabalho (PUC-SP). Escritor, professor, jornalista e tradutor, é autor, entre outros livros, de *Marx na América* (Alameda/Fapesp, 2018), e *História e Lutas Sociais* (EDUC, 2019); pesquisador-membro do LEPHE-USP e coordenador do Núcleo Práxis da USP; colunista da Revista Fórum e da Agência Latinoamericana de Información. E-mail: yurimfl@usp.br

SOBRE OS ORGANIZADORES

Júlio César Suzuki

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1992), em Letras pela Universidade Federal do Paraná (2004) e em Química pelo Instituto Federal de São Paulo (2021), com mestrado (1997), doutorado (2002) em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e Livre-Docência em Fundamentos Econômicos, Sociais e Políticos da Geografia. Atualmente, é Professor Associado do Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Agricultura, Urbanização, Geografia e Literatura e Teoria e Método. E-mail: jcsuzuki@usp.br. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-7499-3242>.

Maria Margarida Cintra Nepomuceno

Graduada em Comunicação Social pela Faculdade Cásper Líbero com especialização em Jornalismo, e em História da Arte, na FAAP. É Mestre e Doutora pelo PROLAM-Programa de Pós-graduação Integração da América Latina, da Universidade de São Paulo e, atualmente, exerce a função de pesquisadora-colaboradora nessa Instituição. É pós-doutoranda pela UERJ- Universidade Estadual do Rio de Janeiro, no Departamento de História, onde desenvolve uma pesquisa sobre as relações do período Vargas na América Latina. Desde o Mestrado tem se dedicado aos estudos sobre as políticas culturais do Brasil em países da América Latina desde a criação das Missões Culturais Brasileiras, no início do século XX. Atualmente, é pesquisadora junto ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP). E-mail: margaridacn@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6439-0680>

Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

Graduado em Geografia pela UNESP – Campus Rio Claro/SP (2009), Mestre em Geografia pela Universidade de Brasília (2013), Doutor em Geografia pela UNESP –

Campus Rio Claro/SP (2016). Atualmente é professor do Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP) e professor de Geografia na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. E-mail: gcca99@gmail.com. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4238-0139>.